

www.ichs.ufop.br/rhh  
historiografia@ufop.br  
ISSN 1983-9928  
Qualis B2

# História da Historiografia

---

número 04 • março • 2010  
revista eletrônica semestral

# História da Historiografia

número 04 • março • 2010  
revista eletrônica semestral

## Conselho Executivo (2009-2011)

---

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)  
Sérgio da Mata (UFOP)  
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

## Conselho Editorial

---

Claúdia Beltrão (UNIRIO)  
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN)  
Estevão de Rezende Martins (UnB)  
Helena Mollo (UFOP)  
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)  
Raquel Glezer (USP)  
Ricardo Salles (UNIRIO)  
Sérgio da Mata (UFOP)  
Temístocles Cezar (UFRGS)  
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

## Conselho Consultivo

---

Astor Diehl (UPF)  
Carlos Oiti (UFG)  
Cássio Fernandes (UFJF)  
Denis Bernardes (UFPE)  
Edgar De Decca (UNICAMP)  
Eliana Dutra (UFMG)  
Fabio Wasserman (UBA)  
Francisco Murari Pires (USP)  
François Hartog (EHESS)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)  
Iris Kantor (USP)  
José Carlos Reis (UFMG)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH)  
Keila Grinberg (UNIRIO)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ)  
Manoel Salgado Guimarães (UFRJ)  
Marco Morel (UERJ)  
Silvia Petersen (UFRGS)

## Secretaria

---

Flávia Florentino Varella (USP)

## Contato

---

Rua do Seminário, s/n - Centro • Mariana - MG • 35420-000 • Brasil  
www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

## Ficha Catalográfica

---

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2010, número 4, setembro 2010,  
410pp.

Semestral  
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

## EDITORIAL 10

### DOSSIÊ

A historiografia em época de crise: 1750-1850

Apresentação

*A história da historiografia pós Giro Linguístico: para além da metáfora dos lugares* 13  
**Valdei Lopes de Araujo**

La historia como concepto y como práctica: conocimiento histórico en el Rio de la Plata (1780-1840) 15  
**Fabio Wasserman**

história/História na Nova Espanha/México (1750-1850) 37  
**Guillermo Zermeño**

Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII 75  
**Ana Rosa Clochet da Silva**

Leituras do passado colonial e narrativas sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XIX: a contribuição francesa 88  
**Bruno Franco Medeiros**

### ARTIGOS

Desafios do século XXI à historiografia 105  
**Georg G. Iggers**

A originalidade historiográfica de *La Méditerranée et Le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* e a concepção braudeliana de história 125  
**Guilherme Ribeiro**

O passado despedaçado: o aspecto da fragmentação profissional na historiografia norte-americana (1980-199) 145  
**Arthur Avila**

Das possibilidades do conhecimento histórico quando aproximado do ceticismo radical 163  
**Fernando Amed**

Guerra e doutrina: a historiografia brasileira e o problema da autoridade colonial 178  
**Marco Antonio Silveira**

A morfologia histórica de Johan Huizinga e o caráter pragmático do passado 234  
**Naiara dos Santos Damas Ribeiro**

O ofício de historiador: entre a “ciência histórica” e a “arte narrativa” <b>Diogo da Silva Roiz</b>	255
Entre os antigos e modernos: a aprendizagem através da história em Thomas Hobbes <b>Débora Vogt</b>	279
<b>RESENHAS</b>	
<i>A ciência nos impérios português e espanhol</i> BLEICHMAR, Daniela et alii (ed.). <i>Science in the Spanish and Portuguese Empires: 1500-1800</i> . Stanford: Stanford University, 2009, 456pp. <b>Iris Kantor</b>	294
<i>Experiência, história e modernidade no Brasil oitocentista</i> ARAUJO, Valdeí Lopes de. <i>A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)</i> . São Paulo: Hucitec, 2008, 204pp. <b>Rodrigo Turin</b>	299
<i>Biografia intelectual como exercício de escrita da história</i> SECCO, Lincon. <i>Caio Prado Junior: o sentido da revolução</i> . São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 253pp. <b>Sérgio Montalvão</b>	306
<i>Manuais didáticos de História do Brasil: entre a memória e o esquecimento</i> MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. <i>Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX</i> . Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, 224pp. <b>Rosana Areal de Carvalho</b> <b>Elvis Hahn Rodrigues</b>	314
<i>História dos modernos, vocação pelos antigos: sentidos do passado no alvorecer da modernidade</i> LOPES, Marcos Antônio (org.). <i>Idéias de história: tradição e inovação de Maquiavel a Herder</i> . Londrina: Eduel, 2007, 336pp. <b>Julio Bentivoglio</b>	320
<i>Hans-Georg Gadamer e a tradição</i> ARAUJO, André de Melo. <i>A atualidade do acontecer: o projeto dialógico de mediação na hermenêutica filosófica de Hans-georg Gadamer</i> . São Paulo: Humanitas, 2008, 240pp. <b>Pedro Spinola Pereira Caldas</b>	327
<i>Uma radiografia dos primórdios do ensino secundário no Brasil</i> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. <i>O ensino secundário no Brasil Império</i> . 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 272 pp. <b>Thais Nívia de Lima e Fonseca</b>	336
<i>Estudos sobre a escrita da história: alguns horizontes historiográficos</i> GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). <i>Estudos sobre a escrita da história</i> . Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, 265pp. <b>Helena Miranda Mollo</b>	341
<i>Em defesa de uma antropologia histórica: com os gregos e para além deles</i> DETIENNE, Marcel. <i>Os gregos e nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga</i> . Tradução de Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha. São Paulo: Loyola, 2008, 162pp. <b>Rafael Faraco Benthien</b>	352
<i>Joachim Radkau tenta escrever a biografia “definitiva” de Max Weber</i> RADKAU, Joachim. <i>Max Weber: Die Leidenschaft des Denkens</i> . München: Carl Hanser, 2005, 1.008pp. <b>Sérgio da Mata</b>	358

## TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO

<i>In memoriam</i> ao “sábio de Lagoa Santa”: ciência e história em cartas de Gorceix a D. Pedro II	367
Cartas de Henri Gorceix a D. Pedro II <b>Deise Simões Rodrigues</b>	374

## ENTREVISTA

A culpa é de Hobbes e de Hume! Uma entrevista com Estevão de Rezende Martins <b>Ana Carolina B. Pereira</b> <b>Arthur Assis</b>	390
--	-----

PARECERISTAS DESTE NÚMERO	407
---------------------------	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO	409
----------------------	-----

## EDITORIAL

10

## DOSSIER

Historiography in a critical epoch: 1750-1850

Apresentação

*The history of historiography after the Linguistic Turn: beyond place metaphors*

**Valdei Lopes de Araujo**

13

History as concept and practice: historical knowledge in the Rio de la Plata (1780-1840)

**Fabio Wasserman**

15

The concept of history in Nueva España/México (1750-1850)

**Guillermo Zermeño**

37

Illustration, history and eclecticism: appreciations about the eclectic form to learn with history in XVIII<sup>th</sup> century

**Ana Rosa Cloclet**

75

Readings of the colonial past and historical narratives about Brazil in the early XIX<sup>th</sup> century: the French contribution

**Bruno Franco Medeiros**

88

## ARTICLES

21<sup>th</sup> century challenges to historiography

**Georg G. Iggers**

105

The historiographical originality of *La Méditerranée et Le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* and the braudelian conception of history

**Guilherme Ribeiro**

125

The shattered past: the specter of professional fragmentation in American historiography (1980-199)

**Arthur Avila**

145

On the possibility of the historical knowledge when it is near from the radical skepticism

**Fernando Amed**

163

Guerra e doutrina: a historiografia brasileira e o problema da autoridade colonial

**Marco Antonio Silveira**

178

The Johan Huizinga's historical morphology and the pragmatic character of the past

**Naiara dos Santos Damas Ribeiro**

234

The historian's work: between the 'historical science' and 'narrative art' <b>Diogo da Silva Roiz</b>	255
Between the ancient and modern: learning through of the history in Thomas Hobbes <b>Débora Vogt</b>	279
<b>REVIEW ESSAYS</b>	
<i>A ciência nos impérios português e espanhol</i> BLEICHMAR, Daniela et alii (ed.). <i>Science in the Spanish and Portuguese Empires: 1500-1800</i> . Stanford: Stanford University, 2009, 456pp. <b>Iris Kantor</b>	294
<i>Experiência, história e modernidade no Brasil oitocentista</i> ARAUJO, Valdei Lopes de. <i>A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)</i> . São Paulo: Hucitec, 2008, 204pp. <b>Rodrigo Turin</b>	299
<i>Biografia intelectual como exercício de escrita da história</i> SECCO, Lincon. <i>Caio Prado Junior: o sentido da revolução</i> . São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 253pp. <b>Sérgio Montalvão</b>	306
<i>Manuais didáticos de História do Brasil: entre a memória e o esquecimento</i> MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. <i>Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX</i> . Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, 224pp. <b>Rosana Areal de Carvalho</b> <b>Elvis Hahn Rodrigues</b>	314
<i>História dos modernos, vocação pelos antigos: sentidos do passado no alvorecer da modernidade</i> LOPES, Marcos Antônio (org.). <i>Idéias de história: tradição e inovação de Maquiavel a Herder</i> . Londrina: Eduel, 2007, 336pp. <b>Julio Bentivoglio</b>	320
<i>Hans-Georg Gadamer e a tradição</i> ARAUJO, André de Melo. <i>A atualidade do acontecer: o projeto dialógico de mediação na hermenêutica filosófica de Hans-georg Gadamer</i> . São Paulo: Humanitas, 2008, 240pp. <b>Pedro Spinola Pereira Caldas</b>	327
<i>Uma radiografia dos primórdios do ensino secundário no Brasil</i> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. <i>O ensino secundário no Brasil Império</i> . 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 272 pp. <b>Thais Nívia de Lima e Fonseca</b>	336
<i>Estudos sobre a escrita da história: alguns horizontes historiográficos</i> GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). <i>Estudos sobre a escrita da história</i> . Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, 265pp. <b>Helena Mollo</b>	341
<i>Em defesa de uma antropologia histórica: com os gregos e para além deles</i> DETIENNE, Marcel. <i>Os gregos e nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga</i> . Tradução de Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha. São Paulo: Loyola, 2008, 162pp. <b>Rafael Faraco Benthien</b>	352
<i>Joachim Radkau tenta escrever a biografia "definitiva" de Max Weber</i> RADKAU, Joachim. <i>Max Weber: Die Leidenschaft des Denkens</i> . München: Carl Hanser, 2005, 1.008pp. <b>Sérgio da Mata</b>	358



## HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT

*In memoriam* to the ‘savant of the Lagoa Santa’: science and history in letters of Gorceix to D. Pedro II 367

*In memoriam* ao “sábio de Lagoa Santa”: ciência e história em cartas de Gorceix a D. Pedro II 374

Cartas de Henri Gorceix a D. Pedro II

**Deise Simões Rodrigues**

## INTERVIEW

A culpa é de Hobbes e de Hume!

Uma entrevista com Estevão de Rezende Martins

**Ana Carolina B. Pereira**

**Arthur Assis**

390

## REVIEWERS OF THIS ISSUE

407

## EDITORIAL GUIDELINES

409

# Editorial

editorial

Num momento em que o crescimento do número de periódicos científicos espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação e a melhor situação de que passou a gozar a pesquisa nas Universidades brasileiras, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização do perfil das publicações.

Em seu quarto número, *História da Historiografia* consolida seu esforço de antecipar-se a esta tendência, dando, deste modo, continuidade a seu projeto de tornar-se um fórum de excelência no âmbito das sub-disciplinas que constituem seu foco e que são sua razão de ser.

Assim, mais uma vez brindamos os nossos leitores com artigos de pesquisadores de renome internacional no campo da História da Historiografia e da Teoria da História. Depois de Jörn Rüsen (HH, n. 2) e Hans-Ulrich Gumbrecht (HH, n. 3), é a vez do Prof. Georg Iggers honrar-nos com sua contribuição. Autor do clássico *A historiografia alemã. Uma crítica da concepção tradicional de história de Herder ao presente* (2ª edição, 1997) e de outros importantes estudos, o Prof. Iggers aprofunda a contribuição feita em seu *A ciência histórica no século XX* (2007). Fazendo o que poderíamos chamar de uma história imediata da história da historiografia, Iggers aborda as diferentes perspectivas que se colocam para a ciência histórica em tempos de "globalização".

Algumas destas perspectivas são discutidas mais detalhadamente em três outros artigos deste número. Na esteira de autores como Jenkins, Munslow e Eagleton, Fernando Amed faz uma reflexão sobre as possibilidades e limites do conhecimento histórico face às metamorfoses contemporâneas do ceticismo. O artigo de Diogo da Silva Roiz se move numa constelação homóloga, centrando-se, porém, nos debates travados em torno da dimensão narrativa do conhecimento histórico. Os desafios próprios colocados pelo atual regime de historicidade motivam ainda o estudo de Arthur Ávila sobre o fenômeno da fragmentação na historiografia norte-americana recente e, sobretudo, na forma como tal fragmentação tem sido percebida pelos historiadores daquele país. Num diagnóstico análogo ao que já fora feito por François Dosse, a discussão sobre a pluralização do discurso historiográfico parece assumir, nos Estados Unidos, um caráter mais marcadamente político que em outras comunidades historiográficas. Até que ponto esta fragmentação implicará numa despolitização do discurso historiográfico? Em última análise, a questão de fundo dos três autores diz respeito não diz respeito apenas à chamada crise da representação, mas se pergunta também sobre as eventuais implicações práticas desta crise. Posto em questão o princípio de realidade (visto que, para inúmeros intérpretes, o "real" sequer pode ser adequadamente representado), haverá ainda espaço, em história, para um princípio esperança?

De que forma o trabalho do grande historiador da cultura Johan Huizinga nos permite lançar luz sobre tais questões, é a preocupação central do artigo de Naiara dos Santos Damas Ribeiro. Ribeiro mostra como o mestre holandês desenvolveu uma abordagem extremamente original dos problemas colocados pela teoria crítica do conhecimento histórico (a partir de seu conceito de "sensação histórica"), como articulou método morfológico e preocupações de ordem pragmática. Outro grande clássico do pensamento histórico do século XX, *La Méditerranée* (1949) de Fernand Braudel, é submetido a uma cuidadosa

análise no artigo de Guilherme Ribeiro. Ao discutir o extraordinário impacto causado por esta obra, Ribeiro oferece-nos um balanço do projeto braudeliano de reconstrução – e que se que se mostraria vitorioso, ao menos na França – da historiografia numa Europa ainda em escombros.

Já o artigo de Marco Antônio Silveira nos transporta ao universo do Antigo Regime, ao desenvolver uma abordagem teórica e historiográfica do problema da autoridade no período colonial brasileiro. De forma abrangente e complexa, o autor busca identificar e reconstruir os fundamentos filosóficos da linguagem política daquela época.

O dossiê *A historiografia em época de crise: 1750-1850*, organizado por Valdeci Lopes de Araújo (cf. o respectivo texto de apresentação), oferece uma visão de conjunto sobre a escrita e o conceito de história no arco civilizacional que se estende da França e da Península Ibérica à América Latina no contexto daquilo que Reinhart Koselleck designou com seu intraduzível conceito de *Sattelzeit*.

Nossa seção de entrevistas traz o depoimento de Estevão de Resende Martins, professor da Universidade de Brasília e Presidente da Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia. O leitor poderá, assim, conhecer melhor a trajetória de um pioneiro brasileiro no campo da teoria da história, sua formação e sua vida dedicada à Universidade brasileira.

11

Ao leitor que se ocupa com a história da ciência certamente interessará a seção Texto e documento historiográfico, em que Deise Simões Rodrigues introduz e transcreve parte da correspondência trocada entre um dos pioneiros das ciências naturais no Brasil, Claude-Henri Gorceix, e o imperador Dom Pedro II.

Nossa seção de resenhas continua dando prova do vigor e da maturidade da reflexão brasileira no campo da teoria da história e história da historiografia. Ali os leitores terão acesso a comentários críticos de algumas das principais obras recentemente publicadas no país e no exterior.

A publicação deste número, porém, se faz sob o signo de uma grande perda. Como os demais pesquisadores da área, fomos surpreendidos, em abril último, pelo falecimento do Prof. Manuel Luiz Lima Salgado Guimarães. Mais que um dos precursores e principais responsáveis pelos avanços da história da historiografia no Brasil, Manuel Luiz Lima Salgado Guimarães foi um entusiasta desta publicação, tendo composto seu conselho consultivo desde o primeiro número. Os editores de História da Historiografia gostariam de registrar aqui não apenas sua admiração, mas também sua profunda dívida para com este grande intelectual e historiador.

**Os editores**

# Dossiê

dossier

A historiografia em época de crise: 1750-1850  
Historiography in a critical epoch: 1750-1850

## **A história da historiografia pós Giro Linguístico: para além da metáfora dos lugares**

Independentemente das avaliações que possamos fazer das polêmicas produzidas pelo Giro Linguístico, a historiografia que hoje praticamos foi profundamente afetada por ele. Uma melhor compreensão dos aspectos não representacionais da linguagem revelou ao historiador uma nova extensão da realidade. A forma como lemos os textos transformou-se, não estamos mais limitados aos seus conteúdos imediatos, aprendemos a perguntar por estruturas e fenômenos da linguagem, pela dimensão performativa dos discursos. Não apenas decifrar o sentido, mas descrever seus significados contextuais. A noção de contexto deixou de coincidir com o enquadramento dos objetos no estado-da-arte da história social; ele foi desnaturalizado, tornando-se um problema/objeto da pesquisa. No lugar do famigerado “contexto histórico”, aprendemos a desconstruir as imagens historiográficas e apontar novos problemas. Os diferentes campos da historiografia são afetados de modo distinto, mas na medida em que esse outro continente vai revelando sua extensão, os resultados dessas pesquisas afetam nossa compreensão da história.

A escrita da história deve ser estudada pelo uso de múltiplas ferramentas teórico-metodológicas. Durante muito tempo a metáfora do lugar pareceu dar conta dessas diferentes dimensões da escrita, mesmo que ela implicasse pontos cegos relevantes, como o da garantia epistemológica do lugar do qual se poderia analisar criticamente. A metáfora dos lugares parece ainda devedora da determinação externa da linguagem, sem permitir ver a própria linguagem como um lugar. Talvez pudéssemos substituí-la pela pergunta pelas situações ou modos de produção da historiografia, incluindo a linguagem em sua dimensão performativa. Não parece ser acidental que as principais fontes de inspiração para as novas agendas de pesquisa caminhem na direção de metáforas temporalizadas ou multidimensionais, tais como cronótopos, regimes, experiências, contextos, horizontes e expectativas.

Um dos traços da consciência histórica em sua fase clássica é a percepção de que a representação da história deve coincidir com a própria história; e que o conhecimento da história é uma das condições de seu acontecer. Talvez essa circularidade nos ajude a entender a força cognitiva que emerge nos grandes períodos comemorativos, neles podemos identificar momentos de esgotamento dessa conjunção entre a representação da história e seu acontecer. Assim, não é por acaso que o cronótopo moderno encontre um dos seus momentos de crise na revisão motivada pelas comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. Entre 1789 e 1889 o mundo ocidental organizou a experiência do tempo em torno de elementos centrais da metahistória liberal: nação, civilização, evolução, razão e indivíduo. No século seguinte, esses conceitos foram explorados até seus limites, de modo que em 1989 a Revolução Francesa já não poderia ser evocada apenas como a origem mítica de nosso mundo.

Os processos de Independência da América seguem nessa mesma direção, com um grande esforço de releitura da experiência da colonização e formação dos Estados-nacionais. Com a perda das grandes narrativas, esses eventos voltaram a exhibir certa opacidade, perderam o seu caráter fundador e tornaram-se fonte de disputa historiográfica. O próprio tema da revolução perdeu sua carga normativa na avaliação desses eventos. Antes, a sensação de estarmos vivendo em uma continuidade com essa história – éramos a sua realização seja como nacionalidade em formação, seja como homens modernos – gerava uma transparência que autorizava que medíssemos esse passado pelo que ele viria a ser: nós mesmos. Assim, entendemos a concentração dos problemas em temas como modernização, nação e revoluções incompletas. Buscavam-se as raízes desses

fracassos, mas sempre de posse de definições muito sólidas do que deveria ser ou ter sido a revolução, a modernidade ou a nação verdadeiras. Todos esses temas retornam com força na historiografia contemporânea, mas enfraquecidos em seus traços normativos e ampliados na vontade de descrevê-los mais do que defini-los.

Não poderia ser diferente com a história da historiografia. O deslocamento do foco analítico, que antes estava preocupado com a montagem de uma história celebrativa da formação de uma ciência, para o que se tem chamado de cultura histórica, ampliou o significado e o escopo de uma história da escrita da história. Esse deslocamento tem reflexos em todos os níveis, particularmente no alargamento das agendas de pesquisa, objetos de estudos e da variedade documental. Antes se impunha o limite de uma definição absolutamente estreita de "texto historiográfico" que excluía tudo o que não se encaixasse no cânone; agora, com a crescente consciência da historicidade dessas definições de "texto historiográfico" e da circularidade entre cultura histórica e historiografia, ficou mais claro que narrar os modos pelos quais os historiadores escreveram a história exige abordagens ao mesmo tempo especializadas e totalizantes. É preciso recuperar os múltiplos contextos que constituem uma determinada "cultura histórica", sejam eles contextos sociais, políticos, profissionais, intelectuais, conceituais, narrativos, dentre muitos outros que devem ser reconstruídos para que esses textos, imagens e representações readquiram significado.

Ao mesmo tempo em que recuperamos o absoluto enraizamento histórico da escrita da história, somos despertados para a impossibilidade de se compreender qualquer aspecto da história moderna sem o recurso a uma história da historiografia em suas relações com a cultura histórica. Não é possível descrever a formação dos Estados nacionais, as formas propriamente modernas de sociabilidade ou de ação política, sem atentar para o papel central que as representações, conceitos, narrativas e imagens históricas jogam na configuração desses mundos históricos. Mais do que apenas reagir ou servir a agendas de ação política ou social, as formas de experimentar e representar passado, presente e futuro constituem uma das condições estruturantes dessa história, tornando-se um contexto sem o qual não se pode interpretar os fenômenos da história social ou política.

É neste cenário que podemos entender as contribuições reunidas neste dossiê. A partir de diferentes perspectivas e abordagens, todos os autores procuram reintegrar a história da historiografia em seus horizontes conjunturais, demonstrando, ao mesmo tempo, sua centralidade para a compreensão desse momento de crise fundadora dos tempos modernos. Os textos Fabio Wasserman e Guillermo Zermeño estão entre os melhores exemplos dessas transformações no mundo hispano-americano. Seja pelo viés da história dos conceitos e das linguagens, seja pelo estudo exaustivo da "cultura histórica", estes autores têm produzido uma historiografia capaz de interferir na revisão dos processos de independência em seus respectivos países. O texto de Ana Rosa Clochet segue a tendência de recuar essa nova agenda de investigação para o século XVIII luso-brasileiro, revendo e ampliando temas clássicos tratados quase que exclusivamente por uma antiga história das ideias, como é o caso do ecletismo. Por fim, o texto de Bruno Medeiros aposta na descrição de um dos contextos centrais de nossa historiografia, a saber, a "tradição francesa". No lugar de uma cansada história das influências, o autor estabelece tradições e modelos historiográficos efetivamente vigentes naquele momento de nossa história nacional. Em todas essas contribuições, a modernidade é desfeita de sua presença mítica e reavaliada como processo histórico complexo e ambíguo, recuperando algo da opacidade que desafiava os sujeitos históricos que viviam a crise que a inaugurou.

Valdei Lopes de Araujo

# La historia como concepto y como práctica: conocimiento histórico en el Río de la Plata (1780-1840)

History as concept and practice: historical knowledge in the Río de la Plata (1780-1840)

---

**Fabio Wasserman**

Investigador Adjunto del CONICET  
Universidad de Buenos Aires (UBA)  
fwasserm@filo.uba.ar  
Bauness, 1626  
Buenos Aires  
1431  
Argentina

---

## Resumo

El artículo se propone analizar las formas de conocimiento histórico desarrolladas en el Río de la Plata entre 1780 y 1840 teniendo en cuenta sus condiciones de producción y su sentido. Para ello se examinan los marcos conceptuales referidos a la historia, su conocimiento y representación; la progresiva toma de distancia frente a la literatura para poder constituirse en una forma de conocimiento crítico y pragmático; los usos sociales que se le daba al pasado; y algunas prácticas vinculadas al saber histórico como la edición de colecciones documentales. A lo largo de esta indagación se consideran tanto las condiciones intelectuales como políticas que afectaron la producción de conocimiento y representaciones históricas. En ese sentido se presta especial atención a las innovaciones promovidas por los escritores ilustrados y al impacto provocado por el proceso revolucionario en la relación que se establecía con el pasado, el presente y el futuro.

15

## Palavras-chave

Conhecimento histórico; História da historiografia; História dos conceitos.

## Abstract

This article tries to analyze the diverse approaches to the study of history that developed in the Río de la Plata between 1780 and 1840, considering both their conditions of production and their objectives. With that aim, I will analyze the diverse conceptual frameworks used for the study of history, its knowledge and representation; the progressive distance from literature in order to constitute itself in a form of critical and pragmatic knowledge; the social uses given to the past; and some practices linked to the historical wisdom, like the edition of documental collections. I will also explore the intellectual and political conditions that shaped the production of knowledge and historical representation. In particular, I will focus on the innovation brought about by the Enlightened writers and on the impact of the revolutionary process in the relationship established between past, present and future.

## Keyword

Historical knowledge; History of historiography; History of concepts.

---

Enviado em: 08/04/2010  
Autor convidado



Este trabajo se propone examinar algunos rasgos del conocimiento histórico producido en el Río de la Plata entre 1780 y 1840.<sup>1</sup> En ese sentido, y antes de avanzar, resulta necesario realizar algunas precisiones referidas al recorte temporal y al tema del artículo.

La elección de este período apunta a indagar dos cuestiones. Por un lado, el proceso de renovación de las formas de conocimiento histórico promovida por los escritores ilustrados. Por el otro, los cambios en la relación con el pasado, el presente y el futuro que provocó el proceso revolucionario iniciado en 1810. En cuanto al cierre, se decidió que fuera en 1840 para poder incluir en el análisis una práctica ligada a la producción de conocimiento histórico como la edición de colecciones documentales (DE ANGELIS 1835-9). También hubiera sido legítimo extender el estudio unos años más a fin de incluir al grupo romántico conocido como la *Generación de 1837* (MYERS 1999). Sin embargo, y a pesar de la importancia que tuvo su intervención en el campo del conocimiento histórico y de las representaciones del pasado, se decidió dejarla de lado tanto por razones de espacio como por haber sido objeto de varios estudios recientes (PALTI 2009; WASSERMAN 2008a y 2009).

En cuanto al tema del trabajo, cabe advertir que no se trata de una cuestión que haya suscitado demasiado interés en el Río de la Plata para el período aquí analizado, a diferencia de lo sucedido en otros espacios iberoamericanos como México, Brasil o España. En efecto, los estudios más completos sobre la producción historiográfica realizada durante ese período fueron publicados hace bastante tiempo (CARBIA 1939; ODDONE 1959). Y desde entonces no es mucho lo que se ha avanzado, pues sólo se han realizado análisis específicos sobre algún autor u obra que, además, y salvo excepciones, estuvieron animados por otro tipo de interrogantes. Tanto es así que los autores del más importante estudio sobre la historia de la historiografía argentina realizado en las últimas décadas, también decidieron comenzar su examen en la segunda mitad del siglo XIX (DEVOTO y PAGANO 2009).

Esto puede atribuirse en parte a los enfoques utilizados para examinar los fenómenos vinculados al conocimiento histórico: la historia de la historiografía y la historia de las ideas. La historia de la historiografía tendió a hacer foco en el proceso de construcción de una disciplina erudita que, sin dejar de lado los esquemas interpretativos, también debía prestar atención a la dimensión heurística tal como comenzó a practicarse entre fines del siglo XIX y principios del XX. De ese modo, y al no poder ajustarse a esa grilla interpretativa, se tendió a dejar de lado las formas de conocimiento histórico y las representaciones del pasado elaboradas previamente. La historia de las ideas, por su parte, suele

---

<sup>1</sup> La decisión de considerar al Río de la Plata y no a Argentina como unidad de análisis procura evitar el anacronismo que implicaría concebir a esa nación como una entidad que hereda y continúa al Virreinato creado en 1776 y del que también formaban parte territorios pertenecientes a las actuales repúblicas de Bolivia, Paraguay y Uruguay. Asimismo permite dar cuenta de un rasgo fundamental del período posrevolucionario: la indeterminación que existía con respecto a qué pueblos y cómo debían organizarse políticamente, cuestión que recién se resolvió en la segunda mitad del siglo XIX (CHIARAMONTE 2009). Para un panorama de la historia política del período de los pueblos que actualmente constituyen Argentina, puede consultarse GOLDMAN 1999 y TERNAVASIO 2009.

privilegiar el análisis de un canon compuesto por un reducido grupo de autores y textos a los que se procura encuadrar en alguna corriente ideológica, filosófica, estética o política. Y si bien en los últimos años se han realizado estudios desde la historia cultural que ampliaron el campo de indagación mediante el examen de prácticas, discursos, representaciones e instituciones, son contados los trabajos sobre el período en los que se considera desde esta perspectiva las expresiones vinculadas a la historia y su conocimiento.

Este relativo desinterés también puede atribuirse al hecho que las obras referidas al pasado producidas en el período aquí analizado difícilmente podrían considerarse historias nacionales. En ese sentido se debe tener presente que tanto en Argentina como en Uruguay la cuestión nacional ocupó el centro de las preocupaciones historiográficas durante el siglo XX. De ahí que casi invariablemente se tomara como punto de partida el último tercio del siglo XIX cuando se publicaron las primeras historias que pueden considerarse nacionales. Mientras que en Uruguay se resalta la obra de Francisco Bauzá (1849-1899) como artífice de la historia de esa nacionalidad (BAUZÁ 1880-2), en Argentina dicho mérito es atribuido a las obras mayores de Vicente F. López (1815-1903) y, en especial, a las de Bartolomé Mitre (1821-1906) (MITRE 1887 y 1887-1890; LÓPEZ 1883-1893).<sup>2</sup> Esta caracterización se anuda con el enfoque realizado por la historia de la historiografía, pues también se plantea que a la par de esas historias nacionales comenzaron a sentarse las bases de la disciplina como práctica de conocimiento erudita, en especial tras la polémica animada por Mitre y López en 1881/2 que es considerada como el hecho fundacional de la historiografía rioplatense (CARBIA 1939, EUJANIÁN 1999).

Teniendo en cuenta lo antedicho se entiende por qué las formas de conocimiento histórico y las representaciones del pasado elaboradas durante el siglo XVIII y la primera mitad del siglo XIX no merecieron mayor interés o se las consideró anacrónicamente como esbozos fallidos o una suerte de prehistoria de la historiografía. Por el contrario, en este trabajo se propone examinar las formas específicas asumidas por el conocimiento histórico entre 1780 y 1840 teniendo en cuenta sus condiciones de producción y su sentido. Para ello se analizarán diversas cuestiones como la mutación que sufrió el concepto de historia, la progresiva toma de distancia frente a la literatura, los usos que se le daba al pasado y algunas prácticas vinculadas al saber histórico como la edición de colecciones documentales.

### **De las crónicas religiosas a la crítica ilustrada**

Tal como lo consignan los diccionarios de la época, en el siglo XVIII la voz historia era utilizada en Hispanoamérica para referirse a una narración continuada y verídica sobre cosas y sucesos célebres o memorables. Estos relatos, concebidos como una pluralidad de historias singulares sobre asuntos o temáticas

<sup>2</sup> Para la obra de Bauzá puede consultarse PIVEL DEVOTO 1967. Para las de Mitre y López HALPERÍN DONGHI 1996 a y b; BOTANA 1991; DEVOTO y PAGANO 2009. Un examen comparativo de la obra de Bauzá, Mitre y Varnhagen en DEVOTO 2008.

específicas, eran en general crónicas y testimonios sobre la conquista, colonización y evangelización destinados a ensalzar o reivindicar a sus protagonistas ya sean personas o instituciones como una orden religiosa. En cuanto a su pretensión de verdad, debe tenerse presente que las narraciones históricas eran valoradas por sus cualidades retóricas o literarias y por su carácter ejemplar (ZERMEÑO PADILLA 2008, p. 13). Es por ello que la definición de los diccionarios glosada al principio del párrafo no debe inducir a error, pues no alude al examen crítico de los documentos sino a la confianza que despertaban los testimonios realizados por los protagonistas o testigos directos de los sucesos.

En el Río de la Plata las obras de este género no se distinguían de las producidas en el resto de Hispanoamérica salvo por dos rasgos negativos: su carácter exiguo y su mayor pobreza en términos discursivos. En esto debió pesar el hecho que se tratara de un territorio de baja densidad demográfica, relativamente marginal, de escaso desarrollo institucional y cultural, y en el que además no ocurrieron hechos de importancia o que despertaran demasiado interés para la corona española.<sup>3</sup> Si a esto se le suma la ausencia de instituciones letradas como las academias y el hecho que buena parte de esos textos permanecieran inéditos hasta los siglos XIX y XX, se entiende por qué, a diferencia de lo sucedido por ejemplo en México o Perú, no pudo conformarse un corpus que diera sustento a una tradición historiográfica o literaria de carácter local.

Con el correr de los años sin embargo comenzó a plantearse la necesidad de examinar críticamente a esos relatos, muchos de los cuales daban valor de verdad a milagros, fábulas y leyendas. Este propósito cobró mayor vigor a mediados del siglo XVIII, alentado por clérigos como el Padre Pedro Lozano (1687-1752), cronista regional de la Orden Jesuita en la provincia del Paraguay que en la década de 1740 escribió **La Historia de la conquista de las provincias del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán** como introducción a una **Historia de la Compañía de Jesús en el Paraguay**. Su obra sin embargo se publicó en Europa sin esa introducción que permaneció inédita hasta 1873. Su sucesor, el Padre José Guevara (1719-1806), nacido en España pero educado en la Universidad de Córdoba, llegó a escribir poco antes de la expulsión de la Orden una **Historia del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán** que recién se conocería setenta años más tarde y en forma parcial.

Guevara decidió comenzar su texto recordando con ironía la obra de sus antecesores en el cargo al destacar su atractivo para quienes se interesasen en "(...) las Historias de Indias: novedades que deleitan, prodigios naturales que admiran, conquistas que entretienen: tiranías y levantamientos que asombran" (GUEVARA 1908, p.2). Líneas antes, sin embargo, había admitido que esa toma de distancia no era suficiente para escribir una historia en "Los tiempos juiciosamente críticos en que vivimos", pues la falta de archivos, la poca credibilidad de algunos autores, el carácter inédito de muchas obras, la distancia

<sup>3</sup> Cabe advertir que esta caracterización no se adecua del todo a las misiones jesuíticas guaraníes en Paraguay y a la región del noroeste de antigua población y estrechamente conectada con Perú.

de los hechos y su carácter confuso, "(...) dificultan esta obra, que algunos emprendieron y desea el orbe literario" (GUEVARA 1908, pp.1-2).

Este deseo del "orbe literario" pudo empezar a satisfacerse unos pocos años más tarde en el marco de las reformas borbónicas que, entre otros objetivos, procuraban afianzar el control de la corona sobre el recién creado Virreinato. Esto requería de un mejor conocimiento del territorio, su población y sus recursos, razón por la cual comenzó a cobrar mayor importancia la actuación de letrados laicos que eran también funcionarios imbuidos de ideas ilustradas. Es el caso del coronel de ingenieros Félix de Azara (1746-1821), quien permaneció varios años en la región como miembro de las comisiones que debían delimitar la frontera con los dominios portugueses. Durante su estadía tomó contacto con documentos y crónicas que no lo dejaron satisfecho, por lo que hacia 1790 creyó necesario escribir una **Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata** para rectificar los errores de esos textos que atribuía a la ignorancia y malicia de sus autores (AZARA 1943, p. 5).

Aunque éste y otros de sus escritos también se publicaron tardíamente y en forma póstuma, su toma de distancia crítica frente a los cronistas puede considerarse como el inicio de una nueva tradición que concebía a la historia como proveedora de conocimientos empíricos útiles para la sociedad. Este carácter pragmático, alentado por los escritores ilustrados, constituyó de ahí más uno de los rasgos distintivos del concepto de historia al considerársela como una indagación que, más allá de las cualidades de su escritura, debía estar al servicio de un fin superior, ya sea cívico, moral, político o económico. En ese marco la historia fue ampliando sus posibles usos: si durante siglos había sido considerada como un género literario y como un repertorio de ejemplos destinado a orientar la toma de decisiones, desde fines del setecientos también comenzó a sostenerse que para contribuir a la ilustración y mejora de la sociedad, debía asumir nuevos criterios de verdad ligados a la experiencia y el uso de la razón en alianza con la filosofía y otros saberes prácticos como la economía y la geografía. De ese modo, y sin que dejara de ser considerada como *magistra vitae*, también comenzaron a valorarse sus funciones crítica y pragmática.

Esta concepción puede apreciarse en la prensa ilustrada que empezó a editarse a principios del siglo XIX y que más allá de su exiguo número de lectores, promovió un cambio cualitativo en la vida cultural al tratarse de un medio público y controvertible. El **Telégrafo Mercantil, Rural, Político-Económico e Historiográfico del Río de la Plata**, por ejemplo, hizo honor a su título al dar cabida a escritos históricos, algunos de los cuales suscitaban discusiones como la referida a la fundación de Buenos Aires que ocupó varios números del periódico. Su editor, el extremeño Francisco Antonio Cabello y Mesa (1764-1814), se jactaba de haber logrado que funcionarios de distintas jurisdicciones le enviaran relaciones históricas a las que consideraba

Arsenales donde el Filósofo se proveerá de armas invencibles para destruir la muchedumbre de inepticias e imposturas que leemos en cuantos hasta hoy han escrito su peculiar historia, suplirán la deficiencia de nuestros

archivos, dilucidarán muchos importantes, y curiosos puntos que están dudosos, (...) (**Telégrafo** nº 26, 1/11/1801).

Ahora bien, esta pretensión no era fácil de cumplir dada la falta de documentos fiables o fáciles de ubicar. A esto se le debe sumar la ausencia de instituciones letradas, pues en el virreinato rioplatense sólo existían las universidades de Córdoba y de Chuquisaca en las que se ofrecía una formación teológica y jurídica. Y así como no se fundaron academias, tampoco tuvieron éxito las sociedades de amigos del país que fueron tan caras a la ilustración hispana. Esto fue subsanado de algún modo por las órdenes religiosas que conservaban los documentos producidos por sus miembros, pero sobre todo por coleccionistas particulares que también solían ser clérigos. Es el caso de Saturnino Segurola (1776-1854) que se destacó como proveedor de documentos para que otros elaborasen sus obras como lo haría el Deán Funes (1740-1829) en su **Ensayo de la Historia Civil de Buenos Aires, Tucumán y Paraguay** publicado en 1816/7 (FUNES 1856). Claro que para ese entonces la situación ya era otra, pues estaba en curso la revolución de independencia que, sin quebrar el marco conceptual de historia, promovió nuevos usos de la misma a la vez que dio lugar a otra relación con la temporalidad al producir una ruptura con el pasado (WASSERMAN 2008b y 2009).

### **El proceso revolucionario y la apertura de un nuevo horizonte de expectativas**

20

Desde la llegada de los europeos a comienzos del siglo XVI y durante más de dos siglos, el Río de la Plata fue un territorio situado en la periferia del imperio español. La vida de sus habitantes transcurría lejos de la metrópoli y de Europa, pero también de los centros de poder en América que eran México y Perú. Este carácter marginal dificultaba la posibilidad de que a los hechos locales se les asignara un carácter trascendente que los hiciera acreedores del recuerdo histórico. Esto comenzó a cambiar en el último tercio del siglo XVIII producto de la reorientación atlántica de la economía, el mayor interés mostrado por las potencias europeas en la región y, sobre todo, la creación del Virreinato del Río de la Plata con capital en Buenos Aires. De ese modo, el creciente desarrollo económico, demográfico e institucional, sumado a una mayor conexión con el mundo, permitió que se le diera mayor importancia a los sucesos locales y, además, que comenzara a augurarse un futuro promisorio para la región.

Ambas cuestiones pueden percibirse en la obra de los ilustrados criollos en cuyos escritos, particularmente los económicos, cobró forma un tópico que tendría una larga vida: imaginar un destino de grandeza para los pueblos del Plata. Esta percepción halagüeña se afianzó y se extendió rápidamente a la vez que comenzó a cobrar un nuevo sentido durante los primeros años del siglo XIX al atribuirse ese futuro a las cualidades del territorio y al esfuerzo de su población más que al posible accionar de la corona. En ese sentido resultó decisiva la resistencia a los intentos de ocupación británica de Buenos Aires y Montevideo en 1806/7, pues ésta recayó en las fuerzas locales ante el fracaso



de las tropas regulares y la defección de las autoridades coloniales. Estos sucesos inflamaron el orgullo de la población y alentaron la necesidad de dar testimonio histórico dado su carácter trascendente y ejemplar. Es por eso que Martín de Álzaga (1755-1812), un próspero comerciante de origen vasco que tuvo un rol destacado en la defensa de Buenos Aires y en la política local, podía señalar en julio de 1807 que ese triunfo debido a un pueblo que sacrificó sus intereses y sus vidas "(...) formará una época memorable en la historia que servirá de modelo de fidelidad y patriotismo a todos los que tienen la dicha de ser vasallos del mejor de los monarcas y gobernados por las más sabias leyes del mundo" (ÁLZAGA 1972, p. 215).

Ahora bien, a pesar de las consideraciones de Álzaga sobre las cualidades de su rey, era fácil advertir que la monarquía estaba sufriendo una aguda crisis. Ésta terminó de precipitarse entre comienzos de 1808 y 1810, vale decir, entre las abdicaciones de Bayona que provocaron el traspaso de la corona a José Bonaparte y la disolución de la Junta Central. Este desenlace dio lugar a la creación en varias ciudades americanas de Juntas de Gobierno que desconocían a las autoridades metropolitanas y a sus funcionarios locales tal como se hizo en Buenos Aires el 25 de Mayo de 1810 dando inicio a la Revolución de Mayo.

Fue entonces el proceso iniciado a partir de esos sucesos y que pronto se convirtió en una revolución de independencia, el que extendió la noción de estar viviendo "una época memorable en la historia". Más aún, la revolución provocó un cambio cualitativo en la percepción de los criollos y españoles que adhirieron a ese nuevo curso, pues no sólo creían estar protagonizando o asistiendo a sucesos dignos de recuerdo, sino que para muchos se trataba también de un nuevo punto de partida a partir del cual se regeneraría la sociedad y reinaría la libertad tras siglos de despotismo y dominio colonial (HALPERÍN DONGHI, 1985). Esta percepción informó a buena parte de la producción discursiva que se elaboró durante las décadas siguientes: al pasado colonial que era considerado como una totalidad opaca de la que casi nada podía ser rescatado, se le contraponía un presente de lucha y regeneración y un futuro cargado de promesas. Esto permite entender, al menos en parte, por qué fueron escasos los intentos para desarrollar relatos históricos sobre ese pasado que sólo parecía merecer repudio y cuyas enseñanzas sólo podían ser negativas (WASSERMAN 2008a, cap. VII).

La revolución ahondó así la brecha entre experiencia y expectativas. El pasado local no parecía tener demasiado para enseñar, mientras que el futuro se constituyó en el norte que orientaba y daba sentido a las acciones. Esto sin embargo no provocó en lo inmediato un abandono del marco en el cual se concebía a la historia, pues ésta no se constituyó en un metaconcepto capaz de actuar como un "principio regulativo de toda experiencia y de toda expectativa posible" (KOSELLECK 2004, p. 82). En efecto, a pesar de la ruptura producida por la revolución y por la progresiva difusión de filosofías de la historia ilustradas, siguió primando una concepción de la historia considerada como un repertorio de argumentos o ejemplos del cual podían extraerse enseñanzas, dada la presunción que toda experiencia podía ser reducida a otra ya acontecida y más

aún si ésta era de la antigüedad clásica o era tomada de la historia sagrada (DI STÉFANO 2003).

### La revolución y los usos de la historia

La revolución no provocó un quiebre en el marco en el que era pensada la historia, pero alentó nuevos usos que afectaron al concepto. En efecto, el acelerado proceso de politización e ideologización, el hecho de experimentar vivencias inéditas, la apertura de nuevos horizontes de expectativa, la necesidad de dotar de sentido al proceso en curso, de hacer propaganda y de reivindicar a sus protagonistas, sumados a otros factores como la proliferación de impresos, le dieron mayor densidad al concepto de historia, a la vez que se generalizó y comenzó a tener nuevos usos políticos en los que, a la par de su carácter retórico, cobraban mayor valor sus funciones pedagógica, pragmática y crítica.

La historia procuró ser utilizada en primer lugar para legitimar a la revolución. Es por ello que en 1812, y en su calidad de Secretario del Triunvirato que gobernaba a las provincias del Río de la Plata, Bernardino Rivadavia (1780-1845) le solicitó al dominico Julián Perdriel que escribiera una "Historia Filosófica de nuestra feliz Revolución" que, en la línea del Abate Reynal, debía fustigar al dominio colonial y, a la vez, "(...) perpetuar la memoria de los héroes, las virtudes de los hijos de la América del Sud, y la época gloriosa de nuestra independencia civil" (PICCIRILLI 1960, t. I, p. 203).

La apelación a la historia para legitimar a la revolución podía asumir también otras modalidades. Por ejemplo, podía inscribirla en una serie que, si bien histórica, se la suponía inmune a las contingencias temporales: la historia de la Libertad. Así, al inaugurarse en 1813 una asamblea constituyente, el ejecutivo podía proclamar que

(...) los esfuerzos de las almas libres, al fin solo han servido de trofeos al despotismo, presentando en la historia de los pueblos una constante alternativa de gloria y degradación; sin embargo, la libertad existe en los decretos de la naturaleza, y por su origen es independiente de todas las vicisitudes de los siglos (**Manifiesto** 31/1/1813).

Esta consideración de la historia como repetición era subrayada pocas líneas después al advertirse que los esfuerzos para alcanzar la libertad fueron combatidos no sólo por los opresores sino también por los oprimidos, pues "Era necesario que los anales de nuestra revolución no desmintiesen las verdades que justifica la historia de todos los pueblos; (...)" (**Manifiesto** 31/1/1813).

De ese modo la historia también permitía entender los retrocesos sufridos por la revolución. Algunos dirigentes entendían en ese sentido que el proceso revolucionario no podía afianzarse y encontrar su verdadero cauce ya que la población seguía sumida en las tinieblas tras siglos de despotismo. Es por ello que también se propiciaba el recurso a la historia como un medio capaz de iluminar a la sociedad al ponderarse su capacidad pedagógica. El *Prospecto* del periódico *El Independiente* publicado en 1815 y que algunos autores atribuyen al político y publicista radical Bernardo de Monteagudo (1789-1825) y otros a

Manuel Moreno (1782-1857), notaba en ese sentido que

Sin la historia, que es *la escuela común del género humano*, los hombres desnudos de experiencia, y usando sólo de las adquisiciones de la edad en la que viven, andarían inciertos de errores en errores (...) [pues no habría como] suplir los saludables consejos que aquella maestra incorruptible nos suministra a cada momento (MONTEAGUDO 1916, p. 309 –destacado en el original-).

Se trataba de una pedagogía que extraía las lecciones del pasado pues éste era considerado como un espejo en el que podía reflejarse el presente. Su sentido sin embargo era algo más complejo, pues esas enseñanzas estaban orientadas hacia ese nuevo futuro que había sido inaugurado por la revolución. Es que junto a la concepción tradicional de la historia como *magistra vitae*, también comenzaba a abrirse paso otra que, forjada por las filosofías de la ilustración, apuntaba a explicar los cambios sociales como progresivos avances de la humanidad desde las tinieblas hacia la luz con lo cual iba perdiendo peso la idea de la historia como mera repetición. Un periódico mendocino, por ejemplo, afirmaba pocos años después que

En el estado en que se hallan las luces del siglo 19 y en que parece que el género humano marcha, en fin con pasos de gigante hacia la verdad y la felicidad, no es posible ya retroceder, sin causar su propia ruina. Por fortuna la revolución que nos arrancó de las garras de una fiera madre, nos pone en la situación de andar también la carrera que conduce a la prosperidad. Ella está sembrada de dificultades que, sin embargo, no son insuperables. Tenemos pues que combatir preocupaciones con el carácter de respetables por su antigüedad, proscribir errores recibidos por verdades y destruir hábitos de tres siglos, consagrados por la ignorancia. La escena ha cambiado y es menester cambiar nuestro modo de existir y obrar en sentido contrario al de nuestros padres. Si se exceptúa la Religión, (...), es preciso olvidar todo lo que aprendimos de ellos, (...). Si queremos ser libres es menester romper todos los hilos de esta espantosa trama y preparar el camino hacia la prosperidad por una nueva educación (**El verdadero amigo del país** nº 8, 19/11/1822 cit. en ROIG 1968, p. 48).

23

De ese modo, y sin que dejara de ser considerada una narración, un repertorio de ejemplos o una fuente de conocimientos, la Historia, a la que cada vez era más habitual escribir con mayúscula, también había comenzado a adquirir un cariz abstracto, singular y universal asociado a la Filosofía como explicación racional de los hechos y a valores absolutos como la Libertad que eran los que la orientaban y le daban un rumbo.

Ahora bien, a pesar de la valoración positiva que se hacía de la historia, durante esos años no se dio mayor impulso al conocimiento histórico. Esto se debió entre otras razones al extendido juicio crítico sobre el pasado colonial y al hecho que el centro de las preocupaciones políticas e intelectuales estuviera puesto en el conflictivo presente y en un futuro que se presentaba tan promisorio como incierto. Con lo cual podrían haberse producido varias historias de la revolución como la que le había sido encargada a Perdriel en 1812. Sin embargo, esto no sólo no sucedió sino que el propio Perdriel no pudo avanzar con su trabajo,



pues las divisiones que afectaban a la dirigencia criolla dificultaban la realización de un relato sobre el proceso revolucionario capaz de conformar a todos sus protagonistas.

### **El Ensayo del Deán Funes**

En verdad resultaba imposible sustraerse a esas divisiones, tal como lo pudo comprobar el propio Perdriel cuando en 1814 un nuevo gobierno le retiró el encargo hecho dos años antes. Si bien se alegaron razones económicas, éstas eran claramente políticas, pues en ese mismo acto se le transfirió la comisión al Deán Funes quien desde hacía tiempo venía preparando una historia de la región. Este renombrado letrado y político cordobés aprovechó la nueva situación para anunciar públicamente su obra, dejando asentado además que tendría como guía dos preceptos caros a la ilustración: la utilidad y la búsqueda de la verdad (CARBIA 1939, p. 73).

El texto, que ocupó tres tomos y se tituló **Ensayo de la Historia Civil de Buenos Aires, Tucumán y Paraguay**, comenzó a publicarse en 1816. Ese mismo año se declaró la independencia de las Provincias Unidas en Sud América, hecho que le dio a la obra un renovado sentido. Es por ello que en su dedicatoria *A la Patria*, Funes se permitió llamar la atención sobre esa novedad al plantear que ahora primaba la libertad de los ciudadanos en contraposición a la opresión vivida en el Antiguo Régimen. Más aún, la propia publicación del **Ensayo** era una muestra de esa novedad pues, como también advertía en el Prólogo, recién ahora que “la verdad recobró sus derechos” podía escribirse sin temor a la reacción de un gobierno despótico (FUNES 1856, t. I, p. VI).

En cuanto al **Ensayo** en sí, y tal como permite entrever su título, no parecía apartarse demasiado de las crónicas coloniales. Claro que no se trataba de una cuestión meramente nominal, pues también copió casi literalmente muchos de sus contenidos a los que revistió con un estilo retórico neoclásico y acompañó con juicios de valor hechos en clave ilustrada y republicana. Esto le valdría ser acusado de plagiarlo en numerosas ocasiones, aunque también debe decirse que se trataban de textos poco conocidos y en su mayoría inéditos. La parte más original de la obra es el último capítulo referido a la revolución al que tituló **Bosquejo de nuestra revolución desde el 25 de Mayo de 1810 hasta la apertura del Congreso Nacional el 25 de Marzo de 1816**. Ahora bien, su originalidad era más empírica que conceptual, pues no se apartaba en lo más mínimo del paradigma que consideraba a la historia como un repertorio de lecciones y ejemplos morales. Es por ello por ejemplo que para explicar las divisiones que aquejaron a la dirigencia revolucionaria, Funes decidió recurrir a un texto sobre la Revolución Francesa que a su vez la interpretaba siguiendo a los clásicos romanos. De ahí se permitía concluir que “(...) cuando fijamos la consideración en nuestras disensiones, no parece sino que Cicerón, Tacito y Salustio escribieron para nosotros” (FUNES 1961, p. 16/7 [1817]).

Más allá de las consideraciones que pudieran hacerse sobre sus contenidos y su estilo, el **Ensayo** constituyó el más importante trabajo de historia realizado

en los años inmediatamente posteriores a la revolución. En ese sentido su análisis resulta de gran interés, pues también permite apreciar los problemas que tenía la producción de relatos históricos durante ese período.

Como ya se señaló, la principal dificultad para concretar ese género de trabajos no provenía sólo de la escasez de fuentes o de las concepciones historiográficas vigentes que tendían a valorar sus cualidades retóricas, sino más bien de una restricción ideológica que afectó a la producción de conocimiento histórico en gran parte de Hispanoamérica hasta fines del siglo XIX: el extendido juicio crítico sobre el pasado colonial (COLMENARES 1997). En el caso del **Ensayo**, ya en sus primeras páginas se percibe la tensión provocada por esta valoración. El Prólogo comienza señalando que va a omitir los hechos carentes de utilidad para concentrarse en "(...) aquellos que nos hagan conocer las costumbres, el carácter del gobierno, los derechos imprescriptibles del hombre, el genio nacional y todo aquello que nos enseña a ser mejores". Pero Funes no parecía creer que hubiera demasiados hechos de esta naturaleza en el pasado rioplatense. A continuación dejaba en claro que éstos sólo podrían destacarse por contraste al advertir que sus materias no estarían a la altura de las tratadas por "historiadores de naciones grandes" que se refieren a

(...) guerras ruidosas, hazañas memorables, imperios destruidos o fundados, reyes muertos o fugitivos, y proyectos profundos de política o de moral, que por naturaleza entretienen y recrean el ánimo. Mi trabajo es mucho más limitado y estéril. Guerras bárbaras casi de un mismo éxito, crueldades que hacen gemir la humanidad, efectos tristes de un gobierno opresor, este es mi campo. (FUNES 1856, t. I p. VI).

Aunque calificaba a su trabajo como "más limitado y estéril" igual mantenía la esperanza de que fuera recompensado por su utilidad al notar que "Siempre en acción la tiranía y los vicios de los que nos han gobernado, nos servirán de documentos para discernir el bien del mal y elegir lo mejor". La obra podía entonces sumar juicios críticos sobre el pasado colonial y el dominio español, pero difícilmente se encontraría en ella una historia edificante con episodios y figuras dignas de emular o de recuperar como modelos de virtud o de amor a la patria.

Al finalizar el Prólogo, Funes también dejó planteada otra cuestión que estaría presente de ahí en más cuando se procurara dar cuenta de la historia local: insistir en la utilidad de su trabajo, ya que a pesar de sus insuficiencias y de la valoración negativa que hacía sobre la etapa de dominio español, era el único relato más o menos completo sobre el pasado rioplatense. Y con esto no sólo hacía referencia al colonial, pues su último capítulo constituyó durante varias décadas uno de los pocos relatos públicos sobre el proceso revolucionario. Es por ello que en más de una ocasión sus ideas, e incluso sus propias palabras, fueron hechas suyas por otros autores.

El **Ensayo** se convirtió así en una referencia obligada aún para quienes eran críticos de la obra. En ese sentido debe considerarse que, ya sea para bien o para mal, muchas veces los juicios sobre el texto se confundían con los que se

hacían sobre su controvertido autor. Es que cuando Funes lo publicó en 1816, ya contaba con una vasta trayectoria como político y eclesiástico a lo largo de la cual se había ganado amigos y enemigos poderosos. Pero también era considerado un escritor talentoso cuya fama se había extendido fuera del Río de la Plata. Esta valoración de sus cualidades intelectuales fue reafirmada por algunos de sus tempranos lectores que, al compartir sus referencias estéticas e ideológicas, podían encontrar en la obra virtudes dignas de destacar. Es el caso de Rivadavia, quien tras leer los dos primeros tomos en París donde cumplía una misión diplomática, le escribió al Deán destacando sus "luces y talentos" que han

(...) creado la Historia de nuestro origen, pues es preciso decirlo, que sin el mérito de su composición él hubiera quedado a merced de la imaginación de nuestros poetas, formando en más o menos líneas, aquél génesis vago que sirve de introducción a las Historias Nacionales (PICCIRILLI 1960, t. I, p. 204).

Recordemos que en 1812 Rivadavia le había encargado a Perdriel que escribiera una historia que criticara al orden colonial y legitimara a la revolución. Pero cuando comenzó a leer el **Ensayo** se encontró con algo más: con un relato que, a su juicio, explicaba el origen de la sociedad sin recurrir a la vaguedad de la poesía y la imaginación. En ese sentido advertía que a través de su composición Funes no sólo había representado o explicado el pasado, también había "creado la Historia de nuestro origen". Esta apreciación en la que se da cuenta explícitamente de una operación historiográfica, también pone en evidencia la función asumida por los letrados en ese período de crisis y cambios vertiginosos. Es que en sus escritos podían cobrar sentido y hacerse públicos fenómenos que de otro modo serían incomprensibles o permanecerían en la oscuridad.<sup>4</sup>

26

### La historia como forma de conocimiento

Rivadavia entendía que uno de los aportes del **Ensayo** de Funes era haber dado forma a un relato sobre el origen de los pueblos del Plata en el que primaba la verdad por sobre la imaginación y la poesía. Más allá de que otros lectores podrían no estar de acuerdo en este caso en particular, su observación ponía de manifiesto la creciente necesidad de distinguir a la historia de la literatura tal como lo habían empezado a plantear los escritores ilustrados. En ese sentido, y a medida que avanzaba el siglo XIX, comenzaba a otorgársele mayor valor a la historia como forma de conocimiento que, asociada a otros saberes como la geografía, la economía política, la etnografía y la estadística, constituía una suerte de disciplina o de ciencia social que tenía por objeto la sociedad, la economía y los recursos de algún territorio. Conocimiento que, tal como lo

<sup>4</sup> Sobre esta cuestión hay una vasta literatura que puede remontarse a **La Ciudad Letrada** de Ángel Rama (RAMA 1984). Dentro de esta línea se destaca el trabajo de Julio Ramos sobre las relaciones entre política y literatura en el siglo XIX (RAMOS 1989). Para un examen de la relación entre escritura e historia en un período posterior en la cultura rioplatense, WASSERMAN 2005.

concebían sus cultores, no debía responder a un mero afán erudito o científico pues también debía estar al servicio de una causa superior, ya sea moral, política o económica.

Esta concepción ya había animado a algunas de las empresas realizadas en el marco de las reformas borbónicas. Pero debió esperarse a la década de 1830 para que lentamente comenzaran a producirse una nueva serie de estudios que, siguiendo esos lineamientos, promovían la colonización o la explotación de una región. Es el caso de las **Noticias históricas y descriptivas sobre el gran país del Chaco y Río Bermejo, con observaciones relativas a un plan de navegación y colonización que se propone** publicadas en 1833 por José Arenales (1798-1862), entonces director del Departamento de Topografía de Buenos Aires.

Arenales hizo explícito sus objetivos en las primeras líneas donde proponía un pacto de lectura al advertir que, a diferencia de otros escritores, su texto no pretendía

(...) sorprender a los lectores con maravillosos romances, ni divertirlos con aquellas raras concepciones poéticas, que suelen ser muy a propósito para amenizar estos escritos. Mi objeto ha sido reunir metódicamente todos los hechos que la historia o los procederes científicos podían proporcionar, para encaminarnos a punto fijo al examen y solución de cuestiones muy importantes a la política y economía de la república. (ARENALES 1833, p. I).

27

De ese modo dejaba en claro que su trabajo no debía confundirse con obras que, aunque similares en apariencia como podrían ser algunos relatos de viajeros, sólo aspiraban a entretener a sus lectores. Por el contrario, y tal como permite apreciar su título, las **Noticias** tenían una motivación pragmática y estaban guiadas por la utilidad. Este propósito también se advierte en la estructura del libro que está dividido en tres secciones. La primera se ocupa de la geografía, la historia natural y la población indígena. La segunda es la parte histórica que, en este caso, se refiere a los intentos de conquista y ocupación desde Perú y Paraguay. La tercera, que es presentada como una consecuencia del conocimiento reunido en las anteriores, analiza las posibilidades de colonización de la región así como también las perspectivas que se le abrían por la integración de los mercados boliviano y rioplatense al comercio mundial.

La parte histórica recoge en forma sistemática una importante cantidad de datos que hasta entonces eran desconocidos o estaban dispersos. Pero esto no es todo, ya que dentro de la economía de la obra dicha sección cumplía una función precisa para los objetivos colonizadores: constituirse en una fuente de experiencias sobre cómo encarar las relaciones con los pueblos indígenas. Arenales condenaba en ese sentido el modelo de exterminio seguido por los españoles que había despoblado el área dominado por los pueblos calchaquíes, propiciando en cambio para los indígenas del Chaco una política de atracción pacífica a la vida civilizada.

Pero ésta no era la única crítica que le merecía la experiencia colonial, pues

a cada paso encontraba que el accionar de los españoles había sido injusto, cruel o torpe. Lo notable es que este juicio severo afectaba la posibilidad de conocimiento histórico, ya que Arenales no sólo lamentaba la escasez de fuentes sino que también desconfiaba de las más antiguas pues éstas provenían en su mayoría de los jesuitas y tenían un carácter hagiográfico. Es por ello que decía preferir testimonios realizados desde la segunda mitad del siglo XVIII que fueron producidos por viajeros, funcionarios y comerciantes animados por otros intereses. Y es precisamente en este punto donde se pueden apreciar las limitaciones que tenía el **Ensayo** de Funes como obra de referencia. Si bien Arenales lo citaba en numerosas ocasiones, también advertía que había omitido episodios significativos o, peor aún, que había utilizado las crónicas coloniales con escaso juicio crítico al privilegiar la retórica en detrimento de la verdad histórica.

### La Colección de Pedro de Angelis

Más allá de las consideraciones que pudieran hacer Arenales u otros escritores sobre el valor de las fuentes coloniales, para ese entonces no cabía duda que la historia, si quería constituirse en una forma de conocimiento válida, tenía que basarse en el análisis crítico de documentos. De ahí la importancia asignada a una práctica que comenzó a extenderse durante esos años: la edición de colecciones documentales.

En las siguientes líneas se describirán los principales rasgos de estas colecciones y, a la vez, se analizarán sus condiciones de producción y su sentido como práctica. Para ello se hará foco en la **Colección de documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata** (DE ANGELIS 1835-9), pues no sólo fue la primera de todas estas empresas sino también la de mayor importancia tanto en términos bibliográficos como historiográficos.<sup>5</sup>

La **Colección** fue dirigida por Pedro de Angelis (1784-1859), un talentoso escritor napolitano invitado por Rivadavia para colaborar en la modernización de la cultura local a mediados de la década de 1820, pero que terminó convirtiéndose en el principal publicista del régimen rosista a partir de 1830. De hecho fue durante el segundo gobierno de Juan Manuel de Rosas cuando comenzó la publicación que, por cierto, también incluía un retrato suyo a modo frontispicio y una dedicatoria firmada por "Su más obsecuente y obediente servidor. Pedro de Angelis".

Gestos de este tipo alentaban la consideración de la **Colección** en clave facciosa. Sin embargo, y salvo excepciones, la obra fue bien recibida en los círculos letrados. De ello da cuenta la importante cantidad de suscriptores que tuvo desde sus inicios, pero sobre todo el hecho que entre ellos también se incluyeran algunos de quienes criticaban a de Angelis por sus posiciones políticas

<sup>5</sup> Para un examen sobre el conjunto de las colecciones publicadas hasta 1860 y que también incluye otras variables de análisis, puede consultarse WASSERMAN 2008a, cap. II.

o por su conflictiva personalidad, ya que también era blanco de graves acusaciones como la de haberse apropiado en forma ilegal de varios documentos.

De Angelis podía ser merecedor de éstas u otras críticas. Pero se hacía difícil desestimar sin más a una obra de seis tomos y un anexo en la que publicó 70 textos de los cuales 57 eran inéditos, ocupando para ello 2280 folios editados con cuidada tipografía en fascículos de 30 pliegos cada uno (SABOR 1995, p. 308). En ese sentido debe tenerse presente que a pesar de sus otras ocupaciones como la dirección del periódico oficial, de Angelis debió emplear buena parte de sus energías intelectuales y físicas en la **Colección**, pues aparte de ocuparse en persona de todos sus detalles, también elaboró numerosas notas, índices, prólogos y glosarios para facilitar la comprensión de los documentos. Asimismo modernizó y aligeró algunos de sus contenidos para hacerlos más legibles, decisión que le sería reprochada décadas más tarde cuando comenzaran a primar criterios más estrictos de edición. Pero en su momento esto no mereció mayores comentarios, entre otras razones por el desconocimiento de los escritos originales.

Los documentos publicados en la **Colección** eran de muy diversa índole y procedencia, destacándose por su volumen los referidos a exploraciones e informes sobre áreas fronterizas o poco conocidas. Su publicación apuntaba a dos objetivos que en más de una ocasión fueron hechos explícitos por de Angelis en sus notas: sistematizar el conocimiento existente sobre territorios potencialmente ricos y legitimar reclamos territoriales. La **Colección** también incluyó documentos sobre hechos históricos que podían revestir importancia como la fundación de ciudades, las invasiones inglesas o la Revolución de Mayo, cuyo conocimiento constituía un aporte en la construcción de un pasado relevante y glorioso. Dicha intención también aparece destacada en algunos de los textos surgidos de la pluma del director, en especial los que acompañaban a los documentos sobre la conquista y colonización del Plata cuyo valor e importancia procuraba poner a la altura de las de México y Perú. Ahora bien, esto no implicaba en modo alguno que procurara reivindicar la experiencia colonial o la política de la metrópoli hacia sus dominios. Muy por el contrario, en varias oportunidades se mostró crítico de la Corona a cuya desidia atribuía el desconocimiento de hechos relevantes al haber permitido que permanecieran inéditos los documentos en los que éstos habían quedado consignados (WASSERMAN 2007).

Más allá de los juicios vertidos por su director, la **Colección** se destacó por haber dado a luz numerosos documentos poco conocidos o inéditos, pero también por su calidad formal y material que la convirtieron en una obra difícil de equiparar. Tanto es así que muchos entendían que la obra podía situarse con justicia en la senda abierta por la historiografía erudita europea a la que de Angelis conocía de primera mano. Sin embargo, y al igual que lo sucedido con el resto de las colecciones publicadas en el Río de la Plata en los años siguientes, no resulta claro el criterio utilizado por sus editores para decidir qué textos publicaban y, mucho más importante aún, cómo los ubicaban en una serie que los tornara significativos. En ese sentido basta repasar los títulos de los documentos



incluidos en cada volumen para percibir que éstos eran publicados sin que importara demasiado sus características ni cómo se los agrupaba. En efecto, y salvo contadas excepciones, las colecciones y los volúmenes que las componían solían carecer de algún criterio ordenador ya sea cronológico, temático, regional o por autor.

Este *desorden* puede atribuirse a varias causas, comenzando por la forma en la que se editaban y circulaban las colecciones cuyos pliegos no siempre eran encuadernados como lo habían planeado sus editores. Esto se debía en primer lugar a su soporte: ya sea que se publicasen por entregas como la **Colección** o que formaran parte de periódicos de los cuales se recortaban como la **Biblioteca del Comercio del Plata** publicada en Montevideo (1846-1851), en todos los casos la encuadernación solía quedar en manos de sus lectores. Esta autonomía del público también se vio favorecida por algunas decisiones editoriales. En el caso de la **Colección**, por ejemplo, cada texto tiene paginación, carátula e índice propio, permitiendo así su edición como folleto o libro autónomo o integrando un volumen distinto al ideado por el editor, a lo que se le debe sumar el hecho que muchos de sus prólogos o índices eran publicados tiempo después que los que venían a prologar o complementar. De ahí que de Angelis incitara a sus suscriptores a seguir sus directivas para organizar los materiales, dando a conocer incluso quién podría encuadernarlos. Más aún, al finalizar su obra publicó un índice general numerando los documentos para permitir su correcta ubicación en cada uno de los tomos. Pero su prédica no parece haber sido exitosa si se consideran las notables diferencias que encontró un estudio hecho sobre más de sesenta colecciones (BECÚ y TORRE REVELLO 1941, p. 11).

Ahora bien, esto no agota la explicación, pues aun en caso de habersele hecho caso a su editor, cada uno de los tomos de su **Colección** igual estaría integrado por documentos que guardan poca relación entre sí ya sea que se los considere en términos cronológicos, temáticos o espaciales. De Angelis era absolutamente consciente de esta cuestión, de la cual intentó hacerse cargo en 1841 cuando anunció una nueva serie de la **Colección**. Es por ello que en su *Prospecto* advirtió que daría una "una colocación más adecuada a los documentos", intención que también se desprende de la organización temática de cada uno de los ocho volúmenes de 500 páginas que sin embargo nunca llegarían a ser publicados (BECÚ y TORRE REVELLO 1941, pp. 91/2).<sup>6</sup>

Esta ausencia de criterios capaces de ordenar los documentos en series significativas se debe al hecho que las colecciones eran concebidas como objetos valiosos en si mismos más allá del interés que pudieran presentar cada uno de los textos que las integraban. Es por ello que en sus planes de edición parecía prestarse más atención a la necesidad de completar una cantidad determinada de volúmenes que al interés que podrían presentar sus contenidos o a su posible

<sup>6</sup> Éstos hubieran sido: t. 1: Misiones de Chiquitos; t. 2 y 3: demarcación de límites de las antiguas posesiones españolas y portuguesas en América; t. 4 y 5: Misiones del Paraguay; t. 6: Topografía e historia de la región Magallánica; t. 7 y 8 Documentos oficiales y de gobierno.

articulación como una totalidad significativa. Lo cual nos lleva a examinar una última cuestión: el valor que se le asignaba a las colecciones.

Lo primero que puede decirse al respecto es que este tipo de empresas eran consideradas hitos en el desarrollo cultural de la región que, por eso mismo, permitía colocarla a la altura de los centros más adelantados y prestigiosos. Esta pretensión puede apreciarse en un extenso artículo de Domingo F. Sarmiento (1811-1888) publicado en Chile a mediados de 1851. El célebre autor de **Facundo** y acérrimo opositor a Rosas explicaba en ese artículo por qué tras su derrota que creía inminente, debía convocarse a un Congreso federativo de las Provincias del Plata. Lo notable es que para ello se detuvo en un examen de los adelantos culturales que habían experimentado sus pueblos, mostrando especial satisfacción por los avances realizados en el campo de la historia y la geografía:

Sobre estos puntos hemos hecho progresos que no nos dejan nada que envidiar. (...) La colección de Angelis, que no es más que la publicación de los manuscritos de la biblioteca de Buenos Aires, es el monumento nacional más glorioso que pueda honrar a un Estado americano, y a Angelis que emprendió la publicación le debe la República lo bastante para perdonarle sus flaquezas (...) ¿Diráse que es un acaso que un hombre como el meritorio Angelis (...), acertase a establecerse en la República Argentina y dotarnos de aquel tesoro? ¡Error! Angelis satisfacía a una necesidad pública y a una de esas propensiones de un pueblo que muestran la altura de su pensamiento, y su preparación para desempeñar dignamente los altos destinos a que la Providencia lo ha llamado. (**Sud América** t. II, 9/6/1851).

31

A continuación destacaba que se hubieran agotado dos ediciones de un escrito de Azara retraducido del francés por Rivadavia, hecho que probaba cuan “demandados son entre nosotros estos libros serios y de puro estudio”, para luego añadir una larga lista de textos publicados que buscaban probar estos asertos, los cuales no eran más que la copia de los índices de las colecciones documentales publicadas hasta entonces.

Sarmiento no parecía mostrar demasiado interés por los contenidos de esos textos cuyos títulos reproducía en forma extensa. Es que más allá de cómo pudieran ser leídos los volúmenes que los contenían, si es que eran leídos, lo que le importaba era su propia existencia y su carácter secuencial que evidenciaban tanto el pasado valioso y digno de recuerdo que tenían los pueblos del Plata como los avances producidos en el presente para lograr su conocimiento. Además, y por si esto fuera poco, también constituían una prueba de su destino de grandeza, o al menos así lo creía Sarmiento, recogiendo ese tópico acuñado por los ilustrados criollos.

Estas colecciones también eran valoradas positivamente ya que a través de ellas podían crearse vínculos con personalidades o sociedades científicas y literarias de Europa y América. Su importancia estaba dada por el hecho que esta relación no sólo facilitaba el intercambio de conocimientos: también oficiaba como un mecanismo legitimador de literatos y científicos ante la ausencia de instituciones locales capaces de ejercer esa función. Es por eso que al inaugurar



el *Salón Literario* en 1837, su mentor, Marcos Sastre, destacó la importante obra que estaba publicando de Angelis de la que sin embargo sólo creyó necesario mencionar que “ya ha sido recibida con aplauso en varias sociedades científicas de Europa” (SASTRE 1958, p. 119).

### Consideraciones finales

Ahora bien, lo señalado en los párrafos anteriores sólo permite entender en parte el valor que se le asignaba a las colecciones documentales. En ese sentido resulta necesario considerar una última cuestión con la que se cerrará este trabajo y cuyo análisis también permite iluminar desde otro ángulo lo sucedido con la producción de conocimiento histórico hasta pasada la primera mitad del siglo XIX.

Esta cuestión, que era planteada una y otra vez constituyéndose en un verdadero lugar común, era la necesidad de contentarse con recolectar materiales a fin de facilitar la labor de los futuros historiadores quienes, según se creía, gozarían de mejores condiciones para restituir su verdadero significado (WASSERMAN 2008a, cap. III). A pesar de su apariencia, no se trataba de una mera consideración disciplinar según la cual la producción de conocimiento histórico debe estar precedida por el análisis de fuentes documentales. Se trataba por el contrario de un problema político, y así también fue planteado y discutido en numerosas ocasiones. Es el caso de un artículo remitido a mediados de 1831 a un periódico que dirigía Pedro de Angelis, cuyo autor, escudado bajo el seudónimo de “Un Observador”, alegaba que una época de convulsiones como la abierta por la Revolución no era la más adecuada para escribir la historia, por lo que proponía contentarse “con aglomerar los materiales, para que otros mas felices que nosotros se encarguen de levantar el edificio” (**El Lucero** nº 500, 8/6/1831).

Tal como permite apreciar el artículo, eran muchos quienes consideraban que el hecho de estar viviendo en un momento de incertidumbre y de cambios desencadenados por el proceso revolucionario, impedía contar con un criterio o un punto de vista claro desde el cual pudiera asignarse un sentido preciso a la historia local. Ante ese estado de cosas parecía pertinente contentarse con recolectar materiales que pudieran ser correctamente interpretados en el futuro, hecho que permite entender finalmente por qué se consideraba importante publicar las colecciones documentales más allá de sus contenidos o el sentido que entonces pudiera asignársele a los textos que las integraban. Debe entenderse en ese sentido que no se trataba tanto de que la ausencia de documentos o su falta de orden impidieran constituir a éstos en soporte de narrativas históricas, sino más bien lo contrario: lo que no existían eran relatos capaces de integrar esos testimonios en una historia que dotara de sentido a los sucesos y procesos más relevantes y, así también, a los documentos que los testimoniaban.

La ausencia de relatos históricos permite en suma explicar por qué en 1856, cuando el historicismo romántico ya se había convertido en una de las

principales corrientes que animaban la cultura rioplatense, se decidió publicar una segunda edición del **Ensayo** de Funes: todavía seguía siendo el texto más completo sobre la historia de la región. En ese sentido, las consideraciones que había hecho Funes sobre su necesidad y utilidad se mostraron acertadas, aunque para ese entonces como notaban muchos escritores, era evidente que la obra no se adecuaba a los nuevos requerimientos historiográficos, ya sea por su estilo, sus contenidos o el marco conceptual en la que había sido elaborada.

## FUENTES

ÁLZAGA, Martín de. **Cartas (1806-1807)**. Buenos Aires: Emecé editores, 1972.

ARENALES, José. **Noticias históricas y descriptivas sobre el gran país del Chaco y Río Bermejo, con observaciones relativas a un plan de navegacion y colonización que se propone**. Buenos Aires: Imprenta de Hallet, 1833.

AZARA, Félix de. **Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata**. Buenos Aires: Editorial Bajel, 1943 [1ra. ed. Madrid, 1847].

BAUZÁ, Francisco. **Historia de la Dominación Española en el Uruguay**. Montevideo: 1880-2.

DE ANGELIS, Pedro. **Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Río de la Plata**, 6 vols. y un anexo. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1835-9. Disponible en <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/FichaTituloSerieDeObra?id=17&portal=24>

**El Lucero**. Diario político, literario y mercantil. Buenos Aires: 1829 a 1833.

FUNES, Gregorio. **Ensayo de la Historia Civil de Buenos Aires, Tucumán y Paraguay**. Buenos Aires: Imprenta Bonaerense, 1856 2da. ed. [1ra. ed. Buenos Aires, 1816/7].

\_\_\_\_\_. **Bosquejo de nuestra revolución desde el 25 de Mayo de 1810 hasta la apertura del Congreso Nacional el 25 de Marzo de 1816**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1961 [Buenos Aires, 1817].

GUEVARA, José. Historia del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán. **Anales de la Biblioteca**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, t. V, 1908.

LÓPEZ, Vicente Fidel. **Historia de la República Argentina (Su origen, su revolución y su desarrollo político hasta 1852)**. Buenos Aires: 1883-1893.

**Manifiesto inaugural del Supremo Poder Ejecutivo Provisorio de las Provincias Unidas del Río de la Plata al inaugurarse la Asamblea General Constituyente**. Buenos Aires: 1813. Disponible en [http://www.portalplanetasedna.com.ar/documentos\\_argentinos.htm](http://www.portalplanetasedna.com.ar/documentos_argentinos.htm)

MITRE, Bartolomé. **Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina**. Buenos Aires: 1887, 4<sup>o</sup> ed.

\_\_\_\_\_. **Historia de San Martín y de la Emancipación Sudamericana**. Buenos Aires: 1887-1890.

MONTEAGUDO, Bernardo. Prospecto de *El Independiente*. **Obras Políticas**, Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916 [1815].

ROIG, Arturo Andrés. **La filosofía de las luces en la ciudad agrícola**. Mendoza: Departamento de Extensión Universitaria de la Universidad Nacional de Cuyo, 1968.

SASTRE, Marcos. Ojeada filosófica sobre el estado presente y la suerte futura de la Nación Argentina. En: WEINBERG, F. (ed.). **El Salón Literario**. Buenos Aires: Hachette, 1958 [1837]

**Sud América**. Santiago de Chile, 1851.

**Telegrafo Mercantil, Rural, Político-Económico e Historiográfico del Río de la Plata**. Buenos Aires: Imprenta de los Niños Expósitos, 1801-2.

## BIBLIOGRAFÍA

BECÚ, Teodoro y TORRES REVELLO, José. **La colección de documentos de Pedro de Angelis y el Diario de Diego de Alvear**. Buenos Aires: Peuser, 1941

BOTANA, Natalio. **La libertad política y su historia**. Buenos Aires: Sudamericana, 1991.

CARBIA, Rómulo. **Historia crítica de la historiografía argentina**. La Plata: Facultad de Humanidades – Universidad Nacional de la Plata, 1939

COLMENARES, Germán. **Las convenciones contra la cultura. Ensayos sobre la historiografía hispanoamericana del siglo XIX**. Bogotá: Tercer Mundo, 1997.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, Províncias, Estados. Origens da Nação Argentina (1800-1846)**. Sao Paulo: Hucitec, 2009.

DEVOTO, Fernando. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias de Varnhagen, Mitre y Bauzá. En: Myers, J. (ed.) **La ciudad letrada, de la conquista al modernismo**. Buenos Aires: Katz editores, Historia de los intelectuales en América Latina, vol I, 2008.

DEVOTO, Fernando y PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DI STÉFANO, Roberto. Lecturas políticas de la Biblia en la revolución rioplatense (1810-1835). **Anuario de Historia de la Iglesia** n<sup>o</sup> 12, 2003.

EUJANIÁN, Alejandro. Polémicas por la historia. El surgimiento de la crítica en la

- historiografía argentina, 1864-1882. **Entrepasados. Revista de Historia** nº 16, 1999.
- GOLDMAN, Noemí (dir.) **Revolución, República y Confederación (1806-1852)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, Colección Nueva Historia Argentina t. 3, 1999.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Tradición política española e ideología revolucionaria de Mayo**. Buenos Aires: CEAL, 1985.
- \_\_\_\_\_. Mitre y la formulación de un historia nacional para la Argentina. **Anuario del IEHS** nº 11: 1996a.
- \_\_\_\_\_. **Ensayos de historiografía**. Buenos Aires: El Cielo por asalto, 1996b.
- KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. Madrid: Trotta, 2004.
- MYERS, Jorge. La Revolución en las ideas: La generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. En: GOLDMAN, Noemí (dir.) **Revolución, República y Confederación (1806-1852)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, Colección Nueva Historia Argentina t. 3, 1999.
- ODDONE, Juan Antonio. La historiografía uruguaya en el siglo XIX. Apuntes para su estudio. **Revista histórica de la Universidad**. Montevideo, nº 1, 1959.
- PALTI, Elías. **El momento romántico. Nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- PICCIRILLI, Ricardo. **Rivadavia y su tiempo**. Buenos Aires: 1960.
- PIVEL DEVOTO, Juan E. Estudio Preliminar. En: BAUZÁ, F. **Historia de la dominación española en Uruguay**. Montevideo: Colección de Clásicos Uruguayos, 1967.
- RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Hannover: Ediciones del Norte, 1984.
- RAMOS, Julio. **Desencuentros de la modernidad en América Latina. Política y literatura en el siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- SABOR, Josefa Emilia. **Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina**. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1995.
- TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina, 1806-1852**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- WASSERMAN, Fabio. Escritura, política e historia en el discurso de la generación de 1837. **Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti"** nº 5, 2005.
- \_\_\_\_\_. El antiguo orden en el discurso del régimen rosista. En: PEIRE, Jaime (ed.). **Actores, representaciones e imaginarios: nuevas perspectivas en la historia política de América Latina: Homenaje a Francois Xavier Guerra**. Caseros: Eduntref, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Entre Clío y la Polís. Conocimiento histórico y representaciones del**

**pasado en el Río de la Plata (1830-1860)**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008a.

\_\_\_\_\_. Revolución. En: GOLDMAN, N. (edit.). **Lenguaje y Revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850**. Buenos Aires: Prometeo, 2008b.

\_\_\_\_\_. Historia (Río de la Plata/Argentina). En: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850 [Iberconceptos-I]**. Madrid: Fundación Carolina – Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, Experiência e Modernidade na América Ibérica, 1750-1850. **Almanack Braziliense** nº 7, mayo de 2008.

## história/História na Nova Espanha/México (1750-1850)\* \*\*

### The concept of history in Nueva España/México (1750-1850)

---

**Guillermo Zermeño**

Professor

El Colegio de Mexico (CM)

gmox@colmex.mx

Camino al Ajusco 20 - Pedregal de Santa Teresa

Distrito Federal

10740

Mexico

---

### Resumo

Este artigo rende homenagem ao trabalho pioneiro de Reinhart Koselleck sobre a formação do conceito moderno de história. Koselleck nos oferece o marco para situar o começo da historiografia vinculada ao aparecimento de um novo “regime de historicidade”, tal como desenvolvido por François Hartog. Na trilha aberta por Kant, mas para além deste, Koselleck perguntou-se pelas condições históricas que possibilitaram a emergência de um novo funcionamento da história visualizado na transformação semântico do vocábulo história. À luz deste precedente historiográfico, neste artigo analisa-se como se transformou o conceito de história na passagem do regime novohispano ao “mexicano” ou republicano.

37

### Palavras-chave

Conceito de história; México; Historicidade.

### Abstract

This article celebrates Reinhart Koselleck groundbreaking work on the changes in the modern concept of history. Koselleck had provided the structures to situate the beginning of modern historiography tied up to the emergency of a new regime of historicity – to use the category developed by François Hartog. On paths open by Kant, but beyond it, Koselleck has studied the historical conditions to the development of a new form of history observing the change in the word “history”. Following this historiographical precedent, this article analyses the changes in the concept of history during the transition from the “novohispano” regime to the “Mexican” or republican one.

### Keyword

Concept of history; Mexico; Historicity.

---

Enviado em: 22/04/2010

Autor convidado

---

\* Este ensaio é parte do projeto de investigação financiado por CONACYT, “Para uma história da escrita moderna da história do México (Do século XVIII “novohispano” ao século XIX mexicano)”. Também meu reconhecimento e agradecimento especial para Javier Fernández Sebastián, diretor de um macroprojeto sobre “Uma História comparada dos conceitos políticos no Mundo Iberoamericano” que permitiu a um grupo muito amplo de colegas interagir e enriquecer nossas próprias investigações. Por isso, esta versão está em dívida com muitos desses trabalhos, em particular com aqueles relacionados com o conceito “Historia”.

\*\* Tradução do espanhol de Valdei Lopes de Araujo.

Como se indica no título, este ensaio presta homenagem ao trabalho pioneiro de Reinhart Koselleck (1975) (Koselleck, 2004). Este autor nos oferece o marco para situar o começo da historiografia moderna vinculado com o surgimento de um novo "regime de historicidade", segundo a concepção desenvolvida por Francois Hartog (2003, 11-30). Seguindo a Kant, mas para além desse, Koselleck perguntou-se pelas condições históricas que possibilitaram a emergência de um novo funcionamento da história visualizada na transformação semântica do vocábulo *história*. Quase um neologismo, por tratar-se de um termo antigo, a nova história emergiu como resultado da formação de um novo espaço de experiência, conotado tanto intelectual como politicamente. Assim, a luz desse precedente historiográfico, neste artigo analisa-se o modo como se transformou o conceito história no trânsito do regime novohispano ao "mexicano" ou republicano.

### Preâmbulo metodológico

1) História é um vocábulo antigo, polissêmico, vindo do latim ao castelhano. Por tanto, dada sua polivalência, deve-se distinguir pelo menos três níveis de sentido: a) Ao referirmos ao conceito história no México entre 1750-1850, não é o mesmo o seu uso na Corte novohispana, em seu séquito e cerimonial, e no regime republicano. No primeiro caso seu uso ganha relevância dentro de um conjunto maior – o império espanhol – e, no segundo, dentro da ordem nacional; b) Deve-se pensar o termo "história" como um elemento funcional da ordem política e cultural, de modo que quando ocorre a separação com a Espanha, o mesmo vocábulo ocupará outro lugar; c) Deve-se observar que este afastamento semântico está inserido em uma ordem de temporalidade; ou seja, de um lado pode-se observar a coexistência entre o passado e o presente, ou a inscrição constante ou invariável do passado no presente refletida em um tempo ritual litúrgico, religioso e político dinástico e, de outro, um futuro escatológico ou apocalíptico, providencial, enclausurado por uma cosmologia ou teogonia cristã de corte agostiniana. Esta ordem de historicidade ameaça romper-se com a aparição de obras históricas – como as de Voltaire, Robertson, Buffon, Montesquieu, os enciclopedistas, Raynal-, ou no caso alemão – em Schelling ou Kant-, ou mesmo que no México no momento de sua emergência como uma nação independente.

2) Os restos do passado podem agrupar-se de acordo com a pauta da cronologia, do mais antigo ao mais recente, um fato depois do outro e assim sucessivamente até completar o quadro cronológico. Por sua vez, esta forma pode ordenar-se a partir de reações causais. Pode estabelecer-se, por exemplo, uma narração completa a partir de acontecimentos cuja unidade se encontra ao término da ação ou ações narradas. Esta forma de escrita é mais complexa se comparada com a cronologia pura, e contém um estímulo adicional ao intentar entreter ou proporcionar um ensinamento aos ouvintes ou leitores. Para consegui-lo, não é suficiente a pura relação cronológica dos fatos, mas requer uma estrutura narrativa que comova ou incite ao melhoramento moral. Dado



seu caráter, este tipo de escrita cumpre a função de ser, ao mesmo tempo, memória, recordação e exemplo, distinguindo-se das meras inscrições. Sua arquitetura interior segue as pautas da arte da retórica e da gramática (Mendiola, 2003; Borja, 2002).

Mas os vestígios históricos podem ordenar-se também transversalmente, na forma sincrônica. Ao mesmo tempo em que um ramo efetua um movimento, outros ramos, em outros lugares, podem estar efetuando movimentos similares ou diferentes. Neste caso, a perspectiva que agrupa os acontecimentos não é cronológica, nem linear, mas poliédrica. Esta forma de ordenamento não segue a cronologia natural do tempo, uma coisa depois da outra até formar uma série. Mas ao estabelecer relações entre objetos contemplados em simultaneidade implica na interrupção *da sequência temporal*. Esta perspectiva sincrônica, por assim dizer, interrompe o tempo para fazer um corte no interior do mesmo. Só assim se pode ver algo como parte de outra coisa. Esta perspectiva exige tal ordenamento que permita fazer comparáveis os acontecimentos ou integrá-los como parte de um mesmo movimento sem excluir sua especificidade.

O historiador alemão Reinhart Koselleck, em seu estudo *história/História*, ao analisar a linguagem da segunda metade do século XVIII advertiu para a conjunção da história sincrônica e diacrônica, um momento que coincidiu com a aparição de um novo vocabulário político e social atravessado por um novo sentido de temporalidade. Até 1800 estas duas formas de ordenamento dos vestígios históricos - ou de inscrever o tempo no espaço e vice-versa, diacronia (narração) e sincronia (acontecimentos)- se unificaram. A história com minúscula, de caráter plural, se encontrou com a História com maiúscula, ou seja, com a concepção de um tempo fluido, mas centralizado em um presente contínuo e aberto para o futuro. O tempo providencial e escatológico deixou de ser a única pauta para ordenar os acontecimentos do passado. O tempo serial cronológico se assimilou o tempo sincrônico, interiorizou-se no tempo que passa; o tempo passado fundiu-se no tempo que passa. Neste gesto se deixa ver um ato de apropriação do presente de toda classe de passados contidos na dimensão de um futuro aberto, imprevisível, contingente.

Assim, a hipótese geral que orienta este estudo parte do fato de que antes do século XVIII dominou no ocidente cristão - e a Nova Espanha não é exceção - o primeiro tipo de ordenamento ou regime de historicidade. Não é gratuito que a cronologia e o estabelecimento dos fatos verdadeiros (pressuposta a distinção entre fábula e história desenvolvida e aprofundada entre os séculos XVI e XVIII) constituíram duas de suas ferramentas principais. Os fatos, por sua vez, com a ajuda da retórica, ganhariam um novo sentido na trama de uma narrativa soteriológica, jurídica ou edificante.<sup>1</sup>

A nova coordenação espaço-temporal foi elaborada primeiro no âmbito filosófico universitário, e depois foi parte das revoluções sociais e políticas da

<sup>1</sup> É uma questão que Mendiola desenvolveu com amplitude e profundidade a partir do estudo do gênero das crônicas novohispanas; o mesmo se pode dizer do já citado estudo de Borja.



segunda metade do século XVIII, sem que houvesse propriamente uma relação causal entre o primeiro evento e o segundo, entre os "livros" e a "revolução" (Chartier, 1995). Este movimento balizado agora pelo futuro e menos por um passado modelar afetou igualmente todos os grupos sociais e políticos que tomaram parte nesse processo.

A luz desse precedente historiográfico, ensaia-se então a descrição do modo como pode ter acontecido a transição do regime político-cultural novohispano ao do México republicano. A partir da investigação sobre a evolução do termo "história" em nossa língua sugere-se que entre 1750 e 1850 as formas clássicas ciceronianas da história cederam paulatinamente seu lugar a outras, nas quais a dimensão sincrônica tendeu a prevalecer sobre as diacrônicas do tempo anterior. Este "ceder" não implicou o desaparecimento instantâneo das formas clássicas, mas sim a subordinação destas a outro tipo de ordenamento temporal. O estabelecimento do cronótopo próprio deste tempo novo (ou "história sincrônica") só indica a importância crescente que terá a *história contemporânea* como eixo articulador das relações entre o passado e o futuro ou futuros-passados, como os denomina Koselleck (1993). A mutação semântica da história pressupõe também a transformação dos espaços públicos nos quais o termo circulava. Não se trata por isso de uma simples aproximação nominalista ao estudo do social. As palavras na vez que expressam uma transformação funcionam como agentes dessa mesma transformação.

### A voz "história" nos dicionários

Um dicionário mexicano de sinônimos castelhanos de meados do século XIX distingue entre "palavra" e "voz". Uma e outra são "signos" da fala; mas a "voz" prescinde do som – sua existência pertence ao escrito-, a "palavra" não existe sem o som, nem a materialidade de sua articulação. Entretanto uma depende em primeira instância do sentido da audição, a outra do sentido da visão: "Um livro não está cheio de palavras, mas de vozes. A um homem não se dizem vozes injuriosas, mas palavras. O vento leva as palavras, não as vozes. Dar palavra é prometer, mas dar a voz é dar a palavra". Por essa razão às "palavras" ordenadas alfabeticamente nos dicionários são chamadas de "vozes". O dicionário estabiliza os lugares comuns provenientes da fala.<sup>2</sup>

Vejamos, a partir da distinção entre língua (sistema de pertencimento geral) e fala (sistema particular) desenvolvida por Coserius, procura-se compreender os usos múltiplos do vocábulo história, no sentido de que a relação entre a língua e a fala efetua-se pela mediação de instituições normativas. Assim, nem toda palavra alcança um nível suficiente de generalidade ou se converte em um conceito a não ser que conte com o consenso social que o

<sup>2</sup> Gómez de la Cortina, Diccionario de sinónimos castelanos, 1845, (Palavra, voz, p. 119; (Diccionario, vocabulario, p. 63). Gómez de la Cortina se inspirou provavelmente na 2ª edição do livro de José López de la Huerta, "Examen de la posibilidad de fixar a significación de los sinónimos de la lengua castellana", Madrid, 2ª. Edición, 1835. 1ª edición, Viena, 1789. Veja-se também de González Pérez, "Sinomia y teoría semántica em diccionarios de sinónimos de los siglos XVIII y XX", <http://www.uned.es/sel/pdf/ene-jun-94/24-1-Gonzalez.pdf>

autorize (Coserius, 1952; 1990). Trata-se de identificar esquemas de pensamento que em um momento determinado tornaram-se aceitáveis ou foram consagrados como lugares comuns. Nesse contexto os dicionários como instituições sociais são indicativos desta estandarização, mas também de suas transformações. Esta consciência da mutabilidade do significado das palavras está presente já em Antonio de Nebrija, criador de um dos primeiros dicionários da língua castelhana:

Porque como as coisas de que são os vocábulos, ou são perduráveis com a mesma natureza, ou estão expostos ao arbítrio dos homens.

As naturais, pela maior parte, são conhecidas em nossa terra por nomes peregrinos; e estas outras voluntárias, sentindo-as nos mesmo, mudam cada dia com seus nomes.

Pois o que diremos daquelas coisas, as espécies dos quais (como dizem os Filósofos) são eternas, que umas do todo se perderam, e outras, pelo contrário, nunca vistas, subitamente as pariu a natureza?<sup>3</sup>

41

Se compararmos a inscrição do vocábulo história entre os séculos XVII e o XIX encontraremos em alguns dicionários este jogo de permanências e transformações. Pode-se ver a estandarização do termo história entendida como uma reação ou “narração e exposição de acontecimentos passados” (Covarrubias, 1611). Com algumas variantes esta definição se mantém, mesmo que a partir do século XVIII apareçam algumas ênfases sintomáticas: história é “a descrição das coisas mais memoráveis, *como são em si*; isto é, uma narrativa comprovada, continuada, e verídica” (Terreros e Pando, 1786-1788). Pelo contrário, conforme se avança no tempo aparece cada vez menos algo que está presente no século XVII: história é a narração do passado, “e em rigor daquelas coisas que o autor da história *viu por seus próprios olhos* e dá fé delas, como testemunho de vista” em referência ao vocábulo original grego *ístor* (Covarrubias, 1611). Em seguida, nosso autor se estende sobre as provas documentais: “Mas basta que o historiador tenha bons originais e autores fidedignos daquilo que narra e escreve, e que de indústria não minta, ou seja, frouxo em averiguar a verdade, antes que a assegure como tal. Qualquer narrativa que se conte, mesmo que não seja com este rigor, de algum modo se chama história, como história dos animais, história das plantas, etc. E Plínio intitulou sua grande obra a Vespasiano, imperador, com o título de Natural história”. Nosso autor, inscrito no humanismo, remete às histórias de Plínio o velho como modelo, um motivo que se mantém, todavia no momento de escrever história na Nova Espanha durante o século XVIII.

A ênfase em Terreros e Pando está dada pela ideia de que a história se escreve ou se pinta de acordo com certas leis que devem ser observadas, a partir delas se pode julgar se “está bem, ou mal historiado”. Por isso a história é essencialmente uma “arte”. Chama a atenção que os dicionários de meados do século XIX (RAE, 1843 e Campuzano 1852) não dêem conta de modificação alguma. Glosam basicamente os dicionários do XVIII. Destacam ocasionalmente

---

<sup>3</sup> “Prefacio”, Antonio de Nebrija, DICTIONARIUM, 1764.

a importância da História Natural (animal, vegetal e mineral). Se lermos o dicionário da RAE de 1899, chama atenção que a noção grega de história (*istor*, testemunho de vista) praticamente desaparece e sua ênfase está dada pela conversão do termo grego ao latino, ao de história como “narração e exposição verdadeira dos acontecimentos passados e coisas memoráveis”. O interessante vem em seguida, ao deixar ver a centralidade da História como um singular coletivo capaz de abraçar toda classe de histórias:

Em sentido absoluto se toma pela relação dos acontecimentos públicos e políticos dos povos, mas também se outorga esse nome a acontecimentos, fatos ou manifestações da atividade humana de qualquer outra classe. História da literatura, da filosofia, das artes, da medicina, da legislação”.

Em sentido figurado, história refere ao fato mesmo de relatar “qualquer gênero de aventura ou sucesso, de caráter privado ou que não tenha importância pública alguma”, além da distinção clássica do século XIX entre a História natural e História sagrada, ou “conjunto de narrações históricas contidas no Velho e no Novo Testamento” e a entronização da História Universal, “a de todos os tempos e povos do mundo”.<sup>4</sup>

Trata-se, então de ligeiras transformações devido ao desaparecimento sintomático de algumas referências, mas em si mesmo suficientemente significativos, para deixar ver o progressivo desvanecimento da retórica, a partir do século XVIII, como suporte das comunicações históricas. Assim, podemos afirmar que os dicionários tendem a estabilizar, não a gerar, lugares comuns da linguagem; tendem a marcar o fim das lutas socioculturais, mais do que inaugurá-las. Isso pelo caráter conservador da instituição em que estão sustentados.

Mantém-se, dessa forma, em todos os registros a mesma estrutura: a história é uma narração, uma relação de acontecimentos passados. Somente a função autor tende a desvanecer-se. Sua presença como testemunho do narrado é central em 1611. Depois só aparece a figura do historiador como historiógrafo ou escritor de histórias feitas de acordo com certas regras e procedimentos. É notável que até 1852 não se percebe mudança substancial quanto à definição de história. Aparece somente o aspecto distintivo da história: seu caráter narrativo, e, portanto, literário. Somente na edição de fins do século XIX é possível constatar uma nomenclatura da história que assume as definições tradicionais uma vez que deixa ver uma noção de história como singular coletivo. Ou seja, existindo a história como unidade, esta se divide em uma infinidade de histórias: em princípio a história dos povos, mas logo pode ser toda classe de histórias particulares, incluindo a história natural e a história sagrada.

## **A história nas Artes e Ciências do século XVIII**

<sup>4</sup> Fontes consultadas: Covarrubias, Suplemento al Tesoro de la lengua castellana, (1611), 2005; Real Academia Española (RAE), Diccionario de la lengua castellana, 1726; Terreros y Pando, Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes, 1786-88, Vol 2, P. 297; Academia española, Diccionario de la lengua castellana, 1843, 9ª ed. p. 389-90); Campuzano, Diccionario manual de la lengua castellana, 1852, p. 599; Diccionario de la Lengua Castellana, 1899, p. 531.

Onde se encontra o termo “história”? Evidentemente nos títulos dos livros de história. Mas também em publicações periódicas (revistas mensais, semanários...) e nas faculdades universitárias; nos tratados de retórica, nas Academias de Belas Artes, na Academia espanhola de história. Há histórias de uma determinada época, mas também de instituições gerais ou particulares, história eclesiástica, história da província de Santo Domingo em Oaxaca, etc. Se deixa ver também na literatura, nos dicionários.

Assim, no marco das ciências e das artes, o vocábulo história não parece ter uma centralidade comparada com a física (mãe de práticas como a medicina) ou a teologia (mãe dos canonistas ou dos filósofos), ou a retórica (bastião da literatura e a oratória). A história –anterior ao México independente- funciona como um saber, não como uma ciência. Um saber destinado a entreter, instruir e ilustrar. A história aparece fundamentalmente como um discurso, e como tal, pertence à *logografia*. O historiador é um logógrafo na medida em que o efeito de seus textos “se deve não tanto ao sentido como ao estilo”. Os historiadores são “logógrafos” mais do que escritores.<sup>5</sup> A história é um tipo de discurso sustentado em outros textos. Ao texto da história precedem sempre outros textos.

Esta prática não se parece com *praxis* de uma história entendida como processo. Por isso a história durante este período é, antes de tudo, uma “arte”: uma forma que se aprende mediante o treinamento por um mestre, regulada por um método e uma profissão. Disto dão conta as nomeações oficiais dos cronistas reais ou das ordens religiosas.

A “História” que chega ao século XVIII é um vocábulo que se insere na língua espanhola proveniente do latim, quase um sinônimo do termo “anais” ou relação dos feitos cotidianos.<sup>6</sup> É verdade que a patrística cristã e o medievo latino incluíram, além disso, uma noção de história como processo proveniente do relato bíblico, como história da salvação: história do gênero humano dirigido para uma meta ou telos. A história possui então uma dupla conotação: história como processo e a história como relação ou narração dos fatos. No segundo caso as *res gestae* ficam dentro da dupla denominação latina de *Historiae* e *Chronicon*. Durante o período do humanismo até a Ilustração a palavra absorverá também os fatos da antigüidade ou era pré-cristã. Para o caso americano o protótipo desta tradição é a *História natural e moral das Índias* (1590) do

<sup>5</sup> Nietzsche, “Historia de la elocuencia griega”, Escritos sobre retórica, 2000, p. 183. O logógrafo era um prosista, e sobretudo um jurista ateniense do século V y IV a.c., cuja função era escrever discursos para seus clientes, especialistas da arte da oratória. Existiam os advogados não como se os entende atualmente, pois cada um devia defender-se por si mesmo. Só se permitiam os “assessores jurídicos, que não podiam aceitar nenhum dinheiro”. Estes assessores redatavam discursos que logo eram lidos pelos oradores. “Com isto surgiu uma atividade profissional proveitosa para os literatos, cujos produtos... eram apreciados para serem lidos nas exposições orais. Quando se publicava un discurso com essas características depois do êxito, servia, em primeiro lugar, para fazer famoso a seu autor e para lhe proporcionar novos clientes... logo estes discursos adquiriram um interesse absoluto como peças artísticas (para não dizerr obras de arte); um público distinto, com experiência jurídica, se deleitava em lê-los. Con isso se começou a levar em conta o leitor; os logógrafos revisavam suas produções estilisticamente antes de sua publicação, como fariam depois os oradores políticos: pois se era muito consciente da diferença que havia entre ouvintes e leitores”.

<sup>6</sup> “HISTORIAS, Que proceden de año en año. *Annales, ium*”. Nebrija, DICTIONARIUM, 1764, 715.

jesuíta José de Acosta, na que se defende a necessidade de inscrever China e América na História Universal. (Ritter, 1974, 403).

O dicionário do jesuíta Terreros e Pando de 1768-88 sintetiza esta semântica destacando três aspectos: 1) a história é uma descrição das “coisas mais memoráveis”; 2) É uma relação “feita com arte”, e 3), É uma relação das coisas “como são em si”. Em suma: a história é “uma narrativa comprovada, continuada, e verídica”. Não faz distinção entre os suportes utilizados: papel (impresso), tela (*Pintura histórica*) ou tear (tapeçaria). Uma boa de uma má história se distingue por se haver seguido pontualmente ou não *as leis da história*. Portanto, é historiador ou *histórico* todo aquele que escreve, pinta, tece uma história. Não obstante o anterior, a esta noção de história subjaz outra distinção fundamental: a história perfeita pertence só a Deus, por seu turno, a história humana é perfectível. Nesse sentido, antes de escrever as *histórias* existe de antemão um modelo originário: o ato mesmo da criação do mundo por Deus. Por essa razão, o historiador é unicamente um *historiógrafo* (Terreros e Pando, 1786-88, v. 2, 297).

Esta consciência precede a Terreros já que está presente em uma obra prévia do século XVII. Frei Juan de Torquemada a princípios do século XVII já distingue entre uma história verdadeira “sem mais”, sem contradições, exclusiva de Deus, e uma história (imperfeita) que consiste em fazer “presentes as coisas passadas, e (é) testemunho, e argumento das que ainda virão: ela nos dá notícia, e declara, e mostra o que em diversos lugares, e tempos acontece: os montes não a limitam, nem os rios, nem os anos, nem os meses, porque nem ela está sujeita à diferença dos tempos; nem dos lugares. É a História um inimigo grande, e declarado contra a injúria dos tempos, dos quais claramente triunfa. É uma reparadora da mortalidade dos homens, e uma recompensa da brevidade desta vida; porque se eu lendo alcanço clara notícia dos tempos, em que viveu o Católico Rei D. Fernando, ou seu neto, o Imperador Carlos V que menos tenho (na notícia deste) que se vivera em seus tempos? É certo, vendo estes bens, e proveitos, que consigo traz a História, e os trabalhos, que padecem os que a compõem, para dar aos homens notícias de tantas coisas, os haviam de ser muito agradecidos; porque escrever História de verdades, não é tão fácil, como alguns pensam: é mister, afora de outras mil coisas, uma diligência grande na inquisição das coisas verdadeiras, uma maturidade, não menor, em conferir as duvidosas, e em computar os tempos; uma prudência particular, e destacada em tratar umas e outras; e, sobretudo, na era em que estamos, é mister um ânimo santo, e desembaraçado, para pretender agradar somente a Deus, sem aguardar dos homens o prêmio (ou algum interesse) pelo qual, não esperando, nem fiando em minhas pobres, e fracas forças, senão somente em Deus, que me fortaleça, mediante o mérito da obediência imposta, concluí, o que muitos anos antes havia começado, dando por tudo as Graças a Nosso Senhor, de quem vem todo o bem; e dizendo de todo meu Coração: Senhor, trabalhando por toda a noite de minhas trevas, neste mar de tantas tormentas, e dificuldades, nenhuma coisa fiz, mas em vosso Nome, e com vossa ajuda,



estenderei a rede de meu pobre talento” (TORQUEMADA, [1615], 1969, p. 3).

Uma preceptiva histórica de 1733 assume o aspecto narrativo da história e inclui, além disso, os diferentes modos de obter informação sobre a verdade do passado, fundadas na “visão, audição, ou segundo lição e autoridade”. Assume o caráter presencial do testemunho, assim como o princípio de autoridade fundado na tradição ou autoridades respeitáveis. E corrobora os elementos que distinguem esta classe de relato: deve deleitar ao mesmo tempo vez que levar a uma lição moral. E se proclama o caráter plural das histórias: há “históricos” ou “escritores históricos” ou “autores históricos”, “escritores de histórias gerais”, “antigos e modernos”. A unidade da diversidade das histórias está dada pelo respeito às regras que a governam. Por essa razão a história é uma arte que se aprende. Mas nessa preceptiva se vê uma modalidade que é o indício de uma transformação: a voz história já não refere exclusivamente a sua raiz grega como “testemunho dos acontecimentos”; tampouco história é sinônimo de *anais* (voz latina). Ainda que se inclua a voz grega “efemérides” traduzida como diário ou “narração breve das coisas, das coisas que de dia a dia se fazem: que é História por diário”. Dessa forma, dentro da diversidade das histórias, se refere sobre os lugares aos quais esta classe de saber pode ser de utilidade: as diferentes faculdades de Cânones, Teologia e Oratória.

45

Por outro lado, esta classe de saber narrativo inclui em sua ação uma questão de estilo, ou seja, o discurso está construído de tal modo que inclui uma intencionalidade de efeito ou “efeito de sentido”. Isto é, a arte da história tem uma filiação estreita com a arte da retórica. Na retórica clássica uma das partes em que se divide é aquela na que se referem os feitos para esclarecer o assunto de que se trata e para atingir e facilitar os fins do orador. Não obstante, ao incluir a dimensão retórica na história se observa a necessidade de regular o excesso de “ornamentação” para não distrair-se do principal objetivo da história, o de prover uma lição moral. No estabelecimento da “verdade em suas relações” radica o principal “ornato da História”.<sup>7</sup> Nesse sentido, a história pertence à *logografia* (Nietzsche, 2000, 183).

Além deste manual do Padre Jacinto Segura, *Norte Crítico*, durante o século XVIII circula entre os eruditos novohispanos a *Clave historial* do Padre Henrique Florez que gozou de muitas edições.<sup>8</sup> Florez já distingue expressamente entre a voz história de raiz grega e a voz latina de história. “Os antigos só reconheciam como *História* aquela descrição dos acontecimentos, que era feita pelo mesmo que os havia visto; por isso o verbo Grego *Historeo* significa o ver o presente: mais o comum é atender a outra significação do mesmo verbo, que significa também descrever, e propor os acontecimentos à memória: e, neste sentido, a *História* propriamente dita, em quanto se diferencia dos demais termos propostos,

<sup>7</sup> São valores que devem estar presentes em toda história, inclusive na “História Eclesiástica”, assinala seu autor. Segura, *Norte crítico*, 1733.

<sup>8</sup> Alonso Núñez de Peralta, arcebispo de México (1772-1800), recomendava para a formação nos seminários a leitura da “Clave Historial” e a “Historia eclesiástica” do P. Gravesen. Nuñez de Haro, *Constituciones*, 1777, pp. 39-40. Miguel Hidalgo y Costilla, futuro insurgente, presidiu um exame no Colégio de San Nicolás de Valladolid (Morelia) sobre os livros de Gravesen. *Gazeta de México*, 9/08/1785.

significa, *uma proposição de acontecimentos por extenso*: na qual se representam todos os monumentos do acontecido, segundo tempos, lugares, e pessoas; pintando na ocasião o que pertence à região, à batalha, à exortação, a os motivos, os êxitos; e tudo com adorno, limpeza, e quanto se aproxime mais à verdade, sem parcialidade, nem adulação etc. Mas este último toca já às leis do *Historiador*, que são tantas, e tais, que para sê-lo bom, necessita ser muito homem entre as aves, e entre os homens rara ave." (Florez, 1749, 34).

Por sua vez, Florez proporciona uma subdivisão terminológica no interior da voz história: distingue entre *Anais*, *Fastos*, *Crônicas* e *Efemérides*. Os anais derivam de *annus* ou relação de acontecimentos anuais, mais próximos da cronologia que da história propriamente ou relato em extenso. Era um lugar comum já entre os "antigos". Aos "analistas" bastava "o *quê*, *quando*, e *por quem*, sem a extensão, que é própria da História". Assim o "analista" não se vangloria de ser "historiador". "Por isto a simples narração, que prescrevia para seu ofício o Pontífice Máximo dos antigos Romanos em suas Tábuas, propondo ao povo os acontecimentos de cada ano com as três circunstancias assinaladas, sem cuidar do todo da ação, nem do adorno; se a dava o título de Anais, antes que se introduzisse o de *História Romana*." (*idem*, 34-5) Pelo contrário, se a relação de acontecimentos refere-se aos "dias", os gregos as denominaram "efemérides", de "emera" (dia em grego). Traduzido ao latim e ao castelhano este termo se transforma em "diário", "porque este pode caber em qualquer livrinho, que chamamos de Memória, distinguem-se os acontecimentos pelos dias; se verá o que caberá ou não na *História*, ou mesmo não caberá em biblioteca alguma." (*idem*, 35). Por outro lado, o termo "fasto" provém do verbo latino *fari*, que remete aos dias em que os juizes podiam falar livremente das coisas próprias de seu ofício. Assim, "nefastos" são os dias em que, pelo contrário, não se podiam solenizar as palavras dos juizes. "Depois se chamarão *Fastos* à recompilação destes dias, pondo nela os dias solenes dos Deuses, os jogos, as vitórias, e dias de suas seis juntas, ou congressos, etc." (*idem, ibidem*). Finalmente, "*Crônicas* são propriamente as relações de acontecimentos, nas quais principalmente se cuida de distinguir os tempos, não precisamente por dias, nem por continuação de anos, como em Diários, e Anais, mas ainda se admitindo alguns tempos, em que na matéria que se escreve não ocorre coisa digna de memória." Daí se segue a *Cronologia* (*idem, ibidem*).

Assim, veremos agora que a história ou relação das "coisas memoráveis" feita com verdade ajustada às "coisas como são em si" - situada um grau acima da mera "crônica"- é apenas um saber. Nesta noção todavia não está presente a ideia de um progresso ilimitado ou não cosmológico.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> A esse respeito, Cassirer, *Filosofia de a ilustración*, 1943. Citado em Oexle, *L'historisme em débat*, 2001, p. 47. O saber histórico como investigação do passado é um fato moderno, explicável apenas se se concebe o mundo como um espaço aberto, desprovido de limites, infinito. A ciência aristotélica e a escolástica conceberam o mundo como um cosmos, como uma figura dotada de limites. A concepção da história como investigação emerge com o nominalismo dos séculos XIV-XV e culmina na filosofia de Kant. E encontra seu correlato na noção de "experimentação" que conhece seu auge com a expansão das ciências naturais n século XIX. Por outro lado, a palavra *historicismo*, propria da modernidade do século XIX e XX designa uma relação particular com a temporalidade que consiste no reconhecimento de que absolutamente tudo, inclusive o saber histórico, é historicizável. Tudo se torna história mediada



### **Os espaços da história**

A palavra e o discurso da história circulam em diversos espaços durante a segunda metade do século XVIII. Um desses é o da oratória cívica e sagrada. Por exemplo, em um manual se indica que o orador precisa da *lógica* para argumentar, da *geometria* para ordenar o encadeamento da verdade, da *moral* para mover o coração e as paixões, e da *história* para realizar os exemplos e a autoridade dos varões insignes, da *jurisprudência* o oráculo das leis, da *poesia* o calor da expressão, o colorido das imagens, e o encanto da harmonia". O bom orador, além do conhecimento das leis, precisa da poesia e outras artes para dar colorido e encanto à expressão. A história, como reserva e dotação de exemplos, cumpre na oratória sacra e profana a função de produzir no espectador impressões vivas. Gera as condições de tangibilidade do passado e o ensinamento para o presente. A evocação das pirâmides do Egito pode ser, por exemplo, um motivo adequado para ponderar a grandeza da antiguidade, fazendo como se fosse possível tocar "o viajante dos primeiros séculos do mundo" (Capmany, 1777). Em outro manual precisa-se que pode haver três casos de narração ou "exposição de alguma coisa sucedida": "*Fabulosa*, que por outro nome se chama Fábula, que é contar um sucesso fingido: *Poética*, que é contar um sucesso fingido ou verdadeiro em estilo poético; e *Oratória*, que é referir um sucesso verdadeiro com aquele adorno e abundância de palavras, típico dos oradores" (Hornero-Luis de Granada, 1815, 54-5).

47

A história está presente também na jurisprudência. Um exemplo bastante conhecido é o caso do letrado Gaspar Melchor de Jovelanos, que em seu discurso de ingresso na Real Academia da História recomendava a união do estudo da legislação com o da história.

É a história, segundo a frase de Cícero, o melhor testemunho dos tempos passados, a mestra da vida, a mensageira da antiguidade. Entre todas as profissões a que se consagram os homens seus talentos, há poucas a que seu estudo não convenha. O estadista, o militar, o eclesiástico podem tirar de seu conhecimento grande ensinamento para o desempenho de seus deveres. Até o homem privado, que não tem na ordem pública mais representação que a de um simples cidadão, pode estudar nela suas obrigações e seus direitos. E finalmente, não há membro algum na sociedade política que não possa tirar da história úteis e saudáveis documentos para seguir constantemente a virtude e fugir do vício.

Funcionários, militares, eclesiásticos, e até o "homem privado" pode tirar valiosas experiências da história para orientar-se na vida e em seu trabalho. É a história como um espelho onde se pode conhecer melhor a natureza do ser humano, o lugar por antonomásia "que os pinta em todos os estados da vida civil na subordinação e na independência, dados à virtude e varridos do vicio...".

---

pela própria história. O historicismo se converte assim em fundamento paradójico de toda observação social e cultural. Bem observado, o "historicismo" engloba um tipo de revolução copernicana na compreensão do mundo social. Por essa razão a ideia de movimento adquire uma centralidade até penetrar os interstícios da vida cotidiana. Reúne em seu redor fenômenos como o movimento da Ilustração, a revolução política, a industrialização e o advento das ciências naturais modernas com suas repercussões técnicas e ambientais.

O discurso da história funciona como um livro que dita lições ao presente. Jovelanos (um autor muito lido antes e depois da independência) enfatiza a utilidade e alcance do saber histórico: enquanto a *ética* gradua as ações humanas, as *matemáticas* (como a lógica) ajudam a calcular e proceder ordenadamente de umas verdades a outras, a *história*, por sua vez, só a história, pode ensinar ao indivíduo a “conhecer os homens, e a governá-los segundo o ditame da razão e os preceitos das leis”. Os que a ignoram se comparam aos infantes que têm vida, mas carecem de experiência. Assim, o discurso histórico funciona como uma maneira de suprir a falta de experiência constitutiva de todo ser humano. A história - distinguida da mera crônica e do labor do antiquário - ocupa nesse sentido um lugar relevante (Jovelanos, 1780, 73-4).

### **A presença da retórica na escrita da história**

Como sabemos, entre os séculos XVII e XVIII se aprofundou a luta contra o relato “fingido” ou inventado por parte do relato “verdadeiro”. Não obstante isso, a história continuou sendo escrita fundamentalmente em chave retórica, em boa parte devido ao predomínio dos espaços em que o discurso histórico seguia circulando ou tendo alguma utilidade. Mas, ao mesmo tempo, a depuração dos textos autênticos ou verdadeiros – que leva à crítica textual e ao desenvolvimento da hermenêutica - refere a uma proliferação dos impressos. Estamos frente aos dilemas de uma história que deve em primeira instância à escrita, mas que é feita simultaneamente para funcionar no meio da oralidade: o foro jurídico, religioso, ou político. De tal modo que ao afirmar que a história continua a ser escrita em chave retórica só se sustenta sob a hipótese de que se trata de uma sociedade cujos arranjos das relações sociais mediadas pela oralidade seguem sendo predominantes. Na medida em que tais relações se transformem e, direção do predomínio do escrito, nesse momento a forma como se escreve a história tenderá também a transformar-se.

A retórica é um suporte artificial criado e desenvolvido para apoiar e dar solidez e firmeza às comunicações orais caracterizadas por sua natureza efêmera.<sup>10</sup> Assim, este dispositivo só perderá peso na medida em que nessa sociedade a cultura do escrito vá adquirindo um maior peso em relação à cultura oral. Índícios desse caso de deslocamento são a aparição e multiplicação das sociedades letradas a partir do século XVIII, comunidades criadas ao redor de alguma publicação periódica ou redes formadas para a publicação de folhetos, panfletos, etc. É possível que se trate, para o caso de Nova Espanha, de um processo lento e muito localizado, mas há indícios já no século XVIII desta mutação, que irá ganhando forças conforme adentremos o século XIX. Dada esta progressão gradual é possível observar a circulação e vigência dos tratados de retórica.

<sup>10</sup> Para aprofundar a compreensão do funcionamento da retórica veja-se Mendiola, **Retórica, comunicación y realidad**, em particular, a parte “La retórica vista internamente: el sistema de comunicación retórica” e “A retórica vista externamente: la retórica como sistema de interacción”, pp. 160-234.

Em um tratado de retórica para uso dos colégios jesuítas da primeira metade do século XVIII (elaborado por um professor de matemática) mostra-se o alcance social dessa arte: está dirigido a todos os interessados, sem distinção de profissões. Também se reitera o alcance do discurso histórico como uma arte aplicável a todas as esferas da vida social, em concorrência, no entanto, com outras duas artes: a da guerra e a da política. O padre jesuíta espanhol Francisco Joseph Artiga publicou o dito compêndio para ensinar a arte da "eloquência" em seus três gêneros: *escrita, verbal e figurada*. São três maneiras de auxiliar o raciocínio ("entendimento") e de influir no mundo: são causa de causas, com "vivacidade, e elegância" (Artiga, 1747, 37). Subjaz a sua composição a "Matemática", ao fazer "demonstrações visíveis, de o que ver não podemos. Fazendo ver o invisível, e mensurando o imenso, no modo possível ao humano entendimento" (*Idem*, 5). Nesse sentido, a "eloquência" ou retórica é uma arte de artes que serve a todas as ciências. Tão útil, "como ao mundo são Letras, e Armas, pois passa a ser a Eloquência nas Letras, o que é a destreza nas Armas. É tão *antiga*, que ao Orbe, já em suas primeiras infâncias, ilustro em Adão a toda a natureza humana" (*idem*, 36).

O tratado está construído de acordo com o modelo que simula uma conversação entre pai e filho para ensinar o *know how* ou arte de compor escritos, de conversar e de "fazer discursos em público, cívicos e sagrados, mas também de compor quadros bem arrumados." Assim, a retórica se aplica em três espaços diferentes: o do escrito, o religioso e cívico próprio dos rituais e liturgias, e o da representação pictórica e escultórica. No entanto, se sublinha que um dos grandes benefícios desta arte relaciona-se com a arte da memória ou capacidade de recordar, base de todo raciocínio.

Antonio de Capmany, integrante das Reais Academias da História e das Boas Letras de Sevilha, confirma a glosa anterior e permite precisar a relação entre história e retórica no marco das Artes e Ciências do período. O manual de Capmany dirige-se em particular à composição de escritos para a oratória, e não tanto à composição de textos escritos. Esta distinção é importante. O escritor pode dissertar bem, ser caro, acessível, elegante e ainda brilhante, mas não ser eloquente. Faltaria a ele o fogo e a força da retórica. "O discurso eloquente é vivo, animado, veemente e patético; quero dizer, move, eleva, e domina a alma" (Capmany, 1777, 6). A história exemplar para uso da oratória enfatiza por isso a noção de "pensamento forte" (todo aquele que no ouvinte produz uma impressão viva) (*idem*, 91). Dá o exemplo do relato do Descobrimento e conquista do Novo Mundo: "Que antigo jamais concebeu que um mesmo planeta tivesse dois hemisférios tão diferentes, que um haveria de ser subjugado e como que tragado pelo outro depois de uma série de séculos que se perdem nas trevas e abismos dos tempos?" (*idem*, 93-4). Nesta tipologia discursiva as imagens em movimento são as mais sensíveis. Uma pintura que descreve o movimento sempre será mais impressionante que a de um objeto em repouso, excita "mais sensações por sua continuada sucessão, nos causa uma empresa mais viva e mais durável". Menos comove, por outro lado, "o mar em calma que

uma tempestade; menos o céu sereno e pontuado de estrelas, que iluminado de relâmpagos e agitado de nuvens..." A ação e não o repouso constituem, assim, a força da vida, na qual a razão é a bússola e "as paixões nossos ventos" (*idem*, 94-5).

Por outro lado, a novidade, o "raro" ou o "curioso", cumpre também uma função relevante na construção desses discursos. Por isso se pensa que a ignorância cede em relação proporcional à raridade do objeto. Aqui é onde se produz conhecimento. A razão disto reside no fato de que a memória humana (sinônimo de entendimento) é onde mais se aplica. É "no raro" que a memória humana mais "se alimenta". O inusual e menos visto gera um efeito de contraste com seu contrário: os lugares comuns, o familiar. A história como arte da memória requer assim um ordenamento numérico enquanto ao digno de recordar ou de "entender": segue-se uma sequência numérica que indica uma sequência temporal. Sem esta ordem não é possível recordar nada, já que é a única maneira de se por ordem no caos. Este ordenamento corresponde, por sua vez, com a ordem do visível: as igrejas, as praças, as ruas etc., espaços onde transcorre a vida cotidiana.<sup>11</sup>

Sendo a história uma arte universal deve aplicar-se também à composição de discursos. No marco da época estão, por um lado, as Artes, como a eloquência, lógica, gramática, aritmética, música, geometria e a astronomia, umas mais uteis ou "verdadeiras" do que outras; e as Ciências que se praticam em ordem hierárquica, os teólogos, astrólogos, filósofos, físicos ou médicos. A história é uma arte como a geometria, a poesia e a lógica, interessada em descrever o "que o homem faz na terra" (Artiga, 1747, 431). Por outro lado, a jurisprudência é uma ciência, mas se apóia nas artes para transmitir e persuadir de suas verdades.

50

### **A história nas *Gazetas do México* 1722-1742**

Durante o reinado de Felipe II se ordena aos súditos de ultramar (vice reis, audiências e governadores das Índias) relatar notícias sobre toda classe de "coisas acontecidas" políticas e militares, assim como sobre os novos descobrimentos com o objetivo de formar "a história geral das Índias com fundamento

<sup>11</sup> Capmany, *Filosofia de la elocuencia*. A publicação do livro se realiza porque seu conteúdo ajudará a desterrar "as trevas da ignorância". Trata-se de um livro dirigido a "instruir os Espanhóis na Eloquência", um assunto do qual dependem "todas as Armas, com que triunfa a Sabedoria". "¿Que outra coisa são os Livros, sinão Escudos, e Armas contra a ignorância?" (María Saez Duque em su dedicatoria al monarca, p.3) Uma das censuras (elogios do livro) foi feita pelo padre Joseph Corredera, do Colégio da Companhia de Jesus de Pamplona, 15 de outubro de 1725, p. 11). Outra aprovação - a mais extensa - é do padre Joseph Carral, leitor de filosofia no Colégio de Madri, e mestre de teologia em Segóvia. O fez por petição do Conselho de Navarra. Trata-se de um professor da universidade de Huesca, bem conhecido "no "Orbe Literário". O livro é um espelho onde se reflete a alma de seu autor, sua capacidade intelectual, sobre a Rainha das Artes, aquela que "pode mover os afetos e atrair as vontades". Para crédito da Nação espanhola escrita em linguagem castelhana. Há quem escreve pouco em livros volumosos, e os que "dizem muito em poucas palavras". faz alusão às penas tidas como os remos de uma embarcação no seio do oceano, penas destras para fugir das tormentas e não perder a bússola, usando "um estilo humilde" (simples) para não "obscurer os preceitos", para transmitir seus ensinamentos aos "poucos entendidos"... Joseph Carral é membro do Colégio da Companhia de Jesus em Pamplona, a 12 de novembro de 1725.

de verdade e notícia de coisas”. A esta ordem subjaz o interesse de formar um arquivo com sede no Conselho das Índias sustentado em “originais ou cópias onde se assentam os fatos”.<sup>12</sup> De certo modo a aparição dos primeiros diários ou *Gazetas* se constituirão em repertórios dessas notícias e prosseguiram o mandato do monarca de enriquecer “as histórias da América” consignando por escrito as “novidades”.

A primeira Gazeta do México apareceu em 1722, um ano depois da comemoração –dia de são Hipólito, patrono da “pátria”- dos dois primeiros séculos da conquista. Ao que parece a Nova Espanha e seus domínios internos não eram a exceção à regra geral de registrar os fatos memoráveis para a história. A centralização burbônica pressupõe certa descentralização harmonizada em torno do gênero da história. (Castorena e Ursula, 1722, 61). Agora bem, Nova Espanha não era o México. Não há uma coincidência territorial nem administrativa. A Cidade do México era a capital de um reino, por isso é o lugar aonde se escreve a história da Nova Espanha em torno das fundações religiosas e dos povoados, a expansão territorial e a conversão dos habitantes originais, em uma palavra, da integração de um território através de suas diferentes conquistas. Trata-se de uma história inscrita no marco geral de outras histórias de evangelização, como as das ilhas canárias, dos dinamarqueses e suecos, dos polacos e irlandeses, etc. É parte da história da cristianização do mundo.

51

Os novohispanos praticam uma dupla identidade como integrantes de um sistema imperial: são vazados da *nação* espanhola e, ao mesmo tempo, pertencem à *pátria* mexicana, seu lugar de nascimento. Em território novohispano ou “pátria mexicana” coexistem espanhóis europeus e espanhóis americanos. O discurso da história, por sua parte, os permitirá se singularizarem dentro da história da nação espanhola. Só a partir da segunda denominação como “mexicanos” poderão diferenciar-se dos “estrangeiros” ou não pertencentes à cultura ibérica. Este será um dos eixos básicos da produção de histórias durante o último terço do século XVIII. O funcionamento dessa distinção se deve em boa parte à possibilidade aberta pela imprensa periódica. As regras da arte da história são as mesmas para todos, mas sua aplicação depende do “estilo” ou formas particulares de processar e distribuir a informação em cada lugar. Isso se explica na Gazeta de México em seu começo:

e mesmo que a História se oriente por regras universais, não se pode determinar o estilo, que conforme ao gênio do Autor, ou proporcionado a quem o atende é mais, ou menos familiar, ou elegante, e sendo estes os menos avisados de pouco gosto, não é o outro desprezível aos discretos, quem não ignora, que nesta América, não são fixos os Correios, como na Europa, e por isso de um, em outro mês se retardam as correspondências, e suas novidades: não se fazem reflexões políticas, porque se goza de um governo pacífico, e porque as máximas de estado se governa, pelo irrefragável ditame de nosso Soberano. Apenas solicita-se o bom exemplo para a posteridade, e que sejam pauta aos que serão, as ações heróicas dos que foram”. (*Idem*, 51)

<sup>12</sup> Ordenanzas, 1578 Ley 41, título 21, libro 4. Em **Recopilación de Indias** vol. II, p. 1294.



Na *Gazeta* se menciona a tradução de umas Tábuas Cronológicas, referem-se histórias de vidas veneráveis ou de santos assim como um sentido específico do tempo: o passado está próximo ao presente, pois nada há de novo debaixo do sol, e por essa razão pode seguir-se afirmando que a história é um tesouro de ensinamentos para o presente. Tudo o que sucede está envolto simultaneamente em roupagens novas e velhas: “o mais recente, é antigo, para quem o sabia, e novo, para quem o ignorava: mesmo depois dos Séculos, este vasto Império da América, se chama Mundo novo” (*Idem*, 32).

Neste contexto a recuperação da história civil (deve-se notar aqui que dentro de uma monarquia católica esta história civil é inseparável da história eclesiástica<sup>13</sup>) é o motivo principal desta publicação. Seu objetivo, como se disse, é chegar a formar o “*Florilégio Historial da Corte Mexicana, e de suas Províncias subalternas*”,<sup>14</sup> com a consciência da ambiguidade intrínseca a toda “novidade”. A figura de Cícero volta a respaldar este interesse: chegar a ser “*Testemunhos abonados dos tempos, luz da verdade, vida da memória, Mestres da vida, e anúncios da velhice*” (*Gazeta*, 1722, p. 63). E para fazer efetivo este mandato se reconhece que a invenção da imprensa tinha sido fundamental:

Se a História é a imortalidade da vida política, e moral das Republicas, os instrumentos, ou materiais de que se tece a História, e as espécies, que se percebem pelos olhos, e os ouvidos na serie de acontecimentos, são os espíritos vitais com que se fomenta a alma dessa imortalidade, formando a fama seu clarim com o metal dos moldes; a oficina em que se conservam são as prensas, nas quais as reparte a seus tempos com grande propriedade as Gazetas; cujo uso utilíssimo facilitou a Imprensa, e descobriu industriosa a curiosidade, que teve princípio na China, há mil e trezentos anos, e se trasladou à Europa no ano de 1442, (que existe até o presente duzentos e oitenta e nove anos) a quem devem todos os que aprendem não só as ciências, como também a facilidade da inventiva para perpetuar as notícias (*Castorena, Gazeta*, p. 65).

52

Assim, graças às Gazetas se poderá despertar de seu sonho “muitas notícias, que dormiam nos Arquivos desde o descobrimento desse Novo Mundo, embora tenha havido tantos discretos Historiadores desde a sua conquista, que têm publicado à custa de grande trabalho em suas Histórias os sucessos notáveis, que puderam adquirir, e sem dúvida foram suas obras muito mais volumosas, se muito antes se houvesse imprimido as Gazetas...” (*Idem*, 66). Diferente de Plínio, o velho, que consagrou seus escritos ao imperador Trajano, Sahagún de Arévalo dedica seus trabalhos ao Patriarca de Sevilha. (*Idem*, 63).

Nesse sentido, a história e sua logografia tende a expandir-se graças à imprensa. A consignação das “coisas acontecidas” no papel garante sua durabilidade e produz o efeito de “imortalidade” ou “imutabilidade”, condição necessária

<sup>13</sup> Com relação à obra de Pietro Giannone, *Istoria civile do regno di Napoli* (1723), citado em Domínguez, *Vida de Fray Servando*, 2004, p. 431.

<sup>14</sup> *Gaceta*, 1722, 12. “Todos os que escrevem nessa cidade algo de novo, são devedores dos Sábios e dos Ignorantes: aos primeiros por sua discricção, e aos outros por sua inabilidade; para seu ensino é preciso uma advertência, que não cabem todas em uma folha, nem em *Gazeta*; fica em *História*, seguindo seu estilo nestas páginas, que juntas daqui a alguns anos formarão um volume com o título de *Florilégio Historial da Corte Mexicana, e de suas Províncias subalternas*.”

para converter-se em motivos exemplares para outras gerações. Além de servir de suporte para a memória, proverão de “notícias frescas” aos funcionários, cronistas das Índias, e mesmo aos europeus que solicitam informação “para enriquecer” seus volumes e ilustrar suas “Histórias”.

### **A história natural e moral no espírito do melhoramento literário e social**

José Ignacio Bartolache (1739-1790) imprimiu e editou meio século depois o *Mercurio volante com notícias importantes e curiosas sobre vários assuntos de física e medicina* (1772-1773). O título, comum na época, alude ao mensageiro que desce do Olimpo à terra. Neste caso a edição da publicação periódica já não está situada na Corte vice-reinal, mas no espaço da Universidade. Sua principal preocupação é levar as luzes a uma região do Império espanhol atrasada e fechada em si mesma: “me vangloriarei de haver nascido espanhol e de que meus nacionais façam luzir seus trabalhos e sejam celebrados”. Se ocupará sobretudo de questões de física deixando a outros que tratem de assuntos relacionados com “a história, a geografia, as matemáticas, a poesia, etc., ou se podem, a enciclopédia: tanto melhor para o público” (Bartolache, 1772-1773, 10).

No *Mercurio de México* se reitera que a história é um tecido fabricado com o fio das notícias antigas e modernas, fundado no espírito de curiosidade e argúcia (Gazeta, 1741-42, 146; 154). Mas Bartolache, como se disse, se interessa em particular na *história natural* (vegetal, animal e mineral) apoiada na química, (*Idem*, 18) ao considerar que essa classe de história é a base da física ou ciência cujo objeto é explicar como funcionam os “corpos” visíveis. “Corpo” é tudo aquilo criado por Deus; ou seja, tudo aquilo que não forma o campo do espírito, ao qual pertecem “o criador, os anjos e nossas almas” (*Idem*, 16).

A física se ocupa então das “exata e bem averiguadas notícias da existência dos corpos que compondo o mundo: se estende em particular aos que compreende nosso globo ou estão perto dele na atmosfera que o faz ambiente; não faria reparo em admitir como pertencentes ao assunto desta história as notícias dos cometas e estrelas aparecidas em outro tempo; o célebre monsieur Buffon começa sua bela obra de História Natural explicando ao filósofo a formação do universo...”. (Bartolache, 17-8). Esta classe de história, em suma, se ocupa de “filosofar com solidez e conhecer a mesma natureza que Deus criou, sem ater-se a sistemas imaginários, demonstrar com evidência a conexão dos efeitos mais admiráveis com suas respectivas causas, fazer-se dono do mundo físico, por em admiração todas as pessoas e enciumar as nações mais ilustradas, que acreditaram ter a fins do século próximo nos inventos do cavalheiro Isaac Newton...”. (*Idem*, 21-2) Nesse sentido, com o suporte da imprensa, se dá a difusão de uma “história natural” associada à história filosófica de novo cunho.

José Antonio Alzate (1738-1799) compartilha com Bartolache seu interesse pela história natural inserida na mesma cosmovisão religiosa. Igualmente manifesta sua preocupação por reformar o campo das ciências e das artes.



Em particular adverte também o atraso de sua "pátria" com respeito ao espírito do século (Alzate, 1768). Nessa reforma inclui-se a história.

A reforma estendeu-se também à história, teatro, poesia, educação da juventude, etc. A primeira trata o presente com o método que se deve; a simples narração dos fatos e um estilo natural prepondera sobre aquelas digressões inoportunas, paralelos de fatos afetados e extravagantes, acasos misteriosos e circunstanciados. (Idem, 88-9).

O espírito crítico plasma-se principalmente na análise das publicações. Aí tem lugar sobretudo o exame das histórias que se difundem. Nesse ponto Alzate compartilha com o jesuíta Francisco Javier Cavijero a crítica das imagens negativas que se reproduzem sobre sua "pátria" e sua "nação" em publicações estrangeiras, como a do viajante francês, o abade Aporte (1788). Alzate se pergunta pela enorme popularidade (com várias edições) dessa classe de obras, pese a quantidade de erros que contém. Portanto, para ele "popularidade" não era sinônimo de "legalidade e utilidade". Aporte segue pensando os novohispanos como um povo atrasado, apenas "racional". E então "arreatado pela honra que se deve à pátria e à nação, leio o cúmulo de absurdos...". O viajante francês segue escrevendo como nos tempos de Thomas Gage. Isso significa que no contexto em que Alzate escreve se tem consciência de que a história já não é a mesma que a do período da conquista.

Até 1780, em pleno século das Luzes, se observa a reaparecimento de velhas polêmicas. Nesse ponto, a obra do jesuíta expulso, Francisco Xavier Cavijero, ganha especial relevância, e deixa ver a filiação intelectual com letrados como Alzate, mediados pela Universidade, assento do cultivo das letras.<sup>15</sup> De fato, Alzate convidará o abade Aporte para que leia "a sublime, a exata História da Nova Espanha" de Cavijero", (Alzate, 1788, 117-119) para não confundir, como estabelecem as regras da história, *história* com *historieta* (Idem, 123).

No debate de Cavijero com seus contemporâneos como o historiador escocês Robertson, pode-se ver talvez um desencontro pelo fato de não compartilharem o traço "filosófico". A história de Cavijero em sentido estrito não é uma história "filosófica" ou processual comparada com a de Robertson ou Raynal. A *História antiga do México* poderia ver-se assim mais como o final do que como o começo de um novo tipo de história.<sup>16</sup> Seu espírito polêmico e os princípios que a inspiram são parte da arte da história do período. Inclusive, entre historiadores "ilustrados" como Voltaire não está em discussão a natureza moral da história. A *Historie* é concebida como o repertório de experiências alheias

<sup>15</sup> A "*Historia antigua de México*" de Francisco Javier Cavijero (1780) está dedicada à Real e Pontifícia Universidade do México. Pretende sanar a "indolência e o descuido" de seus maiores com respeito à história de sua "pátria". Tem havido autores interessados "em ilustrar a antiguidade mexicana", deixando "preciosos escritos"; também tem havido encarregados "de explicar os caracteres e figuras das pinturas mexicanas, por serem tão importantes para decidir nos tribunais os pleitos sobre a propriedade das terras ou a nobreza de algumas famílias índias..." Faltando o erudito já ninguém entende as pinturas mexicanas, e a perda dos escritos tornou, todavia, mais difícil "a história", se não "impossível". Solicita adiante cuidar do que ainda resta. O viajante erudito Boturini é um excelente exemplo do que deveria fazer-se para unir "a diligência e lúcida indústria" com "aquela prudência que se necessita para sacar esta classe de documentos das mãos dos índios". Cavijero, *Historia antigua de México*, (1780) 1974, p. XVIII.

<sup>16</sup> Um exemplo recente é o livro de CAÑIZARES-ESGUERRA, 2001.

úteis para os momentos difíceis em que se devem tomar decisões.

Mesmo que se possa verificar uma variação quanto à função pedagógica da história relegada a alguns séculos em particular como ao "século de Luis XIV". Observa-se um encurtamento temporal que não afeta completamente a estrutura da narrativa que articula o discurso da história. "Nem todo o acontecido merece ser escrito. Nesta história me interessarei só pelo que merece a atenção de todos os tempos, que pode pintar o gênio e os costumes dos homens, servir de exemplo e fomentar o amor à virtude, às artes e à pátria", escreveu Voltaire (1996, 7;10; Koselleck, 1993, 48-9). É evidente que em Cavijero não aparece este encurtamento temporal, já que escreve principalmente sobre os "antigos mexicanos". Isto não significa que Cavijero não possua um sentido do tempo bastante sofisticado a partir da distinção entre o tempo da eternidade (pertence a Deus) e o tempo finito (próprio do ser humano) (Cavijero, [1776], 2008, 36-7).

Alzate como Cavijero se interessa pela "história natural da Nova Espanha" (Alzate, 1788, 121), mas também pela "história moral do mundo" que descreve as virtudes e vícios de seus habitantes.<sup>17</sup> A narração histórica se nutre de testemunhos documentais, mas também dos monumentos antigos. Estes são um complemento dos testemunhos escritos ou os substituem quando não existem, e dessa maneira poder adentrar no caráter e atitudes de um povo. Além disso, os monumentos podem "suprir a omissão ou má fé dos historiadores. Um edifício manifesta o caráter e cultivo das gentes..." (Alzate, 1777, 63). O estudo das antiguidades permitiu romper o "véu obscuro dos tempos que oculta as origens das nações, seu mútuo comércio, etc. Sabemos que muitos fatos históricos têm sido ou confirmados ou destruídos em virtude da descoberta de uma medalha ou de uma inscrição" (Idem, 64). A partir de este repertório referencial Alzate celebra a aparição da obra de Cavijero, precedida de outros trabalhos como o de Boturine para iluminar a história dos antigos habitantes antes da chegada dos conquistadores.

Propor-se estudar os "antigos mexicanos" já pressupõe, como se sugeriu, a separação com os "modernos mexicanos". Alzate aclara essa diferença utilizando o caso dos gregos:

A nação mexicana no dia (não obstante sua existência) deve reputar-se por antiga; porque, uma vez avassalada pela nação espanhola, de quem recebeu sua legislação, seus costumes, a verdadeira religião, perdeu os traços que a distinguiam das outras nações e são hoje os índios mexicanos com relação aos anteriores à conquista, o mesmo que os modernos habitantes do Peloponeso/Morea com relação aos antigos gregos,..." (Idem, Ibidem).

Esta diferença se sustenta na consciência de viver em um século diferente que abrevia a distinção entre antigos e modernos. Por exemplo,

<sup>17</sup> Alzate, "Memoria sobre el uso que hacen los indios de los pipiltzintzintlis, 1772", *Memorias y ensayos*, p. 53. Menciona el Diccionario universal de historia natural de Valmont de Bomare, p. 58. Alzate, 1772, *Memorias*, p. 53.

Cavijero em 1776 (depois do decreto em 1773 da extinção da Companhia de Jesus), em um exercício de imaginação histórica fundado na ideia de que do futuro só se pode saber que será diferente, a exemplo da própria relatividade do “século” em que se vive: “Nosso século, que se acreditava superior a todos os que o precederam e se chamava por excelência o Século das Luzes e da humanidade, acreditais que parecerá assim ao século XXII?” (Cavijero, [1776], 2008, 38).

Embora compartilhe com os ilustrados o ser parte do mesmo “século”, Cavijero manterá em sua escrita certas reservas<sup>18</sup> com relação à *philosophie* do século: “minha história seria acaso mais agradável a muitos, se toda diligência que coloquei em averiguar a verdade, houvesse aplicado a embelezar minha narração com um estilo brilhante e eloquente, com reflexões filosóficas e políticas, e com fatos inventados por capricho, como fazem não poucos autores de nosso ponderado século. Mas a mim, inimigo de todo engano, mentira e afetação, parece que *a verdade é tanto mais formosa quanto mais desnuda*. Ao referir os acontecimentos da conquista que fizeram os espanhóis, me afasto igualmente do panegírico de Solís que da invectiva do ilustríssimo senhor Las Casas, porque não quero adular a meus nacionais nem tampouco caluniar-los. Deixo os fatos naquele grau de certeza ou verossimilitude em que os encontro...”.<sup>19</sup>

Esta passagem tem dado fundamento para que Cavijero apareça como representante e precursor de uma suposta historiografia “científica” de corte rankeano (Cañizares-Esguerra, 2001). Esta apreciação pode parecer um tanto infundada se se examina também a narrativa de Ranke e a de Cavijero. A de Cavijero oscila constantemente entre o passado e o presente dos “antigos mexicanos”: “...e comparando o que dizem de sua multidão os primeiros historiadores espanhóis e os escritores nacionais com o que viu nossos olhos, podemos assegurar que das dez partes apenas subsiste uma no presente: efeito lamentável das grandes calamidades que têm sofrido” (Cavijero, [1780], 1974).

Outro membro da Companhia de Jesus extinta valoriza não só as fontes escritas e pictóricas, mas também os monumentos antigos. Seu estudo é parte

<sup>18</sup> Assinala Cavijero que o principal objetivo de seu “ensaio” é regressar “a seu esplendor a verdade ofuscada” por uma turba de “escritores modernos da América.” Por essa razão, tem dedicado seu tempo a estudar muitíssimas “pinturas históricas dos mexicanos. Viveu trinta e seis anos em diversas províncias do reino, “com os mesmos mexicanos” cuja história escreve, e aprendeu sua língua. Crê possuir os traços de um “bom historiador”: engenho, juízo e eloquência, contando que a perda de materiais e o abandono são obstáculos sérios “para todo o que empreenda semelhante história”. Espera o reconhecimento, menos pela “elegância do idioma”, “a beleza das descrições”, “a gravidade das sentenças”, “a grandeza dos fatos referidos” e mais “pela diligência nas investigações, pela sinceridade da narração, pela naturalidade do estilo e pelo serviço... aos literatos desejosos de conhecer as antiguidades mexicanas...”.

<sup>19</sup> Cavijero recorre, com efeito, à metáfora da “verdade nua”, uma metáfora antiga situada no contexto da retórica, e que Ranke também utilizará em seu momento. É uma metáfora que serve para indicar que o excesso de adorno em uma expressão só faz ocultar a mesma verdade. Essa aspiração de mostrar ou contemplar a verdade em si, sem mais, é anterior a Cavijero e a Ranke. Veja-se Cavijero, *Historia antigua...* p. xii; para Ranke remeto a Zermeño, *A cultura moderna de la historia*, pp. 77-110, para “A metafórica da verdade nua veja-se Blumenberg, *Paradigmas para una metaforología*, pp. 105-123.

do gosto crescente pelas antiguidades e ruínas arqueológicas (Fascination der Antike, 1996). Esta fascinação que engloba a Itália, Grécia e Egito permite a Pedro Márquez refletir sobre a relatividade da história e o leva a uma consideração que se assemelha bastante às que realiza na Alemanha autores como Winckelman e Herder, e que chegaram até Ranke:

De tantas nações que cobrem nosso globo, não há nem sequer uma que não se acredite melhor que as outras, assim como não há coisa mais vulgar entre os habitantes da terra do que o rir-se um do outro quando escutam que este fala um idioma que não é o seu nativo: efeito da ignorância vista ainda em muitos que se tomam por doutos e sensatos. No entanto, o verdadeiro filósofo, assim como não admite semelhantes opiniões, tampouco as rechaçam todas em conjunto. Ele é cosmopolita, tem a todos os homens por compatriotas e sabe que, o exótico que qualquer idioma pareça, em virtude da cultura pode ser tão sábio como o grego e que qualquer povo, por efeito da educação, pode chegar a ser tão culto como o que mais acredita sê-lo. No tocante à cultura, a verdadeira filosofia não vê incapacidade em nenhum homem porque tenha nascido branco ou negro, ou porque tenha sido educado nos pólos, ou na zona tórrida. Proporcionada a conveniente instrução (assim o demonstra a filosofia) em todos os climas o homem é capaz de tudo (Marques, [1804] 1994, p. 20).

57

Além de circular entre os eruditos, a palavra história se difunde em espaços de diversão e entretenimento com o objetivo de deleitar e prover também alguma lição moral. Assim, em 1805 é do gosto público a encenação de dramas históricos recentes ou remotos, muito mais quando se trata de eventos que estão comovendo o mundo. Assim o deixa ver um autor em 1805 “Não há dúvida, parece atrevida a empresa do moderno escritor. É difícil formar um Drama histórico, e ainda mais de passagens recentes”. Só se exige que a representação contenha uma “parte alegórica verossímil, sem opor-se à verdade, antes, dando realidade aos caracteres, segundo seus gênios e feitos; resolvendo sobre eles a conclusão de lances, liberando-os de insipidez e violência”. Tem-se a consciência de que os “feitos dos grandes homens elevam o espírito das gentes instruídas, ocupam um lugar distinto na fantasia, excitam agradáveis ilusões, enchem de nobreza o pensamento, corrigem as paixões, e proporcionam um recreio tão agradável como proveitoso... Elevada a humanidade ao sublime grau que merece, incita imitar, fazendo conhecer o preço da virtude...” (Gavilán em Teixedor, 1805, 349). Porque pede o público, mas também graças aos mecenas das letras, a arte dramática tem melhorado.<sup>20</sup>

### **A história como conceito político**

A produto de impressos novohispanos durante o lapso 1808-1821 deixa ver crescentemente o predomínio da observação do presente sobre o estudo do passado. Aparece o historiador como testemunho presencial dos fatos e como recompilador de documentos antigos e modernos. A consignação das

---

<sup>20</sup> Fernando Gavilán, Prospecto Do Nuevo Drama Heroico Original Em Tres Actos: Bonaparte Em El Paso Do Adige, Y A Batala De Arcóle. Su Autor FG, Asentista y Galan primero do Teatro de esta Ciudad, donde ha de representar el día 21 do corriente Octubre. A Beneficio De Su Apuntador Mariano Ara. Puebla de los Angeles. Ano de 1805 Teixedor, Adiciones, p. 350.

efemérides se relaciona com as mudanças políticas do momento, com as reações em Nova Espanha frente à crise geral originada na invasão napoleônica em Espanha (1808-1810) e o desaparecimento da figura do rei. Os militares e as guerras ocupam um primeiro pano, assim como os dilemas e o conflito social originado com as “revoluções” de independência. Para julgar os acontecimentos do presente crescentemente se deixa o jogo de analogias entre o passado e o presente, e se recorre cada vez mais ao “Tribunal da Razão” ou da posteridade. Os prognósticos de futuro, no entanto, podem todavia reger-se pelo movimento dos astros ou também mediante a leitura de seus signos através de aparições religiosas.<sup>21</sup> Mas a questão do vazio do poder real ocupa um primeiro plano, e no passado não é fácil encontrar agora um exemplo similar aos eventos do presente para receber uma orientação.

Em relação com o discurso da história podem aparecer os seguintes títulos: “Prognósticos temporais deduzidos dos aspectos planetários ocorridos em 1809”; “Prognóstico da felicidade americana, justo regozijo do México, natural e devido desabafo de um espanhol americano pela feliz chegada a estas Províncias do Exmo. Francisco Xavier Venegas, vice-rei de Nova Espanha” (1810). “História dolorosa, dividida em sete cantos. Em que se vê a acérrima Paixão e Morte de nosso Redentor...” (1809); “Relação histórica e moral da portentosa Imagem de N. Sr. Jesus Cristo... aparecida em uma das covas de Chalma...” (1810); “Ideia histórica dos principais acontecimentos ocorridos em Zaragoza durante o último sítio” (1809) (Impressos Novohispanos, 1990). A política do dia tende a ocupar o primeiro plano de atenção e o futuro que se torna incerto busca ser prognosticado, em especial em relação com a crescente confrontação “entre espanhóis ultramarinos e americanos” (Bautista, 1810).<sup>22</sup> E no interior da Universidade, Agustín Pomposo Fernández de Salvador, reitor da mesma, pronuncia um discurso em torno ao temor pela desunião entre espanhóis e novohispanos (1810).<sup>23</sup>

Mas o discurso da história se produz também fora da Nova Espanha. Muitos escritos (como o já mencionado de Cavijero e outros ex-jesuítas) emergem da condição do exílio forçado ou da perseguição. E, para alguns, Londres se constitui, desde fins do século XIX, em um lugar propício para difundir histórias ou argumentos relacionados com os agravos cometidos pelas autoridades espanholas a personagens provenientes dos vice-reinos americanos. Além do peruano Juan Pablo Viscardo e Guzmán, famoso por sua *Carta aos americanos espanhóis* de 1799 (difundida e utilizada pelo General Francisco Miranda, situado também em Londres, e mais tarde em Venezuela durante a guerra de independência a partir de 1810), Frei Servando Teresa de Mier, frade

<sup>21</sup> Impresos Novohispanos 1808-1821, p. 875. (Joaquín Sardo, Reacción histórica y moral de la portentosa Imagen de N. Sr. Jesucristo...aparecida em una de las cuevas de Chalma...1810.

<sup>22</sup> Juan Manuel Bautista, “Discurso sobre los males que puede causar la desunión entre españoles ultramarinos y americanos...escribalo, doctor em teología”, Imprenta de Arizpe, 1810), Impresos Novohispanos, pp. 666-7.

<sup>23</sup> Impresos Novohispanos, p. 697, “Memoria cristiano-política. Sobre lo mucho que la Nueva España debe temer de su desunión em partidos, y las grandes ventajas que puede esperar de su unión y confraternidad”.



dominicano, publica em Londres em 1813 sua *História da Revolução de Nova Espanha, antigamente Anahuac*, escrita durante o terremoto político causado pela invasão napoleônica do território espanhol e, sobretudo, pelo vazio deixado pela ausência do Rei:

O 15 de Julho de 1808, foi o infausto dia em que a Nova Espanha (chamada Anáhuac antes da conquista) olhou atônita que a antiga estava ocupada pelos Exércitos Franceses e seus Reis sem liberdade em Bayona: e no 16 se publicaram as gazetas de Madri, do 13, 17, e 20 de maio que continham sua renúncia a favor de Napoleão, e a obediência dos Conselhos e tribunais da Corte a Murat como Lugar-tenente Geral do reino... (Mier, [1813], 1990, 1).

Assim começa o relato de Mier que se caracteriza por fazer da história um tribunal de justiça. O autor segue as leis da história tradicionais ao tentar oferecer os elementos para explicar em termos causais a origem da "revolução" (sinônimo de levantamento violento) em Nova Espanha. O faz aportando provas e testemunhos das partes em conflito. E na mente tem como modelo a história de Tucídides que convida a leitor a situar-se como se fora o espectador em um teatro, fazendo intervir as vozes dos diferentes atores de um drama. Mier a denomina "história apologética" porque sua intenção é vingar o Vice-rei Iturrigaray injustamente destronado por uma facção de sediciosos "europeus". A representação dos feitos se realiza simultaneamente fazendo um corte transversal (um presente-passado cujo desenlace permanece em aberto) e um corte longitudinal (que faz da Conquista o referente explicativo da narração dos eventos sucedidos entre 1808-1813). Há uma espécie de marca original (a relação ruim entre os conquistadores e os membros da Audiência, entre os filhos dos conquistadores nascidos na América e os funcionários espanhóis soberbos e adventícios) determina a narração de uma situação que se tornou insuportável. Trata-se da descrição de uma revolução justiceira que busca fazer respeitável a legalidade perdida (as leis das índias). Desse "lugar" o evento central (a queda de Iturrigaray) vai sendo revelado. O escrito, por isso, tenta dar fundamento jurídico a uma "revolução" que não busca senão superar o abismo aberto com a perda do rei legítimo, Fernando VII.

A partir de 1820 se generaliza a noção de história como um conceito político-jurídico. Um flagrante paradoxo está simbolizado na autocoroação de Napoleão como imperador em 2 de dezembro de 1804 na igreja de Notre Dame, que deixa ver um fato inédito: faz que sua autoridade emane apenas de si mesmo fazendo surgir as autoridades tradicionais (dinastia, herança, papado) só como espectadores. O ato simboliza a aparição de um sentido da história que só se deve a si mesma, que se outorga o direito de inaugurar novas tradições, novas leis. Significa que o passado começou a deixar de informar o presente, que sua normatividade foi desativada pelo poder do trono imperial ou da Nova realeza. A partir desse momento o espírito reformista invade a sociedade inteira. A "constituição" deve dar forma ao novo Estado. A questão difícil é saber si com esta quase de ações se inaugura uma nova ordem de temporalidade ou esta

tem outro curso. Porque, muito cedo, em 1814 a monarquia será restaurada, mas também logo a ordem constitucional estabelecida em Cádiz em 1812 será restaurada em 1820. Em todo caso, tudo isso revela a entrada em um território de constante mudança e instabilidade.

Mas é nessa situação “Nova” que paradoxalmente a *história* começará a ter uma centralidade que não teve anteriormente. Será dotada quase de um poder demiúrgico, equiparável talvez só ao que pode seguir tendo em outros espaços a pastoral eclesiástica. Esta importância pode documentar-se em um escrito de 1822. Juan María Wenceslao Barquera, pouco depois da *Declaração da independência do México*, publicou *Lições de política e direito público para instrução do povo mexicano*, (facs., México, DF 1991, 1a ed. 1822) no qual pergunta-se sobre as relações entre política e história. Em um presente caracterizado pela transição e a instabilidade política pergunta-se se a história tem algo a ensinar. Isto ocorre ao mesmo tempo que funcionários como Lucas Alamán se interessam em conservar os arquivos novohispanos herdados e eventualmente, como Carlos María Bustamante, em recompilar e difundir materiais de um passado estigmatizado a partir de agora sob o sintagma de “os 300 anos de opressão”. A negação do passado colonial aparece como a condição política necessária para fundar uma Nova história.<sup>24</sup>

O escrito de Barquera manifesta uma tendência que marca ao vocábulo história nas três décadas seguintes. Não há boa política sem história, mas tampouco história sem política. Este axioma lembra o Jovelanos de 1780:

60

...o conhecimento do direito e da história são os dois guias sublimes da política, porque um prepara as noções do justo e do injusto, e a outra apresenta os feitos que devem servir de *exemplo à conduta dos homens*, pois quando se trata de estabelecer uma lei, a ciência do direito *raciocina e desenvolve os princípios*, e a *história refere os fatos* que talvez comprovem a boa prática daqueles.

Assim o político pesa as razões e os exemplos, examina as vantagens ou seus inconvenientes, e se resolve por fim guiado pela *razão, ou pelos fatos*, ou por um e outro, ou por nenhum, porque nem sempre o melhor é o mais conveniente na arte de governar.<sup>25</sup>

Um novo contexto político reabre a questão se é ou não possível escrever uma história imparcial não identificada com algum dos partidos ou facções em luta. Esta discussão não pertence exclusivamente ao campo da história, domina também no vasto mundo da “opinião pública”, domínio no qual se exige também imparcialidade e amor à verdade sobre qualquer outra inclinação.

Um dos protagonistas dessa encruzilhada político-histórica é também Carlos María Bustamante. Ele se esforça em constituir-se no novo Bernal ou cronista oficial da Nova República. Fica obcecado por consignar seletivamente os fatos por escrito, inclusive os estados do clima de cada dia. Nem todo documento

<sup>24</sup> Uma ampliação dessas ideias encontram-se em meu ensaio “Apropiación do passado, escritura de la historia y construcción de la nación em México”, Guillermo Palacios (coord.), *La Nación y su Historia*.

<sup>25</sup> Barquera, *Lecciones de política y derecho público para instrucción do pueblo mexicano*, (1822), 1991, p. 59-60, citado por Roldán, “Os libros de texto de historia de México”, *Historiografía Mexicana*, p. 492-3.



é chave para qualquer história. Em relação com a revolução de independência há ações militares dignas de recordar, outras nem tanto. Também há documentos do presente que merecem ser conservados por sua importância futura. Publicam-se documentos que serão de interesse para a história que se está desenvolvendo. Põe-se a vista fatos, documentos, peças que logo serão partes de uma história futura. Há documentos (provas) que podem influir a favor ou contra a fama de um indivíduo ou povo "(frente) o tribunal da história". Com esta consciência de um futuro incerto, por exemplo, Iturbide dá provas "à história" de sua vontade de serviço à pátria. Assim, toda ação política no presente adquire sua valoração positiva/negativa frente à história futura.

Ao mesmo tempo, pode-se discorrer sobre o que está acontecendo com base na memória histórica pré-fabricada. A história de Roma pode iluminar a situação da recém nascida república mexicana. Discute-se a abolição da escravidão evocando a história do tráfico de negros pela Espanha, a luz de um texto clássico encontram-se semelhanças com personagens no presente. A história pode adquirir também a forma política de "manifesto histórico". Escreve-se, por exemplo, sobre a história do império efêmero de Iturbide. A maneira trágica ou cômica como se realizam as ações históricas é motivo argumentativo que pode provocar riso, lamento, entretenimento ou gravidade para as gerações futuras. Haverá personagens que passarão à história (serão memoráveis) por suas ações equivocadas ou acertadas. A história segue sendo um saber: há aqueles que ficaram sabendo do que se passou (autenticamente) por haverem estado presentes ou porque lhes foi lido, e há aqueles que ignoram a história como Iturbide. Há quem disserte sobre a história para ressaltar as excelências de um povo desde sua antiguidade, como o padre Mier. O fazem a partir do que foi estabelecido no livro da história.

61

Toda história tem um princípio e um final. Na história que se escreve constam os acontecimentos que se acreditam aconteceram e podem acontecer. Bustamente, também como Tucídides, se apresenta como testemunho presencial dos fatos e como amanuense ou escrivão ao serviço da história. Mas agora se distinguirá mais claramente a história sagrada da história civil ou profana. Esta última se constitui como o lugar no qual aparecerão os homens sendo julgados por eles mesmos. Adquire um estatuto próprio com maiúscula – história geral – que tende a separar-se da teodicéia. Só os homens podem ser julgados pelos homens: a *História* é o último juízo do homem sobre si mesmo. A história que registra, escreve Bustamante, está dedicada, já não ao príncipe civil ou eclesiástico, mas à nação. Busca ser o reflexo de suas conquistas e de suas desgraças na marcha de sua emancipação. Assim, na história eclesiástica, se adverte que também Roma não tratou bem os "americanos". No Congresso, por iniciativa de Mier, discute-se a vinda do Apóstolo São Tomás, baseada em "documentos", como um fato essencial. Seu não reconhecimento poderia ter consequências graves. Mas, sobretudo, a história está em marcha, é um processo aberto. Como em um folhetim, Bustamante, de um dia para outro, informa que "amanhã" se continuará com "a história dos últimos acontecimentos

de Tabasco".<sup>26</sup>

Aprofunda-se, então, uma noção de história como "juízo final" exercido pelos seres humanos. Com isso se indica que, no marco das transformações políticas e sociais, vai-se operando uma ressemantização do vocábulo história. Esta mutação implica aprofundar a separação entre uma história exclusiva de Deus (a história sagrada e eclesiástica) e a história natural e moral, pertencente ao ser humano, já situado nesta como um observador privilegiado de seu próprio acontecer. Ao mesmo tempo se desenvolve a história como uma unidade dentro da diversidade de múltiplos atos humanos segundo se trate de política, economia, costumes, arte, etc.

As histórias são publicadas para serem lidas. Mas nem todos têm acesso imediato a seus livros. Isso só nos indica que durante este período vai se conformando também um mercado editorial em busca de novos leitores como as mulheres e os jovens. A história é o relato de coisas verdadeiras, mas frente ao leitor se obriga a incluir uma moralização, um ensinamento para melhor guiar-se em um presente incerto. Constitui-se em um tesouro de experiências ali onde o presente não oferece modelos idôneos para serem imitados. Nesse sentido, durante este período se mantém o espírito da velha história "mestra de vida", mesmo que esteja ela circunscrita a épocas mais recentes. Para Bustamente, que conta a história de cada dia, seu passado preferido é o século que acaba de terminar. Nesse contexto aparece e se consagra o neologismo *história contemporânea*.

62

### **Aparição e predomínio da *história contemporânea***

Esta expressão se encontra simultaneamente em diferentes países, México, Argentina e inclusive no Peru já em 1812: a história dos últimos anos é mais generosa em ensinamentos que toda a história anterior. Sua aparição em si mesma expressa a distância que separa seus portadores da experiência de outros tempos, e deixa ver a perda de aura das histórias remotas, renascentistas ou medievais. Esta Nova experiência vai lançando as bases para observar a desaparecimento da história como um mero "saber" e sua transformação em uma "ciência". Isto só é possível na medida em que o passado já não é capaz de modelar o presente. Assim se deixa ver na obra do escritor espanhol Francisco Martínez da Rosa (1835-1851) para quem a única história capaz de ensinar algo é a história contemporânea, e dentro desta a história de corte político e militar.<sup>27</sup>

Que a palavra história se associe em primeira instância com o direito e a política não significa que não haja outra classe de histórias, todas úteis e relevantes ao dedicar-se a esclarecer a origem dos problemas contemporâneos. Ao mesmo tempo se desenvolve uma história-diário e exemplar, curiosa de todo o humano. O passado é uma recordação constante no presente que assinala

<sup>26</sup> As referências são retiradas de Bustamante, *Diário Histórico de México*, 2001/2003 (CD-1 y CD-2).

<sup>27</sup> Citado em Chacón, *El concepto de historia em España*, 2007. Pode-se consultar também meu artigo, "Historia, experiencia y modernidade em Iberoamérica, 1750-1850", *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 45/2008, pp. 113-148.

uma linha divisória entre o um e o outro. Assim, um enviado de uma Companhia mineradora desembarcado no porto de Alvarado em 1825 lembrou-se de Juan de Grijalva quando este em 1518 descobriu restos de sacrifícios humanos. Pensando nele imaginou a possibilidade de “poder desenterrar algum crânio de homem morto anteriormente ao contato com os europeus”, dirigindo-se para isso à ilha dos Sacrifícios. Mas suas esperanças foram em vão ao não encontrar mais do que sepulcros abertos com cinzas, “seus ossos já não existiam”. Só tropeçou com pontas de flecha de obsidiana, cabeças de barro, etc. (*El Iris* I, p. 20-21).

O livro de história, nesse sentido, já está escrito, mas pode corrigir-se à luz de novos achados: o saber histórico é perfectível mediante um espírito inquisitivo (*El Iris*, 1826, I, p. 31). A história como um saber progressivo tem a função de ilustrar e não tanto de ensinar. Corrigem-se verdades que não eram certas. “O Sr. Druetti acaba de descobrir os papiros que se achavam dentro de um vaso de terra bem fechado sobre a tumba enterrada na areia, perto das pirâmides de Saccara no Egito. Estão escritos em caractere *Neskito*, cuja invenção se atribuía a Ebn Molka; mas pela data que trazem, anterior a seu nascimento, já não se pode lhe conceder esta honra” (*El Iris*, I, p. 31).

Trata-se de um saber que não está garantido de antemão. Assim, a *história contemporânea* adquire um estatuto próprio em relação com a de outros períodos: Antiguidade, Idade Média e Moderna. “Na imensa carreira de vicissitudes que percorreu o gênero humano, talvez não haja época mais fecunda em acontecimentos extraordinários e lições terríveis para a posteridade, do que a primeira quarta parte do século XIX” se escreve no semanário *El Iris* em 1826. “A história deste período é um compêndio da história do mundo, continua, Nações que saem da nada, outras que desaparecem; cidadãos que conseguem coroas, coroados que perdem a cabeça; povos escravos que recuperam seus direitos, povos livres que se deixam carregar de cadeias, princípios co-nstitutivos...” (*El Iris*, I, pp. 39-40). E depois de tantos vai e vem, “naufrágios e salvamentos, ¿haverá piloto da nave de um estado que não deva conhecer os escolhos do pélagos que está navegando, e que conhecendo-los não saiba evitá-los?” pergunta-se o articulista (*Idem*, 40). E não pode ser mais enfático:

Quando o século é tão abundante em lições e desenganos espantosos; quando as nações do continente antigo, depois de ter visto um relâmpago de liberdade, volta gemer sob o cetro de ferro de seus tiranos, e mais oprimidos que nunca; quando se movem os mesmos molas, e se acendem as mesmas fogueiras em que se forjaram os grilhões da Europa, para acorrentar a América.... Ai da América se não aproveita o estudo da *história contemporânea*! (*Idem*, p. 42).

A aparição desta noção no vocabulário da década de 1820 não suprime o axioma clássico ciceroniano da *Historia Magistra vitae*. Mas deixa ver que enquanto o futuro se alargou, o passado tende a estreitar-se como depósito de experiências úteis para o presente. Ao surgir uma nova nação (“e sobre todo se esta foi colônia”) a lição mais importante “é que quanto mais se afasta do estado

de coisas, das ideias, das circunstâncias que operavam sob a antiga dominação, mais afastará a possibilidade de sua volta e dará fundamentos mais sólidos a sua independência. Uma colônia emancipada, deve, pois, levantar quantas barreiras possa, entre ela e o país de quem reconhece sua fundação. Os novos Estados da América colonizados pelos espanhóis... devem apartar-se de uma ordem de coisas que os assemelha com seus antecessores (os restos de superstição e de fanatismo), a fim de que feitas nações do todo distintas, se achem impossibilitadas absolutamente de sofrer a simples ideia dos tempos passados" (El Iris, 1826, I, 83). O presente é apenas a linha que separa o passado do futuro. O passado pode seguir cumprindo uma função magisterial, mas agora está guiado pelo desejo de um futuro distinto do passado. Ao menos estas percepções estão presentes nos redatores do *El Iris*.

Aparece a vontade de esquecimento do passado para gerar um país novo. Este desejo implica também a necessidade de transformar a linguagem : "...o homem livre deve falar como livre. A língua castelhana pouco se adapta ao estilo republicano" (*Idem, Ibidem*) Por isso: "Mexicanos: reformem vosso estilo; corram às fontes da verdadeira eloquência. Estudem em Tucídides, Demóstenes, Hume e Robertson o modo de expressão das nações soberanas. Escrevam em castelhano, mas que as frases do terror, e os rodeios da sujeição se desterrem de vossas páginas". Por meio da educação se suprimirá da juventude "o exemplo de pais corrompidos (de seus maiores) ou embrutecidos por trezentos anos de escravidão. Eduquem-se nas armas, a nos exercícios ginásticos e no trabalho. (...) Novos portos, novos caminhos, novas reações comerciais, põem individualmente os homens em situações em tudo diferentes das preexistentes, borram insensivelmente no vulgo as impressões da infância e o desejo de vê-las reproduzidas" (*Idem, 82-4*).

64

### **A história como filosofia da história**

Até aqui parece que o político e o social, mais do que as linguagens puras, são detonadores da necessidade de buscar novas fórmulas linguísticas para descrever as novas situações. Por outro lado, o surgimento do novo conceito de história na Alemanha relaciona-se com uma reação germânica de busca das origens frente à influência latina (Herder). De fato a *Historie* tende a ser substituída pela palavra alemã *Geschichte*. Não parece encontrar-se uma reação similar em nossa língua. Inclusive o abandono do latim como língua franca e a recuperação e disseminação das línguas vernáculas passam indefectivelmente pelo filtro ou marcas impressas do latim.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a aparição de uma nova noção de história obedece à necessidade de enfrentar os novos problemas do exercício e representação da autoridade pública. Para o caso da "opinião pública", ela torna-se o substituto da ausência do soberano ou cabeça do organismo social. No caso da "história", ela se apresenta como uma forma de responder a um futuro incerto, um futuro que deixou de se pautar no social e no político – não é assim no religioso, embora seja previsível que o religioso, a experiência religiosa, também

será afetada – com base nos exemplos do passado ao modo ciceroniano. Trata-se de uma conjuntura social e política na qual o passado mesmo tornou-se questionável e, portanto, deixou de ser modelo de imitação. Mais especificamente, o novo conceito de história surge como uma reação contra a história humanista plasmada no período do renascimento, por um lado, e, por o outro, como uma reação historicista às verdades da história sagrada.

Neste processo aparece a crescente importância que terão as ciências experimentais ou da natureza; (Hazard, 1988) fato que implica a perda da aura mágica ou sagrada que a natureza todavia possuía como a obra criadora de Deus. A história natural, sustento da física, cumprirá dentro desse processo um papel primordial, entendida como a capacidade para contemplar a natureza regulada por princípios objetivos. Esta capacidade desenvolvida inicialmente entre os naturalistas se traspassará logo ao âmbito da observação da natureza humana, uma natureza não inata ou imutável, mas perfectível. Esta transposição do âmbito natural ao histórico possibilitará o desenvolvimento de uma história sem mais ou “história geral” (Voltaire), cujo fundamento deixa de ser externo ao próprio devir histórico. A história aparece então como um processo regulado a partir de si mesma e, portanto, só compreensível a partir de si mesma. Um movimento, é verdade, já está anunciado em Vico.

A incorporação da noção secularizada de progresso associada ao vocábulo história implica a conversão da história moral tradicional em uma história natural regulada por leis. Em 2 de abril, há meio dia no salão de atos da Universidade se deu a inauguração do “Instituto nacional”, ao som de música militar. O secretario leu a lista de sócios e em seguida C. Andrés Quintana pronunciou um “excelente discurso no qual apresentou um quadro filosófico da história, progressos e vicissitudes do saber humano, concluindo com a análise do estado atual das luzes europeias e os motivos poderosos que devem realizá-las na América”. Esta nota foi feita por Heredia, que com Barquera e Tagle apresentaram três composições poéticas (El Iris, I, 97). É inútil querer opor-se ao “curso natural das coisas”, “querer fazer girar ao revés a roda da ilustração” (*Idem*, 41-2).

Entre 1826 e 1836 (ano da publicação da obra de José María Luis Mora) se consagra o neologismo *história contemporânea* e se lançam as bases do desenvolvimento de um relato que deve dar conta não apenas do passado, mas também do futuro da nação: de uma história filosófica. Mora é a expressão mais articulada deste modo “filosófico” de estar na história e de escrever sua história. Mora elabora, nesse sentido, o primeiro relato teleológico da história do México a partir de um conceito esvaziado de seu conteúdo providencialista. O homem como gênero humano aparece dono e escravo, ao mesmo tempo, de um destino prefixado, não inspirado salvificamente, mas alentado por um futuro promissor de felicidade. Um conceito de história secularizado (Mora, 1977, 470-1).

Mora esgrime um conceito de história em boa medida já presente no discurso da economia política do viajante e homem de ciência alemão Alexander von Humboldt. (Mora, 1836, I, 470-1; Humboldt, 1805). Não aparece a fórmula



pedosa da história como mestra dos tempos. E não aparece porque em seu diagnóstico final prevalece a noção de crise ou estado transitório, o passado é irreversível, não se pode voltar atrás, nem tampouco se tem a certeza do que vai acontecer. É a formulação mais próxima a um enfraquecimento do conceito clássico da história. Mas é provável que isso apareça em Mora por sua identificação com a obra de Humboldt. O que diferencia Bustamante de Mora é, como disse este, o princípio ou fio que une o conjunto dos fatos, "única garantia da verdade". Frente a este conceito de história, a de Bustamante é uma história míope, contraditória, mescla de verdades e de fábulas; (Mora, 1977, III, 9) fábulas "insossas e vãs" que não levam a nada, além de serem financiadas pelas câmaras e pelo governo, coisa difícil de entender, termina Mora (*Idem*, II, 12).

A aparição de *México e suas revoluções* coincide com o estabelecimento da Academia Nacional da Língua e da História em 23 de março de 1835, (Dublán e Lozano, 1876, III, 36) no tempo em que nos lugares de ensino se mantém a cátedra de história eclesiástica (*Idem*, 20-2). Por outro lado, o governo manifesta seu interesse em ilustrar a história da nação "purgando-a dos erros e das fábulas que se encontram nas que foram escritas até aqui, e desejando igualmente que se escrevam a que não temos dos trezentos anos da dominação espanhola, pois tudo o que foi escrito sobre ela, se reduz a uma simples nomenclatura dos vice-reis e prelados eclesiásticos que governaram no espiritual e temporal..." Para tal fim deverá reunir "todos os documentos originais, obras inéditas, e as que se acham publicadas até aqui relativas à história do México". Entre os membros desta associação nacional se encontram Bustamante, Alamán, Mora, José Gómez da Cortina, Lorenzo Zavala, José María Tornel, Agustín Torres Torija, José José María Heredia, Francisco Sánchez de Tagle, Rafael Oaguibel, Isidro Rafael Gondra e Joaquin Pesado (*Idem*, 36-7). Finalmente, o programa dessa História geral de México foi desenvolvido por Lucas Alamán (1849-1852).

Assim, na década de 1830 se inicia propriamente o esforço por consignar a história da nova nação, que culmina nas duas décadas seguintes com a publicação de obras como as de Lucas Alamán e as do *Dicionário Universal de História e de Geografia* (1853-1856). Mas cabe lembrar que já em 1844 apareceu na imprensa periódica a primeira menção em que se refere explicitamente à história como uma "ciência de primeira ordem". E entre suas figuras representativas aparece Ranke, uma contribuição "de nosso século" se lê. O contexto dessa aparição da história como ciência, já não como uma arte, está no marco do ciclo de conferências sustentadas por Lucas Alamán no Ateneo.<sup>28</sup> Muito cedo, em 1852, Ranke será exibido como um brilhante escritor, o qual apesar de ser "protestante" consegue ser imparcial no momento de referir-se a questões relacionadas com a Igreja católica. O "historiador do futuro" representado por Ranke que escreve com a moderação (sobriedade) e imparcialidade,

<sup>28</sup> El Registro Oficial. Periódico do Gobierno de Durango do Departamento de Durango, 21.07.1844, pp. 3-4.

está em germe (El Universal, periódico independiente, 1852).

A coexistência de uma linha clássica e outra moderna tende a perder-se no momento em que se desenvolve um discurso filosófico da história; ou seja, quando a história emerge no horizonte como problema. É evidente que se os autores não experimentam a história como ruptura, então se privilegiará a ideia de uma continuidade entre passado e presente, condição para que o discurso histórico cumpra uma função magisterial e pedagógica. Talvez Sarmiento em Argentina seja o caso mais nítido que mostra a transformação semântica da história. Ao ser nomeado diretor de História do *Ateneo del Plata*, Sarmiento declara:

[...] chegamos a épocas definitivas em que as sociedades tomaram assento, como o viajante que descansando sob o teto doméstico, volta retrospectivas vistas para o caminho que andou. *Nós escrevemos a história marchando.*<sup>29</sup>

Esta declaração está descrevendo de maneira contundente a nova experiência da temporalidade. A história, orientada em princípio diacrônicamente, terminou por sincronizar-se com o espaço a partir de onde se escreve.

### **Para concluir: Os processos de independência e “os 300 anos de opressão”**

De acordo com o estudo de Koselleck até 1800 pode-se observar na língua alemã uma interseção linguística: a criação de um conceito sintético *a priori* que traça uma diferença com a forma clássica de coordenar o tempo. Há um lapso em que se interceptam a *Geschichte* – a história como acontecer refletido nos acontecimentos (*Ereignisse*) – e a *Historie*, entendida como informe e representação verbal ou escrita dos acontecimentos. Ou seja, a história como um saber do passado apropriado para ilustrar o presente (*magistra vitae*) fundi-se com o acontecer mesmo, de modo tal que o futuro tende a nutrir-se do presente, mais que do passado distante. A fusão do acontecer com o saber no presente se faz manifesta no termo *Geschichte* como um singular coletivo (a história), deixando para trás a forma plural das *Historien* tradicionais. Em minha opinião, o mais importante na tese de Koselleck radica em mostrar que com a aparição do neologismo *História* (*Geschichte*) – que implica ao mesmo tempo saber da história e fazer a história – aparece a formação de uma nova experiência de temporalidade ou forma de coordenar as relações entre passado, presente e futuro.

De acordo com o nosso estudo, parece que no México esta “experiência” ocorreu no lapso entre 1808-1823, coincidente com a instalação das Cortes de Cádiz e a Declaração de independência em 1821. Mas, diferentemente do caso alemão, parece que esta “experiência inédita” se deveu menos a um movimento intelectual e mais aos movimentos sociais e políticos que acompanharam a desarticulação da monarquia espanhola em solo americano. Assim, seriam as

<sup>29</sup> Domingo F. Sarmiento, “Espíritu y condiciones de la Historia em América” (Memoria leída el 11 de octubre de 1858) em *Obras Completas* t. XXI (Buenos Aires, Luz Do Día, 1949) p. 87, cursiva minha. Em Wasserman, *Entre Clio y la Polis*, 2008, pp. 100-107.



transformações políticas que detonariam as transformação semânticas da história, sem haver propriamente uma elaboração intelectual. É evidente que a cronologia dessa transformação pode variar dependendo dos critérios aplicados. A luz de uma história econômica e das ideias, por exemplo, as modificações sociais remetem a antecedentes ou causas próximas descobertas no período das reformas borbônicas ou etapa do “melhoramento das artes e das ciências”. Essas medidas funcionariam como fator determinante para romper as lealdades tradicionais entre os súditos e a Coroa, cujo efeito causal seriam os movimentos de independência. Da perspectiva da história conceitual esta versão é questionável ao não detectar-se nas linguagens da época - antes, durante e depois das independências - uma relação causal aceitável entre o antes e o depois. Encontra-se, ao contrário, uma construção *ex-post-facto* daquele período como precursor do que virá depois. E é precisamente esta versão a que seria recolhida e magnificada pela historiografia nacionalista e profissional posteriores.<sup>30</sup> Esta versão, corresponde-se com o lugar a partir do qual autores como Viscardo e Guzmáncix e outros ex-jesuítas como Cavijero, ou o mesmo Mier, escreveram suas reclamações e denúncias, inspirados ao final nos textos de autores como Raynal, Montesquieu e Thomas Paine. Menos cara é a relação que existe entre estes e a maneira como se desenvolveram os eventos que deram lugar ao desmembramento do império espanhol. Se a análise puramente ideográfica enfatiza uma linha de continuidade entre o ontem e o hoje, pelo contrario, uma análise histórico-conceitual mostra que há razões para pensar que somente a partir de 1808, com as Cortes de Cádiz, (como efeito da invasão francesa em Espanha) aflora a possibilidade da criação de um novo espaço de experiência com implicações nos novos usos da história. A partir de então a história parece acelerar-se e o passado parece deixar de ser a luz esperada para o presente. Nessa medida os padrões clássicos de calcular o tempo tendem tornarem-se obsoletos. A relação entre o passado e o futuro tenderam a se deslocar.

Este deslocamento dará origem ao uso frequente da metáfora da orfandade: a “pátria”, o solo aonde se nasceu, ficou sem a “nação” dos pais. E esse vazio só poderá ser preenchido com outra história nacional, escrita em uma versão cujo solo está dado pelo gesto de ruptura ou separação do passado colonial estilizado na frase dos “300 anos de ignomínia e exploração”. Uma fórmula do ex-jesuíta peruano Viscardo (1799, 205), disseminada por Miranda acerca do império que exerceu sua dominação com grande “ferocidade por mais de 300 anos”. Esta expressão entra na moda durante as guerras de independência até ficar consagrada em alguns casos, como nos da Venezuela e México, na carta constitucional. E para nossa surpresa pode-se encontrar uma expressão similar de sinal contrário no campo espanhol. O espanhol Francisco Martínez Marina, representante nas Cortes de Cádiz, em dois textos de 1808 e 1813 se volta ao passado espanhol para resgatar tudo de bom que ali se encontra e que é resgatável para a construção de uma monarquia republicana

<sup>30</sup> Ver Lynch, “Las raíces coloniales de la independencia”, América Latina, entre colonia y nación, p. 163.

(Breña, 2006, 225-35). O anterior nos indica duas coisas: primeiro, o passado se tornou ambíguo para uns e outros (mexicanos e espanhóis) e, segundo, sob um duplo anacronismo de sinal contrário se inicia a construção de um novo regime de historicidade.<sup>31</sup> O passado refletido no presente como um espelho começou a fragmentar-se.

Esta situação apresenta um paradoxo. Os três séculos que precedem 1789 não pertencem aos tempos modernos, mas a uma mancha. Este borrão e a nova contagem assinalam a anulação do passado como um passado exemplar e o predomínio do presente orientado para o futuro. Assinala a formação de um espaço de experiência que não foi alimentado previamente no campo das letras, mas recebeu seu impulso principalmente do campo da linguagem política e social. Esses 300 anos anteriores não se parecem em nada com o que apenas está nascendo e cujo desenlace é desconhecido para todos. O que sairá daí só se parecerá consigo mesmo: uma história em suspenso.

O que emerge dessa "borrão" é o programa de uma nova história que implicará o programa de formação de um novo tipo de historiadores a serviço da nação.

### Bibliografía

ALAMÁN, Lucas. **Historia de Méjico**, 3 vols. México Editorial Jus, (1849-1852), 1942.

ALAMÁN, Lucas et Alii. **Diccionario Universal de Historia y de Geografía**. México, Tipografía de Rafael/Librería de Andrade, 1853-1856.

ALZATE, José Antonio. **Gacetas de Literatura de México**. 4 vols (DC/488). Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1999. [1768]

\_\_\_\_\_. **Memorias y ensayos**. Edición e introducción Roberto Moreno. México: UNAM, 1985. [1788]

ARTIGA, Francisco Joseph. **Epítome de la elocuencia española**. Arte de discurrir, y hablar, con agudeza, y elegancia, en todo género de asuntos, de orar, predicar, argüir, conversar, componer embaxadas, cartas, y recados. Con chistes, que previenen las faltas, y exemplos, que muestran aciertos. 4ª impresión dedicada a Nuestra Señara del Pilar. Madrid: Viuda de Alfonso Vindéls, 1747.

BARQUERA, Juan María Wenceslao. **Lecciones de política y derecho público para instrucción del pueblo mexicano**. México: Impr, de Doña Herculana del Villar, Edición Facsimilar, México: UNAM, 1991. [1822]

BARTOLACHE, José Ignacio. **Mercurio volante con noticias importantes y curiosas sobre varios asuntos de física y medicina**. Intr. Roberto Moreno, México: UNAM, 1983. [1772-73]

<sup>31</sup> Em meu artigo "Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación em México".

- BAUTISTA DÍAZ CALVILLO, Juan Bautista. **Discurso sobre los males que puede causar la desunión entre españoles ultramarinos y americanos.** México: Imprenta de D. Mariano Zúñiga y Ontiveros, 1810.
- BORJA GÓMEZ, Jaime Humberto. **Los indios medievales de Fray Pedro de Aguado.** Construcción del idólatra y escritura de la historia en una crónica del siglo XVI. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2002.
- BLUMENBERG, Hans. **Paradigmas para una metaforología.** tr. Jorge Pérez de Tudela Velasco, Madrid: Trotta, 2003
- BREÑA, Roberto. **El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808–1824.** *Una revisión historiográfica del liberalismo hispánico,* México: El Colegio de México, 2006.
- BUSTAMANTE, Carlos María. **Diario Histórico de México (1822-1848).** Josefina Zoraida Vázquez y Héctor Cuauhtémoc Hernández Silva (eds.), Ciesas/El Colegio de México: 2001/2003 (CD-1 y CD-2).
- CAPMANY, Antonio de. **Filosofía de la elocuencia.** Madrid: Imprenta de Antonio de Sancha, 1777.
- CAMPUZANO, Ramón. **Diccionario manual de la lengua castellana,** arreglado a la ortografía de la Academia Española y el más completo de cuantos se han publicado hasta el día, 2ª ed. Madrid: Imprenta de D.M.R. y Fonseca, 1852.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **How to write the History of the New World.** Histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth- Century Atlantic World. Stanford: University Press, 2001.
- CASSIRER, Ernest. **Filosofía de la ilustración.** tr. Eugenio Imaz, México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- CASTORENA Y URSÚA - SAHAGÚN DE ARÉVALO. **Gacetas de México (1722-1742),** 3 vols.: Intr. Francisco González de Cossío, México: Secretaría de Educación Pública, 1949.
- COSERIU, Eugenio. **Sistema, norma y habla:** con un resumen en alemán. Montevideo: Universidad de la República, 1952.
- \_\_\_\_\_. **Introducción a la lingüística.** México: UNAM, 1990.
- COVARRUBIAS, Sebastián de. **Suplemento al Tesoro de la lengua castellana,** de D. Sebastián de Covarrubias, compuesto por él mismo. Pamplona, 2005. [1611]
- CHACÓN DELGADO, Pedro José. "El concepto de Historia en España (1750-1850)", **Araucaria,** Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, n. 17, 2007.
- CHARTIER, Roger. **Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII.** Los orígenes culturales de la Revolución francesa. Barcelona: Gedisa, 1995.

- CLAVIJERO, Francisco Javier. **Historia antigua de México**. Prol. Mariano Cuevas, México: Editorial Porrúa, 1974, 4ª edición. [1780]
- \_\_\_\_\_. "El juicio de la posteridad" (1776), **Artes de México**, n. 92, Diciembre 2008, p.
- DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA. La Academia española, (Limpia, fija, y da resplandor), Madrid: Imprenta de Francisco María Fernández, 1843, 9ª ed.
- DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA. Madrid: Hernando y cía. 1899, 13ª Ed.
- DOMÍNGUEZ MICHAEL, Christopher. **Vida de Fray Servando**. México: ERA/ CONACULTA, 2004.
- DUBLÁN Y LOZANO, Manuel y José María LOZANO. **Legislación mexicana o colección completa de las disposiciones legislativas expedidas desde la Independencia de la República**. México: Imprenta del Comercio, 1876.
- FASZINATION DER ANTIKE. THE GEORGE ORTIZ COLLECTION. Berlin: Staatliche Museen zu Berlin/ Preussischer Kulturbesitz, 1996.
- FLOREZ, Enrique. **Clave historial con que se abre la puerta a la historia eclesiástica y política**: descubriendo las cifras de la cronología y frases de la historia, para el fácil manejo de los historiadores. Con la cronología de los Sumos pontífices, y los emperadores: y breve apuntamiento, Madrid: A. Marín, 1749.
- GARRITZ, Amaya. **Impresos novohispanos (1808-1821)**. T. 1, México, UNAM, 1990.
- GAVILÁN, Fernando (1805). "Prospecto Del Nuevo Drama Heroico Original En Tres Actos: Bonaparte En El Paso Del Adige, Y La Batalla De Arcóle", Puebla de los Angeles, 1805, Felipe Teixedor, Adiciones a la imprenta de Puebla de J. T. Medina, México: UNAM, 1991.
- GÓMEZ de la CORTINA, José. **Diccionario de sinónimos castellanos**. México: Vicente García Torres, 1845.
- GONZÁLEZ PÉREZ, Rosario. "Sinomia y teoría semántica en diccionarios de sinónimos de los siglos XVIII y XX". <http://www.uned.es/sel/pdf/ene-jun-94/24-1-Gonzalez.pdf>
- HARTOG, Francois. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expérience du temps, Paris: Éditions Du Seuil, 2003. (Existe traducción al español por la Universidad Iberoamericana, 2007).
- HAZARD, Paul. **La crisis de la conciencia europea, 1680-1715**, Madrid: Alianza, 1988.

- HORNERO-LUIS DE GRANADA. **Elementos de Retórica**, con ejemplos latinos de Cicerón y castellanos, de Fr. Luis de Granada, para uso de las Escuelas Pías, por el P. Calixto Hornero, 5ª impresión, Madrid: Imprenta de José Collado, 1815.
- HUMBOLDT, Alejandro von. **Ensayo político sobre el reino de la Nueva España**, 2ª. Edición corregida y aumentada, traducción de Vicente González Arnau, Paris: Casa de Jules Renouard, (1805), 1827.
- JOVELLANOS, Gaspar. **Discurso académico pronunciado por D. Gaspar Melchor** de Jovellanos en su recepción a la Real Academia de la Historia [*sobre la necesidad de unir al estudio de la legislación el de nuestra historia*] Madrid: febrero 4 de 1780.
- KOSELLECK Reinhart. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos, Barcelona: Paidós, 1993.
- \_\_\_\_\_. **historia/Historia**, tr. Antonio Gómez Ramos, Madrid: Trotta, 2004.
- LEÓN PINELO, Antonio. **Recopilación de las Indias**, vol. II, México: Porrúa, 1992.
- LINATI GALLI, Claudio y José María HEREDIA. **El iris**. Periódico crítico y literario, (1826), (Semanao), 2 vols. Ed facs. México: calle de San Agustín n. 13 y librerías de Récio, Ackerman y Valdés, México, UNAM-IIB, 1986.
- LÓPEZ DE LA HUERTA José. **Examen de la posibilidad de fixar la significación de los sinónimos de la lengua castellana**. Madrid: 2ª. Edición, 1835. 1ª edición, Viena, 1789.
- LYNCH, John. "Las raíces coloniales de la independencia". En \_\_\_\_\_. **América Latina, entre colonia y nación**, Barcelona, 2001.
- MÁRQUEZ, Pedro. **De dos monumentos antiguos de Arquitectura Mexicana ilustrados por Dn. Pedro Márquez**. Roma: Edición de Juan A. Asencio, 1994. [1804]
- MENDIOLA, Alfonso. **Retórica, Comunicación y realidad**. La construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista. México: Universidad Iberoamericana, 2003.
- MIER, Fray Servando Teresa de. **Historia de la revolución de Nueva España** antiguamente Anahuac o Verdadero origen y causas de ella con la relación de sus progresos hasta el presente año de 1813. Londres: Edición del CNRS/CEMCA/Universidad de Paris III-Sorbonne Nouvelle, Publications de la Sorbonne, 1990. [1813]
- MORA, José María Luis. **México y sus revoluciones**. Tomo I, II y III, Paris, Librería de Rosa/Imprenta de Everat. Edición introducida por Agustín Yañez, México, Porrúa, 1977. [1836]

- De NEBRIJA, Antonio. **Dictionarium**. Madrid: Manuel Martín, 1764.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre retórica**. Ed. y tr. de Luis Enrique de Santiago Guervós, Ed. Trotta, Madrid: 2000.
- NUÑEZ DE HARO Y PERALTA, Alonso. **Constituciones**. Madrid: Imprenta Madrileña, 1777.
- OEXLE, Otto G. **L'historisme en débat: De Nietzsche a Kantorowicz**. Tr. del alemán Isabelle Kalinowski. Paris: Aubier, 2001,
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua castellana**, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua [...]. Compuesto por la Real Academia Española. *Tomo primero*. Que contiene las letras A.B. Madrid, Imprenta de Francisco del Hierro, 1726.
- RITTER, Joachim, Ed. **Historisches Wörterbuch del Philosophie**, Vol. 3, Basel/Stuttgart: Schwabe Verlag, 1974.
- RIVA PALACIO QUINTERO, Mariana. **La historia según un conde**. Las obras de José Justo Gómez de la Cortina, Tesis de licenciatura en historia, UNAM, 2002.
- ROLDÁN, Eugenia. "Los libros de texto de historia de México", Juan A. Ortega y Medina y Rosa Camelo, coords., **Historiografía mexicana**. Vol 4. En busca de un discurso integrador de la nación, 1848-1884, Mexico: UNAM, 1996.
- SEGURA, Jacinto. **Norte Crítico con las reglas más ciertas para la discreción en la historia y un tratado preliminar para la instrucción de históricos principiantes**. Valencia: Joseph García, 1733.
- SARMIENTO, Domingo. Espiritu y condiciones de la Historia en América (Memoria leída el 11 de octubre de 1858) en **Obras Completas** t. XXI. Buenos Aires: Luz Del Día, 1949.
- TEIXEDOR, Felipe. **Adiciones a la imprenta de Puebla de J. T. Medina**. México: UNAM, 1991.
- TERREROS Y PANDO, Esteban de. **Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana**. Vol. 2 Madrid: Imprenta de la viuda de Ibarra e hijos y compañía, 1768-1788.
- TORQUEMADA, Fray Juan de. **Los veinte y un libros rituales y Monarquía Indiana, con el origen y guerras de los indios occidentales, de sus poblaciones, descubrimientos, conquistas, conversión y otras cosas maravillosas de la misma tierra**. México: Porrúa, 1969. [1615]
- VISCARDO Y GUZMÁN, Juan Pablo. "Carta a los españoles americanos (Traducción del manuscrito francés hallado en Nueva York)" en **Obras completas**. (1799).



- VOLTAIRE. **El siglo de Luis XIV**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- WASSERMAN, Fabio. **Entre Clio y la Polis**. Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860), Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.
- WILTON, Andrew y Ilaria BIGNAMINI. **Grand Tour**. The lure of Italy in the Eighteenth Century. Londres: Tate Galler, 1996.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. **La cultura moderna de la historia**. Una aproximación teórica e historiográfica, El Colegio de México, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750-1850", **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas/Anuario de Historia de América Latina**, 45/2008, Berlin, Böhlau Verlag, diciembre 2008, pp. 113-148
- \_\_\_\_\_. "Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación en México". Guillermo Palacios (coord.). **La Nación y su Historia**. El Colegio de México, 2009, pp. 81-112. (no prelo).

# Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII

Illustration, history and eclecticism: appreciations about the eclectic form to learn with history in XVIII<sup>th</sup> century

---

**Ana Rosa Cloclet da Silva**

Professora Adjunta

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

cloclet@ig.com.br

Rodovia Dom Pedro I, Km 136 - Parque das Universidades

Campinas - SP

13086-900

Brasil

---

## Resumo

Nas reflexões que seguem, pretende-se tecer algumas correlações entre o perfil assumido pela *ilustração portuguesa*, desde meados do Setecentos, o tratamento dispensado por seus protagonistas às *questões de método* e a forma como estas articulam-se a uma dada *concepção da História* que, de disciplina subsidiária ao ramo da Filosofia, vai assumindo papel crucial na tarefa imposta à geração seguinte ao consulado pombalino: aquela que primava pelo aprendizado com o passado, na tentativa de reverter os males atravessados por Portugal e salvaguardar a integridade imperial.

75

## Palavras-chave

Ecletismo; Reformismo; Historiografia.

## Abstract

In the following article it is drawn some correlations among: (1) the peculiarity of Portuguese enlightenment since the middle of 18<sup>th</sup> century; (2) the approach applied to its member to questions of method and (3) the articulations of these questions to the conception of History that, from a subsidiary branch of Philosophy will assume a central role in the task self imposed to the generation that follow the "consulado pombalino". To this generation it was necessary to learn from the past in order to overcome the Portuguese crisis and safeguard the integrity of the Empire.

## Keyword

Eclecticism; Reformism; Historiography.

---

Enviado em: 07/06/2010

Autora convidada

O século XVIII europeu assistiu à mais intensa transformação mental da época moderna. Denominado *Iluminismo*, este fenômeno de repercussão em todo o ocidente europeu e nas colônias americanas rejeitou sempre definições precisas, seja pelas suas origens esparsas, seja pelas especificidades das circunstâncias históricas que o viram nascer, ou ainda pelas profundas divisões que separam aqueles que se definiam *filósofos*, num mesmo espaço cultural. Por isso, embora tradicionalmente identificado a um ambicioso programa de secularização, humanidade, cosmopolitismo e liberdade (HAZARD, 1946), a partir do qual os filósofos identificavam-se como indivíduos de livre pensar, portadores de uma “missão a cumprir” – o esclarecimento e a difusão de “verdades úteis”, capazes de impulsionar a sociedade rumo ao progresso (GAY, 1969, 322-323) – este fenômeno do Setecentos revelou-se plural, destituído de qualquer suposto caráter de uniformidade, harmonia e unilateralidade (OUTRAM, 1995; ISRAEL, 2006; CARVALHO, 2008), comportando desde um sentido revolucionário – inaugurado pelos “homens de 1789” e que fundamentou as experiências liberais e democráticas modernas (ISRAEL, 2009) – até a possibilidade histórica do *Reformismo*, sendo este o resultado de sua assimilação nos países católicos e de regimes absolutistas, como era o caso de Portugal (FALCON, 1986).

Em qualquer dos casos, contudo, as nuances não ofuscam a imposição de algumas questões de ordem geral, que configuraram os respectivos programas reformistas ou revolucionários, de cada governo. Dentre elas – e desde seus primórdios –, o compromisso com uma *atitude pragmática* em relação ao conhecimento, impondo a sistematização dos novos valores e conhecimentos da natureza, bem como a urgente reforma do *ensino público*, de modo a impulsionar a descoberta e veiculação de “verdades úteis”. Deriva daí a preocupação presente “desde os filósofos e literatos até aos governos” em esboçar novos *sistemas pedagógicos*,<sup>1</sup> bem como a fundação de diversas instituições científicas, como Escolas e Academias, consolidando, simultaneamente, o “pragmatismo científico” e o “estatismo” de sua produção.

No bojo destas reformas, as *questões de método* tornavam-se essenciais ao que se tinha por um adequado processo de ordenamento, sistematização e transmissão dos conhecimentos, preocupação registrada na *Encyclopédie*, editada por d’Alembert e Diderot, no ano de 1751. Na obra considerada síntese do pensamento ilustrado, o verbete “Méthode” era definido como “a ordem que se segue para achar a verdade, ou para ensiná-la (...); a maneira de chegar à meta pela via mais conveniente”, sendo portanto “essencial a todas as ciências, sobretudo à filosofia”.<sup>2</sup> E aqui, aliada à ênfase numa epistemologia *empirista*,

<sup>1</sup> A fonte de todos os pedagogistas do século XVIII esteve em Locke que, em 1690, publica seu *Ensaio sobre o Entendimento humano* e logo em 1693, *Alguns pensamentos sobre a Educação das crianças*. (Teófilo Braga. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898, tomo III, pp. 118-119).

<sup>2</sup> Esta concepção do método está presente na própria preocupação dos autores em acrescentarem, à ordem alfabética, um prefácio com uma “árvore do conhecimento”, uma organização filosófica que está presente, também, nos princípios de Bacon, Descartes, etc. Os artigos na *Encyclopédie* continham, assim, referência que os localizava na árvore, ainda que isso não fosse muito útil para organizar a leitura. (DIDEROT e D’ALEMBERT, “Discurso Preliminar”, in *Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das*

no caráter *experimentalista* e *prático* da elaboração do conhecimento, a metodologia de ensino preconizada pelos literatos franceses aparecia eivada de profundo *eclétismo*, concebido como “método” capaz de produzir um saber consistente a partir de verdades diversas, submetidas ao crivo da razão e da crítica. É o próprio Diderot, autor do verbete “*Eclétisme*” da *Encyclopédie*, quem assim o define:

O eclético é um filósofo que, calcando aos pés o preconceito, a tradição, a antiguidade, o consenso universal, a autoridade, numa palavra, tudo o que subjuga a multidão dos espíritos, ousa pensar por si próprio, regressar aos mais claros dos princípios gerais, examiná-los, discuti-los, nada admitir senão perante o testemunho da sua experiência e da sua razão; e a partir de todas as filosofias que analisou sem qualquer parcialismo ou deferência, fazer para si próprio uma filosofia particular e doméstica que lhe pertence... (“Eclétismo”, in *Enciclopédia*, 1989).

Na sua auto-definição, é ainda esta a concepção apregoada por Voltaire, quando afirmava: “sempre fui eclético; tomei de todas as seitas, aquilo que se me afigurou mais verossímil”. (HAZARD, 1946, 125-126)

\*

77

Se a reforma dos sistemas de ensino pautada na concepção metodológica assinalada era uma premência no país onde as idéias do século assumiram um curso revolucionário, naqueles de regimes absolutistas e fortemente católicos, apresentaram-se como um baluarte primordial no processo de secularização da sociedade. É neste sentido que o período do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (1750-1777) – historicamente associado ao reformismo ilustrado português – resultou na implementação de um conjunto de políticas concebidas, fundamentalmente, sob o prisma do binômio *Reformismo-Pedagogismo* (SILVA, 2006, 29-85).

Nas reflexões que seguem, pretende-se tecer algumas correlações entre o perfil assumido pela *ilustração portuguesa*, desde meados do Setecentos, o tratamento dispensado por seus protagonistas às *questões de método* e a forma como estas articulam-se a uma dada *concepção da História* que, de disciplina subsidiária ao ramo da Filosofia, vai assumindo papel crucial na tarefa imposta à geração seguinte ao consulado pombalino: aquela que primava pelo aprendizado com o passado, na tentativa de reverter os males atravessados por Portugal e salvaguardar a integridade imperial (SILVA, 2006). Em termos políticos, um exercício que refletia a própria dependência da autoridade política em relação à *tradição*, implicando que esta não poderia “sobreviver segura”, sem um passado que a projetasse no futuro. Particularmente, fixaremos os escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva que melhor nos informam sobre a operacionalidade da *atitude eclética e articuladora* na elaboração do conhecimento sobre o passado,

---

*Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Letrados.* (Ed. bilíngue), São Paulo: Editora Unesp, 1989).

num momento em que os tempos do Império e da Monarquia já eram outros.

### **Ilustração, Ecletismo e o lugar da História no pensamento ilustrado português**

Os primeiros sintomas de uma “crise mental” no Portugal setecentista (CIDADE, 2005), acenando com as possibilidades da inovação cultural e intelectual em relação a uma epistemologia de base peripatética, fizeram-se sentir desde o final do século XVII, nas idéias e projetos preconizados por aqueles intelectuais que, direta ou indiretamente engajados na estrutura administrativa do Estado, e quase sempre de forma clandestina, foram responsáveis pela inauguração no Reino do cientificismo e da filosofia de cariz cartesiano, gassendista, ou galilaico-newtoniano (SILVA DIAS, 1972, 5). Mas, o verdadeiro avanço neste sentido viria com os intelectuais e estadistas das décadas seguintes, destacando-se a atuação daqueles que mais direta e proximamente influíram nas questões posteriormente perseguidas pelo governo pombalino: D. Luís da Cunha (1662-1749), Luís Antônio Verney (1713-1792) e Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783), a cujas atividades viria juntar-se a da Congregação do Oratório, dedicada, desde finais do Seiscentos, à reforma do ensino público no país, sob orientação cartesiana (SILVA, 2006, 36-49). Reclamando a condição de difusores da cultura estrangeira e das técnicas do tempo, adiantando propostas norteadas pela ótica da necessidade de uma reforma global da sociedade lusitana, à luz do processo europeu (MARTINS, 1965, 123-25), estes indivíduos foram unânimes em identificar o *atraso cultural* do Reino como o principal obstáculo a ser superado no processo de inversão de sua *decadência econômica*, apontando como causa destes e de vários outros “males” que afligiam Portugal: a *hegemonia ideológica da escolástica*, longamente exercida sobre a cultura castiça, e a *ingerência econômica inglesa* no país.<sup>3</sup>

Longe de representar um traço pejorativo da ilustração portuguesa, o procedimento comparativo com outros países europeus revela-se afinado ao próprio espírito das Luzes, no âmbito do qual se assistiu a valorização da “qualidade de estrangeiro, isto é, observar o seu próprio país com olhos de estrangeiro”, sendo este um ponto de vista defendido tanto por Voltaire, em *L’Ingenu*, quanto por Montesquieu, em *Lettres persanes* (MARTINS, 1965, 124). Além disso, cabe assinalar a contemporaneidade das primeiras obras ilustradas cunhadas em Portugal, com aquelas dos literatos franceses – destacando-se a própria colaboração de Ribeiro Sanches na elaboração da *Encyclopédie*, editada por d’Alembert e Diderot (LEMOS, 1911, 152), desautorizando qualquer suposta noção de defasagem ou isolamento das Luzes em solo luso. Entretanto, esta

<sup>3</sup> Como documentos expressivos destes primeiros diagnósticos ilustrados sobre o Reino, ver: D. Luís da Cunha. *Testamento Político*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976, p. XV; Luis Antônio Verney. *O Verdadeiro Método de Estudar para ser Útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portuga*. Valença: Officina de Antonio Balle, 1746, 2 tomos; Antônio Nunes Riberiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade*. Porto: ed. Domingos Barreira, s.d., pp. 106-107. (Obra microfilmada, localizada na Seção de Leitura Geral da BNL).

foi uma ideia formulada na época – seguramente com propósitos políticos e ideológicos –, tendo fôlego suficiente para legitimar as reformas encetadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, desde 1750.

A exemplo de outros intelectuais e estadistas portugueses, sua longa carreira diplomática junto às Cortes de Londres e Viena permitiu-lhe conhecer e avaliar a situação de Portugal a partir da comparação com outros países europeus. Encarregado das obras de reconstrução de Lisboa, a partir de 1755 (MAXWELL, 1996, 4), pode lapidar as noções do *atraso cultural* de Portugal em relação às potências européias e da existência de uma *decadência econômica* pautada, em grande medida, na prejudicial aliança anglo-lusitana, origem, segundo ele, de uma “escravidão natural” que ocorre sempre em relação àqueles “que nos sustentam”. (“Discurso político de 1755”, in **Memórias Secretíssimas**, s.d., 138-189).

Desenvolvendo uma visão global e articulada das múltiplas questões que afligiam o Reino – uma visão “*sistêmica*”, segundo o próprio autor – estabelecia uma direta relação entre *decadência econômica*, *dependência política* e a *falta de arejamento mental* do Reino, imputada predominantemente à *hegemonia ideológica eclesiástica*, a qual, acreditava, barrava tanto o nascimento de “grandes reformadores” – pois não se pode “formar jamais homens de Estado, em um reino onde as ciências estão banidas, e onde não se sai a viajar” – como as próprias obras destes, caso viessem a surgir, não frutificariam, pois deveriam “ter precedido outras luzes às suas” (Idem, 188). Derivava daí uma particular *preocupação pedagógica*, pautada na crítica central aos jesuítas: a *questão do método de ensino* longamente mantido pela Companhia de Jesus, assentado na “prevalência da filosofia peripatética”; no “descaso ao estudo do grego e latim”; na “desordem do conteúdo ensinado nas cadeiras universitárias”; na “falta de disciplinas subsidiárias e na fragmentação do conhecimento”, assim como na “ausência do ecletismo” (CARVALHO, 2008, 52).

É sobretudo no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade*, elaborado pela *Junta de Providência Literária*, criada em 23 de Dezembro de 1770 com o objetivo de examinar o estado da Universidade de Coimbra e servir de base para a redação de seus *Novos Estatutos*, que estas reflexões se encontram sistematizadas, esgarçando uma metodologia afinada à preconizada pelas Luzes. Analisando os meios através dos quais os inicianos apossaram-se da Universidade, reclamava a falta de uma orientação *prática* aos estudantes, sufocada pelo emprego de raciocínios e procedimentos especulativos, inibidores tanto da *erudição* – requisito para a interpretação dos textos antigos – quanto da *experimentação* e, portanto, do empiricismo das Luzes, concluindo pela impossibilidade de se aproveitar nos velhos *Estatutos*, em vigor desde 1598, “cousa alguma [...] para objeto da reforma” (*Compêndio*, 1771, IX-X). Para os propósitos deste texto, interessa salientar o perfil das críticas concernentes a duas lacunas centrais, acusadas pela Junta de Providência: a ausência das *disciplinas subsidiárias* e do *ecletismo*.



No primeiro caso, a ênfase recaía sobre as disciplinas ligadas às humanidades e à filosofia, entre as quais se reclamava um profundo entrosamento, supostamente negligenciado pelos inicianos,<sup>4</sup> concebendo-se a História “como o principal subsídio para a formação dos estudantes”, necessária à compreensão diacrônica dos autores, obras e ideias, sempre de forma contextualizada, afastando os riscos do anacronismo, proveniente de doutores “cheios das cousas do Século” (CARVALHO, 2008, 56). Além da centralidade, registrava-se o esforço pela *laicização* deste campo do saber: uma noção de “história” enquanto “categoria una e abrangente” a qual aparece como “indicativa de um processo de unificação do passado em torno de uma referência única [...], além de implicar consenso em torno da prevalência da história profana à história sagrada” (ARAUJO & PIMENTA, 2009, 119-120). Assim, atacando a união promovida pela escolástica entre Filosofia e Teologia, preservava-se o lugar de destaque das questões de ordem religiosa, dotando-lhes, porém, de fundamentos mais consistentes, atribuídos ao estudo das *línguas eruditas* e da *história*, articulados ao da Sagrada Escritura.

Atreladas à legitimação conferida ao conhecimento histórico, as reformas do ensino introduziram o *método eclético* na Universidade de Coimbra, partindo da crítica à concepção dedutiva dos inicianos que, além de afastar os estudantes das fontes originais, submetia-os sempre às glosas, disputas, opiniões e padrões interpretativos baseados em certos autores e no “filtro” dos mestres, aprofundando ainda mais a tendência à falta de senso crítico, absorção fragmentária e descontextualizada dos conteúdos (CARVALHO, 2008, 57). Para reverter tal situação, apregoava-se a “união de todas as referidas noções”, da qual “nasceu o estudo livre e Eclético, que aproveitando judiciosamente, é o melhor e mais conforme a verdade, do que se tem pensado e escrito; tem elevado as Ciências à perfeição, em que hoje se acham; tendo-se geralmente reconhecido, que a mesma união de noções Históricas é o melhor instrumento da erudição mais segura, e sólida” (Idem, 58). Uma concepção metodológica perfeitamente afinada às concepções veiculadas no âmbito da República das Letras, com base na qual se procedeu à elaboração dos *Novos Estatutos da Universidade* que, em 28 de agosto de 1772, recebiam licença para serem implementados em substituição aos velhos. (*Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1773).

80

### **José Bonifácio: uma forma eclética de se aprender com a História?**

Desde a morte do rei José I e do afastamento do Marquês de Pombal do poder, em 1777, instaura-se no mundo luso-brasileiro um “novo estado de coisas” (NOVAIS, 1986, 3-4), ritmado pela aceleração da *crise* do Antigo Regime

<sup>4</sup> Tal concepção espelha a própria noção dos Enciclopedistas, acerca da *disposição e organicidade entre os diversos ramos do saber*. Percorrendo a “árvore do conhecimento”, representada tipograficamente por Diderot e D’Alembert sob a forma de um diagrama, percebe-se o mesmo destaque conferido à *Filosofia*, indicando que a razão passava a ser encarada como a via privilegiada de acesso ao mundo do conhecimento (DARTON, 1986: 272-73).

português. Se no âmbito imperial é deflagrada a “crise do sistema colonial”, internamente ao Reino afloram tensões tipicamente estamentais (DINIZ-SILVA, 1979), agora desvencilhadas da ação repressora do ministro josefino e convivendo com a fermentação das ideias ilustradas. Conforme o “Discurso Preliminar” *das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, fundada no ano de 1779 e tornada um dos principais centros de arregimentação da intelectualidade luso-brasileira formada em Coimbra, tratava-se, desde então, de engendrar soluções que permitissem o aproveitamento de “vantagens” supostamente naturais do Reino e suas conquistas, para fazer finalmente vingar “a esta Monarquia um alto grau de riqueza, e poder [...]” (“Discurso Preliminar”, *in Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1), o que tornava as *questões de método* prerrogativa essencial para os homens que, desde então, empenharam-se na tarefa de “emendar o velho reino”.

No cerne destas reflexões, despontava a ênfase na História Natural, a qual permitiu um “novo padrão de controle humano sobre o seu ambiente” (CAVALCANTE, 1998, 115-126), concebida como “a única ciência que tais luzes pode dar”, já que as “artes todas não são mais do que uma aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões, e utilidades”. (“Discurso Preliminar”, *in Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1). Aliado à atitude pragmática e ao evidente acento conferido ao cientificismo das Luzes, os intelectuais da Academia revelaram um articulado de princípios e teorias os quais, longe de indicarem uma tendência indefinida, revelaram uma atualização do *método eclético*, voltado ao apontamento de respostas específicas a problemas variados, atestadores da genérica noção de decadência. Tal método era descrito pelo naturalista italiano Domingos Vandelli – um dos mais ilustres sócios da Academia – ao recomendar que: “todos os ramos da Economia Civil, para que seja útil ao Reino, devem ser regulados por princípios de uma boa Aritmética Política; assim não se devem seguir sistemas, sem antes examiná-los e confrontá-los com as atuais circunstâncias da nação” (*apud* NOVAIS, 1994, 108-109).

Se a tentativa de submeter o território português a novos padrões de racionalização teve como um de seus objetos centrais o *espaço*, as transformações em curso informaram também, alterações qualitativas nas percepções e representações do próprio *tempo histórico*. Assim, embora se desenhasse um futuro em tudo remissivo e devedor da história portuguesa – uma história e um passado que encontravam, do ponto de vista filosófico e prático, a sua possibilidade de existência através de uma noção do espaço por excelência (a do *sistema luso-brasileiro*) – o resgate do passado como parâmetro de orientação do presente e projeção do futuro passava a exigir procedimentos de crítica e exame da veracidade das fontes, tornando a História “uma forma privilegiada de experiência política” e, por conseqüência, elemento essencial do saber, ou da educação dos agentes da ação política” (CURTO, 1988, 29-30).

Do ponto de vista metodológico, portanto, o rastreamento do passado nacional para efeitos de constatação e extração de regras a serem adotadas na

vida política e social – fundado na concepção clássica de História como “mestra da vida” e reproduzida na máxima de que o “conhecimento do que a Nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido, é dos mais úteis para sua felicidade” (“Discurso Preliminar”, in *Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1) – além de conferir novo impulso legitimador à História e soterrar definitivamente a preponderância da história sagrada por uma *história filosófica e pragmática*, já não se assentava num mero “cortejo caótico de fatos”, mas, passava a submeter-se a “novas exigências documentais, estéticas e filosóficas” (ARAÚJO & PIMENTA, 2009, 131), conforme expresso nos escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva.

\*

Bacharel pelas recém-reformadas Faculdades de Leis e Filosofia de Coimbra, entre 1783-1789, e engajado como sócio-correspondente da Academia de Lisboa neste último ano – instituição da qual se tornaria secretário, em 1812 – era como “filósofo, isto é, constante indagador da verdadeira e útil sabedoria” (SILVA, 1999) que José Bonifácio reconhecia-se, revelando, desde cedo, uma predileção pelo *método eclético*, concebendo sua própria experiência de “estrangeiramento” – durante uma excursão científica que durara de 1791 a 1800, por diversos países europeus – como profícua, no sentido de estimular o pensamento. Acreditava ele:

nascendo a reflexão de comparar ideias, quem as não tem, não as pode comparar; (...) sem muitos objetos não há relação recíproca, e sem esta nenhum juízo; sem juízos nenhuma enunciação ou perfeição e abundância de elocução (...). (“Notas sobre a Gramática portuguesa e índios brasileiros”, s.d: lata 192, doc 51).

Da mesma forma, compartilhando do diagnóstico decadentista sobre o Reino, preocupava-se particularmente com os estudos de *História*, a qual, embora ainda dotada da conotação clássica de *exemplaridade*, já rompia com o papel de disciplina subsidiária das demais ciências, assumindo centralidade e estatuto de cientificidade, acreditando não bastar no seu estudo recolher aqueles documentos e manuscritos que dizem imediatamente respeito às ações e acontecimentos políticos e civis dos Portugueses”, devendo-se “também coligir e ponderar as notícias biográficas, que nos pintam o caráter particular dos grandes homens de cada século, pois cada um deles, nascendo em tempo próprio, influi muito na sorte dos Estados e até na felicidade geral da nossa espécie” (“Discurso Histórico”, 1819, VI-VII).

Desse modo, *erudição* e *pragmatismo* fundiam-se numa concepção de História tal qual fundada pela Academia de Lisboa. Uma visão e procedimentos que, a despeito de frisarem a restauração de uma “cultura portuguesa” – e, com ela, de um passado glorioso – denunciava uma “concepção cosmopolita da história”, que apregoava a possibilidade de se aprender não só com a leitura dos clássicos lusitanos, mas com a “história das Nações vizinhas, mais ou menos poderosas e alumiadas (...)” (Idem). Afinal, compartilhando da crença

na existência da República das Letras como “força trans-histórica” (ARAÚJO & PIMENTA: 2009), afiançava que “o Verdadeiro e o Útil não têm pátria; pertencem a todas as Nações, pertencem ao Universo inteiro”. (“Discurso”, 1812).

Mas, era na elaboração de uma dada *visão sobre os problemas que afligiam o Império*, que José Bonifácio lapidava sua concepção de História erudita e pragmática, referida sempre pela ideia de que

somente com o pleno conhecimento dos Diplomas e notícias antigas e modernas de todo o gênero, é que poderemos traçar as causas que animaram e desenvolveram, ou que abateram e diminuíram a nossa prosperidade política e literária. (“Discurso Histórico”, 1818)

Neste sentido, refletia sobre os *métodos* próprios à disciplina, dissertando sobre os *diferentes tipos de história*, sobre as fontes próprias a cada uma delas, sobre a necessidade da crítica, ao utilizá-las como base do conhecimento, bem como louvando a atividade da Academia Real das Ciências de Lisboa, no processo de compilação de “Diplomas e Manuscritos, ainda sepultados no pó das Livrarias e Cartórios” do Reino. Guiado por esta convicção, conduzia suas leituras das inúmeras obras acerca da História do Reino e suas Conquistas, bem como da História de outros países, extraíndo ideias que reforçavam seu diagnóstico sobre as causas da decadência econômica do Reino (SILVA, 2003). Interessado particularmente na questão das Conquistas e, ferrenho crítico do modo como se deu o aproveitamento destas e dos fatores que levaram às suas perdas, condenava o “sistema dos descobrimentos”, apoiando-se na obra de Duarte Ribeiro *a respeito do Brasil e Decadência do Reino de Portugal*, concluindo que

as “Colônias e os descobrimentos [...] não são a causa da despopulação do Reino, porque, comumente falando, não sai da pátria para viverem nas alheias quem tem subsistência certa nas próprias” (“Comentários”, s.d, lata 112, doc 66).

Articulada, essa sucessão de acontecimentos fundava a ideia do reino decadente, contraposto às perspectivas distintas que se desenhavam para a porção americana do Império. Crença esta reforçada por suas leituras dos relatos de *viajantes* e *naturalistas* que percorreram as regiões ultramarinas (SILVA, 2003, 122), pelos escritos dos padres jesuítas, não dispensando ainda as valiosas informações estatísticas contidas nas correspondências dos administradores coloniais (“*Notas sobre a Alfândega de Santos*”, s.d, lata 192, doc 21).

Assessorado por estas diversas fontes, o próprio Andrada dedicava-se à redação de inúmeras *Notas, Pensamentos e Memórias*, que descreviam fielmente a natureza brasileira, seu potencial econômico, aspectos de sua demografia e comércio (SILVA, 2003). Todos estes elementos embasavam sua *visão acerca do caráter dos brasileiros* – segundo ele, “Ignorantes por falta de instrução, mas cheios de talento por natureza; de imaginação brilhante e por isso amigos de novidades que prometem perfeição e enobrecimento”, indicando virem a ser

“os Atenienses da América, se não forem comprimidos e tiranizados pelo Despotismo” (“*Caráter Geral dos Brasileiros*”, s.d., lata 192, doc 22) – e *do Brasil* que, desde cedo, despontava como a porção privilegiada do Império.

Nestes escritos, portanto, embora a “história do Brasil” ainda não fosse concebida como unidade autônoma em relação à “história de Portugal”, esgarçavam-se os limites do programa histórico da Academia, fundado na noção de *restauração* do passado de glória da cultura e da Monarquia portuguesas e de uma completa *reciprocidade de interesses* entre as porções imperiais. Em contraposição, firmava-se não só a crença nas singularidades das partes – concluindo que a “história também mostra que as revoluções e destinos das Nações dependem em parte do torrão e clima, e em parte da Constituição do Estado, da religião, dos usos e costumes, e das ciências e artes, que tanto influem na riqueza ou na miséria dos povos” (“*Discurso Preliminar*”, 1789, vol. 1), como no potencial *regenerativo* resguardado pelo Novo Mundo, único supostamente capaz de imprimir novas energias ao velho e decadente Portugal, comparado a “uma estrela errante que brilhou por um instante e apagou-se para sempre”. (“*Apontamentos*”, 1817, doc. 89).

\*

Desde 1808, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro imporia inflexões decisivas ao projeto ilustrado andradino para o conjunto do Império. Para nossos interesses, cabe apenas frisar que este acontecimento de vastas proporções no mundo luso-brasileiro (SILVA, 2006) alterara, qualitativamente, a representação do tempo-espço da modernidade portuguesa. Desde então, esta se tornava tributária da concretude assumida pela *especificidade brasílica* – alçada a nova dignidade histórica no conjunto do Império – e de uma percepção que atribuía ao *presente* “funções de fundação mítica, capaz de orientar o olhar para o futuro em um momento carregado de incertezas” (ARAÚJO & PIMENTA, 2009, 127). Uma convicção sustentada pela *erudição* – especialmente, pelas narrativas ilustradas veiculadas naquele contexto, com destaque para as obras de De Pradt e Raynal –, por uma *consciência temporal*, que cada vez mais distinguia e diferenciava a experiência histórica dos portugueses dos dois hemisférios, e por uma *forma eclética e articuladora* de se aprender com o passado, *a qual* preservou não apenas o estatuto de “atitude filosófica” (SILVA-DIAS, 1972: 5), como permaneceu no cerne de um padrão *metodológico* e de *apropriação de fontes* submetido ao crivo da crítica, da razão e das necessidades políticas do momento, esgarçando uma *forma eclética de se aprender com o passado e projetar o futuro*.



## Bibliografia

### FONTES

*Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Letrados.* (Ed. bilíngue), São Paulo: Editora Unesp, 1989.

*Memórias da Academia das Ciências de Lisboa.*(continuação da nova série da história da Academia de Ciências de Lisboa). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa - MCMXLI, s.d., tomo IV.

*Notas sobre a Gramática portuguesa e índios brasileiros*". (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 192, doc 51).

### Fontes de José Bonifácio

"Discurso contendo a História da Academia Real das Ciências, desde 25 de Junho de 1812, até 24 de Junho de 1813, por José Bonifácio de Andrada e Silva", in: Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., vol. I, pp. 136-137.

"Discurso Histórico recitado na Sessão pública de 24 de Junho de 1818, pelo Secretário José Bonifácio de Andrada e Silva", in: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. VI, parte I, Typ. da mesma Academia, 1819, pp. IV-V. (BNRJ, Seção de Obras Raras, 17A, 6, 38.

"*Discurso Histórico recitado na Sessão pública de 24 de Junho de 1818.* (BNRJ/OR, 17<sup>A</sup>, 6,38). t

"*Notas Históricas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 55).

"*Notas Sobre Portugal.* (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 27).

"*Notas Históricas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 55).

"*Comentários sobre o trabalho de Duarte Ribeiro de Macedo a respeito do Brasil e Decadência do Reino de Portugal*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 66).

"*Extratos da História Geral das Viagens de La Harpe, tomo 13*", s.d. (IHGB, Lata 192, doc 44).

"*Notas do Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*", de Auguste Saint-Hilaire, s.d. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 28).

"*Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*"I, de Henri Koster, 1818. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 30).

"*Notas sobre Filosofia, viagens e notas filológicas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 17)



"*Caráter Geral dos Brasileiros*", s.d. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 22).

« Apontamentos extraídos da obra *Des colonies et la révolution actuelle de l'Amérique*», de De Pradt, 1817". (MP. Col. José Bonifácio, doc. 89).

## Livros e teses

ARAÚJO, Valdei Lopes & PIMENTA, João Paulo Garrido, "História", in: *JÚNIOR, João Feres (Org.). Léxico da História dos Conceitos políticos dos Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, pp. 12-140,

BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa**. Tomo III, Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898.

CALAFATE, Pedro. **História do pensamento filosófico português: as Luzes**. Editorial Caminho, 2001, v. 3

\_\_\_\_\_. **A idéia de natureza no século XVIII**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008.

CAVALCANTE, Berenice o. "Ser Moderno, a propósito de uma Tradição", in **Absolutamente Moderno**, 2000, Rio de Janeiro. Semeiar. Cátedra Pe. Antonio Vieira de Estudos Portugueses. Lisboa, Rio de Janeiro : Instituto Camões- PUC-Rio, 1998. v. 4. p. 115-126.

CIDADE, Hernâni. **Portugal Histórico-Cultural**. Lisboa: Arcádia, 1972.

CURTO, Diogo R. **O discurso político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa; Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.

DARNTON, Robert. "Os Filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. In \_\_\_\_\_ **O Grande massacre dos gatos e outros Espisódios da História Cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, J. S. da Silva. "O ecletismo em Portugal no século XVIII. Gênese e destino de uma atitude filosófica", **Revista Portuguesa de Pedagogia**, ano VI, 1972, pp. 3-22.

DINIZ-SILVA, Andrèe Mansuy, "Groupes de pression et de décision dans la politique brésiliènne du Portugal entre 1750 et 1808", **Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer**. Paris, t. 67, n. 244/245, 1979.

DOMINGUES, Francisco Contente. **Ilustração e Catolicismo**. *Teodoro de Almeida*. Lisboa: Edições Colibri, s.d.

- FALCON, Francisco J.C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Despotismo Esclarecido**. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1986.
- GAY Peter. **The Enlightenment: an interpretation – The Science of Freedom**. 2 vols, N.Y./ London: W. W. Norton & Company, 1969.
- HAZARD, Paul. **O Pensamento Europeu no Século XVIII (De Montesquieu a Lessing)**. Lisboa: Ed. Presença, s.d.
- ISRAEL, Jonathan. **Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade 1650-1750**. Ed. Madras, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Enlightenment contested: philosophy, modernity, and the emancipation of man (1670-1752)**. New York: Oxford University Press, 2006.
- LEMOS, Maximiliano. **Ribeiro Sanches. A sua vida e a sua obra**. Porto: Eduardo Tavares Martins Editor, 1911.
- NOVAIS, Fernando Antônio. "O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: Alguns Aspectos", **RBH**, n. 7, São Paulo, março de 1994, pp. 105-117.
- \_\_\_\_\_. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, HUCITEC, 1986.
- OUTRAM, Dorinda. "What is Enlightenment?". In **The Enlightenment: new approaches tor european history**. Cambridge University Press, 1995, pp. 1-13.
- SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativa Editoriais, 1965, vol. 2
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a Nação. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros a crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São PAULO: Hucitec, 2006.
- \_\_\_\_\_. "A História na História de José Bonifácio- Fundamentos de um projeto nacional". **Varia História**. Belo Horizonte: UFMG: Dept. de História, n. 29, jan/2003, pp. 115-125.
- \_\_\_\_\_. **Construção da Nação e Escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)**. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória, 1999.

# Leituras do passado e narrativas sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XIX: a contribuição francesa\*

Readings of the colonial past and historical narratives about Brazil in the early XIX<sup>th</sup> century: the French contribution

---

**Bruno Franco Medeiros**

Mestrando

Universidade de São Paulo (USP)

bfrancomedeiros@gmail.com

Av. Prof. Lineu Prestes, 338

São Paulo - SP

05508-000

Brasil

---

## Resumo

Este artigo trata de alguns apontamentos sobre a tradição historiográfica francesa nas primeiras décadas do século XIX e sua compreensão acerca dos problemas históricos originados a partir da reorganização do Império Português com a vinda da Corte para o Brasil e posteriormente pela independência do Império do Brasil. A partir da análise de conceitos como colonização, revolução e outros relacionados à experiência do tempo, pretendemos mostrar como nas primeiras décadas do século XIX esses conceitos ainda eram mobilizados em torno das características pré-modernas do conceito de história, os quais só sofreriam uma alteração significativa, no sentido de compreender a história de um ponto de vista de ruptura com uma realidade anterior, a partir da década de 1830.

## Palavras-chave

Colônia; Independência; Historiografia brasileira.

## Abstract

This article deals with some characteristics about the French historiographic tradition in the initial decades of the XIX<sup>th</sup> century and its understanding on the historical problems originated from the reorganization of Portuguese Empire when the Portuguese Court came to Brazil and later, when the Brazilian Empire became independent. From the analysis of concepts like colonization, revolution and others connected with the experience of time, we show how these concepts was combined with the pre-modern characteristics of the concept of history. This concepts went through changes about the 1830 decade, when the history was understood like a gap between past and future.

## Keyword

Colony; Idependence; Brazilian historiography.

---

Enviado em: 07/04/2010

Autor convidado

---

\* Este artigo é um dos resultados parciais da pesquisa de mestrado que desenvolvo no Departamento de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iris Kantor. Esta pesquisa conta com apoio da CAPES.

Pensar nas leituras do passado colonial da América portuguesa e nas narrativas sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XIX evoca de imediato o contexto da crise dos impérios ibéricos e o processo de formação dos Estados Nacionais americanos. Os diagnósticos acerca da decadência do reino de Portugal no início do século XIX e o papel atribuído ao Brasil nessa conjuntura moldaram a experiência do tempo e a constituição das narrativas sobre o passado luso-brasileiro nesse período (ARAUJO, 2008; NOVAIS, 1979). A vinda da Corte para o Brasil em 1808, ao deslocar a centralidade do reino de Portugal no interior do Império Português para a colônia, contribuiu para agravar o sentimento de crise que assolava Portugal desde o século XVIII. Desde esse século a identidade americana era reformulada pelos trabalhos acadêmicos dos Esquecidos e Renascidos na Bahia, através dos quais se tentou conferir singularidade à história americana no interior da história do Império Português (KANTOR, 2004).

Uma das formas apontadas pelos homens desse tempo – tanto em Portugal quanto no Brasil – para solucionar ou ao menos amenizar essa crise foi a necessidade de escrita de uma história filosófica e geral que solvesse esses problemas. No entanto, essa tarefa não foi cumprida por nenhum português ou brasileiro do período. Encontramos esses problemas sintetizados em memórias esparsas, mas não reunidas numa obra de história. A primeira tentativa de escrita de uma história geral do Brasil sairia da pena de um autor estrangeiro, o inglês Robert Southey (1774-1843), que publicou o primeiro volume de sua história em 1810, apesar de sua obra ser completada somente em 1819 com a publicação do terceiro e último volume da sua *History of Brazil* (DIAS 1967; 1974). Desde a publicação do primeiro volume da história de Southey, as teorias delineadas pelo quadro da civilização européia eram aplicadas na compreensão de uma história do Brasil entendido como unidade autônoma em relação à história de Portugal (PIMENTA & ARAUJO, 2009: 127-129). John Armitage publicaria em 1835 em Londres uma história do Brasil que serviria de continuação à história de Southey e que logo foi traduzida para a língua portuguesa (VARELLA, 2008).

Com o crescente sentimento de crise que abalava o Antigo Regime, a América despontava no cenário europeu desde meados do século XVIII como a salvaguarda de um tesouro perdido, o que conseqüentemente acarretou um grande interesse pela escrita de sua história. A presença de uma monarquia no continente americano em meio a várias repúblicas nos primeiros anos do século XIX aumentou esse interesse sobre o Brasil, principalmente na França de Luís XVIII, na época da Restauração do trono francês. Uma das principais características que moldou as narrativas sobre o Brasil nesse momento foi o debate acerca do conceito de colonização, o qual foi orientado por distintas leituras do passado colonial americano. Ora encontramos autores que descrevem a colonização portuguesa de maneira positiva, ora criticando a empresa colonizadora a partir de seu caráter despótico.

O Abade Guillaume Thomas François Raynal (1713-1796), parece ter sido aquele que inaugurou o tema da colonização européia na América como despótica

e opressora, portanto, uma leitura negativa da colonização. Quando publicou pela primeira vez e de maneira ainda anônima a sua *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes* a partir de 1770 (obra que teve uma excepcional recepção na América em fins do século XVIII), Raynal escrevia a história de dois mundos : o antigo e o novo. A América é descrita em sua narrativa como um mundo inocente e natural dos selvagens que fora conservado até o momento como uma crítica indireta ao despotismo europeu. A história européia passou a ser representada através da tirania enquanto a história americana deveria ser compreendida como um mundo de inocência natural. Os dois continentes – Europa e América – pareciam os dois lados de uma balança: quando um sobe o outro desce (KOSELLECK, 1999: 152-153).

As narrativas sobre a América e aquelas dedicadas ao Brasil preocuparam-se em grande medida com a construção de prognósticos, que tentavam solucionar os projetos de futuro a partir de um presente incerto. Prognósticos acerca da emancipação das colônias americanas já apareciam desde as primeiras obras do Abade Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prohiac de Fourt de Pradt (1759-1837). Com ampla recepção no contexto luso-americano no início do século XIX, as idéias de De Pradt tornavam-se cada vez mais referência positiva para aqueles que acreditavam na possibilidade e na inevitabilidade da separação entre Portugal e Brasil (PIMENTA, 2010).

Com a transferência da Corte em 1808, o Brasil alcançou não só uma nova dignidade política no interior do Império português, mas também uma nova dignidade histórica. Essa percepção, atrelada a uma sensação de aceleração do tempo, atribuiu ao presente um caráter de fundamentação mítica, o que orientou um olhar direcionado ao futuro marcado por incertezas em relação ao desdobramento dos acontecimentos do presente. A partir da fórmula de Leibniz – *o presente está prenhe de futuro* – muito utilizada pelos atores políticos de então, consolidava-se uma experiência do presente como um momento de transição para um futuro que se buscava prognosticar. Além disso, essa fórmula orientou a produção do modelo da *história contemporânea* no mundo luso-brasileiro ao menos desde 1808, quando se buscou resolver as incertezas de um futuro incerto a partir da investigação sistemática do presente que se vivia (ARAUJO 2008, p. 96).

Os clássicos da Antigüidade, com seus modelos formais de escrita da história baseado nos anais, serviam de molde para a escrita desse tipo de história (Ibidem). O modelo da crônica/anais, o relato do que acabara de acontecer, seria a forma mais adequada para fixar os acontecimentos, pois as convulsões e mudanças políticas e sociais que assolavam a sociedade a todo instante impediam a apreensão de um sentido total da história que então se constituía (PIMENTA & ARAUJO Op. Cit, p.128).<sup>1</sup> Essa sensação de aceleração

<sup>1</sup> Ressalte-se a importância assumida pelo *tempo presente* na noção de história em Hipólito da Costa, editor do *Correio Brasiliense*. Hipólito da Costa sublinhava o empenho do *Correio* em assumir um compromisso com a verdade histórica, pois os jornais seriam os anais modernos de onde os historiadores futuros retirariam seus fatos.

do tempo e a impossibilidade que ela acarretou na fixação dos acontecimentos históricos foram descritas pelo Abade de Pradt em 1817 da seguinte forma:

Quando em 1800 lhe apresentamos as premissas de nossas reflexões sobre a questão das Colônias, nós só podíamos ter em vista expor para o público os princípios, por assim dizer, os primeiros traços da ordem colonial. Nossos esforços foram restritos à demonstração de uma teoria que esperasse a confirmação dos fatos. *Ela não se fez esperar, pois no tempo onde nós vivemos, a asa do tempo segue bem perto, quando não ultrapassa, a pluma do escritor (...).* (DE PRADT 1817a, p. i)<sup>2</sup>

Ou quando falou sobre a utilidade da estatística:

A consideração da rapidez com a qual as mudanças foram operadas nos conduziu a usar com sobriedade os cálculos de estatística. No estado atual do mundo, a estatística geral e positiva não existe mais; a mobilidade e rapidez que caracterizaram as metamorfoses que tiveram lugar nos últimos vinte e cinco anos, são os maiores inimigos dessa ciência, amiga da fixidez; e a estatística só se parelha com as bolsas de comércio, que dão conta somente do curso do dia, e que não tem nem véspera nem dia seguinte. (DE PRADT 1817a, p.vi-vii)<sup>3</sup>

Uma das conseqüências dessa aceleração do tempo foi uma constante necessidade de reescrever a história a partir do acúmulo dos novos acontecimentos. Sendo assim, em julho de 1817, quatro meses após publicar o *Des Colonies*, De Pradt publicou *Des trois derniers mois de l'Amérique Méridionale et du Brésil*, no qual tratava de atualizar o público a respeito dos últimos acontecimentos na América Meridional e no Brasil (DE PRADT, 1817b).

A partir da Independência do Brasil, a leitura do passado colonial brasileiro sofreu alterações significativas: se até então a história do Brasil era entendida como parte integrante da história do Império Português, a partir de então os esforços se dirigiram para a construção da história do Império do Brasil. A seguir, analisaremos essa passagem do *status* da história do Brasil, levando em consideração sua relação com conceitos relacionados à experiência do tempo e ao conceito de história.

### **Basta ser lida como História de Portugal**

Em dezembro de 1815, o *Investigador Portuguez na Inglaterra* dava a notícia da publicação da *Histoire du Brésil* de Alphonse de Beauchamp (1767-

---

<sup>2</sup> No original : «« (...) Lorsqu'en 1800 nous lui présentâmes les prémices de nos réflexions sur la question des Colonies, nous ne pouvions avoir en vue que d'exposer devant lui les principes et, pour ainsi dire, les premiers linéamens de l'ordre colonial. Nos efforts étaient bornés à la démonstration d'une théorie qui attendait la confirmation des faits. Elle ne s'est pas fait attendre, car dans le temps où nous vivons, l'aile du temps suit de bien près, quand elle ne la devance pas, la plume de l'écrivain (...). »

<sup>3</sup> No original: « La considération de la rapidité avec laquelle ces changemens ont été opérés nous a conduits à user avec sobriété des calculs de statistique. Dans l'état actuel du monde, la statistique générale et positive n'existe plus ; la mobilité et la rapidité qui ont caractérisé les métamorphoses qui ont eu lieu depuis vingt-cinq ans, sont les plus grands ennemis de cette science, amie de la fixité ; et la statistique ne ressemble plus qu'aux bourses de commerce, qui tiennent compte seulement du cours du jour, et qui n'ont ni veille ni lendemain. »



1832) num artigo intitulado *Estados Unidos da America. Conjecturas politicas das vistas, que parece ter o Governo Americano sobre a Revolução Hespanhola, com algumas applicaçoes aos destinos do Brazil*. Neste artigo percebemos o lugar que o Brasil deveria assumir na conjuntura do Império português naquele momento:

As forças físicas do novo mundo são intrinsecamente superiores às da Europa, e só lhes falta o desenvolvimento progressivo, que o tempo de necessidade lhes há de dar. Em uma palavra, o novo mundo pode passar sem a Europa. (...) Assim que o trono português passou o Atlântico, ganhou uma independência, que já ninguém no mundo (com tanto que lá se conserve) é capaz de lhe roubar. (...) Sim, as descobertas de Cabral devem dar ao trono Português uma base indestrutível, e que de hoje em diante zombe para sempre de todas as futuras ambições Européias. *O Brasil poderá em todos os tempos, e em todas as hipóteses, defender a integridade e a independência de Portugal; porém Portugal, como centro da Monarquia, não poderá em muitas hipóteses defender-se a si, nem o Brasil (...)* (INVESTIGADOR PORTUGUEZ 1815, p.217-219).

Para os editores do periódico, o parágrafo com o qual Alphonse de Beauchamp encerrava o terceiro e último volume da sua história parecia-lhes análogo às idéias que acabavam de descrever. Na tradução deste parágrafo ao fim do artigo, os editores do periódico ressaltavam as palavras de Beauchamp acerca da emigração de D. João VI para o Rio de Janeiro, a qual concedia ao Império do Brasil grandes esperanças, ao mesmo tempo em que o Império ali fundado parecia escolhido providencialmente para cumprir o destino tão desejado para Império português, sendo *o Brasil o local da energia de uma nação ressuscitada, pois Lisboa já parecia pouco brilhante e muito precária para cumprir tais desígnios*. Ao concluir o artigo, os editores diziam o seguinte:

Ora se até os estranhos nos estão dando tão úteis lições, e nos traçam a estrada da Independência, da Fortuna, e da Glória, será possível que nós as desprezemos? Não: *O quinto Império, profetizado pelas nossas Sybilas, está a ponto de realizar-se*. Não desmintamos nem os bons agouros domésticos, nem as altas esperanças do mundo! (Ibidem)

Certamente, a transferência e o funcionamento da Corte no Brasil a partir de 1808 acentuaram a noção de que cada vez mais a regeneração de Portugal se tornava um plano de difícil realização. O Brasil passava a ser considerado como um lugar privilegiado para os planos de uma regeneração e restauração do passado glorioso de Portugal. Em 1815, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) tentava encontrar uma solução para retirar Portugal de sua decadência, com a publicação de uma memória sobre o replantio dos bosques na qual diagnosticava a decadência física de Portugal para, logo em seguida, elevar esse diagnóstico à decadência moral (ARAUJO 2008, p.30). O diagnóstico da decadência e do atraso de Portugal era recorrente nesse período não só entre os homens de Portugal e do Brasil, mas também de outros países europeus. A impressão de De Pradt tinha da situação de Portugal naquele momento acentuava o atraso português perante as outras nações européias:

Portugal permaneceu estacionário, em meio ao avanço geral das luzes e da indústria entre os outros povos; ele não aumentou sua marcha sobre seus progressos; e, na falta de ter seguido os seus passos, ele permaneceu muito longe deles (...).

Portugal viria receber a punição de todos os seus esquecimentos, logo quando da passagem do rei ao Brasil veio alterar seu estado colonial, se isolando de sua preciosa colônia, e lhe transmutando ele mesmo em colônia, e ela em metrópole. (DE PRADT 1817a, p.332-336)<sup>4</sup>

O Brasil passou a ser considerado a partir de então a sede da monarquia portuguesa *ressuscitada*. As palavras inaugurais da *Histoire du Brésil* de Beauchamp já deixavam isso bem claro:

As expedições marítimas e a história dos estabelecimentos dos Portugueses na Índia relembram sua antiga glória; mas esse grande e belo episódio de seus anais colocam sob os olhos o triste quadro da decadência de sua potência e de sua monarquia. Um mais vivo interesse acompanha a história da origem das vicissitudes, dos progressos de seus estabelecimentos no Brasil, da fundação e do desenvolvimento prodigioso deste novo império do hemisfério austral, hoje o seio da potência portuguesa ressuscitada e o centro de seu comércio e de suas riquezas (BEAUCHAMP 1815, p.iii).<sup>5</sup>

*A Histoire du Brésil* de Beauchamp foi imediatamente traduzida em Portugal em 1817 na oficina de Desidério Marques Leão, dois anos após a publicação em Paris. Ao que parece, a tradução fora uma empresa coletiva, a qual envolvia, além de Marques Leão, Pedro Ciryaco da Silva e Pedro José Figueiredo (SILVA, 1858). Essa tradução portuguesa concorreu ainda com outra tradução realizada no Brasil em 1819 pelo Padre Ignacio Felizardo Fortes e publicada pela Tipografia Nacional no Rio de Janeiro. Infelizmente Felizardo Fortes não pode concluir sua tradução, tendo falecido antes.<sup>6</sup> O seu objetivo ao traduzir a história de Beauchamp deveu-se ao fato de ele não concordar com a tradução feita em Lisboa, pois duvidava de sua legitimidade.<sup>7</sup>

A tradução portuguesa saiu em 11 volumes. Do primeiro ao sexto volume, a história de Beauchamp fora traduzida integralmente com notas do tradutor, as quais alertavam para os possíveis erros cometidos pelo historiador francês. Do sétimo ao décimo primeiro volume, os tradutores decidiram continuar a história de Beauchamp a partir da data em que este encerrou sua obra, no ano de 1810. Os acontecimentos posteriores a essa data continuaram a ser narrados

---

<sup>4</sup> No original : « Le Portugal est resté stationnaire, au milieu de l'avancement général des lumières et de l'industrie parmi les autres peuples ; in n'aas gradué sa marche sur leurs progrès ; et, à défaut d'avoir suivi leurs pas, il est resté fort loin d'eux. Tandis que les autres Européens (...).

Le Portugal allait recevoir la punition de tous ces oublis, lorsque le passage du roi au Brésil est venu dénaturer son état colonial, en l'isolant de sa précieuse colonie, et le changeant lui-même en colonie, et elle en métropole. »

<sup>5</sup> No original : « Les expéditions maritimes et l'histoire des établissemens des Portugais dans l'Inde rappellent leur ancienne gloire ; mais ce grand et bel épisode de leurs annales remet aussi sous les yeux le triste tableau de la décadence de leur puissance et de leur monarchie. Un plus vif intérêt accompagne l'histoire de l'origine des vicissitudes, des progrès de leurs établissemens au Brésil, de la fondation et du développement prodigieux de ce nouvel empire de l'hémisphère austral, aujourd'hui le siège de la puissance portugaise ressuscitée et le centre de son commerce et de ses richesses ». (Grifos meus)

<sup>6</sup> A tradução inconclusa de Felizardo Fortes teve somente dois volumes publicados.

<sup>7</sup> Infelizmente não tivemos acesso ao primeiro volume de sua obra. Não encontrado nos catálogos das principais bibliotecas do Brasil, o segundo volume pode se encontrado na Biblioteca Nacional de Portugal.

pelos tradutores, e cada volume trazia a seguinte indicação: *Historia do Brazil, desde 1807 até o presente; originalmente composta em portuguez para servir de continuação à que se publicou vertida do francez*. Até o tomo VIII, que data de 1820, o frontispício de cada volume trazia a dedicatória à S. M. R. D. O Sereníssimo Senhor Dom Pedro de Alcântara, Príncipe do Brasil. No primeiro volume, Marques Leão publicou o pedido feito ao Príncipe para patrocinar tal empresa.

Quando, em 1819, se empreendeu o projeto de continuação da história do Brasil de Beauchamp, Marques Leão recorreu novamente às benesses do príncipe do Brasil, pedindo a Dom Pedro de Alcântara que continuasse com seu patrocínio. Assim ele se dirigia ao príncipe:

Senhor,  
Aquele mesmo que tomou a ousadia de oferecer a V. A. a *História do Brasil* traduzida do Francês em Português, com as boas esperanças de ser patrocinado atreve-se segunda vez a valer-se da Autoridade, e Proteção de V. A., dedicando-lhe a continuação desta mesma Historia. A muita benignidade de V. A., e o ânimo favorável, e patrocinador, que mostra a respeito das letras, é que o meu a obrá-lo. A oferta é muito pequena, mas julgo que a boa e sincera intenção de quem não pode fazer mais servirá de desculpa. Ao mesmo tempo que suplico a V.A. queira magnanimamente patrocinar a obra, se digne perdoar-me o oferecer-lha sendo insuficiente. Deus seja servido por muitos anos conservar a V. A. a estimável vida para amparo dos bons portugueses.  
A.V. V.  
B. as R. M.  
Desidério Marques Leão. (BEAUCHAMP 1819)

94

Quatro anos após a publicação desse volume, ao fazer uma espécie de balanço da História do Brasil de Beauchamp e sua importância para a história do Brasil e de Portugal, Marques Leão diz que se houveram falhas na história escrita por Beauchamp, tais falhas deviam-se ao fato de o autor estar no estrangeiro e de não poder desfrutar de alguns recursos como o seria facultado a um nacional. O fato de Beauchamp ter conseguido extrair de notícias vagas, inexatas e incompletas um material suficiente para produzir uma história do Brasil, "talvez a mais importante obra que há saído debaixo de sua pena esclarecida" (BEAUCHAMP 1823, p.viii-ix), o tornava um autor digno de ser traduzido. Além disso, a história do Brasil de Beauchamp "basta [ria] ser lida como História de Portugal para ser lida com gosto" (Ibidem).

A expectativa da regeneração de Portugal no Brasil descrita na *Histoire du Brésil* de Beauchamp demonstra que aí a experiência do tempo era mobilizada a partir das referências tradicionais do conceito de história, a partir de uma compreensão cíclica do tempo. Isso fica mais claro quando Beauchamp utiliza o conceito de revolução para explicar a restauração do trono português com o fim da união ibérica:

Tal era a situação do Brasil, quando em 1º de dezembro de 1640 Lisboa viu surgir em seu seio a *revolução* que colocou a casa de Bragança sobre o trono de Portugal, seu legítimo herdeiro. (...) As causas naturais e imediatas da *revolução* de Bragança se tomam no sentimento da opressão sob a qual

sofreram depois de muito tempo os Portugueses. (BEAUCHAMP 1815, p.111).

O conceito de revolução aqui é entendido mais como o retorno a uma situação anterior depois de “um longo eclipse” (Idem, p.439),<sup>8</sup> originado pela submissão de Portugal ao reino de Espanha, do que o aparecimento de uma situação inusitada. A metáfora utilizada por Beauchamp para designar o período do qual Portugal emerge – o eclipse – remete às características naturais do conceito de revolução, baseado no movimento dos astros e planetas. A metáfora natural do conceito tradicional de revolução política baseava-se no pressuposto de que o tempo histórico, por ter sempre a mesma qualidade, era passível de repetição, (KOSELLECK 2006, p.61-77). O início e o fim desse eclipse na história de Portugal – a morte do rei Sebastião e a ascensão de d. João IV ao trono em 1640 – são entendidos por Beauchamp como duas revoluções. A partir do caráter de repetição da organização política, a revolução política pode ser considerada como repetição, como restauração da situação anterior à união das duas coroas.

Essa compreensão do conceito de revolução aplicado ao fim da união das duas Coroas ibéricas em 1640 já havia sido tratada pelo Abade René-Aubert Vertot (1655-1735), membro da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* que escrevera em 1690 a *Histoire de la Conjuration de Portugal*, transformada em 1711 em *Histoire des révolutions du Portugal*. Com uma série de reedições até o século XX, essa obra foi continuada em 1809 por Pierre-Marie-Louis de Boisgelin de Kerdu (1758-1816), o qual continuou a história do Abade Vertot até a vinda da Corte para o Brasil. Na obra original de Vertot de 1711, a revolução é o restabelecimento da monarquia portuguesa após o fim da união das duas Coroas. A classificação da obra de Vertot feita por Nicolas Lenglet Dufresnoy (1674-1755) em seu *Méthode pour étudier l’histoire* – obra de grande sucesso no século XVIII (GRELL 1993, p.5) – foi incluída na seção *Histoire de Portugal depuis la Révolution*. A seção anterior a essa foi intitulada *De l’union de Portugal à la Castille* (DUFRESNOY 1735, p. 1567-1571).

Essa compreensão tradicional do passado ordenou os fatos relatados na *Histoire du Brésil* de Beauchamp de forma cronológica e cumulativa, na qual a cronologia controlava a história e não o contrário. A obra é dividida em três volumes, os quais se conformam a partir de 44 livros ao todo. No início de cada livro está fixada uma relação de datas que definiram o quadro a ser narrado.<sup>9</sup> Isso pressupõe que um presente contínuo é enriquecido com os fatos do passado, o qual sofre uma espécie de alargamento que origina um espaço de experiência homogêneo e constante.

Numa historiografia cumulativa dominada pela cronologia, o tipo de periodização que se estabelece não remete às novidades trazidas com o passar

<sup>8</sup> Beauchamp refere-se ao período em que Portugal ficou sob domínio da coroa espanhola durante a união das duas coroas como um longo eclipse na sua história.

<sup>9</sup> Por exemplo, o primeiro livro tem como limites cronológicos as datas 1139-1499. Esses limites cronológicos na *Histoire du Brésil* sofre variações, podendo comportar desde séculos, como no caso acima relatado, ou mesmo décadas, o que é mais comum quando se passa à narrativa da história do Brasil a partir de 1500.

do tempo, mas sim aos novos dados proporcionados pelo passado, acumulando-se assim uma experiência desse passado, neste caso, o passado português, mas com ênfase na narrativa dos sucessos acontecidos na América Portuguesa (ZERMEÑO 2008, p.7; KOSELLECK, 2006). A continuação da história de Beauchamp pelos editores da tradução portuguesa, assim como a continuação da obra de Vertot por Boisgelin são características de uma *historiografia aditiva*. Nesse tipo de historiografia, as periodizações não remetem à novidade do tempo em que o escritor se encontra: exige-se apenas que ele recolha os acontecimentos dignos de serem narrados e que precisam cada vez mais ser bem organizados. Sendo assim, a historiografia aditiva corresponde de certa forma a uma experiência estática do tempo, regrada mais pelas características tradicionais do conceito de história do que pelo moderno (KOSELLECK 2006, p.274-276)

A crescente valorização que o espaço americano vinha sofrendo no interior do Império português desde a vinda da Corte para o Brasil alimentou o sentimento de que a crise pela qual este império passava podia ser superada. Porém, o que não se podia prever é que a valorização da história do Brasil acentuaria as diferenças entre metrópole e colônia. A produção de narrativas sobre o Brasil no período pré-independência, as quais salientavam uma história do Brasil com traços específicos de Portugal pode ser considerado um dos motes do desenvolvimento e viabilização do projeto político da independência (PIMENTA, 2007). A partir de então o debate sobre o processo de colonização portuguesa na América baseado na crítica a essa colonização assume uma importante centralidade na construção do Império do Brasil a partir da década de 1820.

96

### ***L'injustice à la fin produit l'indépendance*** <sup>10</sup>

Em 1823, Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviel de la Beaumelle (1772-1831) relatou que os grandes eventos que surgiam depois de algum tempo sobre a história naquele momento sucediam uns aos outros com tanta rapidez que eles só tocavam ligeiramente a imaginação. Porém, um desses eventos, segundo Beaumelle, parecia ser fecundo em resultados: era a emancipação do Brasil, (LA BEAUMELLE 1823, p.i). O primeiro capítulo de sua obra *L'Empire du Brésil* iniciava com uma reflexão sobre as mudanças na extensão dos Estados:

Como o corpo individual, o corpo social tem um começo e um fim; da mesma forma que após a morte os agregados que compunham o corpo do homem vivo se resolvem em novas combinações, e forma novos seres; assim, em épocas inevitáveis, as nações que tinham uma individualidade a perdem, e seus elementos se resolvem em novas soberanias. O fato é incontestável; a história inteira nos atesta (Idem, p. 1).<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Epígrafe da quarta seção do livro de Beaumelle sobre o Império do Brasil, intitulada *De la Révolution Impériale*.

<sup>11</sup> No original : « Comme le corps individuel, le corps social a un commencement et une fin ; de même qu'à la mort les agrégats qui composaient le corps de l'homme vivant se résolvent en nouvelles



Os exemplos que Beaumelle utiliza para testificar sua afirmação são todos retirados de historiadores da Antiguidade: Homero, Plínio, Estrabão, César e Tácito. Aqui, pode-se notar o mesmo que Valdeir Araujo avaliou sobre as reflexões de Bonifácio acerca do replantio dos bosques em Portugal: o lugar, mais que o tempo, organiza a narrativa (ARAUJO 2008, p.25-50). Beaumelle discorre sobre o crescimento das nações e os fatos que geralmente concorrem para que isso aconteça, mas deixa claro que há uma força antagônica que a combate nesse processo, e que em certas circunstâncias pode acabar por dividi-las: é o desejo de independência, cuja cada uma das partes de uma vasta monarquia é dotada, assim como cada indivíduo. Esse desejo, associado ao crescimento de uma força própria numa parte afastada dessa monarquia, tornaria a separação tão necessária quanto havia sido sua adesão. Não seria fácil reconhecer todas as circunstâncias que tendem ao esfacelamento dos Estados, mas um dos mais significativos seria, evidentemente, seu afastamento em relação ao centro do império (BEAUMELLE 1823, p.4-5).

As colônias são fracas, prossegue Beaumelle, e esse sentimento de fraqueza as fazem aderir ao estado que as fundou. Pouco a pouco elas se expandem, e segue que o governo aí se torna mais difícil, e não tarda para as colônias perceberem que seu território é suscetível de ter fronteiras naturais e sua emancipação aparece então na primeira circunstância. Aparece, diz Beaumelle, pois é evidente que "*a independência deve existir de fato antes de ser declarada*". Portanto, seria necessário ver na emancipação das colônias em relação a seus centros imperiais não atos de indivíduos mais ou menos louváveis com suas intenções puras, mas "*somente os fatos sociais desenvolvidos pela evolução sucessiva dos diferentes eventos que lhes preparou*" (Idem, p. 9-10). Para Beaumelle, não seria em vão buscar nos tempos antigos a origem de direitos novamente reclamados e conclui:

(...) Como não existe intervalo brusco nos eventos, assim como nas constituições políticas e na organização dos indivíduos, a natureza procede gradualmente, *natura non facit saltus*; se tomará nos antigos documentos da história dos povos o germe dos fatos cujo nós somos os testemunhos, e o conhecimento de sua origem servirá para que nós os possamos julgar melhor. (Idem, p. 11)

Ao defender que não existe intervalo brusco nos eventos e que a natureza não dá saltos (mobilizando a fórmula antiga *natura non facit saltus*, utilizada por Leibniz e Isaac Newton), Beaumelle tentava barrar a sensação de aceleração do tempo sobre a qual falava no início de seu opúsculo, ao declarar que os eventos atropelavam uns aos outros com uma rapidez incrível. A mobilização do conceito de germe serviu para lidar com uma visão histórica marcada por retrocessos e descontinuidades, e, principalmente, funcionou como contrapeso à noção catastrófica de revolução (ARAUJO 2008, p.34). Encontramos essa noção também em De Pradt, quando este autor definiu o conceito de revolução e sua relação com a história americana:



A revolução das Colônias não é um evento fortuito ou inesperado, ela é somente o produto necessário do desenvolvimento dos elementos cujo elas se compõem, dos germes que elas encerram, das instituições que lhes regem, da ciência das mãos que lhes governaram. (DE PRADT 1817a, p.xiv)<sup>12</sup>

O que entra em jogo no relato de Beaumelle e que se tornaria um lugar comum no discurso político do processo de Independência é a noção da Providência atuando na história como elemento estabilizador da aceleração do tempo: "(...) pois, se estes eventos são o resultado de uma disposição providencial, se eles são o lugar dos fatos que passaram e que, se passaram, estão fora do poder humano" (BEAUMELLE 1823, p.10). A independência do Brasil não foi vista por Beaumelle como uma ruptura com a ordem estabelecida anteriormente. Considerada uma revolução e cessada a idéia tão clara até então que "para regenerar Portugal [os portugueses] deveriam submeter o Brasil" (Idem, p. 73)<sup>13</sup>, a independência do Brasil não teria sido realizada através de ruptura, mas sim dos eventos preparados desde muito tempo por eventos anteriores, ela mesma um produto da Providência (Idem, p.95).

Encontramos em Beauchamp e Beaumelle algumas passagens que reforçam o caráter providencial da história em relação à independência do Brasil. Segundo Beauchamp, a emancipação de um jovem império, porém já poderoso, foi um decreto da divina Providência (BEAUCHAMP 1824, p.XII). O autor reforça essa idéia em vários momentos de sua obra sobre a Independência do Brasil, como na passagem que segue:

Dom Pedro tem se tornado imperador do Brasil, como o duque d'Anjou se tornou rei da Espanha, sob o nome de Filipe V; como Fernando de Bourbon se tornou rei de Nápoles, a título hereditário; e quase como Fernando VII substituiu Carlos IV a Aranjúès, depois de sua abdicação. No Brasil, mesma legitimidade, mesma necessidade de conservar o princípio monárquico e a hereditariedade da coroa. Podemos dizer que a legitimidade, esta ordem de sucessão estabelecida pela Providência, tem sido legalmente promulgada no Brasil na pessoa de Dom Pedro (Idem, p.45).<sup>14</sup>

Ao justificar a impossibilidade do restabelecimento da dependência do Brasil a Portugal, Beaumelle usou como epígrafe a seguinte passagem retirada dos Atos dos Apóstolos, cap. 5, vers. 38-9:

Agora vos digo: Dai de mão a estes homens, deixai-os; porque se este conselho ou esta obra vem de homens perecerá; mas se é de Deus, não podereis destruí-los, para que não sejais porventura, achados lutando contra Deus.

<sup>12</sup> No original: « La révolution des Colonies n'est pas un événement fortuit ou inattendu, elle n'est que le produit nécessaire du développement des éléments dont elles se composaient, des germes qu'elles renfermaient, des institutions qui les régissaient, de la science des mains qui les ont gouvernées (...). »

<sup>13</sup> O contexto da citação refere-se à discussão sobre o estatuto colonial do Brasil nas Cortes de Lisboa. Segue a citação na íntegra: « [...] Ils ne pouvaient pas être douteux; puisqu'elles avaient attribué à l'indépendance du Brésil la décadence du Portugal; il était clair que pour régénérer le Portugal elles devaient soumettre le Brésil. Aussi, elles commencèrent, même avant l'arrivée des députés coloniaux, à prendre des mesures relatives à ce pays. »

<sup>14</sup> A primeira parte dessa citação é uma das partes copiadas por Beauchamp da obra de Beaumelle.

Sabemos através de José da Silva Lisboa (1756-1835) que Beauchamp utilizara da obra de Beaumelle para produzir sua narrativa sobre a Independência do Brasil (LISBOA, 1826; DINIZ, 2009). Certamente Beauchamp se valeu não só de algumas idéias da obra de Beaumelle como também chegou a copiar algumas partes dessa obra. A diferença que podemos traçar entre os dois autores é que enquanto Beaumelle está mais preocupado com uma reflexão filosófica a respeito dos motivos que levaram à independência do Brasil, Beauchamp se posiciona mais como um historiador tradicional do processo de independência, preocupado mais em fixar os acontecimentos do que estabelecer uma reflexão filosófica a partir dos fatos registrados.

Ao negar qualquer tipo de escravidão no Brasil, Beauchamp reforçou a história da colonização portuguesa no Brasil como uma história de exploração, um tipo de leitura que estava ausente da *Histoire du Brésil*: “a única escravidão que pesava fortemente sobre o Brasil era aquela do monopólio; ela era odiosa; ela oprimia todas as partes do império (...)” (BEAUCHAMP 1824, p.6-7).<sup>15</sup> Abria-se um caminho, portanto, para a leitura da colonização como opressão e exploração, um tipo de discurso correntemente utilizados pelos atores políticos do período no Brasil. Como dizia a epígrafe que Beaumelle escolheu para a seção de seu livro intitulada *De la Révolution Impériale, ao fim a injustiça produziu a independência*. Porém, uma das críticas mais severas de Beauchamp à colonização como forma de opressão viria não da América Portuguesa, mas sim da outra América, a Espanhola. Ao falar sobre a conquista espanhola no Peru, Beauchamp dizia:

[...] Isabel e o virtuoso Las Casas: desde os primeiros tempos da descoberta eles fizeram prevalecer os princípios da religião que lhes inspira tão nobres esforços. [...] Mas a corte de Madri não fez reviver essas máximas de moderação e de humanidade, ao colocar os Peruanos sob o julgo arbitrário e vergonhoso dos conquistadores espanhóis e seus descendentes [...]. Tal era, depois de quase um século, a condição dos Peruanos. Desprovidos de suas riquezas, excluídos dos empregos e honras, pelos quais eles se mostravam insensíveis, todos nasciam e morriam escravos da coroa de Espanha (BEAUCHAMP 1808, p.172-174).<sup>16</sup>

A leitura da colonização portuguesa como opressora teve um intenso debate na tradição historiográfica francesa no início do século XIX. Na década de 1820, foi publicada em Paris a coleção *Résumés de l'histoire de tous les peuples anciens et modernes*. O objetivo dessa coleção era uma apresentação resumida dos conhecimentos da literatura e da legislação dos povos de todo o mundo. O objetivo do editor da coleção era formar uma *história universal* para

<sup>15</sup> Essa é outra passagem que Beauchamp copiou de Beaumelle sem o citar. A passagem na obra de Beaumelle está na página 161 da edição que utilizamos.

<sup>16</sup> No original: [...] Isabelle et le vertueux Las Casas: dès les premiers temps de la découverte, ils firent prévaloir les principes de la religion qui leur inspira de si nobles efforts. [...] Mais la cour de Madri ne fit revivre ces maximes de modération et d'humanité, que pour soustraire les Péruviens à l'assujétissement arbitraire et vexatoire des conquérans espagnols et de leurs descendans [...]. Tell est, depuis près d'un siècle, la condition des Péruviens. Dépouillés de leurs richesses, exclus des emplois et des honneurs, pour lesquels ils se montrent d'ailleurs insensibles, tous naissent et meurent serfs de la couronne d'Espagne [...].

uso de um público menos especializado (levando em consideração seu preço reduzido e o tamanho reduzido da obra), para que este público pudesse construir uma *petite bibliotheque historique*. Vários autores franceses ficariam responsáveis pela escrita dos resumos de cada país pré-definido. É nessa coleção que Ferdinand Denis (1798-1890) publicou em 1825 o *Résumé de l'histoire du Brésil suivi du résumé de l'histoire de la Guyane*. Um ano depois, Denis publicaria pela mesma casa editorial o *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi de l'histoire littéraire du Brésil* (ROUANET 1991). Na mesma coleção, Alphonse Rabbe (1784-1829) publicou os *Résumés* da história de Portugal e da Espanha. Através do conhecimento dessa coleção percebemos uma mudança significativa na compreensão que se tinha nesse momento das histórias do Brasil e de Portugal. Se até pouco tempo antes de 1822, a história do Brasil era compreendida como parte da história de Portugal, na coleção ambas são contadas a partir de narrativas distintas, inclusive fisicamente, em livros também distintos.

Se o resumo de história literária do Brasil teve que vir depois do resumo da história literária de Portugal, fora uma oportunidade que Denis encontrou para criticar os trezentos anos de opressão colonial portuguesa na América, o que contribuiu, segundo análise feita por alguns críticos que observaram esta obra de Denis, para sufocar a constituição de uma literatura nacional brasileira (CÉSAR, 1978). Ao iniciar a parte dedicada à literatura do Brasil no *Résumé*, Denis dizia:

Durante muito tempo a América meridional, submetida ao jugo de duas potências européias, parecia condenada a lhes fornecer riquezas sem compartilhar sua glória. Com a necessidade da liberdade sentiu-se no Novo Mundo um desejo ardente de aumentar seus conhecimentos. Nós não estamos mais no tempo onde se poderia reter os Americanos sob dependência pelas ligações políticas e por aquelas da ignorância. Onde nós arrancamos ouro, nós deixamos escapar o germe de todos os conhecimentos; nós veremos o que produzirá essa mudança, que se fez freqüentemente apesar de nós, pois na maior parte dos estados da América do Sul os livros eram proibidos, ou viriam se esconder nas bibliotecas dos monges, e que lá com muita freqüência uma ignorância ociosa os desdenhava (DENIS 1826, p. 513-514).<sup>17</sup>

## Conclusão

No início do século XIX, características tradicionais e modernas do conceito de história conviviam (não necessariamente de forma pacífica) no mesmo contexto discursivo do debate acerca do passado colonial brasileiro, tanto no mundo luso-brasileiro quanto em outras tradições historiográficas européias.

<sup>17</sup> No original : « Pendant long-temps l'Amérique méridionale, soumise au joug de deux puissances européennes, sembla condamnée à leur fournir des richesses sans partager leur gloire. Avec le besoin de la liberté on a senti dans le Nouveau-Monde un désir ardent d'accroître ses connaissances. Nous ne sommes plus au temps où l'on pouvait retenir les Américains sous la dépendance par les liens politiques et par ceux de l'ignorance. Où nous avons arraché de l'or, nous avons laissé échapper le germe de toutes les connaissances ; nous verrons ce que produira cet échange, qui se faisait souvent malgré nous, puisque dans la plupart des état de l'Amérique du sud les livres étaient prohibés, ou venaient s'enfourir dans le bibliothèques des moines, et que là trop souvent une oisive ignorance les dédaignait. »

Na França, particularmente afetada pela Revolução, as tentativas de desacelerar seus efeitos foram amplamente mobilizadas por aqueles que participaram ativamente desse acontecimento, particularmente aqueles grupos ligados à monarquia francesa. Vimos que através do conceito de *germe* e da mobilização de exemplos do passado tentou-se, a partir da experiência histórica americana, empreender conceitos que de certa forma serviram como contrapeso à noção catastrófica de revolução, ao vislumbrar projetos de futuro motivados por um espaço de experiência orientado pelo passado e não a partir do rompimento com ele.

As características modernas do conceito de história levariam algum tempo para se estabilizar no contexto luso-brasileiro, o que só aconteceria por volta da década de 1850 quando houve uma crescente despolitização – se é possível pensar uma historiografia desprovida de influências políticas – da escrita da história em favor de uma história mais científica, representada no Brasil pela clássica obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (ARAUJO 2008, p. 135-184).

Na França, esse quadro começou a sofrer um intenso desgaste a partir da Revolução de Julho de 1830, quando uma série de acontecimentos tornava cada vez mais clara a impossibilidade de reconstituição das formas de vida do Antigo Regime. Foi justamente a partir da experiência americana que Alexis de Tocqueville (1805-1859) proferiu a seguinte sentença em 1835<sup>18</sup>: “Desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, o espírito humano erra nas trevas”. A partir dessa sentença é possível pensar no surgimento de um novo tempo, moderno, como uma ruptura com uma realidade anterior (KOSELLECK 2006, p. 47), embora na década de 1820, François-René de Chateaubriand já revisse seus escritos produzidos durante a Revolução Francesa e em sua viagem à América com certo cuidado, acenando para a impossibilidade de compreensão da história a partir de paralelos entre antigos e modernos: a *historia magistra vitae* ia se afastando cada vez mais da compreensão do passado desses homens, concedendo lugar a uma nova experiência do tempo (HARTOG 2003).

101

## FONTES

BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire de la Conquête et des Révolutions du Pérou*. Paris: Lenormant: LeRouge, 1808. 2 tomos.

\_\_\_\_\_. *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810*. Paris: Aléxis Eymery, 1815. 3 tomos.

\_\_\_\_\_. *L'Indépendance de l'Empire du Brésil, présentée aux monarques européens*. Paris: Delaunay, 1824.

\_\_\_\_\_. *Historia do Brazil desde seu descobrimento em 1500 até 1810 / vertida*

---

<sup>18</sup> Data da primeira edição de *De la démocratie en Amérique*.

*de francez, e accrescentada de muitas notas do traductor. Offerecida a S.A.R. o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcântara.* Lisboa : Na Officina de J.F.M. de Campos, 1817-1834.

BEAUMELLE, Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviél de la. *L'Empire du Brésil.* Paris: Bossange Frères, 1823.

DENIS, Ferdinand. *Resume de l'histoire du Brésil, suivi du résumé de l'histoire de la Guyane.* Sécond Édition. Paris : Lecointe et Durey, 1825.

\_\_\_\_\_. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi de l'histoire littéraire du Brésil.* Paris : Lecointe et Durey, 1826.

DE PRADT, Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhiac de Fourt. *Des Colonies et de la Révolution actuelle de l'Amérique.* Tome premier. Paris : F. Bechet & A. Égron. 1817. (A)

\_\_\_\_\_. *Des trois derniers mois de l'Amérique Méridionale et du Brésil.* Paris : Bechet, 1817.

DUFRESNOY, Nicolas Lenglet. *Methode pour etudier l'histoire avec un catalogue des principaux Historiens, & des Remarques sur la bonté de leurs Ouvrages, & sur le choix des meilleures Editions.* Paris : Pierre Gandouin, 1735.

LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos do Império do Brasil.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.

*O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.* Numero LIV (No. 2, Vol. XIV). Londres: T. C. Hansard, Dezembro de 1815.

RABBE, Alphonse. *Résumé de l'histoire de Portugal, depuis des premiers temps de la monarchie jusqu'en 1823.* Seconde édition. Paris : Lecointe et Durey, 1824.

SILVA, Inocência Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocência Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brazil.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

## **Bibliografia**

ARAUJO, Valdei Lopes de. "História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica". *Almanack Brasiliense.* nº 07. Maio. 2008.

\_\_\_\_\_. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na Formação Nacional Brasileira: 1813-1845.* São Paulo: Hucitec, 2008

CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo.* A contribuição europeia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco.* Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

- \_\_\_\_\_. "O Brasil na historiografia romântica inglesa. Um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott". *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXI. São Paulo, pp. 7-108, 1967.
- DINIZ, Bruno. Cayru e o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil Independente. *História da Historiografia*, No. 2, 2009, pp. 260-6.
- HARTOG, François. *Régimes d'Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Uerj, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PIMENTA, João Paulo G. *Brasil y las Independencias de Hispanoamerica*. Castelló de La Plana: Publicacions de La Universitat Jame I, 2007.
- \_\_\_\_\_. "A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico". *História da Historiografia*. Ouro Preto. número 03. Setembro. 2009.
- \_\_\_\_\_. & ARAUJO, Valdei Lopes de. "História (Brasil)". In\_\_: João Feres Jr. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- \_\_\_\_\_. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliense*, v. 11, p. 88-99, 2010.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- VARELLA, Flávia Florentino. "Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra". *Almanack Brasiliense*. nº8. Novembro. 2008.
- ZERMEÑO, Guillermo Padilla. "História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850". *Almanack brasiliense*. Nº07. Maio. 2008.



# Artigos

articles

# Desafios do século XXI à historiografia\*

## 21<sup>th</sup> century challenges to historiography

---

**Georg Iggers\*\***

Professor Emeritus  
iggers@acsu.buffalo.edu  
University at Buffalo  
546 Park Hall  
Buffalo - NY  
14260  
United States of America

---

### Resumo

Este artigo se propõe a examinar os desafios enfrentados pela historiografia no início do século XXI. Tais desafios resultam de questões teóricas, políticas e culturais acumuladas desde a segunda metade do século XX, e que podem ser resumidas nos seguintes eixos: o problema do giro lingüístico, o surgimento das pesquisas sobre gênero relacionadas aos movimentos feministas, a guinada rumo a uma história universal em meio à permanência dos nacionalismos, a articulação pós-moderna da relação entre história e ciências sociais, e, por fim, o impacto da globalização na estruturação das ciências sociais como forma de conhecimento.

105

### Palavras-chave

Historiografia do século XX; Ciências sociais; Giro lingüístico.

### Abstract

This article examines the challenges that 21th historiography is confronted with. These challenges come from theoretical, political and cultural issues accumulated since the second half of 20th century and can be resumed as follow: (1) the linguistic turn, (2) the emergence of researches concerned with gender related with feminist movements, (3) the change to a universal history in a persistent nationalistic environment, (4) the post-modern articulation between history and social sciences and (5) the impact of globalization in the structure of the Social Sciences as a form of knowledge.

### Keyword

Eclecticism; Reformism; Historiography.

---

Enviado em: 27/10/2009

Autor convidado

---

\* Traduzido por Estevão Chaves de Rezende Martins e Pedro Spinola Pereira Caldas.

\*\* O Prof. Dr. Georg G. Iggers é um dos mais destacados historiadores e teóricos da História contemporâneos. Versão anterior deste texto foi publicada como posfácio, em 2007, à nova edição do clássico de Iggers sobre a ciência histórica no século XX: **Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert**. Ein kritischer Überblick im internationalen Zusammenhang. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2007 (N.T.).

A queda do Muro de Berlim e o subsequente desmantelamento do império soviético foram marcantes também para a historiografia. Esses acontecimentos causaram grandes impactos sobre os arranjos políticos e econômicos pelo mundo afora. O pensamento histórico e a historiografia dos anos 1990 e do início do século XXI não ficaram imunes a esses vastos reordenamentos. A dissolução da União Soviética representou não apenas o fim da Guerra Fria do ponto de vista político e militar, mas abriu, igualmente, o caminho para que o mundo viesse a ser profundamente embebido pelo capitalismo financeiro. O fracasso do socialismo de feição soviético contribuiu, ademais, para a decadência do marxismo como filosofia social alternativa. Essa decadência começara, contudo, ainda antes, com o surgimento de outras opções teóricas com os mais diversos matizes intelectuais, marcadas pelo pensamento ecológico, pelo feminismo ou por questões étnicas que vieram a colocar gradualmente o marxismo em cheque. Essas teorias se mantiveram após 1990 e ganharam mesmo em força de convencimento.

No verão europeu de 1989, pouco antes dos acontecimentos dramáticos que ocorreram no leste europeu no outono desse mesmo ano, o cientista político Francis Fukuyama, no ensaio "The End of History", proclamou triunfalmente a vitória dos valores políticos e econômicos do Ocidente como coroamento final da história. Ele previa um reconhecimento universal, mesmo se alcançado gradualmente, das instituições democráticas e do livre mercado conforme o modelo americano. Ao menos em um aspecto a profecia de Fukuyama foi parcialmente confirmada: a expansão do capitalismo de modelo ocidental para vastas regiões do mundo, iniciada já em 1989, passou por uma impressionante aceleração no leste e no sudoeste da Ásia, com a opção chinesa e vietnamita pelo livre mercado. Ao longo desse processo espalharam-se ainda mais o modo ocidental de viver e sua cultura de consumo. Tudo isso, porém, não conduziu à democratização (com algumas exceções, em especial Taiwan e a Coreia do Sul).

Também se revelou como muito otimista a previsão de Fukuyama de uma paz mundial sob as novas condições dadas após o fim da Guerra Fria. Os anos transcorridos desde 1989 se caracterizam, em um plano internacional, por novas formas de conflitos bélicos: diferentemente da Guerra Fria, os novos confrontos não se dão entre Estados (mesmo na Guerra do Vietnã havia ainda lutas entre Estados e exércitos, o norte-americano e o norte-vietnamita), mas, especialmente no Oriente próximo, nos Bálcãs e nas antigas repúblicas soviéticas situadas na Ásia, entre inimigos sem fronteiras claramente definidas e sob o emprego de armas terroristas não convencionais. Samuel Huntington, em "The Clash of Civilizations" estipulou um conflito insolúvel entre o Islã e o Ocidente; neste caso, ele trabalhou com um conceito de islamismo grosseiramente simplificado, que desconsiderou não somente as diferentes situações existentes no mundo islâmico, bem como não levou em conta os efeitos da modernização, o significado de fatores econômicos e as relações recíprocas entre sociedades islâmicas e o Ocidente moderno. Não se deve esquecer também do crescente

abismo social e econômico dentro das sociedades ocidentais, a desmontagem do estado de bem estar social e, sobretudo, a renúncia à tarefa de lutar contra a pobreza em grande parte de África, da Ásia e da América Latina; assim como contra a pobreza permanente e, em parte, crescente, nos EUA e na Europa.

Tudo isto mostra que precisamos de uma nova forma de escrita da história para compreender nossas atuais condições de vida, que se diferencia de muitas maneiras da situação anterior a 1989. A pesquisa histórica não deve encarar somente as forças homogeneizadoras da globalização, mas também as formas econômicas e culturais de resistência a este processo. Por tal razão, o sinólogo americano Arif Dirlik defende a idéia de que a globalização, nas áreas da tecnologia e da economia, é acompanhada por uma tendência à grande diversidade cultural (cf. DIRLIK 2002).

A historiografia, depois de 1990, também foi obrigada a informar novos caminhos – no que ela naturalmente estabelece uma continuidade clara em relação à historiografia precedente. Dos anos turbulentos dos movimentos de protestos nos anos sessenta até o fim da Guerra Fria em 1991, a escrita e o pensamento históricos vivenciaram mudanças profundas nos anos setenta e oitenta. Parte desta reorientação foi dada pela crítica dos métodos das ciências sociais, que determinaram a pesquisa histórica nas duas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Esta crítica, por seu turno, se deu juntamente a um sentimento geral de insatisfação com o mundo ocidental, com a expansão de sua economia industrial capitalista e a subsequente destruição do meio-ambiente; com a desigualdade tanto econômica quanto social; com a cultura comercial de massa e com a ampliação de sua influência com meios econômicas e militares sobre as partes menos desenvolvidas do mundo. Aí precisamos ter em vista que os historiadores do período referido, em grande parte pertencem ao *establishment* acadêmico, cujas perspectivas não necessariamente reproduzem aquelas de grandes parcelas da população; em última instância, eles se identificam largamente com o *status quo*.

No início do período após 1990, todavia, certas idéias encontraram ampla aceitação entre os historiadores. Pertencem a estas idéias a recusa à crença na superioridade cultural do Ocidente como ápice do desenvolvimento histórico, largamente difundida desde o Iluminismo até o segundo terço do século XX. Esta superioridade não consistiria somente em um progresso técnico e cultural, mas também em liberdade civil e representação popular. Em suma: liberdade e igualdade para todos como fundamento da civilização ocidental capaz de propiciar exemplo para o resto do mundo. O que tal modelo desconsidera, porém, é a longa história de violência e exploração exercida em nome dos valores ocidentais sobre povos não ocidentais. Na base de uma abrangente grande narrativa que culmina no mundo moderno – e essencialmente no mundo ocidental – como resultado de um grande processo histórico estabelecido, tal concepção de história encontrou expressão em diferentes teorias das ciências sociais de cunhagem não somente neoliberal, mas também marxista; e justamente esta concepção de história foi posta em questão, não somente fora do Ocidente, mas também

no próprio Ocidente, e deram lugar a posições que, outrora dominadas e colonizadas pelo Ocidente, vislumbravam um pluralismo cultural.

Chegamos, então, aos desenvolvimentos mais importantes na historiografia, provenientes do confronto com estas condições modificadas. Após o fim da Guerra Fria, podemos estabelecer cinco tendências ou referências: 1) o duradouro giro lingüístico e cultural, que criou a assim chamada "nova história cultural"; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita a luz da crítica pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização.

### O giro cultural e lingüístico

Nos anos setenta e oitenta, surge no Ocidente, mas também no pensamento pós-colonial na Índia e na América Latina, o assim chamado "giro cultural" (*cultural turn*), que no Ocidente esteve estreitamente ligado com o "giro lingüístico". O cerne de ambos os "giros" formou a crítica da crença comum de todos os historiadores profissionais dos dois séculos anteriores: de que por meio da pesquisa sistemática se obtinha um saber objetivo. Nos anos 1970 e 1980, os historiadores começaram cada vez mais a apontar para o fato de que a concentração em fatores quantitativos econômicos e sociais, característica para o marxismo e para as ciências sociais, não seria adequada para a representação (*Darstellung*) histórica, porquanto esta deveria levar em conta antes o significado da cultura e da linguagem para as construções conceituais da realidade em constante mutação. Logo que a pesquisa empírica passou a dispor de computadores, disseminou-se o ceticismo quanto à sua utilidade para a compreensão do mundo histórico. Tinha-se a concepção de que a uma explicação histórica haveria de considerar cada vez mais aspectos qualitativos que escapavam ao cálculo de um computador. Novas abordagens despediam-se de uma análise macro-social anônima e de um processo macro-histórico rumo a uma atenção sobre diferentes aspectos micro-históricos extraídos da vida cotidiana de homens normais. Pela primeira vez, a mulher e as relações de gênero tiveram um papel relevante. Também as classes inferiores não receberam atenção somente como objeto de opressão econômica e social, mas também como objeto de opressão cultural. Esta nova pesquisa tinha um tom político, que remete aos confrontos dos anos sessenta e que se dirigia ao que foi proclamado no Ocidente como "história vista de baixo" e na Índia como *subaltern studies*<sup>1</sup> e que exerceria influência decisiva nos anos oitenta na pesquisa histórica da América Latina e em partes da África situadas ao sul do Saara. Por mais próximas que estas idéias estivessem do marxismo, elas não preservaram do legado marxista a ambição de uma explicação da sociedade e da história, mas antes a sua crítica ao papel do capitalismo como força efetiva que mantém e

<sup>1</sup> Em inglês no original. N.T.

amplia, nacional e internacionalmente, a injustiça social em partes do mundo que acabavam de sair do controle das potências coloniais.

Estas guinadas em direção ao papel da cultura e da linguagem foram, para a pesquisa histórica, igualmente úteis e danosas. As discussões dos anos setenta e oitenta chegaram à conclusão de que não seria possível um entendimento dos desenvolvimentos político e econômico sem que se considerasse fatores culturais, aí incluído o papel da linguagem, desprezado pelas ciências sociais e pelo marxismo. Mas formas radicais de culturalismo minaram de maneira significativa a própria possibilidade da pesquisa histórica: não somente através do desprezo do contexto político e social da cultura verificado em muitas investigações de orientação cultural, mas também em sua crítica às abordagens sócio-econômicas, nas quais estas pesquisas viam, com Foucault, instrumentos de poder para a manutenção da hegemonia social. A rejeição às ciências sociais carregou em seu escopo a afirmação de que seria vã toda tentativa de reconstruir o passado, porquanto não há um passado verdadeiro. Toda representação histórica é, como Hayden White exprimiu, um produto da imaginação poética (cf. WHITE 1991). Com isto, não pode ser provada a verdade ou falsidade destas representações. Teóricos – como o filósofo holandês Frank Ankersmit – clamaram ainda nos anos 1990 por um retorno à retórica e um afastamento da pesquisa (Cf. ANKERSMIT 1994, 2002). Em um artigo publicado em 1994 na revista “History and Theory”, o filósofo indiano Ashis Nandy (Cf. NANDY 1995) defendeu a concepção de que a orientação secular da historiografia moderna é co-responsável pelos horrores do século XX, e clamou por um retorno a uma história enraizada no mito e na poesia. A partir da perspectiva do giro lingüístico, a linguagem não era reflexo de um passado histórico, mas antes o passado seria uma criação da linguagem. Uma tal concepção não oferece qualquer brecha para uma reconstrução realista do passado.

Mas um culturalismo tão radical se encontrava mais nos escritos teóricos da crítica literária, assim como, mesmo que em menor medida, mais na antropologia cultural do que na historiografia. Lawrence Stone, que, em seu influente artigo de 1979, “The Revival of the Narrative”,<sup>2</sup> se pronunciou contra as abordagens provenientes das ciências sociais e a favor da cultura como “ator importante nas transformações”, criticou em 1991 a teoria do conhecimento do relativismo radical, em que culminou o giro lingüístico e cultural (Cf. STONE 1991). De fato, sem pesquisa não pode ser feita nenhuma historiografia séria, e a pesquisa se baseia na pressuposição de uma realidade histórica, mesmo quando ela leva em consideração a complexidade do saber histórico, que permite apenas uma construção, e não uma reprodução fiel do passado. Mas face aos desafios de um mundo em modificação, desde 1990 diminuiu a influência do culturalismo extremado e do giro lingüístico na teoria das ciências sociais e também na teoria da historiografia. Lynn Hunt, que, com seu livro sobre a Revolução Francesa publicado em 1984, deu um impulso importante para a inserção de perspectivas culturais na ciência histórica – sem,

<sup>2</sup> The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. In: **Past and Present** 85 (1979), p.51.



porém, abandonar qualquer obrigação com a pesquisa – foi co-organizadora, em 1999, de uma antologia cujo título era “Beyond the Cultural turn” (Cf. BORNELL & HUNT 1999). Ali, ela chegou à conclusão que, com exceção de Hayden White, todos os mais importantes culturalistas dos anos oitenta, que se faziam representar na coletânea, recuavam perante seu relativismo epistemológico radical, sem, porém, desistir de seu interesse pela cultura. Uma observação semelhante fez, em 2005, Gabrielle Spiegel, em uma compilação de artigos atuais dos principais representantes do giro lingüístico: “25 anos depois do giro lingüístico, constata-se um sentimento crescente de insatisfação com sua exposição excessivamente sistemática das operações lingüísticas em todas as áreas da ação humana” (SPIEGEL 2005, p.3).

### **História feminista e de gênero**

Como já foi constatado, a perspectiva cultural se presta, em certa medida, a uma “história vista de baixo” que também inclui a história das mulheres. E o culturalismo obtém, em contrapartida, uma forte adesão de historiadoras feministas. As historiadoras feministas desempenharam um papel importante na nova história cultural. Desde os anos 1980, não somente as temáticas sobre mulheres e gênero adquiriram crescente importância na historiografia, mas também as sobre raça, etnia e pertencimento de classe. O interesse por mulheres, pelas temáticas de gênero e pela sexualidade aumentou significativamente, nos anos 1990, na Europa ocidental, na América Latina, na Índia, no Oeste asiático e no Oriente Médio. Mas em nenhum outro lugar esta área de concentração foi tão predominante quanto nos Estados Unidos, como ficou claro, entre outros casos, no encontro anual da *American Historical Association*, ocorrido em janeiro de 2007: Nessa ocasião, inúmeras sessões documentaram o interesse por mulheres e identidades sexuais (também as masculinas). Além disto, foi dedicada atenção aos temas do tráfico escravo e da escravidão, incluindo aí seus aspectos sexuais. Estes temas foram abordados a partir de uma perspectiva transnacional e global, na qual foi reservado um lugar central para a comparação entre diferentes sociedades não ocidentais; faltou quase completamente uma consideração do contexto político e econômico da sexualidade. Os historiadores ativos na área possivelmente contestariam tal abordagem e alertariam que, para eles, o conceito de “poder” é altamente político e que na história das mulheres ou de gênero, trata-se sempre de hierarquias de poder. Uma grande parte desta historiografia, porém, dedica pouca atenção aos ramos institucionais tradicionalmente “masculinos” do poder, do governo e da economia.

Esta limitação vale também para a série “Women and Gender History in Global Perspective”, uma série de novas publicações sobre “família, religião, raça e etnicidade”, que é publicada pelo *American Historical Association Committee on Women Historians* e organizada por Bonnie Smith. Smith escreve:

Os anos setenta nos trouxeram a história das mulheres, os oitenta a consciência para o gênero; a última década do milênio finalmente nos chamou

a atenção para a necessidade de uma perspectiva global e comparada sobre a história do gênero e das mulheres na pesquisa e no ensino” (SMITH 2006, p. vii).

De fato, os anos 1990 vivenciaram uma ampliação da história social, na qual as temáticas da mulher e do gênero adquiriram atenção muito maior. Atenção ainda maior foi atribuída às condições de vida das mulheres além das fronteiras nacionais, aí incluindo sociedades de passado colonial.

A fundação, em 1990, do periódico internacional “Gender and History” foi sintomática para a nova orientação da história das mulheres e de gênero. Nas palavras do editorial do primeiro número: “Nosso esforço especial se dirige ao apoio a pesquisas que não se ocupem somente com mulheres e gênero, mas que se confrontem com questões como outros fatores reforçaram e cunharam as representações de gênero e as experiências de mulheres” (EDITORIAL COLLECTIVE 1989, p.1). Ao se passar em revista os livros mencionados nos periódicos internacionais especializados em história, vê-se que os estudos históricos abordam cada vez mais temáticas de gênero. E também foi cada vez mais abandonada a nítida divisão, praticada pela historiografia tradicional, entre as esferas pública e privada, que atribuía significado histórico a uma esfera pública quase exclusivamente masculina, e desprezava a vida cotidiana das mulheres no trabalho doméstico e no mercado, tratando-a como irrelevante. Por mais que esta mudança em grande parte já tivesse ocorrido antes de 1990 na historiografia anglófona, francófona, italiana e escandinava, permaneciam ainda antigas concepções em grande parte da literatura especializada. É o caso do abrangente dicionário alemão “Geschichtliche Grundbegriffe” (1972-1996), que analisa a alteração dos conceitos fundamentais entre 1750 e 1850, assim como seus efeitos sobre a política e sociedade alemãs, mas não inclui sequer um conceito relacionado a gênero, ainda que a emancipação feminina seja citada em alguns artigos (cf. BRUNNER, CONZE, KOSELLECK 1972-1997).

111

Este interesse pela história das mulheres e de gênero se distancia da teoria marxista da história apesar de seguir parcialmente, mesmo que na maioria das vezes não o admita, a ideologia marxista. O determinismo econômico da teoria marxista é criticado – ainda que somente de maneira parcial. A historiografia feminista persegue quase sempre objetivos políticos. Ela aponta para o fato de como as mulheres, desde o princípio dos tempos, foram oprimidas em todas as áreas da vida pelos homens e como esta opressão e exploração, sob o capitalismo, tornaram-se ainda mais intensas. Uma grande parcela das primeiras feministas chegaram mesmo a reconhecer o significado da classe, mas exigiam uma nova compreensão deste conceito para que fosse possível apreender a exploração e opressão capitalistas no campo específico do gênero. Segundo a perspectiva feminista, o marxismo ignorou largamente a questão do status oprimido das mulheres, que, com o advento do socialismo, deveria ser superado.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Em **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado** (1883), Friedrich Engels ressaltou que a opressão das mulheres era, desde a antiguidade clássica, parte da história ocidental, e que, por isso, precede o capitalismo moderno. Ele viu sua origem na passagem da organização familiar matriarcal para a patriarcal, cujas características centrais eram a propriedade privada e sua respectiva herança

A historiografia de orientação feminista e de gênero dos anos noventa seguiu a nova tendência da historiografia em geral, que reservou um lugar central para o papel do gênero.

Um outro aspecto essencial da historiografia após 1990 consistiu na ampliação, iniciada nos anos 1970 e 1980, da história vista de baixo, que agora não abrange somente a temática de gênero, mas também partes "subalternas" da população. Isto levou a uma crítica de uma concepção, igualmente defendida por marxistas e não marxistas até bem entrado o século XX, de que a civilização ocidental é uma norma, que, em última instância deveria valer também para o mundo não-ocidental. Como parte das tendências historiográficas depois de 1990, a historiografia feminista migrou para o mundo não-ocidental e ressaltou as conseqüências do imperialismo, em que à problemática do gênero foram somadas, em sua visão de história, questões de raça e de etnicidade. Também fora dos Estados Unidos, especialmente na América Latina e na Índia, e, em menor escala, na Europa ocidental, os estudos históricos seguiram linhas semelhantes às que, nos EUA, passaram a dar as cartas.

Uma nota conclusiva sobre a história das mulheres e de gênero: há uma contradição evidente entre o que muitas historiadoras feministas representam e o que elas efetivamente fazem. Muitos historiadores, de um lado, assumem para si aqueles aspectos da teoria pós-moderna, segundo os quais só existe texto e nenhuma realidade que lhes ultrapasse e, assim, nenhuma possibilidade de um aprimoramento objetivo de conhecimento sobre o passado; por outro lado, eles agem de modo tal como se houvesse um passado real, vão aos arquivos e aplicam teorias das ciências sociais para compreender o que neles encontram. Um bom exemplo disto é a própria Joan Scott, que insiste em afirmar que "uma política feminista radical" exige uma "teoria radical do conhecimento", encontrada por ela nas posturas de Foucault e Derrida e sua relativização de todo saber. Por outro lado, ela é autora de algumas pesquisas sólidas sobre a história social da mulher na França na primeira metade do século XIX e sobre seu papel na política, pesquisas estas que contradizem o relativismo epistemológico.

112

### **A ocupação com a História Universal e com a História Global**

A mudança da ciência histórica para uma história universal transnacional e transcultural começou antes de 1990, mas sofreu, desde então, um nítido impulso. Com o quase exclusivo uso do inglês como língua de comunicação, aumentou também a cooperação internacional entre os historiadores. Os pesquisadores trocam mais entre si, de modo que cientistas de países não ocidentais passaram a participar do debate; e alguns dentre eles foram chamados

---

- e que levou, com isso, à criação do Estado como protetor da propriedade privada. Mas Engels defendeu praticamente sozinho tal perspectiva. Ele também partiu da premissa de que o problema da opressão das mulheres seria abolido com a edificação de uma sociedade comunista. Tanto metodologicamente quanto no entendimento do processo histórico, a nova história feminista e de gênero rompeu com as tradições historiográficas mais antigas, especialmente com o marxismo, mas também com a orientação dada pelas ciências sociais.

para trabalhar em universidades de ponta na América do Norte, Grã-Bretanha e Austrália. Mas, ainda assim, constata-se uma desigualdade.

Obras importantes em língua inglesa e, em menor medida, em língua alemã e francesa, foram traduzidas em todas as línguas do mundo, inclusive naquelas faladas no Oeste asiático, no Oriente Médio e na América Latina. A Índia ocupa um lugar especial, posto que, desde a década de 30 do século XIX, o inglês se tornou por lá a língua oficial no governo e na ciência e os indianos estavam bem representados em universidades norte-americanas e européias (especialmente as britânicas). Infelizmente, apenas algumas poucas obras escritas em línguas não-ocidentais foram traduzidas para o inglês ou outras línguas ocidentais, o que teve por consequência o fato de os cientistas em países não-ocidentais conseguirem se manter atualizados sobre as principais discussões no Ocidente – especialmente as travadas em língua inglesa – e, por outro lado, os cientistas ocidentais em geral não conseguem acompanhar as discussões feitas em outros lugares, com exceção, talvez, daquelas de sua especialidade. A Índia representa mais uma vez uma exceção. A literatura especializada indiana em estudos pós-coloniais dos anos 1980 e 1990, sobretudo aquela dedicada ao “subaltern group”, ombreia com a literatura pós-moderna no Ocidente e exerce influência considerável sobre as discussões teóricas, assim como na historiografia no Ocidente e na América Latina. Nos últimos anos, universidades no Extremo Oriente (China, Japão, Coreia do Sul e Taiwan) organizaram conferências internacionais e, com isso, deram uma contribuição ativa para a discussão internacional. Ainda assim, o intercâmbio permanece limitado. E, muito mais do que nas ciências sociais, a história é escrita em línguas nacionais e para um público nacional.

Uma clara mudança desde o fim da Guerra Fria consiste na crescente atenção na história global e universal.<sup>4</sup> História intercultural existia naturalmente muito antes dos modernos; basta pensar nas “Histórias” de Heródoto, na “Muqaddimah” de Ibn Khaldun e nos “Essais sur les moeurs” (Ensaio de uma definição dos costumes e do espírito das nações), de Voltaire. Mas a profissionalização da ciência histórica veio acompanhada de um nacionalismo intenso e vivenciou a mudança que fez a história se afastar tanto da história universal como da história regional, e se concentrar na nação e nos estados nacionais. Esta mudança se inseriu no contexto da nova fé na superioridade cultural e foi expressão de um nacionalismo arraigado.

A segunda metade do século XX vivenciou um novo fortalecimento da história universal, que, por seu turno, reflete o surgimento de uma sociedade de

---

<sup>4</sup> Ver a discussão sobre as formas da história universal e seu desenvolvimento no pensamento e pesquisa históricos dos últimos anos em Patrick Manning: **Navigating World History: Historians create a global Past**. New York, 2003, assim como o artigo curto, porém bastante denso, de Jerry H. Bentley, *World History* em D.R. Woof. **A Global Encyclopedia of Historical Writing**, v.2. New York 1998, p.968-970; e, do mesmo autor, **The New World History**, In: Lloyd Kramer e Sarah Maza (org.). **A Companion to Western Historical Thought**. Oxford, 2002. p.393-416. Agradeço Dominic Sachsenmaier pelo manuscrito de seu artigo “Global History and Critiques of western Perspectives” (13. April 2006), que me foi de grande utilidade e que foi publicado anteriormente em uma edição especial dos **Comparative Education** sob o título “Comparative Methods in the Social Science”, 42 (2006), n.3, p.451-470.

uma sociedade de dimensões mundiais, em especial após a Guerra Fria (Cf. BENTLEY 1996). Uma primeira contribuição de grande significado para a investigação histórica sobre uma ampla interação e difusão cultural foi o livro de William H. McNeill, "The Rise of the West: A History of the Human Community", de 1963, que, apesar de seu título, estruturava-se comparativamente e foi um sinalizador para futuras obras de história universal. McNeill tratava de demonstrar que o contato entre diferentes sociedades e tradições culturais e sua subsequente troca de idéias e práticas representam um fator chave para a história universal. Em uma obra posterior, publicada em 1976 com o título "Plagues and Peoples", ele se dedica ao efeito das infecções e doenças contagiosas que ultrapassaram fronteiras sociais e culturais e aos rompimentos gerados por tais doenças em ordens políticas, sociais e econômicas específicas como fio condutor significativo da pesquisa histórica. Aqui foi tratado, praticamente pela primeira vez, de um tema até então ignorado que aborda fatores biológicos e de influência ambiental; tornou-se prontamente uma área importante de pesquisa.

Nos anos 1980 e, acima de tudo, após 1990, a história universal tomou duas direções. Uma delas foi fundada antes, nos anos 1970 e 1980, por cientistas sociais como André Gunder Frank, Eric Wolf e Immanuel Wallerstein, todos eles representantes da Teoria da Dependência e interessados nos efeitos do capitalismo ocidental moderno no resto do mundo. Assim como os teóricos da modernização, eles tomavam o desenvolvimento da economia capitalista e de um mercado mundial desde o século XVI como um elemento central para o entendimento da sociedade mundial moderna; mas eles também acreditavam que o crescimento capitalista se baseou na exploração do trabalho barato de países menos desenvolvidos e que este processo evitou que a população de tais países se libertasse da pobreza e da miséria. Segundo sua perspectiva, tanto o racismo como a opressão das mulheres se enraizavam na exploração econômica. Depois de 1990, as teorias explicativas do sistema mundial de fundamentação marxista saíram de moda como as teorias anti-marxistas de modernização; todavia, ambas sobreviveram, ainda que de maneiras distintas, conforme veremos em seu enfrentamento com a história global.

McNeill defende uma segunda orientação, que está menos interessada em fatores econômicos e políticos, e menos centrada na Europa e antes disposta a incluir épocas mais remotas. Estas idéias estão também por detrás do "Journal of World History", fundado em 1990, produto de uma cooperação internacional e organizado por Jerry Bentley. Esta revista, que contém também resenhas de livros relevantes, tornou-se o órgão internacional mais importante da nova história universal. Seu objetivo declarado, publicado na primeira página de cada edição, era um entendimento da história "a partir de uma perspectiva global", com os seguintes temas de concentração: "Migrações populacionais e flutuações econômicas em grande abrangência; transferências supraculturais de tecnologia, a disseminação de doenças contagiosas; comércio de longa distância assim como a divulgação de tendências religiosas, idéias e ideais". A ênfase nestes



temas domina até hoje a historiografia mundial. Patrick Manning, em seu "Navigating World History: Historians Create a Global Past", publicado em 2003 (cf. MANNING 2003), diferencia dois modos de abordagem da história mundial. A primeira segue métodos tradicionais, porquanto se orienta por civilizações, nações e pela história social. A segunda e mais recente abordagem, que Manning chama de "científico-cultural", "consiste na aplicação de novas fontes não-arquivais e de métodos das áreas como a biologia evolutiva, a pesquisa ambiental, a paleontologia, a arqueologia, a química, assim como da pesquisa em lingüística e literatura". Ambas as abordagens não se excluem mutuamente, mas, a partir da perspectiva de Manning, a segunda é mais promissora para a história universal.<sup>5</sup> Uma parte significativa do periódico segue esta direção e reserva mais espaço para temas como violência e escravidão, enquanto espaço bem mais restrito é dedicado a métodos provenientes das ciências sociais, assim como a técnicas aplicadas por computador. Desde sua fundação em 1990 até o ano de 2007, muitos dos artigos publicados no periódico seguem a linha predeterminada por Bentley e Manning, na qual a ênfase na temática de gênero, circunscrita em um contexto sócio-cultural amplo, cresceu onde lhe foi possível.

O conceito de história global desfrutou de crescente simpatia especialmente após 1990; mas somente em 2006 fundou-se um "Journal of Global History". Até agora, não há um consenso sobre o que história global realmente signifique e a partir de qual ponto se pode falar de história global (cf. HOPKINS 2000). Em vários casos, o conceito de "história global" se sobrepõe ao de "história universal" a ponto de chegar à total identidade; mas a tendência é que ele tem sido usado mais amiúde para o período e também frequentemente para o processo de globalização desde o último terço do século XX (Cf. OSTERHAMMEL & PETERSSON 2003; SACHSENMEIER 2006). A história universal inclui a investigação de sociedades e culturas pré-modernas, o que é do interesse de ambos os periódicos; assim se pode apreender algo como a troca de matérias-primas, víveres e doenças na área do Pacífico muito antes da chegada dos europeus. Para a prática da ciência histórica, isto significou que os historiadores, cada vez mais, ultrapassaram as fronteiras nacionais e se ocuparam com sociedades e culturas além do mundo ocidental. Mas também o clima e o meio-ambiente desempenharam um papel importante, sobretudo, para pesquisas comparadas sobre épocas historicamente remotas. Também estes temas cabem no "Journal of Global History". O editorial do primeiro número deste periódico e o seu ensaio histórico subsequente tentam determinar seu papel específico (O'BRIEN 2006). O periódico quer superar a separação das áreas de pesquisa em termos regionais e espacialmente restritos, algo que por muito tempo caracterizou a ciência histórica. O periódico constata que, nas duas últimas décadas, "todas as linhas da tradição historiográfica convergiam para o ponto em que a ascensão do ocidente não era vista nem positiva, nem negativamente". O periódico gostaria

---

<sup>5</sup> A citação foi feita a partir de uma resenha do livro de Manning, feita por Gary Kroll no *Journal of World History*, 16 (2005).



de fazer uma verdadeira história global, baseada em “pesquisa séria”. Mais ainda do que o “Journal of World History”, concentram-se os artigos dos três primeiros números no século XIX e especialmente no XX, evitando, todavia, assim como “Journal of World History”, seguir o esquema de modernização ou globalização. Igualmente determinante para a história global e universal é a sua conexão com aspectos históricos sociais e culturais; ambos se ocupam frequentemente com ambos os problemas mencionados da opressão social, no qual se dá especial atenção às relações de gênero, assim como aos conflitos de cunhos classista e étnico. Da mesma maneira, amiúde vem à tona a história da escravidão.

### **A persistência dos nacionalismos**

Apesar da guinada rumo à história global e universal, os nacionalismos continuaram a desempenhar um papel importante em todos os países, ainda que de diferentes formas. Nos países do Leste europeu, o nacionalismo jamais morreu durante o período de domínio soviético, ou foi mesmo somente abafado; ele se ergueu, então, com toda a sua força e utilizou a história como meio de mobilização de identidades nacionais face aos conflitos entre etnias. Frequentemente, a historiografia assumiu também formas mais críticas. Um bom exemplo para isto é o enfrentamento com o passado nacional na Alemanha Ocidental desde os anos sessenta. A reunificação alemã no ano de 1990 fez com que muitos observadores profetizassem um renascimento de antigas posturas nacionalistas e um distanciamento em relação às principais correntes do pensamento histórico ocidental – algo que, porém, não sucedeu; de fato houve opiniões nacionalistas, mas estas eram mais fracas do que em outros países europeus.

A concepção daquilo que constitui uma nação sofreu uma alteração, sobretudo, nos Estados Unidos. Neste sentido, por exemplo, em meados da década de 1990, os “National Standards for United States History” e os “National Standards for World History” criticaram<sup>6</sup> a adoção, nos programas escolares, da idéia de uma nação unificada, e enfatizaram o pluralismo de culturas étnicas assim como o papel de minorias e mulheres; tais padrões perseguiram uma abordagem que permitisse uma comparação intercultural global. Esta perspectiva não esteve, de modo algum, isenta de controvérsias, como mostrou o debate acalorado que se lhe seguiu, mas foi expressão de uma nova elaboração (*Umdenken*) para a questão sobre o que constitui uma história nacional.

Uma tentativa importante de unir a história nacional e europeia é feita em 2003 por um projeto iniciado pela *European Science Foundation* (cf. BURGER & MYCOCK 2006). O tema de concentração é o desenvolvimento da pesquisa histórica profissional desde o início do século XIX nos países europeus, no qual cada país é analisado singularmente, independentemente se, à época, a unificação nacional já havia sido feita ou sequer almejada. Em cada país foram

<sup>6</sup> Uma incumbência tarefa do National Center for History in the Schools na University of California at Los Angeles (UCLA). Los Angeles, 1995.

catalogadas as principais instituições de pesquisa, assim como universidades, arquivos, associações profissionais e periódicos, de modo a se obter um amplo panorama europeu.

Apesar desta tendência à europeização e à história global, grande parte da pesquisa histórica na Europa permanece restrita à experiência europeia, ou, sobretudo no Leste europeu, à experiência nacional. Na Alemanha, segundo um estudo recentemente feito, aproximadamente apenas 5% dos historiadores são especialistas em história transcontinental ou extra-europeia. Para ter um termo de comparação: nos Estados Unidos, 34% de todos os docentes em institutos de história e universidades e *Colleges* são especializados em áreas de pesquisa fora da história americana e europeia.<sup>7</sup>

### **Uma nova compreensão da ligação entre história e ciências sociais**

Já antes de 1990 se estabelecera uma distância entre a metodologia das ciências sociais tradicionais, que buscavam uma explicação causal para estruturas e processos, e as então recém criadas ciências da cultura. Estas compreendiam as culturas, nos termos de Clifford Geertz, como "redes de significado", e que as viam, portanto, "não como ciência experimental em busca de leis invariáveis, mas antes como ciência interpretativa em busca de significado" (GEERTZ 1973, p.5)

117

Como notou Lawrence Stone em 1979, a crença central de uma historiografia baseada nas ciências sociais em uma "coerente explicação científica das mudanças no passado" foi seguidamente criticada.<sup>8</sup> Perante a globalização, os anos noventa vivenciaram, todavia, um novo crescimento das ciências sociais. Em primeiro lugar, deu-se, depois de 1990, uma clara reorientação, que, se não se distanciou da ênfase na cultura e na linguagem, se separou das formas extremas de culturalismo e do primado da linguagem, predominantes nos anos setenta e oitenta, assim como do seu subsequente radicalismo relativista epistemológico. Isto se mostra claramente no curso adotado pela Social Science History Association americana, fundada em 1974. Na primeira edição do periódico organizado pela referida associação, datada de 1976, o editorial destacou a interdisciplinariedade como uma das linhas mestras da associação, mas se mantinha aberta para "análises quantitativas, contanto que apropriadas".<sup>9</sup> Em 1999 foi dedicado um número especial para os efeitos do pós-modernismo, pós-estruturalismo e do giro lingüístico sobre a mudança na relação entre história e ciências sociais (Cf. BAKER 1999, p.2-5; MONKKONEN 1994, p.161-168). Sob o reconhecimento de um pluralismo metódico, os autores do volume procuraram por meios e caminhos para superar o hiato entre a ciência social analítica e a ciência da cultura. À americana Social Science History Association seguiu-se, nos anos noventa, uma Social Science History Association europeia

<sup>7</sup> Comparar com SACHSENMEIER, Dominic. *Global History, International History, World History – Assessing the Debate in the US, China and Germany*, a ser publicado em: MIDDELL, Matthias e NAUMANN, Katja (orgs.) **World History Writing in Europe**, Leipzig 2008.

<sup>8</sup> Cf. nota 4.

<sup>9</sup> "Editor's Foreword", In: *Social Science History*, 1 (1976), n.1/2.

que organiza conferências em ritmo bienal. No encontro do ano de 2006, foram dadas palestras que correspondiam aos temas supracitados. Os pontos de concentração temática foram: o mundo não-ocidental – África, Ásia, América Latina – assim como etnicidade e migração, gênero e sexualidade, família e demografia, trabalho e desigualdade social, nações e nacionalismos, e, por fim, política, religião e questões teóricas sobre a relação entre história e ciências sociais. Como se lê no *Call for Papers* do encontro de 2008, a associação almeja “reunir pesquisadores que estejam interessados em uma explicação de fenômenos históricos com ajuda de métodos das ciências sociais”. O encontro e a Associação, junto com sua instituição de apoio, o International Institute for Social History em Amsterdã, aumentaram, assim, o raio de abrangência das ciências sociais; diferentemente de muitos representantes pós-modernos das ciências da cultura, eles valorizam, tanto como antes, o papel importante da ciência social analítica.

Na França, o periódico “*Annales*” alterou em 1994 seu subtítulo de “Economies. Sociétés. Civilisations.” Para “Histoire. Sciences Sociales”, algo sintomático para a re-orientação dada desde 1990. Para a mudança, foi dada a seguinte razão: o subtítulo anterior era muito restrito e que os historiadores não deveriam trabalhar em conjunto somente com sociólogos e economistas, mas também com cientistas de outras disciplinas das ciências do espírito. A bem da verdade, isto os *Annales* sempre fizeram, mas eles deram à sua perspectiva uma outra ênfase. Já no editorial do ano de 1988 e do ano seguinte de 1989, os *Annales* já falavam de uma crise das ciências sociais tradicionais e constatado, que o marxismo, o estruturalismo e a pesquisa social quantitativa, como um todo, já haviam perdido sua capacidade de fundamentação convincente da ciência histórica. Tratava-se, então, de superar o hiato entre micro e macro-história. Isto não significou nenhuma negação das ciências sociais em sua pluralidade, mas antes uma ampliação, uma inclusão de aspectos culturais que até então não haviam recebido atenção suficiente. E isto, portanto, exigiu novos métodos – não somente da geografia, sociologia e antropologia, que, na historiografia dos *Annales*, haviam desempenhado até então o papel principal, mas também aquelas da crítica literária, da semiótica e da filosofia política.<sup>10</sup>

O periódico passou a cobrir mais temas do que antes. Depois de 1945, ele evitou por anos trabalhos com temas contemporâneos, que, nos anos 30, ocuparam as suas páginas. Seu interesse pela Idade Média permaneceu firme, mas agora o periódico passaria a publicar também artigos que abordavam o século XIX e especialmente o século XX, e ocasionalmente artigos sobre a Antigüidade. Atenção considerável foi prestada ao mundo não-ocidental, aí incluindo China, Índia, Japão e a África subsaariana. Mas o periódico não enfrentou somente temas ligados à economia e sociedade, mas também temas

<sup>10</sup> “Histoire et sciences sociales, un tournant critique?”, In: *Annales ESC*, 43 (1988), nr. 2, p.291-293. E também: “Histoire et sciences sociales: Tentons l’expérience”. In: idem, 44 (1989), n.6, p. 1317-1323.

ligados à religião; algumas edições, portanto, se ocuparam com os judeus e o judaísmo no passado e no presente. E embora sexualidade e gênero não tenham sido ignorados pelos *Annales* nos anos 90, tais temas não obtiveram um lugar tão central como nos periódicos americanos e também como nos britânicos. Os *Annales* estavam, também, livres de qualquer orientação ideológica, que caracterizou os britânicos "Past and Present" e ainda mais o "History Workshop".

O periódico britânico "History Workshop" foi fundado em 1977 com o objetivo explícito de abrigar trabalhos não somente de pesquisadores acadêmicos bem treinados, mas também outros, oriundos da população operária. O periódico nunca foi bem sucedido o suficiente em atingir este objetivo. Mas a modificação de seu subtítulo foi significativa para a alteração das posições historiográficas e políticas. O subtítulo original, de 1977, era "A Journal of Socialist History", e se transformou, em 1982, para "A Journal of Socialist and Feminist History". Em 1995 abandonou-se este subtítulo com a explicação de que "nos últimos 14 anos, desde a adaptação de nosso subtítulo, as condições políticas, sob as quais nós trabalhamos, mudaram a tal ponto que não são mais reconhecíveis".<sup>11</sup> O conceito de sociedade ainda era importante, mas precisou se liberar de sua ligação com as concepções marxistas de sociedade e história.

Esta liberação dos pressupostos marxistas caracterizou também periódicos como o italiano "Quaderni Storici", que, nos anos setenta, introduziu a mudança rumo à "Microstoria". Os periódicos americanos, em sua maioria, nunca se apoiaram em pressupostos marxistas e, a esta altura, também já haviam se liberado da concepção de um triunfo ocidental, ou, para ser mais preciso, americano, como líder da modernização.<sup>12</sup>

119

### **As ciências sociais e a história da globalização**

O debate sobre a globalização remete, em vários sentidos, às discussões anteriores sobre dependência e modernização. A história global, que não pode se ocupar com variadas épocas históricas, naturalmente não é o mesmo que uma história da globalização. A primeira não precisa sempre incluir o Ocidente e, portanto, uma investigação do capitalismo ocidental; a última lida com um processo que, em certo sentido, é uma versão mais complexa da modernização e não restrita ao Ocidente, mas, por outro lado, está ligada de maneira inseparável a este e à expansão do capital financeiro. A história global não necessita de

<sup>11</sup> Editorial: "Change and Continuity" in: *History Workshop Journal*, 39 (1995), p.III.

<sup>12</sup> Esta orientação geral vale para periódicos que já abordamos: O *American Historical Review*, o *Journal of Interdisciplinary History*, *Comparative Studies of History and Society*, *Social Science History*, *Social History*, assim como recentemente também o *The Journal of Modern History*, e o *Journal of the History of Ideas*, o destacado e tradicional periódico britânico *English Historical Review*, os não menos destacados e tradicionais periódicos franceses *Revue Historique* e o *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, e o italiano *Nouva Revista Storica* abdicam todos de um parte de seu eurocentrismo e ampliam suas áreas de concentração temática. Isto não pode ser dito, na mesma medida, para o mais antigo periódico de história, o alemão *Historische Zeitschrift*, que se concentra ainda em temas alemães tradicionais e ocasionalmente ultrapassa suas fronteiras nacionais, publicando em dezembro de 2006 um artigo de Manfred Berg sobre o fim da Justiça de Lynch no sul dos Estados Unidos. O *International Review of Social History*, publicado pelo *Institute of Social History* em Amsterdã, manteve a ênfase na classe trabalhadora, ênfase todavia reforçada por uma perspectiva internacional e global. Uma investigação dos dois periódicos mais importantes sobre história latino-americana, o *Hispanic American History Review* e o *Latin American Research Review*, assim como periódicos sobre a história da África, o *Journal of African History* e o *Journal of Modern African Studies*, apontam para uma direção semelhante.

uma teoria claramente definida do desenvolvimento histórico, de nenhuma grande narrativa abrangente; em geral, esta é criticada pela história global como sendo parte do fardo do imperialismo ocidental; a história da globalização, em contraponto, trabalha com um tal modelo narrativo. Ela não o vê como algo necessariamente positivo. Como já foi citado, nos anos setenta e oitenta, André Gunder Frank, Immanuel Wallerstein e Eric Wolf apontaram os aspectos negativos deste processo sob o ponto de vista da Teoria da Dependência e colocaram a questão porque somente o ocidente conseguiu realizar a mudança para uma sociedade industrial. Na literatura secundária recente, Kenneth Pomeranz, em seu livro "The Great Divergence: China, Europe and the Modern World Economy",<sup>13</sup> publicado em 2000, parte de uma outra perspectiva para fazer uma objeção contra explicações que se desconsideraram o fato de que, no final do século XVIII, China, Japão e Índia eram economicamente tão desenvolvidos quanto a Europa ocidental, e que a ascensão ocidental à condição de potência mundial não tem a ver com o surgimento de um mercado capitalista mundial na era dos descobrimentos, mas com o advento, bem posterior, da Revolução Industrial. Uma parte significativa da literatura secundária seguiu esta interpretação.<sup>14</sup> As teorias de quase todos estes teóricos da globalização se baseiam, em primeiro lugar, em fatores econômicos. Mas eles também, especialmente Wolf, não descuidaram do efeito cultural de processos globais, mas se concentravam preferencialmente na rede internacional de bens, serviços e finanças e os modelos globais de consumo e produção a ela ligados.

Mas, entretanto, os historiadores se debruçaram tanto sobre a história transnacional quanto a história transcultural, como sobre a história global e universal; mas eles se ocuparam muito pouco com a história da globalização e com a avaliação sobre a atual situação da globalização e qual direção ela toma. O número de investigações sobre globalização aumentou exponencialmente, mas tais investigações são provenientes, sobretudo, das penas de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e, principalmente, economistas. Os historiadores, mesmo os autores de artigos publicados no "Journal of World History" e "Journal of Global History", estão notavelmente menos envolvidos. Esta concentração no lado econômico tem por consequência análises imperfeitas do processo de globalização. Característico disto é uma minuciosa resenha publicada no "Journal of Modern History" de obras sobre história da globalização (LANG 2008, HOPKINS 2000),<sup>15</sup> que mal se ocupam dos efeitos sociais da globalização, e muito menos dos aspectos culturais. Também é digno de nota que este artigo, publicado em um jornal cujo público leitor é formado por historiadores, tinha muito pouco a dizer sobre o trabalho de historiadores. Ali há muitos temas que justamente poderiam ser abordados por historiadores. Ainda estão à espera de uma análise os desenvolvimentos dos últimos quinze anos,

120

<sup>13</sup> Princeton, 2000.

<sup>14</sup> Cf. ALLEN, Robert C., BENGSTON, Tommy e DRIBE, Martin (orgs.) **Living Standards in the Past: New Perspectives on Well-Being in Asia and Europe**, Oxford 2005; assim como HOPKINS, **Globalization in World History**.

<sup>15</sup> LANG, Michael. Resenha de "Globalization and its History", in: **Journal of Modern History**, 78 (2006), p.899-931; HOPKINS, **Globalization in World History**.



que não seguiram as teorias clássicas de modernização, mas antes ofereciam uma resistência frequentemente violenta contra as modernas condições e hábitos de vida. A globalização não levou, de modo algum, à homogeneidade, muito menos no sentido econômico. A ampliação de uma economia global trouxe consigo mudanças nos comportamentos de consumo no esteio de tradições, hábitos e concepções de vida regionais. Este é um importante ponto de partida para o trabalho de historiadores que podem inserir as mudanças determinadas pela globalização em um contexto global histórico e regional maior.

Como a globalização influenciou a pesquisa e a literatura histórica? Desde 1990 se deu uma internacionalização da pesquisa histórica. Em países não-ocidentais como Japão, Coreia do Sul e Índia, na América Latina e na África Subsaariana, assim como, e cada vez mais (mesmo que de modo mais restrito), a China desde o fim do maoísmo, as investigações históricas operam com conceitos e métodos equivalentes aos ocidentais. Nesta troca de idéias, coube ao espaço anglo-americano um papel chave. Com isto o Ocidente tornou-se, até então, dominante; mas surgiram importantes impulsos provenientes do mundo não-ocidental que determinaram o pensamento histórico em um plano global, como os casos do "subaltern group" indiano e das pesquisas sobre pós-colonialismo. Ao invés, porém, de chegar a conclusões precipitadas, precisamos ver até onde vão as fronteiras da internacionalização da pesquisa e do pensamento históricos. Sobretudo, as idéias ocidentais, a despeito de se originarem em Ranke, no marxismo ou nas variadas ciências sociais, sofreram mudanças. Seria necessária uma investigação da mudança dos efeitos de diferentes concepções e tradições de ciência nas diferentes culturas que aceitaram parcialmente as idéias ocidentais, mas que as alteraram ou nelas inseriram abordagens históricas alternativas oriundas de suas próprias tradições. Vimos como semelhantes tendências historiográficas em países ocidentais como Alemanha, França e os Estados Unidos compreenderam diferentemente entre si tais pensamentos e tradições, e como mesmo dentro deles elas foram recebidas ou mesmo repelidas de maneiras diferentes – um exemplo paradigmático disto é Ranke. E naturalmente as diferenças são ainda maiores quando relacionadas com regiões como o leste asiático e o mundo muçulmano, que possuem uma tradição historiográfica própria. Tudo isto precisa ser levado em consideração em uma história da historiografia com ambições internacionais e interculturais.

É evidente que uma investigação histórica da globalização precisa incluir os papéis de tradições e especificidades locais e a influência sobre as mudanças no mundo moderno. Carecem ainda de análise mais detida os desdobramentos dos últimos 15 anos, que não seguiram as teorias clássicas da modernização, mas que antes ofereceram resistência de natureza frequentemente violenta aos hábitos e condições modernas. Neste caso, recomenda-se prestar mais atenção à questão da necessidade de métodos das ciências sociais que, relegados a segundo plano pelo giro lingüístico nos anos 1970 e 1980, permanecem ainda insubstituíveis como ferramenta para uma análise realista de aspectos globais e especificidades locais do mundo em que vivemos. O giro lingüístico e cultural dos



anos 1970 e 1980 refinou a consciência para a complexidade da existência moderna e de seus inúmeros contextos históricos. Entretanto, o giro lingüístico e cultural frequentemente criticou o rigor lógico exigido em uma investigação das esferas sociais e culturais, o que, por seu turno, demanda um retorno às ciências sociais. Agora, que nos aproximamos do fim da primeira década do século XXI, os fundamentos conceituais e metodológicos das antigas ciências sociais precisam ser repensados. O alcance centrado no ocidente é conspícuo, assim como é restrito o alcance de generalizações e modelos abrangentes que não consideram suficientemente os fatores culturais. De outro lado, uma grande parte do culturalismo e das abordagens linguisticamente orientadas não deixaram de lado somente o significado do contexto social da cultura, mas frequentemente também negaram a própria possibilidade da investigação científica. Trata-se agora de desenvolver abordagens que superem o hiato entre as ciências sociais tradicionais e o culturalismo. Nos últimos anos, esta carência foi mais amplamente reconhecida, mas ainda não há qualquer idéia clara como deva ser uma ciência social integrada que venha a superar este hiato – sobretudo porque uma tal ciência talvez nem chegue mesmo a existir um dia, pois a natureza da pesquisa das ciências sociais e culturais exclui um paradigma tal como Thomas Kuhn o propôs para a física e suas ciências aplicadas.

Um pluralismo das estratégias de pesquisa pode ser muito frutífero. Mas estas estratégias não são criadas por uma imaginação poética, como alguns pós-modernistas ainda gostariam de afirmar. Estas estratégias deveriam ser conduzidas, antes, por padrões de investigação racional, e se submeterem à comprovação de sua validade.

122

### Referências bibliográficas

- ALLEN, Robert C., BENGSTON, Tommy e DRIBE, Martin (orgs.) **Living Standards in the Past: New Perspectives on Well-Being in Asia and Europe**, Oxford 2005
- ANKERSMIT, Frank. **History and Tropology: The Rise and Fall of Metaphor**. Berkeley, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Historical Representation**. Chicago, 2002.
- BAKER, Paula. What is Social History, anyway? In: "What is Social Science History?", in: **Social Science History**, 23 (1999)
- BENTLEY, Jerry Bentley. **Shapes of World History in Twentieth Century Scholarship**. Washington, 1996.
- BORNELL, Victoria; HUNT, Lynn. (orgs.) **Beyond the cultural turn: New Directions in the Study of Society and Culture**. Berkeley, 1999.
- BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. **Geschichtliche Grundbegriffe**. 8 vols. Stuttgart, 1972-1997.

- BURGER, Stefan e MYCOCK, Andrew. (orgs.). Europe and its National Histories;. Edição especial da **Storia della Storiografia** 50 (2006).
- DIRLIK, Arif. History without a Center? Reflections on Eurocentrism. In: FUCHS, Eckhardt e STUTCHEY, Benedict. (orgs.) **Across Cultural Borders: Historiography in Global Perspective**. Boulder: Lanham, 2002.
- The Editorial Collective, Why Gender and History. In: **Gender and History**, 1 (1989), n.1, p.1.
- GEERTZ, Clifford **The Interpretation of Cultures**. Nova York, 1973
- HOPKINS, Anthony G.. The History of Globalization – and the Globalization of History? In: \_\_\_\_\_. (org.) **Globalization in World History**. Londres 2000.
- KROLL, Gary. Resenha do livro de Patrick Manning: Navigating World History: Historians Create a Global Past. **Journal of World History**, 16/2 (2005), 223-227.
- LANG, Michael.. Rezension zu "Globalization and its History", in: **Journal of Modern History**, 78 (2006).
- MANNING, Peter. Navigating World History: Historians Create a Global Past. Nova York, 1993.
- 123 MONKKONEN, Eric H. Lessons of Social Science History. in: **Social Science History**, 18 (1994), n.2.
- NANDY, Ashis. Histories Forgotten Doubles. In: **History and Theory**, 34 (1995), n. 2, p.44-66.
- O´BRIEN, Patrick. Historiographical Traditions and Modern Imperatives for the Restoration of Global History. In: **Journal of Global History**, 1, 2006.
- OSTERHAMMEL, Jürgen e PETERSSON, Niels P. **Geschichte der Globalisierung**. Munique, 2003;
- SACHSENMEIER, Dominic. Global History and Critiques of Western Perspectives. In: **Comparative Education**, 42 (2006), n.3.
- \_\_\_\_\_. SACHSENMEIER, Dominic. Global History, International History, World History – Assessing the Debate in the US, China and Germany. In: MIDDELL, Matthias e NAUMANN, Katja. (orgs.) **World History Writing in Europe**, Leipzig 2008.
- SMITH, Bonnie. Prefácio a SINHA, Mrinalini. **Gender and Nation in Women´s and Gender History in Global Perspective**. *A Series by American Historical Association´s Committee on Women´s Historians*. Washington DC, 2006.
- SPIEGEL, Gabrielle (org.) **Practicing History**. New Directions in Historical Writing after the Linguistic Turn. Nova York, 2005.

STONE, Lawrence. History and Postmodernismus. In: **Past and Present**, 131 (Agosto 1991).

WHITE, Hayden. Einleitung. Die Poetik der Geschichte. In: \_\_\_\_\_. **Die historische Einbildungskraft im 19. Jahrhundert im Europa**, Frankfurt/Meno, 1991.

# A originalidade historiográfica de *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* e a concepção braudeliana de história

The historiographical originality of *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* and the braudelian conception of history

---

**Guilherme Ribeiro**

Professor Adjunto  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
geofilos@ig.com.br  
Rua José do Patrocínio, 71 - Centro  
Campos dos Goytacazes - RJ  
28015-385  
Brasil

---

## Resumo

Levando em consideração o surgimento de uma nova abordagem historiográfica levada adiante pelos primeiros *Annales* e por Fernand Braudel, o objetivo deste artigo é, a partir de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* e as críticas a ele endereçadas, analisar a originalidade historiográfica do mesmo, reunindo elementos que nos permitam sustentar a existência de uma *concepção braudeliana de História*.

125

## Palavras-chave

Braudel; Longa duração; Concepção moderna de história.

## Abstract

Considering the emergency of a new perspective on historical writing by the firsts *Annales* and Fernand Braudel, the aim of this article is, from *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* and the criticals addressed to it, analyzes its historiographical originality, gathering evidences to support the existence of a *braudelian concept of history*.

## Keyword

Braudel; Long run; Modern concept of history.

---

Enviado em: 13/10/2009  
Aprovado em: 17/12/2009

Inicialmente, Braudel tinha em mente a realização de uma tese doutoral exatamente nos moldes daquela que os *Annales* rejeitavam. Pensada como um estudo tradicional da política diplomática de Philippe II no século XVI, é Lucien Febvre que sugere uma inversão nos termos da questão (FEBVRE, 1950). A partir de então, surge uma tese defendida em 1947 na *Sorbonne* que tomava o Mediterrâneo do século XVI como tema de pesquisa, alterando não só as tradicionais escalas da região e do território nacional, bem como a própria escolha do objeto de estudos da ciência histórica; dedicava a seção de abertura ao papel do meio ambiente; deslocava Philippe II e as questões políticas para a parte final; via o processo histórico como um conjunto de ritmos distintos onde a narrativa de episódios curtos passa a ser explicada pelas estruturas da longa duração...

Enfim, o procedimento mais adequado para visualizarmos a discussão provocada pelo texto em tela não é, obviamente, partir dos debates que animam a historiografia e as Ciências Sociais no século XXI, mas sim localizá-lo em seu momento histórico específico, atentando para a situação historiográfica francesa na primeira metade do século XX. Só assim poderemos constatar, com toda a clareza possível, que *La Méditerranée* jamais poderia “passar em branco”, avaliado como um livro comum. Todavia, isso não significa que sua relevância pertença somente ao passado e que não haja mais nada a reter e aprender com suas lições, mas sim o reconhecimento de que foi redigido e pensado segundo um *conflituoso contexto de transição entre duas concepções de História que digladiavam pela produção da verdade*.<sup>1</sup>

Do contrário, como assimilar a reprovação de um dos examinadores — Gaston Zellner, especialista no século XVI — que pediu licença para fazer suas ponderações como historiador de ofício, já que, em seu julgamento, Braudel havia sido por demais geógrafo? De que maneira elucidar que Braudel tenha sido preterido por este mesmo Zellner quando da candidatura à cadeira de história moderna na *Sorbonne* em 1947, após ter ministrado um curso — de extremo sucesso entre os alunos — sobre América Latina nesta mesma instituição? (DAIX 1999, p. 259-267 [1995]). De outro lado, como entender o motivo da participação de Roger Dion na banca, especialista em geografia histórica, sem saber do vínculo entre os historiadores dos *Annales* e os geógrafos, bem como, obviamente, o relevante papel ocupado pela Geografia em *La Méditerranée*? O que pensar da resenha escrita por Febvre na *Revue Historique* em 1950, sustentando a “mutação” e a “revolução” provocadas pela obra supracitada na forma de conceber a História? (FEBVRE 1950, p. 216).

Uma das interpretações mais inquietantes sobre *La Méditerranée* vem do historiador argentino Tulio Halpheri Donghi, ao mirá-la como uma obra de transição onde vários setores são meramente experimentais (DONGHI *apud*

---

<sup>1</sup> Mesmo que um ambiente de constestação pudesse jogar a seu favor, essa História rebelde e impetuosa não se estabeleceria facilmente: “A grande história que Braudel procurou reviver nasce, portanto, de um pensamento inquieto e disseminado que atravessa o universo literário e filosófico no período precedente à Segunda Guerra mundial e que se sedimenta muito lentamente, ao preço de numerosas resistências no universo das ciências econômicas e sociais” (GEMELLI 1995, p. 89).

ROMANO 1997, p.68 [1995]). Não sabemos se concordamos plenamente com ele, já que é possível caminhar ao lado de Aguirre Rojas e perfilhar a existência de uma profunda coerência epistemológica ao longo da obra braudeliana (AGUIRRE ROJAS 2003, 2003a). De qualquer forma, cremos que Donghi acerta em cheio quando percebe a transição em que se encontra *La Méditerranée*. Uma amostra deste fato seria a terceira parte do livro que, dedicada à História Política e ao tempo dos acontecimentos, não deixa de ser uma concessão à ordem do discurso ditada pela historiografia Metódica que, progressivamente fragilizada pelos ataques *annalistes*, ainda permanecia vigente. O próprio Braudel se manifesta a respeito da parte três como sendo “a da *história tradicional*, cortada não à medida dos homens, mas à medida do indivíduo (...)” (BRAUDEL 2002, p.18 [1966], grifo nosso).

Enfim, quais seriam os fundamentos deste texto tão célebre e tão contestado? Em sua tese de doutorado abordando a relação entre o método historiográfico e o conhecimento histórico em Braudel, a historiadora brasileira Rosângela Vieira assinala “quatro elementos constitutivos”: peculiar tratamento das fontes, comparação, concepção de tempo e narrativa explicativa (VIEIRA 2002, p.9). A seguir o economista tailandês Cheng-chung Lai, são cinco “conceitos” principais: longa duração, conjuntura, história acontecimental, economia-mundo e história total (LAI 2004, p.1). Já Aguirre Rojas admite três “chaves mestras”: a longa duração, a história global e a crítica histórica, crítica esta que, do seu lado, incorpora quatro vertentes: deslocamento das análises habituais; restituição de passados relegados a um plano secundário; problematização do par presente-passado; e afastamento das evidências e lugares-comuns estabelecidos pela historiografia tradicional (AGUIRRE ROJAS, 2003a, p. 19-37).

Por razões tanto de proximidade com o que tem sido pensado pelos estudiosos de *La Méditerranée* quanto de coerência frente aos propósitos deste artigo, concentraremos-nos na crítica histórica, na longa duração e na história total.

### **Em defesa da História: a longa duração**

Opção feita, pode-se afiançar que a escrita histórica braudeliana assentará suas bases em oposição à corrente historiográfica que o formara em seus tempos de estudantes na *Sorbonne*. Representada por Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos e Ernest Lavisse, a História hegemônica na França era a História Política, que dominava as instituições de ensino, apontava as direções de pesquisa e as publicações eram voltadas para os casos referentes aos reis, príncipes e ministros, os grandes indivíduos que compunham a elite nacional; era uma História das guerras, da chancelaria e das assembleias parlamentares, isto é, daquilo que consistia em eventos grandiosos. Havia uma História da nação a ser relatada pelos historiadores, verdadeiros funcionários estatais que tinham como função exaltar suas virtudes e os acontecimentos político-militares que seriam dignos de memória. Era uma História de caráter essencialmente oficial



que superestimava o papel dos dirigentes e das instituições políticas e, por conseguinte, colaborava diretamente na manutenção do *status quo*.

Também conhecida como Escola Metódica, em seus pressupostos vigorava o relato dito verídico e real sobre os fatos. Os documentos e as fontes escritas encarnavam a veracidade dos acontecimentos, com o trabalho do historiador se resumindo à coleta, classificação e organização dos mesmos que os levasse a uma reconstituição minuciosa do passado que fosse, por excelência, definitiva (DOSSE 1992 [1987]). Tais procedimentos conduziam a uma História narrativa, factual e circunstancial, vinculada a uma seqüência que, em proveito de uma abordagem cuja cronologia era linear e teleológica, negligenciava a análise complexa das interações sociais (LÉVÊQUE 1993). A escrita histórica era focalizada em sua forma narrativa e diplomática, juntamente com o conceito de tempo que a acompanhava: o tempo dos eventos, aquele que dá ênfase aos acontecimentos — a *histoire événementielle*. Esta é uma História de um tempo breve que sugere uma continuidade e uma seqüência dos fatos, justifica as ações do presente e projeta as sociedades para um futuro cujo progresso era praticamente irreversível.

Braudel denunciaria essa forma de praticar a ciência histórica não só até o momento em que os *Annales* tornaram-se hegemônicos na França, mas durante toda a vida. Basta conferir os “Escritos sobre o presente” publicados nos anos de 1982-83 pelo jornal italiano *Corriere della Sera*, onde defende o tempo longo, a busca das permanências e o domínio das profundidades. Consequentemente, tal postura resulta num conhecimento histórico deveras peculiar, permitindo-o sustentar que as revoluções são crises que, com um pouco de paciência, logo passam, assim como o fato de que o Homem não faz a história, mas a sofre (BRAUDEL 2005, p. 329-373 [1969]). Esse “salto” no tempo se justifica na medida em que mostra a continuidade e a crença em um projeto de História, ao mesmo tempo que direciona nossa atenção para a etapa da formação braudeliana em que tal projeto foi forjado. Nesse sentido, os cadernos de prisão emergem com proeminência sobretudo no que tange ao seu teor epistemológico.<sup>2</sup> Neles podemos encontrar o texto que foi tido por uma geração como o manual de prática histórica: *Introduction à la méthode des sciences historiques*, escrito por Langlois e Seignobos. E ler as admoestações de Braudel: mais um livro de crítica aos documentos que uma verdadeira obra de metodologia, vislumbrando-os como se fossem os únicos

<sup>2</sup> Um parêntese relevante: o brilhante esforço de Aguirre Rojas em radiografar a concepção braudeliana de história e, de forma ampla, a historiografia dos *Annales* — a quem, em virtude da seriedade, rigor documental e sagaz interpretação, todos os estudiosos da historiografia francesa do século XX devem manter uma dívida de gratidão. Assim, rejeitamos declarações como as do historiador espanhol Júlio Aróstegui que, ao comentar a nova edição francesa de *Apologie pour l’Histoire ou métier du historien*, afirma que, dos prefácios que acompanham a obra, redigidos por Le Goff e Aguirre Rojas, “o leitor poderia ter sido poupado”, embora não explique o porquê (ARÓSTEGUI, 2006, p. 207 [1995]). Interessante é constatar a interpretação positiva do historiador catalão Josep Fontana, que faz questão de frisar o “extenso estudo preliminar de Carlos Aguirre Rojas” (FONTANA, 2004, p. 272 [2001]) — o leva, entre outras coisas, a delinear aquelas que seriam as principais etapas do itinerário intelectual de Braudel. Num total de seis, estas etapas seriam as seguintes: 1. origem e aquisição dos primeiros elementos formativos (1902-1927); 2. amadurecimento e aprimoramento sobre *La Méditerranée*, enfatizando a História econômico-social e a geohistória (1927-1937); 3. prisão durante

materiais da História. Esta não seria mais que uma coleção de fatos e acontecimentos dispostos por tal personagem em tal dia e lugar. Quando ensaiavam tentativas de explicação destes fatos — sim, pois Braudel constata pesarosamente que *expliquer* não era palavra dominante em sua juventude na *Sorbonne* —, não iam além da história biográfica, política e institucional. Para Seignobos, o mundo não seria uma escala de análise, mas sim incoerência, sucessão de acasos, fantasias e absurdos numerosos e complexos a ponto de torná-lo algo inacessível (BRAUDEL 1997a, p.38-40 [1941-44]). Porém, nos cadernos de prisão podemos encontrar também aqueles que seriam os antecedentes responsáveis pela eclosão de uma nova História: Leo Frobenius, etnógrafo; Ferdinand Fried, economista; François Simiand, sociólogo.<sup>3</sup> Uma História para além da superfície dos eventos. Sim, posto que “Raros são os historiadores que nos davam conselhos parecidos”. Mas eles também estão presentes: Roupnel, Bloch, Febvre, Michelet (idem, p.57).

Em um turbulento e rápido século XX que logo nas primeiras décadas já carregava consigo brutal mudança em uma das ciências-chave da Modernidade, com a Física Einsteiniana demolindo o aparentemente sólido edifício da Física Newtoniana; o peso da 1ª Guerra Mundial pondo fim aos Impérios europeus; organização social radicalmente diferente das conhecidas até então, capitaneada pela Revolução Russa; crise sem precedentes do capitalismo, com o *crash* da bolsa de Nova Iorque levando à queda do liberalismo e ao aparecimento do keynesianismo; fracasso da República de Weimar; promoção do totalitarismo nazi-fascista; Guerra Civil espanhola etc., a manutenção de uma História isolada das outras ciências, descritiva, factual, cronológica e puramente documental era, para dizer o mínimo, de uma gritante incompatibilidade. Não é por mero acaso que a revista *Annales d'histoire économique et sociale* eclode em pleno 1929, nem tampouco que Braudel estivesse arquitetando e aperfeiçoando uma

---

a guerra, encontro com Febvre e publicação de *La Méditerranée* (1937-1949); 4. incursões teórico-metodológicas e atuação institucional (1949-1963); 5. dedicação à *Civilization Matérielle* (1963-1979); e 6. elaboração de *L'Identité de la France* (1979-1985). No entanto, este quadro, muito útil para situar a biografia intelectual do autor supracitado, ao localizar as questões de teoria e método no período entre 1949 e 1963, desloca a importância das três conferências de prisão proferidas em 1941 — *Trois définitions: l'événement, le hasard et le social; L'histoire à la recherche de monde; e Géohistoire: la société, l'espace et le temps* —, importância esta que é, ao nosso ver, maiormente, de natureza epistemológica. Afinal, sendo fiel ao desejo do autor, trata-se de “um longo discurso em favor de uma forma de história, a pesquisa de um método que eu, talvez, por preocupações de clareza e lógica, desenhei de forma muito nítida, a ângulos vivos. Nada mais difícil que definir um método. E o meu, o sei bem, está longe de ser perfeito” (BRAUDEL, 1997, p. 25-26 [1941-44]). Provavelmente, Aguirre Rojas assim procedeu em virtude dos textos coletados em *Écrits sur l'histoire*, redigidos (à exceção do prefácio à 1ª ed. de *La Méditerranée* e de *Il y a une géographie de l'individu biologique?*, de 1944) durante os anos 50 e 60 e tidos como a exposição por excelência do tipo de história exercida por Braudel. Talvez seja válido olharmos com mais cuidado para estes cadernos, principalmente em função do peso assumido pelo cativo no olhar historiográfico braudeliano. E, ao reter esta precaução, no mínimo, relativizar-se-ia a idéia de que as lições de método só vieram depois de *La Méditerranée* (AGUIRRE ROJAS 2003a, p.57). Quanto às diferentes temporalidade e à longa duração, p.ex., o historiador mexicano afirma que esta chave metodológica encontrou, “no texto de 1958, uma primeira sistematização explícita e coerente” (idem, p.27). A atenção de Paris àqueles cadernos a conduz ao reconhecimento de que a reflexão braudeliana sobre a História não surge *a posteriori* visando generalizar as conclusões de *La Méditerranée*; ela acontece simultaneamente à sua redação. A concordar com Maurice Aymard, são *démarches* que se nutrem mutuamente (PARIS 1999, p. 314-315).

<sup>3</sup> Na visão de Reis, o projeto da *nouvelle histoire* (expressão utilizada por ele) veio do “exterior da história”, sobretudo da Sociologia durkheimiana e da *Revue de Synthèse Historique* de Henri Berr (REIS, 2000, p. 56).

nova concepção da ciência histórica em meio à imersão forçada do cativo alemão anos depois. E aqui um detalhe importante: não que esta nova História fosse engendrada para dar conta *especificamente* daqueles acontecimentos. Ela estava sendo formatada a fim de que fossem vislumbrados *para além deles mesmos*, numa escala de análise que ultrapassasse seus limites obviamente dados de tempo e espaço. Uma História embalsamada em arquivos e na ingenuidade do calendário deveria ceder lugar a uma perspectiva operada segundo ritmos variados, múltiplos espaços e causas plurais. Uma História presa às armadilhas do Estado Nacional seria removida de acordo com as demandas da sociedade, a grandiosidade das civilizações e o implacável movimento da economia.<sup>4</sup>

Situação exposta, uma pista valiosa nos é dada pelo historiador José Carlos Reis: o que caracteriza uma corrente histórica frente às demais não é outra coisa senão sua representação do *tempo* (REIS 2000:9-35). Partindo deste princípio, talvez possamos, *grosso modo*, reconhecer a *título de ilustração* três possibilidades de representação do tempo que rodeavam os *Annales*:

1. as Filosofias da História, apontando o caráter apriorístico (Kant), teleológico (Comte) ou evolucionista (Hegel e Marx) do tempo;

2. a historiografia positivista, reproduzindo a concepção consagrada pela Modernidade (o tempo liso e homogêneo do paradigma cartesiano-newtoniano), investe na linearidade e sequência de acontecimentos dispostos numa “flecha do tempo” onde o destaque era dado à narrativa em torno de reis, príncipes e ministros; aos tratados diplomáticos, grandes guerras e biografias ilustres; à memorização de datas de nascimento e morte dos grandes indivíduos que fizeram a história da nação e do Estado. Assim, a “batalha de Lepanto” e a “vida de Luis XIV” são postas em relevo;

3. a concepção marxista de História, grifando o tempo das rupturas e das revoluções, os fatos históricos que marcam o rompimento radical com o poder constituído pelas estruturas precedentes. Como exemplo, a Revolução Francesa, que pôs fim ao Antigo Regime.

Neste momento, é mister destacar a tentativa de resguardar a especificidade do conhecimento histórico e a relevância da História como campo

<sup>4</sup> A hipótese de Reis é a de que a recusa dos *Annales* à História Política mascara o conteúdo e a conjuntura políticos desfavoráveis à França e à Europa de forma geral. É assim que a longa duração é engendrada: como uma *evasão* a uma situação adversa que precisava ser transposta. Em suas palavras: “É nesse contexto, portanto — de derrotas militares, políticas e individuais dos chefes políticos —, que se elabora o tempo histórico desacelerado e que desconfia de militares, políticos e grandes indivíduos. A aceleração moderna da história significou a produção acelerada de eventos, radical e sem limites, e produziu o evento maior: o fim da Europa como centro da grande história. A hipótese que se propõe é a de que Braudel foi procurar as razões desta derrota lá onde a Europa se anunciava e se construía como grande potência: no mundo mediterrânico do século XVI. Parece querer demonstrar que o que estes eventos do século XX tornaram visível já se elaborara invisivelmente desde o século XVII, na verdade. Foi, portanto, no século XVII e não no XX que a Europa começou a deixar de ser o centro da história — quando o Mediterrâneo foi substituído pelo Atlântico, os turcos não atacaram mais e o leste tornou-se desconhecido. A derrota da Europa começou no século XVII, após 1650, e o século XVI foi sua última fase de glória” (REIS, 1994, p. 92-93). Posteriormente, Daix seguiria o mesmo raciocínio, mas sua conclusão é diametralmente oposta a do historiador brasileiro: não se trata de uma fuga dos *Annales*, mas sim de um questionamento histórico a partir do tempo presente (DAIX 1999, p. 642 [1995]).

saber perante alguns "rivais". E estes não se limitavam aos acima listados, mas também àqueles que, de certa maneira, desprezavam a História. A saber: a Sociologia Durkheimiana, que propunha a naturalização do tempo humano, e a Antropologia de Lévi-Strauss, que insistia na a-historicidade dos fenômenos sociais e na irrelevância do tempo histórico (REIS, 1994). Frente a este painel, os *Annales* engendrarão uma nova representação do tempo histórico, situada entre a Física e a Filosofia, a natureza e a consciência: a *longa duração* (REIS 2005, p. 179-206).

Bastava de períodos curtos, restritos à vida e morte de um indivíduo; de rompantes definitivos que punham fim a uma época; de interpretações metafísicas e abstratas. Para além de um tempo "acontecimental", revolucionário e especulativo, os *Annales* pregarão o tempo lento das estruturas de longa duração. Esta idéia revolucionará as formas de percepção da temporalidade histórico-social, ao afastar-se de uma História vista simplesmente como um acúmulo de acontecimentos situados dentro de uma única matriz temporal (AGUIRRE ROJAS 2001). Trata-se agora da *dialética da duração*: o trinômio presente-passado-futuro dá lugar a uma articulação entre o tempo curto dos eventos, o tempo intermediário das conjunturas e o tempo longo das estruturas (REIS 1994). Em conjunto, a conformação de uma História pretensiosa e irrestrita:

## 131

Uma *grande* história significa uma história que visa ao geral, capaz de extrapolar os detalhes, ultrapassar a erudição e apoderar-se do que tem vida, com seus riscos e perigos e em suas grandes linhas de verdade (...). *Grande* história, mas também história *profunda*. A seguir meus raciocínios, esta expressão se tornará rapidamente familiar. Por ela, entendo, juntamente com alguns outros historiadores de ontem e de hoje, uma história dos homens vistos em suas realidades coletivas, na evolução *lenta* das *estruturas* (conforme a palavra da moda hoje): estrutura dos Estados, economias, sociedades e civilizações... (BRAUDEL 1997a, p. 28 [1941-44]).

### **La Méditerranée: um debate historiográfico**

É ao sabor destes ingredientes que *La Méditerranée* será construído e constituído como novo saber, tornando-se, em nossa opinião, símbolo maior de uma leitura *avant-garde* do processo histórico iniciada anteriormente por Bloch e Febvre e aperfeiçoada magistralmente por Braudel.<sup>5</sup> Nela estão presentes aspectos como: interdisciplinaridade, ampliação dos temas históricos, problematização das fontes, comparação etc. Mas o que realmente sobressai advém de um esquema tripartite, onde cada parte possui uma temporalidade que lhe é peculiar. Como ele explica no prefácio à primeira edição francesa de 1949, *La part du milieu* subjaz uma "história quase imóvel, (...) quase situada

---

<sup>5</sup> Esta interpretação é ratificada pelo próprio Febvre, sugerindo que *La Méditerranée* seja o marco que rompe com a história historizante na brecha aberta pelos *Annales* (FEBVRE, 1950, p. 224). Por sua vez, Shaw enxerga Braudel como o grande sintetizador e enriquecedor do pensamento dos *Annales* (SHAW, 1994, p. 70).

fora do tempo” construída segundo as relações homem-meio. Por sua vez, *Destins Colectifs et Mouvements d'Ensemble* remonta uma história “de ritmo lento: a história estrutural (...)” das sociedades, economias, Estados e civilizações. Por último, *Les événements, la politique, les hommes* diz respeito a história à moda tradicional, marcada pela rapidez dos eventos e pelas decisões individuais. “Uma história de oscilações breves, rápidas e nervosas”, mas também a “mais apaixonante, mais rica em humanidade e também a mais perigosa”, razões suficientes para que Braudel não fizesse questão de esconder toda sua desconfiança para com ela (BRAUDEL 2002, p. 17-18 [1966], grifo nosso).

A montagem e a exposição da obra foram resumidas de outra forma: “Temos chegado, assim, a uma decomposição da história por pisos. Ou, se assim queira, à distinção, *dentro do tempo da história*, de um tempo geográfico, de um tempo social e de um tempo individual. Ou, se se prefere esta outra fórmula, a decomposição do homem em um cortejo de personagens”. Mostrando consciência da inovação e polêmica a ela inerentes, Braudel já previa críticas quanto à dificuldade de articulação dos elementos talhados segundo a metodologia utilizada, pois logo a seguir escreve que

Talvez seja isso o que menos me perdoarão (...). *Se alguém me reprovar no sentido de que não soube reunir os elementos deste livro*, espero que encontre nele, pelo menos, as pedras convenientemente ordenadas segundo as regras de nossos canteiros (idem, pp. 18-19, grifo nosso).

132

Naturalmente que, desde 1949, muita tinta já foi gasta a propósito de *La Méditerranée*. Embora saibamos que tenha inspirado trabalhos de natureza semelhante — tais como os de Pierre e Huguette Chaunu (Pacífico e Atlântico), Frédéric Mauro (Atlântico), Vitorino Magalhães Godinho (Índico) e Pierre Jeannin (Báltico) (CARDOSO 1999, p. 8; ROMANO 1997, p. 82 [1995]) —, sua originalidade o coloca num patamar de ser, concomitantemente, um livro sem precedentes e sem seguidores. Ou, utilizando-se da perspicácia de Romano, pode-se sustentar que Braudel é o melhor dos braudelianos (ROMANO 1997, p. 79 [1995]). Dizemos isso porque, ao revisarmos a bibliografia ao seu redor, desenha-se um quadro onde as censuras são maiores que os elogios — o que é um sintoma de seu impacto, mas não deixa de ser algo curioso por tratar-se de obra consagrada pela historiografia.<sup>6</sup>

No outono da vida, em entrevista à *Magazine Littéraire* no ano de 1984, nosso investigado faria uma desabafo revelador: sentia-se intelectualmente só (BRAUDEL *apud* AGUIRRE ROJAS 2003a, p.2). Provavelmente, são duas as razões dessa solidão: ou não viu prosseguimento em relação à escrita histórica por ele exercida ou o alcance e a dimensão da mesma foram mal compreendidos.

<sup>6</sup> Aguirre Rojas também expressa certo desconforto ao constatar o paradoxo entre a popularidade de temas, conceitos e fragmentos da obra braudeliiana e a reclamação de incompreensão feita pelo próprio Braudel, bem como a vulgarização da mesma antes que seu pleno entendimento fosse atingido (AGUIRRE ROJAS 2003a, p.2).



É lícito inferir que a segunda opção tenha pesado mais em seu desabafo, já que as contestações direcionadas a *La Méditerranée, Civilization Matérielle* e (em menor grau) *L'Identité de la France* são voltadas menos em relação às conclusões empíricas do que aos fundamentos teórico-metodológicos.

Decerto que nem sempre a coerência ocorre aos seus comentaristas. Alguns chegam ao ponto de dizer que “parece-nos pouco rigoroso afirmar, indiscriminadamente, que Braudel compõe uma geohistória” (ARAÚJO 2003, p. 265). Claro está que não se pretende exorcizar as críticas — procedimento este que seria tão contraproducente quanto as interpretações demasiadamente adesionistas —, mas sim pleitear que elas devem ser pensadas com o rigor que a concepção braudeliana de História possui e merece. Contemplemos as mais recorrentes.

No longínquo ano de 1951, dois anos após a publicação de *La Méditerranée*, tem-se a impressão de que o anglo-saxão Bernard Baylin não viu ali nada de interessante, mas somente uma síntese de muitos conhecimentos cujas partes estão mal articuladas; objeto não definido; problema não explicitado; conclusão inexistente... Enfim, longe de ser uma revolução no método histórico, “os estudantes do século XVI encontrarão no livro de Braudel não mais que um sumário em três partes de um extenso corpo de conhecimento” (BAYLIN 1995, p. 350-354 [1951]).

133

Um ano depois, o sociólogo francês Claude Lefort redige algumas linhas pouco amistosas, porém construtivas, a *La Méditerranée*. Embora mencione seu esforço em superar os limites disciplinares através da história total; a historicização dos elementos geográfico, econômico e cultural; a riqueza da demonstração da interação entre o homem e o meio e a originalidade da tentativa como um todo, aponta uma posição metodológica ambígua que caminha ora entre o empirismo e a síntese, ora entre o empirismo e o racionalismo; reclama que a insuficiente definição do conceito de estrutura ocasionou a ausência da unidade de sentido entre as partes analisadas, e que o receio braudeliano para com a causalidade conduziu-o a um pontilhismo “contrário à inspiração sociológica da obra” (LEFORT 1952, p. 122-125).

Através de Dosse, a admoestação ao empirismo reaparece nos anos 90. Para ele, a organização temporal tripartite é concebida à margem de qualquer teoria, situando-se “apenas no plano da observação empírica” (DOSSE 1999, p. 175). Para ele, no entanto, a trilha de *La Méditerranée* é aberta, de fato, no campo da política: tal livro apreende um deslocamento, um descentramento do homem e de seus empreendimentos frente à sua própria historicidade conferida pelas estruturas de longa duração. Nesta operação, a Geografia tem papel central. Nem por isso deixa de ser humanismo, mas é um “humanismo organicista”.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Em seu polêmico *L'Histoire en Miettes: des Annales à Nouvelle Histoire*, Dosse atesta que “Fernand Braudel faz grande uso das metáforas organicistas. Estas revelam, ainda, a herança vidaliana de uma geografia cujas noções são constituídas a partir dos conceitos da biologia. Esse organicismo está presente na obra e não somente no plano metafórico: ‘A fraqueza de Gênova é congênita’; ‘A Europa Ocidental, minúscula e sobressaltada’; ‘As Províncias Unidas e a Inglaterra são mais nervosas, mais facilmente unificadas’; ‘É uma das razões porque o coração da Espanha bate a um ritmo mais lento que os outros’” (DOSSE 1992, p. 138 [1987]). Tivemos a oportunidade de sugerir uma outra perspectiva de leitura sobre esse aspecto (RIBEIRO 2008).



Tem-se uma História impermeável às rupturas e que torna ilusória a noção de acontecimento. É, com efeito, uma História conservadora.

Qualquer realidade social é, portanto, colocada no mesmo plano da hierarquia, da desigualdade, e só as variantes dessa lei imutável podem mudar, redundando numa sociedade ora baseada na escravidão, ora na servidão, ora no salário, mas essas soluções remetem ao mesmo fenômeno de redução à obediência de massa (DOSSE 2003, p. 51 [1987]).

Neste particular, as impressões de Reis seguem de perto as de Dosse. Para o brasileiro, Braudel é um pesquisador eurocêntrico, conservador e adepto do capitalismo: sua perspectiva temporal e a concepção da grande história apenas confirmam os valores representativos deste sistema (REIS 1994, p. 96-99). Recentemente, Reis reforçaria seu juízo ao apontar Braudel como um "intelectual orgânico desse grupo vencedor e produtor da grande história". Todavia, sua oposição política a Braudel não o impede de defendê-lo contra os ataques anteriores de Lefort. Embora concorde parcialmente com ele, adverte que sua leitura de *La Méditerranée* concentrou-se demais nas partes e nos detalhes, e sugere, em contrapartida, que uma obra pontilhista deva ser vista de uma certa distância, atentando para seu conjunto (REIS 2003, p. 114). Nisto, o brasileiro é acompanhado por Romano que, em alusão a *La Méditerranée*, aponta como *injustas* determinadas críticas detalhistas e minuciosas a uma obra que coloca o problema da história total (ROMANO 1997, p. 70 [1995]).

134

De Shaw vem a constatação de um "escasso interesse epistemológico", o que parece entrar em contradição com a confissão de que "sua fértil imaginação historiográfica o permitia enriquecer o acervo herdado com novos traços conceituais, que iriam aparecendo ao largo tanto de seus escritos teóricos como de suas obras de investigação". Isso não o impede de dizer que Braudel não articula os nexos entre os planos e ritmos contemplados em seu texto, ao mesmo tempo em que condena as teorias que privilegiam a monocausalidade na explicação da vida social — o que é apenas uma forma de desviar-se do problema (SHAW 1994, p. 67-73).

Embora Aróstegui destaque o acerto braudelianiano no reconhecimento de que o tempo cronológico não é mais que um aspecto do tempo, e não o aspecto, ele se ressentia, como Shaw, da articulação entre os tempos diferenciais conformando um tempo total. E vai além, acrescentando que o autor de *Grammaire des Civilisations* (1963) deixou uma lacuna em sua teoria ao não explicar o sentido entre o tempo físico e a percepção humana<sup>8</sup> (ARÓSTEGUI 2006, p. 287, 342 e 348 [1995]).

---

<sup>8</sup> Ainda que o próprio Aróstegui reconheça que não se aprofundará no tempo longo e nas demais teses de Braudel, a fim de não distorcemos suas idéias é mister citá-lo: "Braudel analisa tipos de realidades segundo sua 'velocidade' de mudança. Braudel não chega a apresentar uma articulação acabada entre esses tipos de mudança que conformariam o tempo 'total'. O que falta em sua teoria é a consideração donexo lógico que se estabelece entre o tempo físico e sua percepção humana: o homem tem consciência do tempo a partir do movimento, mas especialmente a partir da percepção do movimento *recorrente*, do movimento *estacionário*, de forma que o tempo só é mensurável pela

Já Fontana posiciona-se no sentido de que a arquitetura do livro supracitado constitui-se num “puro artifício literário, e que a teorização dos três tempos não foi mais que uma tentativa de racionalizá-la *a posteriori*”.<sup>9</sup> Embora “bem escrito” e “cheio de sugestões e achados parciais”, são mencionadas lacunas como o descritivismo e a falta de um fio condutor que amalgamasse suas três partes, o que indica um problema em passar a uma explicação integradora (FONTANA 1998, p. 209 [1982]). Neste ponto, Dosse lança mão de argumento semelhante — só que em direção a *Civilization Matérielle* —, registrando “alguma dificuldade em passar do descritivo ao analítico” (DOSSE 2003, p. 44 [1987]). Esta opinião é partilhada pelo anglo-saxão Christopher Lloyd, que reconhece o embaraço vivido por Braudel ao deparar-se com a teorização e a explicação das mudanças e transformações sofridas pelas estruturas. Ele também adere a Dosse no tocante à minimização dos agentes sociais na escrita histórica braudeliana, estendendo o mesmo para a influência das mentalidades (LLOYD 1995, p. 142 [1993]).

Ainda que o foco de seu livro seja a dimensão institucional do legado de Braudel, a filósofa italiana Giuliana Gemelli também discute sua contribuição epistemológica, sustentando que na origem do percurso daquele não há uma teoria ou concepção de história, mas apenas orientações que o auxiliaram a promover a exploração do terreno histórico. Sua bagagem é de ordem cognitiva, e não teórica. Lançando mão de uma frase de efeito de Valéry acerca da Ciência Moderna antes da Segunda Guerra Mundial, para quem depois do século XIX “a

135

---

relação com movimentos recorrentes” (ARÓSTEGUI 2006, p. 287 [1995]). E, embora critique Braudel e procure claramente marcar suas diferenças frente a ele no intuito de superá-lo, sua tentativa racionalista de conceitualizar o objeto histórico é atingida em cheio pelo raciocínio daquele: “Assim, pois, com efeito, percebemos que uma sociedade muda através dos acontecimentos, mas os acontecimentos não descrevem suficientemente a mudança nem dão conta completa das transformações operadas na sociedade, quer dizer, na rede de relações sociais existente previamente. É o novo sistema de relações criado por uma mudança o que verdadeiramente expressa o processo histórico operado. O verdadeiro objetivo do historiador tem de ser, pois, os estados sociais, mas para dar conta deles tem de descrever e explicar a passagem de uns para outros, ou para dizer de maneira mais rigorosa, tem de explicar estado e mudança, um por outro, a transformação ou, ao contrário, a duração de tais estados sociais. Com isso, a pergunta acerca de como se conceitualiza o histórico já tem também uma resposta precisa, ainda que seja em uma primeira aproximação: o histórico é o movimento dos estados sociais” (idem, p.318). Salta aos olhos a semelhança com a explanação contida no prólogo à segunda edição francesa de *La Méditerranée*: “Entretanto, o problema básico continua sendo o mesmo. É o problema enfrentado por toda empresa histórica: É possível apreender, de uma forma ou de outra, ao mesmo tempo, uma história que se transforma rapidamente — mudanças tão contínuas quanto dramáticas — e uma história subjacente, essencialmente silenciosa, sem dúvida discreta, quase ignorada por aqueles que a presenciam e a vivem e que suporta quase imutável a erosão do tempo?” (BRAUDEL 2002, p. 23 [1966]). Diante disso, basta dizer que o que se quer apresentar como novidade já é, há muito tempo, história...

<sup>9</sup> Em função de sua interpretação e adesão ao marxismo — não dizemos *em função do marxismo* porque acreditamos que Marx levaria Braudel mais a sério —, Fontana condenará *Civilization Matérielle* pelo fato de que, em seus três tomos, “não há sequer uma página dedicada ao salário”. Segundo ele, tal livro não merece nem ser considerado uma “obra de investigação, mas sim algo como uma *soma de leituras* sobre a qual se constrói um *edifício de elucubração teórica*”. Além disso, ao mencionar uma suposta “racionalização *a posteriori*”, reforçando sua fala anterior de que apenas alguns escritos teóricos *posteriores* a *La Méditerranée* tentariam explicar sua estrutura (FONTANA 1998, p. 208-210 [1982], grifo nosso), acaba por cair na negligência de Aguirre Rojas quanto ao alcance teórico das conferências de prisão. Por conta de uma leitura mecanicista e esquemática de Marx, que lembra em muito os manuais dogmáticos da extinta União Soviética, alguns chegam a afirmar com todas as letras “não haver objetivamente em Braudel uma concepção de história, isto é, uma concepção que seja teórica e metodológica ao mesmo tempo. O que há em Braudel é um critério de como proceder para ordenar o material histórico, mas isso é muito diferente de uma ‘concepção de história’”. Não obstante, ainda é tido como um “empirista estruturalista”... (AUED & CAMPANA 2006). Uma excelente e rigorosa aproximação encontra-se em Aguirre Rojas (AGUIRRE ROJAS 2000).

exploração prima frente à explicação”, Gemelli prossegue afirmando que as novas orientações de pesquisa são fruto de experimentações despreocupadas com as tradicionais armaduras conceituais. Face à resistência dos *Annales* a uma sistematização teórica dos procedimentos de investigação historiográfica, observa uma ambiguidade metodológica entre a vocação universalista e o aporte comparativo, traço herdado por Braudel. E, de maneira instigante, complementa dizendo que qualquer pesquisa que procurar situar, com precisão, o momento exato da revolução epistemológica braudeliana seguindo os tradicionais “antes” e o “depois” das sequências evolutivas de uma teoria, malogrará (GEMELLI 1995, p. 47-48 e 123).

Para Eliana Dutra, a percepção da temporalidade em *La Méditerranée* é algo “exógeno, exterior aos homens”, passando ao largo da noção de que o tempo é algo socialmente instituído. Sendo assim, sua impressão é a de que “é clara a preferência de Braudel por um relato natural, e não cultural, da experiência vivida”. Entretanto, na contramão de uma das críticas mais recorrentes a Braudel, Dutra crê que a ausência de unidade entre as durações não é uma fraqueza, mas uma virtude. Dupla virtude: de um lado, “vingança da história” em nome do triunfo da heterogeneidade; de outro, vitória do autor contra uma “ontologia cientificista” (DUTRA 2003, p. 66-69).

Enfim, as repreensões envolvendo *La Méditerranée* são muitas, mas cremos ser possível (e útil) resumi-las de acordo com a lista abaixo (a sequência apresentada é meramente aleatória):

- empirismo/postura empirista;
- deficiente conexão entre as partes;
- frágil articulação entre os ritmos temporais;
- delimitação imprecisa do objeto;
- ausência de sujeitos históricos.
- restrição à liberdade humana;
- determinismo geográfico;

Do outro lado, os elogios situam-se nos seguintes tópicos:

- identificação de ritmos históricos plurais;
- ineditismo e abundância documental;
- associação espaço-tempo;
- pluricausalidade do processo histórico;
- variedade de temas abordados;
- interdisciplinaridade.

### **A concepção braudeliana de História**

Definitivamente, não conseguimos ver Fernand Braudel como um praticante de uma ciência social empirista. Para quem trabalhou de perto com Eric Hobsbawm

(RIBEIRO 2004) e formou-se no âmbito da tradição geográfica, não é difícil perceber o avanço epistemológico promovido por aquele no seio das Ciências Humanas. Claro está que Braudel nunca mostrou-se disposto a aproximar-se da Filosofia, e sabemos bem de sua desconfiança para com as Filosofias da História. Mas não podemos olvidar que a primeira metade do século XX é a época em que as Ciências Sociais ocupam o lugar, antes consagrado à Filosofia, de matriz explicativa do desenvolvimento social em sua totalidade. Com seus procedimentos concretos, objetivos e práticos (trabalhos de campo, levantamento de dados, aplicação de questionários, mapeamento, técnicas arqueológicas e paleográficas etc.) de notória utilidade junto aos Estados Nacionais, empresas e institutos de opinião, Geografia, Sociologia, Economia, Antropologia e História acabam por assumir o panteão do conhecimento — em detrimento da meditação ontológica, metafísica e especulativa. A segunda metade do século XX só veio consolidar este movimento, exposto para quem quisesse ver pela profunda crise das metanarrativas modernas e do paradigma cartesiano-newtoniano alavancada pelos pós-estruturalistas franceses durante as décadas de 60 e 70.

É nessa conjuntura que devemos situar o estatuto assumido pela teoria, *estatuto decisivamente modificado quando incorporado aos esquemas discursivos específicos à epistême das Ciências Sociais*. Trata-se, portanto, de um novo código de enunciação e representação de mundo onde *a teoria não detém a centralidade nem o caráter fundante que outrora eram encontrados quando da supremacia da Filosofia na construção do conhecimento*. Evidentemente, tal opção acarretou uma gama de problemas às Ciências Sociais, com destaque para os constantes questionamentos relativos à sua condição de *ciência* — questionamentos que, atualmente, parecem não ter mais a relevância de antes.

Do ponto de vista aqui adotado, é neste cenário que se inscreve a dimensão teórica na obra braudeliana.<sup>10</sup> Se a longa duração é, indubitavelmente, uma possibilidade de releitura do tempo cronológico; se a geohistória é a articulação do espaço com o tempo (RIBEIRO, 2006); se existe a apreensão do passado não como algo pronto e acabado, mas como um objeto a ser problematizado; articulação passado-presente; preocupação em comparar épocas e escalas diferentes; busca de explicações pluricausais dos fenômenos... Acaso estes elementos não servem como fundamento teórico-metodológico? Não transpõem os limites do empírico? Não representam uma nova atitude diante da história das sociedades quando confrontados à historiografia positivista?<sup>11</sup> Pode-se argumentar, legitimamente,

<sup>10</sup> Em texto escrito como resenha do livro *La Géographie Humaine*, de Le Lannou, há uma passagem em que ele mesmo parece ter noção disso. Reclamando exatamente da fragilidade conceitual e das definições simples encontradas naquele, professará que “Geógrafos ou historiadores, uma vez que filosofamos sobre nosso ofício, *nosso estilo concreto e muito claro nos trai*. Regra inelutável: este livro rápido oculta seu pensamento ou, o que quer dizer o mesmo, clarifica-o com muita habilidade. Daí a necessidade de um esforço para bem discerni-lo” (BRAUDEL 1951, p. 487, grifo nosso). Curioso é perceber que — como vimos há pouco — Braudel também foi alvo de críticas dessa natureza!

<sup>11</sup> O historiador francês Pierre Vilar parece dizer a mesma coisa, mas com outras palavras. Segundo ele, Braudel tornou sua, em todos os níveis, a sociedade do século XVI, mantendo-a viva por intermédio

que Braudel não os esclareceu suficientemente, deixando em aberto o mecanismo de funcionamento da associação entre os tempos que ele reconheceu na dialética da duração, bem como as relações entre os variados fenômenos da vida social e suas temporalidades (AGUIRRE ROJAS 2003a, p.26-27). Igualmente, pode-se argumentar que sua teoria encontra-se no limite do empírico ou ressaltar, com latente ironia e desdém, a beleza de sua narrativa literária. Mas acusá-lo de empirismo indica uma compreensão distorcida da totalidade de uma obra que admite notável coerência no interior de sua formulação, encontrada desde as conferências de prisão na década de 40 ao derradeiro *L'Identité de la France* nos anos 80.

Esclareçamos a defesa acima: *La Méditerranée* é, ao nosso gosto, demasiadamente descritivo, embora não deixe de ser analítico. O motivo seria o predomínio que a *démarche annaliste* confere à ciência histórica, focalizando o *como* em detrimento do *porquê*, conforme propõe Dosse? (DOSSE 1992, p. 96 [1987]). Difícil precisar. De qualquer forma, a não ser que se queira adotar um viés mecanicista e dicotômico, uma abordagem descritiva não significa desdém com a teoria, nem tampouco adesão ao empirismo. Nesse sentido, Aguirre Rojas abre uma trilha interessante ao tentar explicar a concepção *annaliste* de História em termos civilizacionais, sugerindo que o floreio literário, a leveza e a abertura de idéias sejam elementos típicos da civilização mediterrânea católica, em contraste com a ortodoxia, a ênfase filosófica, a preocupação teórico-metodológica e os rigores da civilização anglo-saxã protestante (AGUIRRE ROJAS 2004, p. 23).<sup>12</sup>

Este é um dado a ser levado em consideração, já que não existe produção científica que possa ser analisada fora do enraizamento cultural que a animou. Mas a questão fulcral aqui é a de que, por mais que a narrativa braudeliana seja descritiva, a ponto de, no limite, ser tomada como empirista, existe por trás dela um embasamento epistemológico que a sustenta: as estruturas de longa duração. A história humana é, para Braudel, uma história total, que ocorre nas escalas local, regional, nacional e mundial e admite temas como economia, sociedade, política e ambiente, mas também mobiliário, vestimenta, agricultura,

---

"de uma pesquisa concreta, mas não empírica, na medida em que sistematizada por sua luta pela problemática contra o positivismo historizante, pelo fato maciço contra o fato exato, pelo escrúpulo verdadeiro contra a falsa erudição" (VILAR 1976, p. 162-163 [1973]).

<sup>12</sup> Uma das riquezas investigativas deste pesquisador consiste exatamente em aplicar os procedimentos metodológicos dos *Annales* e de Braudel sobre eles mesmos, tais como comparação, interdisciplinaridade, dialética da duração, história total, história-problema etc (cf. AGUIRRE ROJAS 2003, 2003a, 2004). Isso o leva a leituras como a que se segue: "De um lado, tem-se a sensibilidade cultural de origem germânica, carolíngia, protestante, pouco barroca e norte-européia, flagrantemente teórica, reflexiva e filosófica, cuja característica é aproximar-se intelectualmente dos temas e problemas que aborda. Seu discurso, calcado numa argumentação austera e econômica no uso da linguagem, se define como um discurso elaborado de maneira individual e auto-reflexiva, apoiado numa estrutura cultural predominantemente escrita e difundida de maneira autônoma e impessoal, mais analítica, densa e pouco literária. De outro, encontra-se a sensibilidade de matriz romana ou helênica, merovíngia, contra-reformista, barroca e mediterrânea, caracterizada por uma aproximação mais empirista e intelectual dos objetos que estuda. Sua reflexão é mais reiterada e florida, voltando várias vezes a um mesmo ponto e construindo o discurso de modo mais comunitário e coletivo, a partir de uma tradição oral de comunicação direta. Esse discurso resulta muito mais livre, inventivo e mais vinculado ao exemplo e ao caso concreto; é mais literário e mais recheado de representações plásticas e de imagens que encarnam a idéia ou tese que se procura demonstrar" (AGUIRRE ROJAS 2004, p. 23).



técnica etc. Tais temas não podem ser vistos separadamente, e constituem, em conjunto, uma história global, mas nunca uma história feita exclusivamente por um grupo a partir de um *topos* privilegiado. A atividade dos homens se mistura em ritmos temporais diversos onde a inscrição espacial é fundamental para o desenrolar da ação humana, e nunca em uma sequência de acontecimentos dispostos segundo uma linha evolucionista e cronológica que aponta inevitavelmente para um futuro pré-concebido, onde o espaço é apenas um receptáculo imutável e passivo.

Não; o teatro da história não é liso e impermeável aos obstáculos. Ele é rugoso e denso de armadilhas. Os homens não constroem sua história facilmente. Precisam levantar casas e diques para transpor as recorrentes imposições climáticas; domesticar plantas e animais; lidar com a indisposição inicial colocada pelo espaço para a circulação de pessoas, mercadorias e informações; ser criativos para, com o incremento demográfico, sustentar a população diante de epidemias e falta de alimentos; afastar os preconceitos com a alteridade para permitir o intercâmbio cultural; refrear o impulso expansionista se quiser respeitar o espaço alheio. E ainda assim as dificuldades permanecem, porque a história não é somente mudanças atrás de mudança, destruição atrás de destruição, superação integral das características de uma época que parece já ter passado.<sup>13</sup> Ela é inovação que, ao surgir, herda traços do período anterior. Não é algo inexpugnável, embora possua feições efêmeras e rápidas, como os *trailers* do cinema que nos contam apenas fragmentos do filme.<sup>14</sup>

139

Braudel leva o passado às últimas consequências, e sua definição de História privilegia, com efeito, aquilo que permanece. São, entre outros, hábitos, valores, paisagens e civilizações que *resistem* às agruras dos eventos e das conjunturas. A qualificação de *histórico* é conferida preferencialmente àqueles aspectos que, dentre as possibilidades de escolha levadas adiante pelas sociedades no decorrer do tempo, perduraram. A História em si é algo composto por elementos difíceis de ceder. Lentos, morosos e sólidos, podem até mesmo passar despercebidos frente à gradual fugacidade da vida moderna. Mas é função do historiador resgatar e fazer valer aquilo que todos querem esquecer. Então, à aceleração dos acontecimentos no século XX confronta-se uma estrutura profunda e longínqua cujo papel é precisamente explicá-la e dotá-la de seu pleno sentido histórico. Não se trata de negligenciar as mudanças, imobilizando o processo histórico num

<sup>13</sup> É o próprio Braudel quem admite este traço estrutural e persistente do espaço geográfico, atuando de forma categórica na velocidade do tempo histórico: "Esperávamos encontrar neste material [arquivos históricos] a medida conjuntural do espaço físico peculiar ao século XVI, mas podemos adivinhar, antes mesmo de terminarmos nossa análise, que tal espaço se mantém constante; nos encontramos, uma vez mais, em presença de um traço estrutural persistente. O homem pode atacar o espaço como melhor lhe pareça, fazer saltar em pedaços os remos das galeras reforçadas, arrebentar os cavalos das carruagens ou imaginar, quanto o vento é favorável, que voa sobre o mar — mas o tempo lhe resiste opondo sua inércia e vingando-se diariamente de seus êxitos ocasionais" (BRAUDEL 2002, p. 491 [1966]).

<sup>14</sup> "Mensurem os eventos que quiserem, e ficarão impressionados com sua brevidade! Todos eles dão exatamente a impressão de *trailers*, destes cortes de filmes novos projetados nas salas de cinema para anunciar o programa da semana seguinte. Por mais surpreendentes que sejam, estes *trailers* jamais nos contam um filme inteiro, *toda* uma história. Eles a anunciam e a sugerem, mas cabe a nós imaginá-los" (BRAUDEL 1997a, p.32 [1941-44]).



conformismo absoluto, mas sim admitir que estas só podem ser entendidas com as permanências. A natureza da mudança histórica não estava contida no evento, no acontecimento rápido e provocador de rupturas — tal como a Revolução Francesa, que Braudel minimizava porque revolução inscreve-se, por excelência, no tempo curto, mas sim nas transformações quase imóveis e imperceptíveis ocorridas nas estruturas de longa duração.

Portanto, o que é a História? Não é nem a ciência do passado nem a que transcreve documentos, mas sim a que explica as temporalidades dos fenômenos e suas relações uns com os outros. E o que é o presente? É uma realidade tão inescapável quanto o passado e, embora seja fugaz, sua particularidade reside no fato de ser a reunião do passado e a janela do devir. E o que é o processo histórico? Ele não significa continuidade e sequência, mas sim descontinuidades; não significa rupturas e revoluções, mas permanências. Nesse sentido, pode-se dizer que a história é um peso que as sociedades mesmas forjaram, mas do qual elas não escapam assim tão facilmente. A história é onipresente, mas apenas na medida em que os traços permanecem na paisagem, os homens repetem seus ritos e tradições, a natureza é um obstáculo constante. É claro que, após a ampliação documental promovida pelos *Annales*, tudo tornou-se objeto legítimo da História — e Braudel segue à risca essa “regra”. No entanto, sua predileção diz respeito àquilo que é durável, constante, repetitivo. O que os homens continuam a fazer no século XX e que não pode ser considerado novidade, posto que já o faziam no século XV?

Assim, Braudel arquiteta não um plano histórico ideal tal como as Filosofias de História se esforçaram em elaborar, mas uma concepção coerente da História como ciência. Não é uma teoria complexa sobre a natureza do tempo histórico nem, tampouco, uma explicação detalhada de como as diversas temporalidades se relacionam precisamente entre si. Na esteira da suspeita das Ciências Humanas para com a Filosofia e substituindo a construção de teorias por noções mais simples que possam servir como recurso metodológico ou, no máximo, como modelo, reconhecer e insistir que a história admite ritmos e descontinuidades — e que, portanto, pode ser apreendida fora da tradicional sequência cronológica — é uma perspectiva assaz fértil quando se trata de compreender a dinâmica da vida social, as diferenças de enfoque entre as ciências e os empecilhos relativos aos projetos interdisciplinares.

Nessa *démarche*, porém, a proposta não se limita apenas a reconhecer a pluralidade do tempo e suas velocidades. Num plano mais amplo, ousaríamos dizer que *o que está sendo questionado é a própria concepção moderna de processo histórico*. Tal como ele fora elaborado por Comte, Hegel e Marx (e, naturalmente, a despeito das diferenças entre eles), o passado era algo a ser superado; grosso modo, “deixado para trás”. Comte pode mesmo ser considerado um anti-historicista. O “estado positivo” seria a consagração da ciência, da indústria e do Estado, com os estados “teológico” e “metafísico” não passando de períodos ingênuos e imaturos do conhecimento humano que deveriam ser esquecidos (COMTE 1983 [1844]). Para Hegel, Napoleão encarnava

o “Espírito do Mundo” que varreria a Europa do domínio nefasto da Igreja e do que sobrara da Idade Média, implantando o Estado e o Capital como permanentes e universais. A História acabava ali (MÉSZAROS 2002). A seu turno, na medida em que os homens eram escravos de seu próprio trabalho, Marx via o mundo mergulhado em sua *pré-História*. A emancipação *histórica* deste estado de coisas só viria com o Socialismo, arruinando de uma vez por todas o modo de produção capitalista (MARX & ENGELS s/d a [1846], s/d [1848]).

Para Braudel, o processo histórico deve ser concebido fundamentalmente de maneira *cumulativa*. Falar em durações diferentes significa incorporar a multiplicidade de camadas, níveis e aspectos históricos. Não há rompantes e, tampouco, fator exclusivo que domine a explicação histórica. A escala privilegiada onde se desenrola a vida humana é o mundo, e seus diversos atores (camponeses, comerciantes, banqueiros, cientistas, escritores, reis...) contribuem, cada qual à sua maneira, para a constituição de uma rede social onde *interdependência* é palavra-chave. Não, a sociedade não é igualitária: através da longa duração, a história se apresenta no tempo e no espaço de forma desigual, mas nem por isso possui heróis ou vilões. Não há um projeto civilizatório ou missão redentora a despontar no horizonte histórico. A ênfase braudelianiana recai nas dimensões econômica e social, mas também estão presentes conflitos territoriais, disputas religiosos, lutas contra ambientes inóspitos, ascensão e queda de grandes cidades, divergências de idéias, soluções e problemas agrícolas, aspectos populacionais etc. De fato, a *longue durée* o desacelera, mas não há interrupção do processo histórico: trata-se de algo aberto e em constante, porém lenta, construção. Ela pode, mesmo, soar como uma evasão, mas isso é tão somente um recuo para captar com mais lucidez de sentido o peso da história sobre o presente. Afinal, a história não se reverte assim tão facilmente.

141

### Referências Bibliográficas

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Bloch a Foucault (1921-2001)**. Maringá: Eduem (2000).
- . **Tempo, Duração e Civilização: Percursos Braudelianos**. São Paulo: Cortez (2001).
- . **Braudel, o mundo e o Brasil**. São Paulo: Cortez (2003).
- . **Fernand Braudel e as Ciências Humanas**. Londrina: Eduem (2003a).
- . **Uma História dos Annales (1921-2001)**. Maringá: Eduem (2004).
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. **Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza**. Rio de Janeiro: DP&A (2003).

- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. Bauru: EDUSC (2006 [1995]).
- AUED, Idaletto Malvezzi, CAMPANA, Samya. Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana. **Cadernos de História** (UFU), Universidade Federal de Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 1-22 (2006).
- BAYLIN, Bernard. Braudel's Geohistory – a Reconsideration. In: HUNT, Lynn, REVEL, Jacques, (ed.). **Histories: French Constructions of the Past**. New York: W.W. Norton & Company (1995 [1951]).
- BRAUDEL, Fernand. Géohistoire: la société, l'espace et le temps. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). **Les ambitions de l'histoire**. Paris: Éditions de Fallois (1997 [1941-44]).
- . Trois définitions: l'événement, le hasard, le social. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). **Les ambitions de l'histoire**. Paris: Éditions de Fallois (1997a [1941-44]).
- . La géographie face aux sciences humaines. **Annales ESC**, VI année, n° 4 (1951).
- . **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo em la época de Felipe II. Tomo Primeiro**. México: Fondo de Cultura Económica (2002 [1966]).
- . **Escritos sobre a História**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva (2005 [1969]).
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus (1999).
- COMTE, Augusto. Discurso sobre o espírito positivo. In: COMTE, Augusto. **Seleção de Textos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural (1983 [1844]).
- DAIX, Pierre. **Fernand Braudel: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record (1999 [1995]).
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrânico: Fernand Braudel e as voltas da História. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: Tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos "Annales" à Nova História**. Campinas: Editora da Unicamp/Ensaio (1992 [1987]).
- . L'histoire sociale "à la française" à son apogée: Labrousse/Braudel. In: DELACROIX, Christian, DOSSE, François, GARCIA, Patrick. **Les courantes historiques en France – XIX-XX Siècles**. Paris: Armand Colin (1999).
- . O traje novo do presidente Braudel. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: Tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003 [1987]).
- FEBVRE, Lucien. Un livre qui grandit: La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. **Revue Historique**. Tome CCIII, 74º année (1950).
- FONTANA, Josef. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc (1998 [1982])

- . **História dos Homens**. Bauru: Edusc (2004 [2001]).
- GEMELLI, Giuliana. **Fernand Braudel**. Paris: Odile Jacob (1995).
- LAI, Cheng-chung. **Braudel's historiography reconsidered**. Maryland: University Press of America (2004).
- LEFORT, Claude. Histoire et sociologie dans l'oeuvre de Fernand Braudel. **Cahiers internationaux de Sociologie**, Vol. XII (1952).
- LÉVÊQUE, Pierre. História Política. In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago (1993).
- LLOYD, Christopher. **As Estruturas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1995 [1993]).
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. **Textos – Volume 3**. São Paulo: Edições Sociais (s/d [1848]).
- . **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Moraes (s/d a [1846]).
- MÉSZÁROS, István. A quebra do encanto do "capital permanente universal". In: MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Campinas: Boitempo (2002).
- PARIS, Erato. **La genèse intellectuelle de l'oeuvre de Fernand Braudel**. Athènes: Institute de Recherches Néohelléniques/FNRS (1999).
- REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática (1994).
- . **Escola dos Annales — a Inovação em História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (2000).
- . A temporalidade e os seus críticos. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: Tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).
- . **História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2005).
- RIBEIRO, Guilherme. **As apropriações do espaço no pensamento de Eric Hobsbawm: a epistemologia da Geografia vista sob o olhar do outro**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF (2004).
- . Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história. *Geographia*, n.15, ano VIII, jun. (2006).
- . **Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a Geografia na obra de Fernand Braudel**. Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF (2008).
- ROMANO, Ruggiero. **Braudel y nosotros. Reflexiones sobre la cultura histórica de nuestro tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica (1997 [1995]).

SHAW, Carlos Martínez. Fernand Braudel: el cenit de la escuela de los Annales. **Revista de Occidente**, Madrid, Comercial Atheneu, nº 152, enero (1994).

VIEIRA, Rosângela de Lima. **Fernand Braudel: a relação do método historiográfico e o conhecimento histórico**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2002).

# O passado despedaçado: o espectro da fragmentação profissional na historiografia norte-americana (c.1980-c.1990)\*

The shattered past: the specter of professional fragmentation in American historiography (c.1980-c.1990)

---

**Arthur Lima de Avila**

Doutor

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

arthurlavila@gmail.com

Rua Gonçalo de Carvalho, 474/601 - Independência

Porto Alegre - RS

90035-170

Brasil

---

## Resumo

Este artigo trata das reações dos historiadores norte-americanos à presumida fragmentação de sua disciplina durante as décadas de 1980 e 1990, supostamente causada pela emergência da Nova História Social e dos chamados "estudos particularistas". O texto atenta principalmente para algumas das diversas tentativas de se escapar de tal situação e dos diversos chamamentos a sínteses capazes de dar conta da ampla especialização disciplinar daquele período. Da mesma maneira, este trabalho busca analisar algumas das repercussões políticas desta fragmentação, já que alguns historiadores viram nela a dissolução de uma história nacional única, botando em risco, assim, para a própria identidade nacional dos Estados Unidos.

145

## Palavras-chave

Conhecimento histórico; Historiografia norte-americana; Fragmentação.

## Abstract

This article deals with the reactions of some American historians to the presumed disciplinary fragmentation of the 1980s and 1990s, allegedly cause by the emergence of the New Social History and of the so-called "particularist studies". The text pays attention to some of the various attempts of escape from such a situation and to the many calls to syntheses capable of dealing with the wide disciplinary specialization of that time. Similarly, this works aims to analyze some of the political repercussions of this fragmentation, since some historians saw in it the dissolution of a single national history, thus jeopardizing the very national identity of the United States.

## Keyword

Historical knowledge; American historiography; Fragmentation.

---

Enviado em: 08/12/2009

Aprovado em: 15/01/2010

---

\* Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



“Não havia rei em Israel e cada um fazia o que era certo aos seus olhos”, escreveu Peter Novick (1988, p. 573), citando a Bíblia, para referir-se ao estado da historiografia norte-americana em fins da década de 1980. Segundo ele, a crise da disciplina havia atingido um grau tão intenso que não havia mais um centro comum à história. Pelo contrário, a multiplicidade de objetos e abordagens havia erodido o antes tão comum sonho de uma história universal, capaz de falar a todos os estadunidenses (NOVICK, 1988, p. 573-600).

Vários foram os diagnósticos para este aparente fim da História: “burocratização”, “superespecialização”, “abandono dos enfoques tradicionais”, “politização”, “falta de postos de trabalho” e a “crescente necessidade de publicação” foram apenas alguns dos problemas mencionados pelos historiadores. Aliado a estes, também estava o temível espectro do “multiculturalismo”, com suas “ameaças” à identidade nacional norte-americana. Em suma, dependendo de quem estivesse falando, um apocalipse historiográfico parecia eminente (TYRRELL, 2000, p. 371-393). “O fim está próximo”, pareciam gritar os pregadores do desastre vindouro!

Mas, enfim, o que estava por trás destes alarmes? Qual o motivo para se pensar que a historiografia norte-americana estava em crise? O objetivo deste artigo é buscar compreender como os historiadores dos Estados Unidos entenderam este fenômeno e algumas das soluções que eles tentaram encontrar para este problema, levando em consideração dois pontos: as novas demandas políticas e sociais que induziram a disciplina à “crise” e a contínua, e aparentemente infrutífera, busca por sínteses que pudessem recuperar o caráter supostamente “unitário” da história estadunidense.

146

### **O Fim do Consenso**

Na década de 1970, o chamado “consensualismo historiográfico” norte-americano chegou ao fim. A Guerra do Vietnã, o Movimento pelos Direitos Civis, os conflitos estudantis dos anos 1960 e o escândalo de Watergate minaram a ideia de que existia um conjunto de valores políticos e ideológicos comuns a todos os estadunidenses. Durante os decênios anteriores, autores como Arthur Schlesinger, Jr., Daniel Boorstin, Oscar Handlin, Louis Hartz e David Potter defenderam a opinião de que a história dos Estados Unidos estaria livre dos grandes conflitos ideológicos que sacudiram a Europa e que, de uma maneira ou outra, existia um consenso sobre as benesses do capitalismo e da democracia representativa. Em outras palavras, a história norte-americana era vista como livre de conflitos, fiadora de uma tradição política liberal que rejeitava extremismos políticos e que negociava suas dissensões internas. Assim, uma suposta harmonia entre posições divergentes acabava predominando (NOVICK, 1988, p. 333-335).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O termo “consensualismo” apareceu primeiro em um texto crítico de John Higham (1967), que exortava estes autores a enxergarem além deste “consenso”, recuperando algumas das tensões sociais e políticas da história do país. O âmbito deste suposto consensualismo ainda continua em discussão, entretanto. Ver FITZPATRICK, 2002.

Os primeiros sinais de que o tão propalado consenso havia chegado ao fim vieram com diversos protestos universitários, começando com o de Berkeley, em 1964, e culminando com os de Columbia e Cornell, nos três anos seguintes. Para além de seus motivos políticos mais amplos (como o fim da Guerra do Vietnã), aqueles que protestavam tinham uma forte motivação acadêmica: a democratização da nomeação de docentes, mudanças nos currículos, principalmente no âmbito das Humanidades, e a criação de processos para a efetiva integração universitária das diversas minorias étnicas e sociais, incluindo cotas de admissão. Aos olhos dos conservadores, que encaravam estas demandas com desconfiança e desgosto, os Estados Unidos pareciam estar ruindo; para os progressistas, que as defendiam, o preâmbulo da Declaração de Independência do país ainda não havia sido efetivamente posto em prática.<sup>2</sup> Surgia, assim, a chamada *New Left*.<sup>3</sup>

Esta “nova esquerda” não representava, contudo, uma ruptura imediata com o consensualismo historiográfico – ou, como chamou Ian Tyrrell (1986, p. 9), com a “historiografia liberal”. De certo modo, ela estava justamente enquadrada por este discurso consensualista. Suas propostas eram “expandir a democracia norte-americana”, realizar plenamente a Constituição e a Declaração de Independência e recuperar as possibilidades de radicalismo político inerentes à história dos Estados Unidos (neste caso, por exemplo, a Revolução de 1776 era vista como o primeiro passo de um radicalismo democrático mais tarde sufocado e apagado). Como afirma Tyrrell (1986, p. 124):

What is most striking about early radical history in retrospect is not its daring innovation, but its conformity with traditional topics and methods. (...). This meant locking horns with the liberals on their own ground of established historical debates derived mostly from the liberal problematic and national political issues. It meant accepting the conceptualization and periodization imposed by the liberals themselves.<sup>4</sup>

147

Neste caso, esta “nova esquerda” continuou escrevendo suas histórias dentro da antiga tradição objetivista e empiricista da historiografia norte-americana. Alguns radicais, como Jesse Lemisch, atacavam as interpretações anteriores justamente por sua “imparcialidade” e demandavam o aumento do escopo historiográfico nacional para a *incorporação* das narrativas radicais dentro da Grande Narrativa dos Estados Unidos. Apesar de algumas posições heterodoxas,

<sup>2</sup> “Nós consideramos estas verdades autoevidentes, que todos os homens nasceram livres e foram dotados por seu criador de certos direitos inalienáveis, entre eles a vida, a liberdade e a busca pela felicidade”.

<sup>3</sup> O termo “nova esquerda” foi criado para diferenciá-la da “velha esquerda” comunista e fiel ao Partido Comunista norte-americano. Segundo os novos esquerdistas, a antiga ortodoxia marxista não conseguia mais explicar os problemas que assolavam o país, principalmente por causa de sua recusa em considerar questões de gênero e raça tão ou mais importantes quanto a luta de classes. Do mesmo modo, eles acusavam os comunistas da velha guarda de manterem uma posição tibia quanto à Guerra do Vietnã e de manterem uma lealdade cega aos preceitos de Moscou, sem capacidade crítica em relação ao stalinismo, por exemplo. Ver WIENER, 1989, p. 399-434. Já segundo Richard Rorty (1999, p. 75-110), a gota d’água para esta esquerda foi a negação de assento aos “democratas livres” na convenção de 1964, dada sua plataforma extremamente anti-segregacionista e a necessidade de manter o “Sul profundo” (racista e xenófobo) sob domínio democrata, e a resolução do Golfo de Tonkin, no mesmo ano, que iniciou o conflito no Vietnã e foi apoiada por alguns esquerdistas da velha guarda. A partir deste momento, a nova esquerda rompeu definitivamente com seus antecessores políticos.

<sup>4</sup> “Em retrospecto, o que é mais chocante sobre a antiga história radical não é sua inovação, mas sua conformidade com tópicos e métodos tradicionais. (...). Isto significava brigar com os liberais em seu próprio terreno de debates históricos estabelecidos, derivados principalmente da problemática liberal e dos assuntos políticos nacionais. Isto significava a aceitação da conceitualização e periodização imposta pelos próprios liberais”.

ao menos aos olhos da academia estadunidense, a base do empreendimento da *New Left* era a mesma de seus opositores: a fé no caráter objetivo e científico do conhecimento histórico. Ademais, suas convicções menos “perigosas” podiam facilmente ser incorporadas pelo status quo, como a ideia de que a história deveria ser vista “de baixo pra cima”, por exemplo, naquilo que Novick (1988, p. 461) chamou de “*restrição através da incorporação parcial*”.

Sob este ponto de vista, esta chamada “Nova História Social”<sup>5</sup> deu vazão às demandas historiográficas dos grupos marginalizados: negros, latinos, imigrantes pobres e mulheres agora demandavam não só a escrita de novas histórias, mas se auto-atribuíam o direito *exclusivo* de fazê-lo. Não se tratava somente de rejeitar as antigas narrativas centradas nos “grandes homens brancos mortos”, mas a própria legitimidade dos antigos modelos acadêmicos de história. Deste modo, a década de 1970 foi profícua na elaboração de metodologias que tentavam escapar à “dominação” etnocêntrica na academia: a história oral, a etno-história, a adoção de aportes teóricos da crítica literária e do desconstrucionismo francês. De um modo ou de outro, estes grupos tentavam recuperar uma história “intocada” pela dominação narrativa dos grupos dominantes; as suas histórias deveriam servir aos seus próprios interesses morais e políticos (APPLEBY, HUNT & JACOB, 1994, p. 190-237).

Estas demandas criaram um profundo impasse dentro da profissão, na medida em que as afirmações de histórias “particularistas” iam de encontro às pretensões universalistas de boa parte da historiografia norte-americana, inclusive das da *New Left*. Antes considerada como um edifício, onde cada historiador assentava seu próprio tijolo, a história norte-americana agora parecia como um retrato fragmentado, sem possibilidade de ser unificado em torno de algum tema em comum (MEGILL, 2007, p. 159-164). Nas palavras de Novick (1988, p. 469), cada grupo era agora seu próprio historiador.

Para além de objetos particulares, os novos métodos e abordagens surgidos na década 1970, como a cliometria e as histórias culturais, por exemplo, provaram cada vez mais difíceis de serem reconciliados. Antes de serem empreendimentos levados a cabo por colegas, pareciam disciplinas em si mesmas, como colocou Megill (2007, p. 161), e contribuíram para que um pessimismo cada vez maior se assentasse entre os historiadores. Dito de outro modo, a super-especialização ensejou um processo de “fatiamento” do processo histórico em versões díspares e praticamente impossíveis de serem sintetizadas.

---

<sup>5</sup> O termo “Nova História Social” surgiu ainda na década de 1960 e foi utilizado para diferenciar entre os trabalhos desta nova historiografia e a chamada “História Social” dos anos 1920 e 1930, principalmente. Esta última, em geral, estava sob a sombra da chamada História Progressista e preocupava-se com mudanças sociais de curta duração e com os chamados “costumes” da sociedade norte-americana. Se em seus melhores momentos ela antecipou alguns dos temas e objetos mais tarde tratados pela Nova História Social, em seus piores ele evitou questões relacionadas à conflitos de poder, principalmente os de classe, e construiu uma “história com a política deixada de lado” (*history with the politics left out*), para usar a expressão de Peter Novick (1988, p. 178-180). De qualquer modo, muitos dos jovens historiadores ligados à Nova História Social não reconheciam esta ligação com seus antecessores por motivos políticos mais profundos, daí a insistência em sua novidade.

A história parecia, realmente, estar em migalhas.<sup>6</sup>

Chegamos, portanto, ao temível espectro da “fragmentação” da disciplina. Se até os anos 1960 ela era entendida como ocorrendo somente no nível institucional, com o surgimento de campos diversos, a partir da década de 1970 ela passou a ser vista como a eventual desintegração da profissão. Como bem apontou Ian Tyrrell (2000, p. 374-375), nesta conjuntura de “superespecialização”, aumentou-se o número de exortações por “sínteses” que pudessem unificar a aparentemente despedaçada história nacional, isto é, trabalhos que conseguissem sumarizar os novos desenvolvimentos historiográficos estadunidenses. Um número cada vez maior de historiadores começou a ponderar sobre os rumos da profissão e a necessidade de se retomar a preocupação com histórias que pudessem falar ao grande público e que escapassem à armadilha da “super-especialização”.

### O “passado obliterado”

Não tardou para que estes temores sobre o futuro da historiografia norte-americana chegassem às mais altas instâncias profissionais. Se nos anos 1970, ainda restava uma certa esperança, ainda que tibia, sobre o caráter unitário da disciplina, no começo da década seguinte, ela erodiu consideravelmente. Em 1982, em seu discurso de despedida como presidente da *American Historical Association* (AHA), Bernard Baylin, respeitado professor de História Colonial em Harvard, expôs para seus pares o “desafio da historiografia moderna”. Segundo ele, a superprodução historiográfica “havia obliterado o conhecimento sobre o passado”, impedindo sua iluminação pelos historiadores. O que restava era apenas uma “massa amorfa” de informações sobre o passado, impossível de ser condensada em uma única interpretação coerente (BAYLIN, 1982, p. 4).

O problema principal para Baylin (1982, p. 5-6) era, contudo, a substituição das antigas narrativas generalistas por abordagens “técnicas” dos objetos. Os avanços metodológicos e as novas e sofisticadas técnicas de pesquisa, por mais necessários que fossem, haviam sido fetichizados pelos historiadores e, em consequência disto, as antigas narrativas que davam significado aos acontecimentos haviam sido minadas e desacreditadas. Para a tristeza do historiador, nenhuma nova grande estrutura narrativa havia surgido para unificar esta historiografia “técnica” em torno de um eixo comum (BAYLIN, 1982, p. 7).

A possível solução encontrada por Baylin (1982, p. 7-9) não era o abandono destes “trabalhos analíticos”, mas a manutenção de uma perspectiva sintética por parte dos historiadores, através de trabalhos que, em suas próprias palavras, “*explain some significant part of the story of how the present world come to be the way it is*”.<sup>7</sup> Só assim a disciplina poderia manter sua coerência interna, afastando o fantasma da fragmentação.

No ano seguinte, o sucessor de Baylin, Philip Curtin, continuou com as lamentações sobre o declínio de uma profissão “unificada” em direção a um estado

<sup>6</sup> A expressão “história em migalhas” é do francês François Dosse (1992).

<sup>7</sup> “Explicar uma parte significativa da história de como o mundo atual tornou-se o que é”.

fracionado. Para Curtin, entretanto, o problema não era somente historiográfico: era político. A superespecialização afastava os historiadores do grande público e, com isso, seu poder de influenciar a sociedade de um modo mais geral diminuía consideravelmente. A falta de “profundidade, escopo e relevância” (título de seu discurso) nos novos trabalhos ameaçava profundamente o papel da história como “consciência moral” e “guia” dos Estados Unidos, na medida em que afastava os historiadores das grandes discussões políticas de seu tempo (CURTIN, 1984, p. 4). Neste caso, o problema da superespecialização era “deplorável” e “desprezível”, para usar os termos de Curtin (1984, p. 5) porque diminuía a importância da história diante de outras disciplinas supostamente com mais coerência interna. A saída para este impasse era bastante ambiciosa: a produção de novas sínteses históricas dedicadas a temas “mundiais” ou “continentais” que pudessem ter eco entre o público leigo.

Em 1987, foi a vez de outro presidente da AHA, Carl Degler, analisar o quadro de fragmentação historiográfica que já era, segundo Novick (1988, p. 543), bastante acentuado. Se por um lado, de acordo com Degler (1987, p. 2), a explosão historiográfica das décadas de 1970 e 1980 gerou uma quantidade fantástica de trabalhos que traziam à tona as histórias de grupos marginalizados até então, por outro, gerou dúvidas profundas sobre a maneira como estes mesmos grupos poderiam ser coerentemente enquadrados à história nacional. Novamente, o que restava era uma história “incoerente”, incapaz de ser contada satisfatoriamente à audiência leiga. Era preciso, assim, resgatar uma ideia de unidade à história nacional, representada para Degler (1987, p. 4) na questão “quem são os norte-americanos?”. Esta indagação fornecia um norte relativamente adequado para a convergência das histórias dissonantes contadas pelos historiadores “superespecializados”.

A proposta de Degler, segundo ele próprio (1987, p. 8), não deveria ser confundida com um simples retorno a uma história consensualista, já que, para ele, a própria falta de consenso, representada pelos acontecimentos da década de 1960, apontava para as limitações desta historiografia. A intenção era outra: “mundializar” a história dos Estados Unidos, através de abordagens comparativas que pudessem iluminar quem, de fato, eram seus habitantes. Por fim, de acordo com Degler (1987, p. 12), esta estrutura narrativa poderia:

Encompass and integrate the new knowledge garnered from the explosion of research in the last two decades. This pursuit will gain for us a history that is distinctively American, not simply because it happened to us, but because it did not happen to others.<sup>8</sup>

Esta solução “norte-americana” para o problema da fragmentação aparece de forma ainda mais proeminente em um artigo de Thomas Bender, de 1986. Publicado no prestigioso *Journal of American History* (JAH) e intitulado “O todo

---

<sup>8</sup> “Abarcar e integrar o novo conhecimento que emergiu da explosão de pesquisa nas duas últimas décadas. Esta busca vai nos dar uma história que é distintivamente norte-americana, não simplesmente porque ela aconteceu conosco, mas porque ela não aconteceu a outros”.



e as partes" (*"Whole and Parts"*), o texto era uma tentativa de encontrar um meio-termo capaz de unificar as histórias aparentemente divergentes então produzidas pelos historiadores profissionais. Para Bender (1986, p. 126), elas poderiam ser sintetizadas através do recurso ao que ele chamou de "cultura pública", isto é, "a wide range of power in society, from the institutional power of the state through the more subtle power to assign meaning and significance to various cultural phenomena".<sup>9</sup> Isto, segundo ele, poderia fazer com que os discursos "intensamente paroquiais" e "quase herméticos" das novas histórias pudessem convergir em direção a um tema comum (BENDER, 1986, p. 126).

O cerne do argumento de Bender é o papel que a profissão deve desempenhar na vida cívica dos norte-americanos. Até a década de 1960, as narrativas históricas produzidas na academia tinham um sentido claramente definido, fosse a ideia progressista dos anos 1910 e 1920<sup>10</sup> ou o consensualismo do pós-guerra. A emergência da Nova História Social e seus "discursos particularistas", apesar de todos seus avanços em relação às historiografias anteriores, tornou impossível falar em um sentido claro para a história dos Estados Unidos; o que havia agora eram *sentidos*, muitas vezes conflitantes e irreconciliáveis (BENDER, 1986, p. 124-126). A intenção de Bender não era necessariamente retornar ao que ele chamou de "eras mais simples" (BENDER, 1986, p. 127), mas tentar, através do conceito de "cultura pública", encontrar uma maneira de tornar estas novas histórias "utilizáveis" pelos cidadãos do país, reconhecendo a diversidade inerente à nação e a luta, muitas vezes inglória, para se assegurar aos "esquecidos" um papel legítimo em sua história. Em suas próprias palavras:

Rather than condemning specialization, my aim is to suggest a reorientation in its conceptualization in the interest of a relational understanding of the parts. It is by understanding parts in their relation to other parts, as opposed to conferring upon them, whether by intention or inadvertence, a false autonomy, that history becomes whole, a synthetic narrative.<sup>11</sup>

A síntese almejada por Bender, assim, não passava por uma rejeição do processo, já irreversível, de ampla especialização que perpassava a disciplina. Reconhecendo a importância da Nova História Social, ele, contudo, buscava fazer com que a profissão pudesse recuperar seu papel dentro da cultura pública norte-americana, oferecendo interpretações do passado capazes de serem consumidas pelo público e de informar mudanças políticas e sociais mais amplas (BENDER, 1986, p. 136).

<sup>9</sup> "Um amplo escopo de poder na sociedade, desde o poder institucional do Estado até o poder mais sutil de designar sentido e significado a vários fenômenos culturais".

<sup>10</sup> A História Progressista foi um movimento historiográfico das décadas de 1910 e 1920, do qual fizeram parte, entre outros, nomes como Frederick Jackson Turner, Vernon Parrington, James Harvey Robinson e Charles Beard. Suas metas eram estudar as bases econômicas e sociais dos Estados Unidos, com o intuito de encontrar soluções para os problemas peculiares ao seu próprio tempo. Ver BREISACH, 1982.

<sup>11</sup> "Ao invés de condenar à especialização, minha meta é sugerir uma reorientação em sua conceitualização no interesse de uma compreensão relacional das partes. É através da compreensão das partes em relação com outras partes, em oposição a conferir a elas, seja intencional ou inadvertidamente, uma falsa autonomia, que a história se torna inteira, uma narrativa sintética".



Se Bender, Baylin e Dengler não rejeitavam as novas histórias, houve, no entanto, quem o fizesse explicitamente. Destes, a mais destacada foi, sem dúvida, a historiadora Gertrude Himmelfarb, especialista em história da Inglaterra vitoriana. Em um artigo escrito para o *American Historical Review* (AHR), em 1989, Himmelfarb atacou a fragmentação da disciplina pela direita, isto é, por uma perspectiva assumidamente conservadora em termos políticos e teórico-metodológicos. Para ela, as novas histórias retiraram o foco daquilo que era a “história legítima”, o âmbito do político. Ao esmiuçarem a vida das pessoas comuns e ao tentarem desvelar as grandes estruturas por trás dos acontecimentos, estes pesquisadores “esvaziaram” a disciplina de seu conteúdo e legaram um retrato “distorcido” do passado. A Revolução Americana, segundo ela o evento mais significativo da história moderna, por exemplo, perdia seu significado histórico, e conseqüentemente político, nas novas histórias; os grandes feitos de grandes homens deixavam, assim, de ter qualquer impacto sobre o presente (HIMMELFARB, 1989, p. 662-663).

O âmago da crítica de Himmelfarb era direcionado às histórias dos grupos marginalizados. Ela, aparentemente, não questionava a legitimidade intelectual destes trabalhos; seu ataque estava reservado às conseqüências políticas destes textos, na medida em que eles apresentavam uma versão problemática do passado norte-americano, sem coerência ou sentido. Sua demanda por um “papel privilegiado” na história nacional a ameaçava de modo perigoso:

It is difficult to see how the subjects of this new history can be accommodated within any single framework, let alone a political and national one. (...). But how can all these groups, each cherishing its own uniqueness and demanding sovereign attention, be mainstreamed into a single, coherent story? (HIMMELFARB, 1989, p. 664).<sup>12</sup>

152

Se esses grupos de fato demandavam “atenção exclusiva” é uma outra questão, ainda que a possível resposta seja “não”. O que parece certo, contudo, é a lamentação de Himmelfarb pelo passamento de uma história política, centrada nos vultos importantes da nação e seus feitos, e capaz de informar, segundo ela própria, uma “identidade nacional baseada nos valores da Revolução Americana” (HIMMELFARB, 1989, p. 665). Sendo assim, qualquer história que fosse de encontro a esta função, mais política do que historiográfica, era uma ameaça ao passado nacional, refletida de forma mais acentuada na diversidade e na incompatibilidade das histórias contadas pelos historiadores sociais da década de 1980. Como ela colocou ironicamente:

What is being deprivileged is not only history as traditionally understood, but the past as contemporaries knew it. Contemporaries might have thought that their history was being shaped by kings and statesmen, politics and diplomacy, constitutions and law. New historians know better” (HIMMELFARB, 1989, p. 668).<sup>13</sup>

<sup>12</sup> “É difícil ver como os sujeitos dessa nova história podem ser acomodados em qualquer estrutura única, quanto mais uma política e nacional. (...). Mas como podem todos esses grupos, dada um aventando sua própria unicidade e demandando atenção exclusiva, serem integrados à uma única, coerente história”.

<sup>13</sup> “O que está sendo desprivilegiado não é somente a história como tradicionalmente entendida, mas o

A nova história, portanto, retirou o foco da ação dos grandes indivíduos e, para piorar, questionou o entendimento que os contemporâneos tinham do passado, ou, como é mais provável, o entendimento de Himmelfarb sobre estas pessoas e seus pensamentos. Era preciso, assim, resgatar a velha história política nacional (e nacionalista, alguém poderia dizer) como a única fonte de transmissão de conhecimento histórico, não fragmentada e coerente. Mas, para isso, era imperativo que a nova história fosse abandonada.

Himmelfarb não estava sozinha em seus lamentos pelo passamento da história tradicional. No mesmo número do AHR, Theodore Hamerow (1989, p. 654), professor da Universidade do Wisconsin, lastimou a "burocratização da história" causada pela profissionalização excessiva. O resultado foi, previsivelmente, a fragmentação do conhecimento histórico em um grande número de áreas que pouco ou nada dialogavam entre si, e cada vez mais especializadas em assuntos que, supõe-se pelo tom do artigo, Hamerow (1989, p. 656) considerava irrelevantes para o grande público. O divórcio entre aquilo que ele chamou de o "mundo real" e a "academia" foi a consequência natural deste lamentável processo (HAMEROW, 1989, p. 658). O velho "épico nacional", a história de treze colônias periféricas transformadas em uma potência mundial, foi abandonado em prol de histórias obtusas e interessantes somente aos *insiders*. A função vital da história, a edificação e a iluminação comunal, perdeu-se nos meandros desta burocratização (HAMEROW, 1989, p. 659). A solução para esse problema era, para Hamerow (1989, p. 560), "*drawing closer to public interests and concerns, historians can still enrich not only the discipline of which they are students, but the society of which they are members*".<sup>14</sup>

### A "desunião da América"

Estes foram apenas alguns dos exemplos possíveis de serem encontrados. Ainda assim, acredito que eles refletem bem o mal-estar da profissão norte-americana com seus destinos. Se, como expôs Ian Tyrrell (2000, p. 378-380), as reclamações sobre a fragmentação da disciplina remontavam, pelo menos, à década de 1930, por que, então, elas tomaram tal proporção nos anos 1980? Ainda, o que estava por trás destes lamentos, isto é, qual tipo de visão da disciplina informava tais jeremiadas?<sup>15</sup>

---

passado como contemporâneos o entenderam. Eles podiam pensar que sua história estava sendo moldada por reis e estadistas, política e diplomacia, constituições e direito. Os novos historiadores sabem mais".

<sup>14</sup> "Ao aproximarem-se dos interesses e preocupações públicas, historiadores ainda podem enriquecer não somente a disciplina da qual são estudantes, mas a sociedade da qual são membros".

<sup>15</sup> "Jeremiada" é uma figura de retórica tipicamente norte-americana e que remonta aos puritanos do século XVII e XVIII. Ela é caracterizada principalmente pela narração da degradação moral de uma sociedade e pelo aviso constante da ruína que a espera, caso não se retornasse a um estado de virtude. Tendo tomado seu nome do Livro de Jeremias, do Antigo Testamento bíblico, a jeremiada tornou-se um *topos* recorrente na cultura estadunidense, tendo vindo a designar toda a sorte de textos que lamentavam o estado das coisas do país e que profetizavam sua destruição eminente, independente de serem escritos religiosos *per se* (o abolicionista Frederik Douglass, por exemplo, utilizou esta figura de retórica para condenar a corrupção moral causada pela escravidão e prognosticar a ruína da nação, se a servidão não fosse imediatamente abolida). Atualmente, este termo é comumente usado de modo derogatório, com o intuito de criticar o tom excessivamente pessimista de um dado texto. Este parece ser o uso de Tyrrell (2000) e é deste modo que o usarei daqui em diante. Sobre o surgimento e diversos usos da jeremiada, ver BERCOVITCH, 1978.

Em primeiro lugar, é preciso afirmar que nem todos os historiadores entendiam o processo de fragmentação como inerentemente negativo. Alguns, inclusive, o celebraram. Outros o viam como uma consequência natural da profissionalização, sem, contudo, emitir qualquer juízo de valor, pelo menos explicitamente, sobre ela (MEGILL, 2007, p. 160-161). Ainda assim, em geral prevaleceu um consenso de que esse era o status quo da historiografia norte-americana na década de 1980.

Esta questão parece estar relacionada com a própria dissolução de uma ideia de uma história cumulativa, orientada pela noção de que seria possível uma síntese entre trabalhos aparentemente díspares. Neste caso, o diagnóstico do estado fragmentário da disciplina norte-americana era resultado do reconhecimento de que a ampla especialização profissional e o surgimento de objetos e temas sem umnexo comum impediam o surgimento desta síntese elusiva (MEGILL, 2007, p. 159-164).

Como colocou brilhantemente Allan Megill (2007, p. 162), desde sua inepção como disciplina, a história, nos Estados Unidos, foi movida por diferentes atitudes em relação ao chamado "projeto de uma Grande Narrativa". Na fase inicial da profissionalização, a visão dominante era a de que existia uma Grande Narrativa, uma história universal comum a todos os homens, que, entretanto, só poderia ser contada no futuro, quando todas as peças do quebra-cabeça histórico estivessem em seu devido lugar. Desta forma, como também aduziu Dorothy Ross (1995, p. 651-652), cada pesquisa, implícita ou explicitamente, estava orientada por esta ideia, não importa o quão pouco articulada ou vaga fosse ela.<sup>16</sup>

Em um segundo momento, localizado por Megill (2007, p. 163) no período entre-guerras, a contínua especialização levou os historiadores norte-americanos a se distanciarem da ideia de uma Grande Narrativa capaz de ser contada em um futuro próximo. No entanto, permaneceu a crença em uma história universal, mas, segundo Megill (2007, p. 163), mais como uma narrativa ideal, uma história que não poderia ser realmente contada. A manutenção de termos como "síntese" e "autonomia" serviu, neste contexto, para garantir certa unidade retórica à profissão, já que, na prática, qualquer síntese ganharia aprovação de apenas uma pequena parcela da profissão. Segundo Megill (2007, p. 168), "*it manifests itself in the commitment of historians to the autonomy of their discipline, a commitment that purports to maintain the discipline's purity and coherence in the absence of any single story to which it converges*".<sup>17</sup>

Este compromisso refletiu-se na adoção daquilo que Novick (1988, p. 1-2) chamou de "ideal objetivista", aonde os fatos históricos são vistos como anteriores

<sup>16</sup> Um indício desta atitude está presente em um texto publicado em 1903 na AHR. Nele, Fred Morrow Fling (1903, p. 1-23) defendeu a "ciência histórica" através do argumento de que, num futuro próximo, as diversas peças do quebra-cabeças histórico poderiam ser reunidas em uma única síntese histórica, capaz de dar sentido a fatos entendidos como divergentes.

<sup>17</sup> "Se manifesta no compromisso dos historiadores para com a autonomia de sua disciplina, um compromisso que se propõe a manter a pureza e a coerência da disciplina na ausência de uma única história para qual ela converge".

e independentes às suas interpretações e o valor destas é julgado de acordo com sua conformidade a estes fatos. Quaisquer padrões que possam existir no passado, eles são “encontrados” pelos historiadores. Como escreveu Novick (1988, p. 2), “*though successive generations might attribute different significance to events in the past, the meaning of these events was unchanging*”.<sup>18</sup> Deste modo, durante os anos 1950 e 1960, mesmo que a pretensão de uma Grande Narrativa a ser contada no futuro tivesse sido abandonada, esta noção servia para unificar, ainda que de forma tibia, os historiadores em torno de alguns ideais comuns, que serviam para avaliar suas pretensões a serem membros de uma disciplina científica:

History as an academic discipline presents us with a community of historians in which all historians cooperate in one common enterprise and where each historian does his or her bit in building the cathedral of our knowledge of the past. (...). In this way, the notion of an objective past as a unity in itself had its counterpart, on the side of the object, in the notion of a quasi-collective knowing subject that is embodied in the discipline as a whole (ANKERSMIT, 2001, p. 151).

O que ocorreu, nos Estados Unidos, após o surgimento da Nova História Social foi um reconhecimento cada vez maior de que a profissão não estava tão unida quanto parecia. Isto, aliado a crescente superprodução historiográfica que agora era a regra<sup>19</sup>, engendrou um sentimento, cada vez mais comum nos anos 1980, de que o passado era uma massa amorfa na qual cada historiador podia cavar seu pequeno buraco sem nunca encontrar seus colegas e sem saber como os frutos de seus trabalhos individuais podem ser relacionados com a “história como um todo” (ANKERSMIT, 2001, p. 152). Assim, se compreende melhor as preocupações de Baylin e Dengler, presidentes da AHA que falavam em nome da profissão, sobre a aparente “desunião” dos historiadores. A fragmentação, a ideia aparentemente desesperadora de um passado amorfo, enfraquecia as reivindicações à autonomia científica da história enquanto disciplina. Se os historiadores não conseguiam concordar sobre seu próprio *métier*, como esperar que a sociedade pudesse confiar em suas palavras?

Aqui, portanto, os chamados por síntese adquirem menos uma perspectiva historiográfica do que política. Em outras palavras, as tentativas de reagrupar os historiadores norte-americanos em torno de determinados temas comuns tinham por meta recuperar a autoridade intelectual de uma disciplina que parecia tê-laperdido. Como percebeu uma importante historiadora social, Joyce Appleby (2007, p. 133-151), na década de 1980, o grande público alienou-se da historiografia profissional (embora tenha continuado a consumir história, sob a forma de livros de amadores ou programas de televisão), em parte por causa de

---

<sup>18</sup> “Ainda que sucessivas gerações de historiadores possam atribuir diferentes significados a eventos no passado, o sentido destes eventos permanecia imutável”.

<sup>19</sup> Em uma entrevista recente, Tyrrel (2006) considera as crescentes demandas por publicação e o aumento substancial no número de doutores nos Estados Unidos, sem que o mercado profissional tenha crescido de modo similar, com uma das causas da superprodução historiográfica. Segundo ele, tal fenômeno é irreversível, ao menos sob tal formato profissional.

seus próprios problemas internos e suas "crises de consciência", que levou os leigos a buscar suas respostas em outras searas.

Este temor político também estava relacionado intimamente à crítica que alguns historiadores fizeram às novas histórias, principalmente no que entendiam como sendo a fragmentação não só da disciplina, mas da própria história nacional. Arthur Schlesinger, Jr., um dos decanos do consensualismo e professor de Harvard, publicou em 1991 um verdadeiro ataque político às novas histórias, acusando-as de estarem contribuindo para a "desunião da América". Preocupado com o futuro da nação diante da ameaça representada por estes "estudos particularistas", Schlesinger (1991, p. 43) escreveu que: *"the ethnic upsurge began as a gesture of protest against Anglocentric culture. It became a cult, and today it threatens to become a counter-revolution against the original theory of America as 'one people', a common culture, a single nation"*.<sup>20</sup>

Para Schlesinger (1991, p. 118), portanto, a fragmentação da disciplina histórica era apenas o sintoma de um problema maior e ainda mais pernicioso: a "balcanização" da nação e a conseqüente desintegração da comunidade nacional. Ainda que a diatribe de Schlesinger estivesse endereçada às Humanidades como um todo, sua investida era ainda mais aguda no que concernia à história. Para ele, os historiadores das décadas de 1970 e 1980 abandonaram a meta de narrar a transformação dos Estados Unidos numa "verdadeira" nação a partir da diversidade de grupos existentes em seu seio. Em seu lugar, emergiram narrativas que insistiam na separação entre estes grupos, onde cada um exigia um "lugar especial" na história nacional, resultando, assim, em um caos de histórias divergentes e praticamente impossíveis de serem reunidas em uma única síntese: *"if we now repudiate the quite marvelous inheritance that history bestows on us, we invite fragmentation of the national community into a quarrelsome splatter of enclaves, ghettos, tribes"* (SCHLESINGER, 1991, p. 137-138).<sup>21</sup> Em resumo, era preciso retornar à era "pré-fragmentação" do consensualismo e resgatar a história norte-americana de um estado que, em última instância, ameaçava a própria existência do país.

O livro de Schlesinger foi recebido com críticas pela comunidade acadêmica (SCHRECKER, 1993), mas seu chamado a um retorno a uma história "consensual", contudo, ecoou nos altos postos profissionais, o que indica a extensão do temor de uma parcela da profissão diante do espectro da fragmentação. Em seu discurso presidencial na AHA, William Leuchtenburg (1991, p. 1-18) defendeu a "despoliticização" da disciplina e um retorno desta à "arena pública", principalmente em assuntos que concerniam à "identidade nacional" dos Estados Unidos. Embora fique implícito em seu texto, o foco das críticas de

<sup>20</sup> "A rebelião étnica começou como um gesto de protesto contra a cultura anglocêntrica. Ela transformou-se em um culto, e hoje ela ameaça tornar-se uma contra-revolução contra a teoria original da América como 'um povo', uma cultura comum, uma só nação".

<sup>21</sup> "Se agora repudiarmos o maravilhoso legado que a história nos conferiu, nós convidamos fragmentação da comunidade nacional em direção a um conflituoso conjunto de enclaves, getos, tribos".



Leuchtenberg, um historiador de esquerda, era o mesmo de Schlesinger: as “histórias particularistas”, o distanciamento destas de uma narrativa nacional e a consequente perda de prestígio da disciplina.

Mesmo historiadores críticos da verborragia nacionalista de Schlesinger, defenderam a união destes fragmentos em torno de uma narrativa nacional, ainda que em termos diferentes. Recuperando a ideia de síntese presente em Bender, por exemplo, Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob (1994, p. 292-294), enfatizaram a necessidade de se reunir estes fragmentos em uma única história, sob o argumento de que eles só teriam sentido caso fossem estudados em sua relação com o todo, isto é, a nação. Segundo elas:

A comprehensive national history is not now an educational option for the country; it is a cultural imperative. Fragments – whether of research findings or of tangential groups – do not exist independent of the whole that makes them fragments. The full story of the American past can make that evident (APPLEBY, HUNT & JACOB, 1994, p. 295).<sup>22</sup>

Como a citação acima deixa evidente, a suposição de que uma Grande Narrativa poderia ser contada num futuro (próximo?) continuava alimentando as utopias de uma parcela considerável da profissão. As três historiadoras citadas acima estavam profundamente ligadas ao surgimento e consolidação da Nova História Social, mas, ainda assim, pareciam entendê-la como mais um passo em direção a uma mais completa compreensão da história nacional, como uma *evolução*, mas não uma *oposição*, em relação às narrativas anteriores. O problema da fragmentação estava, para elas, relacionado menos com uma condição intrínseca da atividade historiográfica do que à simplicidade das histórias consensualistas e nacionalistas. Superar esta simplicidade era, assim, criar uma nova Grande Narrativa nacional mais complexa (APPLEBY, HUNT, JACOB, 1994, p. 294).

O poder retórico da “síntese” era tanto que mesmo historiadores de áreas que contribuiriam sensivelmente para sua dissolução ainda pagavam tributo a esta noção, como demonstrou Megill (2007, p. 160), no caso da historiografia de gênero e suas reclamações sobre uma “integração inadequada” com o resto da disciplina. A ideia de uma “integração inadequada”, contudo, só poderia vir à tona se ancorada, ainda que de modo subreptício, por outra: a de que, independente de quão “despedaçada” a disciplina pudesse estar, ela poderia tornar-se “una” novamente. Isto é um indício de o quão arraigada no discurso profissional estava a ideia de síntese.

### **Um novo começo?**

Apesar destes apelos, a situação não mudou muito nos anos 1990 e 2000. Os debates sobre a “virada linguística”, por exemplo, apenas contribuiram

---

<sup>22</sup> “Uma história nacional compreensiva não é somente uma opção educacional para o país; é um imperativo cultural. Fragmentos – sejam de resultados de pesquisa ou de grupos tangenciais – não existem independente do todo que os fazem fragmentos. A história completa do passado norte-americano pode tornar isto evidente”.



para dividir ainda mais a disciplina, como demonstrou José Vasconcelos (2005). Neste caso, a “dissolução” do conhecimento histórico, supostamente proposta pelos autores considerados “pós-modernistas”,<sup>23</sup> adquiriu contornos de uma ameaça ainda mais grave do que a fragmentação disciplinar e causou a improvável união entre “velhos” historiadores, como Himmelfarb, e “novos”, como Appleby, em defesa da disciplina diante destes “inimigos” (VASCONCELOS, 2005, p. 49-61). Não faltou, contudo, quem agora imputasse ao “pós-modernismo” a responsabilidade pela crise da disciplina, mudando o foco das críticas da Nova História Social ao *linguistic turn* e sua ênfase no caráter lingüístico e ficcional de qualquer texto historiográfico (KLEINBERG, 2007).

Se o temível bicho-papão do “pós-modernismo” certamente perdeu seu *momentum* ainda na década de 1990, a busca de um sentido maior para a história continuou a atormentar os historiadores norte-americanos, ainda que tal procura já parecesse fútil. Patricia Limerick, eminente especialista sobre a história do Oeste estadunidense, sonhou, por exemplo, com uma “história útil em um mundo inteligível”, como demonstra o título de um artigo seu publicado no AHR em 1995 (LIMERICK, 1995, p. 697-716). Reafirmando a necessidade de síntese, Limerick (1995, p. 714-716), contudo, reconhecia que a fragmentação disciplinar havia atingido níveis praticamente insuperáveis e, repetindo admoestações já feitas anteriormente, que a única maneira de superá-la minimamente era recuperando a influência da profissão na esfera pública. Em outro momento, Limerick inclusive elogiou os fins das Grandes Narrativas, argumentando em prol de várias narrativas “multiculturais” para os Estados Unidos: a realidade de um país tão diverso só poderia ser representada através de uma multiplicidade de pontos de vista, sem submetê-los a nenhum grande modelo organizativo. Aliás, para Limerick, tal tentativa era a arma de políticos e historiadores politicamente conservadores, obcecados em simplificar o passado norte-americano em prol de suas causas (LIMERICK, 1997, p. 449-469).

Outro indício de que a elusiva síntese não passava disto está nos próprios discursos presidenciais da AHA durante este período: entre 1994 e 2004, *nenhum* deles advogou qualquer espécie de necessidade de sintetizar os diversos ramos do conhecimento histórico em alguma Grande Narrativa.<sup>24</sup> De modo sintomático, em 2009, Gabrielle Spiegel, penúltima presidente da AHA e professora de História Medieval na Universidade Johns Hopkins, considerou que não existia possibilidade alguma de retorno ao *status quo ante* de uma história unificada em torno de alguns temas comuns; o que existia agora eram narrativas fragmentadas sobre o passado e que a função do historiador era apenas torná-las inteligíveis. Isto não significava o abandono de certos cânones profissionais, como fidelidade às

<sup>23</sup> A questão do “pós-modernismo”, complexa em si mesma, escapa em muito às pretensões deste artigo. Vale, contudo, mencionar que, no começo dos anos 1990, palavras como “pós-modernismo” e “desconstrução” eram usadas como rótulos derogatórios, principalmente pelos historiadores mais conservadores, sem muitas preocupações lógicas ou teóricas. Em outras palavras, eram instrumentos de deslegitimação do oponente, visto como não fazendo parte da guilda. Ver KLEINBERG, 2007.

<sup>24</sup> Para a lista de textos e sua reprodução completa, ver o sítio eletrônico da AHA em [www.historians.org](http://www.historians.org) (último acesso em 22.10.2009).

fontes e compromisso com um relato verdadeiro, apenas o reconhecimento de que a tão sonhada síntese jamais seria concretizada.

De fato, alguns dados levantados por Robert Townsend em 2007 confirmam a divisão da disciplina em diversas áreas, em um grau bastante acentuado. Embora cerca de 40% dos professores listados nos programas de pós-graduação do país especificassem sua área de atuação como “história social”, é tangível o crescimento da história das mulheres e de outros grupos étnicos e sociais a partir da década de 1980. Enquanto áreas consideradas tradicionais, como a história intelectual e a cultural, tiveram uma queda acentuada no número de praticantes (entre 10% e 15%, respectivamente), campos como os *gender studies* e os *African-American studies* quase dobraram seu espaço institucional, se comparado ao começo dos anos 1980. Ainda assim, seus especialistas não chegam a significar 20% do número de professores, demonstrando o quão exagerados eram os diagnósticos de Arthur Schlesinger sobre sua influência na disciplina como um todo (TOWNSEND, 2007). Juntas, as áreas tradicionais (história social, história política e intelectual) continuam tendo mais de 60% dos professores dos cursos de pós-graduação nos Estados Unidos. Em outras palavras, se a fragmentação é certamente uma realidade, ela não é tão apocalíptica quanto acreditavam alguns.

Se considerarmos esta breve evolução do problema da “fragmentação” nas três últimas décadas, podemos concluir que o que ocorreu foi menos uma crise do conhecimento histórico e mais uma reorganização da disciplina em termos diferentes. Em outras palavras, não foi a capacidade dos historiadores em conhecer o passado que foi atacada, mas um modelo disciplinar que privilegiava uma ideia de história una e cumulativa, fundamentada na deferência profissional à noção de “síntese” e a demonização do próprio termo “fragmentação” como algo pernicioso e ameaçador à ordem historiográfica – o que demonstra, aliás, o profundo âmbito político deste ideário.

159

### **Conclusão**

Deste modo, é possível retirar deste debate algumas conclusões mais gerais sobre a questão da fragmentação, ao menos nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, não existe, de acordo com Megill (2007, p. 161), nenhuma razão adequada para acreditarmos que todos os fenômenos históricos significativos possam ser acomodados em uma síntese qualquer; tal desejo é apenas uma quimera fútil e perigosa, na medida em que tolhe o surgimento de novos tipos de escrita sobre o passado e cria perspectivas totalizantes e não-democráticas.

Em segundo lugar, a insistência em se encontrar uma Grande Narrativa é, em última instância, a tentativa de se impor uma determinada história como sendo mais legítima que outras. Neste caso, cabe-se perguntar quem avaliaria este grau de legitimidade e com que critérios ele poderia ser julgado. Sabendo da importância política da disciplina como instrumento magisterial, para usar os termos de Michel de Certeau (2002, p. 95), é preferível o “infindável mar de histórias” de nosso tempo (CRONON, 1992, p. 1452), capaz de dar conta de uma

multiplicidade de experiências passadas, do que alguns poucos caminhos para a exploração do passado. É possível argumentar ainda, junto com Karl Jacoby (2008, p. 7), que isto não é somente preferível, isto é imperativo:

While such an arrangement demands more of the historian, who must now portray the competing perspectives of several different groups, it demands more of readers as well. Instead of being borne along on the current of a single narrative, they are asked to grapple with an array of different interpretations. In short, they are being invited to become active participants in the most common of human endeavors; finding meaning in our elusive past.<sup>25</sup>

Por fim, a fragmentação não é nada temível, já que, ilusões à parte, ela constitui a própria base de nosso empreendimento profissional. Pretender uma história unificada, ou "total", é deste modo, atentar contra a diversidade de histórias que sustentam a disciplina e fechar a possibilidade do surgimento de novos e mais desafiadores modos de se escrever sobre o passado. O melhor que temos a fazer, sob este ângulo, é deixar o fantasma sentar à nossa mesa.

### **Bibliografia:**

- ANKERSMIT, Frank R. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- APPLEBY, Joyce. **A Restless Past: history and the American public**. New York: Rowman & Littlefield, 2007.
- APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn & JACOB, Margaret. **Telling the Truth about History**. New York: W. W. Norton, 1994.
- BAILYN, Bernard. The Challenge of Modern Historiography. In: **The American Historical Review**, vol. 87, n. 1. February, 1982. p.1-24.
- BERCOVITCH, Sacvan. **The American Jeremiad**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.
- BENDER, Thomas. Wholes and Parts: the need of synthesis in American history. In: **The Journal of American History**, vol. 73, n. 1. February, 1986. p.123-130.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CRONON, William. A Place for Stories: history, nature and narrative. In: **The Journal of American History**. vol. 79, n. 1. March 1992, p. 1347-1374.

160

<sup>25</sup> "Enquanto que tal arranjo demanda mais do historiador, que agora deve retratar as perspectivas conflituosas de diversos grupos diferentes, ela também demanda mais dos leitores. Ao invés de serem levados pela corrente de uma única narrativa, eles estão livres para lidar com um conjunto de diferentes interpretações. Em resumo, eles são convidados a tornarem-se participantes ativos naquela atividade humana mais comum: encontrar sentido em nossos passados elusivos".

- CURTIN, Philip N. Depth, Span and Relevance. In: **The American Historical Review**, vol. 89, n. 1. February, 1984. p. 1-9.
- DEGLER, Carl N. In Pursuit of an American History. In: **The American Historical Review**, vol. 92, n. 1. February, 1987. p.1-12.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- FITZPATRICK, Ellen. **History's Memory: writing America's past, 1880-1980**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- FLING, Fred Morrow. Historical Synthesis. In: **The American Historical Review**, vol. 9, n. 1. October, 1903, p. 1-22.
- HAMEROW, Theodore. The Bureaucratization of History. In: **The American Historical Review**, vol. 94, n. 3. June, 1989. p. 654-660.
- HIMMELFARB, Gertrude. Some Reflections on the New History. In: **The American Historical Review**, vol. 94, n. 3. June, 1989. p.661-670.
- JACOBY, Karl. **Shadows at Dawn: a borderlands massacre and the violence of history**. New York: Penguin Press, 2008.
- KLEINBERG, Ethan. Haunting History: deconstruction and the spirit of revision. In: **History and Theory**. Theme Issue 46. December, 2007. p.113-143.
- LIMERICK, Patricia Nelson. Turnerians All: the dreams of a helpful history in an intelligible world. In: **The American Historical Review**, vol. 100, n. 1. February 1995. p.697-716.
- LIMERICK, Patricia Nelson. **Insiders and Outsiders: The Borders of the USA and the Limits of the ASA: Presidential Address to the American Studies Association, 31 October 1996**. In: **American Quarterly**, Vol. 49, No. 3. September, 1997. p. 449-469
- LEUCHTENBURG, William. The Historians and the Public Realm. In: **The American Historical Review**, Vol. 97, No. 1. February, 1992. p. 1-18.
- MEGILL, Allan. **Historical Knowledge, Historical Error: a contemporary guide to practice**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- NOVICK, Peter. **That Noble Dream: the "Objectivity Question" and the American historical profession**. Cambridge: University of Harvard Press, 1988.
- RORTY, Richard. **Para Realizar a América: o pensamento de esquerda no século XX na América**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- ROSS, Dorothy. Grand Narrative in American Historical Writing: from romance to uncertainty. In: **The American Historical Review**, vol. 100, n. 3. p. 651-677.
- SCHLESINGER, Jr., Arthur. **The Disuniting of America**. New York: W. W. Norton, 1991.

- SCHRECKER, Ellen. Review of "The Disuniting of America", by Arthur Schlesinger, Jr. In: **The Journal of American History**, vol. 79, n. 4. March, 1993. p. 1565.
- SPIEGEL, Gabrielle M. The Task of the Historian. In: [http://www.historians.org/info/AHA\\_History/spiegel.cfm](http://www.historians.org/info/AHA_History/spiegel.cfm) (último acesso em 9.11.2009).
- TOWNSEND, Robert. What's in a Label? Changing Patterns of Faculty Specialization since 1975. In: <http://www.historians.org/perspectives/issues/2007/0701/0701new1.cfm> (último acesso em 9.11.2009)
- TYRRELL, Ian. **The Absent Marx**: class analysis and liberal history in 20th century America. Westport: Greenwood Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. The Great Historical Jeremiad: the problem of specialization in American historiography. In: **The History Teacher**, vol. 33, n. 3. May, 2000. p. 371-393.
- \_\_\_\_\_. **Historians in the Public**: the practice of American History, 1890-1970. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. Historians in the Public: a Conversation with Ian Tyrrell. In: <http://www.historians.org/perspectives/issues/2006/0605/0605con1.cfm> (último acesso em 9.11.2009).
- VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem Medo da Teoria?** A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. Annablume/Fapesp, 2005.
- WIENER, Jonathan M. Radical Historians and the Crisis in American History, 1959-1980. In: **The Journal of American History**, vol. 76, n. 2. September, 1989.p. 399-434.

# Das possibilidades do conhecimento histórico quando aproximado do ceticismo radical

On the possibility of the historical knowledge when it is near from the radical skepticism

---

**Fernando Amed**

Professor

Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP)

joseah@terra.com.br

Rua Alagoas, 903, Prédio 5

São Paulo- SP

01242-902

Brasil

---

## Resumo

Pretendemos examinar algumas controvérsias a partir da aceitação do relativismo pelos teóricos da história. Nessa direção, oferecemos alguns comentários acerca dos trabalhos de Alun Munslow e Peter Jenkins pretendendo demonstrar dificuldades no uso do relativismo por alguns historiadores afinados com o posmodernismo a partir da aceitação de que todo contato com o passado se faz por meio de mediações, elas próprias, objeto de dúvidas e críticas. Operamos também com o conceito de ceticismo e pretendemos configurar a impossibilidade de crença em palavras como verdade, ideologia, dominantes e dominados. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de percepção que o ceticismo não oferece suporte para todo tipo de crença e que devemos levar em consideração a própria perspectiva de impossibilidade de se deparar e recuperar os eventos do passado histórico.

163

## Palavras-chave

Conhecimento histórico; Escrita da história; Racionalidade instrumental.

## Abstract

In this paper we intend to investigate some controversies about the assumption of the relativism by the theoretical historians. In this way we offer some comments on the work of Alun Munslow and Keith Jenkins intending to demonstrate difficulties on the use of the relativism in the postmodern vision over the history. Our intentions are to operate with the concept of skepticism and figure the impossibility of faith in words like truth, correct ideology, dominant elite and dominated class. In this case we point the necessity of perception that the skepticism not offers insurance for any kind of belief and in these procedures we have to considerate even the perspective of impossibility to achieve all the events about the historical past.

## Keyword

Historical knowledge; Historical narrative; Rationality.

---

Enviado em: 23/01/2010

Autor convidado



O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas, poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são. Metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.

F. W. Nietzsche, *Sobre a verdade e mentira no sentido extra moral*, 1873.

As diferentes reflexões sobre a teoria da história parecem concordar num aspecto: os autores costumam sinalizar a necessidade de se operar com a história, tendo por suporte algum tipo de ponderação sobre a metodologia ou sobre as distintas correntes de pensamento historiográfico. No entanto, nem sempre nos sentimos seguros quando apartados da lógica interposta pelo encadeamento de eventos numa linha do tempo ou ao abandonarmos as conexões de causa e efeito. Nesse sentido, ao nos percebermos num cenário mais inóspito, onde os conceitos tomam o lugar do eventos, procuramos alguma espécie de ancoragem. Por vezes, essa busca por certezas parece conduzir à aderência a um corpo de pensamento, a uma corrente filosófica ou a alguns autores em especial que passam a atuar como balizas para a retomada e prosseguimento de um inquérito mais certo.

Essa situação não é tão estranha e pode ser remetida à opção que escolhemos. Mesmo que as reflexões historiográficas de um período recente, como o século XX, tenham nos franqueado perspectivas de trabalho comum entre antropologia, sociologia, filosofia ou lingüística, ainda nos sentimos mais a vontade quando num território demarcado, que é aquele que perfaz a história como regente de aprofundamentos em direção ao passado. Algo de necessariamente diferente, no entanto, deve ocorrer para aquele que pretende se dedicar aos inquéritos da epistemologia histórica ou da ponderação sobre aspectos notadamente mais afeitos à narrativa em que se configura uma parte substantiva do produto do trabalho dos historiadores.

Nessa direção, inevitavelmente mais acolhedora das inquietações filosóficas, faz-se necessário debruçar-se sobre outros conceitos e adentrar as dimensões do *corpus* filosófico. E esse contato, para historiadores, pode conduzir à percepção de que diferentes correntes de pensamento se alternam, ora se aproximam e bebem em fontes assemelhadas. Mesmo que se configure num lugar comum, é interessante que se retome que, por exemplo, o pensamento que se erigiu no século V a.C., no entorno de Atenas, bem como seus desdobramentos a partir do foco em que se configurou o helenismo, apontou indicações e estabeleceu cogitações a que ainda podemos nos reportar.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Pensamos aqui no ceticismo, a máquina de guerra, segundo a expressão de Renato Lessa. E, em especial, nos desdobramentos dos dez tropos de Enesidemo e dos cinco tropos de Agripa. Ver Renato Lessa. *Veneno Pirrônico: ensaios sobre o ceticismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1997; Plínio Junqueira Smith. *Ceticismo Filosófico*. São Paulo/Curitiba: E. P. U., Editora da UFPR, 2000 e André Verdan. *O ceticismo antigo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

É possível que ilustremos essas possibilidades de observação, tomando o *Leitmotiv* que perpassa algumas das discussões contemporâneas destinadas a esclarecer tendências que se remetem à teoria da história. Excetuando aquelas obras que visam passar em revista diferentes interpretações, muitas vezes numa linha notadamente historiográfica – caso de manuais que dispõe diferentes reflexões sobre o fazer história ao longo do tempo –, deparamo-nos com estudos que objetivam esclarecer um ponto de vista com vistas a defendê-lo e a diferenciá-lo de outro – ou outros – em que o autor aponta discordância.

Para que não permaneçamos somente em remissões mais gerais, tomemos o caso de uma obra em especial. Trata-se de *Desconstruindo a História* de Alun Munslow.<sup>2</sup> Sendo uma reflexão tributária das concepções de posmodernismo, que geralmente acolhe o estado de coisas demarcado por Lyotard,<sup>3</sup> o autor se esforçou em esmiuçar as virtudes do que entende ser um modo viável de se prosseguir nos estudos históricos. Mas, é importante que se note, não o fez apontando somente as qualidades positivas do que nomeia como história desconstrucionista. Ao longo dos capítulos de seu livro, Munslow esforçou-se em descrever as características de outras orientações opositoras, nesse caso em especial, aquilo que nomeou como história reconstrucionista, construcionista ou empírica.

Para a defesa de sua opção, o autor embasou-se, em relação às orientações de outros autores que não historiadores, em Derrida, Roland Barthes e, especialmente, Michel Foucault. Por sentir-se a vontade num território demarcado pelo relativismo, suas crenças foram devotadas então para com esses pesquisadores que também acreditavam na impossibilidade de se deparar com vínculos mais seguros que viessem a conectar, por exemplo, a linguagem àquilo que se pretendia significar. Como se sabe, próximos do que se convencionou nomear como posestruturalismo, tais pensadores desacreditavam inclusive da perspectiva das ciências humanas conseguiram ultrapassar os problemas colocados pela mediação – língua, cultura, ideologia – perfazendo ela própria um problema que deveria então ser primeiramente colocado em xeque. De acordo com Munslow:

De maneira preocupante para os principais historiadores reconstrucionistas/construcionistas, se a linguagem é incerta, então o conhecimento que adquirimos através dela é igualmente indeterminado. Isso significa que não é possível construir narrativas verdadeiras como explanação histórica. Apesar do argumento posestruturalista de Derrida e Barthes de que é apenas um fluxo de significantes, a maioria dos historiadores ainda insiste na prática excêntrica de ler textos (documentos e narrativas históricas) para localizar a verdade. Eles fazem isso porque ainda acreditam na noção de do senso comum reconstrucionista de que há um referente para cada palavra e que, conseqüentemente, há alguma presença externa ao texto que funciona como evidência de que podemos *estar certos de alguma coisa*. (MUNSLow 2009, p. 47)

<sup>2</sup> Alun Munslow. *Desconstruindo a História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

<sup>3</sup> Jean-François Lyotard. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. Original francês de 1979.

E acerca de Foucault, o autor apontava que:

A história desconstrucionista considera o passado como uma complexa narração discursiva, mas que, como aponta o crítico cultural e historiador francês Michel Foucault, aceita que a representação não é um modo transparente de comunicação capaz de conduzir adequadamente à compreensão ou gerar significados verdadeiros. A história desconstrucionista é parte de um desafio mais amplo à noção empirista moderna de que a compreensão emana de um sujeito individual centrado no conhecimento independente, designado variavelmente de Homem, humanidade, o autor ou a evidência. (MUNSLOW 2009, p. 19)

De posse desse repertório, Munslow avalia com destreza as aporias de outras orientações metodológicas que acreditam na possibilidade de deparar com o passado à moda do dito rankeano. Temos então uma oposição, que na visão do autor, recapitula as tensões entre antigos e modernos, ou seja, nos deparamos com a possibilidade de atualização das perspectivas de estudo da história. Contudo, é necessário que se enfatize, a estrutura da obra se vale de uma oposição, ou seja, a visão desconstrucionista da história é continuamente confrontada com sua negação. Mais ainda, talvez o principal problema apresentado pela ótica construcionista seja o fato de seus seguidores se orientarem pela crença na perspectiva da narrativa, ou seja, depositam fé na identidade entre significante e significado, entre as palavras e seus lastros na verdade. De acordo com Munslow, esses últimos não são autoconscientes dessa inviabilidade, cravada na história a partir de marcos estruturalistas e posestruturalistas.

166

Recuperemos algumas passagens de Munslow, com o intuito de ilustrar suas considerações, como por exemplo, quando aborda o reconstrucionismo:

A tradição ocidental da escrita da história é construída em correspondência com a teoria empirista firmemente enraizada na crença de que o significado verdadeiro pode ser diretamente inferido em suas origens primitivas. Além disso, sustentando que é suficiente que a história seja construída como uma epistemologia separada e independente. Assim sendo, o reconstrucionismo se baseia na suposição de que com quanto mais cuidado essa tarefa for realizada, com artesãos experientes e mulheres, mais próximos estaremos de alcançar a máxima do século XIX de Leopold von Ranke, *wie es eigentlich gewesen*, ou seja, conhecer a história como ela realmente aconteceu. (MUNSLOW 2009, p. 35)

Quanto ao construcionismo, o autor apontava que:

O construcionismo é essencialmente uma subespécie do reconstrucionismo. Cresceu no curso do século XX a partir da fragilidade do paradigma reconstrucionista tradicional. A grande complexidade e variedade do construcionismo hoje resulta do fato de que a maioria dos historiadores se alinha em torno de uma posição metodológica na qual o construcionismo se ramifica do reconstrucionismo. Atualmente, os historiadores estão provavelmente mais abertos a novas maneiras de se fazer história do que antes. Essa ramificação começa com o reconhecimento da fragilidade do empirismo. Os primeiros praticantes do construcionismo histórico no século XIX – Karl Marx, Auguste Conte e Herbert Spencer – estavam insatisfeitos

com a simples descrição narrativa de eventos discretos e singulares do reconstrucionismo. Para esses precursores da teoria social do século XIX, a história só pode ser explicada quando a evidência é colocada em esquema explanatório preexistente que permite a consideração das regras gerais das ações humanas. Essas regras gerais são reveladas como padrões de comportamento, e eventos singulares são vistos como parte de um padrão discernível. (MUNSLOW 2009, p. 38)

E, finalmente, sobre a corrente de pensamento que defende, Munslow sinaliza que:

Os historiadores do desconstrucionismo ou da virada lingüística, como outros atentos ao caráter indeterminado da sociedade posmoderna e à natureza autorreferencial da representação, são conscientes de que a narrativa da história escrita é uma *re-presentação* do conteúdo histórico. Essa consciência emergiu nos últimos vinte e cinco anos do século XX, estimulando todos os historiadores a pensar autoconscientemente sobre como usamos a linguagem – a sermos particularmente conscientes do caráter figurativo de nossa própria narrativa como um meio através do qual relatamos o passado e escrevemos a história. Isso significa explorar ainda mais a idéia de que nossa linguagem opaca constitui e representa a realidade ao invés de a ela corresponder transparentemente; de que não há uma verdade histórica fundamental possível de ser conhecida; de que nosso conhecimento do passado é social e fruto de uma determinada perspectiva e de que a escrita histórica existe a partir de estruturas de poder culturalmente determinadas. (MUNSLOW 2009, p. 41)

## 167

Acreditamos que a argumentação de Munslow padece de alguns problemas. Em primeiro lugar, sua reflexão é tributária da aceitação de um quadro de *diaphonia*, ou seja, o ponto de partida de sua discussão é o acolhimento de que exista uma tensão entre duas orientações opostas. Valendo-se do relativismo, a corrente que advoga a história desconstrucionista, aparenta estar mais ajustada às possibilidades de prosseguimento das pesquisas em história. Nessa direção, as tendências construcionistas/reconstrucionistas, pelas crenças mais absolutas que manifestam, poderiam ser guindadas à condição, hoje abalada, de dogmáticas. O problema aqui é que Munslow também é um dogmático, posto que seu relativismo possui um ponto de estabilização. Fosse aproximado do ceticismo, de Agripa, por exemplo, não haveria sequer um porto seguro onde o autor pudesse vir a estacar suas crenças. Não se trata então de uma postura cética radical. E se ela não o é, então as crenças do autor também não se mostram imunes às mesmas críticas que são realizadas para com seus oponentes.

Retomemos Renato Lessa:

O modo de disputa, ou *diaphonia*, reedita um tradicional tema do ceticismo. Trata-se do padrão de conflito já estabelecido pelo princípio da equípolência. Assim, ao apresentar o primeiro modo de Agripa, Sexto Empírico menciona o conflito interminável – no sentido de não decidido – a respeito de qualquer assunto, tanto entre filósofos como entre homens ordinários. Dessa forma, na ausência de qualquer base segura que sustente a emissão de juízos, a suspensão apareceria como resultado inevitável. Do enunciado proposto por Sexto Empírico, é importante reter, além da retomada do tema da *isosthenéia*, o alcance atribuído à situação da disputa. De acordo com a

definição, o modo da disputa não reconhece distinções entre o conhecimento ordinário e as filosofias dogmáticas: todos esses domínios, uma vez assaltados por indecível disputa, deflagram atitudes de suspensão de juízo. Dessa forma, o primeiro modo de Agripa interditar a inclinação dos céticos pelo conhecimento comum: qualquer forma de conhecimento deve ser posta sob suspeita. (LESSA 1997, p. 90)

E, acerca do dogmatismo, é importante que se leia Porchat:

Muitos séculos se passaram desde que aquele médico grego (Sexto Empírico) arremeteu contra a especulação dogmática e redigiu a Suma do ceticismo antigo. No entanto, se nós, homens do século XX, nos debruçamos hoje sobre a história do pensamento filosófico, torna-se imediatamente evidente que essa história não é a história do conflito entre dogmatismo e antidogmatismo mas, precíua e essencialmente, a história das filosofias dogmáticas. A sofística, o ceticismo e outros movimentos do pensamento posterior que se lhes pudessem assemelhar parecem constituir-se tão somente momentos relativamente apagados da reflexão filosófica ao longo dos séculos, que apenas merecem um lugar secundário – quando o merecem – nos manuais de história da filosofia e nos programas universitários em que a filosofia se diz transmitida e ensinada. É a essência da filosofia grega que triunfa, ainda que guiada, no mundo moderno, para retomar uma vez mais as palavras heideggerianas, por representações cristãs. (PORCHAT 1994, p. 9)

Em segundo lugar, um conceito que é caro ao autor se remete aos desdobramentos posestruturalistas, remetidos em especial à crise da narrativa. Nessa direção, o autor é um devoto das contribuições de Hayden White, como se sabe, herdeiro de Northrop Frye. Portanto, Munslow sequer poderia conceber vínculos de identidade para com a narrativa que perfaz acerca das tendências historiográficas e metodológicas que o desagradam. Enfim, como encaminhar um texto que parte da assunção da quebra de identidade entre representação e representado, entre signo e significante, mas que, mesmo assim, pretende dispor numa ordem de causa e efeito, o itinerário de correntes de pensamento valendo-se do compromisso identitário? Fosse coerente com aquilo que lhe permitiu encetar seu problema e Munslow, como os pirrônicos, manteria com o mundo uma relação de convívio somente com o que aparece, pela *phantasmagoria*. Nada poderia ser declarado sobre o risco de se tornar dogmático. A esse respeito, acompanhemos Porchat novamente:

Eis também por que é *filosoficamente* estéril qualquer tentativa de explicação e interpretação genética das doutrinas filosóficas a partir de métodos que se determinem como não-filosóficos, a fim de permanecerem rigorosamente científicos. Com efeito, ainda que se pressuponha a possibilidade de obter-se um conhecimento rigoroso e adequado das condições psicológicas, sociais, econômicas etc., de que emergem as obras filosóficas e ainda que se admita a possibilidade de explicar-se, através de métodos tidos como cientificamente aceitáveis, por acordo entre os cientistas especializados, independentemente de qualquer opção filosófica prévia, a produção das diferentes atitudes filosóficas assim como das teses em que elas se exprimem e dos mecanismos próprio às argumentações que conduzem essas teses – e é preciso reconhecer que as tentativas contemporâneas nesse sentido, como, por exemplo, as que se têm feito no

campo da sociologia do conhecimento, por enquanto nos têm tão somente oferecido, em razão talvez de seu caráter incipiente, resultados bem magros e, de um ponto de vista rigorosamente científico, extremamente discutíveis -, mesmo com esses pressupostos, a explicação genética condena-se, pelas exigências de sua própria natureza, a permanecer silente no que concerne a uma decisão sobre a validade filosófica da doutrina que aborda, isto é, a permanecer incapaz de afrontar o problema que constitui o objeto primordial do interesse filosófico por qualquer doutrina. Em outras palavras, não se vê como poderia o discurso científico enfrentar, criticar o discurso filosófico *na sua especificidade*, ou simplesmente dialogar com ele, sem fazer-se filosófico por sua vez e, conseqüentemente, sem renunciar ao rigor e às limitações que lhe impõe a sua mesma cientificidade. E nem sequer se mencionou o fato de que a mesma filosofia cientificamente "explicada" teria, como qualquer outra filosofia, sua palavra a dizer sobre o sentido, o alcance e o valor da explicação que, em nome da ciência, dela se tivesse proposto. (PORCHAT 1994, pp. 13, 14)

Em terceiro lugar, como corolário do que acima se disse, a utilização de termos como consciência ou autoconsciência, perfaz um ruído talvez maior. Se o autor demonstrou desenvoltura para o questionamento do conceito de verdade, algo que o século XX, para ficar somente por perto, nos acostumou, como se vale de um termo dependente dessa mesma crença? Enfim, após toda sorte de relativismos, como escrever uma ponderação e conseguir se valer da idéia de que o conceito de consciência ainda possa ser impermeável à corrosão? Acreditamos que quando nos valem da concepção de consciência/inconsciência, adentramos o indigesto repertório hegeliano. Vejamos então as palavras que se seguem:

169

(Os grandes indivíduos históricos) devem ser chamados de heróis, na medida em que não tiraram seu objetivo e sua vocação do rumo calmo e regular das coisas, sancionado pela ordem existente, mas de uma forma secreta cujo conteúdo ainda está oculto e ainda não veio à luz. A fonte dessas ações é o espírito interior, ainda oculto por baixo da superfície, mas já batendo contra o mundo exterior como em uma casca para, afinal, irromper, deixando-a em pedaços, pois é um núcleo diferente daquele que pertence à casca. Portanto, são homens que parecem tirar os impulsos de suas vidas de si mesmos. Seus feitos produziram uma condição de coisas e um complexo de relações históricas que parecem ser o seu interesse e a sua obra. Esses indivíduos não tem consciência da Idéia como tal, são homens práticos e políticos. Ao mesmo tempo, são pensadores com a compreensão do que é necessário e em que momento. Enxergam a própria verdade de sua época e de seu mundo – eles vêem a próxima espécie que, por assim dizer, já está formada no ventre do tempo. Eles conhecem esta nova proposição universal, o próximo estágio necessário de seu mundo, para dela fazer seu objetivo, colocando nela toda a sua energia. As personalidades históricas do mundo, os heróis de seu tempo, devem portanto ser reconhecidas como profetas – suas palavras e seus feitos são o melhor da época. Os grandes homens trabalharam para a sua satisfação e não para a de outros. Quaisquer planos prudentes e conselhos bem intencionados que possam ter obtido de outros teriam sido limitados e inadequados para as circunstâncias. Eram eles que sabiam melhor e era deles que os outros aprendiam e com quem concordavam ou, pelo menos, a quem obedeciam. O Espírito, ao dar este novo passo histórico, é a alma mais profunda de todos os indivíduos – mas em um estado inconsciente, pelo qual os grandes homens despertam para a consciência. Por essa razão os homens seguem



estas almas que lideram, (eles afluem em multidões atrás de suas bandeiras). Sentem a força irresistível do seu próprio espírito incorporada nelas. (HEGEL 1990 pp. 79-80)

A esse respeito, guardando então proximidade com o que nos esforçamos para esclarecer, parece-nos vital que retomemos Nietzsche, quando este se deteve em menções acerca de David Strauss.

Soará estranho para Strauss se eu lhe disser que mesmo agora ele está ainda na "pura e simples dependência" de Hegel e Schleiermacher, e que sua doutrina do universo, do modo de consideração das coisas *sub specie boni* e suas medidas diante das situações alemãs, mas acima de tudo seu desavergonhado otimismo de filisteu, explicam-se a partir de certas impressões de juventude, hábitos e fenômenos doentios passados. Quem uma vez adoeceu de hegelianismo e schleiermacherismo nunca mais fica completamente curado. (NIETZSCHE 1983 p. 55)

Talvez essa proximidade com Hegel seja devida também ao uso indiscriminado dos prefixos pré ou pós. Enfim, quando os utilizamos, inevitavelmente parecemos importar vínculos com a perspectiva de se acompanhar o desenvolvimento da Idéia ao longo do tempo. Entendemos determinados eventos – mesmo os intelectuais – como portadores de um futuro não percebido pelos participantes. Numa palavra, um movimento, acontecimento ou corrente de pensamento, se nomeado por pré, parece ser então filiado ao que no futuro irá acontecer. Já o prefixo pós, como de resto já se percebeu, sinaliza uma certa compreensão de fim da história. Enfim, ainda não estamos longe da síntese proposta por Hegel quando este apresentou sua concepção de dialética.

Em quarto lugar, talvez o autor ainda se mantenha próximo de uma concepção mais afinada com alguns dos produtos renascentistas e iluministas, ou seja, ele tende a operar numa grade referencial que caminha do menos lúcido para a totalidade autoconsciente. Nessa direção, advoga pela obnubilação provocada pelo posmodernismo, pelo rompimento das possibilidades de surgimento de metanarrativas, mas o faz de modo a parecer que esse é um movimento ainda moderno. Isso tudo por transparecer esperanças de que um modo de tratamento da história que busque inspiração nessas hostes possa ser, de alguma forma, libertador de toda sorte de falsas crenças defendidas no passado por autores inconscientes. Para Munslow, o posmodernismo parece se equivaler a uma das várias vanguardas modernas. Nesse sentido, por mais que tenha se esforçado na defesa de sua fé, o modelo abraçado pelo autor pode também ser superado. Então por que tanto empenho? Quais seriam as balizas mais seguras que poderiam funcionar como aparato de cooptação de outros seguidores? As propostas diferenciadas então não se equivalem? Por que escolhermos uma em detrimento de outra?

Aí parece residir um traço de arbitrariedade em sua reflexão. Percebemos como evidente que a crítica deva ser buscada, mas o problema se encontra mais exatamente na percepção e entendimento de que algo de novo esteja

elaborado. É inevitável então que aguardemos por uma proposta que consiga então sair-se melhor do que aquelas que a antecederam. Mas se estruturalmente elas se assemelham, porque deveríamos optar por uma em detrimento de outra? E, ainda mais, se operamos na aceitação da falência de todo e qualquer suporte, por entendermos que remonte às ideologias do passado ou que recapitem uma ordem de poder, o que poderemos colocar no lugar que não venha a se parecer com esse procedimento?

Finalmente, o que parece ser comum nas abordagens elaboradas por historiadores acerca de um campo que pressupõe interfaces inevitáveis para com a filosofia, por que o autor, ao abordar o relativismo, recupera tão somente autores mais contemporâneos? Pode ser que esse procedimento guarde ligações de proximidade com as reflexões das chamadas *hard sciences*. Enfim, livros ou artigos que se situam nesses segmentos devem se valer daquilo que mais recentemente foi desenvolvido ou averiguado nos laboratórios e institutos de pesquisa empírica. De fato, de nada nos adiantaria, do ponto de vista da aplicabilidade, que um artigo publicado em uma revista científica em 2010 recupere achados já desprezados por uma gama de cientistas ao longo de anos e de uma série de pesquisas. Algo próximo disso ocorre quando nos reportamos, por exemplo, a Newton ou Galileu, na medida em que Einstein parece ter interposto outro paradigma. Mas, acreditamos, o mesmo não pode se proceder nas humanidades. Se acatamos a noção de superação, tomamos como crível a concepção iluminista de desenvolvimento correto e seguro do pensamento ilustrado. Para o autor, isso equivaleria à demonstração de que sua concepção epistemológica da história é prima irmã daquela que pretende isolar.

171

Assim, quando se reporta ao relativismo, como já notamos, o autor se mantém somente próximo de Foucault ou Barthes. Poderia ter se detido em Nietzsche, guia e matriz dos desdobramentos operados por Michel Foucault. Mas poderia ter ido mais longe, ao ceticismo pirrônico ou aos sofistas. Todos eles, guardadas as distâncias conceituais, também afirmaram a impossibilidade das palavras corresponderem às coisas.

Mas mesmo que não o fizesse, por conta de desejar evitar dispersões ou o risco já apontado por Bloch, de um retorno patológico às origens, notamos que Munslow poderia ao menos demonstrar mais apuro na utilização do conceito de relativismo que, quando opera somente em uma via, deixa, por definição, de sê-lo para se transformar igualmente numa ortodoxia.

A perda da permeabilidade de determinados conceitos utilizados pelos historiadores na tentativa de configuração ordenada dos fatos passados, mesmo que normalmente anunciada nos últimos 30 ou 40 anos, deveria também vir a impossibilitar qualquer tratamento que vise a dispor avanços e retrocessos na teoria da história. Ora, parece-nos que a própria disposição de um eixo que pressupõe perspectivas de progresso nas humanidades está, ele mesmo, fadado a se tornar um objeto a ser consumido pelo fôlego relativista.

Assim, como operar com conceitos advindos das ciências sociais que curiosamente ainda não demonstraram perda de viabilidade? Optar pela chave

que se engaja nas acepções conservador e progressista não é ainda permanecer na aceitação de um eixo que acolhe a linearidade?

Ao mesmo tempo, se se entende que determinados autores, na medida em que vieram a diagnosticar os percalços que vinham a impossibilitar o livre trânsito das cogitações iluministas, caminharam para o revigoramento dos estudos históricos, aceita-se também um ideal de maioria lúcida após a crise das ciências. Salientamos que, ao se aceitar a possibilidade de superação dialética nas humanidades, dificilmente se escapa do aparato kantiano. Assim, as mesmas ferramentas que serviram para o isolamento das dificuldades apresentadas pelo pensamento ilustrado, funcionam para o estabelecimento de distâncias para com aquilo que pretendeu superá-las.

A remissão a Kant não é somente uma imagem para a continuidade de nossas discussões. Trata-se de um filósofo, que como se sabe, tal como Aristóteles, voltou-se para a própria filosofia, tomando-a como objeto de seus estudos. Ramo sofisticado do pensamento em que os estudos se voltam para o exame das próprias perspectivas de se continuar a filosofar. Normalmente, quando se pretendeu examinar os problemas apresentados pela pretensão iluminista, foram retomadas as reflexões kantianas. Adorno, por exemplo, deteve-se nesse aspecto com vistas às tensões que pretendeu isolar num mundo que, ao reproduzir a prática de separação entre sujeito e objeto, realizou a barbárie. A esse respeito, vejamos Eagleton:

Como pode a mente trair o seu objeto no ato mesmo de possuí-lo, lutando para registrar sua densidade e resistência no mesmo momento em que o reduz a um pálido universal? Parece que os instrumentos lingüísticos muito crus, com os quais tomamos as coisas em nossas mãos, buscando preservar o máximo possível sua especificidade qualitativa, simplesmente se afastam de nós. Para ser fiel aos aspectos qualitativos da coisa, o pensamento precisa espessar sua textura, ganhar nós e granulação condensados; mas ao fazê-lo ele se torna, ele próprio, uma espécie de objeto, escapando do fenômeno que pretendia abarcar. Como observa Theodor Adorno: "a consciência de sua *performance*, a densidade de sua textura, faz o pensamento perder a mira" (ADORNO 1973, p.35). O pensamento dialético busca captar tudo o que é estranho ao pensamento como um momento do próprio pensamento, "reproduzindo no pensamento como sua contradição imanente" (ADORNO 1973, p.146). Mas, como se arrisca a perder essa estranheza no próprio ato da reflexão, essa tarefa está sempre a ponto de se autodestruir. Adorno tem no seu próprio estilo, uma espécie de solução processual para este dilema. A forma de lidar com esta contradição é a prática morosa e rebarbativa da escritura, um discurso mantido num constante estado de crise, distorcendo-se e voltando-se sobre si mesmo, lutando na estrutura de cada frase para evitar a "má" imediatividade do objeto e a falsa autoidentidade do conceito. O pensamento dialético desencava o objeto de sua autoidentidade ilusória, mas nesse movimento, expõe-se a liquidá-lo numa espécie de campo de concentração da Idéia Absoluta. A resposta provisória de Adorno a este problema é uma série de ataques guerrilheiros sobre o inarticulável; um estilo de filosofar que cerca o objeto conceitualmente mas consegue, por uma espécie de acrobacia cerebral, perceber lateralmente o que escapa a essa identidade generalizante. Cada frase de seus textos é, por assim dizer uma obra prima ou um milagre da dialética, fixando um pensamento um segundo antes que ele desapareça em suas próprias contradições. (EAGLETON 1993, p.247)

Nessa direção, servir-se de conceitos forjados no interior de uma cultura que acreditou no livre desenvolvimento das ciências, mesmo que seja para criticá-la, não implica aceitar suas premissas? Ao demonstrar afinidade com uma corrente que parece creditar o avanço dos estudos em história, corremos o risco de, com sinais cruzados, repetir a fé na imparcialidade existente entre o pesquisador e o objeto a ser pesquisado.

Em situação semelhante se encontra Keith Jenkins, em seu *A História Repensada*. Em algumas passagens de sua obra, o autor parece olvidar que o plano relativista em que opera também pode voltar-se contra suas propostas, como por exemplo, nessa citação:

Esse fluxo interpretativo (remete-se às leituras inspiradas no conceito operatório de intertextualidade), quando visto de forma positiva, tem potencial para capacitar até os mais marginalizados, na medida em que eles pelo menos podem produzir suas próprias histórias, mesmo que não tenham poder para torná-las a de outras pessoas. Conforme argumenta Peter Widdowson, é improvável que hoje a história possa ser resgatada do desconstrucionismo historiograficamente orientado e metodologicamente balizado. "Aliás, nem se deve tentar isso". Questionar a noção de verdade do historiador, assinalar a factividade variável dos fatos, insistir em que os historiadores escrevem o passado a partir de posições ideológicas, enfatizar que a história é um discurso escrito tão passível de desconstrução quanto qualquer outro, afirmar que o "passado" é um conceito tão especulativo quanto o "mundo real" a que os romancistas aludem na ficção realista – só existindo nos discursos presentes que o formulam. Tudo isso desestabiliza e fratura o passado, de modo que nas rachaduras nele abertas se podem produzir novas histórias. (JENKINS 2009, p. 102)

173

Jenkins mostrou-se mais cuidadoso na utilização de conceitos que venham a transparecer proximidades com a atualização da teoria da história com vistas à superação do que antes, de modo inconsciente se fazia. Sabedor da distensão provocada pelas leituras mais tardias de Foucault e Barthes, o autor pretendeu dispor um campo diferenciado para as perspectivas teóricas da história. Nessa direção, sua proposta final, de que novos currículos dos cursos de história sejam embasados no exame das distintas metodologias escolhidas, parece-nos bastante salutar e age como uma espécie de alerta para o tratamento relativista dos constructos acerca do passado.

Mesmo que não o cite, esteve muito próximo de De Certeau quando esse situou o trabalho do historiador como tributário de seu ambiente de trabalho – institutos, universidades, etc. -, de sua relação com as expectativas de mercado e do quanto esses elementos agem na escolha de seus objetos bem como na direção das tendências relativas às opções teóricas que serão acolhidas.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU 2008, pp. 66-67)

Mas diferentemente de Certeau, Jenkins serviu-se de uma ferramenta de trabalho que, de forma inevitável, vem a operar transformações no objeto que pretendeu esmiuçar. Referimo-nos ao uso do conceito de ideologia que, se não isolado criticamente, pressupõe o engajamento ao itinerário marxista de análise e aprofundamento. Assim, se o acatamos, insidiosamente parecemos fornecer crédito à concepção de que diferentes classes sociais, em especial a “dominante”, produzem seus próprios meios de explicação com vistas ao ofuscamento do que de fato ocorre, a saber, a própria dominação sobre outros, adiante chamados de excluídos, dominados, vencidos, etc. Veja-se, por exemplo:

A história nunca se basta; ela sempre se destina a alguém. Por conseguinte, parece plausível que as formações sociais específicas querem que seus historiadores expressem coisas específicas. Também parece plausível que as posições predominantemente expressas serão do interesse dos blocos dominantes dentro daquelas formações sociais (não que tais posições surjam automaticamente e depois sejam asseguradas para sempre, ponto final, sem sofrerem nenhuma contestação). O fato de que a história propriamente dita seja um constructo ideológico significa que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todos aqueles que, em diferentes graus, são afetados pelas relações de poder – pois os dominados, tanto quanto os dominantes, têm suas próprias versões do passado para legitimar suas respectivas práticas, versões que precisam ser tachadas de impróprias e assim excluídas de qualquer posição no projeto do discurso dominante. Nesse sentido, reordenar as mensagens a serem transmitidas (com frequência, o mundo acadêmico chama de “controvérsias” muitas dessas reordenações) é algo que precisa ser continuamente elaborado, pois as necessidades dos dominantes e/ou subordinados estão sempre sendo retrabalhadas no mundo real à medida que eles procuram mobilizar pessoas para apoiarem seus interesses. (JENKINS 2009, pp. 40-41)

174

Mas, perguntamos: por que o conceito de ideologia ainda persiste num universo teórico marcado pela terra arrasada, pela impossibilidade de utilização de termos que transpareçam vínculos identitários entre o que se disse e o que se quis significar como real ou verdadeiro? Acreditar que uma teoria de história que venha a dar lugar aos excluídos não é ainda crer na viabilidade dos estudos históricos? Seria então possível vir a realizar uma história calcada no empirismo se então os objetos de estudo fossem vistos como corretos? A escolha de objetos diferenciados, nesse caso, não se daria por conta de uma opção arbitrária que também, ela própria, é ideológica? Vejamos Edmund Wilson, nas reflexões que operou acerca da dialética marxista, e isso por evidenciar certa proximidade com o que procuramos esclarecer:

Marx e Engels jamais tiveram quaisquer dúvidas a respeito da teoria da revolução social desenvolvida por eles próprios; jamais duvidaram que o objetivo derivado dessa teoria seria um dia alcançado. Tampouco se deram ao trabalho de explicar de que modo a “ideologia” deles, reconhecidamente uma ideologia de classe destinada a promover os interesses do proletariado, poderia ter uma espécie de validade diferente da validade das outras. Onde começam e terminam tais validades? É a pergunta que o leitor de hoje em dia coloca a Marx e Engels. Como determinar até que ponto uma lei ou obra de arte, por exemplo, é produto de uma ilusão de classe, e até

que ponto tem alguma aplicação mais geral? Até que ponto e sob quais condições as idéias dos seres humanos atuam sobre suas bases econômicas? (WILSON 1993, p. 180)

Não estaríamos também, como em Munslow, na crença na perspectiva de superação constante das reflexões em história? Acreditamos que, no afã de atualizar-se, a história perde por conta de seu afastamento de um elemento que lhe parece vital. O contato desinteressado e sem preconceitos com aquilo que o passado oferece de distinto. Diferente das ditas ciências duras, corremos o risco então de nos desvencilharmos daquilo que parece ser o próprio substrato de nosso mister, ou seja, a possibilidade de se acolher temas não engajados ou ajustados ao contemporâneo. Não nos parece novidade conceder à história o desígnio de que seja o campo propício para o exame das diferenças. Mas quando se entende que somente determinadas diferenças parecem ser os melhores objetos, acreditamos que essa possibilidade seja tolhida em suas perspectivas de desenvolvimento. Algo próximo desse raciocínio pode ser percebido nas seguintes considerações de Terry Eagleton:

175

Libertários pessimistas ou envergonhados como Jacques Derrida e Michel Foucault vêem que as normas são inevitáveis, basta que se abra a boca. A palavra "escuna" – que, como o leitor saberá, significa embarcação de dois mastros na qual as velas principais são latinas e que geralmente dispõe de vergas apenas no mastro de vante – soa bastante precisa, mas tem que se esticar para abranger todo tipo geral, cada uma com suas peculiaridades. A linguagem achata e nivela as coisas. É normativa do princípio ao fim. Dizer "folha" implica que dois pedaços incomparavelmente diferentes de matéria vegetal sejam uma e a mesma coisa. Dizer "aqui" homogeneiza toda uma rica diversidade de lugares distintos. Pensadores como Foucault e Derrida irritam-se com essas equivalências, mesmo quando as aceitam como inevitáveis. Gostariam de um mundo inteiramente feito de diferenças. Na verdade, assim como Nietzsche, seu grande mentor, pensam que o mundo é inteiramente feito de diferenças, mas que temos de forjar identidades se quisermos sobreviver. É verdade que, num mundo de puras diferenças, ninguém seria capaz de dizer qualquer coisa de inteligível – e não poderiam existir poesia, sinais de trânsito, cartas de amor ou folhas de registro, bem como nenhuma afirmação de que tudo é peculiarmente diferente de tudo o mais. (EAGLETON 2005, pp. 29-30)

Mais ainda, se acreditamos que o conhecimento de um determinado tipo de história tenha a capacidade de nos libertarmos, ainda estamos inseridos na relação de fé para com a história. Como então nos diferenciamos das reflexões hegelianas que, como se sabe, pressupunham um tipo de recuperação da história com vistas à redenção do homem? Retomemos Jenkins, num ponto em que ele se mostra esperançoso:

Entre a cruz e a caldeirinha da história autorizada, por um lado, e da ausência de passado posmoderno, por outro, existe um espaço para este resultado desejável: tantos grupos e pessoas quanto possível poderão produzir suas próprias histórias, de modo que eles sejam capazes de fazer-se ouvir (produzir efeitos reais) no mundo. É claro que não se pode garantir com precisão ou (para desgosto dos deterministas marxistas) determinar em definitivo a direção e o impacto desses efeitos. Mas eles podem ocorrer,



e pode-se dar uma mão. Isso porque tal história, considerada não em seu aspecto tradicional de disciplina à procura de um conhecimento real, mas sim no que ela é (uma prática discursiva que possibilita a mentalidades do presente irem ao passado para sondá-lo e reorganizá-lo de maneira adequada às suas necessidades), pode muito bem, como argumentou o crítico cultural Tony Bennet, ter uma contundência radical que consiga dar visibilidade a aspectos do passado antes ocultos ou dissimulados ou que foram desconsiderados e postos de lado. Assim, ele produziria percepções novas que poderiam realmente fazer uma diferença substancial e emancipatória no presente – que é onde toda história começa e para onde toda história retorna.. (JENKINS 2009, p. 104)

Jenkins, assim como Munslow, parece acreditar na existência de boas e más histórias, dependendo da opção “ideológica” do historiador em questão. Suas concepções então também necessitam da pressuposição de que existam verdades passíveis de serem descobertas. Uma história desconstrucionista acolhe instrumentos de análise e de crítica com objetividade suficiente para situar o que no passado esteve oculto ou dissimulado. A história que se coloque de um ponto de vista “dominado” somente pode se valer da crença inquestionável de que elites e excluídos possam ser determinados com clareza. E a aceitação de que uma história realizada pelos dominados irá se sair melhor já denota uma expectativa redentora.

Os títulos de suas obras já anunciam esperanças. Repensar a história ou desconstruí-la pressupõe uma inevitável objetividade, como se o passado historiográfico se abrisse para nós e se apresentasse com a nitidez de uma nova cepa de bactérias. Também chamamos a atenção para o fato de serem obras que se pretendem inaugurais de novos e renovados momentos para os historiadores. Parece-nos difícil que não estabeleçamos proximidades para as decantadas inovações e descobertas desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX. A prática do relativismo, nos parece, costuma conduzir a situações mais funestas e menos ruidosas.

Quando nos perguntamos sobre a possibilidade ou não de se continuar os estudos de história, deveríamos nos manter próximos da dúvida hiperbólica de cunho cético. Ou seja, é necessário que aceitemos que uma das respostas pode ser a de negação. Enfim, poderíamos depositar crédito na suposição de que estejamos condenados ao silêncio com relação à aproximação e compreensão do que tenha ocorrido no passado. Esse nos parece um modo lógico de resolução do lema rankeano, costumeiramente mencionado nos estudos sobre teoria da história num cenário posmoderno. Do contrário, quando acreditamos ter escolhido uma metodologia correta, a partir da remissão ao que entendemos ser bons teóricos, revigoramos a crença de uma história, que dependendo do modo como for narrada, nos mostrará aquilo que de fato aconteceu, mas que foi esquecido, abandonado ou excluído.

**Bibliografia:**

- ADORNO, T. *Negative Dialectics*. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HEGEL, G. W. F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Editora Moraes, 1990.
- JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Editora contexto, 2009.
- KANT, Immanuel. *Idéia de uma história de um ponto de vista universal*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LESSA, Renato. *Veneno Pirrônico: ensaios sobre o ceticismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. Original francês de 1979.
- MUNSLOW, ALUN. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- NIETZSCHE, F. W. *Obras Incompletas*. São Paulo: Editora Abril, 1983.
- PEREIRA, Oswaldo Porchat. *Vida comum e ceticismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- VERDAN, André. *O ceticismo filosófico*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

# Guerra e doutrina: a historiografia brasileira e o problema da autoridade colonial\*

War and doctrine: the brazilian historiography and the problem of the  
colonial authority

---

**Marco Antonio Silveira**

Professor Adjunto  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
mas@ichs.ufop.br  
Rua do Seminário, s/n - Centro  
Mariana - MG  
35420-000  
Brasil

---

## Resumo

Este artigo tem como objetivo avaliar alguns dos pressupostos que vêm norteando o debate historiográfico no Brasil a respeito do problema da autoridade colonial. Para isso, procura-se retomar a discussão mais ampla sobre os conflitos e as formas de governo realizada desde a Antiguidade com o intuito de se sugerir que, estando a guerra no cerne do modelo escolástico, seria inadequado ignorá-la como elemento crucial nas análises sobre a colonização da América portuguesa. Discutindo certas concepções de natureza humana presentes na apropriação da *paideia* grega pelo pensamento católico, o artigo almeja salientar a diversidade do vocabulário político que perpassou a atuação de magistrados e governadores coloniais.

## Palavras-chave

Guerra; América portuguesa; Autoridade.

## Abstract

This paper aims to evaluate some assumptions that have been guiding the historiographical debate in Brazil about the matter of the colonial authority. For that, one seeks both to take back the wider discussion, made since the Antiquity, on the conflicts and the forms of government, and to suggest that, being the war in the heart of Scholastic paradigm, it would be inappropriate to ignore it as a crucial element in the analysis about colonization in Portuguese America. Discussing some conceptions about human nature present in the appropriation of Greek *paideia* by the catholic thought, the paper intends to point out the diversity of the political vocabulary that went through the performance of the colonial magistrates and governors.

## Keyword

War; Portuguese America; Authority.

178

---

Enviado em: 30/01/2010  
Autor convidado

---

\* Agradeço a criteriosa leitura, as críticas e sugestões feitas pelo colega Mateus Henrique de Faria Pereira, docente do Departamento de História da UFOP.

Viajavam um dia um leão e um homem. Cada um contava mais vantagens que o outro. E então, no caminho, encontram uma estela de pedra com um homem estrangulando um leão. O homem, mostrando-a, disse ao leão: "Vês como nós somos mais fortes do que vocês?" E este, sorrindo, disse: "Se os leões soubessem esculpir, verias muitos homens sob a pata do leão".  
Esopo. *O homem e o leão*.

## Introdução

Na última década, a historiografia dedicada ao estudo da América portuguesa tem se debruçado com vigor sobre temas relativos à história política e das instituições administrativas. A importância dos debates que daí resultaram se expressa na grande quantidade de projetos, artigos e livros sobre assuntos correlatos recentemente empreendidos e divulgados. O objetivo deste artigo não é o de realizar um balanço dessa produção e de seu papel na história da historiografia sobre o Brasil. Um bom exemplo de esforços dessa natureza foi efetuado recentemente, em especial no que diz respeito às análises sobre Minas Gerais, por Júnia Ferreira Furtado (FURTADO 2009). O que se deseja aqui é abordar duas questões mais amplas.

A primeira se refere à apropriação e ao uso do *vocabulário político*. Em grande medida, as preocupações historiográficas atuais resultam do entendimento de que as relações políticas e institucionais na América portuguesa devem remeter, em detrimento do anacronismo, a linguagens específicas fundadas no pensamento da Segunda Escolástica. As discussões teóricas acerca da leitura e do discurso, porém, nos convidam a refletir sobre as condições que presidiram à sua produção e consumo. Não haveria, sob as aparentes homogeneidade e coerência dos pressupostos escolásticos, uma pluralidade de falas e apropriações? Estariam as palavras de São Tomás de Aquino sempre tão distantes das de Maquiavel ou de Hobbes?

A segunda questão implica o tema da *autoridade*. Chamar a atenção para a eficácia da economia do dom e do modelo escolástico como meios de ordenar os conflitos sociais significa, em última análise, investigar a implementação de estratégias autoritárias.<sup>1</sup> Contudo, com que conceito de autoridade têm os historiadores trabalhado? Um objetivo central deste artigo consiste em sugerir que certa concepção de natureza humana herdada da Antiguidade clássica conferiu ao debate sobre as relações políticas no Antigo Regime uma ambiguidade que atravessou inclusive concepções autoritárias como as propostas pela Segunda Escolástica.

A análise de ambas as questões demanda que se retomem as apropriações do trabalho de António Manuel Hespanha efetuadas pela historiografia brasileira. Sem se debruçar especificamente sobre este ou aquele autor, o artigo visa

---

<sup>1</sup> O adjetivo *autoritário* aparecerá em todo este artigo como desdobramento do substantivo *autoridade*: é autoritário aquilo que possui autoridade. O adjetivo, portanto, não deve ser tomado na acepção corrente de *autocrata* – como, por exemplo, quando se designa o "entulho autoritário" ou quando se diz corriqueiramente que alguém é "autoritário". Cf., a esse respeito, as reflexões de Hannah Arendt (1972) no capítulo "Que é autoridade?"

explorar alguns riscos interpretativos. Dois deles merecem destaque especial: de uma parte, o isolamento do pensamento escolástico luso em relação aos debates que conduziram aos seus pressupostos – daí a retomada de diferentes autores da tradição política e filosófica europeia; de outra, as tensões resultantes da própria obra de Hespanha, na qual se procura articular perspectivas teóricas tão antagônicas quanto as de Tomás de Aquino e Michel Foucault.

O artigo está estruturado em onze seções: “espécies de governo”, “amizade”, “*paidéia*”, “dualismo”, “direito natural”, “soberania”, “prudência e crítica”, “ser e dever ser”, “utilidade”, “vontade de distinção” e “*polémos*”. Em linhas gerais, pretende-se inserir as reflexões escolásticas no interior do debate mais amplo sobre guerra e política, cuja gênese está na *paidéia* grega. Essa ampliação do foco permitirá que duas linhas de argumentos sejam desenvolvidas: por um lado, a afirmação de que a reflexão sobre a idéia de homem e de comportamento virtuoso não pode ser dissociada do diagnóstico referente à imperfeição da natureza humana presente na tradição filosófica e política de matriz grega; por outro, a constatação de que o tema da guerra, externa e interna, não era de forma alguma alheio às doutrinas do Antigo Regime. Através da recuperação de alguns dos debates teóricos apropriados na Idade Moderna, desejamos ratificar a idéia de que a própria perspectiva escolástica demandava um conhecimento sobre a guerra e a luta social.

### **Espécies de governo**

As reflexões de Tomás de Aquino sobre a origem e a natureza da sociedade civil se inserem num quadro mais amplo de debate doutrinário, político e historiográfico. A Escolástica, em certa medida, procurou resolver problemas que já estavam colocados desde a Antiguidade. Diversos autores, antes e depois de Aquino, pensaram sobre a melhor maneira de governar os homens tomando como base a distinção entre a monarquia, a aristocracia e a democracia – espécies que poderiam degenerar, respectivamente, no despotismo, na oligarquia e na anarquia. Maquiavel (1469-1527), nos *Discorsi* sobre Tito Lívio, traçou as vicissitudes históricas dos governos: saindo da condição de animais, distinguindo os princípios básicos da justiça, os homens elegeram o mais sábio como chefe; o direito de sucessão, contudo, tornou esses príncipes vaidosos e despóticos; os grandes, incapazes de sofrer tal violência, lideraram a multidão contra os soberanos; a ambição aristocrática, por sua vez, degenerando em domínio oligárquico, levou à insurgência da multidão e à adoção da democracia; com o passar do tempo, a anarquia, gerada pelo comportamento caprichoso de todos, redundou novamente na monarquia (MAQUIAVEL 1994, p. 24-5).

Segundo Maquiavel - geralmente conhecido pela imagem estereotipada do maquiavelismo -, nessas condições, em que os povos estavam sujeitos a sofrer “revoluções” constantes, a experiência da república romana deveria ser valorizada: (...) se os príncipes, os aristocratas e o povo governarem em conjunto o Estado, podem com facilidade controlar-se mutuamente (MAQUIAVEL 1994, p. 25). E completou: O equilíbrio dos três poderes fez assim

com que nascesse uma república perfeita. A fonte desta perfeição, todavia, foi a desunião do povo e do Senado (MAQUIAVEL 1994, p. 27).

Em outras palavras, Maquiavel concebeu o conflito como algo positivo para o desenvolvimento dos povos, destacando o decisivo papel de formas institucionais na produção de um equilíbrio que impedisse a sujeição dos governos aos caprichos humanos. Certamente, a obra do pensador florentino foi execrada por adversários católicos tanto por pretensamente dissociar moral e política, quanto por questionar a escolha da monarquia como a melhor espécie de governo. Todavia, o problema moral estava no cerne de suas preocupações: como desenvolver capacidades éticas na ausência de um governo equilibrado e apto a controlar os excessos da natureza humana? A mesma questão reapareceu mais tarde, por exemplo, para Montesquieu e para os pais fundadores dos Estados Unidos da América.

Maquiavel mencionou ironicamente a apropriação seletiva que os autores e líderes do período renascentista fizeram da Antiguidade. Remédios, leis, sentenças e diagnósticos dos antigos eram abundantemente citados. Contudo,

quando se trata de ordenar uma república, manter um Estado, governar um reino, comandar exércitos e administrar a guerra, ou de distribuir justiça aos cidadãos, não se viu ainda um só príncipe, uma só república, um só capitão, ou cidadão, apoiar-se no exemplo da Antiguidade (MAQUIAVEL 1994, p. 17).

## 181

Pela mesma época, embora numa perspectiva bastante distinta, Erasmo de Roterdã (1466-1536) queixou-se também da incapacidade dos príncipes de realizarem a justiça:

Ora, que outra coisa é a guerra, senão um homicídio e um latrocínio generalizados, tanto mais abomináveis quanto mais estendidos se mostram? Mas disto zombam, como se se tratasse de extravagância de escolásticos, os toscos Senhores da nossa época, os quais, ainda que de homens mais não tenham do que a aparência, julgam-se não obstante inteiramente deuses (ERASMO 1999, p. 39-40).

Enquanto Maquiavel, como se viu, recorria à Antiguidade em busca do modo equilibrado de governo, Erasmo exaltava a retomada dos princípios básicos do cristianismo como meio de superação dos males humanos. Ambos, de toda maneira, compunham um contexto mais geral cujas contradições nem sempre são levadas em consideração. Jean Delumeau, perguntando-se acerca das razões do “silêncio prolongado sobre o papel do medo na história”, evocou o peso da tradição centrada na honra e na valentia desde a Antiguidade, lembrando a importância da retórica heróica na legitimação do poder (DELUMEAU 1989, p. 15).<sup>2</sup> Michel Foucault, por seu turno, ressaltou a “inquietação” do período renascentista,

---

<sup>2</sup> “Da Antiguidade até uma data recente, mas com ênfase no tempo da Renascença, o discurso literário apoiado pela iconografia (retratos em pé, estátuas equestres, gestos e drapeados gloriosos) exaltou a valentia – individual – dos heróis que dirigiam a sociedade. Era necessário que fossem assim, ou ao menos apresentados sob esse aspecto, a fim de justificar aos seus próprios olhos e aos do povo o poder de que estavam revestidos. Inversamente, o medo era o quinhão vergonhoso – e comum – e a razão da sujeição dos vilões” (DELUMEAU 1989, p. 15).



bem como o fato de que desde a segunda metade do século XV o medo da morte desdobrou-se em medo da loucura: "A loucura é o já-está-aí da morte" (FOUCAULT 1978, p. 16). Erasmo representaria esse desdobramento ao assinalar que a loucura se encontrava dentro dos homens, fazendo-os viver em constante ilusão.<sup>3</sup>

Maquiavel e Erasmo, portanto, cada um à sua maneira, assistiram à emergência das monarquias modernas nutrindo-se de um mesmo clima de surpresa e medo diante da capacidade destrutiva do homem. No primeiro parágrafo dos comentários sobre a obra de Tito Lívio, o estudioso florentino ressaltou que os homens, "por natureza invejosos", haviam tornado o descobrimento de novos métodos e sistemas tão perigoso quanto a descoberta de terras e mares desconhecidos (MAQUIAVEL 1994, p. 17).

O filósofo neerlandês, que teve suas obras proibidas pelo *Index* em 1559, denunciou o mau uso da filosofia antiga pela Igreja:

Ao cabo, chegou-se ao extremo de Aristóteles ser plenamente acolhido como parte integrante da teologia, e acolhido de tal guisa, que a sua autoridade é quase mais sagrada que a de Cristo. Com efeito, se este disse alguma coisa pouco ajustada ao nosso teor de vida, é lícito perverter a interpretação, mas repele-se de imediato quem ouse, mesmo levemente, opor-se aos oráculos aristotélicos. Dele aprendemos que não existe felicidade perfeita para o homem a menos que possua os bens do corpo e da fortuna. Dele aprendemos que não pode prosperar uma república na qual tudo seja possuído em comum. Esforçamo-nos por unir os dogmas dele com a doutrina de Cristo, que é o mesmo que juntar a água com o fogo (ERASMO 1999, p. 52).

182

Para Erasmo, o afastamento das lições de Cristo permitia a expansão de atitudes desumanas e cruéis. A crítica erasmiana à precedência do aristotelismo é significativa na medida em que aponta para um problema teórico fundamental, isto é, o choque entre a concepção do homem como *animal político* e a caridade cristã. Se Maquiavel defendia o conflito como decisivo para a civilização, Erasmo pregava uma atitude explicitamente irenista. Não à toa, Jerônimo Osório, um dos autores mais importantes do quinhentismo português, dedicou-se a combater os argumentos que contrapunham guerra e cristianismo.<sup>4</sup> Eram operações desse tipo que Erasmo entendia como perversão interpretativa. Se adotássemos o seu ponto de vista, não seria propriamente ilícito questionar em que medida a Segunda Escolástica não cedia a certos intentos de Maquiavel.

Este último, referindo-se à incapacidade dos príncipes acima mencionada, evocou o valor da história:

<sup>3</sup> Segundo Foucault (1978, p. 23-4), referindo-se ao *Elogio da loucura*, "Erasmo reserva aos homens do saber um bom lugar em sua ronda dos loucos: depois os Gramáticos, os Poetas, os Retóricos e os Escritores; depois os Jurisconsultos; em seguida caminham os Filósofos respeitáveis por sua barba e seu manto; finalmente a tropa apressada e inumerável dos Teólogos. Mas se o saber é tão importante na loucura, não é que esta possa conter os segredos daquele; ela é, pelo contrário, o castigo de uma ciência desregrada e inútil".

<sup>4</sup> Sobre a oposição entre Maquiavel e Erasmo, vale mencionar as palavras de A. Guimarães Pinto sobre Jerônimo Osório: "Ao publicar, em 1542, com o título de *De nobilitate civili et christiana*, o seu primeiro livro, aquele que viria a consagrar-se como o autor português mais editado no século XVI e a merecer, pela pureza do latim que manejava, o epíteto de *Cícero lusitano*, pretendeu provar, entre

A causa disto, na minha opinião, está menos na fraqueza em que a moderna religião fez mergulhar o mundo, e nos vícios que levaram tantos Estados e cidades da Cristandade a uma forma orgulhosa de preguiça, do que na ignorância do espírito genuíno da história. Ignorância que nos impede de aprender o seu sentido real, e de nutrir nosso espírito com a sua substância (MAQUIAVEL 1994, p. 18).

O "sentido real" da história estava nas constantes revoluções, cujo fundamento, distanciando-se da caridade cristã, achava-se na natureza egoísta do homem. Erasmo era tão consciente da força desse argumento que procurou enfrentá-lo diretamente:

"Mas", dizem, "a lei da natureza ordena algo que foi reconhecido pelas leis e aceito pelo costume, isto é, que devemos repelir a força com a força e que cada um de nós deve salvaguardar a sua vida do mesmo passo que a sua riqueza, visto que esta *desempenha a função da respiração*, como afirma Hesíodo". – Não o nego. Mas, mais poderosa que tudo isto, a graça evangélica ordena que não respondamos com injúrias aos que nos injuriam, que queiramos bem aos que nos querem mal, que demos a totalidade das nossas riquezas àquele que nos tira uma parte, que rezemos também por aqueles que nos ameaçam com a morte. – "Mas", afirmam, "isso apenas toca aos apóstolos!" – Bem pelo contrário!, isso toca à totalidade do povo e corpo de Cristo, como dissemos, corpo que é força que forme um todo, ainda que, quanto aos méritos, um membro seja mais ilustre do que outro. A doutrina de Cristo não tem nada a ver com os que não esperam como prêmios reinar com Cristo (ERASMO 1999, p. 60-1).

## 183

A referência ao poeta grego Hesíodo, que viveu no século VIII a. C., e em particular ao poema *Os trabalhos e os dias*, não é evidentemente fortuita.<sup>5</sup> A noção de que o egoísmo estava de algum modo inscrito na natureza humana era amplamente conhecida pelos humanistas. Mesmo Erasmo não a negava, sublinhando, porém, que podia ser superada pela graça evangélica.

Enfim, entre Florença e Roterdã os caminhos ora se apartavam, ora se cruzavam. Por um lado, o reconhecimento de que a guerra travada entre indivíduos e facções era inevitável, podendo os governos tirar disso proveito através de instituições equilibradas. Por outro, o lamento segundo o qual os ensinamentos de Cristo, se seguidos, poderiam retirar os homens da condição

---

outras coisas, que Maquiavel não tinha razão, quando dizia que o espírito cristão era culpado pelo entibamento de caráter e pelo desaparecimento de intrepidez militar que estiveram na gênese da decadência do império romano. Na sequência da refutação a que fogosamente se entrega, Osório julga-se obrigado a: 'impugnar o raciocínio daqueles que cobriram de maldições toda a sorte de milícia, apodando-a de atividade ímpia e pecaminosa, em contradição com os preceitos de Cristo'" (ERASMO 1999, p. 16).

<sup>5</sup> Segundo Werner Jaeger, "O tema exterior do poema de Hesíodo é o processo com o seu irmão Perses, invejoso, briguento e preguiçoso, que, depois de ter malbaratado a herança paterna, insiste constantemente em novos pleitos e reclamações. Da primeira vez conquistou a boa-vontade do juiz por meio de suborno. A luta entre a força e o direito que se manifesta no processo não é, evidentemente, um assunto meramente pessoal do poeta; este torna-se, ao mesmo tempo, porta-voz da opinião dominante entre os camponeses. O seu atrevimento é tão grande, que chega a lançar no rosto dos senhores 'devoradores de presentes' a sua ambição e o abuso brutal do poder. A sua descrição não se pode comparar com a descrição ideal do domínio patriarcal dos nobres em Homero. Este estado de coisas e o descontentamento que ele origina já existiam antes, naturalmente. Mas para Hesíodo o mundo heróico pertence a outra época, diferente e melhor do que a atual, a 'idade do ferro' que descreve com cores tão sombrias nos *Erga*". (JAEGER 1989, p. 60).

degradante imposta pelos caprichos. Para ambos, todavia, uma natureza humana corrompida e insana, captada nos relatos históricos. Ainda que mais tarde a Segunda Escolástica, baseada em Tomás de Aquino, tenha se esforçado para dissolver o conflito mundano na prudência católica, a guerra permaneceu como um dado irrefutável.

### **Amizade**

O contraponto entre belicosidade e paz, auto-preservação e caridade, é retoricamente trabalhado por Erasmo em *A guerra*. O fundamento ciceroniano de sua abordagem aparece com clareza no seguinte trecho:

Primeiramente, que coisa existe na natureza mais doce ou melhor que a amizade? Nenhuma, seguramente. E todavia, que outra coisa é a paz, senão a amizade de muitos entre si? Do mesmo modo que, inversamente, a guerra mais não é do que o rancor de um grande número. Além disso, é tal a natureza das coisas boas, que quanto mais estão à vista, tanto trazem consigo maiores vantagens. Por conseguinte, sendo a amizade de uma só pessoa por outra algo de tão doce e salutar, que imensa felicidade não será, se se ligarem, pelo vínculo da amizade, um reino com outro reino e um povo com outro povo? (ERASMO 1999, p. 42).

As palavras nos remetem ao famoso escrito de Marco Túlio Cícero (106-143) denominado *Da amizade*. Nele, Cícero, numa posição claramente crítica frente aos epicuristas, defendeu que a amizade, entendida como benevolência, embora fosse uma condição natural que aproximava os homens, só estabeleceria laços duradouros caso fosse vivida como virtude. Nesse sentido, ser amigo não significava ser leal em qualquer condição:

Aqui está, então, a primeira lei da amizade a ser sancionada: só pedir aos amigos coisas honestas; para ajudá-los, fazer apenas coisas dignas sem sequer esperar que no-las peçam: mostrar interesse sempre, não hesitar jamais; finalmente, ousar dar francamente sua opinião. Na amizade, convém que os amigos mais prudentes tenham maior autoridade, intervenham para advertir; não apenas com franqueza, mas com severidade quando a situação o exigir, e que se obedeça a essa intervenção (CÍCERO 2001, p. 59-9).

Como ocorreria com Maquiavel muito tempo depois, a fala de Cícero era pautada pela tentativa de pensar as revoluções e as vicissitudes da república romana, das quais participou ativamente. Sua defesa da amizade, assim, tinha um sentido fortemente político, na medida em que se inseria numa preocupação mais ampla com o exercício da virtude como esteio da vida pública.

Para além da busca de estabilidade, Cícero, ao distinguir amizade e responsabilidade, criticou também aqueles que procuravam tornar inimputáveis as ações realizadas em nome da lealdade. Mais ainda, contrapondo as escolas estoica e epicurista, o político romano rejeitou os que atribuíam a origem da amizade ao útil, e não ao honesto:

Quando prestamos um serviço ou nos mostramos generosos, não exigimos recompensas, pois um préstimo não é um investimento. A natureza é que inspira a generosidade, por isso acreditamos que não se deve buscar a amizade com vistas ao prêmio, mas com a convicção de que este prêmio é o próprio amor que ela desperta. Os filósofos que, como os animais, tudo atribuem ao prazer nem de longe partilham semelhantes idéias. Não há aqui o que admirar: nada de nobre, grandioso e divino está ao alcance de quem rebaixa de tal modo os seus pensamentos a um assunto tão vil e desprezível (CÍCERO 2001, p. 43-4).

A ambiguidade entre a violência das lutas de poder em Roma e a defesa ciceroniana da amizade – que, na linguagem erasmiana, apareceria como o choque entre atitude belicosa e preceitos cristãos – se deve, em boa parte, à filiação estóica de Cícero. A ética estóica, fundada na concepção do mundo como um organismo idealmente bom e impregnado pela razão divina, centrada no princípio de que só a virtude é boa e só o vício é mau, propunha uma vida progressivamente adequada à natureza, em direção à felicidade e à justiça.<sup>6</sup> Com o intuito de reforçar a importância da benevolência para a constituição da sociedade, Cícero fez alusão a Empédocles (495-435):

Houve mesmo, em Agrigento, um sábio que, em poemas escritos em grego, proclamava que tudo o que existe e se move na natureza é unido pela amizade e desagregado pela discórdia (CÍCERO 2001, p. 34).

## 185

Mais uma vez, o contraponto entre amor e ódio aparece como aspecto decisivo na discussão sobre a organização política. Para Cícero, a força desagregadora da natureza coexistia com a força agregadora capaz de aproximar os homens e de elevar a amizade à condição de virtude. A amizade, ademais, distinguia-se do investimento egoísta. Essa hierarquia entre justiça e força bruta, virtude e utilidade, humano e animal, consistiria numa das bases da crença erasmiana na possibilidade de que os reinos se unissem pela amizade. Ela correspondia, via de regra, à visão presente na *paidéia* grega, e apropriada posteriormente pelo cristianismo, segundo a qual, sendo sempre o homem igual a si mesmo, o desafio estava em subordinar o egoísmo à virtude e, dessa forma, gerar estabilidade política em meio à instabilidade das ações humanas.

### **Paidéia**

Outra referência central no pensamento de Erasmo foi a obra de Santo Agostinho (354-430), conhecido como o “Cícero cristão”. Agostinho, como afirma Sarolta A. Takács, ao articular os ensinamentos cristãos com a *paidéia* grega, contribuiu para a institucionalização da Igreja Católica (TAKÁCS 2009, p. 107-12).

---

<sup>6</sup> Para uma síntese do pensamento estóico, cf. o verbete “estoicismo” do *Dicionário de Filosofia de Cambridge* (2006, p. 294): “A ética estóica está baseada no princípio segundo o qual só a virtude é boa, e só o vício é mau. Outras coisas às quais se costuma atribuir um valor são indiferentes’ (*adiaphora*), embora algumas, como por exemplo a saúde, a riqueza e a honra, sejam naturalmente ‘preferidas’ (*proegmena*), enquanto os seus opostos são ‘dispreferidos’ (*apoproegmena*). Ainda que a sua posse seja irrelevante para a felicidade, desde o nascimento estes indiferentes servem como tema apropriado de nossas escolhas, sendo cada escolha correta uma ‘função adequada’ (*kathekon*) – mas ainda não um ato moralmente bom, mas apenas um passo na direção do nosso objetivo final (*telos*) de ‘viver de acordo com a natureza’”.

Werner Jaeger definiu a *paidéia* como a “formação do homem grego”, a “modelagem dos indivíduos” pela ação educadora. O conceito de homem a que se referia a *paidéia* não implicava o eu subjetivo do mundo burguês, mas sim – para se utilizar de um termo que aparece em Cícero – a *humanitas*:

Significou a educação do Homem de acordo com a verdadeira forma humana, com o seu autêntico ser. Tal é a genuína *paidéia* grega, considerada modelo por um homem de Estado romano. Não brota do individual, mas da idéia. Acima do Homem como ser gregário ou como suposto *eu* autônomo, ergue-se o Homem como idéia. A ela aspiram os educadores gregos, bem como os poetas, artistas e filósofos. Ora, o Homem, considerado na sua idéia, significa a imagem do Homem genérico na sua validade universal e normativa. Como vimos, a essência da educação consiste na modelagem dos indivíduos pela norma da comunidade (JAEGER 1989, p. 10).

Takács esboçou o perfil de Agostinho sublinhando seus esforços no sentido de conciliar o cristianismo com essa proposta de modelagem do homem ideal:

Ao criar uma estrutura comportamental cristã, Agostinho recuperou o entendimento da república romana acerca da virtude, da glória e da honra. Seu guia foi Cícero, que estabeleceu que a *verdadeira* glória (e honra) resultava primeiramente da virtude e secundariamente do louvor emitido por um juiz competente. Cícero não definiu esse juiz, mas para Agostinho ele era, é claro, Deus. O Estado também se beneficiava das virtudes do homem, pois o cristão ainda tinha de agir dentro, e trabalhar para, uma sociedade composta de companheiros. A fim de avançar rumo à glória da cidade de Deus, Agostinho exorta seus leitores a despertarem suas virtudes. [...] As virtudes antigas, uma vez exercidas a serviço do Estado, e incorporadas nos heróis míticos romanos que se auto-sacrificavam, eram agora apropriadas como exemplo autoritário de comportamento virtuoso que conduzia à vida eterna com Deus, onde a verdadeira glória residia. A vida humana era transitória e toda ação dependia de circunstâncias variadas (TAKÁCS 2009, p. 111).

186

O filósofo de Hipona, dessa maneira, associou a virtude pública ciceroniana, expressa no conceito de amizade, a um modelo imperial cuja transitoriedade apontava para Deus. Apropriando o estoicismo numa chave de leitura cristã, Agostinho chegou a um resultado paradoxal: valeu-se de uma ética vinculada à ação política no mundo – lembremos que Cícero, seguindo a tradição grega, pensava a virtude num sentido marcadamente político – com o intuito de corroborar a mensagem de Cristo, para a qual a salvação achava-se no interior de cada um e no encontro com Deus. A aproximação entre cristianismo e *paidéia* lhe permitiu usar um vocabulário bélico que, remetendo à antiga *areté* grega, adequava-se também à idéia de luta do bem contra o mal, de Deus contra o diabo. Sublinhando a “necessidade da prática da arte oratória”, Santo Agostinho afirmou:

É um fato que pela arte da retórica é possível persuadir o que é verdadeiro como o que é falso. Quem ousaria, pois, afirmar que a verdade deve enfrentar a mentira com defensores desarmados? Seria assim? Então, esses oradores, que se esforçam para persuadir o erro, saberiam desde o prêmio conquistar o auditório e torná-lo benévolo e dócil, ao passo que os defensores



da verdade não o conseguiriam? Aqueles apresentariam seus erros sem concisão, clareza, verossimilhança e estes apresentariam a verdade de maneira a torná-la insípida, difícil de compreensão e finalmente desagradável de ser crida? Aqueles, por argumentos falaciosos, atacariam a verdade e sustentariam o erro, e estes seriam incapazes de defender a verdade e refutar a mentira? Aqueles, estimulando e convencendo por suas palavras os ouvintes ao erro, os aterrorizariam, os contristariam, os divertiriam, exortando-os com ardor, e estes estariam adormecidos, insensíveis e frios ao serviço da verdade? Quem seria tão insensato para assim pensar? Visto que a arte da palavra possui duplo efeito (o forte poder de persuadir seja para o mal, seja para o bem) por qual razão as pessoas honestas não poriam seu zelo a adquiri-la em vista de se engajar ao serviço da verdade? Os maus põem-na ao serviço da injustiça e do erro, em vista de fazer triunfar causas perversas e mentirosas (SANTO AGOSTINHO 2002, p. 208-9).<sup>7</sup>

Assim, Agostinho se valeu da retórica greco-romana, profundamente relacionada à luta política das cidades-Estado, para expressar não somente a disputa entre a mentira diabólica e a verdade de Deus, mas também para lidar com uma natureza humana corrompida pelo pecado.

O peso da retórica em Santo Agostinho, porém, teve evoluções ainda mais significativas. Como lembrou Carlo Ginzburg, Cícero, em nome do princípio retórico da *adequação* – cada discurso deve adequar-se estilisticamente às circunstâncias em que é proferido e ao público a que se destina –, chegou a defender a existência de estilos individuais. A noção de adequação foi utilizada mais tarde por Agostinho, que, respondendo à questão sobre por que Deus condenara os sacrifícios antigos e não os novos, distinguiu o *pulchrum* e o *aptum*, isto é, o belo e o adequado. Dessa forma, era possível considerar o Antigo Testamento ao mesmo tempo verdadeiro e superado, dado que, embora a verdade de Deus fosse única, os homens variavam com o tempo. O conceito de adequação retirado de Cícero por Agostinho possibilitou que o último relacionasse imutabilidade divina e variação histórica, a cidade de Deus e a cidade dos homens (GINZBURG 2001, p. 139-75). Tal paradigma, fundamental para a historiografia cristã, teve vida longa, sendo, por exemplo, como o próprio Ginzburg mencionou, indispensável nas estratégias jesuíticas de catequização (GINZBURG 2002, p. 80-99). A noção de *accomodatio*, adaptação, ajustando-se às palavras do Apóstolo Paulo – “Para os judeus, fiz-me como judeu, a fim de ganhar os judeus”<sup>8</sup> –, explicava o tipo de atuação esperada de um missionário no combate contra a barbárie. Contudo, para os jesuítas a barbárie significava atitudes contrárias à verdade imutável e uniforme do Evangelho, e por isso podia

187

<sup>7</sup> Santo Agostinho. *A doutrina cristã*, trad. Nair de Assis Oliveira, São Paulo: Paulus, 2002, p.208-9. Takács, comentando o mesmo parágrafo, afirma: “A lógica de Agostinho era impecável. Em seu *doutrina cristã*, o ‘professor’ tornado bispo argumentou que ‘o poder da fala é aberto a todos’ e, porque é usado por aqueles que ‘servem à falsidade’ (os não-cristãos), os ‘defensores da verdade’ (os cristãos) devem empregá-la também com o fim de servir a verdade. Para defender essa tese Agostinho escolheu termos militares. Os cristãos eram e ainda são, como proclama o hino *Soldado cristão*, os soldados sob a liderança de Cristo e a serviço de Deus”. (TAKÁSC 2009, p. 108).

<sup>8</sup> A referência completa, retirada da I Epístola aos Coríntios, cap. 9, v. 19s, é a seguinte: “Ainda que livre em relação a todos, fiz-me o servo de todos, a fim de ganhar o maior número possível. Para os judeus, fiz-me como judeu, a fim de ganhar os judeus. Para os que estão sujeitos à Lei – se bem que não esteja sujeito à Lei –, para ganhar aqueles que estão sujeitos à Lei. Para aqueles que vivem sem



ser encontrada em qualquer lugar, mesmo na Europa (GINZBURG 2002, p. 90-1). A unidade na diversidade da barbárie, como sugeriu Agostinho em *A cidade de Deus*, adviria da natureza humana:

Ora, a sociedade dos mortais, embora espalhada por toda parte sobre a terra e em quantos e variados lugares se queira, ata-se pela comunhão de, em certa medida, uma única e mesma natureza, buscando cada um seus interesses e desejos, enquanto o que é desejado não é suficiente para ninguém ou não o é para todos, porque não se trata do mesmo. Essa sociedade divide-se contra si mesma na maior parte do tempo e a parte que prevalece oprime a outra. Assim, a vencida sucumbe à vitoriosa, preferindo, evidentemente, à dominação ou mesmo à liberdade qualquer tipo de paz ou salvação, tanto que gozaram de grande admiração os que preferiram perecer a servir. Em quase todas as nações, com efeito, de certa forma retumbou este grito da natureza: devem preferir submeter-se aos vitoriosos os que porventura foram vencidos, antes que ser aniquilados com uma devastação guerreira total. Por isso, não sem a Providência de Deus, de cujo poder depende que alguém seja subjogado ou subjogue na guerra, aconteceu que alguns fossem dotados com um reino e outros sujeitados aos que reinavam (HARTOG 2001, p. 259).

A natureza humana, assim, clamava tanto pelo interesse próprio quanto pela submissão aos vitoriosos – discurso que, a um só tempo, explicava a existência da guerra e legitimava a submissão ao império. Ao articular *paidéia* e cristianismo, Agostinho desenvolveu um discurso sobre a soberania, subordinando a guerra ao império do mesmo modo que o corpo deveria se subordinar à alma, o egoísmo à virtude, e a barbárie à civilização. As consequências dessa operação filosófica e historiográfica são inúmeras. Segundo Jean Delumeau, ela, por um lado, acarretou uma representação complexa de tempo – “interferindo a noção de ciclo na de um vetor dirigido para a consumação dos séculos” (DELUMEAU 1989, p. 230) – e, por outro, alimentou o fluxo de correntes milenaristas, fossem pessimistas ou otimistas:

Porque o mundo era velho, tudo ia mal e logo iria ainda pior. E quando guerras, crimes, pestes e fomes acrescentavam-se à corrupção e às discórdias da Igreja, ao esfriamento da caridade, à multiplicação dos falsos profetas, ao surgimento – já efetivo ou iminente – do Anticristo, podia-se duvidar da morte próxima de um mundo a uma só vez decrépito e pecador? Ou ele ia dar lugar, após dramáticas convulsões, a um paraíso terrestre que duraria mil anos – era a esperança dos quiliastas, ou então – hipótese mais provável – ia desabar aos pés do Grande Justiceiro descido do céu para a suprema prestação de contas (DELUMEAU 1989, p. 232).<sup>9</sup>

a Lei, fiz-me como se vivesse sem a Lei – ainda que não viva sem a lei de Deus, pois estou sob a lei de Cristo -, para ganhar aqueles que vivem sem a Lei. Para os fracos, fiz-me fraco, a fim de ganhar os fracos. Tornei-me tudo para todos, a fim de salvar alguns a todo custo. E, isto tudo, eu o faço por causa do evangelho, para dele me tornar participante” - trad. Estêvão Bettencourt (*A Bíblia de Jerusalém* 1981, p. 1499).

<sup>9</sup> Algumas páginas antes, Delumeau (p. 206), referindo-se ao Anticristo e ao fim do mundo, afirma: “Uma e outro sempre foram considerados pelos cristãos como certezas e Santo Agostinho consagrou todo o livro XX de *A cidade de Deus* à demonstração de que esses dois prazos são inelutáveis – pois anunciados por inúmeros textos sagrados – embora não se possa de modo algum prever seu momento”.

## Dualismo

O debate sobre as diferentes espécies de governo teve em Platão (428-347) uma referência capital. Embora Heródoto, através do diálogo entre Otanes, Megabises e Dario, houvesse mencionado as vantagens e as desvantagens de três distintas formas, foi Platão quem estabeleceu as bases da classificação sêxtupla que apareceria posteriormente em autores como Aristóteles (387-22), Políbio (c.210-c.120) e Maquiavel (BOBBIO 1985). Como vimos acima, o pensador florentino reforçou a tese de que monarquia, tirania, aristocracia, oligarquia, democracia e anarquia não apenas constituíam as seis formas de governo conhecidas, como também se apresentavam ciclicamente, uma espécie positiva degenerando em outra negativa. Para Platão, aristocracia e monarquia consistiam em duas formas perfeitas, às quais acrescentou, como espécies existentes e corrompidas, a timocracia, a oligarquia, a democracia e a tirania. Se as duas primeiras correspondiam à república ideal, as demais implicavam, pela ordem, modos que iam do menos ao mais imperfeito. A timocracia (de *timé*, honra), identificada pelo filósofo com o Estado espartano, denotava um modelo de transição entre as formas ideais e as corrompidas.

A apropriação da *paidéia* grega pelos pensadores cristãos nos conduz às semelhanças entre Platão e Santo Agostinho. Através das teorias platônicas a filosofia católica pôde transformar determinadas noções judaico-cristãs no dualismo entre espírito imaterial e corpo material. Essa operação permitiu, pelo menos, quatro movimentos: que a ênfase na bondade natural como meio de salvação fosse deslocada para a capacidade intelectual; que o pecado original, entendido como orgulho e abuso da auto-afirmação, pudesse ser tratado em termos sexuais; que o Deus transcendente e interventor do cristianismo se apresentasse como *lógos*; e que a relação com esse Deus, de caráter marcadamente pessoal, fosse também repensada em termos de comunidade política (STEVENSON & HABERMAN 2005, p. 96-123). O dualismo de corpo e alma em Platão, visto como conflito interior e necessidade de busca de harmonia, complexificou-se com sua teoria da alma, segundo a qual esta se comporia de três partes: a razão, o espírito e o apetite – ou, se preferirmos, o intelecto, a emoção e o desejo corporal. Essa análise é de fundamental importância porque levou Platão a indicar não somente a existência de três tipos de pessoas – as filosóficas, as amantes da vitória e as amantes da riqueza, voltadas respectivamente ao conhecimento, à reputação e ao benefício material –, mas ainda a ocorrência das formas diferentes de governo. Assim como a justiça no homem dependeria do equilíbrio daquelas três partes sob o comando da razão, as sociedades deveriam ser governadas pelos indivíduos aptos a dirigir os demais racionalmente e em nome do bem comum. Para isso, uma educação apropriada, a *paidéia*, assumia papel capital tanto para a formação do caráter individual quanto para a estabilidade social (STEVENSON & HABERMAN 2005, p. 127-57). O contraponto aos modelos idealizados de indivíduo e de sociedade apresentados por Platão estava, portanto, na percepção de que ambos eram historicamente imperfeitos.

A concepção platônica de história, como demonstra a hierarquia de suas formas de governo, era, de modo geral, pessimista e associada ao regresso. Para Platão, compreender a sociedade como um organismo semelhante ao corpo humano significava afirmar que as três classes que compunham o Estado correspondiam às três almas individuais: a racional, a passional e a apetitiva. Como lembra Norberto Bobbio:

O tema não foi perfeitamente desenvolvido, mas se não há dúvida de que a constituição ideal é dominada pela alma racional, é indubitável que a constituição timocrática (que exalta o guerreiro, mais do que o sábio) é dominada pela alma passional. As outras três formas são dominadas pela alma apetitiva: o homem oligárquico, o democrático e o tirano são todos eles cúpidos de bens materiais, estão todos voltados para a terra embora apresentem aspectos diversos (BOBBIO 1995, p. 32).

Essas três últimas formas diferenciavam-se ainda pela natureza dos desejos e das necessidades a que se ligavam, isto é, se essenciais (como no homem oligárquico), supérfluos (no democrático) ou ilícitos (no tirano). A hierarquia entre o espiritual e o mundano, bem como a natureza corrupta deste último, ajudam a entender a leitura que Agostinho fez de Platão na defesa do império e na constatação do fim do mundo. Os tipos timocrático, oligárquico, democrático e tirânico formulados por Platão – e que implicavam, respectivamente, o desejo da honra via atividade bélica, o amor pela riqueza, a licenciosidade e o apreço pela violência – explicitavam uma natureza humana corrompida pelo apetite. A descrição platônica do tirano, nesse sentido, não apontava exclusivamente para uma forma extrema de governo, mas também para um modo de se relacionar com os outros. Sobre o tirano, afirmou o filósofo grego em *A República*:

O governante, vendo que a multidão está pronta a obedecer, não sabe evitar o derramamento de sangue dos cidadãos; com falsas acusações, usando os meios preferidos pelos que agem assim, arrasta as pessoas aos tribunais; macula-se com o homicídio, provando com a língua, e os lábios celerados, o sangue do próximo. A outros exila, promove sua morte. De outro lado, prevê a remissão de dívidas e a redistribuição de terras. Por isso não será necessário, inevitável mesmo, que esse homem morra pela mão dos seus inimigos ou se faça um tirano, transformando-se de lobo em homem? (BOBBIO 1995, p. 49)

A metáfora do lobo nos remete quase diretamente a Thomas Hobbes (1588-1679). Ainda que as diferenças entre a Escolástica e o jusnaturalismo moderno não possam ser desconsideradas, a leitura de Platão possibilita que se perceba a presença de elementos “hobbesianos” em Santo Agostinho e nas teorias corporativas do Estado. A esse respeito, comentando o “agostinianismo político”, o antropólogo Marshall Sahlins afirmou:

Agostinho também tinha reservas em relação ao banditismo autorizado do Estado, mas, apesar disso, era a violência institucionalizada exercida pelos poderes estabelecidos que os tornava indispensáveis à humanidade caída. Agostinho podia assim endossar não apenas os poderes do rei, mas a pena de morte do juiz, a foice farpada do carrasco, as armas do soldado e ainda

a severidade do deus-pai. “Enquanto todos eles forem temidos”, concluiu, “os perversos serão mantidos dentro dos limites e o bom viverá pacificamente entre os maus” (SAHLINS 2008, p. 53-4).

Bobbio ressalta que “um dos grandes temas da filosofia política de todos os tempos” é o da discórdia ou, em outras palavras, o tema da manutenção da unidade do Estado em relação à diversidade dos indivíduos:

Da discórdia nascem os males da fragmentação da estrutura social, a cisão em partidos, o choque das facções, por fim, a anarquia – o maior dos males –, que representa o fim do Estado, a situação mais favorável à instituição do pior tipo de governo: a tirania (BOBBIO 1995, p. 51).

A discórdia para Platão, fosse no interior da classe dirigente ou entre esta e a classe dirigida, era comparável à doença do organismo. Uma vez que os critérios de julgamento de um Estado eram, portanto, a violência e o consenso, a ilegalidade e a legalidade, Platão definiu o consentimento e as leis como parâmetros dos melhores governos. Se tais elementos tornaram-se decisivos para Agostinho e Tomás de Aquino, também o foram para Maquiavel. Destaquem-se, de todo modo, três perfis da imperfeição humana e social traçados por Platão. O tirano caracterizava-se por ser ele mesmo tiranizado – isto é, tiranizado pelos apetites. A timocracia e a oligarquia, por seu turno, ao basearem-se no governo de poucos dirigentes voltados, respectivamente, ao amor pela fama e pela riqueza, contrapunham-se à aristocracia, cujo fundamento não consistia no sangue, mas no talento. Nesse sentido, as reflexões platônicas abriam espaço para que seus futuros leitores pudessem criticar os tiranos, o uso apetitoso da economia do dom e a nobreza dirigente incapacitada do ponto de vista meritório (STEVENSON & HABERMAN 2005, p. 144-9).

191

### **Direito natural**

Discutindo os efeitos perniciosos do ceticismo moderno e procurando demonstrar que a prova é parte da retórica, Carlo Ginzburg retoma duas passagens bastante conhecidas referentes à Atenas clássica. A primeira consiste na narrativa tucidideana relativa ao debate entre mélios e atenienses durante a Guerra do Peloponeso. Tendo os últimos vencido os primeiros, o cerne da questão estava em saber se eram justas a destruição dos homens derrotados e a escravização de mulheres e crianças. A segunda é o diálogo entre Cálicles e Sócrates, descrito no *Górgias*, sobre se é pior sofrer uma injustiça do que praticá-la. Segundo Ginzburg, Tucídides (471-c.395) e Platão buscavam compreender o desastre ateniense na Guerra do Peloponeso, culpando a democracia e a retórica pelo fracasso. A defesa da destruição dos mélios apresentava-se sob o argumento de que a imposição do forte sobre o fraco era natural. O pressuposto defendido por Cálicles, por sua vez, era o de que a lei fora criada pela maioria de fracos contra a minoria de fortes. Nos dois casos emergia a noção de direito natural como direito dos mais fortes, uma maneira, segundo o historiador italiano, de articular *nomos* e *physis* (GINZBURG 2002, p. 13-46). O conceito de direito natural, ao transformar a natureza em lei, tornou-se apto a justificar visões

bastante distintas de domínio e soberania. De uma forma ou de outra, o entendimento de que a natureza humana caracterizava-se, pelo menos em parte, por elementos egoístas geradores de luta e anarquia, tendia a legitimar modelos soberanos – fossem pautados pela lei ou pela força – através da constatação do conflito generalizado.

Ginzburg dedicou seu livro *Relações de força* ao historiador Arnaldo Momigliano, certamente pela maneira como este colocou o problema do ponto de vista historiográfico. Comparando as perspectivas judaica e grega de história, Momigliano ressaltou sua principal diferença frente aos relatos persas: a realização de uma “história política” expressando “a vida de sociedades que deliberavam com propósitos claros sob a liderança de homens de visão” (MOMIGLIANO 2004, p. 36). Porém, enquanto a história grega narrava exemplos que servissem de lição “para os desenvolvimentos futuros dos negócios humanos”, a judaica, essencialmente sagrada, consistia numa “narração de eventos a partir do início do mundo” (MOMIGLIANO 2004, p. 38 e 39). Refletindo especificamente sobre Tucídides, Momigliano sintetizou seu trabalho da seguinte maneira:

Tucídides tinha a mesma mente questionadora de seus contemporâneos sofistas, mas concentrava-se somente na vida política. O passado era para ele apenas o início da situação política que existia no presente; e o presente era a base para a compreensão do passado. Se compreendêssemos o presente, compreenderíamos o funcionamento da natureza humana. Experiências presentes poderiam ser postas para trabalhar para o futuro (ainda que os detalhes deste uso tenham ficado um pouco incertos) ou, alternativamente, constituiriam a chave para o passado. Tucídides assume que as diferenças entre épocas diferentes eram mais quantitativas do que qualitativas. A natureza humana permanecia fundamentalmente a mesma. [...] Os homens querem o poder e podem alcançá-lo apenas no interior do Estado. Disto resultam feudos internos e guerras externas. Meras biografias ficam, por definição, excluídas: as ações humanas ou são políticas ou são nada. Mas as ações humanas não são invariavelmente cegas. Em tempos de revolução, as paixões podem alcançar um ponto em que os homens já não são capazes de responder por suas ações. [...] Com efeito, é responsabilidade específica do líder político mostrar seu controle da situação em discursos que convencem a multidão sem fazer concessões às suas paixões cegas (MOMIGLIANO 2004, p. 68-9).

192

A abordagem historiográfica de Tucídides tem sido uma das bases do “realismo” político mesmo em nossos dias, sendo geralmente contraposta à filosofia de raiz platônico-aristotélica. Haveria aqui, em linhas gerais, a distinção entre uma perspectiva determinista de sociedade e um modelo de ordem fundado na submissão do corpo à alma. Embora Tucídides também buscasse um conhecimento da natureza humana que conduzisse à ação justa, sua compreensão das relações políticas como necessidade histórica o levou a considerar a tensão entre força e direito. O historiador grego, tributário das análises médicas, separou as razões da guerra de sua causalidade natural, fundada na dinâmica da força combatida pela força. A avaliação de que a Guerra do Peloponeso fora causada pelo medo espartano diante da expansão ateniense

equivale à definição de uma lei imanente caracterizada pela repetição. Que essa leitura constituiria mais tarde um problema para as doutrinas ancoradas no livre-arbítrio é algo que fica claro através das seguintes palavras de Werner Jaeger:

O conceito de causa [em Tucídides] provém do vocabulário da Medicina [...]. Foi ela que pela primeira vez estabeleceu a distinção científica entre a verdadeira causa de uma enfermidade e o seu sintoma. A transferência deste pensamento naturalista e biológico para o problema do nascimento da guerra não era um ato puramente formal: significava a total objetivação do assunto, separando-o da esfera política e moral. A política é assim delimitada como um campo autônomo da causalidade natural. A luta secreta entre forças opostas conduz finalmente à crise aberta da vida política da Hélade. O conhecimento desta causa tem algo de libertador, pois coloca aquele que o possui acima das odiosas lutas dos partidos e do espinhoso problema da culpa e da inocência. Mas também tem algo de opressivo, pois faz aparecer como resultantes de um longo processo, condicionado por uma mais alta necessidade, acontecimentos que tinham sido considerados como atos livres da consciência moral (JAEGER 1989, p. 312).

Dessa forma, a investigação tucidideana abria-se para uma leitura funcionalista dos conflitos, as ações dos Estados sendo percebidas como funções da dinâmica repetitiva do jogo de forças. As relações entre Estados, marcadas pela predominância do mais forte, constituiriam um reino à parte em relação ao mundo da pólis regulado pelo direito. Se as lutas partidárias internas eram, por isso, consideradas uma moléstia política, nos embates externos vigoraria o direito do mais forte. No diálogo envolvendo os mélios, estes são advertidos, como lembra Jaeger, de que o heroísmo da ética cavaleiresca não cabia diante da força de uma potência (JAEGER 1989, p. 317-8).

193

Apesar dos contrastes entre determinismo natural e livre-arbítrio, funcionalismo e teleologia, a distinção entre as perspectivas tucidideanas e platônico-aristotélicas é somente em parte justificada. Basta citar determinadas palavras de Maquiavel nos *Discorsi*:

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião [...].

[...] os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono e licença, a confusão e a desordem não tardam a se manifestar. Por isto se diz que a fome e a miséria despertam a operosidade, e que as leis tornam os homens bons. Quando uma causa qualquer produz boas consequências sem a interveniência da lei, esta é inútil; mas quando tal disposição propícia não existe, a lei é indispensável (MAQUIAVEL 1994, p. 29).

Ainda que Maquiavel não estivesse distante do naturalismo tucidideano, a importância da lei no controle da instabilidade era algo que partilhava com Platão. Desse ponto de vista, a oposição entre história e filosofia, entre Tucídides e Políbio, de um lado, e Platão e Aristóteles, de outro, deve ser relativizada.

Duas questões cruciais podem, então, ser levantadas a partir da recuperação de



aspectos concernentes à noção de natureza humana herdada pelo Antigo Regime. A primeira é que não era preciso ler Maquiavel para conhecer a perspectiva maquiavélica; Tucídides, Políbio e outros historiadores permitiam a elaboração de modelos explicativos de matriz diferente da aristotélica. A segunda questão é que, embora subjugado por princípios autoritários e legitimadores da soberania, o conflito de todos contra todos também estava presente no pensamento católico, visto que este se constituiu como resultado da fusão entre o cristianismo e a *paidéia*. Mesmo Cícero disponibilizava munição ao afirmar que a amizade implicava benevolência, e não utilidade. O conflito se apresentava sob a forma da *areté* aristocrática, da maldade da natureza humana ou da luta de deus contra o diabo. Nesse sentido, para pensar nele bastava ler Tomás de Aquino.

### Soberania

Thomas Hobbes tornou-se, assim como Maquiavel, um dos pensadores mais controversos da filosofia política. Ele também é geralmente associado à visão “realista” da natureza humana e da sociedade civil: sendo os homens intrinsecamente maus, o Estado deveria se instituir como um Leviatã. Contudo, ainda que o modelo de Estado proposto por Hobbes não se mostrasse historicamente viável durante boa parte do Antigo Regime, a idéia de que o homem é o lobo do homem não era, como temos visto, propriamente inédita. Hannah Arendt, em *Origens do totalitarismo*, classificando Hobbes como “o único grande filósofo de que a burguesia pode, com direito e exclusividade, se orgulhar”, fixou, porém, uma distinção fundamental de sua teoria:

O *Leviathan* de Hobbes expôs a única teoria política segundo a qual o Estado não se baseia em nenhum tipo de lei construtiva – seja divina, seja natural, seja contrato social – que determine o que é certo ou errado no interesse individual com relação às coisas públicas, mas sim nos próprios interesses individuais, de modo que “o interesse privado e o interesse público são a mesma coisa” (ARENDR 1990, p. 168-9).

A crítica da autora indicava a especificidade de Hobbes em relação à filosofia política desenvolvida desde Platão, ou mesmo às experiências vividas na pólis grega. Seja como for, a questão central era que, enquanto autores como Agostinho e Tomás de Aquino haviam incorporado a guerra em suas análises com o intuito de subordiná-la a ideais e a leis soberanas, Hobbes buscara compor um modelo político que transformava o egoísmo em lei:

A profunda suspeita alimentada por Hobbes em relação a toda a tradição ocidental de pensamento político não nos surpreende, se lembrarmos que ele procurava nada menos que justificar a Tirania, que, embora houvesse ocorrido muitas vezes na história do Ocidente, nunca havia sido homenageada com um fundamento filosófico. Hobbes confessa orgulhosamente que o Leviatã é realmente um governo permanente de tirania: “a palavra Tirania significa nem mais nem menos que a palavra

Soberania (...) Acho que tolerar o ódio declarado à Tirania é tolerar o ódio à comunidade em geral" (ARENDR 1990, p. 174).

A análise arendtiana de Hobbes é importante, dentre outras razões, porque assinala indiretamente um dos cerne do debate em torno do Estado durante o Antigo Regime. Talvez, mais do que referir a distância entre o modelo escolástico de pluralidade de poderes e o absolutismo, H. Arendt contribua para que se entenda como Hobbes e Tomás de Aquino, debruçando-se sobre o mesmo problema crucial da soberania e do controle da natureza humana, formularam saídas diferentes. Mais ainda, a especificidade hobbesiana desempenhava um papel decisivo na diferenciação estabelecida pela filósofa alemã entre império e imperialismo. Segundo Arendt:

Contrariamente às verdadeiras estruturas imperiais, em que as instituições da nação-mãe se integram de várias maneiras às do império que criam, é característico do imperialismo permanecerem as instituições nacionais separadas da administração colonial, embora se lhes permita exercer o controle (ARENDR 1990, p. 167).

Nesse sentido, os modos diversos pelos quais Aquino e Hobbes, por exemplo, resolveram teoricamente o problema da soberania expressavam-se, para H. Arendt, na distância entre império e imperialismo. Tal distância não consistia, entretanto, numa oposição estereotipada, como se império significasse simplesmente integração e lei, e imperialismo, o uso da força:

195

O novo enfoque dessa filosofia política, já imperialista, não está no destaque que ela dava à violência, nem na descoberta de que a força é uma das realidades políticas básicas. A violência sempre foi a *ultima ratio* na ação política, e a força sempre foi a expressão visível do domínio e do governo. Mas nem uma nem outra constituíram antes o objetivo consciente do corpo político ou o alvo final de qualquer ação política definida. Porque a força sem coibição só pode gerar mais força, e a violência administrativa em benefício da força – e não em benefício da lei – torna-se um princípio destrutivo que só é detido quando nada mais resta a violar (ARENDR 1990, p. 167).

Certamente, o principal exemplo em que se baseou Hannah Arendt para avaliar o imperialismo com a medida do império foi a Roma antiga. Em parte, a autora remontava criticamente à busca de consenso e legalidade por parte de pensadores tão diversos como Platão, Agostinho e Maquiavel. Arendt abominava os conceitos de natureza humana e soberania, pois era profundamente consciente de suas consequências. Sabia, porém, de sua importância para a diversificada reflexão filosófica que almejava subordinar a violência à autoridade. A percepção de que o uso sem limites da força gerava instabilidade e revoluções não era atributo exclusivo da tradição católica, que, todavia, procurou contrapor-se à idéia de dominação. Michel Senellart indica a coexistência crítica entre os conceitos de governo (governar para o bem comum) e de domínio (conservar o poder). Segundo o autor:

Todo o pensamento medieval, a partir de Santo Agostinho, é atravessado pela oposição entre *regere* (dirigir, governar, comandar) e dominar, que subjaz à antítese do *rex* e do tirano. *Regere*, a atividade de reger, de conduzir um povo, é, portanto, o contrário da dominação (SEHELLART 2006, p. 20).

Mais uma vez, a questão não pode ser tratada em termos de oposição estereotipada. Quando comparamos as análises de Hannah Arendt e de Michel Senellart, percebemos que, a despeito das importantes circunscrições filosóficas, governo e domínio se fundiam na tarefa de controlar a força, e não de eliminá-la. Senellart, discutindo as mudanças ocorridas no interior do pensamento católico, deixa esse aspecto claro:

Como se deu a passagem, em alguns séculos, desse governo doce, paciente e benevolente, à noção de um *regimen* político que recorre à força para assegurar a boa ordem da sociedade cristã? Esse é um dos problemas que coloca o desenvolvimento do Estado durante a primeira metade da Idade Média. Proponho-me mostrar [...] de que maneira a Igreja, não podendo abster-se da coerção, adaptou-a aos poucos às regras éticas do governo. Quase sacerdotalização da espada, na falta de poder desarmar o sacerdócio (SEHELLART 2006, p. 29-30).

Esse seria o paradoxo criticado por Erasmo no século XV: as palavras de Aristóteles se tornavam mais importantes que as de Cristo. Mas Hobbes fez algo distinto da operação que fundiu governo e domínio, pois ele na verdade criou as condições para uma nova separação - a que forjaria a diferença, depois presente em Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), entre constituição e conservação, governo e Estado, administração e soberania. Nas palavras de Hobbes, evocadas por Senellart, sobre a relação entre o rei e seus ministros:

E nessa conjuntura, na qual o *direito* e o *exercício* são coisas separadas, o governo dos Estados muito se parece com o do mundo, em que Deus, primeiro motor, geralmente deixa agir as causas segundas e não altera a ordem dos efeitos da natureza (SEHELLART 2006, p. 41).

Nessas circunstâncias, três questões devem ser retomadas. A primeira é a de que, no fundo, trabalhar com uma oposição categórica entre governar e dominar na análise das sociedades de Antigo Regime dificulta compreender que os pensadores da época tinham bastante clareza do duplo caráter bélico e político da existência dos impérios. A segunda é que constitui um problema histórico capital avaliar se sociedades inteiras estavam dispostas a partilhar a concepção de que, em última instância, a alma podia exercer controle sobre o corpo, a virtude sobre a necessidade, a doutrina sobre a guerra. A descrição que Platão fizera do tirano encaixava-se num sem-número de personagens anônimos do cotidiano, sendo comum o uso da palavra tirania para expressar comportamentos violentos, a usurpação dos fracos e a ação desordenadora dos demônios. A terceira tem a ver com o fato de que, no decorrer no tempo, a soberania assumiu novos significados, conferindo à noção de razão de Estado um sentido explicitamente "maquiavélico". Essa evolução histórica, contudo, não

significa que até o século XVIII, mesmo na Península Ibérica, não fosse possível pensar o problema da dominação como componente de um contexto caracterizado pela correlação de forças.

### **Prudência e crítica**

A obra do filósofo Michel Foucault trouxe contribuições que tornaram o debate sobre o exercício do governo ainda mais complexo. Além da importância de seu pensamento para a compreensão do mundo moderno, Foucault nos interessa aqui em especial pela maneira como foi apropriado por António Manuel Hespanha, o historiador luso que marcou a historiografia brasileira com seus estudos sobre as relações entre a doutrina escolástica e a dinâmica social e institucional do Portugal seiscentista (HESPANHA 1994).<sup>10</sup> Foucault, no livro *Em defesa da sociedade*, parte de um problema teórico e metodológico decisivo. Sublinhando a relação entre direito e verdade, afirma o filósofo:

O papel essencial da teoria do direito, desde a Idade Média, é o de fixar a legitimidade do poder: o problema maior, central, em torno do qual se organiza toda a teoria do direito é o problema da soberania. Dizer que o problema da soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais significa que o discurso e a técnica do direito tiveram essencialmente como função dissolver, no interior do poder, o fato da dominação, para fazer que aparecessem no lugar dessa dominação, que se queria reduzir ou mascarar, duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência. O sistema do direito é inteiramente centrado no rei, o que quer dizer que é, em última análise, a evicção do fato da dominação e de suas consequências (FOUCAULT 1999, p. 31).

197

Dessa forma, se a questão da soberania, como indicado anteriormente, implicou para os diversos filósofos da Idade Moderna o esforço de compreensão de como governo e domínio deviam se articular, Foucault propôs que o estudo da dominação precisava ser feito de baixo para cima, desfocando a figura real:

Em suma, é preciso desvencilhar-se do modelo do Leviatã, desse modelo de um homem artificial, a um só tempo autômato, fabricado e unitário igualmente, que envolveria todos os indivíduos reais, e cujo corpo seriam os cidadãos, mas cuja alma seria a soberania. É preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação (FOUCAULT 1999, p. 40).

O modelo escolhido por Foucault para efetuar a investigação das táticas, das estratégias e dos dispositivos de dominação foi aquilo que na Antiguidade já se apresentara por vezes como contraponto aos discursos sobre o governo, isto

---

<sup>10</sup> António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*, Coimbra: Almedina, 1994. Conforme se disse no início deste artigo, não se pretende aqui reconstituir o debate historiográfico brasileiro referente à colonização da América portuguesa – o que demandaria destrinchar as especificidades de diversos autores. O objetivo deste texto consiste em discutir determinados pressupostos presentes nas apropriações do trabalho de Hespanha. Sobre o debate historiográfico, cf., a título de exemplo, FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA 2001; BICALHO & FERLINI 2005; SOUZA 2006.

é, a guerra.<sup>11</sup> Nesse sentido, o tema das relações de força, que até então abrigavam as diferenças entre governo e domínio, entre governar para o bem comum e conservar o poder, desdobrou-se também na questão das estratégias cotidianas de controle e autocontrole, a microfísica do poder. Foi o que Foucault fez ao estudar a loucura, a sexualidade, o panóptico e a “governamentalidade”. Um exemplo de como esses três aspectos – governo, conservação e microfísica – se associavam intimamente já no século XVII é encontrado no *Breviário dos políticos*, de 1684, atribuído ao cardeal Mazarin, sucessor de Richelieu como primeiro-ministro francês (MAZARIN 1997). As diversas máximas apresentadas nesse pequeno livro têm como ponto de partida a proposição socrática “conhece-te a ti mesmo”. Hannah Arendt conferiu ao método utilizado por Sócrates, a *maiêutica*, um lugar crucial para a compreensão do que deveria ser um espaço público plural fundado no choque de opiniões. Para a filósofa, a condenação de Sócrates aguçou a crítica de Platão à pólis democrática, incentivando a adoção de um modelo no qual as coisas do mundo e da história apareciam subordinadas à filosofia como o corpo à alma (ARENDDT 2008). Foucault, por sua vez, explorou o que o conhecimento de si significou em termos de táticas de poder: a investigação metódica de si mesmo, fosse através da confissão católica, da administração ou da ciência, implicava um outro tipo de soberania, marcadamente ligada à emergência da individualidade moderna. O *Breviário* de Mazarin demonstra esse aspecto de modo interessante ao prescrever cinco preceitos: “simula”; “dissimula”; “não confies em ninguém”; “fala bem de todo o mundo”; “reflete antes de agir” (MAZARIN 1997, p. 203). Bolívar Lamounier, analisando o livro de Mazarin, destaca dois aspectos fundamentais referentes à microfísica do poder. O primeiro diz respeito à historicidade das formas institucionais do período.

198

Importante é entender que o termo absolutismo designa a hipertrofia do poder de alguns monarcas individualmente, ou de suas respectivas dinastias, e não a plenitude institucional daquela grande estrutura que fomos aos poucos identificando como o Estado moderno. Na verdade, a importância que Mazarin atribui a pequenos expedientes de manipulação – e a espantosa meticulosidade com que os decifra – são sintomas da debilidade, não da robustez institucional do Estado francês, ou de qualquer Estado europeu, em meados do século XVII. O absolutismo é uma das formas ideais do Estado moderno, não o Estado moderno plenamente configurado (LAMOUNIER 1997, p. 11-2).

O diagnóstico de António Manuel Hespanha é bastante próximo do descrito acima, como o próprio título de seu livro indica: *A véspera do Leviathan*. Entretanto, seu diagnóstico é bastante próximo do descrito acima, como o próprio título de seu livro indica:

---

<sup>11</sup> Yvon Garlan (1991, p. 15), por exemplo, assinalou esse aspecto ao lembrar a presença da metáfora bélica na análise foucaultiana das relações amorosas. Para Garlan, a guerra servia de modelo a todo o campo social: “Mais amplamente, é toda a vida moral dos gregos que assume um caráter ‘militante’: sob a forma de confronto, descrito em termos militares, entre as exigências mais nobres e as paixões mais vis pelo comando da alma”.

*A véspera do Leviathan*. É nessa véspera que Mazarin escreve. Ainda que Hespanha e Lamounier possam se afastar no que concerne à avaliação das formas e à extensão, no período, de mecanismos de “acomodação não-beligerante dos conflitos” (LAMOUNIER 1997, p. 13), ambos nos fazem pensar sobre o peso de estratégias de simulação e dissimulação nos Estados do Antigo Regime. A despeito das diferenças entre o paradigma escolástico luso e o providencialismo francês, os conselhos de Mazarin tinham aplicação ampla. Explicando sobre o modo de se alcançarem as honrarias, disse o cardeal:

Não vás imaginar que são tuas qualidades pessoais e teu talento que te farão obter um cargo. Se achas que ele te caberá pela simples razão de seres o mais competente, não passas de um tolo. Conscientiza-se de que preferem sempre confiar uma função importante a um incapaz do que a um homem que a mereça. Age portanto como se teu único desejo fosse dever teus cargos e prerrogativas apenas à benevolência de teu senhor (MAZARIN 1997, p. 137).

As complexas redes patrimonialistas vigentes no Antigo Regime demandavam que súditos e magistrados aplicassem cotidianamente dispositivos beligerantes, sujeitando-se também a eles. A violência fragmentada no dia-a-dia de palácios, tribunais e escritórios multiplicava-se ainda nas variadas instâncias da vida dos súditos. As sugestões de Mazarin sobre como “pôr fim a uma sedição” caberiam, por exemplo, a doutores e militares presentes nas várias partes da América portuguesa:

199

Não aceites receber vários revoltosos ao mesmo tempo para negociar. Exige que designem um deles para falar em nome de todos. As sedições são com frequência causadas pelos filósofos, mas se teus súditos se revoltam porque têm dívidas, decreta uma moratória. Promete uma recompensa aos que contribuírem para restaurar a paz civil suprimindo os mentores ou ajudando-te a detê-los. Se a população é sublevada por uma onda de violência incontrolável, toma por porta-vozes homens de bem que trarão de volta teus súditos à razão e à submissão lembrando-lhes o temor de Deus e o dever de piedade – somente esses sentimentos podem apaziguar um povo insurreto. Faz também correr o boato de que os chefes da insurreição agem apenas em seu interesse pessoal e pretendem reinar como déspotas às custas da infelicidade e do sangue de seus seguidores, e que têm a intenção de nada partilhar (MAZARIN 1997, p. 167-8).

Por certo, a literatura escolástica também teve de lidar incansavelmente com o problema dos diferentes tipos de conflito. Toda uma tradição, por assim dizer, calcada na investigação da natureza humana e na proposição da existência de uma guerra generalizada, evoluiu na análise das maneiras de conservação e dissimulação do poder. Como foi dito anteriormente, não era preciso ler Maquiavel ou Hobbes – e nem mesmo Mazarin – para se pensar a questão, pois, de formas diferentes, ela estava presente na literatura antiga e na própria experiência cotidiana.

O segundo aspecto relativo à microfísica do poder destacado por Bolívar Lamounier refere-se ao fato de que prescrições como as de Mazarin deslocavam



a dinâmica da soberania para a busca individual de poder:

O que ele pretende demonstrar não é apenas que o poder não é fruto de causas transcendentais ou supra-individuais: é que cada indivíduo pode construir algum poder para si, visto que o poder brota direta e continuamente de seus relacionamentos, como algo inerente à multiplicidade de relações interindividuais que constitui a vida de cada um. O tom coloquial conduz o foco do texto para situações e relacionamentos facilmente identificáveis, como se pretendesse demonstrar que essas interações cotidianas contêm dentro de si o combustível de que um indivíduo precisa para se distinguir dos outros como um "poderoso". Distinguir-se como poderoso e preservar essa condição naquele ambiente – o único que Mazarin conhecia – onde a "guerra de todos contra todos" parecia sempre próxima[,] mas sem *chegar ao extremo de exercer ele mesmo diretamente a violência*. [...] Linguagem, como se vê, que soa subjetiva e pessoal, mas que pode ser plausivelmente interpretada como o reverso individual ou microssocial daquele grande processo histórico a que chamamos de "construção do Estado" (LAMOUNIER 1997, p. 17-8).

Numa perspectiva especificamente foucaultiana, a questão é assim colocada:

O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui (FOUCAULT 1999, p. 35).

A análise de Hespanha, ancorando-se na historicidade das formas institucionais, abre-se também para a perspectiva das relações de poder como microfísica e controle de si. Em linhas gerais, é possível afirmar que o quadro de pluralidade de poderes vigente na sociedade corporativa lusa, caracterizado pela incapacidade da Coroa de impor-se como o Leviatã, articulava-se intimamente com o desenvolvimento de mecanismos de autocontrole: onde a soberania do Estado não conseguia realizar-se, a soberania de si desempenhava um papel fundamental. A doutrina corporativa e a prudência como prática política procuravam moldar as relações sociais e individuais através de um discurso capaz de dar sentido à existência da sociedade e de promover uma concorrência que exigia de cada um o domínio sobre si mesmo. Já tivemos a oportunidade de questionar até que ponto estavam os indivíduos dispostos a jogar o jogo imposto pela doutrina escolástica em detrimento, por exemplo, de concepções para as quais a natureza humana seria irremediavelmente egoísta. Em outros termos, é preciso avaliar historicamente se essa concepção de autoridade tornou-se de fato autoritária na América portuguesa. Outro ponto que o trabalho de Hespanha nos estimula a discutir, no entanto, é a diversidade de apropriações por ele suscitadas.

Há, pelo menos, dois objetos bastante pertinentes focados pelos historiadores que se dedicam ao estudo da América lusa: de um lado, a fragilidade institucional; de outro, os dispositivos simbólicos de controle e autocontrole. Talvez o maior risco sofrido pela historiografia seja o de exagerar a extensão e a eficácia desses dispositivos a ponto de obliterar os efeitos da fragilidade institucional e a possibilidade de ocorrência de modos alternativos de

entendimento do mundo. Seja como for, seria também um equívoco compreender o paradigma tomista como dissociado da violência. Numa perspectiva fenomenológica e, portanto, distinta da de Foucault, Hannah Arendt, referindo-se ao livre arbítrio, colocou esse problema de maneira expressiva:

Essa identificação de liberdade com soberania é talvez a consequência política mais perniciosa e perigosa da equação filosófica de liberdade com livre arbítrio. Pois ela conduz à negação da liberdade humana – quando se percebe que os homens, façam o que fizerem, jamais serão soberanos –, ou à compreensão de que a liberdade de um só homem, de um grupo ou de um organismo político só pode ser adquirida ao preço da liberdade, isto é, da soberania. Dentro do quadro conceitual da Filosofia tradicional, é de fato muito difícil entender como podem coexistir liberdade e não-soberania, ou, para expressá-lo de outro modo, como a liberdade poderia ter sido dada a homens em estado de não-soberania. Na verdade, é tão pouco realista negar a liberdade pelo fato da não-soberania humana como é perigoso crer que somente se pode ser livre – como indivíduo ou como grupo – sendo soberano. A famosa soberania dos organismos políticos sempre foi uma ilusão, a qual, além do mais, só pode ser mantida pelos instrumentos de violência, isto é, com meios essencialmente não-políticos. Sob condições humanas, que são determinadas pelo fato de que não é o homem, mas são os homens que vivem sobre a terra, liberdade e soberania conservam tão pouca identidade que nem mesmo podem existir simultaneamente. Onde os homens aspiram a ser soberanos, como indivíduos ou grupos organizados, devem se submeter à opressão da vontade, seja esta a vontade individual com a qual obrigo a mim mesmo, seja a “vontade geral” de um grupo organizado. Se os homens desejam ser livres, é precisamente à soberania que devem renunciar (ARENDR 1972, p. 212-3).

201

Arendt, tomando a isonomia ateniense e a república romana como práticas potencialmente críticas frente à filosofia política de matriz platônica, identifica a pluralidade da ação, ao lado do labor e do trabalho, como componentes da condição humana – e não da natureza humana. Se bem que se possa questionar o tipo de apropriação feita pela autora da experiência política greco-romana, bem como as consequências de sua persistente vinculação ao pensamento aristotélico, o fato é que a problematização de Hannah Arendt exige que os historiadores estejam atentos as suas próprias opções teóricas (ARENDR 1981).<sup>12</sup>

Na apropriação do trabalho de Hespanha, pensando numa dimensão propriamente epistemológica, o mais problemático seria, afastando-nos das questões fundamentais da historicidade institucional e da atuação de dispositivos simbólicos, acreditar implicitamente na maldade da natureza humana e na inevitabilidade da soberania. Nessas condições, paradoxalmente, o tema da guerra seria constantemente repostado como fato natural, e não cultural. Estudar, portanto, a guerra como um modelo cultural que atravessa as sociedades coloniais, longe de ser anacrônico, implica a possibilidade de desnaturalizar o próprio discurso soberano e de compreender como ele foi engendrado historicamente.

---

<sup>12</sup> Sobre a crítica às consequências da persistência do modelo aristotélico no pensamento de Arendt, feita na perspectiva da filosofia pragmática, cf. SENNETT 2009.

## Ser e dever ser

Paulo César de Souza, em posfácio à tradução do livro *Além do bem e do mal*, chama a atenção para a crítica que Sigmund Freud fez a Friedrich Nietzsche: "O que nos perturba é ele ter transformado o 'é' em um 'deve'" (SOUZA 1999, p. 256). A observação relaciona-se ao fato de a filosofia nietzscheana ser considerada uma espécie de inversão da perspectiva platônica – caminho bastante explorado posteriormente por Foucault. Falando de modo esquemático, se autores como Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino identificaram o que é marcadamente conflituoso, procurando subordiná-lo a modelos morais aptos a fixar o que *deve ser*, Nietzsche e Foucault denunciaram essa operação de poder focando, cada um à sua maneira, a multiplicidade das correlações de força. A crítica de Freud adverte sobre a possibilidade de que do pensamento de Nietzsche resulte aquela associação entre *nomos e physis* mencionada por Ginzburg, bem como a emergência de um direito natural dos mais fortes. Quanto aos historiadores, são inúmeras as armadilhas que nos levam a reificar tanto o *é* quanto o *deve*.

Partindo do pressuposto de que o século XIX teve de se haver com a corrosão da autoridade fundada na filosofia tradicional, Hannah Arendt enxergou em obras como as de Nietzsche, Marx e Kierkegaard tentativas de articular um novo pensamento capaz de dar conta da dinâmica do mundo moderno, mas dentro de certos limites:

Kierkegaard, Marx e Nietzsche são para nós como marcos indicativos de um passado que perdeu sua autoridade. Foram eles os primeiros a ousar pensar sem a orientação de nenhuma autoridade, de qualquer espécie que fosse; não obstante, bem ou mal, foram ainda influenciados pelo quadro de referência categórico da grande tradição (ARENDDT 1972, p. 56).

Para a autora, tais limites resultaram de certa inversão conceitual frente ao legado de matriz platônica:

O salto de Kierkegaard da dúvida para a crença consistiu em uma inversão e distorção da relação tradicional entre razão e fé. Foi a resposta à moderna falta de fé, inerente no *omnibus dubitandum est* de Descartes, com sua subjacente desconfiança de que as coisas poderiam não ser como parecem e de que um espírito maligno poderia conscientemente e para sempre ocultar a verdade das faculdades humanas. O salto de Marx da teoria para a ação, e da contemplação para o trabalho, veio depois de Hegel haver feito da Metafísica uma Filosofia da História e transformado o filósofo no historiador a cuja visada retrospectiva o significado do devir e do movimento – não do ser e da verdade – revelar-se-ia afinal. O salto de Nietzsche do não-sensível das idéias e da medida para a sensualidade da vida, seu "Platonismo invertido" ou "transvaloração dos valores", como diria ele próprio, foi a derradeira tentativa de se libertar da tradição, e teve êxito unicamente ao pôr a tradição de cabeça para baixo (ARENDDT 1972, p. 57).

As observações de Arendt são decisivas, dentre outros motivos, porque nos alertam para a possibilidade de, mesmo escapando a reificações, permanecermos presos à armadilha da última instância derivada da distinção tradicional entre alma e corpo, lei e violência. Por um lado, a guerra seria, em última instância, o motor da sociedade; por outro, seria a doutrina. Podemos encarar as sociedades coloniais ora afirmando que as normas jurídico-políticas eram capazes de subordinar e integrar as discórdias, ora asseverando que as últimas desagregavam qualquer possibilidade de ordem. Mais uma vez, o substrato de tais análises consistiria em determinadas concepções da natureza humana, disputando-se se o homem seria mais afeito ao egoísmo ou à modelagem social. De uma forma ou de outra, ambas as tendências resultam de apropriações de temas já colocados na Antiguidade. A noção de luta de classes deveu muito ao conhecimento que Marx tinha da experiência e do pensamento greco-romanos. Esse é um ponto crucial, pois sugere que o entendimento da sociedade como luta faccional era amplamente possível durante o Antigo Regime – o debate sobre as formas de governo é paradigmático nesse sentido. Em outras palavras, não era preciso ser marxista para se pensar a idéia de que a guerra podia explicar a sociedade. No que diz respeito a Marx, Hannah Arendt, numa abordagem próxima da adotada em *Origens do totalitarismo*, afirma:

203

Ser a violência a parceira da História significa que as forças ocultas do desenvolvimento da produtividade humana, na medida em que dependem da ação humana livre e consciente, somente vêm à luz através de guerras e revoluções. Unicamente nestes períodos violentos a História mostra sua autêntica face e dissipa a névoa de mera conversa ideológica e hipócrita. Novamente, o desafio à tradição é evidente. A violência é, tradicionalmente, a *ultima ratio* nas relações entre nações e, das ações domésticas, a mais vergonhosa, sendo considerada sempre a característica saliente da tirania. (As poucas tentativas de salvar a violência do opróbrio, principalmente por parte de Maquiavel e de Hobbes, são de grande relevância para o problema do poder e extremamente esclarecedoras para a antiga confusão de poder com violência, mas exerceram influência notavelmente diminuta sobre a tradição de pensamento político anterior à nossa época) Para Marx, pelo contrário, a violência, ou antes a posse de meios de violência, é o elemento constituinte de todas as formas de governo; o Estado é o instrumento da classe dominante por meio do qual ela oprime e explora, e toda a esfera da ação política é caracterizada pelo uso da violência (ARENDR 1972, p. 49).

A historiografia dedicada ao estudo da América portuguesa, uma vez que se encontra profundamente mergulhada nos pressupostos desse debate filosófico, gira em torno de si mesma, ora destacando a ordem, ora evocando a desordem. As leituras de Hannah Arendt contribuem para que se percebam as consequências advindas da transformação da guerra e da doutrina em filosofias da política e da história. Se o objetivo do historiador não é o de desvendar os supostos meandros da natureza humana, é sempre pertinente tratar guerra e doutrina como modelos de compreensão e de ação social, e não como essências ou instâncias últimas: a guerra está na doutrina e a doutrina está na guerra. Acima de tudo, como ensinam alguns antropólogos culturais, relações desse

tipo não podem ser generalizadas como um problema da “humanidade”, visto que parte expressiva das sociedades do passado e do presente não se estruturaram em torno da noção de *polémos* (SAHLINS 2008). Nossas próprias polêmicas historiográficas não fariam sentido em grande parte do mundo.

Maquiavel nos dá um outro exemplo das condições que estruturam essa tradição polêmica em *A arte da guerra*. O texto apresenta um diálogo em que Cosme Rucellai e Fabricio Colonna discutem sobre a importância de seguir os exemplos dos antigos. O argumento de Fabricio é que os príncipes deveriam aprender com a Antiguidade que a guerra não deve ser feita por soldados mercenários ou profissionais, mas por cidadãos. Para ele, a república romana teria degenerado quando a guerra deixou de ser movida em benefício da pátria para tornar-se refém dos interesses privados e faccionais (MAQUIAVEL 1982, p. 15-42). O diálogo demonstra que Maquiavel foi rejeitado em algumas monarquias européias não apenas pelo suposto “realismo”, mas também por considerar que somente na república o perigo da guerra civil poderia ser superado pelo envolvimento dos cidadãos com a pátria. Assim, Maquiavel foi proscrito da Península Ibérica porque seu trabalho representava um ponto de vista crítico em relação à monarquia escolástica. Para o pensador florentino, a organização das monarquias cristãs, ao reforçar as distinções políticas entre indivíduos e grupos, achava-se vulnerável à guerra faccional. Ademais, é interessante retomar algumas das “regras gerais” sobre a guerra que Fabricio Colonna apresenta:

204

O que favorece o inimigo me prejudica; o que me favorece prejudica o inimigo.

Nenhum método é melhor do que aquele que o inimigo não percebe até o adotarmos.

Na guerra, reconhecer a oportunidade e aproveitá-la vale mais do que qualquer outra coisa.

Na guerra, a disciplina vale mais que o ímpeto.

Difícilmente será vencido quem souber avaliar suas forças e as do inimigo.

Muda de decisão quando perceberes que o inimigo a descobriu.

Convém nos aconselharmos com muitos a respeito das coisas que devemos fazer; depois devemos confiar a poucos aquilo que queremos fazer.

Os acidentes repentinos são resolvidos com dificuldade; os que foram previstos, facilmente (MAQUIAVEL 1982, p. 37-8).

Há uma clara semelhança entre o que Maquiavel aconselhava a respeito da guerra e o que Mazarin propôs como preceitos: simular e dissimular. Essa proximidade não é exatamente surpreendente, visto que inúmeras metáforas sempre transitaram entre os universos bélico, político e religioso. Mas pelo menos duas observações devem ser feitas. Uma delas se refere à distinção entre o espaço público da pólis grega e o ambiente de corte experimentado por Mazarin. A ameaça de que as multidões fossem carregadas pelas armadilhas retóricas não equivalia às táticas de instrumentalização propostas pelo primeiro-ministro francês para o contexto do Antigo Regime. Simular e dissimular, como sabia qualquer ministro ou governador da América portuguesa, implicavam, no limite, uma espécie de guerra fragmentada e cotidiana. A outra reserva redundante da própria crítica de Maquiavel segundo a qual somente o amor à pátria colocaria

o bem comum acima dos interesses faccionais: onde tais condições não estivessem dadas, a guerra no seu sentido externo invadiria a própria sociedade. Desse ponto de vista, as máximas de Mazarin ensinavam como sobreviver num quadro velado de guerra civil. A relação entre a guerra cotidiana fragmentada – e, portanto, distinta dos espaços públicos tradicionais – e o controle sobre si é melhor entendida pelo panóptico estudado por Foucault (1984). Se, para além de sua eficácia em escolas, prisões, hospícios e quartéis, tomarmos o panóptico como a vigilância de si mesmo, as palavras de Mazarin tornam-se mais fortes. Simular e dissimular, produzir uma representação que oculte intenções e vícios dos indivíduos, demandam a elaboração paulatina de um olhar que vigia e pune as próprias ações. Nesse caso, porém, a tirania do apetite descrita por Platão é substituída pela tirania da razão. E essa tirania do panóptico, como conjunto heterogêneo de táticas e dispositivos, identifica-se com a soberania da razão de Estado.

Existe uma especificidade francesa na fala de Mazarin, expressa em acontecimentos como os das guerras de religião do século XVI e os dos conflitos do XVII. As Frondas (1648-1653) foram sofridas diretamente pelo cardeal. Hobbes, por sua vez, encontrava-se na França quando Henrique IV foi assassinado em 1610. Reinhart Koselleck descreveu com perspicácia a situação do período, relacionando o pensamento hobbesiano e a evolução histórica na França, marcada pela consolidação monárquica depois de vencidas as principais ameaças internas:

205

Para Hobbes, uma vez que o *bellum omnium contra omnes* esteja superado no interior do Estado, o estado de natureza não reina mais entre os homens individualmente, mas somente entre os Estados, entendidos como *magni hominis* [grandes homens]. O direito natural dos indivíduos pré-estatais pôde ser transformado em um direito público internacional mediante a personificação dos Estados surgidos na realidade histórica. [...] Com o fim da guerra civil e a consolidação interior dos Estados, a guerra foi, por assim dizer, deslocada para o exterior. Muitos teóricos absolutistas viam nela uma instituição permanente, voltada para evitar a guerra civil. Aceitavam a guerra, em virtude das mesmas reflexões racionais e psicológicas (situadas fora de uma moral de convicção) que permitiam controlar as agitações religiosas. O fim das guerras civis religiosas e a restrição da guerra à guerra entre Estados são dois fenômenos correlatos que remontam à separação entre moral e política, o primeiro de maneira implícita, e o segundo de maneira explícita (KOSELLECK 1999, p. 41-2).

Assim, a visão de que as convicções interiores deveriam privatizar-se em nome da defesa da ordem e do princípio da razão de Estado apareceu formulada na tese hobbesiana, na qual permanecia forte a relação intrínseca entre guerra interna e externa. Na Península Ibérica, os temas da guerra e do direito internacional foram tratados em termos distintos daqueles utilizados por Maquiavel e Hobbes, como demonstra o trabalho do jesuíta Francisco Suárez (1956). Porém, apesar dos esforços doutrinários voltados à tentativa de enquadrar os conflitos bélicos e a razão de Estado na chave interpretativa da guerra justa, resta a mesma questão colocada anteriormente sobre o ser e o



dever ser: as disputas internas, a inserção de Portugal no quadro dos conflitos internacionais e as demandas da colonização da América portuguesa não teriam sido nunca capazes de transbordar os modelos explicativos de matriz escolástica?

A historiografia portuguesa foi marcada por muito tempo, pelo menos desde o século XVIII, pela noção de um atraso causado, dentre outros motivos, pela suposta estreiteza do pensamento dogmático. Não estaríamos os historiadores reproduzindo a armadilha montada durante o período pombalino ao reforçar, em defesa de posições antianacrônicas, a incapacidade de palacianos, governadores, magistrados e súditos de pensarem aquém e além da doutrina escolástica? Retomando as observações feitas acima sobre o trabalho de António Manuel Hespanha, vale a pena refletir sobre a aplicação de suas análises aos estudos referentes à América portuguesa. Como foi dito, é possível, a partir das decisivas contribuições de Hespanha, desenvolver o seguinte raciocínio: (1) o "Estado" português seiscentista não é um Estado absolutista; (2) esse "Estado" existiu num contexto de pluralidade de poderes; (3) a doutrina escolástica acerca da sociedade corporativa, fundando-se na prudência, apresentou-se como forma autoritária capacitada a, dada a limitação coercitiva do "Estado", promover a ordem por meio de mecanismos simbólicos e político-jurídicos; (4) o sucesso da doutrina promoveu, dentro de certas circunstâncias, integração social e imperial. Seguindo tal caminho analítico, surge como problemas históricos a serem enfrentados avaliar tanto a dimensão da fragilidade estatal quanto a eficácia das formas autoritárias. Um raciocínio diferente nos auxilia a compreender melhor a profundidade de tais problemas históricos: (1) as sociedades coloniais, baseadas no trabalho escravo e na conquista de territórios, eram intrinsecamente violentas, belicosas e contraditórias; (2) O "Estado", através da coerção e da doutrina, procurou estabelecer certa integração social e imperial; (3) o caráter eminentemente contraditório da colonização impunha fortes limites ao exercício da autoridade. Caberia, então, avaliar a efetividade das formas subversivas e desagregadoras. No limite, o impasse entre essas duas formas de raciocínio só se resolveria caso os historiadores provassem que a doutrina historicamente subordinou a guerra ou que a guerra sempre subverteu a doutrina. Sem respostas empíricas convincentes e gerais, os dois raciocínios giram em torno de si mesmos. O impasse aprofunda-se ainda mais porque os fatos não existem isoladamente, mas são articulados em estruturas narrativas que selecionam, incluem e excluem. Nesse sentido, tem sido possível elaborar narrativas historiográficas que, ora focando a guerra, ora a doutrina, fundamentam distintos modelos explicativos. Isso não quer dizer, de forma alguma, que historiadores são incapazes de trabalhar seriamente com fontes. Pelo contrário, uma das características mais importantes das últimas décadas tem sido a sofisticação da análise documental na historiografia brasileira. A questão fundamental é que, no estudo das sociedades que compunham o império luso, guerra e autoridade têm de ser concebidos como fenômenos culturais complexos e coexistentes. Os estudos

que discutem de que maneira os discursos retóricos eram apropriados como retórica das práticas apontam para essa complexidade. A leitura do livro de Sarolta Takács sobre a construção da autoridade na Roma antiga indica não a mera reprodução de lugares-comuns imediatamente aceitos na prática social, mas sim a ocorrência de certa dinâmica interna aos discursos, associada a respostas a mudanças históricas e a crises de poder (TAKÁCS 2009). O mesmo aspecto é demonstrado com acuidade por Nicole Loraux em seu estudo sobre a oração fúnebre em Atenas (LORAUX 1994). Os discursos, não sendo reflexos da sociedade, podem estruturá-la e ordená-la. Contudo, esse movimento de ordenação é constantemente colocado à prova sob a forma de crises de autoridade.

Outra questão metodológica importante diz respeito à abordagem microfísica. Ocorrem aqui duas dificuldades. Uma delas envolve a possibilidade da constituição de análises contraditórias quando da apropriação de um modelo explicativo, como é o de Hespanha, que de maneira complexa articula a filosofia de São Tomás de Aquino e a microfísica de Foucault. Se o estudo das estratégias cotidianas de poder nos conduz sempre à conclusão tautológica de que a repetição de rituais e doutrinas escolásticas foi gerando a soberania lusa, corre-se o risco de, paradoxalmente, produzirem-se interpretações que subordinam a microfísica à teleologia: (1) existem conflitos que se apresentam no cotidiano de maneira fragmentada; (2) os dispositivos da ação prudencial repetem rituais que, também de maneira fragmentada, padronizam os comportamentos; (3) em última análise, essa padronização tende inevitavelmente à soberania. O risco aqui consiste no “inevitavelmente”, ou seja, em transformar o dever ser em ser. Em outras palavras, é como se a teleologia tomista engolisse, em última instância, a multiplicidade foucaultiana. Uma outra dificuldade está na qualificação prévia da microfísica do poder. Os historiadores têm demonstrado certa eficácia dos mecanismos que, através da repetição, reforçam o comportamento social. No entanto, por que a microfísica não atuaria, digamos, num sentido inverso? Por que tem sido muitas vezes mais fácil pensar numa microfísica que produz a soberania, e não numa outra, que produz a subversão e a guerra? As instituições e os instrumentos jurídicos são um bom exemplo. É possível pensar que sua repetição padronize comportamentos com o tempo. Porém, é também possível pensar que sua instrumentalização repetida produza e reproduza formas bélicas de ação. Descartar essa última dimensão, sob o argumento de que ela consistiria numa outra versão da imagem do Estado como instrumento da classe dominante, não parece convincente – dentre outras razões porque essa instrumentalização não pode ser de modo algum reduzida a qualquer classe.

### **Utilidade**

Aristóteles (387-322) também refletiu sobre as formas de governo classificando-as segundo seu exercício por um só, por poucos ou por muitos. Quando as constituições eram retas, isto é, voltadas ao bem comum, deviam ser chamadas de reino, aristocracia e politia; quando se definiam pelo desvio,

recebiam os nomes de tirania, oligarquia e democracia. Na *Ética a Nicômacos*, o termo *politia* é substituído por *timocracia*. Apesar das diferenças terminológicas, o modelo sêxtuplo de Aristóteles apresenta similaridades com o de Platão e com os que serão posteriormente adotados por Políbio e Maquiavel. Uma distinção importante é, contudo, mencionada por Norberto Bobbio: enquanto Platão utiliza o consenso e a força como critérios de definição das formas boas e más de governo, Aristóteles se vale do interesse comum e do interesse pessoal. Segundo Bobbio:

Quando os governantes se aproveitam do poder que receberam ou conquistaram para perseguir interesses particulares, a comunidade política se realiza menos bem, assumindo uma forma política corrompida, ou degenerada, com relação à forma pura. Aristóteles distingue três tipos de relações de poder: o poder do pai sobre o filho, do senhor sobre o escravo, do governante sobre o governado. Essas três formas de poder se distinguem entre si com base no tipo de interesse perseguido. O poder dos senhores é exercido no seu próprio interesse; o paterno, no interesse dos filhos; o político, no interesse comum de governantes e governados (BOBBIO 1995, p. 58).

A classificação sêxtupla de Aristóteles, entretanto, desdobrava-se em determinadas nuances. Uma delas, de consequências doutrinárias cruciais, é a que leva à definição da monarquia despótica comum aos povos bárbaros. Nela, embora exercido tiranicamente, o poder é legitimado pelo fato de que tais povos são naturalmente mais servís do que os gregos. Dessa maneira, o despotismo oriental aproxima-se do poder exercido pelo senhor – *despotes* – sobre seus escravos, já que para o pensamento aristotélico a escravidão é justificada por ser natural:

Da mesma forma, há também povos naturalmente escravos (os “povos servís” das grandes monarquias asiáticas). Só se pode exercer sobre esses povos o poder do tipo despótico que, não obstante, é perfeitamente legítimo: é o único tipo de poder ajustado à natureza de certos povos, embora duríssimo, como o do senhor de escravos. Tanto é assim que esses povos o aceitam “sem dificuldade” – melhor dito, sem lamentar-se (na tradução latina medieval, “*sine tristitia*”) –, enquanto os tiranos, cujos súditos são povos livres, governam cidadãos “descontentes”, sem serem aceitos por eles. Justamente por isso a tirania é uma forma corrupta de governo, contrastando com a monarquia (BOBBIO 1995, p. 60).

Como demonstrou Carlos Alberto Zeron ao reconstituir o debate jesuítico quinhentista sobre a catequização dos índios, a filosofia da Segunda Escolástica, não sem alguma resistência, rejeitou a naturalidade da escravidão, concebendo-a como forma histórica legitimada apenas em determinadas circunstâncias, dentre elas, a da guerra justa (ZERON 1998). Todavia, a perspectiva aristotélica, ao vincular natureza e constituição política, abria-se para a tese de que a violência era amplamente justificada na relação com determinados grupos humanos. Outro aspecto interessante apontado por Bobbio diz respeito à definição da *politia* como uma mistura de oligarquia e democracia – termos que aqui indicam, como se viu, poucos e muitos, mas também diferenças de condição social.

Ademais de introduzir a questão dos governos mistos, a ser trabalhada posteriormente por Políbio, Aristóteles traz uma conclusão surpreendente: a política, por equilibrar os interesses de poucos e muitos, dos que têm e dos que não têm propriedades, consiste no regime mais propício para assegurar a paz social. Portanto, dizer que Maquiavel foi rejeitado na Península Ibérica pela defesa da república como melhor forma de garantir a estabilidade social significa dizer que essa rejeição se deveu aos modos diferentes pelos quais a Segunda Escolástica e o pensador florentino se apropriaram de Aristóteles. Esse aspecto é ainda mais curioso quando se menciona que a relação aristotélica entre política e estabilidade tem como base um conceito bastante caro ao tomismo e à prática política e catequizadora dele resultante: a mediação, o meio-termo, o ponto intermediário. Nas palavras do Estagirita:

Está claro que a melhor comunidade política é a que se baseia na classe média, e que as cidades que têm essa condição podem ser bem governadas – aquelas onde a classe média é mais numerosa e tem mais poder do que as duas classes extremas, ou pelo menos uma delas. Com efeito, aliando-se a uma ou a outra, fará com que a balança penda para o seu lado, impedindo assim que um dos extremos que se opõem ganhe poder excessivo (BOBBIO 1995, p. 62).

209

A leitura de Aristóteles, assim, permitia apropriações que justificassem tanto o despotismo quanto as formas retas de democracia. Essa investigação centrada ora na busca de estabilidade, ora na adequação à natureza, reapareceu, conforme se mencionou acima, nas preocupações de Marco Túlio Cícero. Com o tempo, o problema da adequação se tornaria marcante nas reflexões de Montesquieu. Desse modo, vale a pena retomar o conceito de amizade, descrevendo-o agora nos termos especificamente aristotélicos. Aristóteles, na *Ética a Nicômacos*, concebeu a amizade como forma de excelência moral e, ao mesmo tempo, necessária à vida; ele a identificou na “afeição natural” dos progenitores e naquilo que mantém “as cidades unidas” (ARISTÓTELES 2001).<sup>13</sup> Da *Ética* Cícero retirou várias das reflexões presentes em *Da amizade*, dentre elas a que fez sobre o sábio de Agrigento. A esse respeito disse o Estagirita:

Herácleitos, em contraste, diz “Os contrários andam juntos”, “A mais bela harmonia é feita de tons diferentes” e “Tudo nasce do antagonismo”. Outros sustentam um ponto de vista oposto a este, principalmente Empédocles, segundo o qual “o semelhante busca o semelhante”. Podemos deixar de lado os problemas físicos, pois eles não se enquadram na presente investigação; examinemos os problemas relativos ao homem, pertinentes ao caráter e aos sentimentos – por exemplo, se a amizade pode manifestar-se entre quaisquer pessoas, ou se pessoas más não podem ser amigas, e se há uma única espécie de amizade ou mais de uma (ARISTÓTELES 2001, p. 154, 1155b).

Partindo do pressuposto de que as pessoas são amadas em função do que é útil, agradável e bom, Aristóteles identificou a amizade com a reciprocidade

---

<sup>13</sup> As considerações a seguir são retiradas do Livro VIII.

– pois não é possível ter amizade por coisas inanimadas -, dividindo-a em três espécies: a que advém do interesse (ou seja, do proveito que se obtém do amigo), do prazer (do fato de o amigo ser agradável) e da semelhança na excelência moral. Enquanto os dois primeiros tipos são acidentais, visto que ancoram-se no benefício próprio, o último constitui a amizade perfeita:

A amizade perfeita é a existente entre as pessoas boas e semelhantes em termos de excelência moral; neste caso, cada uma das pessoas quer bem à outra de maneira idêntica, porque a outra pessoa é boa, e elas são boas em si mesmas. Então as pessoas que querem bem aos seus amigos por causa deles são amigos no sentido mais amplo, pois querem bem por causa da própria natureza dos amigos, e não por acidente; logo, sua amizade durará enquanto estas pessoas forem boas, e ser bom é uma coisa duradoura. Cada uma das pessoas neste caso é boa irrestritamente e boa em relação ao seu amigo, pois as pessoas boas são boas irrestritamente e são reciprocamente úteis. E por serem assim, estas pessoas são também agradáveis, pois as pessoas boas são agradáveis irrestritamente e são reciprocamente agradáveis, já que para cada uma delas suas próprias ações e outras semelhantes às suas são um motivo de prazer, e as ações das pessoas boas são idênticas ou parecidas. Tal amizade é logicamente permanente, já que ela combina em si mesma todas as qualidades que os amigos devem ter (ARISTÓTELES 2001, p. 156, 1156a-1156b).

A crítica que Cícero fazia à utilidade já aparecia em Aristóteles. Ressaltando que a amizade perfeita é rara, o filósofo grego procurou separar claramente as relações derivadas da excelência moral daquelas resultantes do proveito, constatando a recorrência das últimas. Dessa maneira, dar esperando receber não implicava um comportamento virtuoso, mas sim utilitário. Pelas mesmas razões, somente a amizade perfeita, ao fundar-se na confiança, seria imune à calúnia: a permanência dessas relações entre pessoas boas e semelhantes achava-se, nesse sentido, em melhores condições do que aquelas cuja ligação estava em razões passageiras. A distinção entre as três espécies de amizade torna-se mais clara e categórica na seguinte passagem:

Para uma amizade perfeita ambas as partes devem adquirir experiência recíproca e tornar-se íntimas, e isto é muito difícil. Mas pelo prazer ou por interesse é possível que muitas pessoas sejam agradáveis a uma, pois muitas pessoas são úteis e agradáveis, e os benefícios que elas propiciam podem ser fruídos dentro de pouco tempo. Destas duas espécies, a que se baseia no prazer é mais parecida com a amizade quando ambas as partes obtêm reciprocamente os mesmos benefícios e se comprazem mutuamente ou com as mesmas coisas, como nas amizades entre jovens; nestas amizades, com efeito, encontra-se mais a generosidade de sentimentos, ao passo que a amizade por interesse é para as pessoas mercenárias (ARISTÓTELES 2001, p. 159-60, 1158a).

Nessas condições, a descrição que Aristóteles faz da amizade, também fortemente permeada pelo sentido político, tende a diferenciar – como sugere o trecho “é mais parecida” - a amizade propriamente dita, a relação de prazer e a utilidade. Adiante Aristóteles estabelece a importante distinção entre justiça e amizade: naquela importa mais o mérito de cada um do que a igualdade

quantitativa – isto é, a igualdade na virtude, na posição social ou na riqueza; nesta, ocorre o contrário, já que, como foi dito, a amizade perfeita existe entre semelhantes. Daí é possível fixar outras distinções, tais como entre os que preferem amar a ser amados e os que preferem o inverso; entre os que preferem ser amados pelo reconhecimento do mérito e os que o preferem pelas honrarias. Se, como foi visto, Platão entendeu a aristocracia - uma de suas duas formas ideais de governo - como aristocracia meritória, Aristóteles vinculou o mérito à justiça. Assim, também através da leitura de suas obras era possível criticar a nobreza de sangue. Enfim, chamando a atenção para um ponto que seria explorado mais tarde por Cícero, diz Aristóteles:

A amizade, com efeito, pressupõe igualdade e semelhança, especialmente a semelhança daquelas pessoas que se assemelham em excelência moral; sendo constantes em si mesmas, elas são reciprocamente constantes, e nem pedem nem prestam serviços degradantes; ao contrário, pode-se dizer que uma afasta a outra do mal, pois não errar e não deixar que seus amigos errem é uma característica das pessoas boas. Mas as pessoas moralmente deficientes não têm constância (na realidade, elas não permanecem sequer semelhantes a si mesmas); sua amizade é efêmera porque elas se comprazem mutuamente em sua deficiência moral (ARISTÓTELES 2001, p. 163, 1159b).

211

O tema da inconstância, conforme o mencionado anteriormente, possuía na filosofia política um significado tanto individual quanto político. Se retomamos as reflexões aristotélicas, surge a questão sobre o que fazer se a maioria é inconstante e incapaz de estabelecer a amizade perfeita. Também é instigante relacionar a identificação da amizade por interesse com os mercenários, por um lado, e, por outro, a afirmação feita pelo Estagirita de que a comunidade política se organiza em busca da satisfação de “vantagens para seus membros” (ARISTÓTELES 2001, p. 164, 1160a). Ainda que devamos estar atentos às diferenças entre as vantagens individuais e o que Aristóteles chama de “reciprocamente vantajoso”, parece restar alguma ambiguidade. Em trecho anterior, essa ambiguidade surge em outro contexto:

Com efeito, as pessoas chamam de amizade até as relações cujo motivo é o interesse (nesta acepção pode-se dizer que as cidades têm relações amistosas, pois as alianças entre cidades parecem visar a vantagens) e aquelas em que as pessoas se amam por prazer (nesta acepção as crianças também podem chamar-se amigas). Talvez devamos portanto chamar tais pessoas de amigas e dizer que há várias espécies de amizade (ARISTÓTELES 2001, p. 158, 1157a).

“Até”, “talvez”, “mais parecida”: Aristóteles se aproxima ora da idéia de que o útil e o prazeroso são espécies de amizade, ora da idéia de que são algo distinto dela. A referência à aliança entre cidades, de todo modo, é significativa, pois nesse âmbito de relações externas vigorava não a política, mas a força. Hannah Arendt esclareceu esse ponto ao comparar os significados das palavras guerra e revolução:



As justificações das guerras, mesmo num plano teórico, são bastante antigas, embora naturalmente não tão antigas como a tática militar organizada. Entre os seus pré-requisitos óbvios está a convicção de que as relações políticas, em seu curso normal, não caem no domínio da violência, e esta convicção encontramos pela primeira vez na Antiguidade grega, na medida em que a *polis* grega, a cidade-Estado, definia-se a si mesma, explicitamente, como sendo uma maneira de viver baseada exclusivamente na persuasão, e não na violência. [...] no entanto, como a vida política grega, por definição, não se estendia além das muralhas da *polis*, o emprego da violência parecia-lhes carecer de justificação no campo hoje definido como assuntos externos ou relações internacionais, muito embora seus assuntos externos – com a exceção única das guerras pérsicas, que provocaram a união de toda a Hélade – se restringissem praticamente às relações entre as cidades gregas. Do lado de fora das muralhas da *polis*, ou seja, para além do campo da política, no sentido grego da palavra, “os fortes faziam o que podiam, e os fracos sofriam o que fosse necessário” (Tucídides) (ARENDDT 1988, p. 10).

Nessas condições, as comunidades políticas podiam ser pensadas em termos de vantagem na medida em que, nas relações externas, agiam utilitariamente umas em relação às outras. Todavia, a análise aristotélica abre a possibilidade de se concluir que, caso a inconstância e a busca mercenária do útil vigorassem no interior de cada comunidade – quadro que, segundo H. Arendt, estaria fora do “curso normal” -, a guerra se instalaria internamente. Um raciocínio dessa natureza, sobre a transformação da guerra externa em guerra intestina, se aproxima muito dos ditos e das práticas de governadores da América portuguesa. Não à-toa, Aristóteles, no mesmo Livro VIII da *Ética a Nicômacos*, passou da definição da amizade à caracterização das diferentes formas de governo: as mencionadas monarquia, aristocracia, timocracia, democracia, oligarquia e tirania. Comparou-as ainda com três diferentes tipos de estrutura familiar: a associação entre pai e filho como forma similar à monarquia (em benefício de ambos) e à tirania (em proveito do senhor); a associação entre marido e mulher, similar à aristocracia (em benefício de ambos e tendo como base o mérito de cada um) e à oligarquia (em proveito do marido); e a associação entre irmãos, similar à timocracia (fundada na igualdade) e à democracia (equivalente a famílias sem chefes). Outros três pontos merecem destaque. O primeiro retoma o tema da justiça:

Em cada uma destas formas de governo parece existir amizade entre governantes e governados, na mesma proporção em que existe justiça (ARISTÓTELES 2001, p. 166, 1161a).

Em outras palavras, nas três situações descritas acima, a justiça se distribui segundo a superioridade (do pai sobre o filho, do rei sobre os súditos), a excelência e o mérito (entre marido e mulher, entre poucos e muitos), e a igualdade (entre irmãos e cidadãos). O segundo ponto abrange um aspecto particular das relações entre superior e inferior:

Numa forma de governo na qual os que mandam e os que obedecem nada têm em comum, não há tampouco amizade, já que não há justiça; é como na relação entre o artífice e a ferramenta, entre a alma e o corpo, entre o senhor e o escravo; o segundo elemento em cada par é beneficiado por aquele que o usa, mas não há amizade e justiça em relação a coisas inanimadas. Tampouco existe amizade em relação a um cavalo ou a um boi, ou a um escravo enquanto escravo, pois as duas partes nada têm em comum; o escravo é uma ferramenta viva, e a ferramenta é um escravo sem vida. Não pode portanto haver amizade em relação a um escravo enquanto escravo, embora possa haver amizade em relação a um escravo como criatura humana; de fato, parece haver lugar para alguma justiça nas relações entre uma pessoa livre e qualquer outro humano, desde que este último possa participar do sistema legal e ser parte em um contrato; logo, pode haver também amizade em relação a um escravo em sua qualidade de ser humano. Consequentemente, mesmo nas tiranias há uma margem mínima para a amizade e a justiça, mas nas democracias estas existem com intensidade muito maior, pois onde os cidadãos são iguais eles têm muitas coisas em comum (ARISTÓTELES 2001, p. 166-7, 1161a).

## 213

A passagem é das mais significativas. A vinculação entre governo de muitos, justiça e amizade foi comentada anteriormente: é daqui que Maquiavel partiu para defender a república e associar a monarquia escolástica à instabilidade faccional. Vale assinalar ainda a aproximação entre a metáfora artífice/ferramenta com a oposição alma/corpo. As consequências políticas e filosóficas dessa comparação podem ser melhor avaliadas quando tomamos a crítica de Richard Sennett à permanência do aristotelismo no pensamento de Hannah Arendt. Discutindo os três elementos que para a filósofa alemã constituiriam a condição humana – o labor, o trabalho e a política –, Sennett lembra que, para ela, enquanto “o *animal laborens* toma o trabalho como um fim em si mesmo”, o *homo faber* é a imagem “de homens e mulheres fazendo um outro tipo de trabalho, criando uma vida em comum”. E continua:

Mais uma vez Arendt enriquecia uma idéia herdada. A expressão latina *Homo faber* significa simplesmente “homem que faz”. Ela surge em escritos do Renascimento sobre a filosofia e as artes; duas gerações antes de Arendt, Henri Bergson a havia aplicado à psicologia; e ela a aplicou à política, de uma forma muito especial. O *Homo faber* é o juiz do labor e da prática materiais, não um colega do *Animal laborens*, mas seu superior. Desse modo, na visão dela, nós, seres humanos, vivemos em duas dimensões. Numa delas, fazemos coisas; nesta condição, somos amorais, entregues a uma tarefa. Também somos habitados por uma outra forma de vida, mais elevada, na qual deixamos de produzir e começamos a discutir e julgar juntos. Enquanto o *Animal laborens* está fixado na pergunta “Como?”, o *Homo faber* pergunta “Por quê?” (SENNETT 2009, p. 16-7).

A crítica de Sennett remete aos esforços que artistas renascentistas como Michelangelo, Leonardo da Vinci e Giorgio Vasari fizeram no sentido de afastar a escultura e a pintura dos ofícios mecânicos. A base de seu argumento era a de que ambas as atividades tinham em comum o exercício mental exigido pelo *disegno*, o que não ocorreria com o trabalho dos simples artífices. Esse foi um modo pelo qual pintores e escultores de elite procuraram explicar sua ascensão social sem romper com os critérios platônicos e aristotélicos ancorados na hierarquia entre alma e corpo (PEVSNER 2005). No caso de Hannah Arendt, a

distinção entre trabalho e labor vincula-se indiretamente à hierarquia que Aristóteles estabeleceu entre virtude, prazer e utilidade, bem como à definição do homem como animal político. Na análise aristotélica – embora não exatamente para Hannah Arendt –, a distância entre artífice e ferramenta viva é parecida com aquela que existe entre trabalho e labor: o escravo, identificado com o espaço doméstico, pertence ao mundo da necessidade incontornável e, por isso, deve ser controlado por um tirano. Porém, o argumento de que é possível ser amigo de um escravo como criatura humana cria condições para que ele encontre algum lugar mais ou menos próximo da esfera política. A comparação com governos tirânicos é coerente com seus pressupostos. Aristóteles é cuidadoso ao mencionar a necessidade de algum tipo de contrato e ao descrever esse lugar como uma “margem mínima”. Mais uma vez, parece que o tratamento dado ao problema tem a ver com a guerra. Caso não houvesse essa “margem mínima”, a escravidão estaria totalmente entregue à tirania, ou seja, ao amplo uso da violência, abrindo-se à guerra intestina. Tal reflexão apareceria mais tarde nos esforços para se justificar a escravidão moderna e nas prescrições jesuíticas sobre o governo de escravos. É ainda mais interessante constatar que Aristóteles coloca o escravo no caminho – mas certamente não no *meio* do caminho – entre a instrumentalização e a amizade: digamos que, quanto mais próximo da alma, mais integrado à política, e vice-versa. Nesse sentido, estamos próximos da leitura segundo a qual quanto mais utilitário e corporal é o comportamento, mais necessária torna-se a instrumentalização – máxima reconhecida na prática por governadores e magistrados da América portuguesa. Portanto, o que os historiadores, seguindo aparentemente o vocabulário escolástico, chamam muitas vezes de prudência constitui a prática cotidiana de instrumentalizar coisas e pessoas.

O terceiro ponto que merece destaque é a percepção de que nas amizades por interesse, nas quais muitas das honrarias são trocadas, ocorrem conflitos constantes:

Mas a amizade por interesse dá sempre margem a queixas; efetivamente, como as pessoas neste caso se aproximam visando aos seus próprios interesses elas querem sempre obter vantagens maiores, e sempre pensam que estão obtendo menos do que aquilo que lhes é devido; elas censuram os seus parceiros alegando que não obtêm tudo que querem e merecem, e a parte que neste caso está fazendo bem à outra não é capaz de fazer tanto quanto a parte beneficiada deseja (ARISTÓTELES 2001, p. 169, 1162b).

Se lembrarmos a importância do mérito na discussão de Aristóteles sobre as formas de governo, podemos perceber que sua análise é também “realista”. O Estagirita pode ser lido tanto como alguém que afirma aquilo que deve ser, como alguém que descreve o que é. Assim, sua descrição sobre a distribuição de honrarias, bem como a que seria feita por Cícero séculos depois, encontra aí um foco de conflito social derivado do desprezo da virtude em benefício do interesse pessoal. Aristóteles o afirma diretamente ao dizer que em geral o

presente é tomado como empréstimo:

Isso acontece porque todos os homens, ou a sua maioria, desejam o que é nobilitante mas escolhem o que é vantajoso, ao passo que é nobilitante fazer bem sem esperar retribuição; mas a vantagem está em receber os benefícios (ARISTÓTELES 2001, p. 170, 1162b).

Nos termos de Cícero, “um préstimo não é um investimento”. Observações críticas dessa natureza permitiram que durante o Antigo Regime fosse possível separar a atitude virtuosa da interesseira, a busca do mérito do desejo de fama. Por esse motivo, a mera constatação de que o Estado luso premiava os serviços prestados pelos seus vassallos não implica necessariamente que disso resultasse integração. Em termos aristotélicos, havia pelo menos dois problemas: de um lado, a possibilidade de que a troca fosse vista como investimento, e não como virtude; de outro, que ela se desdobrasse em queixas e ressentimentos. Se a filosofia aristotélica forneceu inúmeros elementos para a constituição dos modelos autoritários do Antigo Regime, ela também era capaz de ensinar sobre os perigos da tensão social. Hannah Arendt recorda que a palavra interesse vem de *inter-est*, ou seja, aquilo que está entre as pessoas (ARENDR 1988, p. 68-9). A recuperação desse significado do termo, em detrimento do uso pejorativo, coaduna-se com os esforços da autora no sentido de definir o espaço público republicano como um espaço em que se discute sobre o mundo, sobre aquilo que está entre as pessoas desse mundo. Sem querer atribuir à autora uma reflexão que não é sua, vale, entretanto, perguntar até onde era possível a partilha de um mundo político comum em sociedades monárquicas de Antigo Regime, pautadas, em última instância, na desigualdade e no dever de obediência. Se Maquiavel associou a monarquia ao risco da instabilidade, foi porque ela lhe parecia dissolver-se no interesse egoísta. Temos, então, se nos propusermos a aprender algo com esse ponto de vista, a ocorrência de um fenômeno paradoxal que não pode ser obliterado: letrados e autoridades lusas queixavam-se incansavelmente da falta de espírito público e de respeito ao bem comum, mas os limites de seu modelo autoritário na resolução prudencial das demandas particulares, calcados nos pressupostos finais do mando e da obediência, criavam as condições para o reforço dos interesses egoístas. Não se trata de leitura liberal e anacrônica do problema; pelo contrário, como mostra a reflexão maquiavélica, a própria tradição filosófica referente às formas de governo permitia tal avaliação.

215

### **Vontade de distinção**

Como sugerem as observações de Aristóteles, é muito importante refletir sobre o que denominamos vontade de distinção na medida em que, no âmbito da teoria, existe uma diferença entre o préstimo e o investimento. A circunscrição do problema depende da retomada de máximas como as de Mazarin. Também no século XVII, o duque de La Rochefoucauld (1613-1680) alertava que “o nome da virtude serve ao interesse tão utilmente quanto os vícios” (LA ROCHEFOUCAULD, 1822, máxima 187). E, sobre a relação entre interesse e

e amizade, afirmou:

Nós nos persuadimos muitas vezes de amar as pessoas mais poderosas do que nós, e, no entanto, é unicamente o interesse que produz nossa amizade; nós não nos damos a eles pelo bem que lhes queremos fazer, mas por aquele que deles queremos receber (LA ROCHEFOUCAULD 1822, máxima 85).

Hannah Arendt, citando o duque, estabeleceu uma continuidade entre o terror na Revolução Francesa e as práticas de poder no Antigo Regime:

A violência do terror foi, pelo menos até certo ponto, a reação a uma série de juramentos violados e promessas não-cumpridas, que eram o perfeito equivalente político das costumeiras intrigas da sociedade de corte, exceto que essas maneiras intencionalmente corruptas, que Luís XIV ainda conseguiu manter separadas do estilo em que conduzia os assuntos de Estado, haviam então atingido também o monarca. Promessas e juramentos não passavam de uma fachada canhestramente erguida para encobrir e procrastinar uma intriga muito mais capciosa, orientada no sentido de quebrar todas as promessas e juramentos. E embora nesse exemplo o rei tenha prometido na medida em que temia, e violado suas promessas na medida em que confiava, não podemos deixar de nos maravilhar com a perfeita oportunidade do aforismo de La Rochefoucauld. A opinião amplamente difundida de que os mais vitoriosos métodos de ação política eram a intriga, a falsidade e a maquinação, quando não a franca violência, remonta a essas experiências, e, por conseguinte, não é por mera casualidade que encontramos, ainda hoje, essa espécie de *Realpolitik*, principalmente entre os que ascenderam ao poder político na linha da tradição revolucionária (ARENDR 1988, p. 83).

216

As máximas e as reflexões de La Rochefoucauld demonstram como as discussões aristotélicas sobre a amizade e a utilidade consistiam num tipo de vocabulário cuja apropriação levou, no Antigo Regime, à crítica política e à concepção de que a troca de graça por serviço não necessariamente implicava o bem comum. De acordo com o moralista francês, a "hipocrisia é uma homenagem que o vício rende à virtude" (LA ROCHEFOUCAULD 1822, n. 218). O problema apareceu nos debates em torno da independência das colônias inglesas, quando se contrapôs o interesse individual ao que John Adams chamou de "paixão pela distinção", isto é, o desejo de superar os outros nos feitos, no conhecimento e no mérito. Segundo Arendt, a emulação – elemento marcante da antiga historiografia grega – era compreendida como virtude contraposta ao vício da ambição:

Pois a sede e a vontade do poder, independentemente de qualquer paixão por distinção, embora característicos do homem tirânico, não representam mais um vício tipicamente político, mas, antes de tudo, constituem uma condição que tende a destruir toda vida política, com seus vícios e suas virtudes. É exatamente porque o tirano não aspira a distinguir-se, e se ressentido da falta de qualquer paixão por distinção, que ele se compraz em colocar-se acima da companhia de todos os homens; inversamente, é o desejo de distinção que faz os homens amarem o mundo e apreciarem a companhia de seus semelhantes, e os conduz à atividade pública (ARENDR 1988, p. 95-6).

Quando seguimos essa trilha de pensamento que parte de Aristóteles e depara com a apropriação de seus ditos no Antigo Regime, a vontade de distinção se apresenta como um tema deveras espinhoso e contraditório: como engajamento na vida pública, ela consiste em integração e estabilidade; como desejo individual de poder, ela toma a forma da violência e da instabilidade. Por essa razão, distinção e subversão são problemas inextricáveis.

Foucault identificou ainda um desdobramento mais radical – talvez mais tucidideano – a respeito da organização das sociedades. Trata-se da análise do conde de Boulainvilliers (1658-1722), cujo fundamento está na crítica à idéia de soberania centrada no direito natural. A recuperação de tal análise é decisiva uma vez que o conde conduziu a um tipo de interpretação que, passando por Alexis de Tocqueville (1805-1859), chegará a Nietzsche (FOUCAULT 1999, p. 167-98). Boulainvilliers narra a história da França como sucessão de conquistas dos mais fortes sobre os mais fracos, associando a monarquia com o enfraquecimento do país, em decorrência da domesticação da capacidade guerreira dos nobres. Nesse sentido, a relação entre soberania e guerra pode ser invertida. Para o conde, a Grécia e Roma teriam perdido o vigor quando suas aristocracias entraram em decadência. Sua explicação parte do pressuposto de que a lei natural sucumbe à lei da história, sendo esta última essencialmente a guerra generalizada. O raciocínio permite que Boulainvilliers dissocie a liberdade da igualdade, vinculando-a à dominação: a liberdade de um grupo significaria a supressão da liberdade dos demais:

217

E é assim que começa o famoso grande retrato do “bárbaro” que vamos encontrar até o fim do século XIX e, claro, em Nietzsche, (em quem) a liberdade será equivalente a uma ferocidade que é gosto pelo poder e avidez determinada, incapacidade de servir mas desejo sempre pronto a sujeitar, “costumes impolidos e grosseiros, ódio pelos nomes, pela língua, pelos costumes romanos. Amador da liberdade, valente, ligeiro, infiel, ávido de ganhos, impaciente, inquieto”, etc: são esses os epítetos que Boulainvilliers e seus sucessores utilizam para descrever esse novo grande bárbaro louro, que faz assim, através de seus textos, sua entrada solene na história européia, quero dizer na historiografia européia (FOUCAULT 1999, p. 177-8).<sup>14</sup>

O modelo interpretativo do conde implicou uma operação que compreendia a guerra não unicamente como batalha de conquista, mas como conflito permanente no interior das sociedades. Podemos dizer que quando Boulainvilliers implodiu as concepções de direito natural e de soberania advindas da filosofia grega, a guerra intestina, que Tomás de Aquino, por exemplo, procurara subordinar à virtude e ao governo monárquico – como o corpo deveria ser subordinado à alma –, tornou-se necessidade histórica incontornável:

Até o século XVII a guerra era mesmo, essencialmente, a guerra de uma massa contra outra massa. Boulainvilliers, por sua vez, faz a relação de guerra penetrar em toda a relação social, vai subdividi-la por mil canais diversos e mostrar a guerra como uma espécie de estado permanente

---

<sup>14</sup> As palavras em parênteses foram recolhidas por Foucault de *Genealogia da moral*.



entre grupos, frentes, unidades táticas, de certo modo, que se civilizam uns aos outros, se opõem uns aos outros, ou, ao contrário, se aliam uns com os outros. Já não há essas grandes massas estáveis e múltiplas, vai haver uma guerra múltipla, num sentido uma guerra de todos contra todos, mas uma guerra de todos contra todos não mais, de modo algum, é evidente, no sentido abstrato e – creio eu – irreal que Hobbes apresentava quando falava da guerra de todos contra todos e tentava mostrar como não é a guerra de todos contra todos que é operadora no interior do corpo social. Em Boulainvilliers, ao contrário, vamos ter uma guerra generalizada, que vai percorrer tanto todo o corpo social quanto toda a história do corpo social; mas não, é evidente, como guerra dos indivíduos contra os indivíduos, mas como guerra de grupos contra grupos. E essa é uma generalização da guerra que é, acho eu, característica do pensamento de Boulainvilliers (FOUCAULT 1999, p. 194).

Mazarin, La Rochefoucauld e Boulainvilliers, a despeito das discontinuidades e das diferenças epistemológicas de seus pensamentos, demonstram a ocorrência, na segunda metade do século XVII, de reflexões críticas que, oscilando entre a maldade da natureza humana e a necessidade histórica, buscaram lidar com a profunda tensão social existente nos países do Antigo Regime. Se bem que visões radicais como a de Boulainvilliers tendessem a ser um corpo estranho às doutrinas hegemônicas na Península Ibérica, não há razão para se pensar que o vocabulário político do império português se limitasse à constatação de que, excetuando-se os casos de tirania, a soberania era sempre legítima e inquestionável. Tal limitação nos levaria a uma espécie de mito do eterno retorno: toda crítica ou subversão estaria fadada a ser engolida pela doutrina tomista. Foucault ressalta que o modelo de Boulainvilliers redundou num “gabarito de inteligibilidade” bastante diferente daquele ancorado no discurso jurídico. Foi desse gabarito que surgiu, segundo o autor, o historicismo (FOUCAULT 1999, p. 197-8). Assim, ao menos em certa medida, os atuais embates historiográficos reproduzem as contradições derivadas da comparação entre narrativas como as de Aquino, de um lado, e Boulainvilliers, de outro. Um ponto a ser destacado aqui é que, se desejamos colocar limites à reprodução desavisada de tais modelos, é preciso não compreender nem a soberania nem a guerra como dados da natureza humana ou da necessidade histórica, mas sim como gabaritos culturais relacionados ao complexo problema da autoridade.

Voltando às apropriações do trabalho de Hespanha, um outro raciocínio merece ser avaliado: (1) ocorre a fragilidade institucional; (2) ela implica pluralidade de poderes; (3) a noção de um “Estado” frágil e inserido num contexto de pluralidade esvazia a oposição categórica entre metrópole e colônia. Esse raciocínio abriu espaço para um conjunto de investigações sobre as maneiras pelas quais as partes do império se articularam e se integraram. Para além da tópica referente à eficácia dos padrões simbólicos e institucionais de caráter escolástico, as estruturas mercantis têm sido redesenhadas como mecanismos de integração, e não de oposição entre metrópole e colônia. Falando de modo bastante esquemático, podemos responder a essas questões recorrendo a Aquino ou a Boulainvilliers, mas a sofisticação da historiografia brasileira não se contentaria nem com um caminho nem com o outro. Duas

questões chamam a atenção no debate, uma de caráter sincrônico e outra de caráter diacrônico. No primeiro caso, focando-se o Seiscentos, há o risco, como se disse acima, de se subordinar a microfísica à teleologia: se o Estado é frágil e deixa espaço para as articulações comerciais, por que estas se desenvolveriam como integração, mas não como guerra? A relação entre mercado e desagregação social constitui um problema histórico crucial e bastante significativo em nossos dias. A relação entre mercado e desagregação social constitui um problema histórico crucial e bastante significativo em nossos dias. Temos tido infindáveis exemplos, desde o início da Idade Moderna, sobre a realização da guerra em razão da dinâmica do mercado. Temos tido infindáveis exemplos, desde o início da Idade Moderna, sobre a realização da guerra em razão da dinâmica do mercado. Mesmo na Antiguidade, como salientaram Ivon Garlan e, numa perspectiva distinta, Hannah Arendt, embora a guerra fosse pensada em termos de relação de poder – e não propriamente em termos de conflito econômico –, o problema estava indiretamente colocado pela identificação, referida acima, entre conflito externo e utilidade (GARLAN 1991, p.9-21; ARENDT 1988, p. 9-16). Pensar que a guerra consiste numa luta natural pela subsistência, seja do homem, seja do Estado, implica reproduzir as concepções calcadas numa suposta natureza humana ou na necessidade histórica. Durante o Antigo Regime, a guerra, externa e interna, de “massas” ou fragmentada, nunca foi uma mera função da sobrevivência e da ambição. Mas, especialmente no contexto de expansão dos mercados de longa distância, sua correspondência com a dinâmica dos circuitos mercantis é decisiva. Soltemos, pois, as rédeas da microfísica em favor das análises que pensam o mercado como desagregação social. Os métodos da micro-história forneceram caminhos através dos quais, recorrendo-se especialmente aos nomes, tornou-se viável reconstituir laços sociais e mercantis variados, bem como esboçar perfis prosopográficos. Contudo, a micro-história desenvolveu-se em boa medida como contraponto crítico às análises massificantes e quantificadoras. Nesse último caso, o enfoque colocado sobre este ou aquele personagem visava demonstrar a ocorrência de pensamentos diferentes daqueles captados de modo serial. Aqui também parece surgir um paradoxo quando subordinamos a multiplicidade alcançada pela utilização de estratégias indiciárias à padronização prosopográfica. Não se trata, é claro, de optar por um caminho ou pelo outro, mas de lidar com suas possíveis contradições.

A questão de caráter diacrônico envolve as transformações pelas quais o Estado passou durante o Antigo Regime, particularmente no século XVIII. Pierre Deyon, referindo-se em especial ao contexto seiscentista, traçou os desafios encampados pelas estratégias mercantilistas da seguinte maneira:

O mercantilismo exprime, em todos os países, uma dupla vontade de poder, busca de grandeza e de riqueza. Na Europa moderna, não há mais lugar de honra para os Estados incapazes de mobilizar exércitos e frotas numerosos. Não há mais lugar para os príncipes sem vintém, e para os Estados ascéticos. É a prosperidade do reino que permite ao Erário alimentar o Tesouro real; é a prosperidade comercial que faz circular as espécies preciosas, medidas e

condições de todo poder. O imposto é pago em moedas de ouro e de prata, porque assim são pagos os soldados, as munições, os espiões e os aliados. "É impossível fazer a guerra sem homens, manter homens sem soldo, fornecer-lhes o soldo sem tributos, arrecadar tributos sem comércio", escreveu Antoine de Montchrétien (DEYON 1985, p. 51).

A guerra para a conquista do mercado, a conquista do mercado para a guerra: o fenômeno descrito por Deyon tem íntima relação com o que Senellart denomina "sacerdotalização da espada". Os esforços das monarquias modernas no sentido de se fortalecerem num contexto de guerra e expansão mercantil consistem num problema histórico que tem de ser analisado diacronicamente: o "Estado" luso da metade do século XVII, descrito cuidadosamente por Hespanha, não é o mesmo na metade do século XVIII. Tomando a América portuguesa como baliza, é inegável sua expansão no decorrer dos Setecentos. Por outro lado, se observamos as medidas tomadas por d. João VI com o intuito de expandir a estrutura jurídico-administrativa da corte instalada no Brasil, vemos como os contemporâneos tinham consciência de seus profundos limites. É muito difícil discutir o tema sem a busca de algum critério mais preciso, pois é possível utilizar a palavra centralização para qualificar as vitórias dos franceses na Guerra dos Cem Anos, as medidas adotadas pela dinastia de Bragança depois de 1640, ou a vitória regressista no Brasil monárquico. Seja como for, é incoerente pensar que a guerra travada por um Estado externamente à procura de grandeza e riqueza não se desdobrava internamente, ou seja, no interior dos impérios e de suas sociedades. A época moderna, como logo perceberam autores do peso de Erasmo e Maquiavel, foi se constituindo em torno do acúmulo de força por príncipes cuja hegemonia dependia vivamente da guerra. Nesse sentido, não parece que a questão esteja em rejeitar a atribuição à Coroa portuguesa de um projeto colonizador de curta, média ou longa duração, mas sim no entendimento de que as formas culturais fundadoras do Antigo Regime demandavam o acúmulo de força em contextos de competição. A mesma discussão pode ser feita, por exemplo, acerca dos modelos hegemônicos da arte italiana (GINZBURG 1991, p. 5-118). Dessa maneira, estabelecer as relações no interior do império como relações entre metrópole e colônia consistia num objetivo tão amplo quanto estabelecer o controle das sociedades e assegurar a existência de Portugal como reino autônomo. Todos esses objetivos precisam ser pensados na complexidade que articula explosivamente guerra e autoridade, subversão e sedimentação, visão de curto e longo prazo.<sup>15</sup> Caso contrário, torna-se difícil desenredar-se de um conjunto de paradoxos: se o Estado é frágil, as relações mercantis não podem ser pensadas como essencialmente integradoras, pois quase nenhum limite enfrentariam; se, pelo contrário, acredita-se que o Estado era capaz de colocar determinados limites à pluralidade de

<sup>15</sup> Investigando a guerra na Grécia antiga, salienta Iyon Garlan (1991, p. 23): "Que o encadeamento de conflitos que assegurou a expansão das potências imperialistas tenha tido caráter ofensivo e intencional (ainda que nem sempre planejado a longo prazo) é o que acaba de ser reafirmado com ênfase em toda uma série de estudos denunciando especialmente, como escreve M. I. Finley, 'o absurdo antigo, há muito tempo dominante e ainda bastante tenaz, segundo o qual Roma, como também a Grã-Bretanha, teria formado um império sem querer, em um momento de distração'".

forças, então não se pode considerá-lo frágil a ponto de se descartar toda e qualquer oposição entre metrópole e colônias no interior do império. Além disso, não separar guerra externa, sedições, guerra cotidiana fragmentária e soberania de si permite a articulação das várias dimensões que conformam o problema do poder no Antigo Regime. Recordar, por exemplo, que alguns governadores setecentistas no Brasil haviam lutado em guerras como a da Sucessão Espanhola nos ajuda a refletir sobre em que medida a defesa da existência do Estado luso no cenário internacional contribuiu no aprendizado da colonização; ou, ainda, em que medida o governo militar de sociedades coloniais ensinou algo sobre o modo de organizar o Estado e o império.

De toda maneira, o próprio pensamento de São Tomás de Aquino propunha interpretações calcadas no problema do interesse e da divisão do trabalho. Nas palavras de Marshall Sahlins:

S. Tomás dissolveu amplamente a máxima de Aristóteles de que o homem é um animal político numa função econômica, sublinhando que a associação de pessoas na *polis* era o meio necessário para sua existência material. Aristóteles tinha explicitamente negado que a *polis* era formada por qualquer vantagem particular ou imediata, mas apenas pelo conjunto das boas vidas dos cidadãos. Contudo, para Aquino (e para seguidores tais como João de Paris), a sociedade era natural no sentido de que apenas pela congregação de um número suficiente de pessoas elas poderiam ganhar seu sustento. Nem sozinhas nem em famílias podiam elas se defender. Só a cidade podia fornecer a população, as habilidades e a divisão do trabalho necessárias. Paradoxalmente, S. Tomás realizaria assim uma das condições aristotélicas do bem – i. e., auto-suficiência ou completude, que é de fato uma versão humana da divindade – através da inserção da necessidade, do desejo e do interesse na formação da sociedade – o que também significa dizer através do pecado original, mais ou menos naturalizado. [...] Na formulação de Aquino, então, a condição social original era com efeito um banal universo burguês composto por produtores independentes, cada um buscando seu próprio benefício embora dependente das trocas com os outros. Mas na ausência de uma autoridade externa, o arranjo não seguiria bem. Seguindo Aristóteles, S. Tomás também pensou que “o desejo de buscar o próprio bem está presente nas almas de todos os homens”; mais ainda, que “aqueles que possuem riquezas desejarão sempre mais”, e nada na terra os pacificará. O que eles precisavam era de um rei cuja virtude podia transcender o auto-interesse de seus súditos e permitir que reconciliassem seus conflitos no interesse comum. [...] Através da naturalização do pecado original sob a forma de auto-interesse material, S. Tomás estimula uma ideologia do reinado que, numa visão mais ampla, parece uma forma mais ou menos benigna do agostinianismo político (SAHLINS 2008, p. 59-60).

221

Portanto, para o pensamento escolástico, de modo geral, o monarca se mostrava útil na resolução de conflitos advindos da satisfação de interesses pessoais e da dinâmica da divisão do trabalho. Talvez, quando confrontado com as formas menos “benignas” do agostinianismo político, o modelo de Aquino pareça mais distante do conflito e da violência abertos. No entanto, sua tentativa de subordinar a guerra à soberania implicava ao mesmo tempo tanto uma proposta autoritária quanto um diagnóstico da perversidade humana.

Nesse ponto, é necessário mencionar um importante distanciamento de Cícero, Agostinho e Tomás de Aquino em relação a Aristóteles. Gérard Lebrun

lembrou que o Estagirita, diferentemente de Platão e das vertentes estóicas, entendia a paixão como algo a ser dominado pela virtude, mas não extirpado (LEBRUN 2009). Enquanto os ascetismos platônico e estóico concebiam o *pathos* como doença a ser diagnosticada, Aristóteles via nele um conjunto de emoções constitutivas da natureza humana em função das quais podia-se estabelecer uma escala de valores éticos. O julgamento moral, assim, estaria ancorado na capacidade de dosar as paixões de modo responsável. Por outro lado, as concepções ascéticas, baseadas na idéia de que as paixões implicavam tendências irracionais e estranhas, desdobravam-se na defesa de sua repressão. Num caso, o *pathos*, tido como elemento *passional*, era algo constitutivo cujo maior ou menor domínio permitia a responsabilização dos indivíduos por seus atos; no outro, o *pathos* assumia caráter *patológico* e seu descontrole indicava uma doença a ser diagnosticada e extirpada. Transitando-se de um para o outro, passava-se da qualificação ética para o diagnóstico. O choque entre essas duas filosofias referentes à paixão apareceria posteriormente na crítica nietzscheana ao pensamento tradicional, tendo sido, por essa via, apropriado por Hannah Arendt em *Entre o passado e o futuro*. Conforme se viu acima, a questão, para a pensadora alemã, envolvia os temas da vontade e da soberania. H. Arendt, atenta à destruição totalitária, retomou duas consequências concernentes à identificação da vontade com a tradição ascética. A primeira dizia respeito à armadilha do *quero-e-não-posso*, que vincula a liberdade à vontade e ao livre-arbítrio, e não à ação (ARENDDT 1972, p. 206-7): se a paixão é algo estranho que nos assalta e que por isso deve ser reprimido, seu combate – como o combate travado contra as forças demoníacas – não pode ter fim. Se essa visão aparece em Santo Agostinho e no pensamento católico em geral, terá também todo um desenvolvimento romântico. A segunda consequência referia-se ao fato de que, tratada como doença, a paixão atenua qualquer responsabilidade – em tal perspectiva, os crimes passionais nunca são completamente imputáveis.

A análise da vontade da distinção realizada pelos historiadores pode se perder nesse labirinto. A apropriação tomista de Aristóteles mostra-se bastante ambígua quando se destaca nela o peso de concepções platônicas e ascéticas. De que estão falando os historiadores quando se utilizam da palavra “distinção”? Uma pista crucial encontra-se na evocação constante do modelo corporativo da Segunda Escolástica. Uma vez que tal modelo pregava a extirpação das partes gangrenadas do corpo social, torna-se clara a presença de noções estóicas que previam ora o descontrole total da paixão, ora sua repressão efetiva pela razão – a *apatia*. Portanto, ocorrem aqui tanto um problema histórico quanto uma questão teórico-metodológica. O problema histórico consiste em considerar natural que os indivíduos das sociedades coloniais transitassem gradativamente entre um extremo de desregramento e um outro de apatia. Não seriam esses indivíduos capazes de dominar emoções e de se responsabilizar por suas ações? Se nos parece razoável pensar que podiam agir de modo apaixonado – não no sentido patológico –, por que suas ações não tomariam rumos diversos, aquém



e além do estabelecido pelos modelos oficiais? A questão teórico-metodológica, por sua vez, abarca o risco da reprodução de ideais estoicos sob a forma de discurso historiográfico: se a vontade de distinção significa tão-somente um exercício contínuo e generalizado de integração e de soberania sobre si, então a escrita dos historiadores pode se tornar a exaltação da apatia. Talvez esse aspecto tenha algo a ver com a forte sensação de impotência do mundo em que vivemos.

### **Polémos**

Y. Garlan, perguntando-se por que razão os gregos antigos, tendo demonstrado grande capacidade na análise de matérias constitucionais, fizeram da guerra um tema secundário, retomou as palavras de A. Momigliano:

os gregos acabaram por aceitar a guerra como um fato natural da mesma maneira que o nascimento e a morte, contra os quais nada havia a fazer, Interessavam-se pelas causas *das guerras*, não pelas causas *da guerra* como tal... Na vida comum, era possível adiar *uma* guerra, mas não evitar *a* guerra. Ao contrário, as constituições eram obra dos homens e podiam ser modificadas por eles; o estudo das mudanças constitucionais era considerado útil e foi desenvolvido em seguida. As guerras permaneceram no centro da historiografia porque não era possível escapar a elas; mas as constituições situaram-se no centro da filosofia política porque, num certo sentido, era possível escapar a uma constituição má substituindo-a por outra que fosse melhor e mais estável (GARLAN 1991, p. 24).

223

Seja como for, Platão e Aristóteles chegaram a discorrer sobre o tema. Platão atribuiu a origem de *polémos* e *stasis*, guerra e sedição, ao amor à riqueza, ao desenvolvimento técnico e à introdução de superfluidades que teriam exigido uma atitude expansionista das cidades:

se somos levados a adquirir bens, é por causa do corpo, escravos, nós, submetidos a seu serviço (GARLAN 1991, p. 27).

Por isso, na paráfrase de Garlan, a república ideal se distinguiria da situação de fato:

Por seu gênero de vida, os "guardas" da *República* estarão protegidos da tentação de apoderar-se dos bens dos outros e somente declararão, portanto, a seus vizinhos (as coisas sendo diferentes com os bárbaros) guerras defensivas e de objetos limitados. Renunciarão a toda anexação, pelo menos quando o território tiver atingido sua dimensão ótima, ou seja, a que satisfaz às necessidades da cidade sem comprometer sua unidade (423b); abandonarão de bom grado o butim a seus aliados (422d); não reduzirão à servidão outras cidades gregas (469a-c) e só lhes infligirão uma retorsão moderada (GARLAN 1991, p. 26).

Para Aristóteles, por sua vez, a guerra era uma arte da aquisição, *ktètikè*, que, embora necessária desde a fase da economia doméstica, vinculava-se também ao supérfluo: os maiores crimes seriam, pois, cometidos para se ter o supérfluo e para se aplacarem os desejos. Assim, essa arte da aquisição desdobrava-se, através da procura por escravos, em arte do senhor, *despotikè*. É a partir de tais definições que o Estagirita irá circunscrever



a noção de guerra justa. As guerras defensivas, segundo a *Política*, eram justas porque quem não pode enfrentar bravamente o perigo é escravo de seus agressores (GARLAN 1991, p. 29).

As guerras ofensivas só se justificariam nos casos em que atingissem homens nascidos para serem comandados – tópico que remete aos dois tipos distintos de escravidão: a consoante à natureza e a consoante à lei (o direito do vencedor de escravizar o vencido). Aristóteles, citado e parafraseado por Garlan, esclareceu o teor do debate sobre o assunto no período:

“Alguns pensam que, se o comando é exercido como senhorio sobre os vizinhos, é feito com a maior injustiça... Outros, ao contrário, dizem que só traz felicidade a forma de poder político que caracteriza o senhor e o tirano; e de fato, segundo alguns, aí está o objetivo próprio das leis e do poder político: fazê-los reinar como senhores sobre seus vizinhos” (1324a-b), permitir-lhes “dominar” como se vê na Lacedemônia e em Creta onde “é em função das guerras que são ordenados a educação e o conjunto de leis, ou quase isso” (1324b). Tal é, reconhece Aristóteles, a posição da “maioria dos homens que parecem pensar que a arte política é comandar como senhores; e o que cada um declara injusto e mais nocivo quando se trata dos seus não tem vergonha de impor aos outros; pois, se para eles mesmos os homens buscam um comando fundado na justiça, com relação aos outros não se preocupam de forma nenhuma com o que é justo (1324b). Tal não é evidentemente a opinião de Aristóteles, que acha “muito estranho que a tarefa própria ao chefe de Estado (*ho politikos*) seja refletir sobre os meios de comandar e administrar como senhor os países vizinhos, com ou sem o consentimento deles” (1324b). O único comando que se deve ter o direito de exercer sobre eles é “a hegemonia visando ao interesse dos comandados” (1333b-1334a) (GARLAN 1991, p. 30).

224

Da síntese das opiniões de ambos os filósofos proposta por Garlan surgem questões importantes. Embora a guerra seja encarada com certa naturalidade – a ponto de Platão prevê-la, em situações especiais, até mesmo no quadro de sua república ideal –, há um esforço para que seja pensada segundo o critério da justiça, expresso, por exemplo, no conceito de guerra defensiva. As observações de Aristóteles sobre a guerra justa terão impacto futuro. Mas é interessante também notar que sua descrição sobre o estado da questão informa a coexistência de visões opostas sobre *polémos*: a “maioria dos homens” pensa o exercício do poder como dominação e imposição da força. Novamente a escravidão aparece como elemento capital de comparação. Não à-toa, no Antigo Regime o debate sobre a guerra justa estará estreitamente ligado às tentativas de legitimar o domínio escravo. Há, ademais, um outro aspecto a ser observado: tanto para Platão quanto para Aristóteles, a origem da guerra se encontra não só na necessidade, mas também no amor à riqueza e ao supérfluo. Sem dúvida, o que chamamos hoje de economia é bastante diferente do sentido atribuído pelos gregos ao termo *oikos*; porém, a relação entre guerra, expansionismo, escravidão e riqueza é muito clara. Na medida em que Platão e Aristóteles sublinham a importância da superfluidade, a guerra tende a adquirir um sentido que vai mais além do mero apego material e alcança toda uma dimensão simbólica. A ambição decorrente dos desejos corporais

abrange uma variada gama de manifestações e honrarias.<sup>16</sup> Temos, então, um modelo explicativo para o surgimento histórico da guerra e da escravidão que podia ser utilizado durante o Antigo Regime. Ainda que a tradição aristotélica almejasse circunscrever as condições em que ambas seriam justas, ela oferece também uma explicação para os conflitos exteriores, civis e coloniais adequada às pretensões mercantilistas. Lembrando as palavras de Deyon, no mundo não parecia haver mais lugar para príncipes sem vintém e Estados ascéticos. Vale mencionar aqui que um dos objetivos de Y. Garlan em seu livro é o de compreender como Marx e Engels leram as proposições de Platão e Aristóteles.

O pensamento aristotélico foi fundamental nas análises de Francisco Suárez (1548-1617) sobre o tema. Na introdução de seu estudo, o autor definiu o conceito de guerra da seguinte maneira:

A luta exterior que se opõe à paz externa se chama propriamente guerra, quando é empreendida entre dois soberanos ou entre dois Estados; se denomina sedição se tem lugar entre o soberano e seu povo ou entre os cidadãos e o Estado; quando é entre simples particulares se dá o nome de contenda ou duelo.

Estas formas de luta parecem diferir na maneira de realizar-se mais que em sua própria essência. Falaremos de todas elas como o fazem Santo Tomás e outros autores que são citados depois (SUÁREZ 1956, p. 47).

225

O conceito apresentado pelo filósofo jesuíta estende a palavra guerra aos fenômenos da luta externa, da sedição e da contenda, destacando, portanto, a continuidade entre eles. Como não poderia deixar de ser num contexto de "sacerdotalização da espada", Suárez se viu na obrigação de desfazer o argumento erasmiano de que a guerra seria intrinsecamente má. Para isso, valeu-se da tese de que, quando justificada, ela é legítima:

A guerra não é contrária a uma paz honesta, mas a uma paz mesquinha, já que significa o meio melhor para se obter uma paz justa e estável. Tampouco se opõe ao amor dos inimigos; porque não odeia as pessoas aquele que licitamente faz a guerra, mas as ações que justamente castiga por meio das armas. Diga-se o mesmo do perdão das injúrias, principalmente porque este não é um preceito que não admita exceções, pois às vezes pode se exigir vingança usando-se procedimentos lícitos (SUÁREZ 1956, p. 54).

A oposição entre paz honesta e paz mesquinha consiste num argumento importante, em especial porque, como se viu acima, a guerra implicaria conflitos externos, internos e privados. Da mesma forma, a diferenciação entre o combate aos inimigos e às suas ações leva a reflexão a uma generalização perigosa. Se fazer a guerra justa significa combater uma paz mesquinha em nome das boas ações, abre-se todo um campo de conflito moral e de poder. O autor, porém,

---

<sup>16</sup> A esse respeito, são interessantes as críticas de Nicole Loraux (1992, p. 67) à abordagem de Y. Garlan. Sublinhando a importância das paixões para a investigação histórica, diz a autora: "Para me ater à história da Antiguidade – mas desconfia-se que o fenômeno é mais amplo e concerne a todas as épocas da história periodizada –, eu citaria de bom grado o caso de um texto consagrado "às causas da guerra em Platão e Aristóteles", cujo autor, depois de haver identificado "a causa fundamental" como "o desejo de adquirir bens", desenvolve toda a sua análise em torno da questão – puramente econômica, espera ele – da aquisição dos bens, sem mais se preocupar com esse desejo que Aristóteles e Platão colocavam, porém, na origem de todos os conflitos militares".

com o intento de contornar leituras abertamente contestatórias, continuou seu trabalho conceitual afirmando que “a guerra defensiva é lícita e às vezes até obrigatória”:

Todos os códigos concedem que é lícito repelir a força usando-se a força. Diz Cícero que não foi feita esta lei pelos homens, mas que é inata à natureza humana. A razão consiste em que é natural e necessário o direito à defesa própria (SUÁREZ 1956, p. 54-5).

A menção a Cícero não parece ser fortuita, pois, enquanto Erasmo o havia evocado com o intuito de qualificar a amizade como algo natural, Suárez o fez num sentido, se não contrário, pelo menos contraditório. Na mesma linha o autor declarou que até a guerra agressiva podia ser honesta e necessária:

Muitas vezes é necessário que o Estado faça a guerra para evitar a injustiça e reprimir os inimigos perversos; porque sem isto não poderiam os Estados viver em paz (SUÁREZ 1956, p. 55-6).

Suárez estabeleceu, então, as três condições para que a guerra justa acontecesse: que ela fosse declarada por um poder soberano; que se fundamentasse num justo título; e que fosse feita de modo digno. O mesmo raciocínio levou o autor a analisar a sedição dividindo-a em duas situações: a sedição entre partidos de um Estado, considerada ilícita em relação a quem agride, mas não em relação a quem defende; e a sedição do povo contra o soberano, tida como algo que não seria intrinsecamente mau. Neste último caso, a guerra seria lícita se feita contra um tirano que abusasse fosse do domínio, fosse do governo – distinção que chama a atenção por constituir o cerne do problema da razão de Estado. Na ausência de qualquer uma dessas duas causas justas – caso de sedição propriamente dita –, a guerra contra o soberano seria ilícita. Por fim, o duelo entre particulares, distinto do homicídio por basear-se no mútuo consentimento, torna-se-ia lícito se movido por uma causa justa:

É intrinsecamente mau matar um homem com autorização privada, se isso não é necessário para defender sua vida e suas coisas (SUÁREZ 1956, p. 130).

Havia, no entanto, uma diferença importante: se o duelo era justificável como meio de defesa da vida e dos bens, não o seria como modo de defesa da honra. Os duelos motivados pelo medo de perder a fama, contrariamente à opinião do “vulgo ignorante”, implicariam não uma atitude de defesa, mas de agressão (SUÁREZ 1956, p. 131).

Francisco Suárez consiste, portanto, num bom exemplo dos esforços voltados para a domesticação da guerra pela soberania. Tais esforços, como se viu, foram intentados por Platão e Aristóteles ao proporem noções como guerra defensiva, guerra ofensiva e guerra justa. Assim como não se pode separar nesses filósofos a questão da guerra das reflexões sobre a política e as formas de governo, também em Suárez esses diferentes aspectos têm de ser pensados conjuntamente. Toda a tradição filosófica de matriz platônica e aristotélica

refletiu sobre os meios de se evitar que a guerra externa se tornasse uma guerra intestina. A defesa que Maquiavel fez da república teve como cerne a busca de estabilidade. Por isso, parece esquemático demais concebê-lo como um “realista” amoral quando comparado com Tomás de Aquino. Em ambos os autores havia uma relação entre “realismo” e autoridade. Que o problema foi sentido como sendo profundamente decisivo prova-o o próprio Suárez, cuja definição de guerra abrangia os níveis externo, interno e particular. Ler a filosofia escolástica, nesse sentido, significava refletir sobre *polémos* e aprender a lidar com suas condições.

### Conclusão

O conjunto de comentários feitos até aqui tem por objetivo ressaltar que a autoridade no Antigo Regime precisa ser vista como um problema social complexo. Seis conclusões gerais devem ser apontadas. A primeira é que o pensamento tomista tem de ser visto como parte de um debate doutrinário e histórico mais amplo, pois Tomás de Aquino procurava soluções para um mesmo conjunto de problemas elaborados desde a Antiguidade. Se os historiadores fecharem-se na doutrina escolástica, descolando-a do debate mais amplo, o resultado pode ser, no limite, a crença de que certos pensamentos eram impensáveis no Portugal do Antigo Regime. A segunda diz respeito ao fato de que o tema da guerra estava claramente colocado desde os autores antigos, que tenderam em parte a pensá-la nos termos da *paidéia*, isto é, da percepção de que a formação dos indivíduos e das sociedades dependia de uma elevação moral e do controle de elementos apetitosos e instáveis. Assim, a instabilidade existente entre pessoas, grupos e Estados podia ser concebida como desdobramento de uma natureza humana imperfeita ou de leis históricas inevitáveis. Por isso, rechaçar visões agônicas da sociedade, sob o argumento de que resultam de aplicações anacrônicas de modelos liberais ou marxistas, implica obliterar uma parte constitutiva das reflexões filosóficas e políticas herdadas pelo Antigo Regime. Conforme o que se procurou apontar acima, não era preciso ler Maquiavel, Hobbes ou Marx (caso fosse possível) para se debruçar sobre a questão da guerra externa ou da guerra intestina.

*Ricardo II*, tragédia de William Shakespeare (1564-1616), foi retomada por Ernst Kantorowicz em sua célebre discussão sobre os dois corpos do rei (KANTOROWICZ 2000). Podemos evocar *Otelo, o mouro de Veneza* para exemplificar como a análise aristotélica sobre o interesse alcançou o Renascimento (SHAKESPEARE 1978, p. 325-442). Na trama, o alferes Iago simula e dissimula o tempo todo valendo-se da crença que os demais personagens depositam em sua amizade. Ressentido por não ter sido indicado tenente, instrumentaliza Cássio (o nomeado) e o gentil-homem Rodrigo com o intento de destruir a honra do general Otelo, envolvendo-o num ciúme cego. As manobras de Iago, que advertem o leitor sobre a ingenuidade de se crer numa virtude aparente, colocam os personagens em rota de colisão e perdição. Mas elas só alcançam seu efeito porque são acolhidas pela fraqueza da paixão e pela credulidade.

As referências à imperfeição humana e ao difícil combate travado entre alma e corpo, entre partes superiores e inferiores, perpassa a tragédia e aparece em recorrentes metáforas da ação demoníaca. O que faz com que Otelo se perca no ciúme injustificado em relação a Desdêmona é, no fundo, a crença de que qualquer virtude, especialmente nas mulheres, pode ceder à fragilidade concupiscente. Depois de aliciar Rodrigo, Iago murmura para si mesmo o plano de vingança:

Aí está como sempre faço de um imbecil minha bolsa. Porque seria profanar o tesouro de minha experiência, se tivesse que perder meu tempo com um idiota igual a este [Rodrigo], a não ser para meu proveito e divertimento. Odeio o mouro. Acredita-se por aí que ele cumpriu meu dever de marido entre meus lençóis. Ignoro se seja verdade; porém eu, por uma simples suspeita dessa espécie, agirei como se fosse coisa certa. Tem boa opinião a meu respeito. Tanto melhor para que meus planos surtam efeito sobre ele. Cássio é um homem arrogante... Vejamos um pouco... Para conseguir o posto dele e dar plena envergadura à minha vingança com uma dupla velhacaria... Como? Como?... Vejamos... O meio consiste em enganar, depois de algum tempo, os ouvidos de Otelo, sussurrando-lhe que Cássio tem familiaridade demais com a mulher dele. Cássio tem pessoa e maneiras agradáveis para infundir suspeitas; talhado para tornar as mulheres infiéis. O mouro é de natureza franca e livre, julgando honradas as pessoas só pela aparência, e deixar-se-á guiar pelo nariz com tanta facilidade quanto os burros... Já tenho o plano! Já está engendrado! O inferno e a noite devem arrancar esta monstruosa concepção para a luz do mundo! (SHAKESPEARE 1978, p. 352-3)

228

A artimanha de Iago, baseada em rumores infundados e na busca do proveito próprio, consiste na capacidade de, conhecendo as virtudes e os vícios das pessoas, produzir representações que enganem olhos e ouvidos envenenados pela calúnia. Em Shakespeare articulam-se também modelos inextricáveis de excelência e de baixa moral. Não se trata, contudo, de identificar a tragédia com a simples expressão do ser ou do dever ser, mas de compreendê-la como forma cultural complexa de avaliação dos homens e das sociedades. Em Mazarin, por exemplo, ocorre como se Iago se transformasse na inexorável verdade da política. Em termos da filosofia política tradicional, o personagem representaria a disseminação de pequenos tiranos pela sociedade.

A terceira conclusão implica dizer que magistrados e governadores da América portuguesa não teriam condições de governar se, focando seletivamente as estratégias prudenciais de acomodação, não trabalhassem também com táticas bélicas. Embora tais táticas pudessem ser aprendidas através dos livros – fossem os de estratégia militar ou os de história e filosofia política –, a experiência dos governantes dentro e fora do império constituiu também um saber valioso – saber que buscava vincular, de um lado, os esforços de preservação do Estado luso frente a outras nações e, de outro, as medidas a serem tomadas visando a imposição da ordem nas diversas sociedades imperiais. Não era por acaso que alguns letrados e militares terminavam suas carreiras em órgãos tão importantes quanto o Conselho Ultramarino. A quarta conclusão refere-se à necessidade de os historiadores analisarem tanto a guerra quanto a soberania

como fenômenos culturais, e não como inevitabilidades naturais ou históricas. Recordar constantemente que o debate sobre o poder remete a noções muitas vezes implícitas sobre o homem e a história é tarefa imprescindível se não desejamos reproduzi-las desavisadamente.

A quinta conclusão consiste em afirmar que os modelos autoritários de matriz platônico-aristotélica não descaram da importância do aspecto funcional do medo e da coerção psíquica nas formas de domínio. Nesse sentido, a investigação dos modos pelos quais se dava a integração a modelos autoritários, como mostram os estudos sobre religião e crença no Antigo Regime, abre-se à avaliação do preço emocional pago por quem a eles adere ou não adere. O dilema enfrentado, no Antigo Regime, por letrados e autoridades que se dedicaram ao problema do poder é melhor avaliado se retomamos os questionamentos de Platão sobre como garantir a obediência às leis. Hannah Arendt colocou o tema da seguinte maneira:

Foi após a morte de Sócrates que Platão começou a descrever da persuasão como insuficiente para guiar os homens, e a buscar algo que se prestasse a compeli-los sem o uso de meios externos de violência. Bem no início de sua procura ele deve ter descoberto que a verdade, isto é, as verdades que chamamos de auto-evidentes, compelem a mente, e que essa coerção, embora não necessite de nenhuma violência para ser eficaz, é mais forte que a persuasão e a discussão. O problema a respeito da coerção pela razão, contudo, está em que somente a minoria se sujeita a ela, de modo que surge o problema de assegurar com que a maioria, o povo, que constitui em sua própria multiplicidade o organismo político, possa ser submetida à mesma vontade. Aqui, certamente, se devem encontrar outros meios de coerção, e aqui, novamente, se deve evitar a coerção pela violência para que a vida política, tal como entendida pelos gregos, não seja destruída (ARENDR 1972, p. 147).

229

O dilema, portanto, significava a previsão de que o uso de conceitos e o apelo a verdades morais seriam insuficientes para o exercício do governo e da dominação. A repetição de rituais e mitos seria uma tentativa de resolução do problema no Antigo Regime. Em estratégias dessa natureza, o medo não deixou de ter um papel marcante. Nesse sentido prosseguiu Arendt:

Esse é o principal impasse da filosofia política de Platão e permaneceu o impasse de todas as tentativas de estabelecer uma tirania da razão. Em *A República*, o problema é resolvido através do mito final das recompensas e punições na vida futura, um mito no qual o próprio Platão obviamente nem acreditava nem pretendia que os filósofos acreditassem. Aquilo que a alegoria da caverna é, no meio de *A República*, para os eleitos ou para o filósofo, é no final o mito do inferno, para a maioria que não está à altura da verdade filosófica (ARENDR 1972, p. 147).

Os estudos de Jean Delumeau acerca do medo informam sobre seu peso no conjunto das relações de poder. O temor frente ao purgatório, presente nas preocupações com a alma assinaladas nos testamentos, constitui um exemplo de como o domínio e o governo eram perpassados pela angústia – e a angústia descontrolada, como a própria invenção do purgatório sugere, produzia desagregação



social. Em parte, cabe aqui a crítica de que definir o mito como instrumento de manutenção do poder implica uma abordagem funcionalista. Tucídides, afinal, havia atribuído ao medo espartano a causa da Guerra do Peloponeso, sublinhando o papel exercido nela pela hipocrisia moral (JAEGER 1989, p. 315-6). Isso pode ser correto, mas a observação de H. Arendt levanta um outro tópico: o fato de que, no debate sobre as formas de governo, tinha-se consciência das funções políticas da crença. A indicação desse aspecto não deve, de forma alguma, ser vista como a constatação de que no fundo religião e doutrina não passavam de hipocrisia. Como ensinou La Rochefoucauld, atitudes hipócritas também faziam parte da vida social e política – mas nenhuma crença se limita a isso. Seja como for, era possível pensar a função da doutrina dentro da doutrina.

A última conclusão envolve o argumento arendteano de que a soberania propriamente dita é impossível. Herdeiros que somos do Estado e da soberania modernos, sabemos que, embora o controle sobre si possa se tornar deveras cruel e angustiante, há sempre espaço para confrontá-lo. Conquanto indivíduos e sociedades não sejam a mesma coisa, algo análogo pode ser dito a respeito da colonização lusa no Brasil. Certos dispositivos de domínio – como, por exemplo, as trilhas da distinção – mostravam-se em parte eficientes e criavam as condições para que os governados participassem de modo mais ou menos integrado dos modelos autoritários. Contudo, negar sua capacidade de pensar aquém e além desses modelos consiste num artifício bastante seletivo.

230

## Bibliografia

**A Bíblia de Jerusalém**, São Paulo: Paulinas, 1981.

ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**, trad., São Paulo: Perspectiva, 1972.

———. **A condição humana**, trad., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

———. **Da revolução**, trad., São Paulo: Ática, Brasília: Editora UNB, 1988.

———. **Origens do totalitarismo**, trad., São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

———. **A promessa da política**, trad., Rio de Janeiro: Difel, 2008.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**, trad. Mário da Gama Kury, 4ª ed., Brasília: Editora UNB, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.) **Modos de governar**, São Paulo: Alameda, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**, trad. Sérgio Bath, Brasília: Editora UNB, 1995.

CÍCERO, Marco Túlio Cícero. **Da amizade**, trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800)**, trad., São

- Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- DEYON, Pierre. **O mercantilismo**, trad., 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1985.
- Dicionário de Filosofia de Cambridge**, trad., São Paulo: Paulus, 2006.
- ERASMO DE ROTERDÃO. **A guerra e Queixa da paz**, trad. A. Guimarães Pinto, Lisboa: Edições 70, 1999.
- ESOPO. **Fábulas completas**, trad. Neide Smolka, São Paulo: Moderna, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura**, trad., São Paulo: Perspectiva, 1978.
- . **Vigiar e punir**, trad., 3ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- . **Em defesa da sociedade**, trad., São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial, **História da Historiografia**, Mariana/MG: UFOP, 2009, n. 2, p. 116-62.
- GARLAN, Yvon. **Guerra e economia na Grécia antiga**, trad., Campinas/SP: Papyrus, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**, trad., São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- . **A micro-história e outros ensaios**, trad., Lisboa: Difel, 1991.
- . **Olhos de madeira**, trad., São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- . **Relações de força**, trad., São Paulo: Cia., das Letras, 2002.
- HARTOG, François (org). **A história de Homero a Santo Agostinho**, trad. Jacyntho Lins Brandão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**, Coimbra: Almedina, 1994.
- JAEGER, Werner. **Paidéia**, trad., 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei**, trad., Cia. das Letras, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**, trad., Rio de Janeiro: Editora UERJ, Contraponto, 1999.
- LA ROCHEFOUCAULD. **Réflexions ou sentences et maxime morales**, Paris: Lefèvre, 1822.
- LAMOUNIER, Bolívar. "O poder e seus micromecanismos". In: MAZARIN. **Breviário dos políticos**, trad. Paulo Neves, 2ª ed., São Paulo: Editora 34, 1997, p. 9-22.
- LEBRUN, Gérard. "O conceito de paixão". In: Novais, Adauto (org.). **Os sentidos**

- da paixão**, São Paulo: Cia. de Bolso, 2009, p. 12-32.
- LORAUX, Nicole. "Elogio do anacronismo". In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**, São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p., 57-70.
- . **Invenção de Atenas**, trad., Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- MAQUIAVEL. **A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo. O príncipe**, trad., Sérgio Bath, 3ª ed., Brasília: Editora UNB, 1982.
- . **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**, trad. Sérgio Bath, 3ª ed., Brasília: Ed. UNB, 1994.
- MAZARIN. **Breviário dos políticos**, trad. Paulo Neves, 2ª ed., São Paulo: Editora 34, 1997.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**, trad., Bauru/SP: Edusc, 2004.
- OLIVEIRA, António de. **Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)**, Lisboa: Difel, 1990.
- PEVSNER, Nikolaus. **Academias de arte**, trad., São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- SAHLINS, Marshall. **The western illusion of human nature**, Chicago: Proicly Paradigm Press, 2008.
- SANTO AGOSTINHO. **A doutrina cristã**, trad. Nair de Assis Oliveira, São Paulo: Paulus, 2002.
- SEHELLART, Michel. **As artes de governar**, trad., São Paulo: Editora 34, 2006.
- SENNETT, Richard. **O artífice**, trad., Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SHAKESPEARE, William. "Otelo, o mouro de Veneza". In: **Tragédias**, trad. F. Carlos de Almeida e Oscar Mendes, São Paulo: Abril Cultural 1978, p. 325-442
- SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**, São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- SOUZA, Paulo César. "Um livro inesgotável". In: NIETZSCHE, Friedrich. **Para além do bem e do mal**, trad., 2ª ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 253-7.
- STEVENSON, Leslie e HABERMAN, David. **Dez teorias da natureza humana**, trad., São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SUÁREZ, Francisco. **Guerra, intervención, paz internacional**, trad. Luciano Pereira Vicente, Madri: Espalsa-Calpe, 1956.
- TACKÁCS, Sarolta A. **The construction of authority in Ancient Rome and Byzantium**, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ZERON, Carlos Alberto. **La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au**

**Brésil:** les justifications d'ordre historique, théologique et juridique, et leur intégration par une mémoire historique (XVIe-XVIIe siècles), Paris: tese de doutorado apresentada à École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998.

# A morfologia histórica de Johan Huizinga e o caráter pragmático do passado\*

The Johan Huizinga's historical morphology and the pragmatic character of the past

---

**Naiara dos Santos Damas Ribeiro**

Doutoranda  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
na\_damas@hotmail.com  
Rua Barão da Tarre, 19/1108 - Ipanema  
Rio de Janeiro - RJ  
22411-001  
Brasil

---

## Resumo

A História ensina? O caráter pragmático da História sempre foi alvo das mais diversas interpretações. Da tópica ciceroniana, *Historia Magistra Vitae*, passando pelo *Historicismo* alemão até o "anti-historicismo" pós-Primeira Guerra, o problema da utilidade da História para a vida nunca deixou de fazer parte do horizonte de interrogações que desafiavam o estudioso de História. Se a História deveria se fundar enquanto exemplo (antigos) ou como metodologia (J. G. Droysen), ou ainda como epistemologia (W. Dilthey) – para citar três momentos importantes dessa reflexão sobre a tarefa do conhecimento histórico – isso se devia, em grande parte, ao problema proveniente do questionamento fundamental sobre o vínculo, ou não, que este conhecimento deveria guardar com a vida. Neste artigo pretendemos analisar como o historiador da cultura Johan Huizinga (1872-1945) respondeu a essa interrogação a partir de sua reflexão sobre qual seria o papel da História frente ao seu próprio tempo. Com sua idéia de que a História deveria constituir-se como uma morfologia do passado, acreditamos que Huizinga deu um novo sentido a tópica "História Mestra da Vida", ressaltando o caráter pragmático fundamental que liga o conhecimento histórico ao presente e a sua compreensibilidade como experiência no tempo.

234

## Palavras-chave

Historiografia; Johan Huizinga; Morfologia.

## Abstract

Does History can teach us? The pragmatic character has always been a controversial issue. From the ciceronian topic *Historia Magistra Vitae*, over the german *Historicism* to post-World War "anti-historicism", the value of History to life has always been a challenging question for the historians. If History should be seen as an example (antics), or as a methodology (Droysen), or yet as an epistemology (Dilthey) – just to quote three important moments of this reflection on the task of history – this mainly due to the great question if History should or not be bounded with life. In this article we intended to analyse how the cultural historian Johan Huizinga has answered to this question in his reflection on what would be the task of History in his own time. With this idea of History as Morphology of the past, we believe that Huizinga gave a new sense to the topic *Historia Magistra Vitae*, emphasizing the fundamental pragmatic character that bounds the historical knowledge to the present and the possibility of his comprehension as an experience in the time.

## Keyword

Historiography; Johan Huizinga; Morphology.

---

Enviado em: 29/01/2010

Aprovado em: 05/03/2010

---

\* Em memória de Manoel Salgado Guimarães, com carinho e gratidão.

Se nos perguntarmos – pensando com Nietzsche – pela utilidade e os inconvenientes da História para a vida, várias seriam as respostas possíveis, várias as réplicas dadas a essa provocação que ressoa desde o final do século XIX nas preocupações daqueles que se ocupam de História. A História ensina? É possível esperar que de seu exercício de compreender o passado a História faça surgir preceitos, previsões e expectativas de transformação e de ação no (e para) presente? Alguns, como o poeta francês Paul Valéry, em meados da década de 1920, diriam que não. Como “o produto mais perigoso que a química do intelecto elaborou” (VALÉRY 1945, p. 35), a História, segundo ele, só poderia conduzir ao equívoco aqueles que nela buscassem as regras do agir presente. Na contramão da atitude espiritual do historicismo oitocentista – que aspirava construir, partindo da História, todas as normas e verdades –, Paul Valéry engrossava o coro daqueles que acreditavam que o conhecimento do passado havia perdido sua validade pedagógica. O mundo havia se complexificado a tal ponto, que o futuro só poderia ser apreciado como uma dimensão errática, na qual as verdades estanques que compunham os vaticínios estavam *a priori* comprometidas. Diante das ruínas eloqüentes da Primeira Guerra Mundial, Valéry era um dos “homens de cultura” que clamava por uma vida livre do véu dos mortos, livre do peso da experiência e sabedoria velhas; ciente, ao contrário, da necessidade da cegueira e de forças impetuosas que conduziriam à ação e ao porvir.

235

Esta postura crítica em relação à função da História para a vida não se limitava, porém, apenas ao questionamento de seu caráter pragmático. Em litígio estava igualmente a possibilidade mesma de o conhecimento histórico constituir-se como mais que uma *fable convenue*, mais que um saber vacilante e relativo, no qual o passado se condensa em imagens confusas e/ou parcialidades grosseiras. Se a qualquer um seria facilmente demonstrável o quão inseguro era o exame de testemunhos sobre determinado fato – mesmo sobre os mais prosaicos da vida diária –, o que dizer, então, da confiança que mereciam as notícias indiretas e às vezes parciais através das quais se comunicavam os fatos do passado? Desde Karl Lamprecht e a intensa polêmica sobre o *estatuto científico da História*, no final do século XIX, parecia a muitos historiadores que a História só poderia arrogar para si o valor de legítima ciência caso se lançasse num movimento de aproximação das ciências mais sistemáticas como a Sociologia e a Psicologia. A uma ciência histórica voltada para a descrição, para a compreensão e para o particular – tal como a História havia sido produzida até então –, contrapunha-se uma ciência explicativa voltada para o uso de conceitos e leis gerais, para a apreensão do social e de suas estruturas. Fora desse registro conceitual e metodologicamente mais rigoroso, a História seria apenas *fantasmagoria* estéril, fruto de subjetividades frouxamente controladas por um discernimento crítico e à disposição do uso panfletário ou romanesco. Nessa perspectiva, portanto, não se poderia esperar da História nem a consumação das promessas dos vaticínios nem a certeza de um conhecimento seguro, rigorosamente científico.



Nesse mesmo momento em que a História parecia sugerir algo de excessivo e falacioso, mais uma vez era preciso meditar sobre a utilidade e os inconvenientes da história para vida, não apenas como dimensão da historicidade do humano, mas como disciplina, como saber que pretendia desvendar o passado, tornando-o uma atualidade no presente. Voltando mais uma vez a Nietzsche, era preciso refletir sobre os corolários do ceticismo latente, que então rondava o pensamento histórico, e sobre suas práticas nas primeiras décadas do século XX. Se em Nietzsche, o *esquecimento* desobrigava o homem “da carga sempre mais esmagadora do passado”, de “um tenebroso e invisível fardo” (NIETZSCHE 2005, p. 71), conduzindo-o à felicidade, o saber se *lembrar* – o que lembrar e por que fazê-lo – também era prerrogativa, ainda segundo o filósofo alemão, para uma vida plena, em que o passado se tornava o “próprio sangue” daquele que o tomava para si e dele se apropriava (NIETZSCHE 2005, p. 74). Mas sob uma condição, advertia Nietzsche: a de que não seria a vida a servir a História, mas a História a *servir* a vida. No entanto, como fazer esse movimento de subordinar a História à corrente da vida, à sua imprevisibilidade, pujança e complexidade? Como fazê-la servir aos fins da ação, da transformação, da construção de si, do humano e da cultura?

Numa série de conferências apresentadas entre as décadas de 1920 e 1930 na Universidade de Santander, Espanha, e na Universidade de Zurique, Suíça, o historiador holandês da cultura, Johan Huizinga (1872-1945) colocou-se perguntas afins, preocupado em refletir sobre qual seria o valor da História para a cultura e, em particular, para cultura de seu tempo. Se o anti-historicismo pós-Primeira Guerra havia conduzido a uma revalorização da crítica de Nietzsche à História e feito ressoar o argumento de Descartes de que este conhecimento somente produziria imagens confusas, Huizinga buscava enfatizar, por outro lado, os valores positivos deste saber. Ele se colocava ao lado daqueles que acreditavam na História como a forma espiritual privilegiada por meio da qual o homem buscava compreender sua existência no presente através do passado. “Nossa cultura atual mais do que nunca está impregnada de passado. Para compreender a si mesma não pode menos que despejar-se continuamente no fluxo dos tempos” (HUIZINGA 1934, p. 89). Huizinga acreditava ser facilmente possível admitir os perigos de um historicismo sistemático sem, no entanto, cair em um pronunciado anti-historicismo. Estabelecer exclusivamente uma norma histórica como medida de todas as coisas seria sem dúvida alguma um princípio destruidor, reconhecia Huizinga. Contudo, a postura oposta – de negar à História toda e qualquer validade – não seria mais que incorrer num radicalismo estéril no qual se perderia de vista a função primordial que o conhecimento do passado desempenhava na vida cultural do presente. Afastando-se do ceticismo histórico, Huizinga afirmava que era, sim, possível encontrar na História um critério de autenticidade que a tornasse um conhecimento científico legítimo e que “toda História é instrutiva (quer dizer, ensina), deseja ser instrutiva, deve ser instrutiva” (HUIZINGA 1934, p. 80).

Nesse pequeno exercício hermenêutico, pretendemos analisar como o caráter pragmático que Huizinga prescreve para a História pode se realizar enquanto operação de compreensão do passado, ou seja, enquanto escrita historiográfica. Qual seria a concepção de História mais adequada a essa tarefa? Como Huizinga lidou com a questão da função do conhecimento histórico para a cultura? Para responder a essas interrogações, propomos dividir nossa reflexão em dois pontos: no primeiro momento, almejamos analisar a questão do elemento estético das representações históricas, a partir do qual Huizinga discute o problema da *imaginação histórica* e as possibilidades e limites desse saber enquanto *ciência*; num segundo momento, pretendemos refletir sobre a questão ética do conhecimento histórico da maneira como ela se apresenta na idéia de Huizinga de que a História deveria atuar como uma *Morfologia do passado*.

## I.

O problema da *imaginação histórica* acompanhou Johan Huizinga desde seus primeiros passos como historiador. Já em sua aula inaugural apresentada em 1905, na Universidade de Gröningen, Holanda – momento este que marca o início da carreira de Huizinga como historiador – foi a esse tema que ele se voltou para apresentar as linhas gerais de pensamento que, assim esperava, o acompanhariam em sua trajetória como estudioso de História. Logo nos momentos iniciais de sua aula, Huizinga anunciava assim o problema que pretendia tratar: “Desde há muito tempo uma questão tem dirigido regularmente o rumo de meus pensamentos. (...) Não sei definir essa questão de outro modo a não ser como o ‘elemento estético das representações históricas’” (HUIZINGA 2005, p. 91). Tal elemento estético – que unia de forma fundamental História e Arte –, Huizinga identificava-o no uso da *imaginação*, não somente na ocasião em que “o estudioso de história (...) mergulha a pena no tinteiro para dar forma à matéria prima”, mas também no modo de entendê-la, isto é, na maneira de captar, já na pesquisa histórica, o *significado* e a *relação* entre os fatos (HUIZINGA 2005, p. 96).

Ao afirmar essa proximidade entre Arte e História não era a intenção de Huizinga, contudo, catalogar o conhecimento histórico sob o conceito de arte de um modo geral, nem, de outro lado, adotar a postura defendida pelo historiador alemão Karl Lamprecht e considerar negativamente como arte toda atividade histórica que se ocupava do individual, do particular. Segundo esse historiador alemão – e Huizinga o cita em sua aula inaugural –, “o singular, o individual, somente pode ser compreendido artisticamente, e uma investigação que o tenha como objeto pode ser considerada como *ciência histórica* somente em medida secundária” (LAMPRECHT *apud* HUIZINGA 2005, p. 96). Conferindo centralidade à função epistemológica desempenhada pela imaginação no processo do conhecimento histórico, Huizinga chamava a atenção, ao contrário, para o fato de que “compreender artisticamente”, por meio de intuições, e “compreender historicamente”, por meio de conceitos, não eram *a priori* dois

procedimentos excludentes. Contra as investidas da “nova História científica” de Lamprecht – que considerava como ciência apenas a pesquisa histórica voltada para a investigação das regularidades por meio de conceitos gerais rigorosamente fixados –, era preciso afirmar que a afinidade entre Arte e História não se dava fora dos quadros e exigências do conhecimento científico, mas marcava de maneira fundamental a constituição mesma da ciência histórica.

Para Huizinga, a História não poderia ser alijada do fator *subjetivo* sem que se colocasse em questão a própria inclinação dessa disciplina para o particular, para a compreensão, assim como sua vocação para orientar o entendimento do presente em busca de si mesmo e da sua historicidade. Apoiado nos filósofos alemães da “teoria da independência das ciências do espírito” do final do século XIX – como Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert, Georg Simmel, Wilhelm Dilthey e Eduard Spranger, que demonstraram a possibilidade de uma ciência histórica “verdadeira” sem sair do registro do individual e da compreensão –, Huizinga afirmava que o conhecimento do particular plasmado somente em intuições podia perfeitamente ter a dignidade de ciência. Nesse sentido, a relação entre Arte e História só poderia ser compreendida em toda sua fecundidade se à História fosse arrogada uma noção de cientificidade específica, capaz de abarcar as operações próprias desse conhecimento, qual seja, o seu caráter intuitivo e estético inscrito, sobretudo, no fato de que na relação do historiador com o passado ocorria invariavelmente um ato de transformação do deste último por meio de um método que não podia ser nem exato nem rigorosamente abstrato, mas que era legitimamente um procedimento científico.

238

O momento artístico não se iniciava apenas quando o estudioso de história, já de posse de uma visão de conjunto do material recolhido, apresentava os seus resultados em forma de narrativa. Muito menos se limitava à tarefa de completar estilisticamente dados que apresentassem uma coerência imperfeita. Tal momento estava presente na própria investigação histórica durante a qual desempenhava um papel fundamental na seleção e interpretação do que era relevante para a compreensão de determinado episódio do passado. Huizinga concordava com Georg Simmel que “já no momento no qual se forma a primeira representação histórica, a primeira *imagem* histórica, entra em jogo o elemento comum à pesquisa histórica e à arte” (HUIZINGA 2005, p. 96).

Se a realidade passada tal qual um dia existiu era tomada como uma dimensão de ausência, ou seja, irreprodutível, o historiador deveria representar o passado, transformando “a realidade imediata e já vivida naquela imagem teórica a que chamamos História” (HUIZINGA 2005, p. 97). Diferente das ciências naturais, que trabalhavam com uma matéria dada e determinada de antemão – acessível à observação, à classificação e à experimentação –, a matéria da História não estava dada por si. Não existia no sentido que existe a natureza. Ao colocar-se a questão sobre “como se torna História o acontecer?”, Huizinga defendia o caráter representacional da História, entendido, aqui, como o ato “de transformar uma massa de imagens em outras imagens”, não como repetição total ou simples classificação, mas como “a livre criação de outras

séries de imagens que contenham o mesmo valor da massa da qual se formou o seu conteúdo” (HUIZINGA 2005, p. 96). Diversamente das ciências naturais, portanto, a matéria prima da História só poderia ser conhecida pelo historiador se este submetesse a tradição a uma elaboração fatigante. Huizinga colocava em relevo aqui a idéia – própria dos filósofos da autonomia das ciências do espírito em oposição a um certo *realismo histórico* – de que no ato da apropriação da realidade e do passado, em particular, estava intrínseco um processo de transformação, seleção dessa mesma realidade em nome de sua compreensibilidade. “O historiador – segundo Huizinga – nunca fotografa o passado: representa-o” (HUIZINGA 2005, p. 97).

Por certo, e Huizinga o reconhecia, poderia parecer que a “recriação do material histórico” fosse possível somente através de conceitos singulares descritos logicamente, isto é, que esta recriação tivesse um caráter puramente intelectual. No entanto, para ele, não era possível falar de conceitos históricos como generalizações definidas de maneira lógica – como pretendia, por exemplo, o método psíquico-social de K. Lamprecht –, mas somente no sentido de idéias (*deenkbeelden*). Necessário notar que, para Huizinga, o fato mesmo que se fale de idéias, e não de conceitos, demonstrava que por trás do processo cognitivo de compreensão do passado se encontrava a “função subjetiva da imaginação” por meio da qual se poderia “reunir o que da realidade é conhecível (...) com o fim de tornar observável uma pluralidade inapreensível” (HUIZINGA 2005, p. 98). Diversamente do pensamento natural-científico, que fixava todo saber em princípios rigorosos e onde prevalecia a tendência para a abstração e para a explicação, no pensamento histórico apresentava-se a tendência para a *representação* e para *compreensão* que tinham como meta *fazer reviver o passado*, tornando-o uma “presença”, algo como a representação de vidas passadas “de forma imaginária aos olhos da mente” (HUIZINGA 2005, p. 104). Somente um observador muito superficial, asseverava o historiador holandês, poderia observar a interpretação histórica como uma explicação puramente intelectual. “O processo mesmo em sentido imediato escapa a toda análise. A antecipação, o talento da combinação, a ‘faculdade de adivinhar’ do historiador se une às intuições artísticas mais enigmáticas” – citava Huizinga a E. Spranger (HUIZINGA 2005, p. 98).

Para realizar essa pretensão de “visualizar” o passado, a História deveria ter como tarefa principal a investigação dos acontecimentos individuais, não na qualidade de tipos ou casos “ilustrativos” de um conceito geral, mas pela sua importância intrínseca a partir da observação imediata da vida histórica mesma. “O que importa é o ‘reviver’ (*Nacherleben*), e esta maneira de compreender exclui a classificação que utiliza um sistema de conceitos gerais” (HUIZINGA 2005, p. 99). Mas, afinal, o que o historiador e seus leitores poderiam reviver da história? Para Huizinga, “nada mais que a vida humana, porém os homens entendidos como indivíduos e não como grupos ou classes” (HUIZINGA 2005, p. 99). Essa afirmação não implicava, por ora, ter de lidar com a questão metafísica se seriam os homens a determinar a história ou o contrário. Tratava-

se, antes, de um problema de caráter metodológico: “Como posso entender as ações humanas senão vendo atuar os homens? Que idéia posso fazer de um período se não vejo pessoas se movendo nele?” (HUIZINGA 2005, p. 99).

Era por essa razão que a tentativa de abordar as ações humanas no tempo num enquadramento histórico-psicológico, como havia feito K. Lamprecht em seu livro *Deutsche Geschichte* de 1891, estava fadada ao insucesso. Ao enfatizar os traços gerais em detrimento da personalidade histórica, e o conceito em detrimento da intuição, este historiador alemão acreditava estar provendo as bases para uma “ciência histórica moderna”, na qual se cumpriria, enfim, a competência científica deste conhecimento. Mas onde Lamprecht via uma maneira de redimir a História do diletantismo, do apreço pelos heróis e pelas miudezas do passado, Huizinga via apenas uma perigosa tendência para o dogmatismo. “Quem quer ver a verdadeira vida histórica, e quer ver permeado de vida tudo o que o historiador acredita poder registrar com relação aos vínculos gerais e as forças na história, comete um grande erro se considera o particular como algo de menor valor”. (HUIZINGA 2005, p. 100). Somente uma generalização unilateral e míope, que era própria das ciências naturais, podia levar o historiador a considerar as pessoas e os acontecimentos particulares exclusivamente como números em um inventário do material histórico.

Mesmo o uso da Psicologia – que Lamprecht apresentava como a única base científica do conhecimento histórico – era questionada por Huizinga. Seria ela realmente o meio privilegiado para se alcançar a compreensão da vida histórica? Interessava de fato ao historiador perceber “estados psíquicos”, penetrar na “alma” dos indivíduos históricos? Dificilmente, respondia Huizinga. Mesmo assumindo hipoteticamente que a psicologia pudesse explicar como determinados indivíduos ou grupos reagiram ao seu destino ou como se manifestaram certos impulsos para a ação, ela era inadequada, no entanto, para explicar o desenvolvimento dos eventos históricos ou para antecipar como estes se dariam de fato. Mais do que contribuir para uma visão clara desses eventos, era mais provável que a determinação de “estados psíquicos”, fossem individuais ou coletivos, levasse o historiador a seguir pistas falsas na sua investigação do passado. Isso não significava, porém, que a psicologia não pudesse prestar serviços importantes para o conhecimento histórico. Mas, se assim o fazia, era apenas na medida em que o historiador almejasse ver a vida histórica *no particular* e de forma *intuitiva*, ao invés de no geral e de forma sistemática. A única psicologia possível para o estudioso de história seria aquela nascida de sua “experiência de vida e conhecimento pessoal dos homens”, e não “do experimento e do cálculo” (HUIZINGA 2005, p. 102).

Ao refletir sobre trabalho do historiador de *fazer reviver o passado* por meio de representações, Huizinga questionava se existiria uma disposição particular que se tivesse revelado como a mais favorável para o desenvolvimento desse fator irracional da imaginação histórica – fator este considerado tão importante para a compreensão histórica. A resposta, para Huizinga, era óbvia: “a sensibilidade estética é a que melhor prepara o campo para a faculdade da



imaginação histórica” (HUIZINGA 2005, p. 103). Não era intenção desse historiador, contudo, sustentar que o passado devesse ser estudado partindo da história da arte ou que somente por meio das expressões artísticas poder-se-ia entender a direção do espírito no tempo. Tratava-se, pelo contrário, “de ver refletidas na arte imagens obtidas por um estudo multiforme da tradição, ou de vê-las iluminadas pela arte” (HUIZINGA 2005, p. 106). Dando exemplos dessa relação fecunda entre imagens históricas e sensibilidade estética, Huizinga perguntava-se: que representação do século XIII tem aquele estudioso que leu todos os documentos papais, mas desconhece o hino medieval sobre o dia do julgamento, *Dies ira* (o dia da ira)? Não faltaria algo ao historiador da invasão persa da Grécia no século V a.C., se não a visse iluminada também pelos versos de Heródoto? Imaginem, sugeria Huizinga, que a um estudioso do ocaso do mundo antigo somente estivesse disponível noções escassas sobre o tema, motivo este que o levaria de recorrer a leituras de livros para precisar melhor essas noções. Mas, imaginem que ele teve a sorte de visitar Ravenna e de ver seus mosaicos. De agora em diante, quando pensar nesses séculos, esse estudioso verá sempre “o mesmo esplendor imóvel, o lampejo do verde e ouro em San Vitale, o crepúsculo azul no mausoléu de Gala Placídia” (HUIZINGA 2005, p. 106). Para este estudioso, a imagem histórica desse período estará para sempre iluminada por essas recordações, permeada por uma sensibilidade estética nascida de sua experiência com o passado tal como este se materializa em vestígios, nas construções, na arte. Estaríamos diante de uma associação inútil de idéias, ou antes, esses mosaicos ajudariam verdadeiramente a entender melhor a história, isto é, a vê-la?

Considero que ficou suficientemente claro que entre os elementos constitutivos do nosso conhecimento histórico nem sempre se pode reconhecer uma concatenação lógica que permita acolher a segunda alternativa, por mais inescrutável que seja. Esse saber jamais nasce de fato de conceitos esmeradamente criados mediante a abstração e conectados intelectualmente, mas, ao contrário, deriva sempre de associações de idéias mais ou menos casuais. (HUIZINGA 2005, p. 106)

A “sensibilidade estética” ajudaria a criar imagens que – por mais que permanecessem “reclusas na câmara do tesouro da consciência subjetiva” – seriam propriamente o começo de toda compressão autenticamente histórica. A sensibilidade abria caminho para a imaginação e esta, por sua vez, para a formação de uma idéia histórica que, somada ao trabalho crítico-documental, terminava na narrativa dos eventos. Na função desempenhada pela imaginação nesse percurso pela investigação histórica, Huizinga reconhecia uma afinidade fundamental que ligava o historiador ao poeta. Se num primeiro momento ambos partilhavam de uma “disposição de espírito” comum – a de “interpretar a eterna multiplicidade como totalidade” – separavam-se, contudo, na fase “criativa” quando finalidades distintas se impunham. Somente no momento da produção se encontravam novamente na medida em que faziam uso dos mesmos recursos para estimular a capacidade imaginativa do leitor, levando este a experimentar



o passado como uma “presença imaginária” (HUIZINGA 2005, p. 98).

Enquanto indaga o passado em todas as suas expressões, o historiador deveria observar a arte do passado e ler sua literatura para aumentar a clareza de sua representação. Todavia, deveria também “introduzir-se na natureza e caminhar entre prados e colinas até que seja capaz de *ver resplandecer o sol também no passado*” (HUIZINGA 2005, p. 106 – grifo meu). Nesse sentido, a compreensão histórica tinha, para Huizinga, um caráter similar àquele de uma *visão*: dizia respeito, em grande medida, à habilidade do historiador de evocar imagens nas quais o passado se apresentasse da forma mais autêntica e significativa possível.

Com isso, Huizinga não pretendia asseverar que a História era apenas produto da imaginação. Imaginação e pensamento histórico não eram idênticos, apesar de inseparáveis: a *imaginação* pavimentava o caminho para a exposição racional (ANCHOR 1978, p. 67). Consciente do risco que a receptividade estética escondia para o historiador, Huizinga manteve sempre a preocupação em afirmar os limites do uso da imaginação para o conhecimento histórico, diferenciando-o daquele próprio à produção artística. Para ele, somente quando esta era expressamente estimulada – até que, ultrapassando a fantasia histórica, transformava-se em fantasia artística –, poderia acontecer que elementos capazes de transformar a imagem em detrimento da verdade histórica se agregassem à representação. Se a arte era puramente subjetiva, o conhecimento histórico, ao contrário, fazia uso da imaginação para descobrir a *verdade* sobre o passado. E essa era a premissa que estava acima de todas as outras no trabalho do historiador: “relatar a verdade ou pelo menos aquilo que ele compreende dela” (HUIZINGA 2005, p. 107).

Querer banir da ciência todos esses elementos não racionais que a História utilizava para alcançar seu conhecimento, reservando para eles a etiqueta de “arte”, representava apenas uma exagerada tendência para a sistematicidade. Ademais, afirmava Huizinga seguindo aos argumentos de E. Spranger, “as ciências nunca têm suas raízes em perguntas formuladas de modo estritamente intelectual, mas se desprendem da vida humana em sua plena complexidade, e as ciências do espírito, em particular, não podem sair deste vínculo” (HUIZINGA 2005, p. 96).

## II.

Ao retomar essas questões no final da década de 1920 e ao longo da década de 1930, nas conferências *A tarefa da história da cultura* (1926) e *Em torno da definição do conceito de História* (1929) e *Sobre o estado atual da ciência histórica* (1934) – reflexões estas que constituem sobre vários aspectos uma reconsideração das disposições assumidas em *O elemento estético das representações históricas* –, Huizinga analisou com mais cuidado a questão da configuração das “imagens históricas” e, de modo mais geral, o papel da *sensibilidade estética* no processo do conhecimento histórico. Apesar de continuar

concordando com os filósofos neokantianos W. Windelband e H. Rickert e também com W. Dilthey e G. Simmel antes deles, no tocante à autonomia da epistemologia das ciências do espírito, Huizinga seguia outro caminho para explorar os corolários dessa afirmação para o processo do conhecimento histórico. Se os neokantianos haviam defendido num plano filosófico a especificidade da História baseada em seu caráter “visualizável” (*anschaulich*), não haviam se debruçado, contudo, sobre as implicações práticas de suas assertivas teóricas dentro das possibilidades impostas pelo ofício do historiador.

Ao colocarem o acento sobre conceitos como *Nachfühlen* e *Nacherleben* (reviver) na operação histórico-cognitiva, estes filósofos haviam afirmado que a tarefa da História consistia em construir, tal como afirmava W. Windelband, “a fisionomia verdadeira, viva e clara, do passado”, sendo o produto deste trabalho “imagens de homens e de vidas humanas com toda a riqueza das suas características particulares, conservadas com sua plena vivacidade individual” (WINDELBAND *apud* HUIZINGA 1993, p. 71). Nessa mesma perspectiva, o historiador deveria ser capaz, segundo H. Rickert, de estimular o leitor a representar para si mesmo um fragmento da realidade passada, tornando-se apto a reviver o que uma vez aconteceu por meio de sua imaginação. Entretanto, perguntava-se Huizinga: a quantas páginas de qualquer obra histórica moderna podem-se aplicar inteiramente estas palavras? A intenção do historiador e o efeito que o seu trabalho tem sobre o leitor correspondem de fato ao que eles afirmavam?

243

Além de responder a essas perguntas negativamente, Huizinga apontava ainda para a existência de um perigo escondido em tais afirmações sobre o ofício historiográfico. Segundo ele, a própria idéia de “representação visual”, de “vivência” do passado – que, em última instância, soavam como exigências não plenamente realizáveis na operação histórico-cognitiva – acabava por abrir brechas para um certo grau de *realismo histórico* que os próprios filósofos das “ciências do espírito” combatiam. Tudo se passava como se o objetivo derradeiro do conhecimento histórico só fosse totalmente alcançado quando o historiador conseguisse “re-presentar” o passado para si mesmo e para o seu leitor por meio de uma imagem histórica “verdadeira, viva e clara” – para citar novamente as palavras de W. Windelband. Era justamente sobre esse ponto que recaía a crítica mais enfática de Huizinga aos neokantianos. Por usarem palavras como “verdadeira”, “clara”, “viva” para expressar a natureza do contato do historiador com o passado, estes filósofos acabavam por sugerir que esta relação se dava na chave de um processo psicológico demasiadamente preciso.

A essas palavras – que remetiam a uma pretensão perigosamente próxima do realismo histórico – Huizinga contrapunha expressões como “praticamente” e “quase”, a fim de afirmar que a relação do historiador com o passado não era experimentado como um *reviver*, mas como um *compreender* (HUIZINGA 1993, p. 72). Como fator fundamental do conhecimento histórico, o produto do sentir, do ver o passado – isso que a mente forma ou experimenta na sua relação direta e autêntica com os vestígios pretéritos na chave da intuição – podia apenas

precariamente ser definido enquanto uma *imagem*, tal como no caso do conceito de *Nacherleben*. Ainda que assumisse uma *forma*, advertia Huizinga, permanecia, no entanto, “sempre difuso e vago”: uma *Ahnung* (HUIZINGA 1993, p. 72).

Termo de difícil tradução, a *Ahnung* – que Huizinga chamava mais precisamente de “sensação histórica” – não podia ser equiparada nem ao “prazer do belo, nem a emoção religiosa, nem ao calafrio diante da natureza, nem a um reconhecimento metafísico” mesmo sendo, de qualquer modo, “um aspecto dessa série” (HUIZINGA 1993, p. 73). Seu objeto não eram seres humanos individuais, nem vidas humanas ou pensamentos humanos que se acreditava poder discernir no passado; antes, tratava-se da sensação de “estradas e campos, de sonhos e de cores, de pessoas que se movem e que são movidas” (HUIZINGA 1993, p. 72). Passível de ser despertada por uma frase num documento oficial, uma crônica, uma gravura e, até mesmo, por um par de notas de uma velha canção, a “sensação histórica”, no entanto, não era um elemento que o historiador podia fixar na sua narrativa com qualquer palavra. Estava fora tanto dos documentos históricos (passado), quanto dos livros de História (presente). Resumia-se “a instantes de súbita iluminação espiritual” quando o historiador “saía de si mesmo” para embarcar no passado, sentindo-se afetado por essa experiência que vinha acompanhada por uma “convicção absoluta de autenticidade” (HUIZINGA 1993, p. 72). Dizia respeito, como argumenta F. Ankersmit, ao que acontecia entre o historiador e o passado. Não estava no esconderijo escuro do passado mesmo, nem no “mecanismo” cognitivo do historiador, mas na interface entre os dois, onde se realizava como “fenômeno de superfície” (ANKERSMIT 2005, p. 121).

Essa idéia implicava uma compreensão da experiência do historiador com o passado que não se dava mais na chave da imediatez e clareza provida pelo sentido da *visão* – pela visualização de uma *imagem*, como na hermenêutica alemã do final do XIX. Dava-se, ao contrário, na chave da *audição* e do *olfato*. Se o sentido da visão permitia identificar coisas e perceber suas diferenças com certa nitidez, no caso da audição e do olfato a identidade das coisas era de natureza “incompleta” ou “truncada”. Era como vivenciar a condição, no contato com a realidade, de subitamente nos encontrarmos privados da identidade que normalmente atribuímos às coisas e tivéssemos que encontrar o caminho pelo mundo, que outrora víamos, com nada mais que os sons que ouvimos ou os cheiros que sentimos (ANKERSMIT 2005, p. 122-23). Esse era o caráter dos fenômenos históricos apreendidos pela “sensação histórica”: eram mais ouvidos do que vistos, melhor intuídos como *forma* do que propriamente como *imagem*, em um processo no qual o conhecimento do passado distinguia-se por ser “uma ressurreição que se opera na esfera dos sonhos, uma visão de figuras inapreensíveis, um ouvir palavras meio entendidas” (HUIZINGA 1993, p. 73).

Nesse sentido, a “sensação histórica” guardava características similares àquelas que Huizinga atribuía a “sensibilidade estética” em sua aula inaugural de 1905, *O elemento estético das representações históricas* (cf. BOER 1993, p. XVIII). Ao sensibilizar o historiador para compreender os traços do passado,

para perceber suas permanências materiais e para intuir possíveis conexões históricas não alcançáveis apenas pelo raciocínio lógico, os “pressentimentos”, procedentes da “sensação histórica”, permaneciam reclusos “na câmara do tesouro da consciência subjetiva” (HUIZINGA 2005, p. 106). No entanto, mesmo reclusa na subjetividade do historiador, esta sensação podia vir à tona de quando em quando na narrativa histórica através de lampejos em que o passado parecia viajar como um “passageiro clandestino” (RUNIA 2006, p. 315) para o presente, provendo uma percepção mais nítida, mais versátil e intensa do passado, levando, por fim, a uma compreensão “mais plenamente histórica” (HUIZINGA 2005, p. 107).

Mas se na aula inaugural de 1905 a “sensibilidade estética” parecia servir para o historiador criar imagens do passado, Huizinga agora lhe atribuía uma nova função: não se tratava mais de construir *imagens*, mas sim perceber as formas nas quais “o passado se condensa” (ANCHOR 1978, p. 75). Diferente da idéia de “reviver” (*Nacherleben*) da tradição hermenêutica – que parecia sugerir que no simples fato de “re-viver” o passado, como uma “presença imaginária”, estivesse já completo o exercício de compreensão histórica –, Huizinga afirmava que o impulso de “ver”, de “experimentar” o passado era apenas o princípio da atividade do historiador e não a sua meta propriamente dita. “Compreender historicamente e narrar historicamente implicam qualquer coisa mais do que o simples experimentar e despertar aquela sugestão histórica” (HUIZINGA 1993, p. 73). Mais do que fazer reviver sentimentos e estados de espírito, a História deveria fazer compreender as conexões. Se o “reviver” era ocasional, a compreensão mediante determinadas *formas* era constante.

245

Assim, as conexões que o historiador fazia ao reunir certos elementos da “tradição” não existiam nem no passado mesmo, tal e como ele foi vivido. “A História é sempre, no que se refere ao passado, uma maneira de dar-lhe forma e não pode aspirar ser outra coisa. É sempre a captação e interpretação de um sentido que se busca no passado” (HUIZINGA 1992, p. 92). Importante aqui para Huizinga era demonstrar que a operação através da qual o historiador dava *forma* ao passado – estabelecendo as conexões possíveis entre os fragmentos pretéritos num movimento simultâneo entre análise e síntese – estava determinada pelas perguntas que ele mesmo apresentava em relação ao que uma vez aconteceu. Certamente, o historiador “quer ver, viver o passado”, mas se assim o faz, advertia Huizinga, é apenas por meio “das formas espirituais que ele mesmo contribui para formar” (HUIZINGA 1934, p. 37). Logo, se a “sensação histórica” moldava a mente do historiador por meio de uma experiência “epifânica” com o passado, no caso da *imaginação histórica* era o historiador que projetivamente dava forma ao passado criando aquela “ciência das formas” que a “História quer e deve ser” (HUIZINGA 1993, p. 74).

Nesse sentido, a *Anschaulichkeit* (“visibilidade”) não tinha absolutamente o posto que se pretendeu por vezes assinalar-lhe em oposição ao conceitualismo. Intuição e abstração convergiam na tarefa de desenvolver as *formas* mediante as quais a realidade passada poderia ser compreendida. “Todo acontecimento

que a faculdade cognitiva histórica concebe (...) pressupõe que seja dada uma forma à matéria do passado: no pensamento um certo número de dados da realidade caótica são reunidos para formar uma *idéia*" (HUIZINGA 1993, p. 77). Huizinga optava pelo termo *idéia histórica* para marcar uma distância entre o tipo de abstração demandada pelo saber histórico e aquela típica das ciências positivas. Como ele já havia afirmado em sua aula de 1905, o fato mesmo que se fale de idéias – ao invés de conceitos, fórmulas e análise deduzidos logicamente – assinalava que o "salto teórico" do particular para o geral, fundamental para todo conhecimento, só podia ser executado na pesquisa histórica por meio do recurso à *intuição*. Seria esta, e não a determinação a partir de explicações causais, a fornecer o "fio condutor" que garantiria ao historiador definir e agrupar os fatos históricos e suas relações.

Huizinga refutava a crença em voga em seu tempo de que a História deveria substituir os inevitáveis meios artificiais empregados para alcançar o objeto histórico por conceitos cientificamente bem definidos. Se para muitos essa substituição representava um ganho em "sistematicidade" e "exatidão", para Huizinga, ao contrário, essa mudança era recebida com desconfiança e temor. Segundo ele, a negação do elemento subjetivo na formação do conhecimento histórico só fazia abrir brechas para um tipo de dogmatismo que deturpava a verdadeira índole desse saber, pelo menos "tal como ele era e havia produzido suas melhores criações" (HUIZINGA 1993, p.70). Reconhecer o caráter intuitivo da História não significava, no entanto, debilitar a posição deste saber entre as disciplinas científicas, mas sim refletir sobre que tipo de ciência ele era de fato. Para Huizinga, a resposta era: "a História deve chamar-se de ciência eminentemente inexata", pois toda conexão histórica "permanece sempre extremamente complexa e indecifrável" (HUIZINGA 1934, p.39). Era por conta dessa relação que a História não poderia apreender seu objeto num conceito, aprisionando-o em sistemas fechados e rigorosos, mas apenas intuía-lo como um processo que não estava absolutamente determinado, pois era *contingência*, acontecimento (HUIZINGA 1934, p. 51). Se a sociologia e psicologia tratavam os fenômenos históricos como "organismos" passíveis de serem isolados da "corrente dos acontecimentos" e esquematicamente sintetizados num conceito geral determinado *a priori*, a História apresentava-os "em sua posição na vida, em conexão com seu meio ambiente, com seu tempo e no curso do seu destino" (HUIZINGA 1934, p. 52). Sendo este mesmo meio ambiente "ilimitado e indeterminado" – uma vez que era impossível estabelecer em relação ao passado que certo episódio "foi assim", mas somente que "deve ter sido assim" –, ficava em aberto para o historiador a possibilidade de estabelecer conexões imprevistas por meio de novas perguntas e abordagens. O conhecimento histórico "não representa nunca, ou apenas em raras ocasiões, uma evidência deduzida de uma causalidade rigorosa e fechada" (HUIZINGA 1993, p. 56). Ao contrário, era sempre uma maneira subjetiva de compreender uma conexão, uma coerência entre certos feitos históricos. Em seus estudos, ao se transportar continuamente a um ponto do passado, o historiador deveria



fazê-lo como se dele não conhecesse ainda os resultados, como se os fatores notórios de alguns eventos pudessem admitir, todavia, resultados diferentes. De resto, o que interessava era que essas conexões fossem estabelecidas “com a heterogênea plenitude da vida que está em permanente mudança e que desemboca nos acontecimentos históricos singulares” (HUIZINGA 2005, p. 94).

Era nesse sentido que Huizinga advogava em favor da reabilitação do interesse antiquário como componente principal da ciência histórica que havia sido repellido com desprezo por Nietzsche em sua “Segunda consideração intempestiva” (1873) como erudição desprovida de valor. O antiquário, que se movia em seu desejo espontâneo e ingênuo pelas coisas velhas que pertenciam aos dias passados, pretendia descobrir somente uma pequena parte do passado – uma relação entre coisas de importância irrelevante, talvez –, mas o seu impulso podia ser, segundo Huizinga, tão profundo e claro quanto daquele que “quer compreender céu e terra” (HUIZINGA 1993, p. 40). Era o desejo material pelo passado, próprio à prática antiquária, que interessava aqui para Huizinga. Abordando, com respeito, as coisas mortas de uma época transcorrida, os “rastros” pretéritos eram tratados pelos antiquários por sua importância intrínseca, por sua simultaneidade e presença e não transformados em fragmentos simbólicos de um movimento que os ultrapassava em importância e sentido (cf. ARAÚJO 2006, p. 324). Os antiquários não estavam preocupados em dar respostas a perguntas como “por quê?”, “por causa de quê?” – próprias daqueles que buscavam as causas absolutas, as linhas de causalidade e evolução do desenvolvimento histórico –, mas sim em estabelecer um “contato vivo com um passado autêntico e prenhe de conseqüências” que era propriamente o sentido e a finalidade de todo trabalho de História (HUIZINGA 1993, p. 40).

Se, por um lado, Huizinga defendia esse “retorno” ao tipo de contato com o passado característico da prática antiquária, por outro, ele rejeitava como modelos para sua morfologia tanto o enquadramento teórico-metodológico da Psicologia social de K. Lamprecht, quanto a “morfologia da história universal” do filósofo alemão Oswald Splenger. Apesar de reconhecer as peculiaridades inerentes a cada um desses sistemas históricos, Huizinga via-os compartilhar uma inclinação para a generalização e para o normativo que ele não admitia na análise da vida histórica. Ao afirmar que o conhecimento histórico tinha como traço característico a disposição para o *assistemático*, o *indeterminado* e para a *descrição*, Huizinga estava mais precisamente apontando para o fato de que a sua morfologia histórica não contemplava tarefas de caráter sistemático e/ou histórico-filosófico. Assim, não pretendendo deduzir dos fenômenos sociais leis de validade geral do desenvolvimento histórico nem compreender uma cultura inteira em torno de um conceito geral, o historiador deveria lidar com seus objetos – em sua dimensão particular e no decurso da história mesma – como “acontecimentos” e não como “organismos” históricos fechados. Questionado sobre se o objeto da História era o conhecimento dos feitos especiais ou os grandes fenômenos e coerências, o historiador deveria responder que ambos eram corretos, pois era *nos* feitos especiais que a morfologia reconhecia as



grandes coerências. Sem o conhecimento do caso especial, o do fenômeno geral tornar-se-ia seco e sem vida por não observar a dinâmica complexa em que se desenrolava o processo histórico. “Um conhecimento que perca de vista os homens e eventos *em* sua vida e movimento, pode ser valioso, mas deixa de ser história” (HUIZINGA 1934, p. 62).

Em relação a K. Lamprecht, Huizinga reiterava as críticas que havia feito em 1905 em sua aula inaugural, acrescentando o fato de que o problema metafísico, que naquele momento ele havia deixado de lado, havia ganhado ao longo da década de 1920 um apelo diferente. A pergunta sobre se eram os homens que determinavam a história ou a história que determinava os homens – que antes parecia subordinado a uma interrogação de caráter metodológico – assumia, neste momento, os contornos de um problema ético urgente, especialmente com a publicação, em 1918, de *A decadência do Ocidente* de O. Spengler. Ao defender a tese de que a civilização ocidental estava completando o seu ciclo de vida e caminhava irreversivelmente para a destruição, este filósofo causou uma intensa polêmica em relação tanto à sua teoria da decadência, com traços eminentemente deterministas, quanto aos métodos que havia utilizado em sua “filosofia da História universal”. Diante de um mundo emerso da Primeira Guerra, cada vez mais complexo e exposto à revalorização substancial de seus valores, Spengler certamente tinha contribuído para arrancar aos homens de seu tempo “uma fé desarrazoada na natureza providencial do progresso”, familiarizando-os “com a idéia de um declínio da cultura e civilização contemporâneas” (HUIZINGA 1944, p. 11). Mas que mundo estéril emergia de suas páginas, quanto fatalismo e desesperança. Como o próprio Huizinga afirmava, o livro de Spengler teve um efeito “curativo” sobre ele, libertando-o de seu próprio “desespero pessimista”: “a sua absoluta certeza de que nossa civilização está declinando convenceu-me de que eu ainda tinha esperança e não sabia e que há muito que não sabemos” (HUIZINGA 1968, p. 189).

Se no início de sua carreira como historiador interessava a Huizinga “libertar as artes da cadeia do determinismo científico” e “devolver as humanidades à sua própria preocupação e valor” – como afirmava em sua autobiografia *Meu caminho para a História* de 1943 (HUIZINGA 1968, p. 270) –, em meados da década de 1920, essa preocupação de caráter metodológico pareceu se encontrar com inquietações de caráter ético. No caso de Spengler, ambos os aspectos estavam em questão. Se, por um lado, Huizinga compartilhava com Spengler a crescente apreensão quanto ao futuro da civilização, por outro, ele optava por um caminho singular para refletir sobre os problemas de sua própria cultura. Foi, sobretudo, nesse momento que Huizinga passou “a observar a História como um compromisso ético com o presente” (KENNEDY 1999, p. 212).

Por mais que Huizinga reconhecesse a sagacidade do olhar de Spengler, seu talento genial para combinar, sobre um só aspecto, coisas de natureza tão diversa, não podia, contudo, concordar com a sua “morfologia da história universal”. “Os traços caricaturescos, as concepções unilaterais, a simetria

acrobática com a qual autor o concebeu faziam que seu edifício fosse inabitável, desde o princípio, para a História” (HUIZINGA 1993, p. 79). Para o pensamento histórico, cada conceito spengliano era uma cadeia; cada classificação, uma camisa de força. Mas o erro fundamental de Spengler, que fazia de seu sistema uma abordagem inadequada para pensar a história universal, era que ele havia percorrido o caminho que da morfologia levava ao mito, em nome de interesses de ordem político-ideológica (HUIZINGA 1993, p. 80). Sua visão de culturas “quase-humanas” – que estavam destinadas a ascender e decair num ritmo inelutável – só poderia conduzir a uma percepção míope da história, na medida em que a subordinava ao compasso de uma cega determinação de caráter biológico. Além do mais, Spengler parecia aprisionar os indivíduos à *necessidade* irrevogável dos fatos, reduzindo-os ao papel de meros espectadores num “teatro do mundo” radicalmente complexo, no qual operavam forças incontroláveis que barravam a ação e a liberdade individual.

Huizinga podia até concordar com alguns dos sintomas de decadência que Spengler havia arrolado em relação à civilização ocidental de então. Concordava, por exemplo, que o homem “moderno” vivia sob o primado da técnica, do materialismo e das massas e que estes seriam os responsáveis pela propagação de uma esterilidade espiritual, de uma desoladora uniformidade e de uma, cada vez mais ampla, identificação entre política, guerra e economia. Mas onde Spengler via triunfar as tendências de um processo funesto que conduziria ao fenecimento da civilização ocidental de então, Huizinga via atuar “o destino incalculável do indivíduo” que *podia* ou *não* ocasionar a ruína do mundo através de suas *escolhas* (HUIZINGA 1934, p. 63). Foi animado pela idéia de que o processo de decadência não era uma *necessidade histórica* que Huizinga publicou, em 1935, o livro *Nas sombras do amanhã*. Como um “diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo”, este livro surgia como uma oportunidade de reflexão sobre a dimensão real dos danos causados à cultura, bem como para desmistificar mentiras elevadas à condição de verdades históricas, para fornecer uma compreensão sobre quais seriam os requisitos essenciais para haver cultura; e, o mais importante, como oportunidade para descobrir um caminho que de um “mundo dementado” levaria à catarse e à regeneração da civilização ocidental.

Sem enredar-se nas tramas do determinismo histórico, Huizinga via o seu próprio tempo como um tempo em aberto, em que se vivia o parto de algo novo, sentiam-se as dores, mas não se podia ainda prever qual seria o seu rebento, o que era verdadeiramente novo e o que estava destinado a triunfar. Toda época tem seu componente de novidade, de imprevisibilidade. Seu livro, portanto, não tinha nenhuma pretensão em apresentar um prognóstico sobre o futuro da civilização. Antes, tinha um caráter admoestador: “se queremos preservar a cultura é preciso continuar a criá-la” (HUIZINGA 1944, p. 28). Colocando o homem e sua ação no mundo como epicentro da história e evidenciando o caráter dinâmico e imprevisível da cultura, Huizinga via diante de si não a fatal realização da profecia de Spengler, mas a esperança de que a obra deveria e poderia continuar. E essa era, para Huizinga, uma *escolha ética* que

cabia aos próprios homens.

Esta herança secular chamada civilização ocidental foi-nos confiada para a transmitirmos às futuras gerações, preservada, protegida, se for possível, enriquecida e melhorada; empobrecida se assim tiver de ser; em qualquer dos casos tão pura quanto nos é possível conservá-la. A fé no trabalho, a crença na possibilidade de salvação e a coragem para a conseguirmos, ninguém nos poderá privar de tudo isso. Pouco importa quem irá colher os frutos dos nossos suores. (...) A obra continua (HUIZINGA 1944, p. 199).

Se no plano das discussões morais sobre a “decadência do Ocidente” Huizinga apontava para a rejeição do determinismo e da compreensão da história como destino inelutável a se cumprir a despeito da vontade dos indivíduos, no campo do saber histórico essa tomada de posição representou uma recusa da concepção orgânica dos fenômenos históricos e do excesso de dogmatismo. Desse modo, a morfologia de Huizinga parecia querer afirmar, no campo metodológico, aquilo ele havia proposto em relação ao seu próprio tempo, ou seja, que a história era o espaço da ação do indivíduo, um espaço em aberto onde ficava excluída qualquer tentativa de previsão e/ou determinação. Como alternativa ao modelo spengliano, Huizinga oferecia uma morfologia mais indeterminada e mais aberta, por certo; mas dotada de grande sentido para o presente no qual o conhecimento histórico deveria funcionar como a forma espiritual por meio da qual uma cultura presta contas de seu passado (HUIZINGA 1992, p. 95). Com seu caráter de uma *compreensão*, de um *entendimento* da coerência, uma *representação* dos feitos particulares, o conhecimento histórico ficava, segundo Huizinga, “encerrado sempre dentro da concepção de mundo e do juízo humano” (HUIZINGA 1934, p. 25), sendo, na maioria dos casos, construções intelectuais que se constituem como reflexos de nós mesmos como cultura.

Como saber sempre potencial que tinha como função ser o “órgão” da Cultura por meio do qual esta se tornava consciente do sentido de seu passado à luz do presente, o conhecimento histórico respondia, portanto, simultaneamente a uma necessidade de vida e a uma necessidade de estudo. Era ao mesmo tempo *mais* e *menos* que ciência. Por ser “de todas as ciências, a que mais se aproxima da vida” (HUIZINGA 1934, p. 9), a História compartilhava com esta última, inevitavelmente, a complexidade de seus objetos e a fluidez de suas certezas. Nessa relação indestrutível com a vida residia para a História sua debilidade e sua força. Se, por um lado, essa relação tornava variáveis as suas formas e vacilantes as suas verdades, por outro, era ela que garantiria a sua universalidade, gravidade e importância. A História parecia, às vezes, ser menos-que-ciência já que existiam limites estreitos à pureza rigorosamente intelectual de seus conhecimentos. Mas, ao mesmo tempo, ela era mais-que-ciência por responder a necessidades que transcendiam a esfera da curiosidade intelectual e diziam respeito à aspiração de uma cultura de adentrar pelo passado, em busca de si mesma. “É a relação com a vida o que lhe dá seu grande valor para a vida” (HUIZINGA 1934, p. 9).

Se a História, como atividade do espírito, consistia em dar forma ao passado, Huizinga afirmava que, como produto, ela também era uma forma (HUIZINGA 1992, p. 92). Era uma forma espiritual para compreender o mundo como era também a filosofia, a literatura, o direito, as ciências naturais. Mas a História se distinguia dessas outras formas pelo fato de que se projetava para o passado e somente para ele. Contudo, não para prever o porvir ou por sua “utilidade” em ensinar algo, mas apenas pelo desejo autêntico de se conectar com o que uma vez aconteceu, mesmo tendo consciência da pobreza dos meios de que dispõe para isso. O importante, ao fim e ao cabo, era o anseio de buscar uma visão do passado e, através dele, “o mundo e a vida mesma, em sua significação eterna, seu impulso eterno e seu repouso eterno” (HUIZINGA 1934, p. 81). Huizinga afirmava que esse mesmo argumento estava presente também na famosa frase do historiador suíço Jacob Burckhardt sobre a função da História, em que este dava um novo sentido para a antiga tópica “história mestra da vida”:

O que, antigamente, foi fonte de júbilo e de lamento deve agora tornar-se fonte de reconhecimento, como sucede na vida individual. Dessa maneira, a frase *Historia vitae magistra* assume um significado ao mesmo tempo mais elevado e mais limitado. Por meio da experiência queremos tornar-nos não só prudentes (caso aconteça de novo a mesma coisa) como também sábios (para sempre) (BURCKHARDT *apud* HUIZINGA 1934, p. 89).

## 251

Concebida dessa forma, toda História era, para Huizinga, pragmática, pois expressava um sentido, dava entendimento, isto é, ensinava. Não que servisse ao presente como um arsenal de exemplos e ensinamentos, como na tópica antiga. Já não era a musa Clio travestida como mestre de escola que repartia lições, concedia prêmios e que a tudo explicava com uma advertência moral que Huizinga tinha diante dos olhos. Via-a, antes, “recolher silenciosa e séria as flores do prado de asfódelos no país das sombras” (HUIZINGA 1934, p. 82). Tal imagem, fortemente sugestiva, representava essa musa realizando sua relevante e eterna tarefa de lembrar os mortos. A própria simbologia dos Asfódelos – flores das ruínas e dos cemitérios, que na mitologia grega recobrem os campos de Hades, o mundo dos mortos – nos apontava para o que Huizinga vai chamar de “uma orientação para a morte” que é inerente ao trabalho de Clio. Ela lida com mortos, com um passado que apenas deixa rastros e pistas, mas que não retorna nunca em seu vivo e complexo drama. O seu trabalho, então, tinha uma dimensão sutil e poética: era o trabalho da lembrança, de recolher dos prados de Hades os asfódelos que subjazem sobre as ruínas do passado e dar-lhes a forma de uma narrativa da memória. Se nesta imagem Clio estava séria e silenciosa parecia ser porque tinha consciência de que somente essa tarefa de colher as flores desse campo de lembranças poderia dar ao passado novamente o sopro da vida, fazendo-o compor a memória de um caminhar conjunto e dar à morte um sentido que lhe transcende.

Compreender o mundo *no* e *pelo* passado, esta era a ocupação da História para Huizinga. Não para auferir os conhecimentos do presente mediante os do

passado nem para revelar uma lição útil para um caso determinado no futuro mais próximo; mas, sim, para conquistar um ponto de vista seguro na vida, para buscar sentido para a nossa própria existência (HUIZINGA 1934, p. 90). O importante para a História era a distância, a perspectiva. No passado não somente se buscava o idêntico que respondesse às nossas próprias expectativas no presente, mas também o contraste, o totalmente estranho. “Precisamente da tensão que se produz entre dois pólos tão distantes nasce a inteligência da História” (HUIZINGA 1934, p. 90). A exterioridade que a História garantia ao homem, de ver-se para além de sua existência temporal e transitória, tinha então uma dimensão contemplativa na qual estava presente um fator estético – como nos mostrou Huizinga na idéia de “sensação histórica” –, mas, sobretudo, um fator ético. Submergindo-se na história como forma de complacência no mundo e de absorção em sua contemplação, o homem poderia experimentar, segundo Huizinga, o que de melhor a História poderia proporcionar: uma forma de *liberdade espiritual* em que um olhar contemplativo para si e para o mundo lhe permitiria sair do círculo estreito de sua própria personalidade (ego) para experimentar a ligação “com o que sempre foi e o que sempre será” (HUIZINGA 1934, p. 78). Como algo vivo, o passado tornava-se um repertório de bens culturais que não era um objeto inerte, superado, mas parte do sujeito, uma vez que estabelecia com ele uma relação ontológica, dando-lhe a perspectiva de sua identidade e de sua historicidade.

Nesse sentido, o historiador deveria sentir-se portador de uma missão ética: a de conectar o homem e sua cultura ao passado. Não para fazer da História a norma e a verdade última da vida espiritual, mas, ao contrário, para curar do egocentrismo, da exagerada importância dada ao presente, para evitar que certas inverdades fossem alçadas ao valor de verdades históricas. E era quando tal compromisso entre o historiador e sua cultura se fundava que a sabedoria estética que a História podia oferecer ao homem convertia-se em sabedoria ética de uma vida superior. Haveria algo mais saudável – perguntava-se Huizinga – “do que contemplar a eterna imperfeição, a eterna aspiração, a limitação de toda faculdade humana, a dependência – até dos gênios e dos heróis – a um poder supremo?” (HUIZINGA 1934, p. 78). Poderíamos ainda completar, seguindo os argumentos de Huizinga: haveria algo melhor para o homem do que descobrir-se nesse “outro” que é o passado e, na vivência dessa alteridade, vislumbrar o que é comum no humano, igualmente transitório, igualmente permanente na “grande comédia do mundo”?

É na condição simultânea da História, de ser mais-que-ciência e menos-que-ciência, que podemos situar a idéia da morfologia do passado de Huizinga. Nesse sentido, a História como *morfologia* e, em particular, a investigação histórica deveria encaminhar-se na articulação entre a atividade empírica (crítica), uma intensa e extensa atividade de contemplação, um amor pelos pormenores que o passado oferece (antiquarismo), o anseio de conhecer o passado enquanto “totalidade” significativa (síntese) e a inseparabilidade entre sujeito e objeto. Nessa relação estabelecida entre sujeito e objeto, entre o historiador e



o passado – dada na morfologia sob a égide de uma “razão plástica” em que a relação sujeito-objeto dava-se no movimento de tensão entre ação e passividade, em que o sujeito do conhecimento era “formado” pelo seu objeto, ao mesmo tempo, em que este sofria a ação significadora do sujeito – atuava, segundo Huizinga, uma profusão de sentimentos muito além das aspirações puramente científicas. Era, ao invés, “um amor ao passado, um afã de ver ressurgir velhas coisas mortas com o brilho de vida ardente” (HUIZINGA 1934, p. 66). Deste modo, a História mesma e a consciência histórica (que motivava as perguntas a serem feitas ao passado) “se convertem em parte integrante da cultura, [onde] sujeito e objeto se reconhecem em sua mútua condicionalidade” (HUIZINGA 1992, p. 97).

### **Bibliografia**

ANKERSMIT, Frank. Huizinga on Historical Experience. In: **Sublime Historical Experience**. Stanford: Stanford University Press, 2005. p.109-139.

ANCHOR, Robert. History and Play: Johan Huizinga and his critics. **History and Theory**, vol. 17, p. 63-93, February, 1978.

ARAÚJO, Valdei Lopes. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, vol. 22, n. 36, p. 314-328, Jul/Dez 2006.

BOER, Wietse. Prefazione. In: HUIZINGA, Johan. **Le immagini della storia**. Torino: Giulio Einaudi editore, p. XIII-XLV, 1993.

CANTIMORI, Delio. Johan Huizinga. In: **Los historiadores y la historia**. Edições Península, 1985, p. 221-238.

HUIZINGA, Johan. Desarrollo de la Ciencia Histórica desde comienzos del siglo XIX. In: **Sobre el estado actual de la Ciencia Histórica: cuatro conferencias**. Tucuman: Ed. Cervantes, 1934. p. 7-25.

\_\_\_\_\_. En torno a la definición del concepto de Historia”. In: **El concepto de la historia y otros ensayos**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 87-97.

\_\_\_\_\_. El elemento estético de las representaciones históricas. **Prismas**, Revista de História Intelectual, n. 9, p. 91-107, 2005.

\_\_\_\_\_. Il compito della storia della cultura. In: **Le immagini della storia: scritti 1905-1941**. Turin: Giulio Einaudi Editore, 1993. p. 33-99.

\_\_\_\_\_. La idea histórica. In: **Sobre el estado actual de la Ciencia Histórica: cuatro conferencias**. Tucuman: Ed. Cervantes, 1934. p. 51-70.

\_\_\_\_\_. My path to History. In: **Dutch Civilization in the Seventeenth Century and other essays**. Londres: Collins, 1968. p. 244-276.

\_\_\_\_\_. **Nas sombras do amanhã**: um diagnóstico da enfermidade espiritual de



nosso tempo. Coimbra: Armenio Armada, 1944.

\_\_\_\_. Two Wrestlers with the Angel. In: **Dutch Civilization in the Seventeenth Century and other essays**. Londres: Collins, 1968. p. 158-218.

\_\_\_\_. Valor de la Historia para la cultura actual. In: **Sobre el estado actual de la Ciencia Histórica: cuatro conferencias**. Tucuman: Ed. Cervantes, 1934. p. 73-91.

KENNEDY, J.C. The Autumns of Johan Huizinga. **Studies in Medievalism**, Cambridge: Boydell & Brewer Inc., vol. IX, p. 209-217, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p. 67-178.

RUNIA, Eelco. Spots of Time. **History and Theory**, n. 45, p. 305-316, Oct. 2006.

SHAW, David Gary. Huizinga's Timeliness. **History and Theory**. vol. 37, n. 2, p. 245-258, 1998.

VALÉRY, Paul. **Regards sur le monde actuel**. Paris: Gallimard, 1945.

# O ofício de historiador: entre a ‘ciência histórica’ e a ‘arte narrativa’\*

The Historian’s work: between the ‘historical science’ and ‘narrative art’

**Diogo da Silva Roiz**

Professor Adjunto

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

diogosr@yahoo.com.br

Rua Tibagi, 404, Ed. Aruanã, apto 100 - Centro

Curitiba - PR

80060-110

Brasil

---

## Resumo

O principal objetivo deste texto é investigar os debates sobre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, e os contornos que tiveram entre a História e a Teoria Literária. Procura-se demonstrar como esses questionamentos — de os estudos históricos estarem entre a ‘ciência’ e a ‘arte’ — contribuíram para que fossem repensadas as ‘teorias’ na pesquisa histórica, a partir da década de 1970.

255

## Palavras-chave

História narrativa; História problema; História científica.

## Abstract

The main objective of this text is to partially inquire the debates between History and Literary Theory. It demonstrates how those questions — concerning the historical studies to be between ‘sciences’ and ‘arts’ — has contributed to rethink the historical ‘theories’ since the 1970 decade.

## Keyword

Narrative history; Problem history; Scientific history.

---

Enviado em: 12/06/2009

Aprovado em: 22/07/2009

---

\* A primeira versão desta pesquisa foi apresentada como trabalho de conclusão da disciplina: *Seminário de Tese em Cultura e Poder I*, ministrada pelo Prof. Dr. Renato Lopes Leite, no curso de doutorado em História da UFPR, a quem agradeço pelos comentários, críticas e sugestões de leitura.

## Introdução

O que muitos historiadores franceses e ingleses definiram como a passagem da 'história-narrativa' para a 'história-problema', nas primeiras décadas do século XX, e da 'história-problema' para uma volta a (uma 'nova') 'história-narrativa', entre as décadas de 1960 e 1970 (FURET 1982, 1985; STONE 1991a, p. 13-37; 1991b, p. 217-18; 1992, p. 187-94; HOBBSAWM 1991, p. 39-46, 1998, p. 83-105; BURKE 1992, p. 7-37, p. 327-48; REVEL 2009), constituiria uma mudança profunda no conhecimento histórico, e que se desdobraria também pelas Ciências Humanas e Sociais, configurando novas investigações, problemas e interpretações, mesmo que de forma peculiar (MUNSLOW 2009). Foi somente a partir da década de 1990, que os historiadores começaram a dar maior atenção a essa questão, como indica o texto de Peter Burke (1992, p. 327-48), e a reação de Stone entre 1991 e 1992 (1991b, p. 217-18; 1992, p. 187-94). Nesse sentido, inquirir parte destes debates, e os contornos que tiveram entre a História e a Teoria Literária, será o principal objetivo deste texto, ao procurar demonstrar como esses questionamentos (de os estudos históricos estarem entre a 'ciência' e a 'arte') contribuiriam diretamente para que fossem repensadas as 'teorias' na pesquisa histórica, a partir da década de 1970 (ROIZ 2009).

### ***O problema da 'ciência' e a reconsideração da 'arte narrativa': a avaliação de Roland Barthes e Hayden White***

256

Todas as coisas que duram muito tempo de tal modo se impregnam aos poucos de razão que a origem que tiram da desrazão se torna inverossímil. A história exata de uma origem não é quase sempre sentida como paradoxal e sacrílega? O bom historiador não está, no fundo, incessantemente em *contradição* com seu meio? (NIETZSCHE 2008a, p. 21)

A análise de Friedrich Nietzsche (1844-1900), em seu livro *Aurora* (que foi originalmente publicado em 1881), sobre a questão das 'origens', das 'atitudes morais' e 'culturais' na religião e entre a sociedade, e quanto ao papel do historiador em descrever tais panoramas, não estaria em desacordo com a sua crítica à historiografia oitocentista, que foi primeiramente exposta em seu texto *Sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*, em 1874 (2005a, p. 67-178), no qual demonstraria seu desacordo com o Historicismo e a Filosofia da História, principalmente, a de Hegel (1770-1831).<sup>1</sup> A partir de seu livro *Aurora*, Nietzsche demonstraria a preocupação por questões, que havia

<sup>1</sup> Para maior detalhamento da questão, ver a apresentação de Noéli Sobrinho em: NIETZSCHE 2005a, p. 7-58.

iniciado uma análise na década de 1870, mas que só se debruçaria mais detidamente na década seguinte, tanto em *Além do bem e do mal* (de 1886), quanto em *A genealogia da moral* (de 1887). Já em *Aurora*, o autor observava que:

Homens vaidosos valorizam mais um fragmento do passado, a partir do momento que conseguem revivê-lo em si próprios (sobretudo quando isso é difícil); querem mesmo, se possível, despertá-lo de entre os mortos. Como os vaidosos são sempre inúmeros, o perigo dos estudos históricos, quando uma época inteira a eles se dedica, efetivamente não é pequeno: demasiada energia é desperdiçada em todo tipo de ressurreição dos mortos. Talvez se possa compreender melhor, desse ponto de vista, todo o movimento do Romantismo (2008b, p. 118-19).

257

Em *Além do bem e do mal*, o autor prolongaria sua interpretação sobre a constituição dos 'princípios morais' como uma forma de 'dominação' pela 'vontade de poder', em que a 'verdade' se tornaria um alicerce fundamental para tal assertiva, seja na religião ou na filosofia. O modo como a religião e a metafísica utilizavam-se da verdade, quase que como uma 'crença', na 'oposição de valores', em que 'bem' e 'mal' se equilibravam num 'código de conduta' a ser aplicado aos homens e as sociedades, ficaria ainda mais bem exposto em *A genealogia da moral*, no qual o termo 'genealogia' sintetizava o método, amplamente enraizado na filologia, de rastreamento da 'origem' e de análise das mudanças semânticas das palavras (e dos conceitos) no tempo, e as suas formas de 'utilização', para fins de 'dominação' pela 'vontade de poder'. Para ele: "A verdade é precisamente o oposto do que se afirma: a ciência hoje [em 1886] não tem absolutamente *nenhuma* fé em si, e tão pouco um *ideal* acima de si – e onde é ainda paixão, amor, ardor, *sofrer*, não é o oposto desse ideal ascético, mas antes *a sua forma mais recente e mais nobre*" (2006, p. 136). Mas não se deve aqui perder de vista que a 'genealogia', para o autor, não era o estudo das 'origens', pura e simplesmente, mas sim uma crítica a elas. Para François Dosse, "Nietzsche apresenta-se assim, em pleno século historicista, como o partidário radical de uma dissolução da categoria do novo, como o pensador do fim da história" (2007, p. 464). Pode-se bem verificar isso, quando o autor expôs sua crítica aos modelos de escrita da história praticados naquela época, em que "despede a história e exonera a dialética da razão" (Idem, p. 461), além de denunciar "o caráter brutal e violento que a filosofia do Iluminismo revelou, com seu desfecho na Revolução Francesa" (Idem, p. 462). Em seus aforismos póstumos, reunidos sob o título de *A vontade de poder* (2007), este retornaria a questão, destacando (no aforismo 481) que "não há fatos, mas sim interpretações". Talvez em função desta questão primordial, a que se debruçou em toda sua obra, tivesse sido tão contrário a ideia de que a pesquisa histórica poderia reconstituir 'o que realmente havia acontecido', mas apenas apresentar 'representações' sobre o passado, e não 'o passado como tal' (BLACKBURN 2006, p. 127-74; MOSÉ 2005; FERNÁNDEZ-ARMESTO 2000).

De certo modo, impressiona a maneira com que este autor foi 'lido' e

'apropriado' na década de 1960, pelos filósofos franceses. Mas se observarmos como Terry Eagleton procurou demonstrar como Michel Foucault (1926-1984) e Jacques Derrida (1930-2004) se 'apropriaram' de Friedrich Nietzsche, ao pensarem que o mundo é inteiramente feito de 'diferenças', e "que temos que forjar identidades se quisermos sobreviver" (2005, p. 29), tal impressão não se apresentará de forma tão estranha. Primeiro, porque em ambos os casos houve uma crítica à organização da sociedade e suas estruturas políticas e culturais. Segundo, a crítica à pesquisa histórica, como modo adequado e 'científico' de reconstituir o passado 'tal qual havia sido' impôs, em ambos os períodos, reflexões sobre a própria possibilidade (e utilidade) do conhecimento histórico ser adequadamente produzido. Terceiro, se no primeiro caso a base da contestação de Nietzsche estava sobre os alicerces que fundavam a religião e a filosofia em sua época, no caso dos filósofos franceses dos anos 60, esta base se encontrava na maneira com que alguns segmentos da sociedade se utilizavam ainda destes fundamentos para excluir, diferenciar, julgar e alicerçar suas críticas aos grupos que acreditavam manter 'atitudes' tidas como 'anormais' e fora das 'regras de conduta'. Quarto, também em ambos os casos, houve uma crítica contundente à modernidade e à razão, ao progresso e ao sentido dos processos históricos, muito embora não fossem dadas nem alternativas, nem elaborados 'novos' projetos de 'transformação social', ficando aí marcado como um discurso 'irracionalista' (ou 'niilista', como alguns preferiram). Por fim, mas não menos importante, em ambos os momentos houve uma busca por novos 'temas', para melhor identificar o que 'era' e 'é' o 'Outro' (FERRY; RENAUT 1988; EAGLETON 1997; REIS 2006).

258

No caso de Michel Foucault, tais apontamentos alicerçaram algumas de suas indagações, em parte inspiradas nas suas leituras da obra de Nietzsche (MUNSLOW 2009, p. 163-86). Para ele, a 'genealogia' não se oporia a (algumas formas de) história, mas "ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias", sendo contrária diretamente à pesquisa sobre as 'origens'.

De fato, o que Nietzsche não parou de criticar desde a segunda das *Considerações Extemporâneas* é esta forma histórica que reintroduz (e supõe sempre) o ponto de vista supra-histórico: uma história que teria por função recolher em uma totalidade bem fechada sobre si mesma a diversidade, enfim reduzida, do tempo; uma história que nos permitiria nos reconhecermos em toda parte e dar a todos os deslocamentos passados a forma da reconciliação; uma história que lançaria sobre o que está atrás dela um olhar de fim de mundo. Essa história dos historiadores constrói um ponto de apoio fora do tempo; ela pretende tudo julgar segundo uma objetividade apocalíptica; mas é que ela supõe uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência sempre idêntica a si mesma (2005, p. 26).

Por isso mesmo, Nietzsche atribuía, segundo o autor, significativa importância a "história 'efetiva' [ao fazer ressurgir] o acontecimento no que ele tem de único e agudo", no jogo complexo de suas determinações, em oposição

à 'história tradicional', que o congelava nas descrições dos 'eventos', pura e simplesmente, deixando de caracterizar seu processo de produção. Nesse sentido, a "história tem mais a fazer do que ser serva da filosofia e do que narrar o nascimento necessário da verdade e do valor; ela tem que ser o conhecimento diferencial das energias e desfalecimentos, das alturas e desmoronamentos, dos venenos e contravenenos", porque ela "tem que ser a ciência dos remédios" (2005, p. 30). Com isso:

Em certo sentido a genealogia retorna às três modalidades da história que Nietzsche reconhecia em 1874. Retorna a elas, superando objeções que ele lhes fazia então em nome da vida, de seu poder de afirmar e criar. Mas retorna a elas, metamorfoseando-as: a veneração dos monumentos torna-se paródia; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática; a crítica das injustiças do passado pela verdade que o homem detém hoje torna-se destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber (2005, p. 37).

Por essa via, Foucault acabou abordando mais detidamente as 'práticas discursivas', conformadas num jogo de poder e de especialização, em que a formação e a organização do conhecimento estava inserido, desde o século XVI (1997, 2002, 2007). Mas foi justamente com os desdobramentos 'severos', 'brutais' e até 'inesperados' dos anos 1960 (ARTIÈRES 2008, pp. 133-44), que marcariam diretamente a produção de Michel Foucault, na medida em que se apresentou a oportunidade de olhar e analisar temas e objetos, com abordagens inovadoras, que o autor relembra em 1977:

Posso dizer que certamente houve uma incapacidade que estava sem dúvida ligada a situação política em que nos achávamos. [...] Ninguém se preocupava com a forma com que ele [o poder] se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no 'outro', no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global [...]. Só se pôde começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado à margem do campo da análise política (2005, p. 6).

Como o exercício do poder estava em todo lugar, e ao mesmo tempo em lugar algum (definido e centrado, pura e unicamente), destacar os mecanismos de seu funcionamento era fundamental para se entender não apenas seus alicerces, mas também as suas redes de organização e propagação pela sociedade, em suas instituições. Com isso, não apenas para esse autor, mas para quase todos os filósofos franceses dos anos 60, que debateram diretamente tais questões, foi primordial voltar-se criticamente para a herança do pensamento 'Iluminista', em que os alicerces comuns, por eles observados, estavam enraizados na obra de Kant (1724-1804) (FERRY; RENAUT 1988). Como destacou Pierre Bourdieu, na "ordem do pensamento, não existe, como lembrava Nietzsche, concepção imaculada" (2001, p. 12):



Estando privada de qualquer delegação temporal, a filosofia [de Kant] encontra-se portanto constringida a fazer da necessidade histórica uma virtude teórica: ao recusar o fundamento apoiado na razão social que sequer lhe foi concedido, ela pretende fundar-se a si mesma em razão (pura), ao preço de uma acrobacia teórica digna do barão de Münchhausen, e oferecer assim às demais faculdades o único fundamento válido a seus olhos, ou seja, ao ver da razão, o qual estaria dramaticamente ausente nas demais faculdades (2001, p. 55).

Em Foucault, a crítica se detém mais diretamente ao texto de Kant sobre 'O que é 'Esclarecimento'? – que foi sua resposta, publicada em 1784, ao questionamento oferecido pelo jornal *Berlinische Monatsschrift*, alguns meses antes, na qual Kant dirá que: "Esclarecimento (*Aufklärung*) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é o culpado. A menoridade é a incapacidade de [o homem] fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo" (KANT 2009, p. 63). Para Foucault, em seu texto *O que são as Luzes?* (2006, p. 335-351), a herança do Iluminismo, sintetizada no texto de Kant, chegaria ao século XX sem as mesmas qualidades explicativas, porque o progresso contínuo e o sentido histórico projetado numa perspectiva teleológica não subsistiriam mais 'intactas', após os contrastes 'bárbaros' das primeiras décadas daquele século, demonstrados pelas guerras e pelos conflitos sociais e culturais. Ao perceber o Iluminismo não como um período histórico estático, mas como uma herança em movimento, dinâmica, na qual a ideia de universalismo deveria ser repensada para se almejar uma 'ética' adequada àquelas transformações, Foucault relê o texto de Kant demonstrando sua crítica ao Iluminismo, ao mesmo tempo em que reavaliava a possibilidade de sua execução sob 'novas' bases. Com respeito a esses debates, além de Nietzsche, outro pensador, comum a maioria dos filósofos franceses dos anos 60, foi Martin Heidegger (1889-1976), que para François Dosse "terá separado radicalmente o Ser da realidade empírica, da mesma maneira que terá consumado o fim da história":

Se o estruturalismo se alimenta desse anti-historicismo, ele também encontra em Nietzsche e Heidegger uma crítica radical do humanismo que permite fazer desaparecer a figura do homem com um rosto de areia nos limites do mar. Reencontra-se, na origem, a fratura que Nietzsche inaugurou com a morte de Deus, a qual desestabiliza a ideia do domínio de um homem identificável, definível, no âmago da história. Nietzsche denuncia a divinização do homem, que tomou o lugar da religião na época do Iluminismo e prosseguiu no século XIX. [...] Essa crítica do humanismo é retomada e radicalizada por Heidegger (DOSSE 2007, v. 1, p. 466-67).

Diante do exposto, não seria desnecessário acrescentar que as discussões do período não estiveram limitadas apenas à discussão dessas questões e desses autores, como o próprio François Dosse (2007, 2v) mostrou em seu livro *História do estruturalismo*, ainda que fossem essenciais para muitos debates e obras produzidos no período. Se a observarmos na obra de Roland Barthes (1915-1980), veremos que seus desdobramentos foram peculiares (BARTHES 2004a, 2004b). Embora inserido neste contexto de debates, sua obra

voltou-se mais para a semiologia, o que não o impediu de formular, desde a década de 1950, críticas contundentes à escrita da história (DOSSE 2007, v. 1, p. 117-124). Primeiro, sobre a constituição das 'metáforas' na formulação dos discursos, em seu exame minucioso da obra de Jules Michelet (1798-1874), na qual "busquei apenas descrever uma unidade, e não explorar suas raízes na história ou na biografia" (1991, p. 9). Depois, em seu célebre ensaio *O discurso da história*, de 1967, no qual indagaria se: "a narrativa dos acontecimentos passados, submetida comumente, em nossa cultura, desde os gregos, à sanção da 'ciência' histórica, colocada sob a caução imperiosa do 'real', justificada por princípios de exposição 'racional', essa narração difere realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como se pode encontrar na epopéia, no romance, no drama?" (2004a, p. 163-64). De acordo com Paul Ricoeur, o 'discurso da história' "para Roland Barthes constitui o alvo privilegiado desse tipo de crítica desconfiada", e apoiando-se "na exclusão do referente no campo linguístico, o autor critica a história-narrativa por instalar a ilusão referencial no cerne da historiografia" (2007, p. 262). Por isso, para responder a tal indagação, Barthes se reportou à análise da obra de autores 'clássicos' como Heródoto, Maquiavel, Bousset e Michelet, concluindo que:

261

Por recusar assumir o real como significado [...], compreende-se que a história tenha chegado, no momento privilegiado em que tentou constituir-se em gênero, isto é, no século XIX, a ver na relação 'pura e simples' dos fatos a melhor prova desses fatos, e instituir a narração como significante privilegiado do real. [...] [mas] a estrutura narrativa, elaborada no cadinho das ficções (através dos mitos e das primeiras epopéias), torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade. Assim, compreende-se que o apagamento (se não o desaparecimento) da narração na ciência histórica atual, que procura falar das estruturas mais do que das cronologias, implica muito mais do que uma simples mudança de escola: uma verdadeira transformação ideológica; a narração histórica morre porque o signo da História é doravante menos o real do que o inteligível (2004a, p. 179-80).

A controvérsia sobre a credibilidade da pesquisa e da escrita da história, como parâmetros adequadamente consistentes, para expor a 'realidade' de outrora, com um discurso 'científico', por ser também entendido como 'verdadeiro', e manifestada tanto na Filosofia e nas Ciências Sociais, quanto na Teoria Literária, aqui resumido ao extremo, não se fixou apenas na historiografia francesa dos anos 60 e 70, que marcou o desgaste ininterrupto do 'estruturalismo' e o aparecimento do 'pós-estruturalismo', mas se prolongou justamente de onde as manifestações 'estudantis de maio de 1968', na França, tiveram forte inspiração: na 'contracultura' norte-americana dos anos 50 e 60.

Não é aqui necessário circunstanciar a importância da '*French Theory*' para a historiografia norte-americana produzida neste período, a partir de sua introdução subterrânea pela Filosofia e pela Teoria Literária, que a foi recebendo em seus congressos, revistas e traduções de obras. Como destacou François Cousset (2008), foi

a década de suas tentações contraculturais, de seu florescimento anárquico entre revistas alternativas e concertos de *rock*, mas também a década dos primeiros usos acadêmicos da teoria francesa, ainda que como instrumento de uma subversão totalmente discursiva da instituição universitária (2008, p. 59).

Em muitos pontos, esse debate foi resumido e prolongado pela obra de Hayden White, que nos anos 60 e 70 levou ao extremo a crítica às pretensões do conhecimento histórico poder se constituir 'cientificamente', já que este, ao contrário, estava mais próximo da 'arte' (MUNSLOW 2009, p. 187-215), justamente por se mostrar "fiel ao espírito da época e ao chamado *linguistic turn*, na medida em que essa imaginação é apreendida nas estruturas do discurso", dirá Paul Ricoeur (2007, p. 263). Para Hans Ulrich Gumbrecht:

Nos anos 60, Michel Foucault começou a usar o conceito de 'genealogia' de Nietzsche para sublinhar a tese de que as suas próprias reconstruções de sistemas discursivos do passado e suas transformações não pressupunham a existência de leis que governassem esta mudança e, portanto, não pretendiam ter qualquer função de prognóstico [...]. Quando Hayden White e outros começaram a problematizar a distinção tradicional entre os textos ficcionais (especialmente os romances) e a historiografia, eles o fizeram com base na observação de que a escrita dos historiadores era orientada não somente (e, talvez, não principalmente) por estruturas do mundo real, mas, numa larga medida, por problemas intrínsecos da organização e da composição discursivas, estilísticas e poéticas (1999, p. 462-63).

262

Nascido em 1928, Hayden White graduou-se pela universidade de Wayne em 1951, e fez o mestrado (1952) e o doutorado (1956) na universidade de Michigan.<sup>2</sup> Foi professor na cadeira de história da consciência na universidade da Califórnia, e é professor de literatura comparada na universidade de Stanford. Embora seja amplamente reconhecida a importância de seu trabalho *Meta-história* (de 1973), no qual estudou a imaginação histórica europeia do século XIX (MEDEIROS 2006), por meio da interpretação das 'urdiduras de enredo', consignadas na obra de historiadores (como Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt) e de 'filósofos da história' (como Hegel, Marx, Nietzsche e Croce), e conformada num quadro 'tropológico', em que circunstanciará a 'estrutura verbal' de cada uma (WHITE 1995), deteremo-nos aqui em três artigos, em que o autor expõe mais detidamente suas críticas à escrita da história. De *O fardo da história* (1966) a *O texto histórico como artefato literário* (1974), até *A questão da narrativa na teoria contemporânea da história* (de 1984), houve uma verdadeira reviravolta sobre as próprias análises de White a respeito da história e de sua escrita. O primeiro e o último texto apareceram na revista *History and Theory*, que foi fundada no início da década de 1960, e concentrou um importante volume de textos, de filósofos e críticos literários, sobre essa

<sup>2</sup> Durante este período o autor debruçou-se sobre a obra de B. Croce e de G. Vico. Suas pesquisas se concentravam sobre a Idade Média, sua produção literária e filosófica. Para uma maior sistematização sobre a produção do autor, ver: GINZBURG 2007; MEDEIROS 2006.

questão, mas que não nos deteremos aqui.<sup>3</sup>

Em *O fardo da história*, White dirá que sendo a história “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”, ela teria se utilizado, desde o século XIX, de uma ‘tática fabiana’ para responder às críticas que então lhe eram efetuadas tanto por ‘cientistas sociais’, quanto por ‘literatos’. Em ambos os casos, os historiadores contornavam a questão, ora ressaltando que “a história jamais reivindicou o *status* de ciência pura, que ela depende tanto dos métodos intuitivos quanto analíticos e que os juízos históricos não deveriam, portanto, ser avaliados a partir de modelos críticos que só podem ser aplicados com propriedade às disciplinas matemáticas e experimentais” (WHITE 1994, p. 39), ora destacando uma volta à “concepção de que a história é, afinal de contas, uma semiciência, de que os dados históricos não se prestam à ‘livre’ manipulação artística e de que a forma das suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica” (*Idem*). Com isso, o autor destaca que os historiadores, desde àquele período, não se deram conta das inovações que marcariam tanto a ciência, quanto a literatura, e a escritura da história então praticada foi, cada vez mais, tornando-se enfadonha e frágil. Ao demarcar os avanços da literatura e da ciência, a partir do século XIX, e demonstrar as críticas que eram efetuadas à escrita da história por Nietzsche e pela crítica literária, este dirá que:

263

O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino. Se, como disse Nietzsche, ‘temos a arte para não precisar morrer pela verdade’, temos também a verdade para escapar à sedução de um mundo que não passa de uma criação de nossos anseios. A história é capaz de prover uma base em que possamos buscar aquela ‘transparência impossível’ que Camus exige para a humanidade ensandecida da nossa época. Só uma consciência histórica pura pode de fato desafiar o mundo a cada segundo, pois somente a história serve de mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveria ser, exercendo um efeito verdadeiramente humanizador. Mas a história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação da qual procede e ao qual retorna. E, enquanto se recusa a usar os olhos que *tanto* a arte moderna *quanto* a ciência moderna lhe podem dar, ela haverá de permanecer cega – cidadã de um mundo em que ‘as pálidas sombras da memória em vão se debatem com a vida e com a liberdade do tempo presente’ (1994, p. 63).

Quase dez anos depois, em *O texto histórico como artefato literário*, White indicaria de modo ainda mais direto, que as ‘narrativas históricas’ manifestamente são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes na ciência” (1994, p. 98). Por isso mesmo, para ele:

<sup>3</sup> Para um detalhamento dessa questão, e a maneira como o tema foi tratado na *American Historical Review* nos anos 80, ver: VASCONCELOS 2005.

[...] a história enquanto disciplina vai mal atualmente [1974] porque perdeu de vista as suas origens na imaginação literária. No empenho de *parecer* científica e objetiva, ela reprimiu e negou a si própria sua maior fonte de vigor e renovação. Ao fazer a historiografia recuar uma vez mais até à sua íntima conexão com a sua base literária, não devemos estar apenas nos resguardando contra distorções *simplesmente* ideológicas; devemos fazê-lo no intuito de chegar àquela 'teoria' da história sem a qual não se pode de maneira alguma considerá-la 'disciplina' (1994, p. 116).

Em seu ensaio: *A questão da narrativa na teoria contemporânea da história*, escrito no início dos anos 80, o autor indicará que "é precisamente porque a narrativa é um modo de representação tão natural à consciência humana, está tão integrada à fala cotidiana e ao discurso comum, que o seu uso em qualquer campo de estudo que aspire à condição de ciência deve ser questionado" (1991a, p. 47), e, por isso, "para muitos que desejariam transformar os estudos históricos em ciência, o uso continuado por historiadores do modo narrativo de representação é um indício de falha tanto metodológica quanto teórica" (p. 48), o que não quer dizer, contudo, que a narrativa deva ser descartada como forma de exposição de dados, no campo dos estudos históricos. Para ele, o que "distingue os relatos 'históricos' dos 'ficcionais' são sobretudo os seus *conteúdos*, mais do que a sua *forma*" de apresentá-los, pois, o "conteúdo dos relatos históricos são acontecimentos reais, coisas que realmente ocorreram, e não acontecimentos imaginários, inventados pelo narrador" (1991a, p. 49). Descoberto na pesquisa histórica, mais que construído imaginativamente, pela forma expositiva dos dados na escrita. De acordo com ele, nas últimas décadas, as discussões sobre a narrativa estiveram centradas em quatro posições interpretativas:

[...] a primeira, representada por certos filósofos analíticos anglo-americanos [...] que procuram estabelecer o estatuto epistêmico da narratividade, considerada como um *tipo de explicação* especialmente apropriada para a explicação dos acontecimentos e processos históricos [...]. A segunda, a de certos historiadores orientados para as ciências sociais, entre os quais podem ser considerados exemplares os membros do grupo francês dos *Annales* [...] [que] considera a historiografia narrativa como uma *estratégia representacional* não científica e mesmo *ideológica*, cuja extirpação era necessária para a transformação dos estudos históricos em ciência genuína. A terceira, a de certos teóricos da literatura e filósofos 'semiologicamente orientados' [...], os quais estudam a narrativa em todas as suas manifestações e encaram-na simplesmente como um 'código' discursivo entre outros, que poderia ou não ser adequado para a representação da 'realidade', dependendo apenas do objetivo *pragmático* que aquele que fala tem em vista ao proferir o discurso. E, finalmente, a de certos filósofos orientados para a hermenêutica, como Gadamer e Ricoeur, que encaravam a narrativa como a *manifestação no discurso* de um tipo específico de consciência ou estrutura temporal (1991a, p. 55-56).

Ao lado destas posições, o autor acrescenta uma quinta, em que "vêm a narrativa como um modo respeitável de 'fazer história' [...] ou de praticá-la", mas este grupo não representaria uma posição teórica como os outros, e "sim



encarna uma atitude tradicional de ecletismo em termos de estudos históricos”, na qual a teoria seria mesmo um empecilho a prática adequada da investigação histórica “concebida como *empírica*”. Alonga-se em debater cada uma das posições, detendo-se na obra de Paul Ricoeur por colocar a discussão sobre a narrativa em novos patamares. Reconsidera tanto as interpretações de Nietzsche, quanto a de Roland Barthes, que havia se apoiado e elogiado nos ensaios anteriores, apesar de continuar acreditando que “todas as discussões teóricas sobre historiografia se vêem enredadas na ambiguidade contida na noção de ‘história’”, que não deriva “do fato de que o termo ‘história’ refere-se tanto a um objeto de estudo quanto a um relato sobre esse objeto, mas do fato de que o próprio objeto de estudo pode ser concebido apenas com base em um equívoco”, que estaria contido “na noção de um passado *humano* geral que se divide em duas partes, uma supostamente ‘histórica’, a outra ‘não-histórica’” (1991a, p. 86). Portanto:

O fato de que a narrativa é o modo de discurso comum tanto às culturas ‘históricas’ quanto às ‘não-históricas’ e de que ela predomina tanto no discurso mítico quanto no ficcional torna-a suspeita enquanto maneira de falar sobre eventos ‘reais’. A maneira de falar não-narrativa comum às ciências físicas parece mais apropriada para a representação de eventos ‘reais’. Porém, aqui a noção do que constitui um evento ‘real’ desloca-se não para a distinção entre ‘verdadeiro’ e ‘falso’ (que é uma distinção que pertence à ordem dos discursos, não à ordem dos eventos), mas para a distinção entre ‘real’ e ‘imaginário’ (que pertence tanto à ordem dos eventos quanto à ordem dos discursos). Pode-se produzir um discurso imaginário sobre acontecimentos reais que pode não ser menos ‘verdadeiro’ só por ser ‘imaginário’. Tudo depende de como se interpreta a função da faculdade da imaginação na natureza humana (1991a, p. 89).

265

A essa questão, ele acrescentaria, com um ensaio do início dos anos 90 (*Teoria literária e escrita da história*), que “a relevância da moderna teoria literária para a nossa compreensão das questões que estão sendo debatidas entre os teóricos do pensamento, da pesquisa e da escrita da história [...] [está em] que a moderna teoria literária tem necessariamente de ser uma teoria da história, da consciência histórica, do discurso histórico e da escrita da história”, além de sob muitos aspectos ser “elaborada a partir da necessidade de dar sentido ao modernismo literário, determinando sua especificidade histórica e sua significação como movimento cultural, e inventando uma prática crítica adequada a seu objeto de estudo” (1991b, p. 48).

Diante dessas questões, tão bem formuladas pela filosofia e pela teoria literária dos anos 60 e 70, como foi pensado o ‘ofício dos historiadores’ e a questão da ‘narrativa histórica’?

### ***Uma reconciliação possível: ‘arte narrativa’ e ‘ciência histórica’ em Peter Gay***

“O estilo é a *arte* da *ciência* do historiador” (GAY, 1990, p. 196, grifo meu)



Na década de 1970, o historiador Peter Gay não deixou de lado essas questões, mas seu caminho seguiu um rumo também peculiar. Em suas obras: *O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt* (1974), *Arte e ação: as causas na história – Manet, Gropius, Mondrian* (1976) e *Freud para historiadores* (1985), além de 'pagar seu tributo à historiografia', com uma trilogia não planejada, o autor também revisou o campo dos estudos históricos, ao propor articular novamente 'arte' e 'ciência' na escrita da história, em uma abordagem inovadora no estudo da 'história social das ideias', em que procurou utilizar as contribuições da psicologia (em especial, da psicanálise), para entender os homens e as sociedades do passado. Ao nascer em 1923, na Alemanha, viveu com a família as circunstâncias que tornaram possível a ascensão do nazismo, vindo, entre o final dos anos 30 e início dos anos 40, a se refugiarem primeiro em Cuba, e, depois, nos Estados Unidos. Neste país estudou na universidade de Denver, e depois na de Columbia, onde fez seus estudos de pós-graduação, concluindo seu PhD (doutoramento) em 1951 (GAY 1998). Desde os anos 50 demonstrou grande interesse pela 'história intelectual', ao pesquisar a obra de Voltaire, o Iluminismo francês e seus desdobramentos, principalmente, nos Estados Unidos. Nos anos 60, além de estudar a cultura de Weimar (GAY 1978), interessa-se também pela obra de Sigmund Freud (1856-1939), que marcará profundamente o autor nas décadas seguintes, ao tentar aplicar os métodos da psicologia (e da psicanálise) na pesquisa histórica (GAY 1989a, 1989b).

266

Seu maior empreendimento, nesse sentido, foi seu estudo sobre a 'Era Vitoriana', publicado, em vários volumes, entre os anos 80 e 90. Contudo, interessa-nos aqui seus estudos sobre o 'método' e a 'escrita da história'. Ao publicar, em 1974, *O estilo na história*, ele não destacava especial apreço, ou atenção, sobre as discussões a respeito da 'virada linguística', proporcionada pela recepção do 'estruturalismo' e do 'pós-estruturalismo' francês nos Estados Unidos. Como ele próprio indica no livro, destinava maior consideração aos trabalhos de Friedrich Nietzsche (1844-1900), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Claude Lévi-Strauss (1908- ) e Erich Auerbach (1892-1957). Principalmente o último, que o marcou profundamente, ao ler seu livro *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, de 1946 (2007). Ainda assim, ao tratar da composição do 'estilo' na obra de cinco historiadores: Edward Gibbon (1737-1794), Leopold von Ranke (1795-1886), Thomas Macaulay (1800-1859), Jacob Burckhardt (1818-1897) e Theodor Mommsen (1817-1903), discutido na conclusão do livro, acentuaria de modo sutil sua crítica a Roland Barthes. Primeiro, por que o 'estilo' não se encontrava apenas no campo da escrita, mas na sua interação com o escritor, sua época e seu meio. Segundo, por que as 'metáforas' que lhe seriam inerentes não inviabilizavam a representação da 'realidade', antes a destacaria com maior sensibilidade e profundidade.

Isso porque, ao ser 'o próprio homem', como o definiu Buffon, o 'estilo' demarcaria a 'matéria', a 'retórica', a 'maneira' e as 'estratégias' da escrita, mas

ao ser também mais do que ele, o 'estilo' "nem sempre é o homem, decerto não o homem por inteiro", mostraria sua relação com o 'contexto de produção', com o 'lugar ocupado pelo autor', suas 'leituras' e sua 'formação'. Com isso, o estilo "por vezes, é menos do que o homem; com frequência é mais que ele". Mas:

O que faz da ciência ciência é sua incessante pressão pela objetividade e suas proposições verificáveis; o que a define não é sua capacidade de criar leis, mas sua fundamentação em leis ao apresentar suas explicações, leis estas que, na verdade, podem ser tomadas de empréstimo a outras disciplinas [...]. Em todas essas características definidoras, a história é – quase – uma ciência. Para empregar a definição de Lévi-Strauss, ela é uma ciência do concreto (GAY 1990, p. 193).

Neste ponto, o autor indica a importância das obras de Carl Gustav Hempel (1905-1997) e Ernest Nagel (1901-1985) para a elaboração de sua interpretação, ainda que as considerassem criticamente em sua análise. E, além disso, é "o estilo do historiador que confere a seu mapa sua forma própria", já que "a arte desse estilo é de um tipo muito especial", por que afora "alguns floreios, ele não deve interferir na ciência do historiador". Para ele:

A relação entre o estilo e a verdade foi obscurecida pelo flagrantíssimo fato de que uma obra não é uma cópia do mundo real. A natureza linear da literatura escrita obriga o historiador a apresentar sequencialmente estruturas que existem simultaneamente. Mas é uma inconveniência que o historiador partilha com o astrônomo e o sociólogo. Embora a mão modeladora do estilista apresente-se impondo ordem a realidades passadas díspares, muitas vezes avulsas em aparência, seu gesto de ordenamento é formal, exigido pelos requisitos da exposição. A ordem em si, não é o historiador que faz: ele a encontra. Uma atividade tão controversa como a demarcação de um período histórico não é uma construção, e sim uma descoberta. A ordem, o período estão lá (GAY 1990, p. 195).

267

Por isso também, que o estilo "é a arte da ciência do historiador". Não foi por acaso, nesse sentido, que a continuidade de seus estudos, neste campo, o levasse a analisar a 'causalidade na história', e a maneira com que se apresentava na escrita, mas tendo em vista seus contornos em 'artistas', e não, neste caso, em 'historiadores', como mostrou em seu livro: *Arte e ação: as causas na história – Manet, Gropius, Mondrian* (de 1976). No início dos anos 80, o autor prolonga tal esforço metodológico, apresentando sua proposta de aproximar a escrita da história, com a análise do 'inconsciente', exposta pela psicanálise, tendo em vista a obra de Freud e de seus seguidores (GAY 1989b). Ao explicar essa trajetória, ele diz que: "a arte do historiador constitui parte da sua ciência; sua forma não é nem a de um enfeite nem idiossincrática, mas está indissolúvelmente ligada à sua matéria", "o estilo ajuda a sustentar o peso e a definir a natureza da substância", e isso "naturalmente me conduziu do modo pelo qual o historiador expressa-se para as questões que se inclina a considerar como as mais críticas" (1989a, p. 11). E:

Nessa concepção, o estilo do historiador é um depósito de vieses, e a sua percepção das causas inclina-se a ser comprometida pelo peso das mesmas mutilações ideológicas. Ao discordar, argumentei que o estilo pode ser também uma passagem privilegiada para o conhecimento histórico e que a visão particular do historiador sobre o que fez com que o mundo passado se movesse, não importa quão distorcida ela possa ser pela sua neurose, pelas suas deformações profissionais ou pelos seus preconceitos de classe, pode, ainda assim, ajudá-lo a ter firmes discernimentos sobre o seu material que ele não teria obtido na ausência deles (1989a, p. 12).

Assim, a sua “justificativa para a história como uma ciência elegante, razoavelmente rigorosa, apoiava-se fortemente [...] no meu comprometimento com a psicologia, em particular com a psicanálise”. Para o autor, a maior contribuição a ser encontrada nesta aproximação, outrora iniciada pelas descobertas de Marc Bloch (1886-1944) e de Lucien Febvre (1878-1956), com o movimento que geraram a partir da revista *Annales*, é que a “história psicanalítica pode entrar para expandir a nossa definição de história total decisivamente ao incluir o inconsciente, e o incessante tráfico entre a mente e o mundo, no território legítimo da pesquisa do historiador” (1989a, p. 165). Desde então, o autor tem, cada vez mais, desenvolvido esse ‘projeto intelectual’ em suas obras (GAY 2002), sem deixar de lado as questões estilísticas e metodológicas. Em seu livro mais recente, ao procurar expor um painel geral sobre o Modernismo, acentuará que “é obra de historiador [...] porque não me restringi aos limites da análise formal dos romances, esculturas e edificações, mas situei as obras dos modernistas, ainda que rapidamente, no mundo em que viveram” (2009, p. 13). Apesar de não dialogar diretamente com os filósofos franceses dos anos 60, que contribuíram para desencadear ‘a virada linguística’, que nos Estados Unidos trouxeram um grande impacto, ao questionarem a maneira pela qual os estudos históricos eram apresentados em suas formas narrativas, a obra de Peter Gay, nem por isso, deixou de reiterar a incontornável ligação entre a ‘arte’ e a ‘ciência’, sobre os ‘estilos’ da escrita da história apreendidos pelo historiador.

268

### ***De volta a ‘Teoria’, para uma sistematização do conhecimento histórico: o diagnóstico de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen***

Creio [...] que as experiências vão além da sua interpretação linguística, mas é certo que para os que reduzem tudo à linguagem, a concentração exclusiva do estudo de certos conceitos básicos [...] poderia provocar o silêncio de outras experiências. Essa abordagem poderia limitar indiretamente a implicação social daquilo que poderíamos descobrir através de qualquer série de conceitos básicos e daquilo que seria silenciado ou oculto por eles (KOSELLECK in FERES; JASMIN 2006, p. 167).

Assim Reinhart Koselleck (1923-2006) resumiria sua divergência com a ‘virada linguística’ norte-americana, e quanto ao tipo de hermenêutica praticada

por Hans-Georg Gadamer (1900-2002) na Alemanha,<sup>4</sup> numa entrevista concedida em 5 de abril de 2005 a Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes, na cidade de Madri. De acordo com ele:

[...] a linguagem é sempre ambígua, ao mesmo tempo receptiva e reprodutiva, porque por um lado indica as mudanças sociais e, por outro, a própria linguagem é um fator essencial que permite tomar consciência dessas mudanças na realidade. Gadamer não aceitava esta ambiguidade da linguagem. Para ele, que seguia os passos de Heidegger, a linguagem trazia com ela, implícita, a totalidade da experiência. É indubitável que, ao traduzir muitos conceitos da língua grega à linguagem filosófica alemã, a filosofia hermenêutica de Gadamer fez da linguagem a chave de toda a realidade humana; um argumento muito forte, mas, para mim, como historiador, impossível de aceitar como a única e exclusiva verdade. Como historiador, não posso manter-me apenas no nível linguístico; preciso me ocupar também do que (linguisticamente) poderia ser dito (KOSELLECK In FERES; JASMIN 2006, p. 169).

Os próprios entrevistadores, naquela ocasião disseram que a maior contribuição do autor, com a 'história dos conceitos', foi investigar exhaustivamente "a história como sucessão de acontecimentos, a história como atividade intelectual inerente ao ser humano, e, sobretudo, a história como experiência existencial e dimensão iniludível, constitutiva da modernidade" (Idem, p. 135). Esta entrevista foi acrescentada ao livro *História dos conceitos*, que foi organizado por Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Júnior, com vistas a divulgar esta abordagem no Brasil (e as suas diferenças e aproximações com o enfoque *collingwoodiano*, da interpretação 'contextualista' inglesa, que tem em Quentin Skinner e John Pocock seus principais praticantes), justamente num momento em que se expande para várias partes do mundo (FERES; JASMIN, 2007). Esse sucesso teve origem num empreendimento editorial iniciado na década de 1970, entre Koselleck e Werner Conze (1910-1986) e Otto Brunner (1898-1982), em que procuraram elaborar um dicionário de *Conceitos Históricos Fundamentais. Léxico Histórico da Língua Política e Social na Alemanha* (que, aliás, ainda não foi traduzido para o português), cobrindo, especialmente, o período de 1750 a 1850, no qual Koselleck dirá que será o momento em que se formaram as principais mudanças léxicas e conceituais que darão forma à modernidade, por que "a linguagem europeia (nas suas diversas expressões) sofreu um processo radical de transformação que revela e configura a ultrapassagem dos fundamentos da sociedade aristocrática", como bem lembrará Jasmin (KOSELLECK 2006, p. 10). Iniciada em 1972, com a publicação do primeiro volume, de uma série de nove, que será concluída em 1992, a obra será verdadeiramente um marco teórico na história da historiografia.

---

<sup>4</sup> Neste texto, não há como detalhar adequadamente o debate entre Koselleck e Gadamer, sobre o campo de estudos e as características da análise hermenêutica, que foi fundamental para o desenvolvimento da história dos conceitos. Para maior detalhamento da questão, ver: KOSELLECK; GADAMER 1997; KOSELLECK 2002; KOSELLECK 2004; HABERMAS 2004.

A obra de Koselleck, nesse sentido, se apresentará como uma das bases, e também como um complemento, àquele empreendimento editorial coletivo. Já em 1959, ao lançar sua (famosa) tese *Crítica e crise: uma contribuição a protogênese do mundo burguês* (1999), o autor irá demonstrar “como a formação da ‘crítica’ ilustrada e da ‘sociedade civil’ provocariam a ‘crise’ final do Antigo Regime e a derrocada do Absolutismo como forma legítima de poder político” (KOSELLECK, 2006, p. 9), nas palavras de Marcelo Jasmin (à apresentação brasileira de seu livro *Futuro Passado*). Em 1965, ao estudar a reforma e a revolução no período de 1791 a 1848, em sua tese de habilitação (publicada em 1967), este dará continuidade, e maior densidade, aos seus trabalhos dos anos 50. Com a publicação de *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*, em 1979, demonstrará teoricamente as principais características da ‘história conceitual’ (e que justificavam o empreendimento editorial coletivo iniciado, poucos anos antes), por meio da análise semântica das diferentes formas de apreensão do tempo e da história, na historiografia européia (REIS, 2006), tendo em vista que a “hipótese que se apresenta aqui é a de que, no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’”, e as “análises semânticas aqui apresentadas não têm por objetivo primeiro um estudo de caráter linguístico-histórico”, mas sim “elas pretendem investigar a constituição linguística das experiências temporais, ali onde elas se manifestam” (2006, p. 16 e 17).

270

Com objetivos semelhantes, em parte dando continuidade a algumas das teses de Koselleck, a obra de Jörn Rüsen (2001, 2007a, 2007b) também procurará rever algumas questões lançadas pelo ‘movimento revisionista’ da historiografia sobre o Holocausto, que, aliás, não esteve limitado apenas na Alemanha (WIKLUND, 2008, p. 19-44; RÜSEN 2001; 2009, p. 163-209). Para ele:

Um dos pontos mais decisivos da crítica pós-moderna ao pensamento histórico moderno é o seguinte: uma entidade como ‘a história’ nem existiria. Haveria apenas representações do passado, que os historiadores teriam criado por meio das estratégias poéticas e retóricas do discurso narrativo. A concepção pós-moderna da história nega radical e totalmente a ideia de que existiria algo como um único e abrangente processo histórico de evolução da humanidade. A história nem seria uma entidade de fato; ela não seria nada mais do que uma imaginação ficcional. Correspondentemente, a concepção pós-moderna descreve os princípios do pensamento histórico em termos completamente distintos: o que estaria em jogo não seria justamente o método na forma de argumentação racional e das regras da pesquisa empírica, mas sobretudo a poética e a retórica da narrativa. Com isso a concepção do pensamento histórico pós-moderno seria o oposto da ciência da história em sua forma moderna [originada a partir do século XIX]. [...] [por isso] a pós-modernidade oferece uma função de orientação na história, embora de natureza muito específica: trata-se de uma espécie de orientação da vida humana que pode ser comparada com os sonhos. [...] De certo modo trata-se aqui de uma compensação dos resultados negativos da ação contemporânea; trata-se de um consolo estético produzido pela memória histórica diante da crise do progresso e da ameaça



pela catástrofe, na qual nosso mundo será precipitado pela escala ininterrupta do processo de modernização (1997a, p. 89-90).

É precisamente neste contexto que, segundo ele, foram tão importantes as obras de Nietzsche e de Heidegger para a interpretação 'revisionista alemã', normalmente, inseridas no movimento pós-moderno de '(re)figuração do passado' histórico (RUSEN 1997b, p. 116-131; 2009, p. 163-209). Mas como destacou Wiklund (2008, p. 19-44), além de não estarem limitados a esse tipo de leitura, no caso de Heidegger, este foi um dos responsáveis pela formação de uma 'tradição intelectual' na Alemanha do pós-guerra, articulada em torno da interpretação hermenêutica. Por outro lado, Rüsen informa que também foram muito comuns críticas a obra de Leopold von Ranke, que inauguraria o historicismo alemão no século XIX (RÜSEN 1997b, p. 116-31; MARTINS 2007, p. 45-68; GERTZ 2007; MALERBA 2006).

A partir do conceito de 'matriz disciplinar' desenvolvido (no posfácio de 1969) por Thomas Kuhn (1922-1996), em seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (2003), de 1962, em que complementaria seu conceito de 'paradigma', que Rüsen irá colher seus frutos, ao retrabalhar tal conceito, e propor uma 'nova' compreensão do conhecimento histórico. De forma muito resumida, a 'história como ciência' estaria inserida dentro de um quadro sócio-cultural, articulando as 'predisposições científicas' com as 'demandas sociais de sentido', em que tanto o historiador, quanto a sua obra, percorreriam cinco elementos formadores e articulados: passar-se-ia dos *interesses* (que orientam o fluxo do tempo e a maneira como os indivíduos definem seu agir) para as *ideias* (as perspectivas orientadoras da experiência sobre o passado, no presente histórico), e destas para os *métodos* (as regras da pesquisa empírica), que almejavam em seguida *formas* de apresentação do conhecimento histórico, que teria como *funções* regular a orientação existencial dos indivíduos no tempo, ao lhes proporem 'novos' sentidos, e lhes permitir tomadas de decisões. Para ele, a crítica pós-moderna (em que estaria inserida a 'virada linguística') se resumiria apenas a análise das *formas* de apresentação do conhecimento histórico, e, por isso, reduziria 'toda ação humana', a códigos simbólicos formados 'culturalmente' e sintetizados pela 'linguagem'. Em resumo, o que estaria em oposição é "uma qualidade estética da história [...] contraposta à racionalidade metódica de seu conhecimento" (2001, p. 150).

Desse modo, como vimos, enquanto para Hayden White a narrativa constituiria 'uma estrutura verbal', mediada por 'urdiduras de enredo', amplamente verificáveis numa análise 'tropológica', que demonstraria (na composição do conhecimento histórico) a sua inevitável correspondência com a 'arte', e não com a 'ciência', para Rüsen é possível se apreender outros aspectos cruciais desta questão. Ele entende por 'narrativa' um 'paradigma', no qual haveria uma correspondência de valores em cada 'comunidade científica', porque a narrativa daria "sentido a experiência do passado", por torná-lo histórico com um 'enredo'. Assim, ao ser adequadamente conduzido por meio de 'métodos' e 'técnicas de análise' das fontes, que são assegurados metodicamente na pesquisa e na sua



forma de apresentação, o conhecimento histórico pode também ser 'científico'

Por isso mesmo, não se deve deixar de lado, que justamente em função desta divergência teórica, que foi metodologicamente possível repensar a própria função das 'teorias' na escrita da história, a partir dos anos 70 (RICOEUR 2007, p. 247-96; ROIZ 2009).

### **Considerações finais**

Defendo vigorosamente a opinião de que aquilo que os historiadores investigam é real. O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são (HOBSBAWM 1998, p. 8).

Nestes termos, o eminente historiador inglês, Eric Hobsbawm se posicionava sobre essa questão, ao prefaciá-la sua obra *Sobre história* em 1997, que pode ser também tomada como a síntese de um posicionamento adotado pela grande maioria dos historiadores nos séculos XIX e XX. Não foi por acaso, portanto, que quando a 'linguagem' e a 'cultura' entraram em cena, nas discussões da Filosofia, das Ciências Sociais e da Teoria Literária francesa (a partir da década de 1950) e norte-americana (a partir da década de 1960), com o 'estruturalismo' e, depois, o 'pós-estruturalismo', os *princípios do conhecimento histórico*, mais uma vez, passaram a ser veementemente questionados (CHARTIER 2009; RICOEUR 2007). Como quase sempre acontece, os historiadores, de início, mantiveram-se avessos a questão lançada pela 'virada linguística' (e pela 'pós-modernidade') ao seu ofício profissional, avaliando e respondendo aos desdobramentos daquele debate tardiamente, a partir da década de 1980 – se deixarmos de considerar alguns poucos exemplos esparsos, que inauguraram esse debate já nos anos 60, como foi o caso de Arnaldo Momigliano (1908-1987), na Itália, e Moses Finley (1912-1986), na Inglaterra (GINZBURG 1991, 2002, 2007).

A tese subjacente a sobreposição da 'linguagem' as 'atitudes humanas', mostrou-se, com o impacto das críticas ao 'estruturalismo' e ao 'pós-estruturalismo', cada vez mais, insuficiente para contornar a existência de um espaço 'extratextual', que media a elaboração da linguagem e de seus significados, no tempo e no espaço. A evidência de que a linguagem não é puramente um reflexo, ou um simples espelho, da 'realidade', nem tão pouco a sua exclusiva produtora, tem tornado cada vez mais complexa a percepção da relação e da produção do 'texto' e do 'contexto'. Que a linguagem não traz em si a 'totalidade do vivido', nem que permite que se reconheçam todas as transformações que as palavras e os conceitos ganham ao longo do tempo, em função das mudanças políticas e culturais, primeiro, porque as 'experiências humanas' carregam uma complexidade maior do que a linguagem escrita pode representar, depois, porque as mudanças são algumas vezes tão sutis, que sentidos são esquecidos, significados

são deixados de lado, e mesmo a melhor pesquisa, ou interpretação, não alcançam uma reconstituição plena, tornou-se um indício melhor circunstanciado graças às querelas entre o estruturalismo francês, a 'virada linguística' norte-americana, a 'história conceitual' alemã, e ao 'contextualismo' inglês, produzidas a partir da década de 1960 (CHARTIER 2002; FERES; JASMIN 2006; DARNTON 2005; REIS 2006).

No caso da escrita da história, além de se dar maior atenção à 'retórica' e ao 'estilo' utilizado pelo historiador, ao expor os resultados de sua pesquisa, notou-se também que as relações da história com a 'ciência' e a 'arte' não se tratavam meramente de um mau entendimento destes profissionais, desde o século XIX, sobre a 'ciência' e a 'arte', mas da própria complexidade inerente a 'escritura da história', ao apresentar o 'agir humano' e seus 'desdobramentos no tempo' (JENKINS 2004; ALBUQUERQUE Jr. 2007). Contudo, de acordo com o que vimos, os historiadores só foram se dar conta da importância destas questões tardiamente, e mesmo assim não apreendendo a sua totalidade, mas caracterizando pontos e momentos do debate mais em função do lugar de onde estavam sendo produzidas àquelas críticas, e a maneira com que os atingiam (direta ou indiretamente), do que propriamente apresentando seus contornos internacionais, ou os seus desdobramentos ao longo das últimas décadas (RICOEUR 2007; CARDOSO 2005; LIMA 2006; PROST 2008; MUNSLOW 2009).

273

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARTIÈRES, P. Os desconhecidos da Sorbonne: sobre os historiadores e 'os anos' 68. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, 2008, pp. 133-44.
- ALBUQUERQUE Jr., D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.
- BARTHES, R. *Michelet*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. O discurso da história. In: Idem. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004a, p. 163-180.
- \_\_\_\_\_. *O grau zero da escrita*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- BLACKBURN, S. Nietzsche: o astuto desmascarador. In: Idem. *Verdade: um guia para perplexos*. Tradução de Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 127-74.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In:

- Idem (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes – 4ª reimpressão – São Paulo: Edunesp, 1992, pp. 327-348.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
- CUSSET, F. *Filosofia Francesa. A influência de Foucault, Derrida, Deleuze & Cia*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre, RS: Ed. Artmed, 2008.
- DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo. O campo do signo (v. 1); O canto do cisne (v. 2)*. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru/SP: Edusc, 2007, 2v.
- \_\_\_\_\_. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Bauru: Edusc, 2003.
- EAGLETON, T. *Teoria da literatura. Uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra; revisão de João Azereda Jr. – 3ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Depois da teoria. Um olhar sobre os Estudos Culturais e o modernismo*. Tradução de Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERES Jr., J; JASMIN, M. G. (org.) *História dos conceitos. Debates e perspectivas*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.
- FERRY, L. & RENAUT, A. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. Tradução de Roberto Markenson & Nelci do Nascimento Gonçalves. São Paulo: Ed. Ensaio, 1988.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio – 8ª Edição – SP: Edições Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. 10ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. O que são as Luzes? In: Idem. *Ditos e escritos – v. II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 335-351.
- FURET, F. Da história-narrativa à história-problema. In: Idem. *A oficina da história*. Tradução de Felipe Jarro. Lisboa: Gradiva, 1985, pp. 88-98.
- \_\_\_\_\_. *L'Atelier de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1982.

- GAY, P. *O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Arte e ação: as causas na história – Manet, Gropius, Mondrian*. EUA: 1976.
- \_\_\_\_\_. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Freud para historiadores*. Tradução de Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a.
- \_\_\_\_\_. *Freud – uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.
- \_\_\_\_\_. *My german question – growing up in Nazi Berlin*. EUA: Yale University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O século de Schnitzler. A formação da cultura da classe média*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Modernismo. O fascínio da heresia. De Baudelaire a Beckett e mais um pouco*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GERTZ, René E. (org.) *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2007.
- GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. RJ: Ed. Bertrand Brasil, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Relações de Força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Eduardo Brandão e Rose Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GUMBRECHT, H. U. Depois de aprender com a História. In: Idem. *Em 1926: vivendo no limite*. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 459-85.
- GUIMARÃES, M. L. S. (org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2006.
- HABERMAS, J. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARTOG, F. *Régimes d’historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Le Seuil, 2003.
- HOBSBAWM, E. J. *Sobre História: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. Da história social a história da sociedade. In: Idem. *Sobre História: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 83-105.

- \_\_\_\_\_. A volta da narrativa. In: Idem. *Sobre História: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 201-206.
- \_\_\_\_\_. O ressurgimento da narrativa. Alguns comentários. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991, pp. 39-46.
- KANT, I. Resposta a pergunta: Que é 'Esclarecimento'? In: Idem. *Textos seletos*. Tradução de Raimundo Vier (et. al.). Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 63-71.
- KOSSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Crítica e crise: contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto; Eduerj, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Historia*. Espanha: Trotta, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Espanha: Paidós, 2002.
- KOSSELLECK, R; GADAMER, H. G. *Historia y hermeneutica*. Espanha: Paidós, 1997.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira (et. el.). 7ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- JENKINS, K. *A história repensada*. Tradução de Mário Vilela. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2004.
- LIMA, L. C. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MALERBA, J. A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. *Locus: revista de história*, UFJF, v. 12, n. 1, 2006, p. 41-78.
- MARTINS, E. C. R. Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros. In: MALERBA, J. & AGUIRRE ROJAS, C. A. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru/SP: Edusc, 2007, pp. 45-68.
- MEDEIROS, P. A. *Pós-Modernidade e Historiografia: Um Estudo Sobre Hayden White*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - UFMG.
- MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MUNSLOW, A. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NIETZSCHE, F. *Escritos sobre História*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Edições Loyola; Editora PUC Rio, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Aurora*. Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Ed. Escala, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Aurora. Pensamentos sobre a moral como preconceito*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

- \_\_\_\_\_. *Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *A genealogia da moral. Uma polémica*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A vontade de poder*. Tradução de Marcos Sinésio B. Fernandes e Francisco José D. de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- PROST, A. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.
- REIS, J. C. *História e Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REVEL, J. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Tradução de Cláudia O'Connor dos Reis. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François (et. al.). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- ROIZ, D. S. A reconstituição do passado e o texto literário: a resposta dos historiadores à 'virada linguística'. *Revista Diálogos*, UEM, v. 13, n. 3, 2009 (Prelo).
- RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Reconstrução do passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.
- \_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, n. 2, 2009, pp. 163-209.
- \_\_\_\_\_. História entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: questões e debates*, UFPR, v. 14, n. 26/27, 1997a, pp. 80-101.
- \_\_\_\_\_. Explicar o holocausto – de que jeito? O livro de Daniel Goldhagen criticado a luz da teoria da história. *História: questões e debates*, UFPR, v. 14, n. 26/27, 1997b, pp. 116-131.
- \_\_\_\_\_. Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a história na era da 'nova intrasparência'. *História: questões e debates*, UFPR, v. 10, n. 18/19, 1989, pp. 303-328.
- STONE, L. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma Velha História. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991a, p. 13-37.
- \_\_\_\_\_. History and post-modernism. *Past and Present*, n. 131, 1991b, p. 217-18.



- \_\_\_\_\_. History and post-modernism. *Past and Present*, n. 135, 1992, p. 187-194.
- WHITE, H. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.
- \_\_\_\_\_. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991a, pp. 47-89.
- \_\_\_\_\_. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1991b, pp. 21-48
- WIKLUND, M. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da historiografia*, n. 1, 2008, p. 19-44.
- VASCONCELOS, J. A. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

# Entre os antigos e modernos: a aprendizagem através da história em Thomas Hobbes

Between the ancient and modern: learning through of the history in  
Thomas Hobbes

---

**Debóra Vogt**

Mestranda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

debirv@hotmail.com

Rua Gilda de Abreu, 596

Esteio- RS

93290-430

Brasil

---

## Resumo

Na querela entre Antigos e Modernos, Thomas Hobbes coloca-se como alguém que se utilizava da história com intenções políticas. Como um leitor dos antigos e herdeiro das tradições renascentistas, sua recepção norteia um aparato conceitual que é, de um lado, compartilhado por seus contemporâneos, e, por outro lado, apropriado de uma forma peculiar, de acordo com a visão e interpretação que este tem de seu momento e das histórias que leu e ouviu. O objetivo deste artigo é, de forma sumária e introdutória, demonstrar algumas das relações que o pensador estabelece com a história e de que maneira esta se relaciona com sua teoria política e com seu momento histórico, marcado pela busca de sentido no mundo antigo. Desde 1628, quando traduziu para o inglês a *Guerra do Peloponeso* de Tucídides até, 1668, quando este escreve a história da guerra que presenciou, o *Behemoth ou o Longo Parlamento*, Hobbes vê na prática historiográfica aprendizado e ensino. Ela é a maior professora, e com ela alertamos a respeito do iminente perigo de uma volta ao "estado de natureza".

279

## Palavras-chave

Antiguidade; Modernidade; História intelectual.

## Abstract

In the quarrel between Ancients and Moderns, Thomas Hobbes appears as someone who used the history with political intentions. As a ancient's reader and Renaissance's heir, its reception guide a conceptual apparatus that is on the one hand, shared by his contemporaries, and on the other hand, appropriated in a peculiar way, according to the vision and interpretation that has about his time and the histories that he read and heard. This paper is a cursory and introductory demonstrate some of the relations that the thinker makes with the history and how this link to his political theory and his historical moment, marked by the search for meaning in the ancient world. Since 1628, when translated to English the *Peloponnesian War* by Thucydides until 1668, when he writes the history of the war he witnessed, *The Behemoth or the Long Parliament*, Hobbes sees the practice of historiography learning and teaching. She is the great teacher and with she warned about the imminent danger of a return to the "state of nature."

## Keyword

Antiquity; Modernity; Intellectual history.

---

Enviado em: 30/01/2010

Aprovado em: 09/03/2010

Dessa forma as revoluções trouxeram para a cidade numerosas e terríveis calamidades como têm acontecido e continuará a acontecer enquanto **a natureza humana for a mesma**; elas, porém, podem ser mais ou menos violentas e diferentes em suas manifestações, de acordo com as várias circunstâncias presentes em cada caso. Na paz e prosperidade as cidades e os indivíduos têm melhores sentimentos, porque não são forçados a enfrentar dificuldades extremas; a guerra, ao contrário, que priva os homens da satisfação até de suas necessidades cotidianas, **é uma mestra violenta e desperta na maioria das pessoas paixões em consonância com as circunstâncias do momento.** (Tucídides 2001, III, p.166) [os grifos são meus]

Thomas Hobbes é colocado tradicionalmente como filósofo mecanicista, utilizador do método hipotético dedutivo. Contudo, além de ser um estudioso de matemática, física e filosofia, o pensador tinha uma preocupação com seu momento histórico e a intenção de intervir politicamente. Sua arma para isso não eram cargos políticos ou a intervenção pública, mas seus textos. Eles eram seus veículos de ação política. Hobbes tinha uma preocupação com a história, principalmente a vivida por ele e por seus contemporâneos. Contudo, o filósofo a via como algo inserido em suas concepções centrais de Estado. Assim, a guerra ou a mudança política é vista como a volta ao estado de natureza, da qual o homem, racionalmente, optou por sair. Meu objetivo neste artigo é demonstrar de que maneira o filósofo utilizou-se da história como um instrumento pedagógico para um fim específico em diversos momentos de sua trajetória. A história, para ele, deveria ser lembrada como exemplo, pois mostrava a natureza que se esconde dentro de nós, em tempos de paz. Sendo as atitudes dos homens semelhantes, já que as paixões são as mesmas, lembrar o passado é uma maneira de prevenir o futuro.

No seu livro sobre a guerra civil inglesa, *Behemoth ou o Longo Parlamento*, Hobbes curiosamente, mas não sem razão, utilizou-se de uma metáfora bíblica. A contraposição ao Leviatã é evidente e embora, na Bíblia, não haja uma evidente valorização do Leviatã<sup>1</sup> em relação ao Behemoth, Hobbes desejava demonstrar aos seus contemporâneos as duas situações em que a sociedade poderia se encontrar. A linguagem bíblica parece ser, neste caso, um vocabulário comum, compartilhado pelos leitores de seu discurso. Mesmo que Hobbes atacasse com veemência e de modo explícito aqueles que se utilizam da palavra como engano, para levar o povo a se indispor com seu soberano, o pensador usou os mesmos elementos que seus opositores, palavras, para

<sup>1</sup> Ver Jó 40: 15-24. O Leviatã e o Behemoth aparecem na Bíblia nos capítulos 40 e 41 do livro de Jó. Enquanto o Leviatã é uma espécie de crocodilo ou dragão, representando um monstro marinho, Behemoth, o hipopótamo imperturbável, é um monstro terrestre.

convencer e persuadir. Ou seja, seu discurso da guerra não pode ser visto como mero relato, sem um fim específico. A história ensina, tanto a mais contemporânea (no caso, a Revolução Inglesa), como a dos antigos, nossos antecessores. E como diz no *Leviatã*, melhor governa quem mais conhece a natureza humana,<sup>2</sup> a história, portanto, possivelmente nos levaria a compreender nossos impulsos naturais e a melhor maneira de controlá-los.<sup>3</sup>

É controversa a história editorial do *Behemoth*. Em sua autobiografia o filósofo afirmou que escrevera, por volta dos oitenta anos, dois livros, um sobre a guerra civil inglesa e um, em versos latinos, sobre o surgimento e crescimento do poder insubordinado dos sacerdotes (OSTRENSKY 2001, p. 5). Ao que tudo indica a obra sobre a guerra civil inglesa é o *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Escrito logo após a restauração, não houve nenhuma edição legal durante a vida do autor. Apesar de seu desejo de publicar o livro, não obteve autorização de Carlos II.<sup>4</sup> Assim, somente após três anos da morte do filósofo é publicada sua obra, em 1682, por seu amigo e editor William Crooke. Contudo, manuscritos ilegais já circulavam e eram usados, curiosamente, pelos dois lados da revolução.<sup>5</sup>

Escrito sobre a forma de diálogo, onde os capítulos são divididos como intervalos de uma conversa mais longa entre duas pessoas, as opiniões dos personagens não são diferentes. Além disso, não há identificação alguma dos interlocutores.<sup>6</sup> O que é possível afirmar é que um deles, identificado como "A", presenciou a guerra e a relata, enquanto o segundo, "B", ouve e faz considerações. O teor da conversa é de um relato que abarca o início da guerra, com as causas dessa, e termina com a restauração do poder ao seu devido lugar, na visão de Hobbes: à dinastia Stuart. Segundo o próprio autor, o primeiro diálogo trata das sementes da rebelião,<sup>7</sup> "*certas opiniões a respeito da teologia e política*" (HOBBS, *Behemoth* 2001, p.23); já o segundo trata do desenvolvimento da guerra, com documentos<sup>8</sup> que o parlamento e o rei

<sup>2</sup> Para Hobbes as paixões do homem são semelhantes. Assim, a melhor maneira de conhecer a natureza humana é "ler a si mesmo". Certamente a história serviria para tal desígnio também. "(...) Aquele que vai governar uma nação inteira deve ler, em si mesmo, não este ou aquele indivíduo em particular, mas o gênero humano (...)" (HOBBS, *Leviatã* 1999, p. 28).

<sup>3</sup> Na dedicatória do *Behemoth*, Hobbes afirma: "(...) Nada pode ser mais instrutivo e tendente à lealdade e à justiça do que a memória, enquanto durar, daquela guerra (...)" (HOBBS, *Behemoth* 2001, p.23).

<sup>4</sup> De acordo com Nádia Souki (2008, p. 136 e 137), havia alguns motivos pelos quais o ex-aluno de Hobbes negou-lhe o pedido de edição do livro. Na obra são apontados, de forma sutil, os erros táticos de Carlos I e seus conselheiros. O rei também é exposto em sua covardia ao abandonar seus ministros à vingança do parlamento.

<sup>5</sup> Na primeira versão "legal" do *Behemoth* há uma nota do editor William Crooke sobre as edições espúrias e as difamações que o nome de Hobbes sofreu graças a elas. "I am compelled by force of truth to declare, how much both the world and the memory of Mr. Hobbes have been abused by the several spurious editions of the *History of the Civil Wars*; wherein by various and unskillful transcriptions, are committed above a thousand faults, and in above a hundred places whole lines left out, as I can make appear" (CROOKE 1966, p. 163).

<sup>6</sup> Se fossemos fazer uma analogia com os diálogos platônicos, poderíamos dizer que Hobbes parece inspirar-se no filósofo apenas na forma, já que nos diálogos socráticos os interlocutores tem nomes e cargos descritos. Além disso, as opiniões divergem e há uma busca de convencimento, diferente do filósofo inglês, cujo teor da conversa é um esclarecimento.

<sup>7</sup> É importante colocar que a Revolução Inglesa só foi chamada por esse nome após a Revolução Francesa, anteriormente ela era simplesmente chamada de "grande rebelião". Segundo Eunice Ostrensky, o primeiro a designar a guerra civil inglesa como revolução foi o historiador François Guizot, provavelmente como alusão à Revolução Francesa (OSTRENSKY 2006, p. 24).

<sup>8</sup> Os dois primeiros diálogos embora não tratem da guerra "em si", são para Hobbes partes dela, já

trocaram durante o conflito. O terceiro e quarto capítulo, de forma muito mais enxuta e menos analítica em relação aos outros dois, é uma descrição da guerra com poucas reflexões: "(...) os dois últimos são uma brevíssima sinopse da própria guerra, extraída da crônica do sr. Health<sup>9</sup>(...)"(HOBBS, *Behemoth* 2001, p.23).

Hobbes escreveu este livro com oitenta anos, após a restauração. Embora pudesse se posicionar como um vencedor - afinal, sua teoria estava correta e o poder voltara ao seu devido lugar - o filósofo olhava para aqueles tempos com certa melancolia, a de quem procura entender o que passou, dar-lhe um sentido, mesmo que posteriormente. Se ler o humano é essencial para quem governa, entender os atos e compreender suas atitudes é um ponto fundamental. Se as paixões humanas são as mesmas,<sup>10</sup> como o filósofo afirma no *Leviatã*, os atos passados podem nos decifrar a natureza humana. Contudo, como explicar aqueles inacreditáveis tempos? Como convencer seus contemporâneos da constante ameaça de guerra de uma maneira que ela nunca mais voltasse? Hobbes inicia desta forma seu relato:

Se no tempo, como no espaço, houvesse graus de alto e baixo, acredito firmemente que o mais alto dos tempos seria o que transcorreu entre os anos de 1640 e 1660. Pois quem do topo, como da **Montanha do Diabo**, olhasse o mundo e observasse as ações dos homens, sobretudo na Inglaterra, descortinaria um panorama de todas as espécies de injustiça e de loucura que o mundo pode proporcionar, e como foram geradas pela hipocrisia e presunção- aquela dobrada iniquidade, esta, dupla loucura (HOBBS, *Behemoth* 2001, p. 31) [grifos são meus]

282

Hobbes inicia seu relato evocando uma imagem bíblica. Se a metáfora do título pode parecer sugestiva e evidencia alguns dos propósitos do pensador, levar seus leitores ao pináculo do templo, onde o Diabo leva Jesus para que ele se rendesse as riquezas e aos prazeres do mundo, evocava o caráter maligno e enganador daquela guerra. Lá, da "Montanha do diabo", era possível enxergar o que faziam os homens na terra e observar as motivações que engendraram aqueles dias. Injustiça e loucura se fizeram presentes e ações que em tempos de paz não se efetivariam, já que em guerra intestina, não há noção de certo e errado, pois não há nenhuma lei constituída e nem juiz para afirmar o que é ou não bom (HOBBS, *Leviatã* 1999, p. 110). Quando O Diabo leva Jesus ao Pináculo do Templo<sup>11</sup> ele pode vislumbrar mais claramente as riquezas e prazeres

---

que, para o filósofo, a luta não é somente o combate, mas quando os homens estão dispostos a isso: "(...) Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar a batalha é suficientemente conhecida (...)" (HOBBS, *Leviatã* 1999 p. 109).

<sup>9</sup> Autor de duas histórias da guerra civil.

<sup>10</sup> "(...) Pretendia ensinar-nos que, a partir da semelhança entre os pensamentos e paixões dos diferentes homens, quem quer que olhe para dentro de si mesmo, e examine o que faz quando *pensa, opina, raciocina, espera, recebe, etc.*, e por que motivos o faz poderá por esse meio ler e conhecer todos os pensamentos e paixões de todos os outros homens, em circunstâncias idênticas. Refiro-me às semelhanças das paixões que são as mesmas em todos os homens, *desejo, medo, esperança, etc.*, e não à semelhança de objeto das paixões que são as coisas desejadas, temidas, esperadas, etc (...)" [grifos no original] (HOBBS, *Leviatã* 1999, p. 28).

<sup>11</sup> "(...) Levou- o Diabo a um monte muito alto, mostrou-lhe todos os reinos do mundo e a glória deles

do mundo. O tentador lhe oferece tudo, já que tudo que havia sido entregue havia, porém, um pedido: que Jesus lhe adorasse. Ele recusa a oferta e o Diabo retira-se. A passagem bíblica, parafraseada por Hobbes, lembrava o lugar do engano, da ilusão para aqueles cujo vocabulário comum era o religioso.

Contudo, o que seria a montanha? Por um lado, ela é o ponto mais alto, uma metáfora para o futuro, ou o presente da escrita do autor, onde ele pode, passados aqueles tempos, discernir mais claramente o que então se passou. O presente olha para o passado e procura entender o que aconteceu, descortinar aqueles tempos e dar explicação ao que, em um primeiro olhar, não tem sentido. Da Montanha é possível discernir, e é como se os dois personagens estivessem de lá tendo o diálogo, na busca de dar um sentido posterior. "B" chega a pedir ao "A" para levá-lo a essa "montanha", lugar de discernimento e de conhecimento, poderíamos dizer. Se no presente, muitas vezes, os fatos não são claros, no futuro eles se tornam distinguíveis e julgáveis. No segundo parágrafo do Behemoth, "B" pede a "A":

Ficarei feliz em contemplar este panorama. A vós, que viveste naquele tempo e alcançaste a idade em que melhor divisar entre o bem e o mal, **rogo levar-me até essa montanha** (pois naquela época eu não poderia enxergar tão bem) através da relação das ações que então viste, de suas causas, pretensões, justiça, ordem, artifício e resultado. (HOBBS, *Behemoth* 2001 p. 31) [grifos são meus].

## 283

Não em meios aos acontecimentos, mas como um ser que observava tudo de cima, o filósofo nos transporta ao seu relato. Como quem organiza as peças de um gigantesco quebra cabeça, o autor procurou responder não só os seus questionamentos, mas o dos seus contemporâneos, sobre a guerra civil e seu significado tanto no momento de execução como no de sua escrita também, posteriormente. Por outro lado, a montanha pode ser pensada como metáfora para o próprio momento de guerra. Se entendermos que, para Hobbes, a sociedade encontra-se continuamente entre as duas situações monstruosas, a paz - representada pelo grande Leviatã que a todos governa - e a guerra civil - representando pelo Behemoth, quando não há mais ordem e o caos é instalado, podemos afirmar que a montanha seria o cume da segunda situação, em que se volta ao estado de natureza. Como uma prova empírica a respeito da natureza humana que existe dentro de nós, encoberta pelo contrato formador da sociedade, mas passível de ressurgir caso o princípio da vida em comunidade seja quebrado. A guerra civil, ocorrida naqueles tempos, pode ser vista, portanto, como um ponto mais alto, representado pela Montanha do Diabo.

Como demonstrei anteriormente, mais que duas obras sugestivas que se relacionam entre si, *Behemoth* e *Leviatã* são as duas situações em que a sociedade pode se encontrar. Se a experiência da guerra civil fez Hobbes criar sua teoria sobre o estado de natureza, como afirma Nádia Souki (SOUKI 2008,

---

e lhe disse: - Tudo te darei se, prostrado, me adorares. Então, Jesus respondeu: - Retira-te Satanás, porque está escrito ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele darás culto (...). (Mateus 4, 7-10)



p. 17), entendê-la significa decifrar seus códigos e a forma como se poderia chegar a essa condição, de forma alguma desejável. É necessário, portanto, compreender a situação de guerra e o modo como ela ocorre.

Semelhante a um ciclo que, neste caso, não necessariamente volta ao mesmo lugar, mas que repete certas formas estruturais, já que as paixões humanas, em diferentes tempos, são as mesmas, a guerra civil deve ser entendida como uma eterna possibilidade, latente na natureza humana. Semelhante ao movimento dos astros no espaço, pensado no século XVII, em que o sentido de revolução é *mover em giro*, as mudanças humanas fazem parte de um ciclo maior, que rege tanto a natureza como a sociedade. Embora o ideal seja que se estabeleça um governo de paz e não de conturbações, não é possível enganar-se: sempre existe a possibilidade de tais como os ciclos naturais, o estado de natureza voltar.<sup>12</sup>

Vi nesta revolução um movimento circular do poder soberano, que foi do falecido rei para seu filho, passando por dois usurpadores, pai e filho. Pois (deixando de lado o poder do conselho de oficiais, que foi temporário e cujos detentores se consideravam apenas procuradores) moveu-se do rei Carlos I para o Longo Parlamento; daí para o Rabo; do Rabo para Oliver Cromwell; e então para de volta de Richard Cromwell para o Longo Parlamento; deste, para o rei Carlos II, onde se espera que permaneça por muito tempo (HOBBS, *Behemoth* 2001, p. 262).

É como se os tempos de paz fossem necessariamente intercalados por momentos de guerra. Os monstros parafraseados por Hobbes convivem em todas as sociedades. A história humana estaria, portanto, continuamente envolvida nesse ciclo; contudo, para ele, a própria história parece ser o instrumento usado para a quebra desse ciclo presente na natureza (AHRENSDORF, 2000). Por meio da instrução, do aprendizado sobre a guerra, seria possível romper o ciclo, já que alertaria o homem do perigo que corre. Em tempos de paz é possível esquecer o que ocorre em momentos de guerra. Sem o conhecimento sobre a situação de caos instalada, quando se volta ao estado de natureza, o homem se renderia a uma de suas principais paixões, a busca de louvor e honra, e se esquece do perigo iminente. Nas palavras de Ahrensdorf (AHRENSDORF 2000): "Hobbes afirma que o inevitável ciclo da guerra e paz, vaidade e medo, pode ser superado através da instrução, durante o período da paz, sobre a cansativa e sanguenta experiência da guerra". Ou seja, através do aprendizado sobre a situação de conflito se poderia valorizar a segurança e a paz, visando permanecer assim. A solução estaria na educação que, por sua vez, esta intrinsecamente lidada ao aprendizado através da história.

284

<sup>12</sup> "Nosso filósofo pensa paralelamente o estado de natureza e o estado político, ou seja, a guerra e a possibilidade de paz. Os dois monstros, Leviatã e Behemoth, convivem com luta perpétua na cena política, sobretudo porque, antes disso, já lutavam dentro do próprio homem" (SOUKI 2008, p. 18).

Quando Hobbes coloca a história num sentido cíclico, insere-se dentro de uma nova visão de história,<sup>13</sup> que rompendo com as heranças de um tempo escatológico cristão que colocava tudo em direção ao fim do mundo, retoma, de certo modo, uma visão antiga de tempo cíclico. Sendo a história temporalmente cíclica é possível fazer um prognóstico do futuro, baseando-se nas experiências do passado. Contudo, mesmo embebido em linguagem religiosa, o prognóstico não tem o mesmo sentido que a profecia.

Diferente da profecia, o prognóstico estabelece uma previsão de futuro, relacionado às possibilidades latentes de cada momento. Além disso, se a profecia é a-histórica, o prognóstico se coloca na margem do temporalmente possível, dentro das possibilidades políticas de cada momento. A profecia é religiosa e o prognóstico se coloca num mundo em que a política torna-se lentamente mais independente da religião. Sendo o futuro matematicamente calculável, é possível estabelecer um prognóstico, mesmo que esse possa ser, de certo modo, profecia também, devido ao caráter permanente da natureza humana. Olha-se para o passado, que no caso é a Antiguidade Clássica, e se prevê o futuro ou, nas palavras de Reinhard Koselleck, "coloca-se o passado no futuro" (KOSELLECK 2006, p.36).

Até o século XVIII a história era compreendida relacionada à natureza. Assim, havia certa uniformidade potencial e capacidade de repetição a partir do que era possível entender o passado e, de certo modo, prever o próprio futuro (KOSELLECK 2006, p.54). As noções de tempo até então era vindas de dois fenômenos observados: o movimento das estrelas e a sequência de governantes e dinastias. Da mesma maneira que a ciência política para Hobbes estava intrinsecamente ligada aos seus estudos de física, através da noção de movimento, é possível entender a própria história e como essa se desenrolava a partir da observação de elementos da natureza. Desta forma, assim como as estações se repetiam, as formas de governo, limitadas por natureza,<sup>14</sup> se sucedem e repetem dentro de um ciclo. Assim, o sentido de revolução no século XVII remetia a conceitos da astronomia e física, se referindo tanto aos ciclos das gerações (geração, corrupção e morte), como as formas de governo que não se transformam, mas se alternam em repetições e ciclos. Ou seja, embora Hobbes esteja analisando as leis civis, seus termos remetem à *physis* e a leis naturais (OSTRENSKY 2006, p. 26-29).

Esta contínua relação com a natureza se estabelece no próprio vocabulário conceitual da guerra narrada pelo filósofo. Como observa Haréau (HARÉAU apud KOSELLECK 2006, p.63), o sentido etimológico de "revolução" se refere a um retorno, que conduzia de volta ao ponto de partida. Portanto, como um movimento cíclico, que não traz nada de novo, as revoluções refletiriam o que

<sup>13</sup> De acordo com Koselleck, o tempo moderno passaria do escatológico, com as constantes profecias referentes ao fim do mundo, em direção ao cíclico, numa retomada dos antigos e por fim no tempo linear, que bebe suas fontes na escatologia, ao colocar a revolução como ponto alto, antes mesmo da Revolução Francesa (KOSELLECK, 2006, p. 21-39).

<sup>14</sup> Segundo a doutrina antiga, havia um número limitado de formas constitucionais, que substituíam alternadamente umas às outras, mas que não poderiam ser ultrapassadas (KOSELLECK 2006, p.63).

esta além delas: o próprio mundo natural. Desde Copérnico, através dos ciclos das estrelas, acreditava-se ser possível contar as idades da Terra. Em 1543, surgiu a obra pioneira de Copérnico sobre os corpos celestes, *Sobre as revoluções dos corpos celestes*, a partir daí estaria cunhado o conceito moderno de revolução que viveria a partir daí numa relação "físico-política" (KOSELLECK 2006, p.64). Embora Hobbes chamasse a guerra analisada por ele de "rebelião" e de "guerra", não usando o termo revolução, no final de sua narrativa ele a utiliza e é ilustrativa sua concordância com esta visão. A restauração para ele era o fim da revolução iniciada. Da mesma maneira que as revoluções sucedem-se no tempo é possível entender que a própria narrativa histórica é elucidativa, já que repete formas estruturais de tempos passados

(...) Assim como as estrelas descrevem sua órbita de maneira independente em relação aos habitantes da Terra, ao mesmo tempo em que influenciavam ou mesmo determinavam, o comportamento dos homens, desde o século XVII, a mesma ambigüidade: é certo que as revoluções ocorriam acima das cabeças dos envolvidos, mas cada um deles permanecia preso às suas leis (...) (KOSELLECK 2006, p. 64).

### **A busca de explicação na história: a referência aos antigos**

Assim como em outras obras, é frequente o uso que Hobbes fez de referências aos antigos no *Behemoth*. Contudo, diferente de outros textos, o filósofo, neste caso, junta história contemporânea com história antiga, num paralelo que procura esclarecer as confluências e diferenças entre o que ele viveu e o que leu e aprendeu sobre um passado mais remoto. A história parece ter sido eleita pelo pensador como possibilidade de entendimento das ações dos homens, ela nos ensinaria, pedagogicamente, o proceder e nos alertaria sobre onde determinadas ações nos levariam. Se seu problema maior era afastar o perigo da guerra civil, nada melhor que entendê-la com o objetivo de evitá-la.

Quarenta anos antes de seu relato sobre a guerra civil, Hobbes já havia demonstrado seu interesse pela história. Em 1628, o pensador publicou a que vai ser a primeira de suas obras publicadas, a tradução da *Guerra do Peloponeso* de Tucídides. Neste caso, o objetivo seria alertar seus contemporâneos a respeito dos perigos da democracia. Em sua autobiografia, o filósofo relatou seu gosto pela leitura dos clássicos, lera vários historiadores e um admirava especialmente: "(...) mas acima de todos o que mais gostei foi Tucídides. Ele me ensinou quanto insensatez há na democracia e quanto melhor julga um só homem que uma assembléia. Traduzi seus escritos para ensinar aos ingleses a se guardar dos pregadores" (Hobbes, *Escritos autobiográficos* 1992, p. 153). O momento da publicação não poderia ser mais propício, pois foi o ano em que o parlamento entregou a Carlos I a *Petição de Direitos* (1628). Segundo o pensador, o empreendimento justificava-se por considerar Tucídides o mais político de todos os historiadores e por sua história ser a mais instrutiva, já que demonstrava o mal advindo da democracia. Ou seja, para o pensador, a história servia como

exemplo, para instruir e ensinar.

Ao aproximar a história inglesa do século XVII da época clássica, Hobbes se coloca no contexto renascentista na busca de explicações e de compreensão num tempo mais recuado, não só seu, mas compartilhado por seus contemporâneos. Por sua formação intelectual humanística, que não só lhe possibilita ler em latim e grego, mas lhe coloca a grade conceitual através do qual pensa e entende o mundo ao seu redor, o pensador fez constantes paralelos entre sua experiência histórica e aquelas sobre as quais leu e ouviu, mas que se apropria de modo análogo a que ele mesmo experimentou.

A busca de modelos nos antigos permeia o caminho dos homens. Contudo, o período intitulado Renascimento tem como característica uma busca mais abrangente, que terminou por demarcar períodos e estratégias mais vastas. Hobbes, portanto, não está sozinho em seus referenciais. Os modelos trazidos da Antiguidade demarcaram a arte, a literatura e a própria política em sua época. Quando Joseph Levine, por exemplo, analisa a ambiguidade de Tomas More, afirma que, para os renascentistas, os clássicos tornavam-se mais próximos que seus predecessores medievais (LEVINE, 1987). Era uma alternativa para a Cavalaria e, segundo ele, era colocada como preparação prática para a vida. Eles viam na cultura clássica um conjunto de ideias políticas a serem imitadas. De acordo com o historiador, os ingleses tiveram contato por muito tempo com a Itália e receberam influência do Renascimento italiano. Assim, para o humanismo retórico, dentro do qual podemos inserir o pensador inglês, a história e a poesia forneciam exemplos para a sabedoria política, pois elas faziam o indivíduo estender sua visão limitada de mundo.

Essa leitura dos antigos, embora marcante em vários contextos históricos, é um elemento de ação política quando é usado por um pensador como Hobbes, que desejava que sua teoria fosse levada a sério pelos seus contemporâneos. O uso que ele fez dos antigos, embora imerso em um contexto cultural marcado por esta busca, tornou-se elemento de convencimento, em outras palavras, de uso da retórica, em um sentido de disposição dos elementos discursivos.

A recepção que Hobbes faz dos antigos é condicionada por suas leituras anteriores, sua relação político cultural, assim como seu contexto social e econômico. É preciso, portanto, entender sua leitura como um processo interpretativo, vinculado histórica e socialmente ao sujeito-leitor. Entre os horizontes de expectativas do autor e as possíveis leituras, há um leque de possibilidades e de alternativas. No caso do filósofo, o contexto do Renascimento contribui para suas leituras da Antiguidade. No entanto, suas questões e comparações entre sua narrativa e as histórias antigas são de uma forma diferenciada das que fazem seus contemporâneos, relacionadas às indagações e apropriações que fez dos textos que teve contato já, que para ele, o estudo dos antigos mostraria a natureza humana presente na Antiguidade e na Inglaterra do século XVII. Embora o texto interiorize um horizonte de expectativa próprio, ele é autônomo e aberto às mais diversas interpretações. Hobbes recorre aos antigos com questionamentos próprios e, de certa forma, faz um caminho análogo

ao que percorreu em relação à Bíblia, ou seja, ao mesmo tempo em que critica os que utilizavam os antigos como exemplo, usa-os para fortalecer sua argumentação. A recepção de um texto é múltipla e delinea diversos caminhos. Sua leitura e uso dos antigos não é, portanto, um processo passivo, mas um recurso intencional que se insere dentro de um arcabouço linguístico compartilhado pelo filósofo e seus contemporâneos.

Contudo, como relacionar antigos e modernos sem a noção do anacronismo? Como incorporar e, mais, adotar modelos trazidos pela Antiguidade como exemplos sem o abismo temporal que os separa? A questão é que, para a geração renascentista, não se trata em eliminar a diferença temporal que, para nós, "salta aos olhos", ela simplesmente não existia como tal. As guerras antigas, os fatos, os feitos memoráveis não são somente contemporâneos dos modernos, dividindo com eles suas guerras religiosas e disputas pelo poder, eles são, de certo modo, eternos, rompem a transitoriedade da história (KOSELLECK 2006, p.22).

### **O Estado de Natureza e a *stasis* grega**

Se o estado de natureza é de certo modo um conceito a-histórico, no sentido em que no mundo real ele jamais se efetivou, ele é, antes de tudo, uma potência interna do homem. Mesmo que estejamos em estado de paz, o potencial para a volta ao estado hipotético persiste e habita em nossas entranhas, fazendo parte da própria constituição do "ser homem". Sendo assim, este estado de natureza não surge na Inglaterra do século XVII. Como um termo que rompe a transitoriedade da história, ele estava presente além da era moderna, podendo ser visto, inclusive, em períodos mais tardios, como na Antiguidade Clássica, por exemplo.

Para Hobbes, Tucídides não é simplesmente um escritor do passado e é ilustrativa sua admiração por ele, o historiador da guerra, contudo, não de qualquer conflito, mas de uma luta entre as cidades gregas, uma guerra intestina de fim desastroso. Na obra do historiador grego existiriam duas situações análogas às do estado de natureza. A primeira seria a *anomia*, referente à peste que cai sobre Atenas. Ao narrar este episódio, Tucídides relata o descrédito em relação às instituições e valores humanos e a preponderância do caos e da irracionalidade. A segunda trata-se da revolta de Córcira, a primeira de todas, e por isso, o protótipo das sedições. Não por acaso o termo usado por Hobbes neste caso é *sedition*. Córcira e a *stasis* mostram-nos a quebra da civilização e o retorno ao estado de guerra de todos contra todos. O relato é, portanto, uma ilustração para que Hobbes compreendesse e expusesse o que pensava sobre seu próprio tempo. Se entendermos que toda tradução é também interpretação, fica evidente que o conflito grego é, antes de qualquer coisa, uma metáfora às sementes da guerra Inglesa.

Hobbes afirma na tradução de Tucídides, em sua dedicatória a William Cavendish, que a história teria como função instruir e capacitar o homem a respeito das ações passadas, a fim de assumir prudência no presente e providência

para o futuro.<sup>15</sup> Para o filósofo inglês a história de Tucídides não é antiga ou inadequada para sua época, ela é ilustrativa e demonstra a natureza humana em tempos de guerra. Como afirma David Greene (GREENE 1989, p. viii), Hobbes transformou o historiador grego num homem do século XVII, como se ele compartilhasse com ele o reinado dos Stuarts e confirmasse suas visões sobre a antecipação do conflito. Ou seja, através do exemplo grego, o filósofo inglês procurava demonstrar aos seus contemporâneos onde os conflitos entre rei e parlamento levariam. Segundo ele, aliás, embora o presente pudesse enganar, já que não sabemos onde determinados atos podem nos levar, o passado é mais claro e nos mostra, ponto a ponto, onde determinadas ações levam: “Na história as ações de honra e desonra aparecem distintamente, uma por uma, contudo, hoje, elas aparecem disfarçadas e deve se tomar cuidado para não se cometer erros extremos”.<sup>16</sup>

A história grega ensinava e elucidava os caminhos futuros dos ingleses no século XVII, segundo a visão hobbesiana. Se a natureza humana é a mesma, a observação de nossos antecessores poderia nos levar a antecipar nosso próprio tempo, desvendando os atos atuais e prevendo os futuros. Assim como na natureza aprendemos pela observação do movimento, que começa com a sensação, a observação do movimento do passado pode nos fazer entender o que passa despercebido hoje.

289

Para o filósofo inglês, os relatos trazidos por Tucídides não se restringiam aos atenienses, mas mostravam a natureza humana pronta a revelar-se no momento em que não fosse mais encoberta pelos véus da sociedade. Diferente de Maquiavel, que via nas guerras sementes da liberdade e do sucesso político, inspirado na visão romana, Hobbes via o conflito sempre com olhos negativos. Para o pensador italiano, a liberdade tem um fim militar e ele preferia a expansão romana à estabilidade veneziana (SCOTT 2000, p. 115). Por outro lado, para o filósofo inglês a guerra era o fim da paz, a morte e a abstinência política. Vistas sempre como uma patologia, uma enfermidade que, por vários fatores, acometiam a sociedade. Em sua autobiografia, Hobbes se coloca como um amante da paz, filho do medo e avesso à guerra. A sedição, portanto, é sempre uma doença: “(...) corria o ano de mil seiscentos e quarenta do nascimento do filho da virgem quando a pátria foi invadida por uma surpreendente enfermidade (...)”<sup>17</sup> (HOBBS, *Escritos Autobiográficos* 1992, p. 155). O objetivo da paz, portanto, atravessa seus escritos e dá certa unidade ao seu pensamento.

Segundo Jonathan Scott, muitos estudiosos no século XVII viam-se “face a face” com a Revolução Inglesa e procuravam entendê-la. Os caminhos para isso foram diversos, mas a busca pelos antigos permeou boa parte deles. No caso do filósofo inglês, a tradução de Tucídides teria como cenário os distúrbios

<sup>15</sup> “O principal propósito da história é instruir o homem, pelo conhecimento das ações do passado, ter prudência no presente e providência no futuro: nenhum escrito fez mais isto que este meu autor” (HOBBS, *Tradução da Guerra do Peloponeso* 1989, p. xxi).

<sup>16</sup> “For in history actions of honor or dishonor do appear plainly and distinctly, which are which, but in present age they are so disguised, that few there be, and those very careful, that be not grossly mistaken in them” (HOBBS, *Tradução da Guerra do Peloponeso* 1989, p. xx).

<sup>17</sup> Na introdução do *Leviatã* Hobbes afirma que o estado é um animal artificial criado pelo homem:



do parlamento entre os anos de 1625 e 1628, chamado de "Tribunal Oratório". Em seu prefácio, como afirma Scott (SCOTT 2001, p.117), a discussão não é sobre o tipo de governo, mas as causas da instabilidade política e da guerra. Aliás, para ele, a Atenas de Péricles era uma monarquia, embora a roupagem seja democrática.

Para Hobbes não eram somente verdadeiras as causas do conflito, mas a atualidade e o perigo das paixões<sup>18</sup> que pareciam repetir-se de forma análoga na Inglaterra. Tucídides, dessa maneira, faria do leitor também um expectador: através da narrativa das falas dos oradores, ele mostraria aos ingleses não só a tragédia, mas a atualização da experiência. O historiador grego traria para ele o modelo de sua própria história e o faria apresentar sua própria resposta através de sua filosofia política, já que a historiografia clássica mostrava o problema (paixões e poder da oratória), mas não apresentava a solução (SCOTT 2001, p. 120). Como afirma Ahrensdorf (AHRENSDORF 2000), o estado de guerra, pintado e ilustrado por Tucídides, através de Hobbes, seria o próprio professor dos seus contemporâneos, pois "abriria os olhos" e elucidaria a respeito do resultado dos caminhos traçados pela sabedoria humana.

No quadro pintado por Albrecht Atdorfer, intitulado a *Batalha de Alexandre*, o pintor parecia descortinar para o espectador um panorama cósmico de uma batalha decisiva para a história universal, a Batalha de Issus que, em 333 a. C., inaugurara a época helenística. Encomendado pelo duque Guilherme IV da Baviera, a fim de embelezar sua residência de verão, o quadro chegou a pertencer posteriormente a Napoleão e hoje se encontra na Pinacoteca de Monique (KOSELLECK 2006, p. 21). A história conseguia fixar-se numa imagem que talvez, mais que dezenas de palavras, persuadiam e convencia. Contudo, a imagem, embora representasse um ponto passado, longe espacial e temporalmente, não era vista dessa maneira. Ao contrário, Albrecht desenhou um acontecimento histórico que era análogo ao que este mesmo vivia. E, ao se ler a história com olhos do presente, podemos afirmar que ela é desenhada com as cores, expectativas e imaginação do momento da escrita. Presente e passado atravessavam, em outras palavras, um horizonte comum, elucidativo para o presente, capaz de ler nas linhas do passado a inteligibilidade perdida em momentos contemporâneos. As guerras descritas e enunciadas não são colocadas em seus momentos, elas são atemporais e como exemplos, ultrapassam a transitoriedade da própria história. Mesmo que a tradução de Hobbes não se revelasse em imagens, o filósofo desejava que essa ficasse, tal

"(...) E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, o *Homem*. Porque pela arte é criado o grande *Leviatã* que se chama *Estado* ou *Cidade* (em latim *Civitas*), que não é senão um homem artificial (...) E no qual a *soberania* é uma *alma* artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro; os *magistrados* e outros *funcionários* judiciais e executivos, *juntas* artificiais (...) a *sedição* é a *doença* e a *guerra civil* é a *morte* (...)" (HOBBS, *Leviatã*, 1999, p. 27) [grifos no original].<sup>18</sup> As duas principais paixões para Hobbes parecem concorrer dentro do homem, de maneira análoga ao que ocorre na paz e guerra. De um lado temos o desejo pela paz, vindo através da morte violenta e de outro temos a busca por honra, que, para que a paz exista, precisa ser controlado (AHRENSDORF 2000).

como o quadro do pintor, desenhada na mente de seus leitores. Sendo a guerra “professora”, nada melhor que mostrá-la com todas as cores e dores, para que o homem valorizasse e soubesse manter seu estado de paz. Para construir a solução dos problemas já apresentados pelos Clássicos, Hobbes fará uma junção entre a matemática e a filosofia, através de seu método hipotético dedutivo e suas formulações conceituais. Contudo, a tradução teve, ao longo do trabalho de Hobbes, grande importância e ele incorporará, em sua escrita, traços do historiador do conflito grego. As relações entre os dois tempos, para o pensador não eram incongruentes. A anarquia descrita por Tucídides é consequência de uma situação natural existente dentro do ser humano, ilustrada pelos clássicos e pelos recentes acontecimentos na Inglaterra (SCOTT 2001, p. 124).

Na querela entre antigos e modernos, Hobbes e seus contemporâneos buscaram no passado mais remoto, especialmente grego e latino, entendimento para seus dias. Embora as leituras dos textos possam coincidir, pela própria formação humanística que o pensador teve, o sentido que ele deu ao que leu e ouviu é peculiar e está relacionado ao seu contexto histórico e as soluções que suas teorias pretenderam dar aos questionamentos de seus contemporâneos. A história não lhe interessa só como deleite intelectual, ela lhe fazia entender melhor o que se passa na Inglaterra no século XVII e, ao mesmo tempo, instruíam seus leitores. Aprender história é ensinar o presente, a fim de evitar do perigo iminente da guerra civil, que existe, antes de tudo, na natureza humana.

291

#### **Bibliografia utilizada:**

AHRENSDORF, Peter J. The Fear of Death and the Longing for Immortality: Hobbes and Thucydides on Human Nature and the Problem of Anarchy. In: **American Political Science Review**. Vol. 94, nº3, Setembro 2000.

CROOKE, William. The Booksellers to the reader. In: HOBBS, Thomas. **Behemoth: the history of the causes of the civil wars and artifices by which**. Oxford: Oxford University, 1966.

GREENE, David. Introduction. In: THUCYDIDES. **The Peloponnesian War**. Tradução de Thomas Hobbes. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. **Behemoth; or the Long Parliament**. Edição: Ferdinand Tönnies. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Edição: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

- \_\_\_\_\_. **Do Cidadão.** Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita em verso por el autor. Rodilla, Miguel Ángel (org). **Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita em verso por el autor.** Madrid: Editorial Tecnos S. A., 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado.** Tradução de Wilma Patricia Mass e Carlos Almeida Ferreira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LEVINE, Joseph M. **Humanism and History.** New York: Cornell University, 1987.
- \_\_\_\_\_. **The Autonomy of History:** truth and method from Erasmus to Gibbon. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- OSTRENSKY, Eunice. Advertência ao leitor. In: HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento.** Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Revoluções no Poder.** São Paulo: Alameda, 2005.
- SOUKI, Nádia. **Behemoth contra Leviatã:** guerra civil na filosofia de Thomas Hobbes. São Paulo: edições Loyola, 2008.
- SCOTT, Jonathan. The peace do silence: Thucydides and the English Civil War. In: Roger, G. A. J. e Sorell, Tom. **Hobbes and History.** London: Rotledge, 2000.
- SKINNER, Quentin. **Maquiavel.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. Meaning and understing in the history of ideas. In: **History and Theory.** Vol. 08, nº01, 1969, p.3-53.
- \_\_\_\_\_. **Razão e Retórica na Filosofia de Thomas Hobbes.** Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 1999.
- THUCYDIDES. **The Peloponnesian War.** Tradução de Thomas Hobbes. Chicago: The Univessity of Chicago Press, 1989.
- TUCIDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Tradução de Mário Gama Cury. Brasília: Editora Universalidade de Brasília, 2001.

# Resenhas

review essays

## A ciência nos impérios português e espanhol

BLEICHMAR, Daniela *et alii* (ed.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires: 1500-1800*. Stanford: Stanford University Press, 2009, 456 pp.

---

### **Iris Kantor**

Professora Adjunta  
Universidade de São Paulo (USP)  
ikantor@usp.br  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338  
São Paulo - SP  
05508-000  
Brasil

---

### Palavras-chave

Modernidade ibérica; Práticas científicas; Impérios ibéricos.

### Keyword

Iberian modernity; Scientific practices; Iberian empires.

294

---

Enviado em: 30/03/2010  
Autora convidada

O recém publicado *Science in the Spanish and Portuguese Empires – 1500-1800*, reúne quinze artigos e dois ensaios que fazem a síntese dos principais argumentos desenvolvidos na coletânea. Direcionada ao público universitário anglo-americano, o livro procura redimensionar o peso do legado ibérico na construção do mundo moderno. A coletânea valoriza os modos de fazer, comunicar e teorizar das ciências praticadas no âmbito dos impérios português e espanhol. Seus organizadores denunciam a persistência de visões reducionistas e depreciativas associadas à cultura científica ibérica que, segundo eles, ainda persistem nas grandes narrativas historiográficas sobre a formação do campo científico moderno.

O silêncio não é recente, mas contemporâneo às campanhas de detração promovidas pelos impérios rivais, veiculadas pela difusão da *legenda negra* e pelas controvérsias sobre a inferioridade natural e humana do Novo Mundo ao longo dos séculos XVII e XVIII. Por outro lado, essas imagens negativas do colonialismo ibérico também foram apropriadas pela historiografia decadentista (tanto na vertente liberal como marxista) que, por sua vez, atribuiu à censura inquisitorial, ao catolicismo e aos jesuítas, as principais obstruções ao desenvolvimento do pensamento científico nos países e regiões de colonização ibérica.

Os estudos reunidos nessa coletânea procuram superar definitivamente a dicotomia entre prática científica e cultura católica, demonstrando que o enquadramento teológico político do mundo natural – sensibilidade científica barroca que conjuga a intervenção divina com o experimentalismo – não teria constituído um impedimento para formulação de modelos explicativos com validade universal.

Um dos principais méritos da interpretação proposta é restituir o protagonismo ibérico. Presença percebida não apenas como contribuição pontual à história da ciência moderna, mas como parte de processos históricos mais amplos em que se procura reconstruir os contextos sociais de legitimação dos “sistemas científicos”. Não se trata de avaliar os fracassos ou os eventuais sucessos dos empreendimentos em si mesmos, mas, sim, de compreender os impactos globais e locais resultantes da acumulação (ou dispersão) de conhecimento adquirido na experiência de gestão de impérios de dimensão transcontinental.

Essa perspectiva desloca o foco de análise para a mobilidade geográfica dos diferentes atores (individuais e coletivos) implicados no processo de transmissão dos saberes para além das fronteiras políticas, religiosas, sociais e lingüísticas. Esse novo ângulo de observação permite estabelecer um quadro interpretativo distinto das abordagens historiográficas precedentes, geralmente, marcadas pelas visões decadentistas ou por reações apologéticas. Os autores dessa coletânea não caíram na armadilha de transformar as descobertas marítimas em pedra de toque do nacionalismo científico. Um anacronismo sempre difícil de contornar tendo em vista o papel ativo da Coroa na criação de instituições especializadas e na formação de corpos profissionais.



A compreensão da imbricação (não sem tensões e conflitos) entre os desígnios imperiais e a produção científica apresenta-se como um desafio teórico que contraria os modelos de análise weberiano ou habermasiano. Com efeito, os artigos evidenciam uma realidade matizada, um contexto de experiências constituído por uma diversidade de espaços institucionais e informais (conselhos, corte, salões cortesãos, universidades, academias, seminários missionários, jardins botânicos, bibliotecas privadas, expedições e gabinetes itinerantes etc...), mas também por diferentes modalidades de interação social. A riqueza desses diferentes situações nos obriga a uma revisão dos modelos sociológicos clássicos. As teorias de Pierre Bourdieu são invocadas para explicar as condições de exercício das atividades científicas na Nova Espanha de maneira bastante convincente.

Da mesma maneira, os autores não desconsideram as restrições impostas à difusão das descobertas científicas por motivos geopolíticos: os segredo de Estado (*arcana imperii*). Contudo, destacam que, mais do que controlar o fluxo da informação científica, as coroas lograram impedir sua publicação, e, por consequência, sua difusão e reconhecimento oficial no âmbito da república das letras europeia. Onésimo de Almeida e Kevin Sheehan, por exemplo, chamam atenção para importância dos relatos dos navegantes portugueses e espanhóis na obra Francis Bacon, muito embora o autor não tenha atribuído os devidos créditos às fontes utilizadas. Ao contrário dos impérios rivais, as Coroas Ibéricas nunca souberam explorar o potencial de propaganda dos experimentos bem sucedidos em seu próprio favor.

Seguindo a pista deixada por Alexander von Humboldt, o prefaciador da coletânea, Cañizares-Esguerra, alerta para a necessidade de investigar centenas ou milhares de manuscritos ainda inéditos depositados nos arquivos e bibliotecas para uma correta avaliação dos alcances e limites da cultura científica ibérica. Palmira Costa e Henrique Leitão também enfatizam que o pesquisador deve percorrer as correspondências das autoridades metropolitanas e locais, os diários de viajantes e comerciantes, os relatórios de missionários e cronistas locais para captar a dimensão quotidiana dessas experiências.

Dividida em quatro unidades, a coletânea busca novas abordagens para o enquadramento da produção científica na escala intra-imperial e trans-imperial. Na primeira parte, "Reassessing the Role of Iberia in Early Modern Science", dois balanços bibliográficos traçam um panorama atualizado das investigações realizadas nas últimas duas décadas. Tanto no caso português, como no caso espanhol, os autores constataam as dificuldades de recepção por parte da historiografia estrangeira das contribuições mais recentes. Na segunda parte, "New World, New Sciences", os autores exploram as tensões de natureza epistemológica suscitadas pelo confronto entre campo e gabinete, entre experiência prática e especulação teórica. Na terceira parte do livro, "Knowledge Production: Local Contexts, Global Empires", abordam-se as relações entre ciência e a construção dos impérios de longa distância, e os estudos de caso atenuam a dicotomia entre centros e periferias ao enfatizarem o intenso intercâmbio

de conhecimento e a multiplicidade de variáveis que interferiam na produção local.

Com efeito, a expansão comercial e o processo colonizador levaram à intensificação dos contatos com as populações nativas. Desígnios comerciais e políticos possibilitaram o aparecimento de uma camada social - tradutores ou mediadores culturais - fundamental na conversão entre os sistemas de conhecimento nativo e o europeu. A atuação desses "experts" comprovaria a enorme capacidade de apropriação da sócio e biodiversidade locais. Personagens híbridos - nem totalmente crioulos, nem completamente europeus - como o navegador português a serviço de Felipe III (Felipe II de Portugal) Pedro Fernandez de Quirós, o matemático e astrônomo Carlos de Singüenza y Góngorra, o naturalista e editor de periódicos Jose Antonio Alzate y Ramirez e o naturalista José Celestino Mutis. Todos eles atestam a coexistência e articulação de matrizes de pensamento, muitas vezes distintas, mas que estimularam a elaboração de outras linguagens e taxonomias científicas, mais recentemente denominadas de epistemologias patrióticas (cf. Cañizares-Esguerra).

A politização dessas epistemologias como reação às reformas ilustradas em fins do século XVIII não constitui um objeto de questionamento nesta coletânea. Nesse aspecto, os estudos distanciam-se das perspectivas historiográficas que buscam ver nas tensões entre cientistas peninsulares e crioulos uma fonte de inspiração para afirmação das identidades anti-metropolitanas (cf. Antonello Gerbi, David Branding, Thomas Glick). Os organizadores deixam isso evidente quando propõem um recorte temporal que abarca o período de 1500 a 1800, sem comprometer-se com a cronologia do processo de emancipação política deflagrada a partir das invasões napoleônicas e após a revolução de Cadiz (1812). Fiona Clark, Daniela Bleichmar e Paula de Vos, pelo contrário, destacam a tendência para afirmação do patriotismo imperial que unia peninsulares e crioulos contra os preconceitos veiculados pelas teorias da inferioridade natural do Novo Mundo.

Na quarta e última parte da coletânea, "Commerce, Curiosities and the Circulation of Knowledge", explora-se mais diretamente as interconexões entre motivações mercantis, ciência aplicada e curiosidade. Os estudos trazem à tona novos atores cujos experimentos empíricos e as vivências concretas estiveram na raiz das inovações tecnológicas, posteriormente incorporadas e difundidas por cientistas europeus de grande prestígio. Reconstitui-se a cadeia de transmissão dos conhecimentos úteis para o comércio e para o governo dos povos (sobretudo no campo da medicina, botânica, mineração, técnicas de navegação, astronomia e cartografia). Em mais de 300 anos de colonização, as coroas ibéricas teriam desenvolvido sistemas de coleta e processamento das informações, configurando uma rede não apenas institucional, mas também informal, mobilizada em escala planetária. Paradoxalmente, até mesmo as iniciativas das ordens missionárias (nos colégios jesuíticos, franciscanos e dominicanos) colaboraram para formação de uma cultura empírica, aberta ao experimentalismo e à concepção secular do mundo natural.

Entre os quinze estudos apresentados, quatro apenas dedicam-se ao império português e o restante ao espanhol. Somente um artigo (de Junia Ferreira Furtado) está dedicado ao mundo luso-americano. O desequilíbrio é notório, mas não compromete a perspectiva global de análise, pelo contrário, demonstra que ainda há um longo percurso de investigação a ser percorrido... Sobretudo no que toca aos entrecruzamentos possíveis entre os dois impérios, conexões temáticas, cronológicas e biográficas poderiam aproximar ainda mais as experiências comuns em contraste com os demais impérios. A historiografia recente tem mostrado que o “comércio erudito” entre os luso-americanos e os hispano-americanos era mais intenso do que se pressupôs. A contradição entre cosmopolitismo e nacionalismo científico tornou-se cada vez mais aguda após a expansão napoleônica. Fazer ciência no mundo ibérico nunca foi um labor neutro, mas carregado de investimento político, econômico, filosófico e afetivo. *Science in the Spanish and Portuguese Empires* abre uma agenda historiográfica indiscutivelmente fundamental.

## Experiência, história e modernidade no Brasil oitocentista

ARAÚJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, 204pp.

---

### Rodrigo Turin

Pós-doutorando  
Universidade de São Paulo (USP)  
rodrigoturin@gmail.com  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338  
São Paulo - SP  
05508-000  
Brasil

---

### Palavras-chave

Tempo histórico; História dos conceitos; Historiografia brasileira.

299

### Keyword

Historical time; History of concepts; Brazilian historiography.

---

Enviado em: 07/01/2010  
Autor convidado

Apresentado originalmente como tese de doutoramento junto à PUC-Rio, em 2003, *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, de Valdei Lopes de Araújo, não era um trabalho desconhecido aos estudiosos da historiografia brasileira oitocentista. Ainda em seu formato de tese, já havia se tornado uma referência incontornável ao debate acadêmico sobre a formação de um conceito moderno de história no Brasil. Sua publicação pela editora Hucitec, dentro da importante coleção *Estudos Históricos*, vem, portanto, fazer justiça à valiosa contribuição representada por seu trabalho, cujos desdobramentos se estendem em uma série de artigos e capítulos de livros. Essa publicação vem somar-se, igualmente, aos recentes trabalhos realizados sobre a história dos conceitos, referentes tanto ao Brasil em particular, como também ao mundo Ibérico – com destaque para o *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil* (cujos verbetes farão parte de um *Diccionario político y social iberoamericano*), para o qual Valdei também contribuiu, em parceria com João Paulo Pimenta, escrevendo sobre o conceito de “história”. (FERES JÚNIOR; JASMIN 2007; FERES JÚNIOR 2009; SEBASTIÁN; FUENTES 2002; PADILLA 2002; PADILLA 2008). Aliam-se aqui, com extrema competência, trabalho historiográfico e reflexão teórica, numa definição de historiografia que tem se mostrado cada vez mais necessária e, felizmente, ampliada em nosso campo – para o qual Valdei Araújo, deve-se dizer, tem contribuído como poucos, não apenas com seus trabalhos, como também na organização de espaços que possibilitam a troca e o debate entre os especialistas.

A hipótese central de *A experiência do tempo* vincula-se às célebres investigações capitaneadas por Reinhart Koselleck acerca da formação dos conceitos fundamentais da Modernidade, cujos resultados encontram-se na monumental obra coletiva *Geschichtliche Grundbegriffe. Lexikon zur Politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, organizada com Werner Conze e Otto Brunner. De acordo com a tese de Koselleck, entre 1750 e 1850 houve uma transformação no sentido dos conceitos sócio-políticos no mundo linguístico germânico, assim como a criação de neologismos que denunciavam uma mudança no modo como o passado e o futuro (ou “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, entendidos como categorias meta-históricas) eram relacionados enquanto “forma” da experiência. A produção de uma crescente assimetria entre essas categorias fez com que as expectativas em relação ao futuro se desvinculassem de tudo quanto as experiências do passado tinham sido capazes de oferecer aos homens no presente. Com isso, o próprio tempo era alçado a “objeto” da experiência, assumindo um caráter reflexivo cujo resultado seria a própria formação do conceito moderno de história como um singular coletivo (KOSELLECK, 2006). Koselleck denomina esse período de forte mudança conceitual como *Sattelzeit* – uma espécie de antecâmara da Modernidade propriamente dita (*Neuzeit*).

O que as investigações de Valdei Lopes de Araújo sugerem é justamente a existência de um análogo ao *Sattelzeit* kosellekiano para o Brasil oitocentista. A hipótese que permeia suas investigações está centrada em uma “real descontinuidade

discursiva” e conceitual ocorrida na década de 1830 (pp.19-20). Esta descontinuidade caracteriza-se, como mostra o autor, pela formação de uma experiência moderna do tempo no Brasil, marcada por uma crescente historicização da realidade, frente à experiência dos letrados provenientes do ambiente ilustrado português, ainda presos a modelos cíclicos. Assim, entre a geração que participou do processo de independência e aqueles que se veriam incumbidos da tarefa de construir uma narrativa identitária nacional, uma nova rede semântica foi configurada - ao mesmo tempo índice e fator de um novo espaço de experiência que marcava a inserção do Brasil na Modernidade. No desenvolvimento desta tese central, Valdeci Araújo discute uma ampla variedade de tópicos e autores, cuja articulação, além de reforçar o sentido de seu argumento, permite vislumbrar a extensão abarcada por essa mudança conceitual em seus níveis ético, estético, político e intelectual. Não podendo, aqui, fazer jus à riqueza trazida por suas análises desses diversos tópicos, concentrarei minha leitura em torno de duas noções mais gerais que permeiam sua narrativa e que, igualmente, me permitem organizar alguns problemas envolvendo o meu próprio interesse na historiografia oitocentista. Estas noções são as de “descontinuidade” e de “Modernidade”.

As duas partes que dividem *A experiência do tempo* estruturam a forma narrativa e analítica através da qual o autor apresenta esse processo de descontinuidade conceitual. Na primeira, centrada nos textos de José Bonifácio, Valdeci Araújo realiza uma apurada análise semântica dos termos através dos quais Bonifácio, expressando uma consciência de crise do Império lusitano, procurava orientar as ações necessárias para sua solução. Seus projetos de reformas ilustradas, definidas em momentos sucessivos, apoiavam-se nos conceitos de “restauração” e “regeneração” - o primeiro indicando a expectativa de restaurar o velho Portugal e, assim, “anular” a aceleração do tempo (p.36); enquanto o segundo já guardava em si uma maior abertura à temporalidade, ao movimento, apesar de manter-se ainda ligado a uma compreensão “cíclica e fechada do desenvolvimento das civilizações” (p. 59), vendo na emancipação do Brasil a possibilidade de um novo começo pautado por princípios imutáveis, em conformidade com a Razão iluminista. A análise dos textos de Bonifácio indica, assim, um movimento direcionado a uma crescente temporalização dos conceitos políticos, sociais e estéticos, mas cujas limitações, além de carregarem seus escritos com algumas ambiguidades, como afirma Valdeci, seriam explicitadas pela própria marcha dos eventos. Para a geração que se ocuparia do processo de organização de um Estado Nacional, a continuidade de um mundo luso-brasileiro inscrita no sistema andradiano mostrar-se-ia cada vez mais problemática. Uma das contribuições mais valiosas da tese de Valdeci Araújo está justamente em mostrar como esse processo levaria à elaboração de *um sentido* da história brasileira centrada nos termos “metrópole” e “colônia”, garantindo sua individualidade histórica.

Na segunda parte do livro, o autor nos apresenta o movimento de ruptura com a rede semântica herdada dessa geração de Bonifácio; uma ruptura que,



como parece sugerir, também se expressaria numa oposição entre conceitos ilustrados e conceitos românticos. Enquanto para Bonifácio a história se vinculava ainda a um trabalho “fundamentalmente descritivo” e a diversidade dos fenômenos poderia ser organizada “com base nas leis gerais da natureza”, para a geração de Gonçalves de Magalhães e dos sócios do IHGB os conceitos centrais vão revestir-se de “uma espessura histórico-cultural” (p.104). Mesmo quando um autor como o Visconde de São Leopoldo vincula o IHGB às ideias da “ilustração”, para Valdeci Araújo essa noção de ilustração se mostra distante do “quadro fechado e cíclico” da geração anterior (p.149). Assim, diferentemente de outras interpretações que vêem a tradição ilustrada presente nos trabalhos do IHGB, como também um de seus fundamentos (GUIMARÃES 2006), o autor associa a formação de uma consciência histórica moderna no Brasil mais diretamente ao romantismo e sua ruptura com os conceitos iluministas – daí o lugar central que destina ao texto de Gonçalves de Magalhães publicado na Revista *Nitheroy*, no qual a noção de literatura assumiria os atributos do conceito moderno de história (p. 121). Mais do que *um processo* de historicização, Valdeci destaca assim o caráter de quebra e ruptura que caracteriza essa descontinuidade conceitual entre as duas gerações. Desse modo, como afirma, “o fundamental é perceber como conceitos centrais adquirem uma nova qualidade”, e, portanto, a “permanência de uma retórica da nação esconde o fato de já não se falar mais da mesma coisa” (p.104). De fato, como salienta com propriedade o autor, a continuidade de um mesmo vocabulário não pode ser tomada como índice de uma identidade conceitual entre períodos históricos distintos. As análises de Valdeci Araújo, nesse sentido, são primorosas em detectar o caráter das mudanças na forma de experimentar o tempo abertas com o processo de emancipação, direcionando as expectativas daquela geração à necessidade de conceitualizar um sentido propriamente histórico para a nação brasileira em sua individualidade. Contudo, me parece igualmente que uma demarcação rígida, seja cronológica ou conceitual, entre o “antigo” e o “moderno” a partir de determinadas oposições pode gerar algumas dificuldades na compreensão das dinâmicas específicas que essa nova forma de experimentar o tempo assume nos textos desses autores.

Nos escritos de Bonifácio, como mencionado, já ocorria uma sensível temporalização dos conceitos (ainda que limitada), manifestada, por exemplo, no uso ambíguo da palavra “modernidade”(p. 82). Do mesmo modo, no trabalho de historicização da realidade levada a cabo pela geração seguinte não estariam ausentes, como nota o autor, elementos característicos de uma rede conceitual anterior, a exemplo da manutenção dos “antigos” enquanto clássicos e modelos de emulação, certas noções ligadas a uma concepção “cíclica” da história ou, ainda, ideias universais iluministas. É na constatação dessas permanências – e não no conjunto das transformações semânticas apresentadas no livro - que a interpretação de Valdeci nos encaminha a uma reflexão teórica. Para o autor, a permanência das referências a autores da tradição clássica, por exemplo, não poderia ser confundida com algum tipo de continuidade conceitual com a geração

de Bonifácio (p. 150). Essa aparente permanência se explicaria, antes, por uma "metaforização". Ainda que o autor não explore o sentido desse termo, não podemos esquecer que as metáforas, como os conceitos e mesmo os lugares-comuns, também exercem um papel estruturante (BLUMENBERG 1995). Se, por um lado, Valdeci mostra de maneira convincente a formação de um novo campo de experiência que se abre como "desenvolvimento progressivo de uma identidade", logo, da historicidade; por outro lado, certas permanências como a do uso dos clássicos como figuras de autoridade, seja estética, seja moral, dentro da fórmula da *historia magistra vitae*, não deixam de colocar alguns problemas a esse quadro de análise. Entender essas presenças como "estratégia compensatória" (p. 97), "metaforização" (p. 150), "hesitações iniciais" (p. 147) ou como falta de uma "compreensão sintética" das forças que compunham um entendimento moderno da história (p. 144), talvez signifique desconsiderar a efetividade que elas realmente desempenhavam na representação histórica desses autores e, desse modo, erigir obstáculos para a compreensão da singularidade dos modos como a história foi conceitualizada e experimentada no Brasil oitocentista. Ao final do livro, o autor salienta essas ambiguidades expressas por permanências, vinculando-as à ausência do conceito de "evolução" - cujo aparecimento só se daria na década de 1870 e sem o qual os autores da geração romântica não poderiam "juntar passado, presente e futuro em um progresso linear e sem ruptura" (p. 184). O problema é que a explicação, nesse ponto específico, concentra-se em um "ainda não", caracterizando essas permanências de modo negativo, como resquícios ou atavismos de uma outra época conceitual. O entendimento da positividade dessas permanências dentro de um processo de transformação da rede semântica, no entanto, só viria reforçar e enriquecer o dinâmico panorama de reformulação conceitual apresentado em a *Experiência do tempo*.

Nesse sentido, algumas das ambiguidades que se mostram nesses autores talvez possam ser esclarecidas num esforço constante de nós, historiadores, esclarecermos as perguntas que nos fazem ver tais ambiguidades. O próprio uso do modelo koselleckiano de Modernidade, universalizado a partir de certas oposições, pode acabar gerando distorções, arcaísmos e ambiguidades que, antes de serem inerentes aos próprios textos estudados, são projeções das lentes através das quais os enxergamos. Preocupação semelhante foi colocada por Elias Palti: "Na medida em que modernidade e tradição aparecem como blocos perfeitamente coerentes e opostos entre si, as contradições na história intelectual aparecerão necessariamente como resultado de uma espécie de assincronia conceitual, isto é, a superposição de duas épocas históricas diversas" (PALTI 2007a, p. 64; PALTI 2007b). O desafio para a realização de uma história dos conceitos em espaços culturais distintos daquele analisado por Koselleck, portanto, é manter sempre esse instrumento heurístico aberto, como algo que nos permite interrogar os textos, mas sem deixar, ao mesmo tempo, de fazer o movimento de retorno, revendo e refigurando os instrumentos de nossas indagações. Só assim, acredito, seria possível abrir uma dimensão verdadeiramente

comparativa não apenas dos regimes de historicidade, mas também das diversas configurações do que o conceito de Modernidade pretende ou pode abarcar. A permanência dos antigos enquanto fonte de autoridade, para usar o exemplo já citado, não poderia ser entendido, talvez, como um índice do lugar fundamental que as concepções hierárquicas desempenhavam no Império do Brasil, levando ao reconhecimento e à valorização da *assimetria* implícita na noção mesma de *autoridade* (D'ALLONNES 2006)? Independente da validade dessa hipótese, o desafio, me parece, é reconstruir a *efetividade* desses elementos na estruturação da rede conceitual onde aparecem. Se o modelo nos permite ver certas semelhanças e diferenças, a questão, enfim, é entender como essas diferenças ganham sentido na forma como esses letrados e políticos *experimentavam* o tempo – naquilo que toda experiência tem de singular e geral, de continuidade e inovação. Com isso, outros momentos importantes desse processo de historicização poderiam ser articulados às valiosas descobertas de *A experiência do tempo*, seja em recuo, como a década de 1770, com o ambiente erudito ilustrado português, seja avançando, caso da década de 1870, cujas expectativas específicas levaram a um movimento forte de democratização, ideologização e secularização dos conceitos históricos e políticos. Somente futuras investigações, contudo, poderiam verificar a pertinência e validade dessas articulações.

O livro de Valdeci Lopes de Araújo, enfim, é decisivo justamente em nos encaminhar esses e outros problemas fundamentais para a compreensão do processo de formação de um conceito moderno de história no Brasil, nos mostrando a importância da década de 1830 enquanto momento chave do processo de historicização da realidade e como esse processo esteve fortemente vinculado, no Brasil, à organização do Estado Nacional. A cirúrgica escolha do material, a maturidade da reflexão teórica e o vigor de sua interpretação estendem-se por todo o livro, garantindo uma exposição clara e segura, colocando-se de maneira franca ao leitor e ao mesmo tempo instigando-o a reagir ao texto. Como mencionei, *A experiência do tempo* abre inúmeras outras questões a serem desenvolvidas, firmando-se como uma referência central aos estudiosos de historiografia brasileira. E o melhor que se pode esperar de uma obra dessa natureza é justamente que suscite sempre novas indagações, gerando, com o prazer da pesquisa, novas intersecções entre presente, passado e futuro.

304

### **Bibliografia citada:**

BLUMENBERG, Hans. **Naufregio con espectador**. Madrid: Visor, 1995.

D'ALLONNES, Myriam Revault. **Le pouvoir des commencements. Essai sur l'autorité**. Paris : Seuil, 2006.

FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs). **História dos conceitos**.

**Diálogos transatlânticos.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2007.

FERES JÚNIOR, João (org). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. "Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista", in: **Estudos sobre a escrita da história.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006a.

PADILLA, Guillermo Zermeño. "História, experiência e Modernidade na América Ibérica, 1750-1850", **Almanack Braziliense**, n. 7, maio de 2008.

PADILLA, Guillermo Zermeño. **La cultura moderna de la historia. Una aproximación teórica e historiográfica.** México: El Colegio del México, 2002.

PALTI, Elias. "Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos", in: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs). **História dos conceitos. Diálogos transatlânticos.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2007a.

PALTI, Elias. **El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007b.

SEBASTIÁN, Javier Fernández, FUENTES, Juan Francisco (Eds). **Diccionario Político y Social del Siglo XIX Español.** Madrid: Alianza Editorial, 2002.

## Biografia intelectual como exercício de escrita da história

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 253pp.

---

### Sérgio Montalvão

Doutorando

Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

berlioz66@hotmail.com

Praia de Botafogo, 190/14º andar

Rio de Janeiro - RJ

22250-900

Brasil

---

### Palavras-chave

Caio Prado Júnior, Biografia; Historiografia.

### Keyword

Caio Prado Junior; Biography; Historiography.

306

---

Enviado em: 30/07/2009

Aprovado em: 30/08/2009

Ensina-nos Ítalo Calvino que os clássicos são livros acerca dos quais não se costuma dizer: “estou lendo”. E sim: “estou relendo”. Desde a sua publicação, nas décadas de 1930 e 1940, a obra histórica de Caio Prado Júnior foi lida de diferentes maneiras, suscitando aplausos e críticas, de acordo com o próprio deslocamento da historiografia, mantendo vivo, no entanto, o interesse dos leitores. Chegado o ano de 2008, pouco depois de completar-se o centenário de nascimento do autor de *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), a sua biografia, feita por Lincoln Secco em *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*, da editora paulistana Boitempo, apresenta não apenas o intelectual dedicado à interpretação do Brasil, mas o ativista e parlamentar de esquerda, o *publisher* da editora Brasiliense. Voltado para o grande público, esse estudo não perde, em nenhum momento, o rigor analítico, tendo o mérito de reunir o pensador e o homem de ação, de traçar um retrato de corpo inteiro de um dos mais formidáveis historiadores do século XX.

O livro de Lincoln Secco se beneficiou da voga de estudos caiopradianos que se sucederam a partir da segunda metade da década de 1990 (IUMATTI, 1998 e 2007; MARTINEZ, 1998; RICUPERO, 2000, GNERRE, 2001 e SANTOS, 2001). A abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) e a descoberta dos cadernos políticos de Caio Prado Júnior – parcialmente apresentados na tese de Paulo Iumatti, que elegeu as anotações sobre o ano de 1945, o último do Estado Novo de Vargas –, hoje abertos à consulta pública no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), abriram um campo sobre o qual historiadores e cientistas sociais puderam descortinar as suas relações políticas e pessoais.

A nova ordem documental levou à mudança de foco, da historiografia ao historiador. Este movimento acompanhou as possibilidades de pesquisa atuais, que permitem maior variação nos jogos de escala. Parte evidente do regime de historicidade do século XIX, a biografia, depois de impactada pela história estrutural, renasceu a partir do final da década de 1960, em pesquisas que tiveram como objetivo revelar o cotidiano e a cultura dos “excluídos da história” (LORIGA, 1998). A partir de então teve início um movimento de revisão da história social, até então seduzida pelos expedientes de quantificação da chamada história serial. A crise do “paradigma galilaico” implicou na saturação da ideia de se levar a história ao limite de uma ciência em construção (GRENIER, 1998). A fortuna da biografia, porém, não se limitou apenas à história social, mas teve acolhida e espaço crescentes na história política renovada, que se dispôs a refletir sobre a ação dos indivíduos na esfera pública e de poder, recusando não somente a abordagem heróica, que fazia com que poucos personagens do passado gozassem de dignidade pessoal, mas também a abordagem totalizante, prefigurada em concepções teleológicas, que negavam o valor da experiência e do vivido.

A arte de tornar pública a sua opinião, criação, interpretação ou tese, que caracteriza os intelectuais e o seu relacionamento com a *pólis*, se inicia como atividade solitária e permanece associada ao autor ou à autora dos diferentes



de obras e intervenções. Mesmo no caso dos "intelectuais orgânicos", conforme o conceito gramsciano, o empenho em servir a uma classe social depende de esforço próprio, que não pode ser delegado a terceiros. Na política, o intelectual está constantemente envolvido com processos e escolhas, nem sempre coerentes, de um lado e de outro. As suas escolhas políticas se fazem em meio a processos e acontecimentos históricos. Guerras, revoluções, torturas, genocídios, injustiças e desrespeito ao que consideram direitos individuais ou coletivos marcaram a entrada dos intelectuais na arena pública. Denúncias, acusações de desvios ou exacerbações daqueles que eles próprios apoiaram em um primeiro momento, levaram-nos à contestação ou ao silêncio. Se sujeito a tantas singularidades e idiosincrasias, haveria como tratar o intelectual além da biografia? Este me parece o desafio do livro de Lincoln Secco: tornar a biografia de Caio Prado Júnior um exercício de história política e, ao mesmo tempo, um exercício de história da historiografia.

O livro resenhado divide-se em cinco partes: "Os anos de formação", "O parlamentar", "O revolucionário", "O historiador" e a "Questão agrária". É interessante acompanhar esta divisão e, a partir dela, ver a atualidade e a originalidade dos enfoques utilizados. A origem familiar de Caio Prado Júnior, nascido do casamento de Caio da Silva Prado com Antonieta Penteado da Silva Prado, remete de imediato à elite paulistana, tendo Lincoln Secco ressaltado a importância do ramo materno, geralmente esquecido, ao escrever que "uma parcela importante da fortuna de seus pais provinha da família Penteado, que enriqueceu com a fabricação de sacos de juta demandados pela comercialização do café" (SECCO, 2008, pp. 19-20). Assim, a educação escolar e o convívio com os hábitos e a cultura da alta burguesia levaram Caio Prado Júnior a seguir os padrões típicos de sua classe social, identificáveis na frequência à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, pela qual recebeu o título de bacharel em 1928, e no casamento com Hermínia Cerquino, em 1929, no Mosteiro de São Bento.

A participação política do historiador teve início no movimento de cisão da oligarquia paulista, sintomaticamente demonstrada pela criação do Partido Democrático em 1926, do qual participou ativamente, inclusive na campanha presidencial de Getúlio Vargas e João Pessoa para as eleições de 1930. A revisão da sociedade oligárquica e a ânsia pela sua democratização formam o emblema político de Caio Prado Júnior. O fracasso da Revolução de 1930 em desarmar o pêndulo que, para o historiador, a fez retroceder mais do que avançar no sentido da autêntica superação do mando tradicional, ancorado na permanência da estrutura colonial e dependente da economia brasileira, o fez procurar, entre as opções da época,<sup>1</sup> a forma mais pertinente de expandir o radicalismo de suas ideias.

<sup>1</sup> Escrevendo sobre a Revolução de 1930 e a cultura, Antônio Cândido tratou das diversas formas de radicalização do período, decorrentes do "convívio íntimo entre a literatura e as ideologias políticas e religiosas" (1984, p. 30), que levaram os intelectuais a vivenciar experiências radicais no catolicismo, no fascismo e no comunismo.

O comunismo dos anos 1930 foi vivido por Caio Prado Júnior como a experiência mais autêntica e radical de democratização e modernização aceleradas, conhecida pessoalmente por ele em sua viagem à União Soviética, depois defendida em sua possível aplicação ao Brasil, pelo que demonstram seus artigos na imprensa, escritos no tempo da Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual foi vice-presidente da regional de São Paulo. A crença nas ideias do marxismo soviético<sup>2</sup> e a imobilidade dessa crença no decorrer da sua vida levaram Caio Prado Júnior a se engajar numa “quase religião laica”. A expressão foi retirada por Lincoln Secco da autobiografia de Eric Hobsbawm e expõe, muito elucidativamente, o sentimento de dois intelectuais e historiadores marxistas de grande expressão em face daquilo que conformou as suas respectivas identidades públicas. Passar à esquerda comunista significava fazer parte de uma comunidade doutrinária, com regras e direcionamentos de difícil questionamento, e aceitar o modelo soviético como exemplo incontestável de sucesso político. Os posicionamentos de Caio Prado Júnior sempre revelaram a sua retidão em relação aos cânones da era stalinista, não passando por revisões e autocríticas devido a comportamentos heréticos, como outros intelectuais do partido, entre os quais podemos citar Astrojildo Pereira, Heitor Ferreira Lima e Octávio Brandão. A prisão em 1935 e o exílio na Europa nos primeiros anos da ditadura varguista tornaram-no um exemplo da inteligência engajada.

309

Mesmo sem negligenciar a importância desses anos de formação, nos quais Caio Prado Júnior escreveu os dois livros mais importantes de sua bibliografia, Lincoln Secco destaca a sua experiência parlamentar, no final da década de 1940, durante o pequeno intervalo de legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB). Depois de não ter apoiado a causa da “constituente com Getúlio”, preferindo uma aliança tática dos comunistas com a União Democrática Nacional (UDN), o historiador e proprietário da Editora Brasiliense,<sup>3</sup> lançou-se candidato a deputado estadual pelo PCB, foi eleito e compôs a bancada comunista com mais dez deputados. Os Anais da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) o apresentam em debates nos quais demonstrou o trato polido e a fina ironia das suas colocações. Segundo Lincoln Secco, o ápice da sua presença no parlamento foi o projeto destinado à criação de uma fundação de amparo à pesquisa científica, concessora de bolsas e incentivos a estudantes e professores universitários.

A cassação do registro eleitoral do PCB causou novamente a prisão de Caio Prado Júnior e o fez ingressar, nos anos 1950 e 1960, em ativa “luta cultural”, entrincheirado na *Revista Brasiliense*. Foi nesta publicação que o historiador avaliou o tempo presente e discutiu o tema da revolução brasileira. Sabe-se que Caio Prado Júnior olhava com desconfiança o governo João Goulart (1961-1964) e toda a agitação em torno da sua *persona*. O personalismo da

<sup>2</sup> Aqui penso o marxismo soviético enquanto ideologia e razão de Estado, não enquanto interpretação histórica das sociedades.

<sup>3</sup> Fundada em 1943, a Editora Brasiliense teve como demais sócios: Arthur Neves, Caio da Silva Prado e Leandro Dupré.

política brasileira, germe do populismo e de toda a desgraça da esquerda que havia entendido a política de massas, induzida a partir dele, como a antecâmara da política revolucionária, chegava ao clímax em 1963, após o plebiscito de 6 de janeiro, que encerrou o período parlamentarista iniciado dois anos antes e devolveu a Goulart a inteireza dos poderes presidenciais. Reforma agrária na lei ou “na marra”, superação dos “resquícios feudais”, “dispositivo militar”, “burguesia nacional-progressista” e a máxima de Luís Carlos Prestes dizendo-se próximo ao poder, na visão de Caio Prado Júnior, pouco acrescentavam à revolução brasileira, que representava a passagem da colônia à nação e não ocorreria de maneira explosiva, no tempo curto dos acontecimentos políticos.

A entrada do historiador no debate político teve a retaguarda do filósofo. Neste ponto, é muito interessante a contribuição de Lincoln Secco, pois a filosofia de Caio Prado Júnior pouco tem sido investigada e quando inquirida se apresenta com outras matrizes teóricas que não o marxismo. Encontra-se nela a recepção do positivismo lógico de Bertrand Russell e do Círculo de Viena, a partir da qual Caio construiu uma apreciação da história em que só há processos e relações, sem um sentido encontrado de antemão. Essa observação já havia sido feita por Jacob Gorender (1989, p.261), mas ganhou um destaque especial na biografia aqui comentada, pois é apresentada como fundamento lógico-teórico das análises políticas do historiador, sempre avessas a esquemas classificatórios feitos *a priori*.

As páginas sobre a circulação das ideias de Caio Prado Júnior acerca do tema da revolução brasileira, da maneira pouco entusiasmada como foram recebidas entre a intelectualidade de esquerda à sua consagração, materializada pela entrega do prêmio Juca Pato, de intelectual do ano de 1966, demonstram o conhecimento de Lincoln Secco sobre a história do marxismo no Brasil. É o que se pode notar pela seguinte passagem da biografia:

Independentemente da opinião que temos sobre aquele livro [*A revolução brasileira*, 1966], ele enfim fez com que Caio Prado Júnior deixasse de ser apenas um comunista politicamente marginal no interior do partido para se situar no centro de uma polêmica sobre as razões da derrota da esquerda. Isso porque sua leitura do Brasil agora encontrava um novo ambiente cultural e o próprio marxismo cedia lugar a uma era de vários marxismos, como já vimos. Caio Prado Júnior se tornou o novo paradigma das leituras críticas da nossa história e passou da condição de herege à do mais brilhante e modelar pensador marxista brasileiro. (SECCO, *Op. Cit.* pp. 117-118).

Enquanto a consagração de Caio Prado Júnior como intelectual de esquerda teve que aguardar a derrota da sua vanguarda política, o mesmo não aconteceu com o historiador que utilizou o materialismo histórico como método de investigação. A quarta parte de *O sentido da revolução* se inicia com a frase: “A história estava no alfa e ômega do seu pensamento” (Idem, p. 153). A história e não o marxismo. Mesmo que tenha sido reverenciado como o primeiro a retirar os frutos advindos dos conceitos de Marx para entender os cinco séculos

da História do Brasil e sua relação com o capitalismo na Idade Moderna e Contemporânea, Caio Prado Júnior cultivou, em toda a sua trajetória de pesquisador, o melhor dos hábitos tradicionais de leitura e interpretação das fontes históricas. No entanto, não se pode deixar de incluí-lo no sopro de renovação dos estudos históricos e sociais da década de 1930. A intenção de *Evolução Política do Brasil* foi superar a tradicional historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, ao mesmo tempo, contestar os devaneios acerca da presença do feudalismo em nossa formação social, presente numa incipiente produção de autores marxistas. O capítulo sobre o período regencial expõe o ímpeto revisionista da historiografia caiopradiana. Nele se encontra a primeira tentativa de se chegar ao solo dos conflitos políticos do século XIX, colocando o povo em cena. Organizado como síntese, o livro traça um roteiro das revoltas acontecidas na década de 1830, revelando personagens como os irmãos Antônio e Francisco Vinagre, que lideraram os cabanos do Pará, e o escravo Cosme, fundador de um quilombo no Maranhão durante a Balaiada. A entrada do povo na política não foi vista com ingenuidade. Francisco Vinagre, após se insurgir contra o governo de Félix Clemente Malcher e controlar o poder, buscou se aproximar do governo imperial e negociou um acordo (PRADO JÚNIOR, 1991 [1933], pp. 75-76). O escravo Cosme, logo intitulado "imperador, tutor e defensor de todo o Brasil", "vendia a seus companheiros títulos e honrarias" (Idem, p. 80).

311

A interpretação histórica do Brasil feita por Caio Prado Júnior encontra a sua metodologia mais definida em *Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*.<sup>4</sup> Ambos obtiveram apreciável aceitação crítica, estando na raiz da história econômica praticada na Universidade de São Paulo (USP), como se observa da leitura de *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, de Fernando Novais. Críticas a essa interpretação e, em especial, aos excessos relativos à determinação externa da economia brasileira e à falta de acumulação interna de capitais viriam mais de três décadas depois. Ao apresentar essa polêmica, Secco defendeu o biografado contra as acusações da sua obra marxista ter-se apoiado mais nos aspectos da circulação de capitais (movimentos do mercado mundial capitalista da era moderna) do que nos aspectos da produção, mais especificamente do modo de produção predominante na colônia, apresentado como escravista.<sup>5</sup> Escreveu que os críticos:

não atentaram para o fato de que, na periferia, o estudo da esfera da distribuição é que conduz à totalidade. Isso porque o dinamismo do modo de produção está no centro do sistema e é este que dita a lógica da reprodução global sistêmica ou, nas palavras de Caio Prado Júnior, dá o 'sentido da colonização' (SECCO, *Op. Cit.* p. 177).

<sup>4</sup> Este livro retoma em grande parte as teses do livro anterior, sobretudo em relação ao período colonial.

<sup>5</sup> A tese do modo de produção escravista colonial foi defendida por Jacob Gorender em um estudo que procurou encontrar sua lógica interna, descrita em leis específicas de reprodução histórica.

O capítulo final, *Questão agrária*, tratou também da atualidade de Caio Prado Júnior. Foi este um ponto de atrito entre o intelectual e o partido no início dos anos 1960, quando, em artigos da *Revista Brasiliense*, Caio defendeu a introdução da legislação trabalhista no campo e criticou as propostas do agrarismo pecebista. A especificidade do trabalhador rural, sujeito a relações capitalistas e à nossa herança rural, leia-se patriarcal e autoritária, levaram o historiador a bater-se pela cidadania daqueles que então eram a maior parte da população nacional. O problema segue até hoje e mostra a complexidade de tempos históricos embutidos na modernidade brasileira.

Para finalizar, é importante destacar a qualidade do projeto gráfico do livro, o caderno de fotos que revela os hábitos sociais do biografado e, sobretudo, os documentos anexados à edição. Entre estes documentos, a carta enviada a Carlos Nelson Coutinho comentando um escrito acerca da revolução baiana de 1798 diz muito sobre a concepção de história de Caio Prado Júnior. Não vou comentá-la aqui, preferindo deixar a curiosidade aos leitores que tiverem a oportunidade de ler esse valioso estudo sobre um dos fundadores de nossa moderna historiografia.

### **Bibliografia:**

- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- CÂNDIDO, Antônio. "A revolução de 30 e a cultura". **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 2, São Paulo: 1984, pp. 27-36.
- GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. **A Forma e a Nação: Estilo Historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de Mestrado em História), 2001.
- GORENDER, Jacob. "Do pecado original ao desastre de 1964". In. D'INCAO, Maria Ângela. **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989, pp. 259-269.
- \_\_\_\_\_. **Escravidão colonial**. São Paulo: Ática, 1988.
- GRENIER, Jean Yves. "A história quantitativa ainda é necessária?" In. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. **Diários políticos de Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Caio Prado Júnior: uma trajetória intelectual**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In. REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)**. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado em História), 1998.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, 8ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**, 19ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.



## **Manuais didáticos de História do Brasil: entre a memória e o esquecimento**

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, 224pp.

---

### **Rosana Areal de Carvalho**

Professora Adjunta  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
rosanareal@ichs.ufop.br  
Rua do Seminário, s/n - Centro  
Mariana - MG  
35420-000  
Brasil

### **Elvis Hahn Rodrigues**

Mestrando  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
elvishahn@yahoo.com.br  
Campus Universitário - Martelos  
Juiz de Fora - MG  
36036-900  
Brasil

---

314

## Palavras-chave

Conhecimennto histórico; Manual didático; História do Brasil.

## Keyword

Historical knowledge; Didactic manual; History of Brazil.

---

Enviado em: 27/01/2010

Autores convidados

O livro *Senhores da história e do esquecimento*: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX publica a tese de doutoramento defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 1997, pelo professor Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo que, além da reconhecida trajetória no ensino de História, se faz amigo do tempo. Sem pressa, como bom mineiro, vem cunhando a vida de professor sustentada em experiências riquíssimas, seja proveniente dos níveis de ensino nos quais atuou, seja pelo gosto de estudar que sempre manifestou.

Trata-se de um estudo comparativo entre dois manuais escolares de história, em momentos distintos da educação brasileira: *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo e *História do Brasil*, de João Ribeiro. São obras de referência sobre o conhecimento histórico, no âmbito didático. Em comum, além da produção de um manual escolar (termo mais apropriado para a época), os dois autores estiveram vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, e foram professores do Colégio Pedro II. Logicamente, em medida e tempos diferentes.

A partir daqui, a resenha deste livro se faz muito difícil, pois se trata de uma tese defendida em 1997. Uma resenha nos moldes tradicionais trataria de confrontar a obra com a produção historiográfica da época. Neste caso, temos outra possibilidade: que influências essa obra exerceu na produção historiográfica posterior? Qual seria o melhor caminho a tomar?

315

Independente do caminho a tomar, não temos dúvida de que a jornada empreendida pelo Prof. Ciro exigiu muito fôlego. Primeiro, porque trilhou por várias áreas do conhecimento: aborda a historiografia brasileira, ao tratar das produções vinculadas ao IHGB e as influências de historiadores como Varnhagen e Capistrano de Abreu. Trata do ensino de história, dado que os autores foram professores do “Pedro II”, modelo de ensino secundário instituído no Brasil na mesma década da criação do IHGB. E, junto com o ensino de história, temos o cerne do trabalho, que é compreender e confrontar dois manuais didáticos nos aspectos relativos à elaboração, às influências recebidas pela historiografia disponível e ao processo de didatização do conhecimento histórico. Perpassa, portanto, as representações sobre a história do Brasil: o que deve ser memória e o que deve ser esquecimento. Segundo, porque para tratar de cada uma dessas áreas se fez necessário outros tantos estudos que estão presentes na obra. Por exemplo, parte da trajetória do IHGB, envolvendo os autores-mestres como Varnhagen e Martius. Ainda inclui o Imperial Colégio de Pedro II, chamado Ginásio Nacional após a Proclamação da República. São os “agentes”.

O trabalho se debruça sobre dois momentos. O primeiro – Os agentes – abarca o lugar de produção das obras em seus respectivos momentos históricos. Enuncia as influências presentes em cada uma das obras e como estas se remetem à tradição historiográfica produzida pelo IHGB, a partir de sua fundação, em 1838. O segundo momento – Os livros – faz um estudo comparativo de como os manuais abordam temas consagrados e emblemáticos da História do Brasil tais como: o Descobrimento, os indígenas, as invasões estrangeiras, a

Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana de 1817, a Chegada da Família Real, a Independência, Escravidão e Abolição. Melo aborda esses temas a partir das continuidades e rupturas, na medida em que defende a hipótese da obra de Macedo ser destinada à educação dos súditos da Coroa, e a obra de Ribeiro comprometida com a educação do cidadão republicano.

Nesta primeira parte da tese, Melo enuncia seus referenciais teóricos a partir dos conceitos de hegemonia, direção e controle sobre o todo social e político. Direção aos aliados e domínio sobre os opositores. O ensino de história se insere nesta relação como forma não violenta de hegemonia de uma visão de mundo, segundo os enunciados de Gramsci.

A partir destes conceitos, Melo compreende a obra *Lições de História* como expressão da centralidade e estabilidade da monarquia, para a formação do súdito. E *História do Brasil*, por outro lado, significa ruptura dos modelos construídos por Varnhagen, no sentido de formação do cidadão republicano; expressão de um tempo de esperanças políticas a partir da República e da abolição. Neste sentido, lança mão do historicismo alemão e dos estudos antropológicos (sob a égide da biologia e eugenia), conceitos predominantes no Brasil ao final do século XIX. Em síntese, Melo dá um trato de historicidade aos seus objetos, observados à luz de seu tempo.

Esta historicidade é desenvolvida a partir dos referenciais que conduzem a produção das obras. Para tanto, discorre sobre a fundação e o papel do IHGB na construção do saber histórico e na produção historiográfica brasileira. Destaca Von Martius e Varnhagen, por conta de suas contribuições e importância a partir das premissas enunciadas em suas obras *Como se deve escrever a história do Brasil* e *História Geral do Brasil*, respectivamente. Recorre, também, aos traços biográficos dos autores pesquisados, seus papéis enquanto professores do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional, compreendido como lugar da intelectualidade brasileira do século XIX.

A análise destes “agentes” é importante para se compreender o deslocamento das linhas explicativas da história brasileira. A obra de Macedo, ou Dr. Macedinho, como era conhecido, é, em última instância, uma síntese da obra de Varnhagen, preparada para uso didático dos alunos do Colégio Pedro II. A obra de Ribeiro, por outro lado, busca romper com os paradigmas da obra anterior, que perdurou ao longo do século XIX neste colégio e em outras escolas secundárias pelo país afora, pois era uma obra obrigatória nos exames preparatórios para ingresso nos cursos superiores no Brasil.

A obra de Von Martius, para Melo, influencia a obra de Ribeiro, mais do que este enuncia em seu prefácio, que apenas diz que Martius deu indicações vagas e inexatas como modelo de investigação sobre a história brasileira. A propósito desta assertiva, Múcio Leão, autor contemporâneo de João Ribeiro, ao redigir a apresentação da obra *Trechos Escolhidos*, cuja coletânea reúne diferentes ensaios e enxertos de João Ribeiro sobre diferentes áreas, já anunciava a influência de Martius sobre a obra de Ribeiro: “[Martius] que escreveu um pequeno mas lúcido trabalho ensinando *Como se deve Escrever a História do*

*Brasil*, trabalho em cujas linhas gerais João Ribeiro em parte se inspirou” (LEÃO, 1960, p. 10). Ainda que, pela análise documental, possamos chegar à mesma conclusão, e a obra de Leão esteja citada na bibliografia da tese, Melo não a anuncia no seu trabalho, ou seja, não informa que tal questão já havia sido colocada por um estudioso que lhe é anterior – a obra fora publicada pela Livraria Agir em 1960.

Macedo, por outro lado, apesar dos elogios a Martius, segue na esteira de Varnhagen, inclusive no tom encomiástico próprio ao historiador oficial da Monarquia. Por exemplo: não reconhece a participação das três raças que constituem a nacionalidade brasileira. Esta estaria restrita à civilização branca, católica e portuguesa, que seria o legado da nação independente e monárquica, como manda a tradição do povo aqui constituído e ungido pela vontade divina.

Ao longo da segunda parte da tese se debruça sobre o cotejamento entre os manuais em questão e demonstra a importância dos mesmos quanto ao ensino de história do Brasil. Joaquim Macedo compõe sua história tendo como centro os reis e príncipes e, em alguns casos, subalternos mais ilustres que deixaram suas marcas na expansão e consolidação do império português. O Brasil independente, neste sentido, é uma continuação autônoma, sem dúvida, da civilização portuguesa. O tratamento dado a questões como a escravidão africana, a independência do Brasil, as sedições no período colonial, é marcado pela contenção, sem esboçar qualquer conflito com a Coroa. No entanto, e isso Melo deixa bem claro, as concepções mais pessoais de Macedo estão em obra literárias, utilizadas como parâmetro de comparação para problematizar o sentido da história em *Lições* que não expressa, necessariamente, o posicionamento do autor sobre o tema.

Macedo aborda a história política sob um ângulo jurídico, tratando as sedições, como a Inconfidência, a Conjuração Baiana e a Revolução de 1817, como crimes de lesa-majestade, causa da acertada repressão da Coroa, além de serem movimentos que não respeitaram as tradições e os costumes brasileiros. Nesta linha interpretativa, a monarquia era o caminho mais adequado às tradições brasileiras, sobretudo, quando comparada às Repúblicas hispano-americanas, que se esvaíam em guerras civis. O que era um excelente argumento para Macedo explorar e criticar os ideais republicanos presentes em segmentos políticos no Brasil à sua época.

Ribeiro, por sua vez, explora a ação de outros agentes, como o povo, para designar a formação do país e da nacionalidade brasileira. Isto implica em tratar a questão da miscigenação, negada e/ou omitida em Macedo, como formadora da raça mameluca, especificidade da nacionalidade brasileira. A Monarquia, para Ribeiro, significou um atraso, que impediu o povo de se apossar do Estado e desenvolver a democracia. Por outro lado, tem na Monarquia o legado da unidade política nacional que, possivelmente, teria se fragmentado em diversas repúblicas, a exemplo da América hispânica. A interpretação de Ribeiro segue a linha de evolução do povo e das instituições brasileiras que tem, na República, o seu regime definitivo e consoante com o estágio de desenvolvimento

do caráter real da nacionalidade brasileira.

Melo explica-nos a superioridade das reflexões na obra de Ribeiro, que contava com mais de 50 anos do IHGB no âmbito da produção e organização das fontes; sem contar com as reflexões filosóficas mais sofisticadas, como as de Tobias Barreto e Silvio Romero, da Escola de Recife, expoentes do germanismo nas ciências humanas no Brasil, ao final do século XIX. No contexto em que Macedo produziu sua obra a história do Brasil estava por fazer. Por isso, apenas sintetiza a obra mestra - *História Geral*, de Varnhagen. Contudo, em aspectos como a chegada da Família Real e a Independência, Macedo tem certa autonomia em relação à obra de Varnhagen, com reflexões próprias e distintas. Ribeiro assimila bem o materialismo alemão, que coloca na cultura e na economia o sentido das ações e do desenvolvimento da história brasileira, numa contraposição à obra de Macedo, imbuída de teologia, como uma das determinantes do desenvolvimento de nossa história.

Entendemos que o mérito do trabalho está em resgatar, no âmbito das idéias e discursos, os caminhos do ensino de história ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. Se, por um lado, não explora a fundo os significados históricos nas linhas interpretativas dos autores, por outro, abre caminhos para discussões que lhe sucederam em torno da nacionalidade brasileira no ensino de história, como *Feições e fisionomias: a história do Brasil de João Ribeiro* de Patrícia Hansen.

Neste sentido, entendemos que os referenciais de Gramsci não esgotam os significados históricos. Ou seja, mais do que expressão de uma relação de forças presentes na sociedade brasileira do século XIX, são elementos constituinte da realidade, na medida, em que dirigem opiniões, que se desdobravam em ações políticas, valores e costumes e mesmo preconceitos, notadamente, sobre os negros e as nações indígenas.

Há que se destacar, ainda, uma antiga discussão: o papel do livro didático na difusão do conhecimento histórico. Em que medida um manual didático pode acompanhar os resultados mais recentes da pesquisa historiográfica? Nos trabalhos analisados por Melo ao mesmo tempo em que está explícita a historicidade de cada manual, identifica-se a posição política dos autores.

Seguindo esse raciocínio, não é difícil compreender o papel do livro didático de História num contexto de repressão como foi caracterizado o período da Ditadura Militar no Brasil, por exemplo. No entanto, os anos 80 nos colocam frente a uma outra realidade. Por um lado, surgem as novas correntes historiográficas que vão redirecionando o fazer histórico, consoante a uma nova concepção de história, de documento, de sujeito histórico. Nesses anos, o livro didático foi profundamente discutido enquanto instrumento pedagógico.

Por outro lado, convive-se com a reconstrução democrática e seus desdobramentos, muito especialmente no campo educacional e, para os fins deste trabalho, a "revolução" no ensino de história. De uma forma simples, podemos dizer que os anos 80 foram anos de experiências, de busca de alternativas para romper com as amarras tão duras experimentadas pelo ensino

de História nos anos anteriores. Essa “revolução” atingiu também os livros didáticos, incluindo as ações do Ministério da Educação e Cultura com a criação do Plano Nacional do Livro Didático. Estabeleceu-se, então, o grande desafio: em que medida o livro didático é capaz de difundir o conhecimento histórico no que este tem de mais atualizado, seja do ponto de vista do conteúdo seja quanto aos procedimentos metodológicos.

Mas, então, prevaleceu a lei de mercado: livros descartáveis em oposição à longevidade das obras analisadas por Melo; projetos gráficos elaboradíssimos, em detrimento do conteúdo; e, ainda pior, livros de qualidade que colocam em suspenso a formação do professor. Mas também devemos reconhecer que a “verdade” histórica é hoje cada vez mais questionada, menos estável. Ao mesmo tempo em que a pesquisa histórica é cada vez mais veloz. Em alguma medida, sem dúvida, tal realidade está refletida nos livros didáticos do final do século XX.

Também fica claro que as obras didáticas são expressão do tempo, do debate e dos conceitos de uma época, mas isso não significa a inexistência de outros caminhos, de outras possibilidades de escrita, ou de outras posições políticas. É isso que nos mostra Melo, em particular com o trabalho de Joaquim Macedo que, em suas obras literárias, era mais liberal do que se apresenta no livro didático; reforçando que este está destinado a uma missão e um público específicos. Hoje, da mesma forma, não é difícil identificar o posicionamento político dos autores nos livros didáticos; quando não, encontrarmos uma obra que se curvou aos ditames do mercado em detrimento da excelência do conteúdo.



## **História dos modernos, vocação pelos antigos: sentidos do passado no alvorecer da modernidade**

LOPES, Marcos Antônio (org.). *Ideias de história: tradição e inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: Eduel, 2007, 336pp.

---

### **Julio Bentivoglio**

Professor Adjunto  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
juliobentivoglio@gmail.com  
Av. Fernando Ferrari, 514  
Vitória - ES  
29069-900  
Brasil

---

### Palavras-chave

Historiografia; Modernidade; Teoria da história.

### Keyword

Historiography; Modernity; Theory of history.

320

---

Enviado em: 08/02/2010  
Autor convidado

Ao tratar do sentido da história na modernidade, dirá Koselleck que novas formas da experiência histórica foram acompanhadas por um conceito moderno de história. Para ele, entre os séculos XVI e XVIII, observou-se “uma temporalização da história, em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade” (Koselleck, 2006, p.23). Cada vez mais crescia a suspeita de que a história humana não tinha uma meta definida a atingir, embora o conhecimento do passado continuasse sendo útil para governos e governados. Constituíam-se, portanto, uma consciência histórica que afastava o presente do passado, aproximando-o do futuro. Este é panorama em que os diferentes ensaios de *Ideias de História – tradição e inovação de Maquiavel a Herder* se inserem, analisando concepções de história no pensamento de Maquiavel, Guicciardini, Bodin, Bossuet, Vico, Voltaire, Hume, Montesquieu, Rousseau, Gibbon e Herder. A presença marcante da história, com seus usos e significados, é constante nestes clássicos do Renascimento e do Iluminismo, revelando uma transformação do conceito e da prática histórica em relação aos antigos, algo que na França ficou conhecido como a querela dos antigos e modernos, que tomou de assalto a Academia Francesa em 1687 (DeJean, 2005, 75).

Trata-se de um tipo de publicação ainda incipiente no Brasil, visto serem raras as coletâneas de história da historiografia, sobretudo em se tratando de história universal. Seu organizador, Marcos Antônio Lopes, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, autor de obras e coletâneas consagradas como *Grandes nomes da história intelectual, Para ler os clássicos do pensamento político* e *Fernand Braudel – tempo e história*, reuniu neste livro um conjunto expressivo de renomados pesquisadores que nos brindam com a essência da obra daqueles pensadores modernos.

Marcos Lopes indica logo na apresentação que durante o Renascimento e o Iluminismo os pensadores sempre recorriam aos estudos dos antigos e ao passado como referências, procurando indicar o lugar em que se colocavam em relação à tradição e à experiência histórica percorrida. A rigor, entre os séculos XVI, XVII e XVIII a história era ferramenta preciosa em quaisquer campos de reflexão, fossem sistemas filosóficos, estudos literários, morais ou ensaios políticos. No campo efetivamente histórico, revela o organizador, a querela dos antigos e modernos marcaria uma autêntica escalada do historicismo que progressivamente solapa uma perspectiva ahistórica de tempo. Não obstante, vejo que a história guardava cada vez mais proximidade com o que depois se convencionou chamar de filosofia da história, ou seja, articulando em torno de um sentido a relação passado-presente-futuro, sentido este que poderia ser alcançado pelo entendimento humano, como atestam o pensamento de Voltaire e Rousseau, por exemplo. Esse caráter especulativo e filosófico que dá o tom da coletânea revela seu débito com a abordagem collingwoodiana.

O livro aparece antes da existência de uma síntese similar sobre a história da história na Antiguidade, ou seja, das ideias de história entre os antigos. Assim, na ausência de uma coletânea que trate de Heródoto, Tucídides, Políbio, Cícero

ou Tácito, dentre outros, *Ideias de História* ocupa um lugar de destaque ao apresentar uma discussão aprofundada sobre algumas concepções modernas de história. No entanto, como em toda coletânea, podem ser sentidas ausências, como as de Hobbes, Mabillon, Kant, Comynnes, Condorcet e Bolingbroke. Isso não tira, absolutamente, o mérito da obra com seus estudos pontuais e sistemáticos, que informam e esclarecem a complicada trama pela qual o estudo do passado se efetuava a partir do século XVI no pensamento de alguns importantes pensadores. Trata-se de um momento em que o conceito e o próprio estudo do passado sofriam uma sensível mutação, deixando de ser entendido apenas como *magistra vitae*, ou como a descrição de narrativas de reis e imperadores, assumindo um *status* cada vez maior de ciência (Koselleck, 2006, 21s).

Das especificidades da história dos antigos limitadas aos feitos de seus povos, emergia uma preocupação de integrar as diferentes histórias em uma mesma história. Espelhando-se nos antigos, dos quais preservam inúmeros pontos de concordância, tais como o do caráter exemplar, da repetição, da importância da esfera política dentre outros; os modernos rompem com o olhar tradicional sobre a relação entre o passado, sua narrativa e o presente ao ampliar a assimilação crítica do tempo e dos clássicos greco-romanos. Embora ainda fossem modelares, não eram mais vistos como fonte exclusiva de autoridade.

Os ensaios também indicam que aqueles autores subsumiam a história e seu estudo à reflexão filosófica, pois se colocava à história uma tarefa que não tivera na agenda dos antigos: crônicas, anais e memórias careciam de um sentido universal como desejava a razão moderna em sua ânsia por crítica e erudição. O passado não perdia seu caráter pedagógico, pelo menos no todo, mas se ampliava a convicção de uma história entendida como aperfeiçoamento e progresso. Concomitantemente, o estudo do passado adquiria um caráter bem mais sistemático e rigoroso, do que então tivera, no qual o método ganhava enlevo, muito embora a história continuasse sendo um ramo atrelado ora à filosofia, ora às belas letras (Gervinus, 2010, 28), como um gênero narrativo menor.

Ao contrário dos antigos nos quais a urdidura dos eventos ou sua narrativa eram a dimensão mais importante fazendo com que o elemento cronológico superasse, muitas vezes, a importância dos julgamentos; entre os modernos a ênfase recaía sobre a crítica, de modo que a história iluminava a compreensão de determinados temas, diluindo-se a importância dos eventos e ampliando-se o valor dos temas e das fontes tratados. Outro aspecto notável é o futuro assumir uma dimensão fundamental, minando a possibilidade do presente ser experimentado como algo fixo e imutável. Novas perspectivas passaram a pautar a relação sujeito-objeto do saber e, independentemente do modo como o passado era percebido, seja para romper com generalizações, seja para encontrar regras gerais, a história continuava, entretanto, a oferecer exemplos para a vida. Patenteia-se nos autores clássicos reunidos nesta coletânea a

convicção de que a história “pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral e intelectual de seus contemporâneos [...] cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas” (Koselleck, 2006, p.43).

Daí o esforço dos pesquisadores desta coletânea em compreender e localizar as idéias de história e o momento em que foram concebidas, suas tradições, embates e assimilações. Eis o sentido que alimenta o espírito da obra, pois, os colaboradores revelam que muito mais do que apropriação ou crítica, havia inovações naqueles pensadores, que ao fazerem parte do desenvolvimento de uma nova concepção de história estavam dotados de grande originalidade teórica e metodológica. Em seu conjunto, todos os textos que compõem o livro são tributários de *Idéia de História* publicado em 1946 por Robin G. Collingwood, que inaugurou um novo capítulo na história da historiografia com sua abordagem historicista e filosófica (1952).

Para os modernos não se tratava apenas de narrar feitos humanos notáveis, evitando-se o esquecimento, ou ainda apenas registrar eventos singulares, mas, sobretudo, de pensá-los dentro de um contexto, como um processo. Encontrar conexões, tal era o desafio, algo que já havia sido proposto por Chladenius. Este pensador germânico havia indicado ainda que, além das conexões, era também fundamental deixar claro para os leitores o ponto de vista (*Sehepunkt*) adotado pelo autor (Chladenius, 1752, 36s).

323

No primeiro capítulo, José Luiz Ames dedica-se a dissecar o pensamento de Maquiavel e revela como o florentino adotava a história como um conhecimento inestimável para se compreender as regras gerais da ação política. Para ele a história era o resultado das ações humanas e Roma um modelo útil para se compreendê-las e se estabelecer comparações com o presente. Mas, embora o passado fosse louvável, isso não significaria, absolutamente, que devesse ser imitável. A história deveria ser pensada sob o prisma da identidade, dos desejos e humores humanos e da diferença dos acontecimentos históricos. Embora eventos políticos pudessem se repetir, isso não implicaria numa história imutável. Ou seja, a noção maquiaveliana de imitação, nas palavras de Ames, “está longe de ser a repetição mecânica” (p.29). Mesmo quando apelava para um modelo de tipo circular, utilizava-se de uma noção de prognóstico (Koselleck, 2006, 35).

Em seguida Sylvia Ewel Lenz analisa Guicciardini, que, se nos reportássemos ao modo como Gervinus pensa a narrativa histórica, teria feito a transição da narrativa cronológica para a memorialística. Curiosamente, o autor mantém a presença do fatalismo medieval, dos sinais, da fortuna. Muito embora tenha incorrido em pecados capitais em relação ao método, como já apontara Ranke (1824), ao deixar-se impressionar por superstições e preconceitos correntes de seu tempo, Guicciardini fez uma história do tempo presente com um zelo documental sem precedentes (p.48).

No terceiro capítulo, Marcos Antônio Lopes discute a obra de Bodin que tomava a história com uma preocupação política, para compreender as ações

humanas em sua relação com as formas de governo, mas ao contrário de Maquiavel, não perdeu de vista as diferenças de escala da política antiga para a política do presente. Ele incorpora o espírito da *histoire accomplie*, ou seja de uma história perfeita, que busca o rigor metodológico, a crítica documental, evitando ser mera descrição de transições dinásticas ou um romance de reis. E separou “a história sacra, a história humana e a história natural” revelando que a “história humana não tem qualquer meta a atingir; ela é o campo aberto da inteligência humana” (Koselleck, 2006, 28-9).

Bossuet foi também analisado por Marcos Lopes no quarto capítulo, ele que em sua obra representou o esforço de reunir histórias particulares em uma mesma história, acreditando que o conhecimento histórico daria enorme impulso à hermenêutica bíblica além de ser um dos veículos mais apropriados para a educação dos príncipes. Providência e história seguiam uma ordem universal e Deus se encarregaria de corrigir as distorções provocadas pelos príncipes, pois como Santo Agostinho – sua grande influência – já havia sugerido, os Estados terrenos e a cidade de Deus não eram pólos opostos.

João Antônio de Paula analisa o pensamento de Vico no capítulo seguinte, cuja *Ciência Nova* representou uma verdadeira revolução no pensamento e uma das compreensões mais originais da história. Para Paul Hazard, Vico ilustra perfeitamente um momento decisivo da crise da consciência européia, inaugurando “uma nova maneira de pensar ao mesmo tempo inovadora, em seu conteúdo, e desconcertantemente original, em sua forma” (p.116). Karl Löwith encarou o italiano como precursor de Herder, Dilthey, Hegel, Splenger e Niebuhr, dentre outros; cujas idéias adormecidas aguardariam pelo advento do romantismo, do idealismo e do historicismo, para despertarem com força absoluta, visto colocarem a história como o base de todo conhecimento. Atribuiu-se a Vico a elaboração da primeira filosofia da história.

No sexto capítulo Renato Moscateli toma Montesquieu, “escritor que ganhou renome de grande pensador político por ter estabelecido princípios que fundamentariam as constituições de inúmeros Estados modernos” (p.151) que em uma de suas primeiras obras *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e sua decadência*, de 1734, demonstrava a importância do exame de diferentes causas e personagens, de sua interpretação e não meramente de sua narração. Sua análise revela que os eventos se reúnem numa teia de causas essenciais, dotadas de sentido, pois, para ele “não é a *fortuna* que domina o mundo, mas ações concretas, físicas, morais, humanas. Em *O espírito das leis* Montesquieu parte do jusnaturalismo e da política para, embasado no terreno da história edificar uma das mais importantes obras do pensamento ocidental moderno que não se limita à classificação ou à descrição de sistemas jurídicos ou da arquitetura das leis, mas procura localizar sua essência cunhando conceitos, tipos ideais e introduzindo uma nova perspectiva de análise que parte das virtudes políticas e morais como molas para a compreensão dos fenômenos humanos.

Voltaire é alvo do ensaio de Estevão de Rezende Martins no capítulo seguinte, paladino da tolerância, da liberdade e divulgador *par excellence* do racionalismo inglês e do pensamento iluminista francês. Segundo Estevão, para Voltaire, quanto mais esclarecido os homens, mais livres serão, pois, “apostava na espontaneidade da razão (do são entendimento), que haveria de encontrar sempre a boa solução” (p.185) e seguiu Locke “na exigência de fundamentar empiricamente a filosofia e a ciência, e de não aceitar qualquer conhecimento que não esteja exclusivamente baseado em observações” (p.190). No *Ensaio sobre os costumes*, Voltaire indica a necessidade de um novo tipo de história, que encontre o sentido do tempo e o espírito humano, que seja mais científica e crítica, evitando especulações teo-teleológicas (p.201).

No oitavo capítulo a professora Sara Albieri da USP analisa o pensamento de David Hume, autor da *História da Inglaterra* do período romano até a revolução de 1688, causando espécie ao publicar volumes seguindo uma inversão cronológica. “Hume julgara ter escrito uma narrativa histórica imparcial [...] acima do conflito das interpretações partidárias, esperando persuadir as partes em disputa e atrair o consenso das opiniões” (p.206). Hume evidencia a máxima de Voltaire de que somente os filósofos deveriam escrever a história. Sara percebe em Hume a sensível mutação ocorrida da história narrativa, para uma história mais filosófica com maior preocupação metodológica e científica, cujo estilo foi obscurecido pela historiografia romântica posterior, salvo no destaque conferido à imaginação.

325

Em seguida Renato Moscateli se debruça sobre Rousseau, para o qual a história preserva o caráter de *exempla*, pois persegue o princípio da perfectibilidade humana perdida e que deve ser reconquistada; “há em seu pensamento histórico uma verdadeira argumentação dialética que liga o processo de aprimoramento da razão humana “a demonstração da corrupção que o acompanha passo a passo” (p.237).

No penúltimo capítulo Gibbon é alvo da análise de José Antonio Dabdab Trabulsi que revela o gênio do inglês em sua *démarche* histórica interpretativa, marcada pela erudição clássica, pelo interesse na diferença e pela subjetividade da narrativa. Mais que historiador, seria também um *philosophe* (p.264) em sua tentativa de fazer uma história natural da religião à semelhança de Hume em sua clássica *História do declínio e queda do Império Romano*.

Herder é o último pensador, analisado por Astor Diehl, fecha a coletânea, expressão dos desafios que, na encruzilhada do Iluminismo e do Romantismo, forjou os alicerces sob os quais se desenvolveria o historicismo alemão.

Como se vê, a *Ideias de História* realiza uma síntese louvável para se compreender a trajetória do conhecimento histórico e suas expressões em alguns pensadores clássicos da era moderna, descrevendo algumas representações do passado e sua compreensão, revelando a complexidade dos relatos historiográficos na modernidade e o caráter perturbador de novas leituras do mundo e das experiências do tempo. Como revela Hans-Ulrich Gumbrecht,



No interior do tempo histórico, não se pode imaginar que quaisquer fenômenos estão livres de mudança e isso leva à aceitação geral da premissa de que períodos históricos diferentes não podem ser comparados por quaisquer padrões de qualidade meta-histórica (GUMBRECHT, 1998: 15).

A partir daquele período, nenhum indivíduo, grupo ou momento histórico poderia ser visto como a repetição de fenômenos antecedentes, cada presente era experimentado como uma possibilidade de mudança pelo seu futuro, colocando a temporalidade e seu cronótopo como uma categoria estrutural de investigação histórica. Não por acaso apareceriam então as filosofias da história como fonte de modelos narrativos, procurando encontrar padrões para a experiência do passado, reveladoras da essência das ações humanas.

### Referências bibliográficas

- CHLADENIUS, Johann Martin. **Allgemeine geschichtswissenschaft.** (Ciência histórica geral – trad. Sara Baldus 2009). Leipzig : Friedrich Landisches Erben, 1752.
- COLLINGWOOD, R. G. **Ideia de la historia.** México: Fondo de Cultura Economica, 1952.
- DEJEAN, Joan. **Antigos contra modernos: guerras culturais e construção de um *fin de siècle*.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FUETER, Eduard. **Histoire de l´historiographie moderne.** Paris: Librairie Félix Alcan, 1914.
- GERVINUS, Georg G. **Fundamentos de teoria da história.** Petrópolis: Vozes, 2010 (no prelo).
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos.** São Paulo: Editora 34, 1998.
- HAZARD, Paul. **Crise da consciência européia (1680-1715).** Lisboa: Cosmos, 1948.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.**
- LÖWITH, Karl. **Meaning in History.** Chicago: University of Chicago Press, 1984.

## Hans-Georg Gadamer e a tradição

ARAÚJO, André de Melo. *A atualidade do acontecer: o projeto dialógico de mediação na hermenêutica de Hans-Georg Gadamer*. São Paulo: Humanitas, 2008, 240pp.

---

### **Pedro Spinola Pereira Caldas**

Professor Adjunto  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
pedro.caldas@gmail.com  
Av. Pasteur, 296 - Urca  
Rio de Janeiro - RJ  
22290-240  
Brasil

---

### Palavras-chave

Gadamer; Hermenêutica; Tradição.

327

### Keyword

Gadamer; Hermeneutics; Tradition.

---

Enviado em: 25/01/2010  
Autor convidado

O livro **A atualidade do acontecer**, de André de Melo Araújo, originado de uma dissertação de mestrado defendida na USP, é, sem dúvida, uma contribuição relevante para as reflexões teóricas sobre história e historiografia no Brasil.

Seu principal valor se encontra no esforço do autor em compreender a obra de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), sobretudo **Verdade e Método**, de 1960, para a hermenêutica histórica. Dentre os historiadores brasileiros, ou bem estou bastante desatualizado na bibliografia especializada, ou creio que nenhum se ocupou em escrever um livro inteiramente dedicado a Gadamer. Isto, por si só, já recomenda a leitura de **A atualidade do acontecer**,<sup>1</sup> publicado pela editora Humanitas, com apoio da FAPESP.

Mas não é só uma questão de haver-se preenchido uma lacuna. O fato de se publicar, no Brasil, um livro sobre Gadamer escrito por um historiador é uma oportunidade para que se debata intensamente a relação entre a teoria da história e a filosofia, algo tão difícil quanto raro. E, suspeito, a razão desta ausência de debate se deve à forma como nós, brasileiros, e, no caso específico, historiadores brasileiros, herdamos as peculiaridades do contexto intelectual alemão. Mais especificamente, como os historiadores brasileiros, em geral (há sempre as exceções de praxe), reagem ao nome de Martin Heidegger. Some-se a isto ao fato de se evitar, mesmo na Alemanha, cautelosamente o confronto entre a teoria da história com o projeto de uma ontologia fundamental de procedência fenomenológica. Jörn Rüsen, por exemplo, um dos grandes nomes da teoria da história na atualidade, talvez ainda nos deva tal embate.<sup>2</sup> Gadamer paga, portanto, um preço alto por ser vinculado a Heidegger. Corrigindo: os historiadores brasileiros é que exigem tal preço, mas que se explica pelo fato de um dos filósofos mais importantes do século XX ser lembrado pela comunidade historiográfica nacional, sobretudo, em duas ocasiões: como um dos precursores filosóficos do *linguistic turn* e como alguém que não escondeu suas simpatias pelo nacional-socialismo.

Portanto, repito: que um jovem historiador tenha trazido Gadamer para o debate, em forma de livro, é, em si, uma oportunidade a ser aproveitada. Uma chance para enriquecer o debate na área de teoria da história.

Para além disto, como aborda o autor o tema? Hermeneuticamente, respondo. E o que isto significa? Nas palavras do autor: "(...) este trabalho não consegue escapar de uma apresentação circular. Aqui não se trata de uma exposição sistemática dotada de um começo e de um fim claros, já que o desenvolvimento interpretativo pressupõe a totalidade dos esforços mediadores

<sup>1</sup> Sem querer cometer injustiças, vale lembrar as publicações, sob forma de artigos, da Profa. Norma Côrtes (UFRJ) sobre o filósofo alemão. CÔRTEZ, Norma. Descaminhos do método: Notas sobre história e tradição em Hans-Georg Gadamer. In: **Varia História**, v.22, n.36, 2006; \_\_\_\_\_. Desafios hermenêuticos: as noções de tempo e tradição em Hans-Georg Gadamer. In: BUSTAMANTE, Regina e LESSA, Fábio (orgs.) **Dialogando com Clio**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009

<sup>2</sup> Cf. BAMBACH, Charles R. **Heidegger, Dilthey and the Crisis of Historicism**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1995, p.18. Há mais de dez anos estudando teoria e filosofia da história e historiografia alemã, eu mesmo também não posso oferecer uma boa razão por ainda não ter pensando na possibilidade de um confronto entre Heidegger e a teoria da história.

do pensamento” (ARAÚJO 2009, p.19). Um texto hermenêutico é (ou pode ser), portanto, circular. Sua forma de apresentação não é um molde exterior ao conteúdo, mesmo porque, se formos coerentes com o princípio hermenêutico, não há sentido que seja definitivo. Não se trata de relativismo, mas sim de constantemente fazer o esforço de construir o sentido, recuando, deixando-se sempre e novamente ser atingido pelo passado, e jamais tomá-lo como pronto, dado e dito: o processo interpretativo se faz na escrita, não sendo, pois, uma operação exclusivamente mental passada ao papel.

E é a partir deste critério que precisamos compreender também o esforço de André de Melo Araújo, a saber: entre outras possibilidades dadas no pensamento gadameriano, trata-se de entender a historicidade do método, perceber a marca de sua finitude de modo a evitar o que nele se apresenta de meramente instrumental, como algo dado fora de um mundo. É possível, portanto, estabelecer o diálogo entre teoria da história e hermenêutica filosófica tendo, como termo comum, o método. Por inúmeras vezes, o autor mostra o quanto Gadamer critica a redução de uma concepção de história à epistemologia, isto é, a uma noção dicotômica entre sujeito e objeto. Logo no princípio do livro, lê-se: “O fenômeno da história, portanto, não é puro objeto adaptável aos padrões métricos da ciência nem à sua aferição linear e contínua do tempo, mas é refratário à denominação exteriorizante de objeto, de instância alheia à temporalidade que o constitui” (ARAÚJO 2009, p.33).

329

Aliás, permita-me o leitor a digressão, talvez poucos exercícios hoje fossem mais ricos, na área de teoria da história, do que comparar, por exemplo, a concepção de unidade do método histórico, exposta por Jörn Rüsen em **Reconstrução do Passado**, com **Verdade e Método**, de Gadamer. Portanto, uma reflexão de fôlego, como a feita por André Araújo, vem em boa hora. Mais ainda, e sigo com a digressão, pensar linguagem e história a partir de Gadamer implica discutir o problema em bases outras, para além das contribuições de Hayden White e divulgadores. O livro indica que a questão é mais profunda: basta lembrar que Gadamer jamais dispensa a dialética de Hegel, autor tratado pelos “pós-modernos” como se fosse um vírus letal a ser isolado – o que implica dizer que nunca é lido. Dialética, linguagem e história estão juntas em um Gadamer leitor de Hegel, e, felizmente, também no livro de André Araújo.

E, de fato, este é um dos assuntos centrais do livro. Nas palavras do autor: “O caminho de leitura aqui apresentado é balizado pela proposta teórica de validação de um projeto de verdade próprio às reflexões das ciências humanas, cuja possibilidade de compreensão é tecida pela mediação da linguagem” (ARAÚJO 2009, p.17). Verdade e linguagem, portanto, não se excluem.

Todo o argumento do autor se desenvolve em três partes. Cada uma delas abre veredas para muitas discussões. Dentre estas, destaco algumas, pois considero impossível tratar de tudo que suscita discussão e interesse. Espero que o corte não seja arbitrário e caprichoso.

A primeira parte, denominada “A Deformação especular do foco da subjetividade”, talvez tenha o seu eixo na indicação de como o humanismo

científico encobriu como pôde “o amargo sabor da finitude” (ARAÚJO 2009, p.26). Na contramão da marcha vitoriosa da ciência, haveria, então, a hermenêutica compreensiva, na qual a finitude se mostra em um horizonte que a torna evidente. E esta finitude, afirma-nos o autor, se mostra em inúmeras experiências: do não entendimento, do reconhecimento de que o outro pode ter razão e de que já estamos inseridos em uma estrutura do tempo e em uma pré-compreensão do mundo. Em uma tradição.

Ainda nesta primeira parte, é digno de elogios, embora eu seja suspeito em fazê-lo dado o meu interesse pelo tema, que o autor dedique tantas páginas ao conceito de *Bildung*, a partir do qual o embate com o humanismo clássico é feito.<sup>3</sup> Segundo André Araújo, o conceito hegeliano de *Bildung* se faz presente na obra de Gadamer na medida em que “(...) nos remete tanto para a finitude da operação do juízo, para os limites da capacidade de julgar, quanto para a capacidade de cumprir as obrigações para com o outro. Justamente aqui reside, acreditamos, o ponto máximo do interesse gadameriano, cuja hermenêutica se volta para a possibilidade de que o outro tenha razão” (ARAÚJO 2009, p. 43). Some-se a isto o fato do homem culto, para Hegel, ser aquele que conhece do ponto de vista universal - aliás, além de passagens da *Propedêutica filosófica*, o autor poderia também usar passagens semelhantes da *Razão na História*, algo que permitiria, inclusive, um debate interessante entre os conceitos de tradição, em Gadamer, e de Espírito, em Hegel. Fica apenas aqui dada a sugestão.

Lamento, apenas, que o autor, no momento em que marca a diferença entre a acepção clássica e a compreensão gadameriana de *Bildung*, faça-o com demasiada rapidez. Afinal, qual seria a conotação clássica? A de Goethe, Wilhelm von Humboldt, Schiller, e, claro, de Hegel? Se Hegel é um dos representantes eminentes da visão clássica da *Bildung*, o que Gadamer aproveitaria e o que ele descartaria do projeto hegeliano de formação? Como leitor, fiquei na dúvida se o autor assume a visão de Gadamer exposta em *Verdade e Método* (cf. GADAMER 1990, p.15-24), ou se a amplia, utilizando outros textos da mesma tradição. Se já dei uma sugestão, agora faço uma pequena provocação: como compreender a obra de Gadamer a partir da idéia de tradição. O ponto é: e se os humanistas estiverem com a razão? Neste sentido, me parece que o autor adota uma postura excessivamente empática com seu autor, como se ele não pudesse não ter razão - algo que, hermeneuticamente, é controverso, na medida em que, segundo o próprio Gadamer em passagem citada por André Araújo, “a interpretação se torna necessária onde o sentido de um texto não se deixa compreender imediatamente”

330

<sup>3</sup> Apenas discordo do autor quando ele afirma, já nas páginas conclusivas, que “a política é exatamente o componente fundamental que se encontra enfraquecido na formulação humanística da *Bildung*”. Imagino que o autor tenha se atido à idéia difundida, entre outros, por Fritz Ringer, mas creio que a obra de Wilhelm von Humboldt, importante não somente para a lingüística e para a teoria da história, mas para a teoria política (é considerado uma das referências fundamentais do liberalismo clássico) poderia render pensamentos mais robustos sobre a concepção política de *Bildung*. De maneira menos direta, o próprio Hegel, de modo algum um liberal clássico, também, em sua *Filosofia do Direito*, não deixou de usar o termo *Bildung*.

(apud ARAÚJO 2009, p.168). Ora, não estou a dizer que André Araújo considera o texto de Gadamer “claro como água de riacho”, como diria Rubem Braga, mas que, mesmo adotando a estratégia – essa sim hermenêutica – de escrever de maneira mais elíptica, em que o sentido nunca está dado de antemão, parece-me que não há espaço para impasses e, portanto, incompreensões em Gadamer.

É bem verdade, por outro lado, que André Araújo afirma que Gadamer aproveita de Hegel a idéia de *Bildung* como superação do imediato, mas sem a dissolução da finitude que ocorreria em Hegel (cf. ARAÚJO 2009, p.53).

Ainda na primeira parte, o autor discute outro ponto fundamental: a crítica gadameriana ao historicismo, ou melhor dizendo, ao tratamento metódico do acontecer histórico, que partiria, necessariamente, de uma separação entre sujeito e objeto. Aqui me parece que o autor poderia ter ido mais longe, e consultado, diretamente, os textos dos autores apresentados por Gadamer em “Geschichtliche Vorbereitung”, item I da segunda parte de *Verdade e Método*. É bem conhecida a intenção de Gadamer em mostrar que o esforço dos historiadores e teóricos da história do XIX foi em vão: ao tentarem construir outro modelo de ciência, exclusivo para as ciências humanas, Ranke, Droysen, Dilthey e outros ficaram presos também na rede que nega a finitude do conhecimento. Gadamer, sinceramente, me parece apressado neste assunto – ao menos no que diz respeito a Droysen, ele me parece errar o alvo (cf. GADAMER 1990, p.274-275). Basta ler um trecho da *Historik*, logo em seu início:

331

Pois cada ponto no presente, cada coisa e cada pessoa, é um resultado histórico, contém em si uma infinidade de relações, que estão introjetadas e internalizadas. (...) O homem ilumina seu presente com um mundo de lembranças, que não são arbitrárias, caprichosas, mas que são o desdobramento (...) daquilo que ele tem em torno de si e em si como resultado dos tempos passados; ele tem esse momento, em uma primeira instância, imediatamente, sem reflexão, sem consciência; ele o tem, como se não o tivesse, e somente quando ele o observa e o traz à consciência, ele reconhece, o que ele tem de si neles, nomeadamente, a compreensão de si mesmo (DROYSEN 1977, p.10).

Claro que não pretendo dizer que Droysen é um precursor de Heidegger. Isto seria absurdo, mesmo porque Droysen ainda aposta, como bom homem do século XIX, na consciência, no método e na reflexão controlada. Mas, de modo algum, consciência e reflexão operam uma separação entre sujeito e objeto como condição da ciência. Em heideggerianês: para Droysen, de alguma maneira o homem já se vê aberto para a estrutura na qual sempre já foi lançado. Ele se vê como parte de uma tradição. A diferença, claro, é que, a partir daí, será possível ainda, para Droysen, propor uma metodologia.

Não vem tanto ao caso, nesta resenha, criticar Gadamer ou fazer a apologia de Droysen, mas de perguntar por que motivo Gadamer partiu de uma concepção de ciência algo redutora, como se todas as concepções de ciência do século XIX fossem uma vaga mistura de positivismo com iluminismo.

O autor mesmo afirma, em uma nota ao pé da página, na última parte do



livro, que não lhe cabia verificar se a interpretação de Gadamer sobre o historicismo estava correta ou não, interessando-lhe apenas os desdobramentos da crítica de Gadamer à ciência (cf. ARAÚJO 2009, p.169). Não se trata de cobrar algo que o próprio autor não pretendeu trabalhar, mas de se indagar se não se ganharia de fato se tal confronto tivesse sido feito. Neste aspecto, André de Melo Araújo me parece, mais uma vez, ter aderido excessivamente às teses de Gadamer:

Eis o abalo que o pensamento gadameriano promove no cerne da razão, que se deve descolar do mais puro plano da idealidade transcendente, em que a apreensão totalizada, acabada e absoluta da realidade seria possível, para reconhecer o horizonte temporal de sua própria conformação histórica. A idéia gadameriana de razão se configura como histórica, e o jogo em meio ao qual ela se encontra é marcado pelo vigor presente da história (ARAÚJO 2009, p.61).

Pergunto: seria a configuração histórica da razão efetivamente um *abalo* causado pelo pensamento de Gadamer? Em Johann Gottfried Herder isto já não aparece, quando ele mesmo, ao escrever sua breve e irônica filosofia da história em 1774, afirma que, ao tentar escrever generalidades, reconhece sua própria finitude? Cito um breve trecho:

Ninguém no mundo reconhece mais do que eu as fraquezas da caracterização geral. Pinta-se o quadro de todo um povo, de toda uma época, de toda uma região. Quem foi assim que pintamos? Que imperfeito o instrumento da representação (...) Quem terá notado o que há de indizível na tarefa de dizer qual a propriedade específica de um homem e de assim dizer distintivamente aquilo que o distingue? (cf. HERDER 1995, p.34).

332

É verdade também que a solução teológica do protestante Herder não será imitada por Gadamer, mas, de alguma maneira, na história do romantismo hermenêutico, o reconhecimento do próprio limite, e, portanto, da alteridade, é algo que já se faz – talvez não com o refinamento de um Gadamer, e, muito menos, com o impacto de um Heidegger, mas, também, considero ainda que uma leitura de Gadamer há de ser feita tendo, ao lado, as obras por ele criticadas. Por que não nos propormos a uma experiência própria de leitura dos textos da tradição, para que possamos nos apropriar delas, herdá-las? Afinal, se se afirma que o pensamento de Gadamer realizou um abalo, imagino que este abalo tenha sido dado no escopo de uma tradição. Daí lamentar a opção do autor em não averiguar a procedência das críticas de Gadamer.

Na segunda parte do livro, “O núcleo dialético do dialogismo lingüístico”, André Araújo se dedica a retomar a discussão sobre linguagem e verdade, anunciada, inclusive, como um dos eixos em torno do qual seu argumento gira. Alçando o debate à devida complexidade, o autor afirma:

É importante enfatizar que Gadamer não abandona radicalmente a idéia de razão [Vernunft], mas sim o revestimento instrumentalizado do conceito pela ciência, ou mesmo sua forma absolutizada pela filosofia hegeliana. A razão, desfeitos estes dois percalços, sustenta parte do esforço dialógico

no encontro do outro e na determinação compreensiva da consciência de si (ARAÚJO 2009, p.101).

É este o momento em que André Araújo desenvolve alguns aspectos bastante ricos: falar em uma razão que não seja instrumental nem absoluta é falar de uma experiência em que a alteridade se torne incontornável e fundamental, algo que ocorre sempre que o mundo não se deixa converter em objeto (cf. ARAÚJO 2009, p.109).

Aqui vale a pergunta, suscitada pela leitura do livro: por que não ler a tradição criticada por Gadamer à luz da pergunta: por que o mundo se deixou objetivar? Por que se esqueceu do caráter constitutivo da linguagem? Uma coisa é dizer que iluminismo e romantismo acabaram, um e outro, objetivando a experiência, e, com isso, esqueceram-se de sua finitude essencial. Outra é mostrar como isso se deu. E como esta experiência também, não está, ela mesma, acabada, posto que, se o fizéssemos, também a estaríamos vendo como dado, como objeto. Ela também ainda vigora. Mas como?

Feita a pergunta, cabe ver, portanto, o lugar central da arte no pensamento de Gadamer e como este lugar consegue pensar a razão de uma maneira diversa.

É fundamental lembrar, agora, da maneira como Gadamer lê a tradição grega. Cito *Verdade e Método*, a propósito da definição de *theoria*: nós nos comportamos teoricamente quando "(...) ante uma questão, podemos nos esquecer de nossos próprios objetivos" (GADAMER 2007, p.182). E o filósofo segue:

"(...) em princípio a *theoria* não deve ser pensada como um comportamento da subjetividade, como uma autodeterminação do sujeito, mas a partir daquilo que o sujeito está olhando. A *theoria* é verdadeira participação, não é atividade; é um sofrer (*pathos*), isto é, um ser atraído e dominado pela visão (...)" (idem).

A experiência teórica é, portanto, a experiência do espectador, mais especificamente a experiência extática em que "se está fora de si". Mas, para Gadamer, remetendo-se ao Fedro, de Platão, "o estar-fora-de-si é a possibilidade positiva de estar inteiramente em alguma coisa" (GADAMER 2007, p.183). Pergunto-me se não poderíamos dizer que, em Gadamer, toda experiência estética é histórica. Creio que o livro de André Araújo nos permite pensar a partir desta vereda, porquanto ela inverte o que habitualmente se diz sobre história e arte, isto é, de que a experiência histórica é estética – como faz, por exemplo, um Frank Ankersmit (cf. ANKERSMIT 2004, 2005). Mais uma vez, esperava apenas que o autor se detivesse um pouco mais no conceito de simultaneidade como modo de ser da tradição, e, neste sentido, como o acontecer preserva a experiência da contingência, e, neste sentido, pode, aí sim, retirar das garras do historicismo (na definição de Gadamer) o objeto entendido como singularidade ocasional, recuperando-o em sua fundamentação ontológica.

O modo de ser da tradição, portanto, revela a estrutura da temporalidade em que o mundo não deixa mais ser controlado como se fosse um objeto. Trata-se da experiência da simultaneidade, analisada por Gadamer longamente no item "Temporalidade da estética". A simultaneidade seria, portanto, o acontecer em sua atualização, o momento em que o ocasional e o decorativo desvelam sua fundamentação ontológica. O teatro é um bom exemplo dado por Gadamer:

É por isso que o palco teatral é uma instituição política de natureza única, porque somente na execução faz transparecer aquilo tudo que há no jogo, a que está aludindo, os ecos que desperta. Ninguém sabe de antemão qual será o resultado e o que irá se perder no vazio. Cada execução é um acontecimento, mas não um acontecimento que se oponha ou posicione ao lado da obra poética como algo autônomo; o que acontece no acontecimento da encenação é a própria obra (GADAMER 2007, p. 209).

Na terceira parte de seu estudo – "Do vigor extratextual da existência" – André Araújo apresenta, entre outras, uma questão das mais ricas, a saber, o embate sobre a concepção gadameriana da atividade da história. A partir de Jean Grondin, o autor elabora o significado do caráter decisivo da transcendência dentro de uma hermenêutica da finitude: "A transcendência é justamente o padrão da ultrapassagem da toda 'experiência feita na vida', no mesmo registro em que já percebíamos que a arte pode ser a correspondência humanamente finita do que se concebe por eterno" (ARAÚJO 2009, p.171-172).

A costura da obra se apresenta aqui muito bem cosida: as discussões sobre a arte reaparecem aqui como lastro indispensável para se pensar a transcendência. Mas como se configura esta transcendência? Neste sentido, imagino, a recuperação do diálogo entre Gadamer e Reinhart Koselleck é bastante interessante. Afinal, há na historiografia alguma brecha para o vislumbre da transcendência?

O que está em jogo é, de alguma maneira, a experiência fundamental da hermenêutica: se em Koselleck a ação histórica pode também aparecer como negação da alteridade (o poder-massacrar, o poder-matar, poder-aniquilar, *Totschlagenkönnens*), a obra de Gadamer enfatizará que o vigor da existência será sempre, nas palavras de André de Melo Araújo, o da "não-identidade de si para com o mundo" (ARAÚJO 2009, p.197). E isto é decisivo:

(...) olhar unilateralmente para o sujeito – ora como produtor da matéria artística, ora como seu receptor –, ou direcionar a atenção apenas para a materialidade da obra é fazer surgir os pólos da falsa dicotomia objetivadora da ciência, que carrega como conseqüência a impossibilidade do reconhecimento da conformação artística como uma relação social, como uma prática social (ARAÚJO 2009, p.207).

As palavras do autor são bastante instigantes, na medida em que o problema do projeto da ciência moderna estaria em tentar reduzir toda experiência possível ao fim dos conflitos, algo a ser feito mediante a correta aplicação do princípio de identidade – do sujeito com o objeto, ou do objeto

com o sujeito. A hermenêutica só mantém seu vigor quando houver uma discrepância, portanto, um resto que indique sempre a inesgotabilidade da história, e, portanto, a finitude de todo aquele que nela se vê inserido.

Apenas algumas breves notas para reflexão: como poderíamos descrever esta situação como "social"? Deveríamos retornar a Simmel para realizar tal descrição? E, mais uma sugestão, por que não comparar a situação hermenêutica da experiência fundamental da não-identidade (que chamo de discrepância) com a desenvolvida em Adorno? Não me parece impossível, pois se Heidegger e Marx separam Gadamer e Adorno, Hegel os une.

De toda forma, divagações de lado, é muito interessante o livro de André de Melo Araújo. Pensar a hermenêutica não somente como método, mas como estrutura na qual estamos sempre já lançados é algo digno de mérito; mais ainda, pensar linguagem e história em nível para além das (por vezes) requentadas querelas entre modernos e pós-modernos é um alento.

### Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank. Representación histórica. In: \_\_\_\_\_. **Historia y Tropología: Ascenso y caída de la metáfora**. México, D.F.: FCE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sublime historical experience**. Palo Alto: Stanford University Press, 2005.

335

ARAÚJO, André de Melo. **A Atualidade do acontecer: O projeto dialógico de mediação histórica na hermenêutica de Hans-Georg Gadamer**. São Paulo: Humanitas, 2008.

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**. Stuttgart; Bad-Canstatt: Frommann-Holzboog, 1977.

GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik**. Tübingen: Mohr, 1990.

\_\_\_\_\_. **Verdade e Método**. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes, Editora da Universidade de São Francisco, 2007.

HERDER, Johann Gottfried. **Também uma filosofia da história para a formação da humanidade**. Lisboa: Antígona, 1995.

# Uma radiografia dos primórdios do ensino secundário no Brasil

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. 2 edição. São Paulo: Edusp, 2008, 272pp.

---

## Thais Nivia de Lima e Fonseca

Professora Adjunta  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
thais.fonseca@pq.cnpq.br  
Av. Antonio Carlos, 6627 - Pampulha  
Belo Horizonte - MG  
31270-901  
Brasil

---

## Palavras-chave

História da educação; Ensino secundário; Colégio Pedro II.

## Keyword

History of education; Secondary education; Colégio Pedro II.

336

---

Enviado em: 12/01/2010  
Autora convidada

Publicado pela primeira vez em 1972 com o título *O ensino secundário no Império Brasileiro*, o estudo de Maria de Lourdes Mariotto Haidar tem sido referência obrigatória para os que se interessam pelas questões relacionadas ao ensino secundário no Brasil, e mais especificamente nos primeiros tempos de sua sistematização após a independência, durante o período imperial. Partindo das primeiras iniciativas de organização, por parte do Estado, para este nível de ensino, realizadas a partir de 1834, a autora analisa radiograficamente a evolução do ensino secundário deste momento até o final do Império, em 1889.

O pioneirismo do seu estudo inicia-se pela própria temática, visivelmente negligenciada pelos estudos sobre a história da educação brasileira até a segunda metade do século XX. Este campo da pesquisa histórica, até então muito marcada pela influência dos trabalhos publicados até meados daquele século – principalmente o de Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, de 1943 – considerava o período monárquico do Brasil independente como uma época de apagamento das atividades educacionais sob o controle do Estado. Ao indicar a República como a iniciadora de uma “verdadeira” política educacional na história brasileira, essa historiografia relegou o Império a um segundo plano nesta matéria, chegando a negar sua atuação na criação de qualquer política respeitável sobre a questão.

Ao assumir, neste contexto, um estudo direcionado ao período imperial, Haidar contava com poucas contribuições anteriores sobre o assunto.<sup>1</sup> Não lhe foi possível, portanto, evitar o trabalho de vulto no levantamento de fontes, essenciais em qualquer pesquisa histórica, mas absolutamente indispensáveis quando se tratava de dar maior visibilidade a um processo complexo, então ainda pouco conhecido, que interpôs a conjuntura política e as questões educacionais, principalmente na segunda metade do século XIX. Esse é, sem dúvida, um dos mais evidentes méritos do seu trabalho, pois ela foi criteriosa no esforço da pesquisa de fontes, e em sua organização.

A clara preocupação em radiografar este processo – indo mesmo além do ensino secundário em si, mas atentando para outras dimensões da educação escolar brasileira daquele período – acabou por levar a autora a agarrar-se muito aferradamente às informações documentais, levadas ao seu texto de forma profusa, ao longo de uma narrativa com forte peso na cronologia, onde leis, regulamentos, decretos, pareceres (além de muitos nomes associados a estes documentos) mencionados ao longo da obra, exigem dobrada atenção do leitor, numa narrativa por isso mesmo, às vezes cansativa, e que obriga a idas e vindas no texto para que o fio da meada não se perca. O constante recurso à transcrição de documentos, às vezes em longos trechos, tanto no corpo do texto quanto nas notas de rodapé contribui para isso. Tem o mérito de tornar os documentos acessíveis ao leitor, mas muitos deles bem que poderiam

---

<sup>1</sup> Basicamente as obras de Henrique Dodsworth (*Cem anos de ensino secundário no Brasil*, de 1968) e de Primitivo Moacyr (*A instrução e Império – subsídios para a história da educação no Brasil*, e *A instrução e as províncias*, ambos de 1940), conforme as indicações bibliográficas da autora.



fazer parte de um anexo. Contudo, não se pode negar o caráter ricamente informativo da obra.

Riqueza informativa que permitiu a Maria de Lourdes Haidar reunir elementos para explicar as complexas articulações e interesses que envolveram diferentes sujeitos no processo de organização da educação escolar no Brasil império, particularmente da educação secundária, e que contribuíram sobremaneira para a montagem de um sistema de organização e funcionamento que expressavam essa movimentação social e política. E que, de certa forma, ajudaram a estabelecer algumas das características do ensino secundário e do ensino superior no Brasil nos períodos posteriores. Entre essas características, destacam-se a estreita relação do ensino secundário com as formas de ingresso no ensino superior, o que o tornava um nível de escolarização acessível basicamente às elites e setores médios, além da fraca presença do Estado como responsável direto por este nível de ensino. A conveniência deste tipo de estrutura tornou-a duradoura, vigorando como uma prática quando da elaboração de políticas educacionais até já avançada a República, ao longo de boa parte do século XX.

Na busca pelo entendimento desse processo, Maria de Lourdes Haidar procurou analisar os contrastes e os conflitos, de naturezas diversas, entre o poder central e as províncias, na sua maior parte decorrentes da legislação destinada a organizar o ensino secundário no Brasil império, o que nos permite inferências sobre qual seria a importância atribuída à educação em geral e ao ensino secundário em particular, no movimento político de descentralização/centralização observado no Brasil no século XIX, e no âmbito do pensamento liberal que pautava ação política brasileira naquele momento. Com essa preocupação, a autora demonstrou os contrastes entre as ações mobilizadas no sentido de promover a descentralização e a autonomia provincial, por exemplo, e as tendências centralizadoras na estruturação do ensino secundário como forma de ingresso nos cursos superiores. Desse movimento resultaria, de forma evidente, o papel central adquirido pelo Colégio de Pedro II como instituição modelar para o ensino secundário, e o enfraquecimento de muitas instituições correlatas em diferentes províncias do Império. Distorções dessa natureza foram cuidadosamente analisadas pela autora, confrontando expressiva variedade de documentos.

Importante é demarcar, também, a importância assumida pelo trabalho de Haidar e seu caráter referencial no que diz respeito ao Colégio de Pedro II, objeto particular do terceiro capítulo do livro. O escrutínio sobre seu funcionamento, à luz das políticas relativas ao ensino secundário ao longo do século XIX abriu caminho para muitos pesquisadores que passaram a se interessar por esta instituição de ensino, investigada mais recentemente sob diferentes prismas. Não é por acaso, portanto, que *O ensino secundário no Brasil Império* seja referência obrigatória não apenas para trabalhos que, direta ou indiretamente lidam com o Colégio Pedro II, mas para pesquisas focadas

nas instituições escolares do Império em geral.

A utilização de fontes que muitos denominam “escolares” – porque produzidas no âmbito nas instituições escolares – foi um recurso fundamental para uma aproximação, na medida do possível, com o funcionamento do ensino secundário no Brasil império, não apenas no âmbito das prescrições legais a respeito dele, mas nas realidades dos diversos colégios, liceus, institutos e externatos então existentes em diferentes localidades do Brasil. Assim, além do foco posto sobre o Colégio de Pedro II, a mais importante instituição pública de ensino secundário, Maria de Lourdes Haidar voltou-se para a análise do ensino secundário em outras escolas, da iniciativa particular, masculinas e femininas. Esse enfoque é, na verdade, de grande importância, pois na segunda metade do século XIX ampliou-se o espaço para a iniciativa particular no âmbito educacional, espaço este que foi prodigamente aproveitado, a partir daí, pelas escolas confessionais ligadas a ordens e congregações religiosas masculinas e femininas. A forte presença destes setores no ensino secundário, apoiada na fraca participação do Estado, ajudaram, ao longo do tempo, a consolidar o ensino privado fora da educação de nível elementar. O estudo de Maria de Lourdes Haidar foi fundamental para o rastreamento dos caminhos iniciais dessa característica do sistema educacional do Brasil independente, mesmo até o período republicano. Esse é, aliás, um campo de pesquisa florescente na historiografia da educação brasileira.

339

Na organização dos capítulos da obra, fica clara a intenção de demonstrar toda essa trajetória, iniciando pela análise do processo político e legislativo que, a partir do Ato Adicional de 1834 promoveria a autonomia das províncias do Império em várias matérias, entre as quais a organização da educação, incluindo o ensino secundário. No segundo capítulo Haidar envereda pela apresentação do funcionamento dos cursos preparatórios e dos exames para ingresso no ensino superior, analisando seus impactos nos diferentes tipos de escolas secundárias do Império, em geral afetadas negativamente pelas deformações provocadas pelo sistema. Nos capítulos seguintes, o foco recai sobre o ensino secundário propriamente dito, no Colégio Pedro II, nas escolas particulares e no ensino feminino.

Numa primeira leitura, *O ensino secundário no Brasil Império* nos parece uma obra essencialmente descritiva, produzida quando a historiografia da educação ainda não havia se ligado numa prática investigativa e analítica que marcou o movimento de renovação da historiografia brasileira, principalmente a partir da década de 1980. E, ainda, explicada num cenário em que era nítida a pouca especialização daqueles que se dedicavam aos estudos históricos no campo da educação, em sua maioria sem formação específica em História. Maria de Lourdes Haidar, contudo, não caiu nos esquematismos que marcaram a historiografia entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil, e que podem ser facilmente encontrados em muitos livros sobre história da educação produzidos naquele período. Uma leitura atenta – e paciente, pelos aspectos do texto que comentei anteriormente – faz aflorar um estudo denso, que ultrapassa a mera

descrição, e que constrói articulações importantes entre instâncias absolutamente essenciais para a compreensão dos processos de escolarização no ocidente moderno, e que envolvem muito mais que concepções pedagógicas, mas relacionam-se a linhas de pensamento político e social, a políticas de Estado, a estruturas de poder local, a pressões sociais de diferentes intensidades. Perfeitamente justificável, portanto, a reedição da obra, trinta e seis anos depois de seu aparecimento.

## **Estudos sobre a escrita da história: alguns horizontes historiográficos**

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, 265pp.

---

### **Helena Mollo**

Professoar Adjunta  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
hmollo@ichs.ufop.br  
Rua do Seminário, s/n - Centro  
Mariana - MG  
35420-000  
Brasil

---

### Palavras-chave

Narrativas; Temporalidades; Pesquisa em história da historiografia.

341

### Keyword

Narratives; Temporalities; Research in history of historiography.

---

Enviado em: 30/06/2010  
Autora convidada

**Estudos sobre a escrita da história**, lançado há quatro anos pela editora carioca 7Letras não é, à primeira vista, objeto de uma resenha, sempre mais indicada para livros de recentíssima edição. Mas há duas justificativas para o texto que segue. Uma delas é a importância e o fôlego que possui o livro para a área de História da Historiografia, e a outra, uma homenagem ao professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, organizador da obra.

A publicação abriga uma gama de pesquisadores que corta o País, e avança a discussão rumo à historiografia argentina, travando o diálogo necessário e ainda pouco frequente. A obra é o registro do Encontro de Historiografia e História Política, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 2005.

As coletâneas são, muitas vezes, um obstáculo natural para o resenhista, visto que, mesmo havendo um fio que ligue todos os trabalhos, cada um é um mundo distinto.

Nesta obra percebe-se como fio condutor uma das questões centrais da investigação do campo da história da historiografia: a experiência do tempo. À primeira vista, muito ampla, mas as camadas desta proposta estão presentes nas contribuições. As formas de registro do passado, a leitura que lança a elas, qual o peso e qual a forma que o tempo assume, como se pode qualificar o antes, e o que se fará com o depois.

São três seções que compõem a obra: "uma retórica da nacionalidade: a escrita da história no século XIX", "sociabilidades letradas" e "tradições e linguagens". Os títulos dados às partes indicam bastante bem o mapa das preocupações presentes nas análises do campo da história da historiografia, no Brasil, nos últimos anos. Optou-se neste texto privilegiar a apresentação das contribuições, para que não se resultasse em algo superficial, desdourando autores e obra.

342

### **A longa duração é esta superfície de água que arrasta tudo com ela (p.18)**

Em 2003, quando F. Hartog lança o livro **Des Regimes d' Historicité**, mais uma vez se coloca a forma de apreensão do tempo no centro da interpretação da história. Mais que recorte, o regime de historicidade indica camadas de 'vários passados' e a organização de diversas experiências de tempo, inclusive a de quem questiona o passado.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Uma das questões importantes para a historiografia francesa novecentista foi a apreensão do tempo. Em Braudel, uma das matrizes com as quais Hartog dialoga, propõe que se perceba o diálogo de várias temporalidades presentes em um objeto. A História, ao se aproximar de diferentes formas da Antropologia, ao longo do século 20, teve, no que tange ao tratamento da experiência do tempo, seus mais expressivos debates. A cultura material e o tempo são uma das contribuições mais expressivas de Braudel. Em 1967, o autor lança a obra *Civilização material, economia e capitalismo*, composta por três volumes, intitulados "As estruturas do cotidiano", "Os jogos da troca" e "O tempo do mundo".

Ao tomar a história universal como ponto de reflexão, indaga qual temporalidade está expressa neste gênero historiográfico, e, ainda, quais transformações ensejaram o fim de sua eficácia. Há, antes, contudo, outras questões: poderia hoje ser reativada esta forma de narrativa? Segundo o autor, a noção de autoridade juntamente com as formas de tempo ativas “ontem e hoje” formam uma pista para a compreensão da alteridade. O regime de historicidade teria, assim, sua importância interpretativa ao possibilitar que se articulem as categorias passado, presente e futuro, notando as especificidades de cada uma dessas dimensões.

Em duas das seis seções que compõem a conferência, Hartog dedica-se à explicação e à aplicabilidade do regime de historicidade e discute, a partir da historiografia francesa, suas condições de existência, dirigindo sua reflexão para os modelos interpretativos que colocaram a discussão da variação de modulação das temporalidades em primeiro plano. O “tempo da história decompõe-se em uma multiplicidade de tempos parciais, locais ou específicos”, e, ao seguir a “sugestão braudeliana”, Hartog propõe, então, que “não somente cada processo, mas também cada prática que o historiador escolhe estudar encontram-se dotados de uma temporalidade própria, ou melhor, não são separáveis” (p.18). Certamente, sobre a proposta da longa duração em uma linha genealógica ascendente do regime de historicidade, encontra-se uma trama fechadíssima: “há o contemporâneo do não-contemporâneo em todos os estágios” (p.18). O olhar mais distanciado abre a escala e percebe um padrão mais amplo, ‘o tempo’.

343

Haveria “um tempo seguro e feliz”? Para o autor, a história processo, sob o signo do progresso, guardaria um tempo feliz, “seguro de si e conquistador”. Identificada essencialmente com o futuro, a história universal seria a expressão mais contundente do regime moderno de história. A extensão de tempo tratada por Hartog tem como proposta de termo os dois conflitos mundiais da primeira metade do século XX, que representariam o descrédito para a teoria futurista da história universal. A quebra que Hartog reconhece como definitiva em reação àquele regime de historicidade se dá na interpretação de Lévi-Strauss quanto à compreensão das civilizações: ao contrário do que promulgava a história universal, propunha o antropólogo, as civilizações devem ser mais compreendidas no espaço do que escalonadas no tempo (p.19).

Na primeira parte, “Uma “retórica da nacionalidade”: a escrita da história no século XIX” encontra-se “Retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis”, Temístocles Cezar propõe-se a discutir o passado que o oitocentos almejava construir. Questões como “quem somos” e “de onde viemos”, muito próprias à trajetória histórica, . Nessa proposição, o índio marcava um “lugar-problema”. Onde deveriam estar estes personagens? Situa-los no tempo, imediatamente, fazia-os sujeitos da história.

Quanto ao povoamento do passado da terra brasileira pelos indígenas, o visconde de Porto Seguro parecia ter resolvido o problema: seriam os tupis invasores das futuras terras brasileiras.

A prova da natureza invasora dos tupis viria da ligação com a Antiguidade,



e não seria vista pela via da história (que se insere em momento posterior), mas pela filologia e pela etnografia. Depois de tentativas de aproximação, através da lingüística, o grego, o hebreu, o siríaco, o armênio, testou o babilônico. Sem sucesso e vendo apenas “eventuais coincidências” encontradas entre as várias línguas que estudara e o tupi, voltou-se para o egípcio, e afirmou ter identificado a ligação definitiva: egípcios e tupis viriam do mesmo tronco linguístico. A obra em que é proposta esta genealogia foi publicada em 1876, em Viena, e **La origine touranienne des americains tupis-caribes et les anciens egyptiens...** traz o programa de investigação de toda a vida do historiador anti-romântico. A entrada dos indígenas no passado, na experiência do tempo, um tanto enviesada, atesta uma outra trajetória: o caminho percorrido entre selvagens e antigos (p. 36).

A contribuição de Fernando Devoto dirige-se à historiografia argentina, e, em “Los historiadores positivistas argentinos: conjuntos e itinerários”, analisa o programa de investigação de autores que, muitas vezes identificados como positivista, devem ser inseridos, na verdade, em um leque de possibilidades mais amplo, que vai da identificação/confusão entre darwinismo e positivismo, até o ensaísmo com forte entrada da sociologia. Ao centrar-se na trajetória intelectual em autores como José Maria Ramos Mejía, Ernesto Quesada e Juan Agustín. A partir de 1880, aponta F. Devoto, o “positivismo historiográfico” fez surgir um novos modelos de análise e “arsenais metodológicos” (p. 45) traziam ao campo da historiografia novas perspectivas, como a “psicologia dos povos, a economia biológica, a frenologia” (p. 45).

Manoel Luiz Salgado Guimarães propõe em “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista” uma reflexão que denomina um “exercício de natureza historiográfica”. Tal movimento consiste na interrogação da memória da disciplina e na percepção de quais autores, procedimentos e obras a história se estabeleceu na mudança entre as formas setecentista e o oitocentista de concepção da ‘trajetória dos homens no tempo’

A partir da relação entre a filosofia da história e os elementos que a caracterizarão como disciplina, o autor questiona, no caso brasileiro, as disputas travadas no que tange à escrita da história nacional.

O conhecimento da história no oitocentos, no Brasil, como propõe o autor, caracterizava-se por uma “tensão entre a necessidade de definição de um sentido geral e de uma finalidade prática para o conhecimento do passado das terras americanas [...] configuram uma forma peculiar de conceber o texto histórico” (p. 71).

Vê-se como o projeto de escrita da história, em “Entre as luzes e o romantismo...” propunha os elementos a compor o corpus da História do Brasil. Quais seriam, então, as heranças, ou o material de memória sobre o qual os letrados do início do oitocentos se debruçariam?

A investigação se dá nas páginas do jornal **O Patriota**, editado entre 1813 e 1814, na cidade do Rio de Janeiro. O periódico, sob a vigilância da Imprensa

Régia, tinha a missão de ilustrar os seus leitores, e seu projeto enciclopedista organizava-se a partir de temas como botânica, astronomia, medicina, novas técnicas de agricultura. Estava presente, nas páginas do jornal, contudo, a preocupação partilhada pelo mundo letrado: a implantação de um Estado monárquico em novas terras. A história passa, então, a cumprir o papel de aplacar o "espírito de vertigem" (p. 73) que punha em cheque um sistema centenário de poder.

N´O **Patriota**, a dimensão do futuro articula as formas do passado e do presente, e, assim, o passado, além de espaço vetorial, guarda uma proximidade estrutural com o presente, que segundo o autor, não seria possível fora do *topos* da história mestra da vida. Desta feita, ressalta-se a análise do periódico e o sentido que dá à História, através da "noção de trabalho", o regime de historicidade.

Ao finalizar o estudo sobre o periódico, M. L. S. Guimarães amplia o foco de visão para outro periódico e acrescenta algumas dezenas de anos. O Patriota e a Revista do IHGB partilham temas, como os das viagens e expedições, por exemplo, indicando uma permanência de preocupações, principalmente no que tange ao papel da história. Segundo o autor, "seriam as demandas de decorrentes da necessidade de fundar uma nação no antigo espaço colonial português que tornariam a ida ao passado uma demanda do presente para assegurar um projeto de futuro" (p. 83).

E, nas palavras de Manuel Ferreira Araújo, editor d´O Patriota, citadas pelo autor, este projeto de sentido à história estaria assim disposto:

o meu espírito descansa quando, lançando os olhos ao Brasil, vejo abraçadas a justiça e a paz, respeito às Ciências estendendo o seu império, e reconheço que nascem para este vastíssimo continente os tempos de Saturno (p.73).

O projeto oitocentista para a história nacional também é o interesse de discussão de Rodrigo Turin em *A "obscura história" indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)*. A questão torna à superfície uma vez mais: qual o lugar do indígena na temporalidade? Dilema dos letrados, os indígenas, como já se disse, ocupavam um lugar-problema na trajetória de construção da nação.

A "obscura história" do título provém da qualificação de Martius à história do Brasil: "ainda envolta em obscuridade" (p. 87) e aos indígenas atribui o adjetivo "enigma". A escolha do autor é analisar este problema através da constituição da História e da Etnografia como campos de conhecimento entre três décadas do oitocentos. A partir da diferenciação proposta por Michel de Certeau entre a história, caracterizada pela "escrita, temporalidade, identidade e consciência" (p. 88), e a etnografia, por sua vez, pela "oralidade, espacialidade, alteridade e inconsciência" (p. 88).

Enigmas do tempo, os indígenas encontram-se nas sessões do Instituto e nas páginas da RIHGB como uma espécie de "elo perdido". Sem escrita, sem possibilidades de comunicação através do tempo, chegavam a ser, nas palavras

de Gonçalves Dias, quase impossibilitados às próprias lembranças, “que não passam além da memória de um homem, ou das tradições de uma família, – tradições, que de ordinário reciprocamente se contradizem” (p. 88). O desafio estava feito para os letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como definir se o “estado de natureza” vivido pelos índios era uma realidade desde sempre ou se sofreram um processo de decadência? Entre as ideias presentes no IHGB, o autor destaca as de Januário da Cunha quanto ao estado de natureza para se referir aos indígenas: “sem leis, sem domicílio, sem pátria, os indígenas são pura falta” (p. 91). A passagem à cultura deveria ser organizada por aqueles que já estavam em um outro momento civilizacional. Como tocado nos artigos precedentes nesta seção do **Escritas da História**, a experiência do tempo dos letrados do IHGB informava uma diferença abissal daquela dos indígenas. Enquanto os primeiros, segundo o texto de Manoel L. S. Guimarães, organizavam-se em uma sociedade da lembrança, os segundos estavam atados a um eterno presente. A entrada na civilização era requerida pela história e a etnografia proporcionaria, segundo R. Turin, esta trajetória, através da proposição de uma “pedagogia que possibilitasse o desenvolvimento por parte dos indígenas de noções como ‘trabalho’ e ‘propriedade’” (p. 93).

Mais um entrelaçamento se coloca entre os campos de conhecimento que têm o indígena como enigma a ser decifrado. A arqueologia junta-se à etnografia e à história para, então, indagar mais profundamente o tempo e tentar decifrar o enigma dos indígenas. Não poucos esforços foram envidados para revelar ao Brasil e ao mundo – como deveria ser – a ‘antiguidade indígena’ descoberta e compreendida através das inscrições que foram atribuídas ao mais recuado lugar no tempo. As inscrições e suas possibilidades de situar os indígenas em um lugar da História, através da escrita, volta e meia retornavam às páginas da RIHGB, que publicava relatórios de expedições cujo resultado esvaziava cada vez mais a possibilidade de uma aproximação dos indígenas às civilizações que o oitocentos certificava como ponto inicial de sua tradição.

O ofício de historiador para o oitocentos tomava-se de um lugar dramático, por vezes. Em “A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica”, Taíse Tatiana Quadros da Silva indaga o papel da erudição na prática historiadora. Seu artigo lança luz sobre uma faceta importantíssima da construção da narrativa histórica: como formar a tradição em uma sociedade que caminha seus primeiros passos? Quais elementos estariam disponíveis para serem lançados na construção do passado brasileiro? E, por fim, o que comporia a erudição na história brasileira?

Na perspectiva de campos de conhecimentos entrelaçados em suas preocupações, de acordo com a maioria dos textos da primeira parte de **Estudos sobre a escrita da História**, a erudição cumpre um papel, segundo Taíse Quadros, fundamental na escrita do passado, e, como os campos de saber, naturalmente sofre mudanças. Este amplíssimo movimento de construção de mundos, de alternâncias entre o passado e o futuro, de acordo com a autora

(citando Isabel Mota), implica na conformação do *historiador-autor*: “deslocando-se da cultura erudita de outrora, transforma-se em porta-voz de uma verdade inédita” (p. 122).

Centrando sua atenção na difusa identidade de Varnhagen, a autora pontua a sua escrita entre “episódio literário, fato civilizador e exaltação da língua” (p. 124). O fato, para Taíse Quadros, se referia a uma proposta de “pedagogia da história”, que, como uma interferência imediata no presente, teria como papel o fabrico de um cidadão da monarquia e católico, atento às demandas da nação. E, a partir deste produto pretendido, a quem seria feita a encomenda? Diplomata e historiador, Varnhagen é caracterizado neste artigo como ilustrado, a partir dos princípios da educação portuguesa a partir de D. Jose I. Analisa o pertencimento do visconde de Porto Seguro à Academia Real de Ciências de Lisboa. Esse pertencimento é tratado pela autora de forma ampla mas cuidadosa, tocando em temas como o regime de verdade que difere entre o setecentos e o oitocentos, e como a explicação do mundo passa a ser realizada a partir de parâmetros próximos, de forma mais intensa, das ciências naturais.

Da Segunda parte de **Estudos sobre a escrita da História** fazem parte dois estudos: “Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro”, de Marieta de Moraes Ferreira e “Circulação de Saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949)”, de Lucia Maria Paschoal Guimarães.

347

Deve ser destacada, no estudo de Marieta de Moraes Ferreira, a importância do estudo das instituições e qual a noção de História que este em jogo, na UDF e na FNFi, ou no IHGB, instâncias analisadas nos dois artigos.

A institucionalização da História nos cursos universitários é o foco do primeiro artigo da seção. A análise se refere à noção de História presente no curso da UDF, Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 e finda em 1939, e a FNFi, a partir de 39.

A Universidade do Distrito Federal tinha como objetivo principal, segundo seu decerto de criação “promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; encorajar a pesquisa literária e científica, propagar as aquisições das ciências e das artes” (p. 142) A promoção da sociedade através da educação era a pedra fundamental da UDF e a formação de um profissional que aproximasse a pesquisa e o ensino era o caminho proposto. A originalidade da UDF estava também na noção de História presente em seu curso de Graduação. Marieta de Moraes Ferreira ressalta a importância do retraimento, na grade curricular, das histórias nacionais e da presença da cadeira de história das civilizações. Esse movimento percebido na Educação (mundial) e também na Universidade do Distrito Federal representa uma tentativa de reduzir o avanço de uma educação que incitasse ideologias belicistas. A Comissão Internacional para o Ensino de História defendia que a educação incentivasse o convívio pacífico entre as nações, e, por isso, refrear a dimensão do político e o elogio às personalidades representantes do belicismo que constava dos programas educacionais era um caminho que a autora ressalta para a promoção

da história social.

Aquando da Reforma Educacional de 1931, a motivação da história social em detrimento da história nacional fez com que se suprimisse no ensino secundário a cadeira de história do Brasil e fosse instituída a história das civilizações. Esta realidade também verificou-se no curso de museus, oferecido pelo Museu Histórico Nacional. Com o advento do Estado Novo, em 1937, deu-se o início do fim da Universidade do Distrito federal. Apesar de o quadro de professores ter sido transferido para a Universidade do Brasil, o projeto original da UDF, não. No âmbito da FNFi a convergência entre Geografia e História e a presença da cadeira de história do Brasil evidenciava a diferença entre os projetos das duas instituições e também a polarização política, vista através da influência dos intelectuais católicos no projeto da FNFi.

Em "Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949)" o papel da história nacional é analisado por Lucia Maria Paschoal Guimarães. O "catecismo cívico", segundo a autora, era uma realidade nas décadas de 1910 e 20, e a história era ponto articular nesta cartilha. 1913 foi o ano em que Oliveira Lima, em uma conferência, salientava o papel do sentimento nacional, e, neste colocava a necessidade de se elaborar um passado comum a toda a nação brasileira. Um congresso foi a resposta à "convocação" do diplomata e historiador, e o I Congresso de História Nacional aconteceu entre 07 e 14 de setembro de 1914, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As comissões se organizaram de acordo com o método de Langlois e Seignobos, e eram privilegiados os domínios da história política e os integrantes julgavam o "potencial cívico" dos trabalhos a serem apresentados. Segundo a autora, a tradição histórica tinha expressão através de conteúdos que "ajudassem a modelagem da consciência nacional" (p. 164). Neste I Congresso, os ensinamentos de Capistrano, assinala a autora, estão ainda fora dos limites da comunidade de historiadores, com apenas uma exceção, de Jônatas Serrano, que apresentava trabalho sobre as capitanias e a colonização. Em contrapartida, o modelo do visconde de Porto Seguro vigia, e, como em um festim, segundo as palavras de Oliveira Lima, os comensais da "refeição histórica" se serviam de um "assado sólido, gordo e apetitoso". A cultura historiográfica parecia, segundo Lucia P. Guimarães, resistir a mudanças, após o I Congresso, e os intérpretes foram tardiamente incorporados à explicação do passado brasileiro. Uma importante diferença entre o I Congresso e o IV era, no segundo, a inclusão das lições de Capistrano ao programa de investigação da historiografia. A paisagem natural e os grupos humanos, o caminho do interior, cursos de grandes rios como o São Francisco, faziam com que o paradigma de Varnhagen enfraquecesse. A luta entre paradigmas historiográficos, como apresenta Lucia P. Guimarães, no IV Congresso, porém, não se circunscrevia a Varnhagen e Capistrano, mas a uma resistência e escolha por um modelo de interpretação do passado a partir do mestre cearense, em detrimento da tentativa de legitimação de um modelo de "unidade interpretativa", preponderando o papel da metrópole nos três primeiros séculos da colônia. Tal



modelo, reconhecidamente salazarista, e recusado, marcava um momento político importante para a historiografia nacional, que se elaborava a partir de critérios formulados sob a ótica de sua própria trajetória.

A terceira parte de **Estudos...** dedica-se ao estudo das novas linguagens da interpretação histórica. A seção "Tradições e linguagens" compõe-se de quatro textos. O primeiro, dedicado à leitura de *Os sertões*, propõe-se a inventariar as referências que aparecem na obra de Euclides da Cunha. Francisco José Alves, em *D'os sertões como obra historiográfica*, identifica uma palheta variadíssima de leituras que compõem a fina trama do texto euclidiano: Marx, Comte, Buckle, Taine, Renan, Charles Hartt, Orville Derby, Lund, entre muitíssimos outros. A preocupação com a narrativa histórica, segundo o autor, aparece, n' *Os sertões* não só a partir de determinadas citações, mas da composição do texto: o afastamento que o historiador deve guardar, a verdade que deve buscar os testemunhos que deve mencionar e transcrever. O autor classifica Euclides como "historiador naturalista", situando-o próximo ao paradigma das ciências naturais.

O segundo texto é dedicado aos debates travados pela cultura histórica contemporânea. Durval Muniz de Albuquerque Júnior lança um olhar agudo sobre a cultura historiográfica contemporânea. O título já sugere a intensidade do texto que o segue: "O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão". Ao tornar evidente a constância de denominadores, como "pós-moderno", "conservadores", "neoconservadores", "populistas" e tantos outros registra a "pecha desqualificadora" (p. 190) de tais termos. Durval Muniz realiza em seu artigo uma espécie de inventário de características da prática acadêmica e da cultura historiográfica atual de "ter o que dizer sobre os autores e as obras antes mesmo de conhecê-los e ter lido seus livros" (p. 191).

O autor destaca, ainda, nestas práticas acadêmicas e de análise, alguns pontos que seriam "nevrálgicos": a pós-modernidade, o realismo, a verdade, o racionalismo e o holismo. Como "condição histórica ou conceito", a pós-modernidade parece ser uma espécie de centro das análises apressadas e superficiais. Nelas estão contidos preconceitos, como, por exemplo, aquele de opor marxismo ao pós-modernismo, recusando a leitura de que o conceito está ligado a uma condição de produção social do capitalismo tardio e de uma cultura "assentada nos simulacros e imagens" (p. 197). "Entender uma época é distinto de reagir a ela" (p. 197). O realismo aparece na cultura historiográfica atual como uma espécie de oposição em relação ao chamado (pelos historiadores 'realistas') narrativismo, vinculado ao conceito de pós-modernidade. Na perspectiva "realista", lida-se com um 'dado bruto', sem levar-se em conta que a "realidade humana é feita da dimensão empírica ou determinada e de uma dimensão simbólica, imaginária, que em conjunto constituem o que chamamos de fato ou evento" (p.199). Na luta pela definição do que é a realidade, não só o passado está em jogo, mas o presente. Parafraseando o autor, pode-se perguntar: qual uso social se fará de tais perspectivas?

No debate historiográfico contemporâneo, há um ponto que talvez possa ser denominado inescapável: o problema da verdade, que provoca outras questões,



como, por exemplo, o que deve ser reivindicado como verdade e qual fração do real ela toma ou qual o seu lugar.

O autor, ao ligar os fios da trama, coloca realismo e verdade sobre a mesa. A verdade é negociada, instituída socialmente, mas, como o real, sofre uma caricaturização “considerar que aqueles que defendem a não existência de uma verdade absoluta, defendam o relativismo total da verdade” (p. 203).

Entre os fundamentais pontos tocados pela análise de Durval Muniz é o holismo, outra espécie de equívoco na crítica à pós-modernidade. Reivindicado como perspectiva de crítica, é, ironicamente, um dos pontos que caracteriza esta sociedade. A ressacralização da realidade se contrapõe ao que a modernidade instalou e caracteriza a atual experiência de tempo: a irrefutável separação entre o pensamento científico, o pensamento racional e o pensamento religioso.

No texto, em seus momentos finais, percebe-se a trama mais fechada, quando o autor alerta sobre as abordagens historiográficas que tendem ao esvaziamento da historicidade dos fenômenos. Parece, à primeira vista, mais uma ironia seja propondo uma espécie de encontro “direto” com o real ou propor que existam “formas corretas, sempre as mesmas, de se fazer política e de se realizar a crítica à sociedade” (p. 208). A seguinte reflexão proposta por Durval Muniz é bastante oportuna não só a partir do conjunto de questões abordadas, mas também como proposta de prática historiográfica:

Pensar como historiador, às vezes, é difícil, porque significa termos que admitir que determinadas verdades, determinadas certezas, determinados caminhos que achamos os mais corretos, os mais indiscutíveis podem e serão tragados pelo tempo, se não tivermos a capacidade de ressignificá-los, de atualizá-los, de redefini-los (p. 211).

350

*O gosto pelos arquivos.* Esta referência feita a Anthony Grafton logo nos primeiros momentos do texto de Maria da Glória de Oliveira pode ser visto como uma súmula do texto intitulado “Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu”. Entendido como o “gesto inaugural” da operação historiográfica, a atividade de reunir, classificar é que valida os vestígios do passado. O trabalho de edição do livro de Frei Vicente do Salvador pelo autor de **Capítulos de História Colonial** é o objeto de estudo da autora, que expõe a cultura histórica de fins do oitocentos e as mudanças pelas quais passava. As cartas de Capistrano aos amigos

A autora propõe o historiador como um tipo de leitor, e lança a seguinte pergunta: “mesmo que alegasse a necessidade de acumulação de documentos, Capistrano já não “escrevia” a nossa história enquanto submetia manuscritos e crônicas à anotação crítica, instituindo-os como fonte histórica?” (p. 218). Esse historiador-leitor, identificado com o *modus operandi* da ciência, esvazia-se como autor, assumindo o lugar de quem registra as palavras dos outros. A escrita capistraneana mostra-se um importante ponto para reflexão desse momento da historiografia, e algumas questões postas pela autora conduzem, de forma elegante, o leitor do historiador-leitor ao conhecimento e reflexão da

cultura histórica em que está inserido Capistrano de Abreu. Entre elas, destacam-se o preparo dos documentos, a certificação de sua autoria, a fidedignidade material, o arquivo e a biblioteca, ou, mais precisamente dizendo: os elementos que evidenciam o contexto de sua produção. Cartas a companheiros da tarefa de editar frei Vicente, além do prefácio à segunda edição da obra são parte do terreno que Maria da Glória Oliveira bem prepara para tratar *daquele momento do arquivo*.

**Estudos sobre a escritas da História** se encerra com a contribuição de Fernando Nicolazzi sobre Gilberto Freyre. Uma das perguntas mais frequentes sobre a prática historiográfica diz respeito ao seu sujeito, a quem a pratica. Afinal, quem é o historiador, ou, quem é esse que dirige um (seu) olhar ao passado? E o que ele produz? O autor de "Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios", por sua vez, olha com minudência as viagens que formaram a interpretação de Gilberto Freyre sobre o Brasil. Dos espaços pelos quais passou formou-se uma experiência do estranho, ao viajante. África, Europa, Brasil. No artigo é explorado não o estranho e o estrangeiro na viagem-exílio freyreana, mas a "viagem de retorno a si mesmo". Esse exílio faz com que a pátria, para o autor de Casa-grande e senzala, deixe de ter os significado de nação e ganhe o de lugar de origem. O olhar do viajante realiza uma tradução desse estranho, do outro, transformando-o em lugar de abrigo.

O conhecimento, em Freyre, para F. Nicolazzi, é sensorial, se faz através do olhar, evocando o mais primevo sentido da história.

Resta ao leitor conferir a obra, palmear o caminho que cada texto indica, e realizar o seu próprio.

## **Em defesa de uma antropologia histórica: com os gregos e para além deles**

DETIENNE, Marcel. *Os gregos e nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga*. Tradução de Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha. São Paulo: Loyola, 162pp.

---

### **Rafael Faraco Benthien**

Doutorando

Universidade de São Paulo (USP)

Bolsista FAPESP

rfbenthien@hotmail.com

Rua Dr. Nogueira Martins, 420/83 - Saúde

São Paulo - SP

04143-020

Brasil

---

### Palavras-chave

História comparada; Antropologia; Antiguidade.

### Keyword

Comparative History; Anthropology; Antiquity.

352

---

Enviado em: 08/01/2010

Aprovado em: 11/02/2010

Como seu nome indica, este livro de Marcel Detienne explora certas relações entre os antigos gregos e nós. Ainda assim, em contraposição ao que geralmente se projeta em tais relações, o autor se recusa a reificar por meio delas quaisquer mitos de origem do Ocidente. Da mesma forma, enfrenta com ousadia o discurso corporativista, mais ou menos sofisticado conforme o caso, daqueles que sustentam uma epistemologia própria aos estudos históricos, sejam eles “antigos” ou “modernos”, “nacionais” ou “estrangeiros”. *Os Gregos e Nós* trata, antes de tudo, da defesa e dos resultados de uma metodologia experimental, o comparatismo.

É bem verdade que tal método nada tem de novo, como sugere o próprio autor ao recuperar alguns dos fundadores da sociologia, da antropologia e da linguística modernas. Com efeito, para Émile Durkheim, Marcel Mauss e Antoine Meillet, aos quais se somaram mais tarde Marcel Granet e Émile Benveniste, a comparação deveria estar no cerne de toda a reflexão sobre essa dimensão específica da Natureza que é o Social. Não por acaso, no prefácio do primeiro volume do *Année Sociologique*, publicado em 1898, o próprio Durkheim afirmou: “a história só pode ser uma ciência na medida em que explica, e não pode explicar senão comparando. Mesmo a simples descrição é impraticável de outra maneira: não se descreve bem um fato único, ou do qual se possuem raros exemplos, *porque ele não é bem observado*”. Ora, tanto para Detienne, como para os cientistas sociais por ele citados, não se trata de reafirmar a essência de um objeto dado *a priori*, mas sim de colocar em cheque o próprio arranjo de questões a partir do qual o pesquisador concebe a série documental a ser estudada. Em outras palavras, o autor se quer herdeiro da tradição que toma o comparatismo como um instrumento privilegiado para dissolver especulações ontológicas.

Mas se o comparatismo já possui uma história considerável, não deixa de ser interessante ver o quanto sua presença é relativamente recente na obra de Detienne. Explico-me. Entre as décadas de 1960 e 1980, intervalo no qual o autor iniciou carreira e conquistou renome internacional, sua adesão ao grupo que tinha por patrono Louis Gernet e por patrão Jean-Pierre Vernant deu-se em sintonia com os estudos helênicos. Detienne notabilizou-se então por estudar exclusivamente as sociedades gregas, em especial seus mitos e sua religião. Neste período, o comparatismo, embora evocado de tempos em tempos, não produziu muito mais do que as tímidas páginas que servem de anexo a *Problèmes de la Guerre en Grèce Ancienne* (1985), cuja organização ele dividiu com Vernant.

A partir de meados dos anos 1970, contudo, em paralelo aos trabalhos do “helenista puro”, Detienne passou a se interessar cada vez mais pela história crítica de certos conceitos-chave em seu próprio *métier*. Em *L’Invention de La Mythologie* (1981), por exemplo, sem se ater a recortes temporais institucionalmente estabelecidos, ele procurou analisar a constituição do campo epistemológico que marcou o sentido moderno de categorias como mito e

mitologia. Acompanhando seus empregos ao longo dos séculos, ele mostrou como tais termos foram utilizados por especialistas para reafirmar sub-repticiamente toda uma série de pré-conceitos, em particular aqueles que servem para opor civilização e barbárie, razão e imaginação.

Tal esforço reflexivo, associado ao rompimento com Vernant, acabou levando Detienne a, na sequência, reavaliar o papel do comparatismo em sua produção. Em trabalhos como *Transcrire les Mythologies* (1994), *Comparer L'Incomparable* (2000) e *Comment Être Autochtone* (2003), o "helenista" foi aos poucos se confundindo com o "antropólogo". Vale dizer: cada vez mais distante do discurso que localiza nos antigos gregos uma especificidade ontológica em geral dotada de inestimável valor (os inventores da razão, da estética e da política), Detienne se propôs a observá-los a partir do confronto, ancorado em determinadas variáveis, com as mais distintas experiências societárias. Surgem assim outras razões, outras estéticas e outras políticas, todas aptas a iluminarem-se reciprocamente. Poder-se-ia dizer, e isto estaria correto, que tal transformação só foi possível em função das questões e dos conhecimentos acumulados por Detienne enquanto helenista. Não obstante, na medida em que a perspectiva defendida em seus derradeiros trabalhos engendra um desencantamento dos *nossos gregos*, tornados um entre tantos povos igualmente interessantes, é preciso reconhecer que há também aí um ataque aos valores celebrados nos mesmos espaços em que ele se formou.

*Os Gregos e Nós*, publicado originalmente na França em 2005, aprofunda ainda mais esta guinada na trajetória de Detienne. Ao longo de seus seis capítulos, o autor ora procura fundamentar intelectualmente sua proposta comparatista, ora apresenta de forma sucinta os trabalhos coletivos que ele coordenou em torno de temas tratados por tal viés. O capítulo que abre o livro, *Fazer antropologia com os gregos*, por exemplo, apresenta o projeto de uma antropologia histórica da Grécia Antiga. Tal texto opõe, a partir de um balanço da história das ciências sociais, historiadores e antropólogos. Em linhas gerais, para Detienne, enquanto estes se propuseram desde cedo a comparar "incomparáveis", colocando frente a frente sociedades que lhes pareciam dotadas de dignidades distintas, aqueles estabeleceram genealogias e oposições destinadas a instaurar ou a reforçar o caráter singular de cada experiência societária. É contra esta história do *particular*, organizada desde o século XIX em torno da categoria de *nação*, que Detienne conclama os historiadores e antropólogos atuais a se unirem.

O próximo capítulo, *Do mito à mitologia*, discute as diferentes embocaduras que, desde o século XVI, guiaram o estudo da mitologia. Na primeira parte do texto, o autor explora o estratégico lugar reservado aos gregos por inúmeros especialistas, qual seja, o de guardiões da fronteira que separa o mito e a razão. Para colocar em cheque tal posição, Detienne então recupera a polissemia da própria noção grega de mito e evoca, em seguida, a

análise estruturalista como um caminho eficaz para dar conta desta diversidade. Afinal, sugere ele, trata-se de um método atento à correspondência entre muitos planos semânticos no mais amplo recorte comparatista possível.

*Transcrever as Mitologias*, o terceiro capítulo, remete aos estudos realizados no livro homônimo que o autor organizou em meados da década de 1990. A questão que guia aqui a análise é a seguinte: como reagem diferentes sociedades ao verem suas tradições orais ganharem suporte escrito? Comparando experiências gregas, romanas, ameríndias, japoneses e judaicas, Detienne evoca os atores das transcrições, bem como a estrutura social que dá sentido a seus atos. Contrastando um e outro caso, ele procura evidenciar o quanto a cristalização da tradição jamais é ingênua, bem como seu papel na consolidação de novos regimes de historicidade, ou seja, nas formas de se reinventar os vínculos entre o passado, o presente e o futuro.

No capítulo seguinte, *A Boca da Verdade*, o autor faz um balanço das discussões que se seguiram à publicação de seu livro *Les Maîtres de la Vérité dans La Grèce Anchaïque* (1967), em particular no que diz respeito à história do vocábulo grego “verdade” (*alétheia*). De início, a preocupação de Detienne é desvincular este seu antigo trabalho dos defensores da Grécia como “inventora da verdade”. Afinal, mudanças nos sistemas de verdade não são um privilégio do Ocidente, tampouco implicam a substituição de um bloco monolítico por outro. Para o autor, aliás, a modalidade de “verdade” que passa a vigorar na Grécia a partir do século VIII a.C. tomou vários caminhos, muitas vezes conflitantes entre si (a vontade da assembleia de guerreiros, a dos filósofos, a dos sofistas, a dos poetas e assim por diante). A segunda parte do texto, por seu turno, defende a importância de se continuar nas trilhas de uma antropologia das figuras míticas dos mestres da verdade arcaicos. Segundo o autor, tanto os hermeneutas de Lille (p. 83-7), quanto os filósofos discípulos de Heidegger (p. 87-90), ignoraram a importância de tal ciência e, portanto, não puderam avançar muito além do que já sabiam. Aqui, porém, o mais interessante é ver quem Detienne elege como interlocutor e quais argumentos utiliza para desbancá-los. Quanto aos próprios argumentos, ao menos no que concerne o círculo constituído em torno de Jean Bollack, o mínimo que se pode dizer é que eles simplificam de modo grosseiro os trabalhos dos hermeneutas. Basta abrir os volumes de Bollack sobre Empédocles ou Heráclito para perceber que uma antropologia está sim ali presente e que ela permite colocar em relação diversos textos.

*Achar seu Lugar* é o título do quinto capítulo da obra. Retomando tópicos já trabalhados em seu livro *Comment Être Autochtone* (2003), Detienne se preocupa em abordar o problema da construção de identidades históricas. Por certo, o tema não poderia ser mais atual: graças aos esforços de políticos como Le Pen e Sarkozy, a especificidade da França voltou a transformar-se em terreno de acirrados debates. Buscando instrumentos de crítica contra tais novas “mitologias”, o autor volta-se para as práticas e os processos administrativos



implicados na produção da crença acerca da autoctonia e da fundação em diferentes sociedades. É assim que ele contrasta, entre outras, as experiências da Atenas do século V a.C. com as da Padânia, da França e de Israel modernos.

Já o derradeiro capítulo, *Comparáveis nos balcões do político*, investe contra o culto da origem da política e do político na Grécia Antiga. Para tanto, o autor toma como terreno de combate diferentes modalidades de reuniões de pessoas em processos decisórios. A assembléia dos guerreiros gregos é assim comparada à dos cossacos e à dos circacianos, bem como às reuniões dos religiosos budistas no Japão, dos cônegos seculares na França Medieval e dos iniciados (*senufo*) da Costa do Marfim. Por meio de tais expedientes, interessa a Detienne inventariar quem, em que circunstâncias e de que modo, tem acesso à palavra pública. Assim se compreende melhor, insiste ele, tanto o fato do exercício da política não possuir uma única origem, como ajuda a problematizar as circunstâncias que destruíram estas experiências sociais particulares.

Tendo em vista a estrutura e o tema da referida obra, cumpre dizer aqui que sua tradução para o português chega em boa hora. Com efeito, nós, que vivemos uma expansão sem precedentes do sistema universitário brasileiro (talvez com os dias contados, quem sabe?), podemos pensar a partir dela mudanças interessantes a serem implementadas para as futuras gerações. Entre os historiadores, por exemplo, qual a razão, além da corporativa, para se manter o *curriculum* centrado nas etapas de uma história que raramente reflete sobre o ato, em grande medida arbitrário, que a nomeia "Ocidental"? Precisamos de mais cadeiras de Grécia e de Roma Antigas, de Idade Média ou de História do Brasil? A sugestão de Detienne é clara: uma vez que "nossa história não começa com os gregos", que ela é "infinitamente mais vasta", é preciso estender nossos interesses para outros domínios. E há mais: é também necessário fazer com que novos e velhos domínios se cruzem, dialoguem entre si. Uma história comparada, outro nome para uma antropologia histórica, não pode se dar ao luxo de formar eruditos inteiramente dedicados ao estudo de uma só cultura. Afinal, parodiando o Durkheim de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, o cientista social não deve se interessar apenas por este ou aquele homem em particular, mas também pelo Homem e, ainda mais urgentemente, por todos aqueles com os quais ele compartilha o privilégio e a responsabilidade de dividir um presente.

Por fim, algumas rápidas ponderações sobre a tradução e a edição. Embora tenha realizado um trabalho honesto, a tradutora demonstra não ter grande familiaridade com o vocabulário próprio das ciências sociais, algo nefasto para o leitor desavisado. Assim, contrariando os usos consagrados em português, ela traduz *Année Sociologique* por *Ano Sociológico* (p. 33); *Potière Jalouse* por *Ceramista Ciumenta* (p. 46 – é bom lembrar que o interessado nesta obra de Claude Lévi-Straus a encontrará em bibliotecas e livrarias brasileiras com outro título, *Oleira Ciumenta*); e os *Annales* por *Anais* (p. 188). A editora deveria ter

sanado tais deslizes com uma revisão técnica adequada. Quanto à edição, é simplesmente lamentável que o desaparecimento das oito páginas repletas de fotografias do original francês não seja sequer indicado ao leitor brasileiro.

## Joachim Radkau tenta escrever a biografia “definitiva” de Max Weber

RADKAU, Joachim. *Max Weber: Die Leidenschaft des Denkens*. München: Carl Hanser, 2005, 1.008 pp.

---

### Sérgio da Mata

Professor Adjunto  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
sdmata@ichs.ufop.br  
Rua do seminário, s/n - Centro  
Mariana - MG  
3520-000  
Brasil

---

### Palavras-chave

Max Weber; Biografia; Alemanha.

### Keyword

Max Weber; Biography; Germany.

358

---

Enviado em: 13/07/2010  
Autor convidado

Em 1926, apenas seis anos depois de sua morte, Max Weber era brindado com uma biografia, escrita por sua esposa Marianne Weber (2005). O trabalho meticuloso de Marianne, a grande quantidade de fontes empregadas (sobretudo correspondência) e, evidentemente, a intimidade com o seu personagem pareciam preencher todos os requisitos para a composição de uma biografia “definitiva”.

Para qualquer um que se interesse por Weber, é um livro que ainda hoje se lê com grande proveito. O que não quer dizer que seja um livro excepcional. A mim, pelo menos, incomodou a “objetividade” com que Marianne o escreveu. Trata-se de uma biografia “weberiana” de Weber, uma opção infeliz sob todos os aspectos. Hoje se sabe que ela cometeu erros relativamente graves. Sem falar que inúmeras perguntas ficam sem resposta: as razões da crise que afastou Weber da universidade, a ausência de filhos, etc. Marianne fica a dever, sobretudo, do ponto de vista literário – ao menos se levarmos em conta a ideia de sua contemporânea Virginia Woolf (*The Art of Biography*) de que a biografia, mais que qualquer outro gênero, assenta num delicado compromisso entre arte e ciência.

Dilthey, ele próprio autor de uma monumental biografia de seu mestre Schleiermacher, acreditava que a biografia é a *celula mater* da história (Dilthey, 1997, p. 304). Um tipo de trabalho que também Weber, em seus escritos metodológicos, afirma ter toda a sua dignidade “científica” (WEBER, 1988, p. 240). Mas, afinal, o que nos permite dizer que um biógrafo chegou a bom termo?

Em primeiro lugar, trata-se de ir além do que o leitor medianamente informado a respeito de seu personagem já sabe, e não produzir um mero volume de ocasião – como o de Diggins (1999). No caso de Joachim Radkau, autor da mais recente e ambiciosa biografia de Max Weber, o objetivo é claro: ele pretende superar, no conteúdo e na forma, o livro de Marianne. Terá tido sucesso?

Historiador, professor da Universidade de Bielefeld, Radkau era até recentemente um *outsider* dos estudos weberianos. Não creio que seja necessariamente um problema. Talvez não coubesse mesmo a algum dos editores da *Max Weber Gesamtausgabe* (MWG) escrever este livro. Para todo aquele que já teve a oportunidade de percorrer um dos volumes deste colossal trabalho histórico-crítico que é a MWG, fica claro que tamanho apuro filológico antes dificulta que facilita quando se trata de compor um retrato de vida do “mito de Heidelberg”.<sup>1</sup> A previsão de Weber de que o caminho da ciência é o da especialização é sobejamente confirmada pelo desenvolvimento dos estudos weberianos nas últimas décadas. Grandes sínteses, como a de Reinhard Bendix (1986), pertencem ao passado da *Weberforschung*.

---

<sup>1</sup> Consta, porém, que dois intérpretes importantes, Wolfgang Mommsen e Dirk Kaesler, pretendiam cada um escrever a sua própria alternativa a Marianne. Mommsen morreu inesperadamente em 2004, e Kaesler, ao que parece, foi surpreendido pelo lançamento do livro de Radkau.

O biógrafo segue outra lógica. Ele deve buscar uma unidade qualquer por detrás da extensa obra do economista, historiador, pensador político e sociólogo alemão. E deve fazê-lo, tanto quanto possível, por meio de uma linguagem que não a do especialista. Pois seu foco está presumivelmente na vida, não na obra de Weber.

Do ponto de vista documental, Radkau contou não apenas com a inestimável ajuda dos volumes já editados da MWG, mas também com uma fortuna crítica que, hoje, é gigantesca. Se essa avalanche de publicações significou um maior conhecimento a respeito da vida privada de Weber, já é coisa bem diferente. Eis porque Radkau se utiliza amplamente do livro que pretende superar, o *Lebensbild* de 1926, bem como da coletânea de documentos feita por Eduard Baumgarten na década de 1960, além dos importantes estudos de Guenther Roth sobre a história da família de Weber e toda uma literatura recente, mas crescente, sobre Marianne. O mais significativo, parece-nos, é que a tudo isso ele acrescentou a análise de uma documentação inédita, em especial o epistolário do círculo feminino que girou em torno de nosso personagem: a mãe Helene; a esposa Marianne e as amantes Else Jaffé e Mina Tobler.

Na imprensa alemã prevaleceu o tom elogioso à nova biografia, brindada, pela revista *Damals*, com o prêmio de melhor livro de história do ano de 2006. O prestigioso *Die Zeit* (13/10/2005) classificou-a como *Monumentalstudie*. O cientista político Reinhard Mehring, autor de uma recentíssima biografia de Carl Schmitt, não empregou superlativos, mas pareceu bem impressionado com as novidades contidas no livro (*H-Soz-u-Kult*, 9/12/2005). Uma apreciação serena demandaria mais tempo.

As vozes dos conhecedores da obra de Weber aos poucos se fizeram ouvir, e não confirmavam as primeiras impressões. Escrevendo no prestigioso semanário *Der Spiegel* (23/01/2006), o sociólogo Dirk Kaesler classificou a biografia de Radkau como um exercício de “historiografia exibicionista”. O historiador Gangolf Hübinger (jornal de resenhas *Sehepunkte*, 15/02/2006) reconheceu méritos na biografia, mas criticou fortemente a leitura “naturalizante” que Radkau faz de Weber, assim como a tendência especulativa do autor.

Imagino que ao leitor brasileiro interessa, por certo, a minha opinião (fruto de uma leitura infinitamente mais lenta, afinal não é todo dia que se lê um livro de mil e oito páginas). Vamos a ela.

Desde as primeiras páginas, fica claro que Radkau pretende ler a vida e a obra de Weber a contrapelo do que, até o momento, se acredita ser um dos traços fundamentais de sua visão dos processos histórico-sociais, qual seja: a rejeição do naturalismo. Esse Weber que todos nós conhecemos, o Weber das “ciências culturais”, é o alvo de Radkau, e pode-se dizer – inspirados no que disse Jean Paul a respeito de Fichte – que a leitura naturalista e naturalizante é a *clavis radkauiana*. “Natureza” é o conceito fundamental a partir do qual se lê a trajetória e o pensamento do biografado. A recusa da literatura especializada em reconhecer a importância do naturalismo na obra de Weber seria, acredita

Radkau, expressão de uma postura “comprovadamente falsa” (p. 221). Esbarra-se aqui numa primeira grande dificuldade de lhe dar razão. Conhece-se suficientemente bem, desde há um bom tempo, o influxo do antinaturalismo de Heinrich Rickert e sua teoria do conhecimento histórico-social sobre Weber para admitir que a *clavis radkauiana* possa ser uma perspectiva de trabalho razoável.

A quantidade de vezes em que o conceito de “natureza” é invocado é assombrosa. Não que se deva ter alguma coisa contra ele (a antropologia filosófica mostrou a que ponto um culturalismo dogmático pode ser tão prejudicial e redutor quanto um naturalismo dogmático). O problema reside no fato de que esse conceito significa muito pouco *para Weber*. Significa cada vez menos à medida em que ele amadurece intelectualmente.

Vejamos alguns exemplos dessa exótica leitura empreendida por Radkau: o casamento é, para Weber, não um fenômeno social, mas “um fenômeno antropológico fundamental” (p. 176); aliás, trata-se aqui de uma pessoa totalmente “dependente” das condições do clima (p. 359-360) e cujos tipos ideais se inspiraram na biologia (p. 420-421). O postulado da neutralidade axiológica se origina nas ciências naturais (p. 627). Weber estava obcecado pelos aspectos sexuais da ética religiosa judaica (p. 688), e isso a ponto de se poder diagnosticar um verdadeiro “determinismo ecológico” nos seus estudos sobre o judaísmo antigo (p. 691). Por detrás de algumas passagens da *Zwischenbetrachtung* “se escondem fantasias eróticas” (p. 716). As reflexões em *Ciência como vocação* só se dão a entender plenamente se se percebe que, para Weber, existe qualquer coisa como uma “pulsão” científica no ser humano (p. 752). Ele acreditava que a primeira guerra mundial seria perdida devido à “natureza” dos alemães (p. 761). Sua religiosidade era uma “religião natural semi-consciente” (p. 811).

Radkau havia dado mostra, em livros anteriores, como *Das Zeitalter der Nervosität* (1998), sua atração pela chamada psico-história de autores como Peter Gay. A questão é saber o que esse tipo de abordagem pode agregar quando se trata de uma figura como Max Weber (o qual não tinha, como se sabe, uma opinião muito elevada a respeito da psicanálise).

Não se pode negar que Radkau é bem mais elucidativo que os demais intérpretes no que se refere à “crise nervosa” de Weber. Os primeiros sintomas se manifestam em inícios de 1898, apenas dois anos depois de ele se tornar professor de economia política em Heidelberg. No verão do mesmo ano, vem a insônia e uma dificuldade crescente para falar em público. Em 1900, até mesmo locomover-se tornara-se penoso para Weber. Três anos mais tarde, enfim, ele se demite da cátedra. Onde Marianne cala em seu livro, Radkau dá uma resposta que não parece ser destituída de plausibilidade. Por meio das cartas e do diário pessoal da própria Marianne, além do depoimento de vários daqueles que partilharam de certa intimidade com Weber, Radkau conclui que Weber fora vítima de uma neurastenia causada pelo casamento irrealizado do ponto de vista sexual (p. 262 e 278-281).



A documentação apresentada pelo autor inegavelmente permite tais ilações, muito embora ele postule que Weber estava, por assim dizer, *predestinado* à sua doença. Sem sombra de dúvida, sua família oferecia um vasto repertório de distúrbios psicológicos. A prima Emmy Baumgarten sofria dos nervos; Otto Benecke, um primo, suicidara-se; seu irmão, Alfred Weber, sofria de depressão; Karl, o outro irmão, era alcoólatra; Lili, a irmã mais nova, suicidou-se. Daí, porém, Radkau extrai dados que lhe parecem suficientes para justificar seu fatalismo naturalista. Pois “se Weber procurasse por sinais de degeneração em sua própria herança [familiar], as encontraria em quantidade” (p. 35).

Não deixa de ser de interesse que, decidido a explicar as causas da própria doença, Weber ocupou-se intensamente, durante algum tempo, com a literatura psicológica. Em 1907, ele escreveu para o neurologista Johannes Hoffmann, com quem havia se consultado, um auto-diagnóstico com o título “Relatório sobre a predisposição, surgimento e evolução da doença”. Jaspers chegou a ler esse precioso documento, que, mais tarde, lamentavelmente, Marianne preferiu destruir. Era uma forma de assegurar que a memória de seu marido não fugisse ao seu controle. Algo que ela, num certo sentido, conseguiu.

O outro ponto que Radkau desvela, e que Marianne por razões um tanto óbvias não podia (ou podia?) abordar, é o da vida amorosa extra-conjugal de Weber. Em 1909, em Veneza, ele se apaixona por Else Jaffé, esposa de Edgar Jaffé (co-editor, com Weber e Sombart, do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*). Sem dúvida picante é o fato de que Else Jaffé simultaneamente alimentava as esperanças de Alfred, o irmão sociólogo de Weber. Radkau (p. 597-598), amparado em Eduard Baumgarten, vê nessa paixão a origem das belas passagens da *Zwischenbetrachtung* sobre o sentimento amoroso. “Ele a ama!”, escreve Marianne a Helene Weber (p. 554). E não se enganava: algumas das cartas de amor enviadas por Weber a Else não deixam margem a dúvidas (p. 796-798).

1909, em todo caso, fora especial para Weber. As crises nervosas ficavam para trás. É o ano em que ele polemiza (em nome de sua sacrossanta “liberdade em relação aos valores”) com seu ex-professor Gustav Schmoller; em que organiza o primeiro congresso alemão de sociologia; e, enfim, é o ano em que conclui a terceira e gigantesca versão do texto “Relações agrárias na Antiguidade”. Weber trabalhava e escrevia como nunca. A partir de 1912, como já havia demonstrado Mario Rainer Lepsius, ele vive ainda um *affair* com a pianista Mina Tobler, a quem de certa forma deve um interesse teórico crescente pela música, e que está em relação direta com sua “sociologia da música” (Lepsius, 2004).

O caso de Mina Tobler mostra que a intimidade de um biografado, de qualquer biografado, tem relevância inclusive quando se pretende acessar melhor o sentido, ou antes, o processo de elaboração de uma obra científica ou literária – algo em que insiste, com razão, Thomas Etzemüller (2008). Fiquemos num exemplo apenas, o do longo e devastador parecer que Weber faz em 1907

sobre o artigo que Otto Gross, um entusiasta da psicanálise, pretendia publicar no *Archiv*. Ao fim deste parecer, Weber escreve: “[...] eu simplesmente não tenho respeito algum por realizações supostamente científicas que não satisfazem as exigências de sobriedade e objetividade, e não são `isentas de valor” (apud WEBER, 2005, p. 438). Mas quando se sabe que ele, seu irmão Alfred e Gross disputaram – em diferentes momentos – o amor de Else Jaffé, é inegável que se adquire um elemento a mais para a análise. Teria sido o parecer de Weber tão “objetivo” quanto ele queria fazer crer?

Quase no fim de seu imenso livro, Radkau explora a o problema da religiosidade de Weber. Que ele havia sido uma pessoa religiosa, mostram várias passagens de suas cartas da juventude. “Eu acho que um homem que honestamente acredita não possuir nenhuma convicção, nenhuma esperança num além, só pode ser uma criatura extremamente infeliz”, escrevia o rapazola de quinze anos ao primo Fritz Baumgarten (WEBER, 1936, p. 20). Em que medida, e quando, o luteranismo estrito do jovem Weber dá lugar àquela enigmática “amusicalidade” religiosa com que ele se definiria mais tarde, é ainda uma questão em aberto. Depreende-se desta nova biografia que sua doença pode estar relacionada a uma crise religiosa e ao conseqüente abandono da religião de Igreja em direção a uma concepção mais livre e pessoal de religião (nos termos de seu amigo Troeltsch e dele próprio: “mística”). Durante os momentos mais difíceis, com a promissora carreira subitamente interrompida, ele se insurge contra Deus de uma maneira tal que a associação com Jó é inevitável. Na época, Marianne escreveu a Helene: “Eu receio que ele está tendo uma altercação (*hadert*) com Deus novamente, está levando as coisas ao extremo e xinga-o” (p. 809).

363

Mas o que poderia significar muito para aqueles que se interessam pelos estudos religiosos de Weber, não passa de uma promessa. Radkau não vai além das conhecidas e pouco esclarecedoras passagens de Marianne, Karl Jaspers e Paul Honigsheim a esse respeito. Em todo caso, é bem pouco provável que a atenção que Weber devotou ao tema da teodicéia tenha sido apenas de natureza intelectual. Ele foi, talvez, a extensão de um interesse que já vinha de muito antes (cf. WEBER, 1936, p. 142), e que ao longo do seu decênio mais difícil (1898-1908) só fez aumentar. Na base da seção sobre a teodicéia do sofrimento em *Economia e sociedade*, estaria uma dolorosa experiência de vida.

Um dos grandes problemas de Radkau é que ele pretendeu medir forças não apenas com a primeira biógrafa, mas também com uma legião de intérpretes e “weberólogos”. A análise da obra está superdimensionada em relação à história de vida de Weber. Somente assim, aliás, se explicam as dimensões do seu livro. Radkau desloca-se para um terreno que está longe de conhecer tão bem como aqueles a quem ironiza como “cultores de Weber” (*Weberverehrer*), e é preciso que se diga: a trivialidade de seus comentários não passa despercebida a quem conheça mais de perto a literatura de ponta, dentro e fora do escopo da MWG, dentro e fora da Alemanha. No entanto, e para além de um número relativamente

pequeno de fontes inéditas, Radkau se baseia precisamente em obras de “cultores de Weber”, e a tal ponto que seu livro pode ser considerado uma apresentação didática, ainda que desnecessariamente extensa, do estado da arte dos estudos weberianos. Nenhuma grande novidade, nenhuma grande descoberta. Todas as conexões possíveis, com a escola histórica de Economia Política, com a teologia, com a historiografia, com Tönnies e Sombart, com a esfera política, com o círculo de Stefan George, todas elas foram mais e melhor estudadas por outras pessoas. Como “weberólogo”, Radkau decepciona.

Em síntese, o que ficamos sabendo de efetivamente novo sobre a vida privada de Weber é tão pouco que se fica a pensar se teria justificado uma nova biografia.<sup>2</sup> E o que passamos a saber de novo a respeito da obra é virtualmente nada.

E quanto ao quesito estético? Se Marianne escreve com aquela “fria razão kantiana” – a expressão fora usada por seu marido para ironizar os críticos do filósofo de Königsberg – Radkau cede ao desejo de produzir um efeito literário para o qual não parece especialmente dotado. O leitor é perseguido, a todo instante, pela sensação de estar lendo um exemplar do *Reader's Digest*. Quando não são as considerações triviais, são as especulações grosseiras, do tipo: “com a queda do *Reich* também a própria moral burguesa de Weber veio abaixo” (p. 792). Por vezes o livro tangencia perigosamente o sensacionalismo. Amparado em evidências minúsculas, Radkau discorre sobre as poluções noturnas de Weber, sobre os desejos homoeróticos em Marianne, e até mesmo sobre uma fantástica suposta simpatia do autor da “Ética protestante” pelo terrorismo (p. 775).

A *Weberforschung* se faz, normalmente, com a sisudez de um culto luterano. Mas a vida, a vida é algo bem diferente. Para o “weberólogo”, a finalidade última é a compreensão da obra deste homem. Não é nem pode ser, repetimos, o objetivo do biógrafo. Não julguemos Radkau por devassar a intimidade de seu biografado, mas apenas por aquilo que ele efetivamente realizou, por sua *Leistung*. E esta, há que dizê-lo sem meias palavras, não faz jus às 1008 páginas de seu livro.

364

## Bibliografia

BENDIX, Reinhard. *Max Weber: um perfil intelectual*. Brasília: UnB, 1986.

DIGGINS, John Patrick. *Max Weber: a política e o espírito da tragédia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

---

<sup>2</sup> Quando digo “novo”, refiro-me àquelas cartas que Radkau utiliza e que *não* constam dos seis volumes com a correspondência de Weber já editada no âmbito da MWG (cartas escritas entre 1906 e 1920). As cartas anteriores a 1906 encontram-se ainda em processo de edição.

- DILTHEY, Wilhelm. *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- ETZEMÜLLER, Thomas. How to make a historian. Problems in writing biographies of historians. *Storia della Storiografia*, v. 53, p. 46-57, 2008.
- LEPSIUS, Mario Rainer. Mina Tobler and Max Weber: Passion Confined. *Max Weber Studies*, v. 4, n. 1, p. 9-21, 2004.
- WEBER, Marianne. *Max Weber, uma biografia*. Niterói: Casa Jorge, 2005.
- WEBER, Max. Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik. In: \_\_\_\_\_. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1988.
- WEBER, Max. *Jugendbriefe*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1936.

Textos e  
documentos  
historiográficos

historiographical texts  
and documents

## ***In memoriam* ao ‘sábio de Lagoa Santa’: ciência e história em cartas de Gorceix a D. Pedro II**

*In memoriam* to the ‘savant of the Lagoa Santa’: science and history in letters of Gorceix to D. Pedro II

---

**Deise Simões Rodrigues**

Mestranda

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

deiseouopreto@yahoo.com.br

Rua do Seminário, s/n - Centro

Mariana - MG

35420-000

Brasil

---

### Palavras-chave

Ciência; História; Gorceix.

367

### Keyword

Science; History; Gorceix.

---

Enviado em: 30/03/2010

Autora convidada



Durante boa parte do tempo em que esteve à frente da administração da Escola de Minas (1876-1891), o seu então fundador e professor, Claude-Henri Gorceix,<sup>1</sup> manteve ininterrupta correspondência com D. Pedro II,<sup>2</sup> considerado pelo missivista como 'protetor' da instituição por ele dirigida. Tais cartas encadeiam as mais diversas temáticas – pedidos de intervenção nas mazelas burocráticas da Escola, narrativas acerca do ensino ali ministrado, relatos sobre as pesquisas mineralógicas e geológicas desenvolvidas nos arredores de Ouro Preto e Diamantina, descrições das viagens de Gorceix a Paris (numa recapitulação indireta da rede de sociabilidades por ele mantida com o meio científico e institucional da França)... Este *corpus* epistolar apresenta-se, portanto, como um importante acervo documental para o estudo da epistemologia do pensamento científico no Brasil, bem como da historicidade das primeiras décadas de funcionamento da Escola de Minas de Ouro Preto e, ainda, do percurso biográfico de Gorceix.

O pesquisador brasileiro pode ter acesso a tais fontes, mas em língua francesa (seu idioma original), na obra publicada por Margarida Rosa de Lima, **D. Pedro II e Gorceix**: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto (1977). O contato da historiadora com o epistolário decorreu de um episódio parcialmente fortuito, mas bastante profícuo: durante sua estada na França, no ano de 1971, para realização do Curso de Mestrado, cuja dissertação versaria justamente sobre a biografia de Gorceix, Margarida Rosa teve oportunidade de travar contato com a neta do primeiro diretor da Escola, Claude Gorceix Dircks Dilly, que lhe autorizou reproduzir a correspondência do avô, conservada no Arquivo da Família Gorceix (LIMA 1977, p.20-21).

Algumas dessas missivas<sup>3</sup> reportam-se à obra e vida de Peter Wilhelm Lund,<sup>4</sup> naturalista dinamarquês conhecido pelas pesquisas sobre a fauna e flora na região de Lagoa Santa, localizada na zona metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil. Tal menção não é casual: no paleontólogo Lund, Gorceix, geólogo e mineralogista, buscava inspiração para seu próprio trabalho, pois ambos não dissociavam o estudo da natureza, com seus minérios e solos, sua fauna e flora, de uma dimensão temporal, incluindo aí o aparecimento do ser humano e as transformações suscitadas por ele. Era essa perspectiva histórica no pensamento científico de Gorceix que o aproximava de Lund, voltado para a "flora especial que caracteriza os lugares

<sup>1</sup> Claude-Henri Gorceix nasceu em Saint-Denis de Murs, França, em 1842. Graduou-se bacharel em ciências físicas e matemáticas pela Escola Normal Superior de Paris, em 1866. Atuou como professor dessas disciplinas no Liceu de Angoulême e, em seguida, retornou à Escola Normal Superior de Paris no cargo de "preparador de geologia". Em 1869, teve passagem pela Escola Francesa de Atenas, realizando pesquisas em sítios arqueológicos, sobretudo naqueles que foram alvo de erupções vulcânicas. Em 1874, aceitou convite do imperador D. Pedro II para dirigir uma Escola de Minas no Brasil, que veio a fundar na cidade de Ouro Preto em 1876, nela permanecendo até 1891 (LIMA 1977, p.23-33).

<sup>2</sup> As cartas de Gorceix ao Imperador estendem-se de 1876 a 1888.

<sup>3</sup> Trata-se das cartas numeradas 1.30, 1.31, 1.33 e 1.34.

<sup>4</sup> Peter Wilhelm Lund (1801-1880), célebre naturalista, aportou no Rio de Janeiro em 1825. Em 1834, fixou residência em Lagoa Santa e consumiu o restante de sua vida na exploração das numerosas cavernas calcárias de Minas Gerais e no estudo dos animais fósseis quaternários nelas encontrados, tendo encontrado centenas de novas espécies (CARVALHO 1930, p.258-263; GORCEIX 1884).

habitados, os campos cultivados, sobre a qual a ação do homem tem tamanha importância" (GORCEIX 1884, p.9).

A inter-relação traçada por Gorceix e pelo próprio Lund entre natureza e história, conhecimento científico e saber histórico, fez-me considerar a validade de traduzir as referidas missivas para a língua portuguesa, a fim de torná-las mais conhecidas e disponíveis a um número maior de pesquisadores e, sobretudo, de estudantes de História. A concepção de ciência portada por Gorceix e Lund possivelmente suscitará no leitor contemporâneo um misto de interesse e estranhamento, pois desde a virada do século XIX para o XX tornou-se hegemônico no pensamento científico o processo de especialização das áreas de conhecimento. Data dessa época a constituição de uma contraposição entre as ciências da natureza e as humanidades, como indicado por Thomas Kuhn (2006, p. 266), em paralelo à busca de uma legitimidade intelectual pelas ciências sociais mediante a incorporação de padrões empiristas. A proposta de repensar as concepções de ciência e história através das cartas de Gorceix a D. Pedro II consiste, sem dúvida, numa estratégia de questionamento desse processo de fragmentação da ciência moderna, crucial à reconstituição da história das disciplinas dela integrantes, incluindo-se o próprio saber histórico.

\*\*\*

369

Datou de 1882 a primeira carta portadora de uma menção a Lund, na qual Gorceix atribui ao campo científico uma inferência peculiar na subjetividade humana: na apreciação do diretor da Escola de Minas, a reclusão de Lund e sua misantropia, relatada como um desgosto pelas convenções sociais, não poderia ser somente uma questão de saúde. Para Gorceix os 'espíritos' dedicados aos "fenômenos naturais fora de todo o meio científico", dariam "sem importância os fatos que dirigem nossos atos, que apaixonam nossa vida, ao redor dos quais gravita nosso ser todo inteiro, quando comparados aqueles da evolução do mundo material!" (Carta 1.30).

Nesta missiva, portanto, já é possível reconhecer um traço fundamental ao pensamento de Gorceix sobre o conhecimento científico: denominando de 'fenômenos' as manifestações da natureza (inanimadas e orgânicas) estudadas pela ciência, ele tece analogias entre elas e os eventos históricos: "Que são as revoluções sociais, que são as reviravoltas políticas, ao lado desses misteriosos fenômenos que tinham feito, desaparecido ou modificado uma fauna, uma flora toda inteira" (Carta 1.30). Essa associação entre os processos do mundo natural, estudados pelos cientistas, e as vicissitudes históricas, abordadas por letrados, embasava-se, por sua vez, em uma moderna concepção da natureza, que emergira em fins do século XVIII, consolidando-se cada vez mais no século XIX. Tal cosmologia fora constituída a partir de uma ampla difusão dos estudos históricos, e em particular daqueles que colocavam a concepção de processo, mudança, evolução no centro de sua análise, incorporando categorias como progresso, em meados do século XIX, e evolução, já no fim do oitocentos

(COLLINGWOOD 1976, p. 20-21).

De forma concomitante à analogia entre natureza e história, Gorceix também tece pontos de inter-relação entre conhecimento científico e processo histórico, como no texto editado nos **Anais da Escola de Minas**, no qual busca explicar a escolha de Lund em atuar como naturalista no Brasil:

Com efeito, parece dar-se no mundo científico fenômeno análogo ao que certas épocas determina êxodos dos povos, correntes de imigração para certas regiões. Hoje é a África o centro de atração para o qual se dirigem os exploradores, naturalistas, geógrafos ou simples viajantes. No começo do século era para os lados da América do Sul que quase todos volviam suas vistas. Humboldt descortinava no alto dos Andes as riquezas naturais do maior estado destas vastas regiões. Bonpland, Spix, Martius, Saint-Hilaire, estudavam os pormenores do magnífico painel por ele traçado com a mão animada por um gênio, cujo caráter grandioso está em perfeita harmonia com as magnificências que o inspiravam. Lund conhecia estes trabalhos, sabia qual colheita o esperava e não hesitou por muito tempo entre o Brasil e [a] ilha de França que parece ter atraído sua atenção (GORCEIX 1884, p.5).

Gorceix demonstra assim que entende por um 'grande naturalista' alguém que medita sobre os princípios de sua ciência, baseando neles suas escolhas intelectuais e humanas. As analogias promovidas por Gorceix pautavam-se no reconhecimento de uma articulação entre pensamento e intuição, vivência e saber, o que lhe possibilitou formular esta compreensão humanista da cultura científica. Contrariando o paradigma iniciado no dezenove da separação dos campos de saber, retomou o pensamento do século XVIII (COLLINGWOOD 1976, p.17), promotor de uma filosofia da natureza que, relido no oitocentos, traduziu através do termo "vida" a superação do antigo dualismo cartesiano entre matéria e espírito (MEDEIROS 2002, p. 76).<sup>5</sup>

Debruçando-se sobre a trajetória e as pesquisas desenvolvidas por Lund, foi possível a Gorceix verificar que as primeiras pesquisas de campo feitas pelo paleontólogo na fauna e na flora de Lagoa Santa encontraram somente fósseis extintos de espécies taxadas de invariáveis, o que levaria a hipótese sobre uma catástrofe ter feito desaparecer toda a vida sobre o Planeta; com isso, a obra de Lund fora associada sem maiores hesitações ao postulado da invariabilidade das espécies, desenvolvido pela escola francesa de Cuvier. Todavia, o prosseguimento das pesquisas de Lund revelaria espécies extintas semelhantes às atuais, novas 'provas' que compartilhavam da teoria da mutabilidade das espécies, desta vez desenvolvida por Darwin. Isto suscitou, segundo Gorceix,

370

---

<sup>5</sup> A autora explicita que "segundo Collingwood, a visão moderna da natureza [...] foi formada no fim do século XVIII [...] A transição para essa visão se deu com a filosofia de Hegel, que aceitou a visão de natureza de Platão e Aristóteles, ao mesmo tempo, que herdou dos físicos de seu tempo a concepção da natureza como uma máquina em movimento. Pressupõe-se, no entanto, que Hegel considerava a natureza real e constituída por progresso e atividade. A concepção de natureza de Hegel, embora contraditória sob vários pontos, conduziu-o a gerar conclusões revolucionárias sobre as atitudes mais corretas de fazer pesquisa científica" (MEDEIROS 2002, p. 76).

uma 'dúvida no espírito' do naturalista (Carta 1.34):

Embora mostre de modo não duvidoso sua preferência para esta última hipótese [da invariabilidade das espécies], parece que Lund, apesar da influência da escola de Cuvier, não desejou pronunciar-se de modo positivo; ele perscruta os documentos que recolheu, sem ter tomado partido por uma ou outra das hipóteses, sem diminuir a importância dos que se patenteavam contrários às ideias que lhe haviam ditado o título geral do conjunto de suas memórias, nem reconhecer aos mesmos documentos valor suficiente para fazê-lo abandonar a concepção do autor da história das revoluções do globo (GORCEIX 1884, p.37).

A problemática levantada por Lund tornou-se uma das questões centrais de Gorceix que, em seus estudos sobre o paleontólogo, veio a concluir não ser possível negar o evolucionismo. Lund também teria chegado à assertiva similar, sobretudo ao identificar, em mais de uma espécie zoológica, quer semelhanças biológicas, quer concomitâncias temporais entre gêneros diferentes, incluindo-se o humano:

Também nesta memória anunciou Lund pela primeira vez o descobrimento de ossos humanos em duas diferentes cavernas. Os resultados negativos que lhe haviam dado por este aspecto numerosas outras escavações, das quais concluíra a não existência do homem na época em que viviam as espécies extintas que lograra achar, e a posição que ocupavam as ditas ossadas em relação a de outros animais de espécies fósseis existentes nas mesmas grutas, quais o *Pratinyx*, o *Chlamydotherium*, o *Sumilodon*, o *Megatherium* e outros, deixam ainda dúvidas no espírito de Lund. Apesar de mostrar as ossadas humanas caracteres físicos de antiguidade, idênticos aos das ossadas de outros animais, não ousa Lund afirmar positivamente houvessem sido contemporâneos os indivíduos a que pertenciam aquelas e estas (GORCEIX 1884, p.24).

371

O dilema atravessado por Lund e revisitado por Gorceix consistia no desafio crucial do evolucionismo, da superação do velho dualismo entre elementos mutáveis e imutáveis do mundo natural, afirmando que aquilo que até então tinha sido considerado imutável estava, na realidade, sujeito a mudança, como constata George Robin Collingwood ao tratar sobre a visão moderna da natureza (1976, p.21). O conceito de evolução traz consigo uma crise de paradigma, respondida pela configuração da história como disciplina científica:

[...] os historiadores já haviam elaborado um pensamento próprio, encontrando-se aptos para pensar cientificamente sobre o mundo dos problemas humanos constantemente em mutação, mundo no qual, achavam eles, não havia nenhum substrato imutável para além das mudanças e nenhuma lei imutável que regesse essas mudanças. Por essa altura, a história já se tinha instituído como ciência, ou seja, uma pesquisa progressiva em que as conclusões eram sólida e demonstrativamente estabelecidas. Assim, a experiência demonstrava que o conhecimento científico era possível em relação a objetos em constante mudança. Mais uma vez, a autoconsciência do homem – neste caso, a autoconsciência do homem integrado na sociedade, melhor, a consciência histórica das suas próprias ações sociais – fornecia uma solução às ideias sobre a natureza. A concepção histórica da mudança, ou processo, cognoscível cientificamente era aplicada, sob a designação de evolução (COLLINGWOOD 1976, p.25).

\*\*\*

Mas a reconstituição da trajetória científica de Lund por Gorceix não foi promovida somente devido à afinidade mantida entre ambos; a busca por sua memória vincula-se também a um duplo processo: o falecimento de Lund, datado de 1880, e o renovado interesse pela fauna fóssil da América do Sul. Assim, nesta mesma década, os trabalhos de Florentino Ameghino – o conhecido paleontólogo argentino – conseguiram ultrapassar, em volume de fósseis e formulação de teorias (inclusive no tocante ao homem americano), aqueles desenvolvidos por Lund (LOPES 2008, p.619). Em paralelo, as discussões sobre migrações das sucessivas faunas do continente americano, que haviam sido iniciadas por Lund, ganhavam repercussão pelos trabalhos de outro conhecido pesquisador argentino, Francisco Pascasio Moreno, sobre a fauna fóssil terciária e quaternária das margens do rio Negro e dos desertos da Patagônia (Carta 1.34). Dessa maneira, ao reconstituir os estudos de Lund, Gorceix afirmava que tais pesquisas foram fundamentais para demarcarem “uma emigração no fim da época terciária da fauna patagônica e de sua passagem pelo Brasil” (Carta 1.34), contribuindo, assim, para a produção científica não apenas no país, mas na América Latina (daí os trabalhos de Moreno) e do mundo.<sup>6</sup>

O intuito de Gorceix em celebrar a memória de Lund foi acompanhado pela inauguração de seu retrato no auditório da Escola de Minas, em 8 de dezembro de 1883, aniversário da chegada do paleontólogo ao Brasil.<sup>7</sup> O ato de eternizar a figura de Lund juntou-se a leitura da biografia escrita por Reinhardt,<sup>8</sup> que havendo tido acesso ao diário e às cartas de Lund, escrevera um manuscrito sobre a vida e as obras do naturalista (GORCEIX 1884, p.3-17).<sup>9</sup> Tais práticas indicam que, para Gorceix a memória científica apresentava-se um elemento indispensável à produção e à reflexão sobre o conhecimento científico. Como a obra de Lund ainda não era vista como superada, na carta datada de dezembro de 1883 Gorceix apontaria a atualidade daqueles trabalhos: “Penso que a publicação dos trabalhos de Lund irão imediatamente trazer as comparações entre essas faunas (lê-se fauna argentina) e aquelas do Brasil.” (Carta 1.34). E lamentaria Gorceix, ainda nesse mesmo sentido, o fato de não poder publicar as pranchas dos trabalhos de Lund, as quais seriam em seguida adquiridas pela

372

<sup>6</sup> Todavia, as coleções de Lund, que resultavam da exploração de mais de 250 cavernas de Minas Gerais, permaneceriam armazenadas na Dinamarca, sem estudos mais aprofundados, por mais de 30 anos (LOPES 2008, p. 619).

<sup>7</sup> Lund aportou no Rio de Janeiro a 8 de dezembro de 1825. Sua primeira estada no Brasil foi de 3 anos, empregados no estudo da fauna e flora dos arredores daquela cidade. Três obras de história natural foram o fruto desta primeira viagem: *Estudo do gênero Eunoie* [aves destituídas de papo]; *Descrição dos costumes das formigas brasileiras* e uma *Memória sobre o invólucro dos ovos dos Moluscos gasterópodos* (GORCEIX 1884, p.6).

<sup>8</sup> Rheinhardt era dinamarquês de Copenhague, filho de um dos professores de Lund e seu amigo, tendo mantido com ele correspondência contínua e habitado durante muitos meses em Lagoa Santa. Foi autor do manuscrito sobre a vida e obras de Lund, que serviu como leitura para os estudos que Gorceix empreendeu sobre o naturalista e mais tarde veio a publicar nos *Anais da Escola de Minas* (GORCEIX 1884, p.3). O manuscrito de Rheinhardt foi disponibilizado a Gorceix pelo imperador D. Pedro II (Carta 1.31).

<sup>9</sup> Em outubro de 1882, quando deu início aos estudos sobre Lund, Gorceix bem pouco sabia sobre ele. Em 1884, ele publica o artigo “Lund e suas obras no Brasil” no terceiro volume dos *Anais da Escola de Minas*.



Escola de Minas (Carta 1.34).

Mas a rememoração da trajetória de pesquisa de Lund, se por um lado postula uma moderna concepção de ciência, associada ao progresso e à mudança – portanto à história –, em contrapartida erige uma biografia pautada na antiga noção de modelo: “[...] conto dar-vos a conhecer quantas lições salutares encerra sua vida, e quão grande é o valor dos seus trabalhos para a história dos fenômenos que caracterizaram no Brasil as épocas geológicas mais vizinhas da nossa era” (GORCEIX 1884, p.4). Há três noções significativas no discurso de Gorceix: a noção de exemplo que Lund representaria à ciência e está contida quando sentencia o francês a importância de se “conhecer quantas lições salutares encerra sua vida”; a noção de processo na ciência, ao dizer “quão grande é o valor dos seus trabalhos para a história dos fenômenos”; e a noção de tempo: “que caracterizam no Brasil as épocas geológicas mais vizinhas da nossa era”. Lund é entendido como legado, como guia para a história dos fenômenos, leitura atual daqueles que encerram seu objeto na natureza. É exemplo também de vida para os homens com sua ciência, trabalho e virtudes que mais honram a humanidade (GORCEIX 1884, p.3). Assim, ao encerrar sua carta de 1882 ao imperador com a expressão “Felizes aqueles que possam imitá-lo!” (Carta 1.30), Gorceix constitui-se em mediador e autor de um relato histórico (mas pouco moderno) sobre Lund, ‘o sábio de Lagoa Santa’.

## 373

### Fontes:

GORCEIX, Claude Henri. Cartas (1.30, 1.31, 1.33 e 1.34) de Henri Gorceix a D. Pedro II. Apud: LIMA, Margarida Rosa de. **D. Pedro II e Gorceix**: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto (Anexo). Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977.

### Referências bibliográficas:

CARVALHO, Alfredo. **Biblioteca exótico brasileira**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica, 1930.

COLLINGWOOD, Robin George. **Ciência e filosofia**. Trad. Frederico Montenegro. Lisboa: Presença, 1976.

GORCEIX, Claude Henri. Lund e suas obras no Brasil. **Anais da Escola de Minas**. 2.ed. Ouro Preto: Tipografia Machado, n.3, p.3-45, 1884.

KUHN, Thomas S. As ciências naturais e as ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. **O caminho desde A Estrutura**: ensaios filosóficos, 1970-1993. com uma entrevista autobiográfica. Trad. César Mortari. São Paulo: UNESP, 2006.

LIMA, Margarida Rosa de. **D. Pedro II e Gorceix**: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977.

LOPES, Maria Margaret. ‘Cenas de tempos profundos’: ossos, viagens, memórias nas culturas da natureza no Brasil. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.615-634, jul.-set. 2008.

MEDEIROS, Mara Glacénir Lemes de. Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. **Ciência & Educação**, v.8, n. 1, p.71-82, 2002.



## Cartas de Henri Gorceix a D. Pedro II

## CARTA 1.30

Ouro Preto, 1 de outubro de 1882

Sire,<sup>1</sup>

Tenho a honra de informar Vossa Majestade que acabaram de chegar ao Rio, com destino à Escola de Minas de Ouro Preto, diversas caixas contendo o retrato de Lund sobre esmalte feito pela casa Sazerat de Limoges, além de uma coleção completa do material e das matérias primas empregadas na fabricação da porcelana reunida e oferecida ao Brasil pela mesma casa a qual um de meus irmãos é agregado.

O preço do retrato, como Vossa Majestade me autorizou, foi fixado em 600 francos. Ele foi feito por um excelente artista e passou por altas temperaturas, em consequência é inteiramente inalterável como estes magníficos esmaltes, com cores tão vivas, das quais Limoges, na Idade Média, tinha a especialidade e do qual meu irmão procura reencontrar o segredo perdido. Vossa Majestade decidirá se ela deseja doar as instruções para que a delegação do Brasil em Paris acerte o preço do retrato. Ele será colocado na nossa sala de coleções de mineralogia e geologia, e o dia em que ele será exposto, eu desejo dizer aos nossos alunos algumas palavras sobre a vida deste grande sábio e ilustre homem de bem. Infelizmente eu não possuo nenhum documento particular que permita sair das generalidades. Sobre os trabalhos de Lund, eu não tenho o que dizer (...) na obra sobre os progressos da geologia e (...) na geologia, fauna e flora do Brasil.

Vossa Majestade prometeu para os nossos Anais a tradução das obras de Lund. A impressão de nosso segundo número começará, eu o espero, no próximo mês. Algumas palavras sobre a vida de Lund seriam, eu acredito, bem empregadas à frente desta tradução. Escreverei à Lagoa Santa para obter os detalhes sérios. Eu tenho pouca esperança de obter algo de interessante. Para as boas pessoas que o cercavam, Lund devia ser incompreensível. Sua vida retirada, metódica, sua misantropia eram consideradas como de grandes singularidades, para não dizer mais. Sua caridade tão simples, recuado do barulho, fazendo sempre o bem para o próximo e sem procurar, sem desejar as recompensas terrenas, num átimo, ele me parece, admirado por aqueles que viveram ao lado dele. Como eu me lamento de não ter aproveitado a minha estadia em Minas Gerais para perguntar-lhe algumas

374

<sup>1</sup> Ao direcionar suas cartas a D. Pedro II, Gorceix utiliza a palavra francesa *Sire*, que pode ser traduzida em língua portuguesa com a mesma grafia. Ela consiste num tratamento conferido na França a membros da nobreza ou da realeza (ARAÚJO 1963, p.1170). *Sire*, em português, pode equivaler a *Senhor*, porém como, em suas cartas, Gorceix dirige-se a outras autoridades usando *Mr.* (abreviação do inglês *Mister*), que em português também significa *Senhor*, optou-se, nesta tradução, por manter-se *Sire* quando Gorceix dirige-se ao imperador com o tratamento francês e *Senhor* quando este utiliza a abreviação *Mr.* (N.T.).

palavras sobre as ideias que o norteavam. Eu não posso acreditar que somente uma razão de saúde seja suficiente para explicar seu isolamento em Lagoa Santa e sua separação do resto do mundo. Ele, como Bonpland,<sup>2</sup> como todo homem, estudioso dos fenômenos naturais fora do meio científico, esquece os laços da família, da pátria, deve chegar fatalmente, eu não diria a um desprezo do gênero humano, mas um desgosto por todas as convenções sociais. Com efeito, deviam parecer, aos espíritos como o seu, mesquinhos, pequenos, sem importância os fatos que dirigem nossos atos, que apaixonam nossa vida, ao redor dos quais gravita nosso ser todo inteiro, quando os comparados aqueles da evolução do mundo material! Que são as revoluções sociais, que são as reviravoltas políticas ao lado desses misteriosos fenômenos que tinham feito, desaparecido ou modificado uma fauna, uma flora toda inteira. Lund deve ter por certo constantemente meditado sobre as causas pelas quais ele constatava os efeitos, elas lhe tinham parecido tão grandes, tão majestosas que o resto do mundo atual não lhe merecia grande atenção, e se isolou em Lagoa Santa, eu não duvido que no trabalho contínuo o qual seu espírito se dedicou, ele não tenha encontrado a felicidade. Felizes aqueles que possam imitá-lo!

Eu peço perdão a Vossa Majestade destas linhas. Infelizmente para mim, não tendo nenhuma das qualidades que pudessem fazer-me desculpar uma determinação análoga a esta de Lund, ela penetra cada vez mais no meu ser. Assim seria eu muito feliz de poder glorificar, o incapaz que eu sou, uma existência que me parece o melhor modelo a seguir. Se estivesse no Rio, pediria a Vossa Majestade de poder bem me confiar às obras onde eu pudesse extrair alguns documentos interessantes a mim.

A segunda parte do envio de meu irmão me remete a outro assunto. O material para a fabricação da porcelana fazia, minha primeira ideia, parte de coleções gerais para o ensino técnico. Encontrando um ministro interessado vivamente nessas questões, eu comecei um estudo completo desse assunto. O diretor da fábrica de produtos químicos Rosseau, Senhor Rosseau fundador, que foi o primeiro professor de química da Escola Monge e inventor dos procedimentos industriais veio até a mim, para procurar todas as informações possíveis sobre o material desse ensinamento: modelos, desenhos, aparelhos. Eu idealizei a organização de 3 ou 4 estações agronômicas, muito simples, muito modestamente montadas, tendo cada uma a sua frente um homem se apaixonando por essas pesquisas, agrupando ao seu redor todos os interessados do país, todos os pesquisadores da região onde seriam instaladas. O estabelecimento de 5 ou 6 escolas profissionais em Minas, uma para a fabricação de ferro, do molde desse metal e do corte, em São Paulo para a fiação, a tecelagem, a tintura, na Bahia ou Pernambuco para a fabricação do açúcar, do tabaco, das matérias vegetais, no Pará para a preparação da borracha, das

---

<sup>2</sup> Aimé Jacques Alexandre Goujaud Bonpland (1773-1858) foi um botânico francês que viajou com Alexander von Humboldt (1799-1804) e descreveu cerca de 6.000 plantas americanas, em sua maioria, até então desconhecidas. Com este cientista, esteve na Amazônia, por volta de 1800, recolhendo amostras mineralógicas para posteriores estudos (FERREIRA 1994, p.145).

especiarias, das matérias tintoriais. No ensino primário as noções das coisas, a instrução para os jogos, as lições elementares, muito elementares, as questões usuais sobre as plantas, os animais, os minerais, com pequenas coleções e a direção dada ao espírito infantil pelo o mundo que as envolve, pelos meios de conhecer e de aproveitar. No ensino secundário, a física, a química, a história natural introduzidas com uma reforma dos exames e a criação de um corpo de professores, levando a sério sua profissão e representando um papel tão considerado quanto àquele da magistratura.

Foi com grande prazer que eu sempre mantive contato por escrito com o Senhor Conselheiro Rodolfo Dantas.<sup>3</sup> Meu rochedo, Sire, caiu por terra! Minhas primeiras coleções, aquelas que as casas Hachette, Rousseau, nos ofertou como modelos, estão, eu acredito, num canto do gabinete do Ministro. Quem se ocupa delas? Aquelas para a fabricação da porcelana serão guardadas com cuidado na Escola. Eu me ocuparei muito bem delas. Aqui eu tentei colocar num meio muito restrito algumas melhorias do pessoal e do material do ensino da província. Em termos práticos, o Presidente propôs à Assembléia a criação de jardins de infância e a confecção de um mapa topográfico da província, trabalho gigantesco para o qual não havia nem orçamento nem pessoal, criação que deu lugar a nomeação de comissões compostas de homens, que ignoravam o primeiro passo a dar! Escutaram-me primeiramente com educação, mas perfeitamente fizeram-me sentir que me tolerariam sob a condição de jamais sair da Escola e de meus minerais!

Lá ao menos eu espero fazer alguma coisa. Em Abaeté, Oliveira<sup>4</sup> enfim construiu uma forja catalã e fez do ferro de boa qualidade, sem igual. Ele luta contra as enormes dificuldades de pessoal. Esperamos da França operários especiais que eu farei engajá-los. Tavares<sup>5</sup> vai enfim, eu acredito, desta vez empreender a exploração da mina de galena de Abaeté. Rocha<sup>6</sup>, meu melhor aluno do ano passado, igual, senão superior à Barbosa,<sup>7</sup> estuda a região de Gandarela, Socorro, Itabira do Campo para a instalação de um estabelecimento metalúrgico e virá substituir Porto<sup>8</sup> na Escola, este tendo se inscrito para o concurso

376

<sup>3</sup> Rodolfo Epifânio de Souza Dantas nasceu na Bahia a 14 de outubro de 1854; graduou-se bacharel em direito pela faculdade do Recife e agraciado com o título de Conselho do Imperador d. Pedro II. Tornou-se deputado por sua província e administrou a pasta dos negócios do Império no gabinete de 21 de janeiro de 1882. Fundou junto com Joaquim Nabuco o Jornal do Brasil (BLAKE 1902, p.139-140).

<sup>4</sup> Francisco de Paula Oliveira formou-se engenheiro de minas em 1878 na primeira turma da Escola de Minas de Ouro Preto, portanto ex-aluno de Gorceix (PINHEIRO FILHO 1876, p.174).

<sup>5</sup> Crispiniano Tavares formou-se como engenheiro de minas em 1880 na Escola de Minas de Ouro Preto, sendo também um dos ex-alunos de Gorceix (PINHEIRO FILHO 1876, p.174).

<sup>6</sup> Domingos José da Rocha (1862-1914), nascido no Espírito Santo, ex-aluno da Escola de Minas de Ouro Preto formou-se como engenheiro de minas em 1882. Ali foi professor interino de estradas, residência e construção, exerceu as funções de vice-diretor e diretor. Nomeado vice-governador de Minas Gerais em 1890 (PINHEIRO FILHO 1876, p.107).

<sup>7</sup> Augusto Barbosa da Silva (1860-1939) diplomado em engenharia de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1882, onde atuou também como professor e diretor. Logo depois de formado, foi enviado à Europa para aperfeiçoar seus estudos, pelo imperador D.PedroII, que subvencionou seu estágio com sua bolsa particular. Durante sua estada na Europa acompanhou cursos na Escola de Minas de Paris, na Sorbonne, na Escola de Pontes e Calçados e no Colégio de França (PINHEIRO FILHO 1876, p.86-87).

<sup>8</sup> Domingos da Silva Porto foi ex-aluno da Escola de Minas formado, em 1879, como engenheiro de minas. Nela foi professor de geometria descritiva, estereotomia e topografia. Exerceu várias vezes a diretoria da escola (PINHEIRO FILHO 1876, p.107).

da cadeira de geometria descritiva. Campos<sup>9</sup> prosseguiu as pesquisas de fato interessantes em São Paulo sobre uma jazida aurífera. Na província do Rio Grande do Sul, outro de meus alunos supervisiona o trabalho das jazidas de carbono de (...) dirige as pesquisas para assegurar a força e a natureza das camadas de combustível. Espero que a Companhia das Estradas de Ferro do Rio Grande do Sul decida comprar essa concessão, sendo ela hoje feita em termos muito liberais.

Aqui Senhor Ferrand<sup>10</sup> chegou, Vossa Majestade o viu. Ele é dotado de muita boa vontade e muito trabalhador, porém eu não posso ainda julgá-lo completamente. Eu encarregá-lo-ei aos cuidados do ferro, e é a ele que eu destino, se eu acredito que ele tenha as capacidades suficientes, na direção do grande estabelecimento metalúrgico do qual o Senhor Conselheiro João Alfredo<sup>11</sup> gostaria de ver-me empreender a organização. Mas que dificuldades a vencer para obter e formar os operários especializados! Hoje que a estrada de ferro penetra na bacia do Rio das Velhas e é urgente de tentar implantar definitivamente a indústria do ferro nesta região e de retomar a iniciativa do Intendente Câmara de Sá Bittencourt.<sup>12</sup>

Eu continuo as minhas pesquisas sobre as rochas de Minas, e para terminar com a história desses minerais que encontramos em crostas ou em nódulos nos xistos aos arredores de Ouro Preto e designados pelo nome de pirofilito, gibbisita, wavellita ou claussenita, eu refiz o estudo e constatei a existência dessas três espécies. A wavellita existe de uma maneira não duvidosa em nódulos no meio de um xisto preto que me enviou o Senhor Derby<sup>13</sup> e vindo de uma

<sup>9</sup> Luiz Felipe Gonzaga de Campos. Também ex-aluno da Escola de Minas e de Gorceix formou-se na turma de 1879, como engenheiro de minas (PINHEIRO FILHO 1876, p.174).

<sup>10</sup> Paul Ferrand (1855-1895) formou-se engenheiro de minas na Escola de Minas de Paris em 1880. Lecionou disciplinas na Escola de Minas de Ouro Preto tais como: mecânica e construção e resistência dos materiais. Publicou diversos trabalhos com destaque para *Indústria de ferro na província de Minas Gerais e Ouro Preto e as minas de ouro* (PINHEIRO FILHO 1876, p.148-149).

<sup>11</sup> João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1915) nascido no atual Pernambuco em 12 de dezembro de 1835. Foi bacharel em direito pela faculdade do Recife; membro da Escola Nacional de Belas Artes; presidente da diretoria do Liceu de Artes e Ofício. Foi deputado provincial, deputado geral, ministro do Império ocupando outros diversos cargos políticos (BLAKE 1895, p.315-316).

<sup>12</sup> Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1762-1835), bacharel em leis e em filosofia, formado nas respectivas faculdades da Universidade de Coimbra, senador do Império pela província de Minas Gerais. Frequentou aquelas faculdades ao mesmo tempo em que José Bonifácio. Na Europa visitou sociedades científicas e homens ilustres, além de estudar as minas de diversos países. Foi membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e Estocolmo e da de História Natural de Edimburgo, da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro e presidente da Sociedade da Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia (BLAKE 1900, p.75).

<sup>13</sup> Orville Adalbert Derby nasceu na cidade de Kelloggville, Estado de Nova Iorque, a 28 de julho de 1851. Era ainda estudante na Escola Normal de Albany, quando Charles Frederick Hartt o convidou para fazer parte da exposição por ele organizada, em 1870, para explorar o vale do Amazonas, juntamente com Herbert Smith, Richard Rathbun e John Clark, tendo essa expedição estudados os vales do Tapajós, Maecurú, Paituna, Ereré e Trombetas, a região do Baixo Amazonas, as serras do Tajuri, Ereré, Mamiá e Paranaquára, as terras do aluvião de Breves e a ilha de Marajó. Terminada essa exploração voltou Derby aos Estados Unidos, em 1873, para concluir seu curso, sendo logo depois nomeado professor adjunto de Geologia da Universidade de Cornell, com 22 anos de idade. Tendo Hartt sido nomeado pelo governo brasileiro em 1874, diretor da Comissão Geológica do Império (CARVALHO 1930, p.45).

coleção de Eschwege.<sup>14</sup> O Senhor Conselheiro Capanema<sup>15</sup> me disse ter encontrado as amostras no Itacolomi, cuja natureza e aspecto eram idênticas. Sena<sup>16</sup> me informou da bacia de Arassuaí sobre uma farta e bela coleção de pedras coloridas e estudou a jazida de grafite de São Miguel que forma um fio no meio de granitos. Ele aí viu blocos de mais de 100 quilos, e eu expedi para França as volumosas amostras para estabelecer o preço de mercado daquela substância.

Esperamos com impaciência a publicação do nosso regulamento e a divisão do curso em 3 anos de estudo. Espero que o próximo ano nós tenhamos tantos alunos que a Escola não possa conter.

Aí estão, Sire, nossos trabalhos. Eu faço o melhor possível, porém eu estou longe de me sentir feliz comigo mesmo, e espero com impaciência o dia em que eu poderei dizer à Vossa Majestade, como para a Escola Normal Bersot a Jules Simon:<sup>17</sup> "Há um canto do Brasil onde tudo funciona!"

Daqui, eu peço a indulgência em favor da minha boa vontade tanto pelo teor e pela forma de comunicação que me dirijo à Vossa Majestade.

Sinto-me muito honrado, Sire, de ser etc.

### CARTA 1.31

Ouro Preto, [1] de dezembro de 1882

378

Sire,

Há muito tempo eu deveria ter agradecido Vossa Majestade da benevolência

<sup>14</sup> Wilhelm Ludwig Von Eschwege. (1777-1855) Mineralogista alemão, entrando ao serviço de Portugal, em 1803, acompanhou a família real ao Brasil, e aqui permaneceu até 1821, ocupando o cargo de Intendente das Minas e fazendo extensas explorações, principalmente nos distritos auríferos e diamantíferos de Minas Gerais. Destacou-se nos assuntos montanísticos, geológicos e mineralógicos, relativos ao Brasil, consultados pelos viajantes e exploradores que o sucederam. Entre os seus trabalhos tem importância especial os que se referem à matriz primitiva do ouro e dos diamantes no Brasil, e a ocorrência do itacolomito, por ele primeiramente descrito. Em 1838, Eschwege fez imprimir, em Berlim, o repositório capital de seus estudos brasileiros, que, sob a denominação de *Pluto Brasiliensis* compreende uma série de memórias sobre riquezas minerais; a história do descobrimento de minas; a ocorrências das respectivas jazidas; os processos de sua exploração e a legislação à mesma referente (CARVALHO 1930, p.116-122).

<sup>15</sup> Guilherme Schüch de Capanema, nascido no ano de 1824 na província de Minas Gerais, formou-se doutor em matemática e ciências físicas pela antiga Escola Militar do Rio de Janeiro, engenheiro pela Escola Politécnica da Áustria. Participou da comissão científica que pelo governo imperial foi incumbida de explorações nas províncias do norte, como diretor da seção geológica e mineralógica (BLAKE 1895, p.199-200).

<sup>16</sup> Joaquim Candido da Costa Sena (1852-1919) formou-se na Escola de Minas no ano de 1880, onde também atou como repetidor-preparador de mineralogia e geologia e mais tarde como professor interino de física e química. Ocupando o cargo de diretor por vários anos. Representou Minas Gerais na Exposição de Minério e Metalurgia (1894 e 1899) de Santiago do Chile. Foi comissário geral do Brasil da Exposição de Turim sendo também encarregado de organizar as seções de mineralogia nos museus do Brasil em Genebra e em Paris (PINHEIRO FILHO 1876, p.122-123).

<sup>17</sup> Jules François Simon Suisse (1814-1896) foi um filósofo e estadista francês. Depois de bons estudos em colégios de Lorient e Vannes, foi repetidor no liceu de Rennes. Admitido em 1833 na Escola Normal Superior, contou com Victor Cousin entre seus mestres. Agregado de filosofia em 1836 foi professor em Caen em Versalhes e foi para Paris como mestre de conferência na Escola Normal. Em 1839, conseguiu doutorar-se e foi encarregado de substituir Cousin na cadeira de filosofia na Sorbonne. Foi, então, que a conselho de seu mestre, mudou o nome de Suisse que tinha usado até então, pelo de Julio Simon (Enciclopédia e dicionário internacional [19—], p.10719).

com a qual o Senhor bem me enviou a tradução da biografia de Lund pelo professor Rheinhardt. Eu esperaria primeiramente terminar meu trabalho para o dia 2 deste, depois em seguida para o dia 8, aniversário da chegada de Lund ao Rio de Janeiro, lê-lo inaugurando na sala de nossas coleções o retrato o qual chegou de Limoges em perfeito estado e muito bem sucedido. Vossa Majestade irá julgá-lo, assim espero. Infelizmente eu ainda não prossegui. Eu li três vezes o trabalho de Rheinhardt escrito algumas vezes em péssimo francês, mas dizendo bem o que ele quer dizer, muito claro, muito nítido, e sempre muito tocante. Quando quis redigir minha notícia, as frases do biógrafo me chegaram da mesma forma e eu me encontrei diante do plágio o mais perfeito! Eu recomecei, mas eu não pude fazer mais que uma tradução. Eu suprimo em parte o que toca as relações de Lund com a Dinamarca, com seus secretários e forneço mais detalhes sobre sua obra científica indicando todos os gêneros animais cujo ele deu-lhes a restituição. Eu termino com um elogio da vida solitária, da separação do mundo, e a tarefa de vingar Lund da censura de originalidade e de singularidade. Quem pode imitá-lo! Eu espero terminar na próxima semana e enviar à Vossa Majestade o manuscrito de Rheinhardt. Sena revisará meu português e eu publicarei as notícias em brochura indicando que ela é senão um extrato do trabalho de Rheinhardt. O Presidente ofereceu-me as imprensas e os papéis oficiais.

Eu espero uma resposta do Ministro para publicar o segundo volume de nossos Anais. Ele compreenderá:

379

1.º Primeira parte da memória de Senhor Bovet<sup>18</sup> sobre a indústria mineral no Brasil – Ouro – o que é e o que ela deveria ser;

2.º Meu trabalho sobre as micas cromiféricas, a gibbsita, a wavellita, o pirofilito de Minas, e sobre uma rocha da Gandarela. Esta rocha desesperou-me. O aspecto da sua jazida é de uma rocha eruptiva, ela forma dique em meio dos calcários cristalizados, de xistos profundamente modificados, seu aspecto exterior lembra o basalto, e ela não tem nada em comum com estas rochas. Ela contém apenas 38% de sílica, muito de potássio, pouco de soda, muito terra, muito resistente. No microscópio, com as espessuras de 500 diâmetros, vê-se uma massa escura amorfa, de cristais muito pequenos que eu ainda não pude determinar. Vou tirar minhas dúvidas com o Senhor des Cloiseaux<sup>19</sup> enviando-lhe uma nota sobre a wavellita. Esta sobre as micas deve aparecer no *Bulletin de la Société de Minéralogie*. Confesso que esses trabalhos, nas condições onde eu me encontro, são muito penosos e custam muito mais do que me são honrosos. Com uma instalação defeituosa, as dosagens do flúor, do fósforo, as determinações microscópicas sem amostras de comparação são fastidiosas e certamente ninguém levará em conta as dificuldades particulares de minha situação

<sup>18</sup> Armand Bovet formou-se engenheiro pela Escola de Minas de Paris, foi professor de exploração de minas e metalurgia e adjunto de desenho e geometria descritiva na Escola de Minas de Ouro Preto entre 1876 a 1882 (PINHEIRO FILHO 1976, p.84-85).

<sup>19</sup> Alfred Louis Olivier des Cloiseaux, mineralogista francês (1817-1897). Lecionou mineralogia no Museu de História Natural e pertenceu à Academia de Ciências de Paris. Suas principais contribuições à ciência foram os estudos que realizou sobre as propriedades óticas dos cristais, nos quais baseou o seu sistema cristalográfico (FERREIRA 1994, p.165).



isolada. Não teria Lund desistido de estudar essas coleções? E eu estou bem distante de Lund! Apesar de tudo isso eu tenho retomado sempre novos ensaios. O Barão Homem de Mello<sup>20</sup> encontrou na fazenda de Quebra Cangalha areias das mais interessantes. Com os grãos de ferro titânico existe uma quantidade considerável de fosfato de céσιο contendo um pouco d'(...) e provavelmente de lantânio. Eu trabalhei sobre 5 decigramas da matéria e coloquei fora de dúvida à presença de céσιο. Essas areias eram muito abundantes. De onde procediam? Nos cascalhos diamantíferos eu encontrei a monazita, fosfato de céσιο e o lantânio, porém com um aspecto bem diferente daquelas areias enviadas pelo Barão Homem de Mello.

3.º Trabalho do Senhor Thiré<sup>21</sup> sobre a transmissão da força pelos meios de eletricidade.

4.º- Notícia de Sena sobre uma jazida de grafite do Jequitinhonha.

5.º- Análises feitas na Escola, etc.

Meu trabalho sobre a Gandarela, este de Senhor Thiré sobre o planímetro de Amster não podem ainda aparecer. Eles exigem pranchas e meu orçamento não permite gravá-las. Será para uma próxima vez.

Quanto a Escola, Sire, eu não estou contente. Há pouco zelo entre os alunos. Ouro Preto assusta muito, e, se no curso preparatório nós temos 30 inscritos, com dificuldade, apenas podemos contar com 5 ou 6 com bons resultados. No primeiro ano, no entanto, eu tive três bons alunos os quais eram superiores a Augusto Barbosa. Este começou a me escrever. Ele passou por duras provas. Eu não estou muito satisfeito com o Senhor Daubrée.<sup>22</sup> Eu tinha pedido-lhe que deixassem nossos jovens seguir alguns cursos que não haviam em Ouro Preto: estrada de ferro e uma parte da mecânica. Senhor Daubrée exigiu que eles se submetessem a testes de suficiência. Barbosa me escreveu dizendo que ele iria se submeter assim como Torquato da Cruz Silva.<sup>23</sup> Eu pressinto na sua carta a expressão de amor próprio ferido, pois ele viu os engenheiros italianos, romenos etc, seguirem esses cursos sem ter jamais se submetidos aos exames. Por um lado, estou satisfeito com essa exigência, ela servirá para os nossos alunos mostrarem o que sabem. Porém, por outro lado,

380

<sup>20</sup> Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello nascido em Pindamonhangaba. Estudou humanidades no seminário episcopal de Mariana, cursou direito na sua província natal recebendo o título de bacharel em 1858. Depois de ter exercido a advocacia na cidade de nascimento e ser eleito presidente da câmara municipal, firmando residência no Rio de Janeiro, foi nomeado em 1861, professor de História Antiga e da Idade Média no Colégio Pedro II, do qual pediu demissão por ser nomeado presidente de São Paulo em 1864. Administrou também as províncias do Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia e foi ministro dos negócios do império no gabinete de 1880. Chegou a exercer interinamente o cargo de inspetor geral da instrução pública, foi membro do IHGB e entre outras sociedades (BLAKE 1895, p.463-464).

<sup>21</sup> Arthur Thiré formado pela Escola de Minas de Paris. Como professor da Escola de Minas de Ouro Preto lecionou mecânica e construção, desenho e geometria descritiva, exploração de minas e metalurgia, estereotomia e madeiramento. Foi na mesma instituição diretor interino no período de 1884 a 1885 (PINHEIRO FILHO 1876, p.86).

<sup>22</sup> Gabriel Auguste Daubrée (1814-1896), geólogo e mineralogista, francês fez viagens de pesquisas mineralógicas à Argélia, Inglaterra e Escandinávia e lecionou mineralogia e geologia na Faculdade de Ciências de Estrasburgo. Foi membro da Academia de Ciências de Paris (FERREIRA 1994, p.162).

<sup>23</sup> Luiz Torquato da Cruz e Silva, engenheiro de minas formado em 1881 na Escola de Minas de Ouro Preto, foi ex-aluno de Gorceix (PINHEIRO FILHO 1876, p.174).

estou aborrecido desta exceção para uma Escola, da qual, exceto eu, todos os professores vêm da Escola de Minas de Paris. Eu escrevi ao Senhor des Cloizeaux que se mostra com uma dedicação completa e que se interessa especialmente por nossos alunos. Ele me disse que informaria à Vossa Majestade sobre os trabalhos de Barbosa, especialmente aqueles colocados sob sua direção. Graças a ele Menezes<sup>24</sup> pode entrar no *Commentry*, enquanto que Senhor (...), apesar do que me escreveu o Senhor Daubrée, ele nada fez para acolher bem os nossos alunos em Bessèges e Fourchambault.

Este assunto das minas leva-me, Sire, a informar à Vossa Majestade a situação de um dos meus protegidos fabricantes de ferro. Trata-se do proprietário de Gandarela, ao pé da Serra do Caraça, há 4 léguas de Santo Antônio do Rio Acima. A linhita, muito imperfeita, descoberta por ele nesta bacia terciária, não tem no momento nenhum valor; o mármore, os vestígios de cobre que são assinalados estão no mesmo caso. Também eu sempre dissuadi, visto sua posição mais que modesta, seus direitos não duvidosos de proprietário e autor da descoberta, de gastar aquilo que seria para obter o que se chamam aqui um privilégio. Há três meses um farmacêutico, bem pouco a par de semelhantes coisas, sem nenhum conhecimento, de nome Vaz de Mello, tendo tido acesso às análises feitas na Escola de Minas e mostrando que haveria a Gandarela um tesouro, pediu o privilégio para explorar o ouro, o mármore, a linhita, o ferro que ele teria "descoberto" nas jazidas do município de Santa Bárbara onde ele jamais colocou os pés. Prevenido no Rio sobre esses trâmites denotando uma má fé, eu dirigi para o Senhor Barbosa, proprietário de Gandarela, um pedido de concessão para a linhita, o mármore que ele descobriu sobre as terras e o ferro que ele e 34 outros pequenos fabricantes obtinham o seu ganha-pão há 40 anos.

Eu informei ao Barão de Guimarães,<sup>25</sup> o Presidente da província sobre a situação do negócio. Todos os dois perfeitamente reconheceram os direitos de Barbosa e a má fé de Vaz de Mello.

Os papéis dos dois pedidos foram enviados à Câmara Municipal de Santa Bárbara e me foram devolvidos em seguida. A Câmara Municipal declarou que o senhor Mello jamais poderia ter descoberto aquilo que fosse no município de Santa Bárbara visto que nunca esteve ali, que existia minas exploradas, jazidas conhecidas, fábricas de ferro e que todo o privilégio concedido à quem quer que fosse seria uma medida deplorável. Do meu lado eu fiz o histórico da questão mostrando o quanto seria injusta toda a concessão feita à Mello. Eu acreditei que tudo já estava terminado. Hoje eu vejo no Jornal Oficial que o Senhor Vaz de Mello estava autorizado a procurar (explorar) o ouro e outros metais no município de Santa Barbara e, sobre Barbosa não havia nada. Eu sei bem que "explorar" não quer dizer "*exploiter*", e ainda mais que uma permissão não é

---

<sup>24</sup> Joaquim Cardoso de Menezes, engenheiro de minas formado em 1880 na Escola de Minas de Ouro Preto. Foi também ex-aluno de Gorceix (PINHEIRO FILHO 1876, p.174).

<sup>25</sup> José Agostino Moreira Guimarães, nascido em 25 de outubro de 1824, no Rio de Janeiro. Formou-se pela faculdade de direito de São Paulo em 1850. Foi deputado provincial no Rio de Janeiro (BLAKE 1898, p.269).

uma concessão. Porém numa confusão onde se encontra a legislação das minas, com as sentenças, os usos os mais contraditórios, o Senhor Mello pode certamente ter enganado Barbosa, e em todo o caso, depois das informações da Câmara Municipal, sua petição deveria ser retomada como contendo uma alegação falsa e de má fé. Eu não posso falar dos documentos que analisei. Este negócio, Sire, não tem nenhum valor intrínseco, trata-se de banalidades. Porém, há para mim uma frustração em ver sacrificar pobres coitados como Barbosa. É verdade que ele e seus semelhantes, mais do que nunca persuadidos, que há ali um poder de proteção, sobretudo sabendo que Mello é irmão de um deputado. Eu me permito de informar Vossa Majestade para mostrar uma vez mais o quanto é indispensável acabar com a lei sobre as minas que os tribunais serão encarregados de fazer executar, e para pedir que tudo corra bem, se isto for possível, interessar pelos fabricantes de ferro de Minas.

Combette<sup>26</sup> acaba de fazer aparecer seu curso de mecânica do qual me encarregou de fazer enviar um exemplar a Vossa Majestade.

Sinto-me honrado, Sire, de ser etc.

### CARTA 1.33

Ouro Preto, 15 de junho de 1883

382

Sire,

Tenho a honra de enviar à Vossa Majestade, por intermédio de Senhor Thiré, o manuscrito do professor Rheinhart relativo à Geografia de Lund. Eu extraí tudo o que foi necessário para fazer aparecer, no próximo número dos Anais, uma notícia sobre a vida e os trabalhos desse ilustre sábio. Eu não teria muitas coisas para acrescentar, acreditando dever insistir somente sobre as descobertas de Lund, e aí, os documentos me carecem. Na França não se conhece a obra desse naturalista pelo que diz Archiac<sup>27</sup> na História dos progressos da geologia, Liais<sup>28</sup> na Geologia, fauna. e flora do Brasil e Pictet<sup>29</sup> no

<sup>26</sup> Engene Charles Combette foi um matemático francês que estudou na Escola Superior de Paris em 1861. Ocupou cátedras em liceus até que em 1879 ascendeu a inspetor geral de Instrução Pública em 1907. Publicou: *Cours d'arithmétique, Cours de géométrie, Cours d'algèbre* e *Cours de mécanique* para as classes elementares, *Cours abrégé d'algèbre*, para as classes preparatórias de matemática e um *Cours complet d'arithmétique*, destinado às escolas primárias (Enciclopédia Universal Ilustrada [c1920], p.548-549).

<sup>27</sup> Desmier de Saint-Simon (Esteban Julio Adolfo, Visconde de Archiac) (1802-1868) Foi um geólogo francês, estudou em Saint-Syr e prestou serviços militares. Depois da revolução de 1830, abandonou a carreira militar para dedicar aos estudos da geologia, sendo membro da Academia de Ciências de Paris e professor de paleontologia. Escreveu um romance e obras científicas como *Histoire des progrès de La geologie em France en 1834 à 1862* (1847-1862), *Description des animaux fossiles du groupe nummulitique de l'Inde* (1853-55), *Cours de paléontologie stratigraphique* (1862-1864) entre outras que se destacaram na temática da pré-história da França (Enciclopédia Universal Ilustrada [c1920], p.569).

<sup>28</sup> Emmanuel Liais (1826-1900), astrônomo, botânico e explorador francês, chegou ao Brasil em 1856, a convite de D. Pedro II. Foi incumbido da realização de diversas explorações científicas. Observou um eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858 em Paranaguá no Paraná. Publicou diversos trabalhos sobre seus serviços prestados ao Brasil, principalmente, acerca do levantamento do litoral

Tratado de paleontologia. Eu não creio que exista no Brasil uma coleção dos *Comptes Rendus de l'Académie Royale des Sciences de Copenhague* nem o *Bulletin de la Société des Antiquités du Nord*. Seria absolutamente necessário, para conhecer tudo que Lund escreveu sobre o Brasil, poder compilar estas coletâneas. Eu farei o meu melhor para isto suprir, mas é lamentável que Lund não houvesse dedicado alguns anos para reunir numa só obra suas memórias sobre a fauna dos mamíferos do Brasil antes da última revolução do globo.

Nosso ano escolar terminou e eu sou obrigado a confessar à Vossa Majestade que ele me deixou um pouco desencorajado. Poucos dos nossos alunos aproveitam nossas aulas como eu desejaria, alguns por falta de trabalho, os outros por falta de inteligência. Alguns três no primeiro ano, bem dotados, trabalhadores, suportam as consequências de uma má instrução científica. É na Escola onde eles escutam falar pela primeira vez de física, de química e de ciências naturais! Precisaríamos três anos de preparação antes de abordar os estudos especiais. Mas eles já chegaram a uma idade onde têm pressa de obter um diploma, e, se mudassem o regime da Escola neste sentido, ela não teria um só aluno. Ela já tinha tão poucos! Nós somos então obrigados a ensinar o cálculo diferencial, a mecânica racional aos jovens que tem apenas as noções sobre os conhecimentos usuais que deveriam adquirir na escola primária. No Liceu de Ouro Preto, tivemos recursos para criar uma cadeira de italiano, outra de alemão. Não seria melhor empregar aquela quantia ao ensino elementar das ciências físicas e naturais? A Escola de Farmácia não tem gabinetes, nem laboratórios que merecem esse nome, mas o pessoal está atuante!

383

Peço perdão à Vossa Majestade de voltar sobre essas questões, quando eu comento com as autoridades, todo mundo está de acordo, mas quando chega à execução, ninguém o quer, e a Escola de Minas permanece isolada, sem poder esperar o objetivo que deseja atingir. Se ao meu retorno de Diamantina, me for possível irei ao congresso de instrução, eu defenderei essas ideias, mas sem esperança de fazê-las triunfar.

Eu estaria muito feliz de poder divulgar à Vossa Majestade assim como se encontra a situação da indústria metalúrgica em Minas. Produziu-se certo movimento, mas bem lento. Senhor Thiré se ocupa dessas questões. Ele fez um projeto da construção de um autoforno em Minas que ele acaba de publicar em português; ele se propõe editar em francês. Ele está agora a par das condições econômicas da província. É um espírito claro, de um julgamento muito seguro, e hoje é um verdadeiro erudito. Ele se propõe a dedicar suas férias para estudar os diversos sistemas de estradas de ferro empregados no Brasil, suas condições econômicas, suas vantagens. Senhor Ferrand deve ir ao Rio Grande do Sul. Eu lhe recomendarei de trazer um relatório de trabalho sobre a exploração

---

de Pernambuco e do rio São Francisco. Em 1871 foi nomeado diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro (CARVALHO 1930, p.214-216).

<sup>29</sup> Raoul Pierre Pictet (1842-1929), físico suíço, realizou estudos sobre baixas temperaturas e a liquefação dos gases: nitrogênio, hidrogênio e oxigênio. O processo originou as técnicas modernas de refrigeração (FERREIRA 1994, p.245).

das minas de carbono nessa província.

Eu partirei para o Grão Mogol. Eu tenho que terminar meu trabalho sobre a região diamantífera e ver a exploração dirigida por Bovet. É hora que eu possa redigir um trabalho de fôlego sobre esses assuntos para poder apresentá-lo à Academia no momento quando será colocado em concurso o prêmio criado pelo meu mestre Senhor Delesse.<sup>30</sup> Este ano foi pouco frutífero. É uma pena que nesses últimos tempos, eu pude redigir em parte um trabalho sobre a história da exploração das minas e dos estudos geológicos no Brasil. Eu enviei ao Diário Oficial, para ser publicado em francês, o resumo dos dois primeiros capítulos e acrescentando os detalhes sobre a Escola. Os trabalhos se tornam cada vez mais numerosos. Mas a Escola me ocupa muito para que eu possa prosseguir-los, e apesar de tudo eu sou obrigado a deixá-los de lado.

Eu continuo encontrando em toda parte os fosfatos, a monazita, o fosfato de céσιο frequentemente. Eu devo enviar amostras de uma pureza muito notável ao Barão Homem de Mello. Senhor des Cloizeaux me pede uma análise completa. Quando poderei fazê-la?

De tempo em tempo tenho as notícias de Barbosa. Este ano ele desperdiçou seu tempo, passou de curso em curso. Eu lhe escrevi que era tempo de escolher uma especialidade, de aproveitar suas férias para visitar as usinas, as minas, porém, no ano seguinte, abordar seriamente seus estudos especiais. Eu indiquei a mecânica. Como ele é bom em cálculo, dentro de um ano ele poderia retornar a Ouro Preto e ocupar essa cadeira. Porto, outro dos nossos alunos, sabe muito bem hoje a descritiva e a estereotomia. Ele tem gosto pelas ciências e ensinará bem.

Porém isto não é suficiente. Eu gostaria de ver mais iniciativas em nossos alunos e eu constato que isto não existe. Eles não leem quase nada. É com grande dificuldade fazer com que eles consigam passar os olhos sobre as diversas revistas científicas que nós recebemos. O gosto pela leitura é raro, e é ainda um dos defeitos de sua educação primária, e, sobretudo dos exemplos recebidos em famílias. Seria, eu acredito, muito útil ter uma publicação econômica mais elementar do que *La Nature*, um pouco mais científica que as revistas infantis, que fosse possível enviar a um preço baixo a cada professor da escola.

Porém, Sire, eu abuso novamente da sua grande benevolência Vossa Majestade quem mais que nunca me é necessário para me fazer perdoar minha insuficiência e minha insistência em pedir ajuda e proteção para a Escola. Sinto me honrado etc.

## CARTA 1.34

Ouro Preto, 9 de dezembro de 1883

<sup>30</sup> Aquile Ernest Oscar Joseph Delesse. Geólogo e mineralogista francês (1817-1881). Foi membro da Academia de Ciências e se dedicou ao metamorfismo das rochas; estudou o fenômeno da pseudomorfose e evidenciou a ação das águas termais sobre as rochas (FERREIRA 1994, p.163).

Sire,

Tenho a honra de informar a Vossa Majestade que ontem dia 8 de dezembro aniversário da chegada do Doutor Lund no Brasil em 1825, nós inauguramos na Escola de Minas o retrato o qual Vossa Majestade quis nos oferecer como presentear. Nesta ocasião, eu li diante do auditório, infelizmente com poucos, a Biografia de Lund e resumi os seus trabalhos no Brasil. Estas notícias foram traduzidas para o português com ajuda de Sena e formam uma brochura de trinta páginas. Elas apareceriam no nosso próximo número dos Anais da Escola como introdução aos trabalhos de Lund cuja publicação ocuparíamos em seguida. No momento, pedi a inserção no Jornal do Comércio, eu achei por bem colocá-lo na parte reservada as questões científicas e ser impresso sem censura, tudo com minha inteira responsabilidade. Espero a resposta do Senhor Gusmão Lobo<sup>31</sup> para enviar meu manuscrito. Na Biografia, eu me baseei naquela de Rheinhardt que Vossa Majestade tinha me confiado. Tenho bastante cuidado de dizer a frente de minhas notícias e repetir em todo o lugar. Dou a César o que é de César. No estudo dos trabalhos de Lund, que me tomou mais de um mês, alguns pontos me deixaram, sobretudo emocionado, eu os coloquei em evidência, mais do que foram indicadas por ele.

385

Lund é um aluno de Cuvier. A influência do autor das Revoluções do Globo é manifestada de um lado à outro da obra do sábio de Lagoa Santa. O título mesmo em si é uma prova: *Aperçu sur le monde animal du Brésil avant la dernière révolution du globe*.<sup>32</sup> As espécies são invariáveis, escreveu no fim de cada memória, a fauna atual é especificamente diferente da fauna extinta, a catástrofe que fez desaparecer foi essencialmente brusca, universal, completa, toda a vida fora extinta sobre a terra, uma nova criação aparece em seguida, etc! É Cuvier inteiramente! Mais tarde, ele encontra espécies extintas, especialmente nos roedores, que tem tanta semelhança com as espécies atuais que ele hesita e declara que os partidários da mutabilidade das espécies poderão ver as provas em apoio de sua opinião. Ele não quer se pronunciar entre as 2 escolas, mas em seguida é evidente que ele não é mais assim tão seguro relativamente às ideias de Cuvier.

Porém o pensamento sobre o qual ele revê amiúde tratou das passagens que ele descobre entre diversas espécies pertencentes às famílias diferentes: a *Chlamydotherium (Glyptatou)* é um tatu, porém seus dentes são aqueles de tardigrados. Estas modificações se acentuavam ainda mais no gênero *Hoploschorus* que é também um tatu, mas possuindo a haste descendente da arcádia *zygomatique* dos preguiçosos. O *Pachytherium* oferece ainda mais semelhança com estes últimos e conduz ao *Scélidotherium* que é também verdadeiro tardigrado. Entre os carnívoros o gênero extinto *Palaeocyon* une os

---

<sup>31</sup> Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo, natural de Pernambuco, nascido em 7 de junho de 1838, formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade do Recife. Foi deputado por sua província natal (BLAKE 1895, p.26-27).

<sup>32</sup> *Exposition sumária sobre o mundo animal do Brasil antes da última revolução da terra.*



cachorros as martas. Nos equinos, o *Equus affinis*, *Caballo*, é quase identificado ao cavalo atual, porém o *Equus neogoeus* e, sobretudo, o *Equus principalis* é consideravelmente diferente e se aproxima do *Hipparion* ou do *Macrauchenia* de Darwin<sup>33</sup> que servem de passagem ao *Palaeotherium*, etc. Creio então poder afirmar que Lund teve uma ideia nítida do encadeamento dos mundos tal qual o estabeleceu Gaudry<sup>34</sup> na sua bela obra. Foi o que eu consegui mostrar.

Algumas linhas de seu último relato (1844), memória completamente desconhecida na França, exceto por Liais, me impressionaram vivamente. Lund teve a intuição de que os mamíferos estudados por ele pertenciam às duas faunas distintas. A mais antiga é caracterizada por espécies muito diferentes daquelas que vivem hoje pelos gêneros como o *Scelidotherium*, o *Smilodon*, o *Palaeocyon*, o *Equus neogoeus*, por outro lado espécies muito vizinhas da fauna atual, *Cervus affinis simplicicorni*, *Equus affinis caballo* e o homem! Creio que os trabalhos anteriores confirmarão perfeitamente esta maneira de ver. Isso se manifestará no que se passa pelos depósitos da República Argentina onde, no lugar de uma só série de camadas marnes, os trabalhos do Doutor Moreno mostrarão a existência de faunas de mamíferos eocénicos, miocénicos, poliocénicos e quaternários. Penso que a publicação dos trabalhos de Lund irão imediatamente levar as comparações entre estas faunas e aquelas do Brasil. A engenhosa hipótese de Moreno de uma emigração no fim da época terciária da fauna patagônica e de sua passagem pelo Brasil, logo em seguida de uma imigração em sentido contrário, onde encontrará talvez novas provas. É lamentável que não possamos publicar as pranchas dos trabalhos de Lund. Farei a aquisição para a biblioteca da Escola. Elas servirão para acompanhar nosso texto em português.

Em todo o caso Vossa Majestade acaba de fazer um prestimoso favor em memória de Lund e provavelmente também à ciência.

Este estudo dos trabalhos de Lund me desviou de minhas pesquisas particulares e eu lamento um pouco. Não sendo um especialista, eu deveria, para julgá-lo bem, estudar de novo mais tratados de paleontologia. Haveria uma grande perda de tempo.

Tenho sempre sobre o canteiro de obras certas favas dos terrenos diamantíferos. Elas são diferentes daquelas estudadas por Senhor Damour,<sup>35</sup> são formadas na maior parte de ácido titânico com 1 % de água, porém contendo ácido fosfórico, ácido vanádico, alumínio, sempre óxido de césio e um pouco de ítria. É espantoso como este óxido de césio que se acreditava quase

<sup>33</sup> Charles Robert Darwin (1809-1882) foi um naturalista britânico. Percorreu várias partes do mundo no navio Beagle, voltando à Inglaterra com enorme cabedal de novos conhecimentos. Alcançou fama ao convencer a comunidade científica da ocorrência da evolução por meio da seleção natural, teoria que se tornou paradigma central para explicação dos diversos fenômenos na biologia. Autor do clássico livro *Origem das Espécies* (1859) (FERREIRA 1994, p.162).

<sup>34</sup> Albert Gaudry (1827-1908) foi paleontólogo francês. Na Grécia, descobriu um depósito de vertebrados fósseis e exemplares de mamíferos do mioceno (FERREIRA 1994, p.184).

<sup>35</sup> Augustin Alejo Damour (1808-1902), geólogo francês, depois de desempenhar importantes cargos públicos, se dedicou por completo aos estudos mineralógicos, analisando amostras ainda desconhecidas (Enciclopédia Universal Ilustrada [c1920], p.892)

especialmente nos minerais da Suécia, é comum no Brasil. Senhor des Cloizeaux ficou vivamente extasiado. Descobri nas rochas de Abaeté um zeolite que me parece intermediário entre a levynite e a caulinita. Estes zeolites, muito frequentes nos Andes, eram quase desconhecidos entre as rochas do Brasil. No meu conhecimento eu não só pude assinalar a apofilita dos dioritos de São Paulo.

Eu gostaria muito de chegar a tempo de enviar pelo menos notícias à Academia. Lawrence Smyth<sup>36</sup> acaba de deixar um lugar vago de correspondente na seção de mineralogia. Senhor Daubrée apoia muito Senhor Domeyko,<sup>37</sup> Senhor Hebert<sup>38</sup> é meu inimigo nato, Senhores Friedel<sup>39</sup> e des Cloizeaux falarão talvez de mim. Se eu pudesse ajudá-los, eu teria talvez alguma sorte! Porém, Sire, como eu tive a honra de dizer à Vossa Majestade, com uma aula todos os dias, uma direção que necessita minha intervenção a cada instante, todo trabalho original me é muito difícil. Certamente com 3 aulas por semana, bem como os dias de gala, 5 meses de férias como na Escola Politécnica, minha situação seria totalmente diferente, e acredito que me seria possível publicar mais. Sire, eu não me lamento, mas eu tenho que mostrar que não é a preguiça o que atribui o meu silêncio e na França eu sou o primeiro a sofrer não somente na Academia, mas na Universidade onde todos meus amigos e o diretor de Ensino Superior insistem para obter de mim as publicações dentro o objetivo de facilitar o meu retorno à França.

387

É impossível a mim, sem sair da Escola, terminar meu trabalho sobre Gurandeba, e espero Glaziou<sup>40</sup> para ir estudar a flora deste capim a fim de comparar à flora terciária.

Senhores Ferrand e Thiré recomeçaram seus ensinamentos da resistência dos materiais e da construção das estradas de ferro. Eu tenho somente que agradecer a Vossa Majestade da sua benevolente intervenção. As máquinas de Bovet funcionam bem. Ele pôde transmitir 15% a 20% da força de uma roda

<sup>36</sup> A pesquisa biográfica para esta tradução não localizou na bibliografia disponível nenhuma referência a Lawrence Smyth, que possivelmente seria algum cientista contemporâneo de Gorceix (N.T.).

<sup>37</sup> Ignácio Domeyko (1802-1889) foi um naturalista polaco. Formou-se em filosofia e ciência na Universidade de Vilna. Vítima da perseguição russa de 1823 contra os polacos, foi obrigado a sair de sua pátria, vivendo em Zapole. Vigiado pelas autoridades russas, passou a dedicar-se à literatura e às ciências agrícolas. Continuadas ali as perseguições, Domeyko refugiou-se em Paris onde seguiu seus estudos na Escola de Minas, relacionando-se com muitos homens de ciências. Em 1838, a convite do governo chileno, foi encarregado de fundar neste país uma escola de química e mineralogia, cuja direção assumiu. No ano seguinte foi nomeado professor de química, mineralogia e geologia da Universidade de Santiago do Chile. No Chile então foi responsável pelo desenvolvimento dessas ciências (Enciclopédia Universal Ilustrada [c1920], p.1821).

<sup>38</sup> Herbert Huntigton Smith, naturalista norte-americano; participou da expedição Hartt, em 1870, e, depois, trabalhou na Comissão Geológica do Império (1874-1886). Reuniu importantes coleções etnográficas e zoológicas de grande valor. Conseguiu uma coleção de aves de estimável valor. Esteve quatro anos no Mato Grosso, onde estudou a cerâmica dos Kadiwéus. Escreveu: *Do Rio de Janeiro a Cuiabá* (FERREIRA 1994, p.268).

<sup>39</sup> Charles Friedel (1832-1899) foi químico e mineralogista francês, professor de mineralogia e química orgânica da Sorbonne. Realizou estudos sobre mineralogia sintética e química industrial. Em colaboração com J.M. Crafts, descobriu a reação de Friedel-Crafts (FERREIRA 1994, p.182).

<sup>40</sup> Auguste François Marie Glaziou (1833-1897), botânico francês, ocupou diversos cargos em seu país, entre os quais de diretor do Horto Botânico de Bordeaux. Foi convidado em 1860 pelo governo brasileiro para dirigir os trabalhos do Passeio Público do Rio de Janeiro, sendo nomeado pouco depois Diretor dos Jardins Imperiais em 1868. Responsável pelo Jardim do Campo de Santana e pelas obras da Quinta da Boa Vista, residência imperial, onde as perspectivas da paisagem e os contornos do parque rivalizam com os belos jardins da Europa (CARVALHO 1930, p.230-231).

hidráulica em meio à eletricidade. Infelizmente, ele não encontrou os diamantes e, bem que as partes da exploração prometem não mais serem tocadas, eu creio que os associados vão agradecê-lo. Eu lamento porque a exploração vai recair na antiga rotina.

Tenho poucas notícias de Barbosa. Ele foi a Fourchambaut e eu aguardo o relatório dele. Eu comecei a testemunhar minhas crenças de não vê-lo aproveitar melhor da generosidade de Vossa Majestade.

Estaria muito feliz de poder fazer à Vossa Majestade pessoalmente estas comunicações, porém a inauguração da estação de Queluz me parece adiada ao próximo ano.

Sinto-me honrado, Sire, de ser etc.

### **Dicionários, enciclopédias e obras de referências:**

ARAÚJO, Heloísa. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p.1170.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895-1902.

CARVALHO, Alfredo. **Biblioteca exótico brasileira**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica, 1930.

**Enciclopédia e dicionário internacional**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, [19— ]].

**Enciclopédia universal ilustrada**: europeu-americana. Madrid: Espasa-Calpe, [c1920].

FERREIRA, Moacyr Costa. **Dicionário de inventos e inventores**. 2.ed. São Paulo: Edicon, 1994.

GORCEIX, Claude Henri. **Lund e suas obras no Brasil (Segundo o Professor Reinhardt)**. In: Anais da Escola de Minas de Ouro Preto. 2º. ed. Ouro Preto: Tipografia Machado, 1884, n.3.

PINHEIRO FILHO, Antônio (org.). **A Escola de Minas 1876-1976**. Ouro Preto: Oficinas Gráficas da UFOP, 1976.

# Entrevista

interview

## **A culpa é de Hobbes e de Hume!**

### Uma entrevista com Estevão de Rezende Martins

---

**Ana Carolina B. Pereira**

Doutoranda

Universidade de Brasília (UnB)

ancaiana@yahoo.com.br

SQS 416, Bloco E, apto 210

Brasília - DF

70299-050

Brasil

**Arthur Assis**

Professor Adjunto

Universidade de Brasília (UnB)

arthurassis@unb.br

Campus Darcy Ribeiro, ICC-Norte

Brasília - DF

70910-900

Brasil

---

390

---

Enviado em: 22/02/2010

Autores convidados

No cenário historiográfico brasileiro atual, o Professor Estevão Chaves de Rezende Martins destaca-se como um dos principais promotores do diálogo entre a reflexão teórica autóctone e a tradição metahistórica internacional, nomeadamente a alemã. Pode ser designado por dois epítetos profissionais que, não raro, são tidos precipitadamente por antagônicos, mas de cuja larga complementaridade ele cedo soube tirar proveito: os de filósofo e historiador. Nascido em 1947, no Rio de Janeiro, ele graduou-se em Filosofia pela hoje extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira, em São Paulo, em 1970. Doutorou-se em 1976, na Universidade de Munique, Alemanha, com um trabalho acerca da concepção de liberdade nos escritos pré-críticos de Immanuel Kant. Desde então, e por diversas vezes, realizou estadias de pesquisa em diferentes instituições internacionais, ocasiões em que foi bolsista do CNPq e da Humboldt-Stiftung. É professor titular de teoria da história da Universidade de Brasília, onde atua desde 1977. As suas investigações e textos concentram-se em temas relacionados com a história da filosofia, a teoria e a metodologia da história, bem como com a história das relações internacionais. Publicou mais de uma centena de artigos acadêmicos no Brasil e no exterior, além de dois livros, entre os quais, *Cultura e Poder* (2ª ed., 2007, Saraiva). É o editor de diversas obras coletivas, como *Teoría y metodología en la Historia de América Latina* (2006, Trotta), obra (co-organizada por Héctor Pérez Brignoli) que encerra a coleção *Historia General de América Latina*, patrocinada pela Unesco.

Estevão de Rezende Martins representa também um dos mais fortes elos da rede brasileira de investigadores interessados em teoria da história e historia da historiografia, rede esta que nos últimos anos se vem tornando cada vez mais visível. Desde 2003, é o coordenador do GT em Teoria da História da ANPUH. Exerce, ademais, o cargo de presidente da recém-fundada Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia. Nesta entrevista, concedida em 03 de dezembro de 2009, no escritório da direção do Instituto de Ciências Humanas da UnB, ele fala sobre a sua formação acadêmica, suas filiações teóricas, suas experiências profissionais dentro e fora da universidade. Fala, sobretudo, sobre teoria da história; sobre como e porque ingressou nesse campo, sobre o desenvolvimento da reflexão teórica no Brasil, e sobre os problemas teórico-metodológicos que sempre lhe interessaram: o da fundamentação metódica do conhecimento histórico acadêmico e o da complexa relação existente entre historiografia e sociedade.

\*\*\*

**Arthur Assis:** *Que tal se começarmos com um tema convencional: os momentos iniciais da sua trajetória intelectual? Examinando essa época em retrospectiva, o que o Sr. destacaria como tendo sido determinante da sua opção pelas Ciências Humanas e pela Filosofia?*



**Estevão de Rezende Martins:** Em primeiro lugar há um elemento extremamente prosaico e que frequentemente ocorre na vida de muita gente, que é o fato de eu ter tido um jovem professor de História, Ricardo Rossi, no que era então o curso clássico. Recém formado pela PUC do Rio de Janeiro e possivelmente entusiasmado pela formação que recebera, esse professor transformou a experiência de ter aulas de História, naquele momento, em um prazer profissional e um prazer didático. E isso me motivou muito. Essa atração pela História, contudo, foi colocada entre parênteses durante um período em que eu me senti chamado a estudar Filosofia e Teologia, e, quem sabe, a abraçar a carreira eclesiástica – o que acabou não acontecendo. Depois que deixei o colégio e iniciei os estudos superiores, em meados dos anos 60, meus interesses estavam divididos entre questões de longo prazo (tais como a dos fundamentos do conhecimento, a dos critérios de permanência e a dos princípios de aplicação universal) e a historicidade extremamente fragmentada e conjuntural do cotidiano. Isso me levou a buscar contrapor a forma como o conhecimento se obtém e organiza em fases históricas comparadas – que se estudavam no tempo próprio à história da filosofia (com certa atemporalidade) – ao tempo que é próprio à historicidade do agir humano. Assim o problema do conhecimento era posto de modo mais complexo, repleto de condicionantes a serem levados em conta. Essa complexidade podia atrapalhar um bocado ou mesmo ajudar, mas quase sempre o registro que ficava dessa discussão era o da dificuldade sistemática que envolvia o esforço de sustentar a aceitação ou a auto-afirmação dos Estudos Sociais. Então, na faculdade, eu cursei um misto de Filosofia e História, embora o diploma tenha sido emitido em Filosofia e as áreas conexas tenham sido as que na época eram permitidas por lei: História, Psicologia e Sociologia. Não havia praticamente ainda pós-graduação. Com uma vida profissional ainda mal iniciada, querer fazer o doutorado foi um verdadeiro salto. O interesse pelos fundamentos do conhecimento histórico, que ficaram ao longo deste período como uma linha de conexão entre as etapas, explicitou-se na temática da minha tese de doutoramento, que defendi em 1976. A tese tinha por objetivo justamente estudar como é que determinadas constelações intelectuais formam pessoas e como é que essas constelações depois migram para formar o pensamento de um determinado autor, que foi Kant, a favor da liberdade. Isso depois foi se aprofundando e eu nunca mais larguei tal tipo de abordagem metódica.

**AA:** *E de que maneira esse estudo da filosofia de Kant influenciou a sua carreira posteriormente ao doutorado? O Sr. se consideraria até hoje um kantiano?*

**ERM:** Sim, sim! Já digo o porquê. Na realidade, a grande preocupação que se tinha naquele momento – pelo menos a que chegou até mim e que me espantava – era a seguinte: qual era a historicidade que justificava que Kant tivesse proposto aquele sistema de conhecimento em que queria responder às

famosas perguntas: “o que posso conhecer”, “o que devo fazer”, “o que me é permitido esperar”? Kant sabia, obviamente, que tais perguntas não haviam saído do nada. Interessou-me saber, pois, por que essas questões lhe haviam servido de fio condutor. A minha ideia era: como é que crio, recrio, reconstruo a estrutura que permitiu que determinadas ideias influenciassem Kant no desenvolvimento do seu conceito de liberdade. E esse conceito de liberdade, por conseguinte, tinha que ter uma função interessante, porque surgiu de um momento político muito tenso: o do Iluminismo, da Revolução Francesa. A liberdade era, então, simultaneamente, um princípio informador da ação humana e uma reivindicação política das sociedades concretas. Nesse aspecto, eu diria que continuo kantiano nos seguintes termos: Kant faz a distinção entre as coisas em si e a maneira como elas são percebidas e interiorizadas pelos sujeitos cognoscentes, que ele chama de fenômeno. E eu, na minha teoria do realismo mitigado, penso o mesmo. Ou seja, não vejo porque duvidar de que as coisas existiram, mas admito também que o que delas ficou na memória – e na administração da memória e no enunciado da memória – é apenas aquilo que cada um, ou cada sociedade, ou cada grupo, ou cada cultura, entendeu como sendo digno de ser registrado e, mais adiante, digno de ser interpretado. A esse respeito, há um kantismo muito forte em todas as Ciências Humanas e Sociais, mesmo que elas não admitam isso de forma tão clara. Tal kantismo está presente, por exemplo, nas noções de construção do objeto, de relação fenomenológica e hermenêutica com a realidade, de contexto interpretativo, que é o ambiente em que as coisas fazem sentido. Aliás, é preciso fazer aqui uma correção, porque o neokantismo do final do século XIX e do início do século XX manteve-se, sim, consciente da relevância de Kant para as Ciências Sociais. Com o neokantismo, a legitimidade científica da pretensão de veracidade das Ciências Sociais, posta em xeque em comparação com as Ciências Naturais, passou a ser sustentada teoricamente de modo consistente. Deu-se uma tentativa de afirmar tal legitimidade na noção de Ciências da Cultura. Admitia-se, com isso, que não era possível reduzir o padrão científico a uma abordagem única, inspirada na metodologia empírica que vem do empirismo inglês e que prevalece nas chamadas ciências duras. Simultaneamente, admitia-se também que não se pode recorrer a uma espécie de liberdade total do espírito, isto é, à tese de que, por serem as ações humanas imprevisíveis, qualquer assertiva acerca delas seria aceitável.

**AA:** *E além de Kant, quais foram os outros professores e/ou autores que mais influenciaram a sua maneira de pensar e de trabalhar intelectualmente?*

**ERM:** Kant teve um papel mais seminal. Mas não diria que eu hoje me dedique a Kant como tal. Na realidade, considero-o fundamental para a fundamentação do conhecimento histórico e para, digamos, a valorização da perspectiva teórica na abordagem do conhecimento histórico no seu formato espontâneo. Menciono o conhecimento histórico espontâneo, porque todo mundo

fala do que passou e bota ordem na sua lembrança, mesmo que arbitrariamente. Já o conhecimento metódico, produzido pelo senso científico da ciência historiográfica, surgiu da delimitação do campo de aplicação daquela reflexão, de uma distinção fundamental que exclui a filosofia da história do que eu chamo de epistemologia ou teoria da história. Esta trabalha com o produto historiográfico- científico consolidado, que é resultado de uma prática. Pode-se discutir se é uma boa ou uma má prática, se foi adequada ou inadequada. Mas o que importa é que há uma corporação profissional que consagrou o padrão de produção do conhecimento reconhecido como histórico; e que este só é reconhecido como tal se, e somente se, satisfizer um cânone de exigências. Por sua vez, a filosofia da história – que incluiria autores como Hegel, Marx, Bergson e mais quem nós quisermos – serve de pano de fundo, mas não me parece decisiva. A teoria da história precisa, portanto, do que eu chamo de “o estado da arte do campo profissional”, que é a historiografia. A teoria da história é a construção *a posteriori* da trama de princípios e regras que funcionam quando a historiografia é produzida.

Interessa-me muito o momento da profissionalização do conhecimento histórico no historicismo do século XIX, e por conseguinte interessam-me autores como Droysen e Ranke, mas não só eles. Também Guizot, Chateaubriand, Tayne, Mommsen foram fundamentais naquele momento em que se estava delimitando o campo de legitimidade da ciência da história. Depois, no século XX, há alguns momentos que acho particularmente interessantes: a influência da historiografia européia no Brasil, as teorias da história política, Henri Berr, Henri Pirenne, e depois os fundadores dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre. Mas eu pessoalmente tenho uma queda especial por Braudel. Embora ele não aceitasse ser um teórico da história, as concepções categoriais que ele propõe são incontornáveis. Só bem depois de Braudel é que os autores franceses começaram a aceitar essa questão. Mas no mundo alemão também havia alguns autores que me eram importantes, como Meinecke e depois Fritz Fischer, autores muito preocupados em saber o que fazer com essa situação de que a Alemanha fora, simultaneamente, autora e vítima no século XX. Tais autores representaram nesse momento uma inspiração muito grande, o que também representava uma carga de leitura muito grande. Eu sempre me interessei menos pela corrente marxista, embora não deixasse de a ler. Tenho conhecimento, sobretudo, dos marxistas ingleses, Thompson, Hobsbawm, etc., mas eles nunca pesaram de uma forma decisiva. Também não considero que a micro-história seja muito decisiva, malgrado todos os sucessos que possa ter alcançado. Ao contrário, acho que é mais preocupada em escapar de uma prova de justificação do que faz. Digo-o ainda que Ginzburg, mais tarde, ao usar a alegoria do juiz e ao falar em paradigma indiciário, no fundo tenha reconhecido que era necessário mostrar um pouco porque cargas d’água aquelas miudezas todas seriam significativas, porque o que ele fez não era apenas um grande passatempo para saber como é que Menocchio vivia e sob que circunstâncias vivia.

Então há esses grandes eixos que são, sobretudo, franco-alemães em função

de seus precursores. Hoje em dia, eu leio alguns autores mais recentes, embora o volume de produção tenha aumentado tanto que já se tornou necessário criar uma grade seletiva para escolher, senão você não dá conta de digerir a totalidade. E, de quebra, os livros têm ficado cada vez mais longos! Nessa situação, já não dá mais para trabalhar sozinho; é preciso trabalhar em rede. Nós temos de fazer leituras conjuntas e depois precisamos fazer um intercâmbio de resultados, ainda que isso introduza sucessivas mediações. Não que sejam mediações negativas, mas são mediações de fato. Em todo caso, aprecio muito Paul Ricoeur – e aprecio-o mais do que aprecio Foucault –, aprecio Paul Veyne, assim como aprecio autores que, no Brasil, pouquíssima gente conhece: tais como, por exemplo, o já falecido Thomas Nipperdey, ou, mais recentemente, Jürgen Osterhammel. São autores que têm como eixo a reflexão sobre o mundo europeu, que é o campo onde eu mais me movimento. Eu não sou um brasilianista, embora não me considere totalmente analfabeto em história brasileira. Mas o importante é ter presente isto: você tem que montar mediações, e essas mediações têm que ser reveladoras e não ocultadoras. Quase sempre a tendência aos espartilhos ideológicos leva ao ocultamento. É que as coisas vão se sobrepondo, mas não vão se articulando. Essa sobreposição acaba criando uma espessura e tal espessura torna o acesso à experiência cada vez mais opaco. Há os que fazem isso intencionalmente e caem no espartilho ideológico, e há os que fazem isso inercialmente. Eu, por exemplo, nas orientações acadêmicas, procuro não impor ao aluno o que acho que ele tem que fazer. O aluno no fundo é um profissional mais jovem, que tem que adquirir sua aptidão ao trabalho por esforço próprio. Às vezes comparo a orientação àquelas rodinhas de bicicleta de criança, que só impedem que a bicicleta se espatife. O ponto é que, se a criança não pedalar, não sai do lugar. Essa é uma imagem para representar que a orientação não pode ser uma interferência total, senão nós criamos algo que, infelizmente, no Brasil não é raro – e que na França é ainda pior: essa filiação e essa lealdade um pouco cegas, ou melhor, essa espécie de cacho de bananas metodológico, onde cada um está agarrado no outro e de onde todo mundo despenca junto com o primeiro que cai.

**Ana Carolina B. Pereira:** *Depois da sua permanência na Europa e pensando no seu retorno para o Brasil, como o Sr. analisa a recepção brasileira da reflexão e das discussões em teoria da história?*

**ERM:** Assim que eu cheguei da Europa, busquei trazer o que aprendera e praticara até então tanto na Alemanha como na França, onde passei os primeiros meses após o doutoramento. Minha volta para o Brasil, e especificamente para Brasília, deu-se por razões algo casuais. Não tinha emprego fora. O professor Nelson Gomes, um dos maiores lógicos brasileiros, viera para a UnB em 1976. No 2º semestre desse ano ele me avisou: “vai haver possibilidade de um contrato”, e perguntou “você topa?”. Eu disse que sim. Depois de ter ficado um tempão sem saber de nada, recebi no dia 27 de fevereiro de 1977 um telegrama

solicitando que me apresentasse ao setor de pessoal da universidade no dia 01 de março – ou seja, em quarenta e oito horas – para a tomada de posse. Eu estava no exterior e tive de vir da noite para o dia. Uma coisa curiosa: comprei uma passagem aérea às carreiras de uma companhia chamada Líneas Aereas Paraguayas, cujo avião não pôde decolar, porque não tinha sequer saído de Assunção. Fui então obrigado a improvisar a compra de uma passagem caríssima da Air France. Depois a universidade a pagou. Foi a minha sorte! Eu vim para lecionar uma cadeira que tinha sido criada no recém instalado mestrado em História da Universidade de Brasília. O mestrado existia então há apenas um semestre e durante o primeiro semestre havia oferecido Teoria da História por cooperação com a Comissão Fulbright dos Estados Unidos, com o Prof. Henry Keith. Mas o Prof. Keith tinha vindo para um único semestre e durante esse semestre foi negociada a minha chamada. Eu mandei currículo, mandei proposta de trabalho e fui, digamos assim, aceito por um processo seletivo interno que na época – estamos falando de 1976 – era o comum.

E a razão pela qual eu vim para a Universidade de Brasília era a de assegurar a disciplina de “teoria da história” na pós-graduação e, acessoriamente, também a de “metodologia da história”. Digamos que essas matérias foram previstas por algumas pessoas que conheciam o meu trabalho, e que conheciam também um pouco do que já se vinha fazendo na Europa, sobretudo na Alemanha, em termos de reflexão sobre questões teóricas e metodológicas. Mas aqui a reação geral foi de resistência. “Teoria da história” era percebida como uma repetição da disciplina de “introdução ao estudo da história”, só que com alguns conteúdos adicionais, relacionados com as disciplinas auxiliares e com a organização do trabalho intelectual. Confundia-se então “teoria da história” com “metodologia da pesquisa”, e por inércia as duas disciplinas ficavam um pouco confusas. Eu introduzi um outro padrão, que pratiquei durante anos a fio, e do qual foram beneficiários ou vítimas – há de se perguntar a eles – muitos dos que hoje são professores do Departamento de História da UnB, e também de outras universidades públicas do Brasil. Eu diria que, durante uns dez anos, ou seja, até a segunda metade dos anos 1980, a reflexão sobre os fundamentos teóricos era mal vista. Ou por que era confundida com especulação filosófica sem pé nem cabeça, uma espécie de viagem nas nuvens; ou porque já se tinha uma resposta feita e pronta para a aplicação – o que era notório entre os colegas de inspiração marxista. Eu creio que a teoria da história não é uma coisa nem outra: nem se confunde com a especulação filosófica, nem é o que chamei anteriormente de espartilho ideológico. Enfim, água mole em pedra dura tanto bate até que fura, algumas coisas começaram a circular, notadamente a partir de 1982, quando comecei a publicar alguns de meus escritos. E circulavam principalmente nos fóruns e encontros que, no começo, eram ainda muito tímidos, porque até 1979 os Fóruns da ANPUH ou da SBPC ainda tinham uma forte conotação política de mobilização contra um regime que se encontrava em estertores agônicos que não acabavam. Em 1979 saiu Lei da Anistia, e isso descontraíu um pouco a situação. Certas áreas começaram a ficar menos constrangidas,

mas ainda demorou um bocado para que se disseminasse a reflexão teórica – não como uma espécie de obrigação mista entre organização do trabalho intelectual e procedimentos de fichamento, mas sim como uma reflexão fundamental. E eu procurei dar minha contribuição nesse sentido. Um dos marcos do novo interesse por questões de fundamento foi o livrinho de Vavy Pacheco Borges, *O que é História?*, publicado na Coleção Primeiros Passos. Outro texto importante foi – malgrado meu distanciamento – *Uma introdução à História*, escrito por Ciro Flamarion Cardoso.

**AA:** *Agora, o panorama da discussão e da investigação em teoria da história no Brasil é hoje bastante diferente desse quadro que o Sr. descreveu, ao falar do momento em que iniciou as suas atividades no campo. Considerando a situação atual, o que o Sr. vê como sendo os grandes ganhos, a grande evolução? E que novos desafios poderia destacar?*

**ERM:** Dois grandes ganhos são notáveis. O primeiro grande ganho é o seguinte: parece-me que a disciplina saiu do limbo; que deixou de ser uma espécie de obrigação curricular dispensável. Ganhou em densidade e em reconhecimento quanto à sua função sistemática na produção do conhecimento historiográfico. O segundo grande ganho é que uma multiplicidade de abordagens conquistou espaço dentro do campo da teoria da história. A teoria da história também contribuiu para estruturar a interdisciplinaridade no contexto da prática historiográfica – embora esse termo em muitos casos guarde um pouco de retórica. Lembro, por exemplo, que a Editora Zahar publicou em português um livro de um historiador australiano chamado Christopher Lloyd, intitulado *As estruturas da História*, que é uma interessante prova de diálogo com a Sociologia. Esses são os grandes ganhos. Em termos de agenda, os três desafios principais que se impõem são: primeiro, instrumentar o público brasileiro que se interessa pelo estoque de produção analítica acumulado nos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos, e que não necessariamente foi produzido por autores brasileiros – a produção brasileira no campo é muito mais recente. Esses textos são fundamentais, porque influenciam ou influenciaram autores que os brasileiros lêem ao se prepararem para fazer pesquisa histórica e produzir historiografia. Então, é necessário saber em que tipo de meio ambiente cultural-científico esse conhecimento apareceu. Isso é um grande desafio que me parece estar sendo respondido nos últimos quatro ou cinco anos por um número cada vez maior de trabalhos que as editoras têm colocado no mercado, trabalhos em cujos títulos aparecem frequentemente expressões tais como “como escrever história”, “a escrita da história”, entre outras variações. Em segundo lugar, outro desafio pendente é o de desenvolver, no campo da teoria, a interação com as metodologias práticas de produção do conhecimento historiográfico. Deve-se cuidar para que a construção ou a reconstrução do aparato teórico – dos princípios e teorias que se aplicam à realização da pesquisa e à produção historiográfica – seja feita sempre *a posteriori*, ou seja, sempre em contraste



com a historiografia produzida e com um projeto historiográfico em andamento. Além disso, a reflexão teórica tem que estar acoplada à prática de uma pesquisa empírica. Mesmo que o investigador teórico não faça a pesquisa empírica de A até Z em todos os temas possíveis, é bom que ele seja apto a realizá-la. Esse é um desafio que considero importante, na medida em que ainda há bolsões de resistência onde se considera que aqueles que se dedicam a questões de fundamentação teórico-metodológica não fazem nem sabem fazer pesquisa; que ficam dando palpites normativos e querendo impor regras, querendo dizer aos outros o que fazer. O terceiro ponto da agenda seria estimular a reflexividade na prática historiográfica. Não digo que se deva voltar a escrever os famosíssimos capítulos teóricos, a partir dos quais nas teses ou dissertações o sujeito dizia o que faria em seguida. Mas é preciso, pelo menos, tornar certas coisas explícitas. Isto ainda falta em vários livros: explicitar, seja na introdução, seja no curso do argumento, por que determinada questão-chave foi tratada de tal ou tal jeito. Tal explicitação é importante para evitar que haja um estranhamento entre o resultado historiográfico e as opções a partir das quais o objeto foi escolhido.

**ACBP:** *Recentemente foi criada a Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia e eu gostaria que o Sr. falasse um pouco sobre as diretrizes e perspectivas norteadoras dessa nova organização. Além de fomentar o desenvolvimento de pesquisa e discussões nas áreas de teoria da história e história da historiografia, pensa que seria possível entender a Sociedade também como uma espécie de árbitro do ingresso de profissionais em teoria da história nas universidades públicas brasileiras?*

**ERM:** A Sociedade é um passo adiante de uma experiência que foi se acumulando e que se deve a alguns esforços prévios. Eu diria que algum esforço foi congregar pessoas interessadas na temática de teoria, metodologia e história da historiografia, o que, no âmbito da ANPUH, aconteceu inicialmente no encontro nacional de João Pessoa, em 2003, através da criação de um grupo de trabalho. O nosso esforço foi sempre no sentido de criar um espaço de cooperação e diálogo, mais do que de disciplinamento, um espaço que mediasse uma convergência de interesses. Mas nem todo mundo adere de bom grado a coisas que eles próprios não iniciaram, e se houve colegas da área que ficaram bem animados com o grupo de trabalho, houve também outros que se mostraram menos animados. Um segundo grande esforço é o esforço admirável de um grupo de colegas predominantemente da Universidade Federal de Ouro Preto, do Departamento de História sediado em Mariana. A tônica dos interesses desse grupo é tanto a história da historiografia quanto a questão dos fundamentos teóricos. Tais professores organizam um simpósio anual, que entrementes já ocupa seu espaço no cenário nacional. Da junção desses dois esforços aflorou a idéia de institucionalizar um foro de intercâmbio e convergência de interesses, para dar visibilidade e densidade a toda essa atividade profissional. O modelo da Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia

é semelhante ao de outras sociedades históricas já existentes, como por exemplo a de história oral ou a de história econômica. Ela congrega gente de várias gerações – e eu faço parte da turma dos velinhos – e é, antes de mais nada, um grande espaço social de intercâmbio, convergência e de diálogo. Nesse sentido, eu considero que um esforço como esse não tem nem donos, nem proprietários. Quer dizer, ele estrutura uma espécie de espaço público em que todos teriam o direito a tomar a palavra e a participar das atividades, embora eu não tenha grandes ilusões de que isso acontecerá com cem por cento das pessoas que ministram curso de teoria nas graduações. Mas é fato que, na medida em que surge um espaço como esse, você já ganha uma perspectiva de fortalecimento da área, algo para o que concorre também a revista *História da Historiografia*, que é um canal de concentração de pesquisas. Tudo isso também tem a ver com o fato de que um tipo de reflexão como a nossa cria um intercâmbio internacional mais polivalente. É um pouco diferente do que ocorre, por exemplo, com os pesquisadores que trabalham com história do Brasil colonial, que via de regra têm uma forte conexão em primeiro lugar com Portugal e acessoriamente com os arquivos espanhóis, mas cuja inserção internacional normalmente para por aí. Por outro lado, quem trabalha com o Brasil República, ou com o Brasil no século XIX, às vezes não tem tantas iniciações internacionais e não circula no espaço com tanta facilidade. De qualquer forma, acho que a circulação internacional é um requisito fundamental, porque assim como ciência não é apátrida, também não é nacional. Creio que a vinculação adjetivada com a história nacional é o ponto de ancoragem, o local da fala, mas não é uma prisão; nem é uma espécie de caverna onde a pessoa se enterra, achando – à maneira do livro 7 da *República* de Platão – que tudo se passa ali dentro, e que não é necessário olhar para o lado de fora.

**AA:** *Eu queria mudar o foco, mais uma vez, para a sua trajetória pessoal, porque acho que o Sr. é um dos poucos casos na cena acadêmica brasileira de um intelectual que circula com desenvoltura por pelo menos três grandes áreas distintas do conhecimento, no caso a Filosofia, a História e as Relações Internacionais. Queria saber se há na sua postura multidisciplinar um substrato comum, isto é, ideias, temas, problemas, que o Sr. relacione simultaneamente com esses três campos distintos.*

**ERM:** Certamente. O ponto comum é a história da Europa; em particular, a história das Luzes, do Iluminismo europeu, que eu estudei no famoso Triângulo das Bermudas em que todas as idéias desapareciam: Alemanha, França e Escócia. Com isso, você cria uma espécie de denominador comum. De certa forma, em termos de prática racional, nós dependemos até hoje do Iluminismo, pois este gerou um estoque filosófico que se realiza no mundo concreto de sociedades, pessoas, atores. Tal estoque de ideais – que é ao mesmo tempo semelhante e diferente em diversas zonas geográficas e políticas do mundo – vem sendo herdado por operadores dos sistemas políticos, econômicos e sociais, que são de

diferentes épocas posteriores à metade do século XVIII, e que se filiavam a diferentes unidades estatais aliadas, concorrentes, ou inimigas entre si. Assim, o papel da estruturação teórica das ideias, o problema da sua realização nos espaços concretos e históricos, e a pergunta acerca da constelação que tal dinâmica produz no universo das organizações estatais contemporâneas – tudo isso, portanto, – serviu de traço de união para que eu coordenasse questões que me parecem inspiradas pela Filosofia, mas que então foram processadas no tempo histórico, para que desembocassem, dentre outros, no campo das Relações Internacionais contemporâneas.

**AA:** *Acho que aqui, mais uma vez, a teoria da história talvez tenha servido como um elemento de mediação entre os três campos... O Sr. poderia então falar um pouco acerca do que o motivou a investigar e a estudar dentro do campo da teoria da história? Isto é: o que levou o Sr., um acadêmico de formação filosófica, a transitar precisamente para o campo da teoria da história?*

**ERM:** Curiosamente, a culpa é de Hobbes e de Hume! Por razões distintas, ambos disseram que não há conhecimento confiável. E por que disseram isso? Porque as experiências políticas que viveram os levaram a afirmar que o mundo que não era confiável. Para ambos, nenhum dos interlocutores deste mundo era de se fiar: políticos, parlamentares, ministros da religião, reis, entre outros. E, por outro lado, algumas pessoas diziam que o critério de verdade é a evidência objetiva, o que eu achei de uma ingenuidade absolutamente exemplar. Então, eu disse “tem que haver outro caminho”. Nem o ceticismo desabusado e um pouco bonachão de Hume, nem o ceticismo semi-dolorido e oportunista de Hobbes, nem ainda a afirmação de que a evidência objetiva resolve qualquer coisa: tinha que haver um meio caminho. Então, no fundo, duas questões me intrigavam. Primeiro: existe conhecimento confiável? Aliás, essa é, se quisermos, a questão do ceticismo ou do relativismo, e é bom lembrar que isso sempre foi uma questão, que reaparece a cada vez que o mundo evolui. E depois, a produção do conhecimento histórico se diferencia de alguma maneira da dos outros? E, caso se diferencie, o que fundamenta essa diferença para que resista à comparação? Então, com essas duas questões eu vou empurrando a vida.

**AA:** *Com isso, o Sr. foi se aproximando da discussão teórica travada na Alemanha por diversos autores, entre eles, Jörn Rüsen. Quais são exatamente os pontos de convergência entre as suas ideias e a tradição teórica alemã, em especial a teoria da história de Rüsen, da qual o Sr. é o principal divulgador no Brasil?*

**ERM:** Na realidade o que aconteceu é que, no final dos anos 70, eu já estava na Universidade de Brasília e percebia a grande resistência que havia à fundamentação teórico-metodológica do conhecimento histórico. Diziam ou que tal fundamentação não surtia efeito, ou que era inútil. Procurei então fazer

uma grande varredura do que estava acontecendo. Pareceu-me que autores como Jörn Rüsen, Karl Acham, Hermann Lübke, entre outros, estavam naquele momento preocupados com algo semelhante, só que por outras razões. Na Alemanha, a questão era, sobretudo, a do partidarismo da história, da noção de objetividade, e isso por causa do contexto político. Era uma época em que se estava desenvolvendo um realismo prático da *Realpolitik* com respeito à Europa Oriental. Pela primeira vez desde o fim da Guerra, os social-democratas estavam no poder, com Willy Brandt e depois Helmut Schmidt. Então eu disse, “vou ver o que há”, e descobri um bando de coisas! E disse, vou pedir um tempo para ir atrás disso tudo. Foi quando descobri o trabalho de Jörn Rüsen, que me parecia estar na mesma linha da preocupação que me inspirava, só que alguns passos à frente. Em diálogo com os textos dele, pude descobrir o que é o mínimo denominador comum do processo de produção historiográfica sem o carimbo nacionalista. Rüsen chamou-o de matriz disciplinar, e enfatizou que tal noção e as suas diferentes variações eram aplicáveis a produções historiográficas que não necessariamente tinham que ser feitas na Alemanha ou sobre temas alemães.

Estive pessoalmente com vários investigadores, li muitas obras, e aproximei-me principalmente de duas pessoas. Em primeiro lugar, de Jörn Rüsen, cuja teoria da história me chamou a atenção, porque apontava para além da produção historiográfica; ou seja, para o impacto do conhecimento historiográfico no espaço social sob as mais diferentes formas, a mais conhecida das quais está ligada ao ensino formal em sala de aula. E, em segundo lugar, aproximei-me de Karl Acham, professor de história das ideias e de teoria sociológica na Universidade de Gratz, Áustria. São esses os dois autores com quem eu mais bem estive em sintonia. A sintonia foi bem mais forte com Jörn Rüsen, pelo fato de que ele, desde o primeiro momento, mostrou o que me parecia ser um bom exemplo do que Kant chama de “história universal desde um ponto de vista cosmopolita”. Era alemão, vivia na Alemanha, fez carreira na Alemanha, mas pensava com a cabeça do mundo. Às vezes, em certos casos, para além do que me parece razoável, porque conserva um traço muito forte de eurocentrismo. Ele acha que o padrão universal das propostas europeias valem para a humanidade inteira. Ele sabe do problema, reconhece-o, e já conversamos muito sobre isso. E, por outro lado, sintonizei-me com Acham porque ele foi, quem sabe, o autor que – mais do que Bourdieu ou Passeron, e do que Geertz, embora Acham seja praticamente desconhecido, porque ele só escreve em alemão ou quase – melhor fez funcionar a conversa entre Filosofia, História, Sociologia e Antropologia. Ele publicou em 1974 um volume chamado *Filosofia das Ciências Sociais*, um livro que é exemplar em formatação e em capacidade didática, mas que nunca achei conveniente traduzir para o português, porque era tipicamente voltado para o público acadêmico alemão, ou de língua alemã. Eu achava que no caso do Rüsen, mais do que no caso de Acham – de quem eu também traduzi para o português algumas coisas –, o produto que ele tinha na famosa trilogia de teoria da história, entre outras coisas, seria útil a quaisquer pessoas interessadas em discutir a relação entre teoria, metodologia

e produção historiográfica. Daí a minha tendência para a tradução dos textos de Rüsen. Alguns me criticaram, dizendo que eu é que deveria ter escrito uma teoria da história, e eu confesso que a crítica é merecida. A questão é que por razões ligadas à minha vida profissional, eu tive um *gap* de semi-afastamento da vida acadêmica *stricto sensu*, entre 1985 e 1998, quando trabalhei no Senado Federal. Nessa época fiquei na universidade apenas em tempo parcial. Eu não interrompi as atividades acadêmicas, mas obviamente diminuí a sua intensidade e, com isso, o famoso livro de teoria da história, que eu tenho em rascunhos, nunca saiu do rascunho. Mas pelo menos o Rüsen e algumas outras coisas mereciam ser não apenas postas no mercado, mas também referidas.

**ACBP:** *Aproveitando essa discussão em torno da teoria de Jörn Rüsen, que é um autor que concede um papel muito importante à didática da história, gostaria de lhe perguntar se o Sr. acha que a teoria da história tende a contribuir para a formação da consciência histórica do público não especializado. Nesse caso, de que maneira e por meio de quais estratégias isso seria possível?*

**ERM:** Eu creio que aqui a teoria da história não faz uma contribuição direta, mas indireta. Na realidade, a teoria da história reconstrói e sistematiza os princípios teóricos, todos os pressupostos teóricos que presidiram a produção de uma determinada historiografia. Não se pode esquecer que há um ambiente social do qual a historiografia emerge e para o qual ela retorna. A historiografia é, por conseguinte, produzida num contexto que reúne uma prática que se liga com a nossa maneira racional de lidar com o mundo, a prática do pensar historicamente. Vou exagerar um pouco na formulação: nós só somos capazes de pensar historicamente. Isso é assim, mesmo que as formulações pareçam transcender o tempo. Quando penso em alguma coisa que aconteceu ontem estou fora daquele tempo, mas o modo como eu penso está inserido nas condições temporais que envolvem essa questão, e isso é histórico. Então há também a qualificação da historicidade do tempo. Como o pensamento não é sem objeto, ninguém pensa o nada: você pensa os componentes temporais da própria condição existencial em que você se encontra, pensa aquelas condições que são na verdade pré-condições da sua posição existencial, tanto do ponto de vista lógico como do ponto de vista do tempo. Com isso você se situa a si próprio no tempo, e de carona situa também todos aqueles com quem você se identifica. Assim, através do pensamento histórico, você constrói consciência histórica. Toda essa dinâmica também está por trás do trabalho dos historiadores. Mesmo que eles escrevam sobre o século XVI europeu, ou sobre o século XX brasileiro, é possível retraçar essas condicionantes, que embora não sejam necessárias, são efetivas – ou seja, uma vez tendo ocorrido, tornam-se necessárias *a posteriori*, mas não são necessárias *a priori*. É possível mostrar que o produto historiográfico é fruto de uma jogada de conexão entre pensamento, consciência e cultura histórica; que é pensamento transformado em consciência histórica e acumulado na memória dos outros, dos quais nós somos



herdeiros. E o produto que emerge dessa operação é, por sua vez, algo que retorna à origem: cai no “mercado”, ou na mídia, se nós quisermos. Então, a historiografia produzida, seja sob a forma de livro, seja sob a forma de filme ou documentário, ou seja lá mais o que for, tem um impacto sobre a maneira com que as pessoas vão pensar o seu tempo; e sobre maneira como esse “pensar o tempo” se torna um elemento da consciência histórica individual – a consciência do sujeito sobre si, sobre seu semelhante e, sobretudo, sobre aqueles com os quais ele próprio se identifica. É uma espécie de – como diria Paganini – *motus perpetuus*. Mas a teoria da história não diz como a história deve ser feita, diz, sim, o que acontece para que os produtos historiográficos tenham sido construídos deste ou daquele modo, ou como esses produtos historiográficos causaram o que o que eu chamo de “efeito bumerangue”. Uma das formas mais banais do efeito bumerangue é o livro didático que, às vezes, nós acabamos considerando como uma espécie de primo pobre. Aliás, eu próprio não me sinto apto a fazer um livro didático, porque sou muito complicado com as minhas coisas. Mas o fato é que o “primo pobre” deve sair da pobreza, pois é um elemento fundamental da lógica do pensamento histórico que estou descrevendo. Um outro exemplo importante – e que não é historiografia escrita – é o quadro de Picasso sobre Guernica. A experiência de Guernica acabou e, à medida que o tempo passa, os sobreviventes morrem. Fica o quê? A memória contada e a memória fixada. E o quadro de Picasso é um elemento que foi historicamente pensado, historicamente tornado consciente. Ele já se incorporou à cultura histórica, e não apenas à do pessoal do país basco ou do espaço espanhol; tornou-se elemento importante para a cultura histórica contemporânea dos últimos oitenta anos.

**ACBP:** *Parece uma evidência, mas talvez não seja. A teoria da história permanece surda à Antropologia e ao desenvolvimento das reflexões nesse campo das Ciências Humanas? Se sim, o que a teoria da história tende a perder com isso e, caso se abra a este diálogo, o que ela tende a ganhar?*

**ERM:** Ela só tem a ganhar com o intercâmbio, e não só com a Antropologia. A trama de condições, necessárias *a posteriori*, que leva à produção de antropólogos ou historiadores não possui um estoque excludente de princípios. Creio, portanto, que só há ganhos. Mas o diálogo interdisciplinar leva, às vezes, a circunstâncias de exagero, e o exemplo da Antropologia é bom, porque ao usarem autores que são etnólogos alguns historiadores quase se tornam pseudo-antropólogos, quando na realidade o objetivo ou objeto seria histórico. Às vezes, faz falta uma formação teórica suficientemente assentada para que a pessoa não troque as bolas. Mas acho que o diálogo é fundamental, e creio que, no campo da produção historiográfica, a importação de teorias de outras áreas não é um problema. E creio também que o diálogo é tanto mais eficaz, quanto mais a pessoa saiba que, por sua vez, a Sociologia, a Política, a Economia, todas são interfaces de um mesmo tipo de conjuntura assimétrica. Cada uma



dessas áreas tem uma ênfase, mas uma não poderá sobreviver sem a outra, mesmo que você não consiga usar todas ao mesmo tempo. Neste aspecto, a arte do profissional estaria em saber utilizar a justa medida, a dosagem certa, para que o bolo historiográfico continue sendo historiográfico e não se torne um bolo antropológico. E isso só consegue descobrir fazendo! A receita culinária diz o seguinte: se estou fazendo um bolo de laranja, tenho que usar laranja. Mesmo que eu goste muito do fubá que a Antropologia produz, não posso fazer um bolo com só com esse fubá e depois querer dizer que fiz um bolo de laranja. A imagem permite ver que eu posso fazer os dois bolos. O mais importante é saber se o que eu digo que vou fazer se corresponde com os princípios a partir dos quais vou trabalhar, para que, no fim, o resultado seja correspondente à expectativa gerada pelo projeto de trabalho inicialmente proposto.

**AA:** *Uma questão para finalizar a entrevista. O Sr. já atua como professor universitário há algum tempo e agora está à frente do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. À luz desta experiência com o ensino e administração acadêmica, o que destacaria como sendo as virtudes e os vícios do sistema universitário brasileiro?*

**ERM:** É uma pergunta difícil. A primeira vez que entrei em sala de aula, no mundo universitário, foi em 1968. Então, há quarenta e um anos, – de uma forma ou de outra, com mais ou menos intensidade – eu dou aula. Acho que a melhor coisa que há no sistema universitário brasileiro é que, malgrado a tacanhez do sistema administrativo público federal, a universidade pública federal produz gente de qualidade. Porque, se fosse só pela estrutura administrativa, a dificuldade seria muito grande! Mas acho que o principal mérito da universidade, e também o seu maior interesse, é produzir gente bem formada. E “gente bem formada” aqui não significa “gente que copie a mim ou a quem quer que seja”. Ao contrário, acho que quanto menos se copiar melhor! Mas falo em pessoal bem formado, no sentido de pessoas que sejam capazes de produzir coisas relevantes, que os outros reconheçam como relevantes, pouco importa se concordam ou se discordam. Depois que se introduziu o Programa Nacional de Pós-Graduação, em 1975, – e ele vem sendo mais ou menos sustentado, apesar de ter sido concebido durante o governo Geisel – foram criadas alternativas, que viabilizaram a qualificação profissional de uma forma bastante regular, e que abriram portas de concorrência e de competência internacional em todos os campos. Eu não estaria na universidade há 40 e tantos anos, se não achasse que isso valesse a pena, apesar dos entraves burocráticos. A experiência administrativa é um pouco o preço que se paga por levar as coisas a sério. Há gente que não as leva lá muito a sério, que ocupa as funções administrativas, mas não as desempenha. Eu tive aquela longa experiência de trabalho no Senado Federal, que já mencionei, e que aconteceu simplesmente porque em 1983 a depreciação salarial na universidade estava muito grave. Com isso, eu ingressei em responsabilidades

administrativas de certo padrão, que em tese me teriam ratinado para não querer fazer mais nada na área administrativa. Mas acabou sendo necessário que eu retornasse a um cargo administrativo na universidade, e isso tem um preço, é penoso. É, contudo, também uma maneira de levar a sério a dívida social que existe pelo fato de que o meu contra-cheque é pago pelo contribuinte. Você não usa o dinheiro do seu salário na universidade pública, ou no serviço público em geral, como se fosse uma licença para passar recreio pelo resto da vida – o que lamentavelmente é o caso de muita gente nesta universidade e em outros lugares. Então eu entendo que a responsabilidade aqui é dupla: qualidade profissional do sujeito que deve ter, se possível, gosto pelo que faz – e é este o meu caso; e, depois, vergonha na cara de saber que se tem um preço a pagar, uma gratidão a demonstrar para com o brasileiro que paga o custo desta imensa máquina extremamente dispendiosa e perdulária que é a administração pública federal, inclusive a universidade.

# Pareceristas deste número

reviewers of this issue

## Pareceristas deste número

---

Alcides Freire Ramos  
Arthur Assis  
Claudia Beltrão  
Durval Muniz de Albuquerque Júnior  
Estevão de Rezende Martins  
Felipe Charbel Teixeira  
José Otávio Nogueira  
Juliana Bastos Marques  
Jurandir Malerba  
Leandro Karnal  
Lucia Ricota  
Maria Aparecida Silva de Sousa  
Marco Antonio Lopes  
Ricardo Henrique Salles  
Sérgio da Mata  
Sônia Regina Rebel de Araujo

407

# Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1) Artigo inédito (entre 28.000 e 64.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2) Resenha crítica de livro (até 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir no final da resenha e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista.

1.3) Textos e documentos historiográficos: tradução de texto inédito em língua portuguesa ou nova tradução que se justifique pelo trabalho crítico e transcrição de textos de valor documental para a história da historiografia. Ambos deverão ser antecidos de breve apresentação (até 80.000 caracteres com espaço).

1.4) Entrevistas, antecidas por uma breve apresentação. (entre 27.000 e 54.000 caracteres com espaçamento no total).

2) Os artigos devem conter, no final, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e 03 palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

3) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

409

4) Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

5) As resenhas críticas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter, no final, 03 palavras-chave em português e em inglês.

6) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

7) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovado na pré-seleção, serão encaminhados para dois pareceristas.

8) As resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos serão avaliadas por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.



9) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

10) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à esquerda, de 1,5 cm, com tamanho de fonte 11 e espaçamento simples.

11) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical.

12) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato:  
(ABREU 2005, p. 36).

13) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/peródico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

14) A partir de seu terceiro número, a revista *História da Historiografia* adotará a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

15) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

16) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: [www.ichs.ufop.br/rhh](http://www.ichs.ufop.br/rhh).